



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOM OLÍVIO AURÉLIO FAZZA: TRAJETÓRIA ECLESIAL DE UM BISPO
EM UMA REGIÃO DE CONFLITOS

FLORIANÓPOLIS
MARÇO/2009

FRANK ANTONIO MEZZOMO

**DOM OLÍVIO AURÉLIO FAZZA: TRAJETÓRIA ECLESIAL DE UM BISPO
EM UMA REGIÃO DE CONFLITOS**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor. Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Orientador: Dr. Artur César Isaia.

FLORIANÓPOLIS

MARÇO/2009

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultado de um trabalho amplo e sistemático realizado com indispensáveis contribuições. De início e até o final, a orientação e valorosa atenção do professor Artur César Isaia que, nos freqüentes contatos a distância, não deixava de injetar ânimo e confiança. Igualmente importantes foram as discussões provocadas ao longo das disciplinas pelos professores do Programa de Pós-Graduação em História e sugestões dos membros da banca de qualificação. Institucionalmente, sou grato aos professores, funcionários e colegas construídos nessa trajetória. A partir de agosto de 2006, menção especial à Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), a qual passei a integrar como membro efetivo do corpo docente. Colaboração da Instituição nas viagens de campo e incentivo da comunidade acadêmica durante a escrituração da pesquisa.

Há uma legião de pessoas que, no cotidiano dos quatro anos de pesquisa, solidarizam-se em importante apoio, na busca de fontes, concedendo entrevistas, viabilizando contatos, permitindo acesso a arquivos pessoais, indicando bibliografias e trocando idéias. Entre elas, em particular, menciono Dom Olívio Aurélio Fazza, lamentavelmente falecido no último dia 25 de dezembro; sua auxiliar Maria de Lurdes Taglieber; padres Divo de Conto, Adriano van de Ven e Thomas Hughes; pastor Gernote Kirinus e Werner Fuchs; a colega Rosângela Zulian, popular Pingo, pelas constantes interlocuções realizadas no período.

Àqueles que, desde a infância, me acompanharam depositando amor, paciência e ensinaram a importância da ética e respeito humanos, a quem também dedico este trabalho: meus pais Maria e Danilo Mezzomo e irmãos Francieli e Ricardo. Especial menção à Mary que, no percurso da realização desta pesquisa, incorporou-se de fato e de direito à família a qual pertenço. Sua companhia foi imprescindível nas viagens de campo, no apoio criterioso na edição de fontes e compreensão nos momentos de retraimento. O resultado desse trabalho presentifica minha admiração e gratidão por ti. Obrigado, Mary!

O objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. [...] Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a História quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom o historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.

Marc Bloch

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS, TABELAS E IMAGEM -----	6
LISTA DE FIGURAS -----	7
LISTA DE SIGLAS -----	8
RESUMO -----	10
ABSTRACT -----	11
INTRODUÇÃO -----	12
CAPÍTULO I - APROPRIAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES: A FAMÍLIA, A ESPIRITUALIDADE E A VOCAÇÃO RELIGIOSA -----	21
1.1 Quatro situações iniciais -----	21
1.2 Diluindo pré-conceitos, apresentando noções -----	25
1.3 Influências familiares: Socialização primária -----	32
1.4 Congregação Mariana: Gênese, carisma e presença no Brasil -----	37
1.4.1 <i>Congregação Mariana e Tiro de Guerra: Experiências em Juiz de Fora e São Paulo</i> -----	42
1.4.2 <i>Leituras socializadoras: Apropriações de Tihamer Toth</i> -----	53
1.5 Opção pelo presbitério, a Sociedade do Verbo Divino e o movimento Focolar -----	62
1.5.1 <i>Congregação do Verbo Divino: Origem, carisma e influências</i> ---	67
1.5.2 <i>Identificações com o movimento dos focolares</i> -----	73
1.5.3 <i>Sínteses de uma espiritualidade vertical e horizontalizada</i> -----	77
1.6 Interlocuções da Igreja Católica no Brasil -----	83
CAPÍTULO II - UM EMPREENDIMENTO ORGÂNICO: <i>IN UNO SPIRITU</i> ----	91
2.1 Um discurso fundacional: Acenos de renovação eclesial -----	93
2.2 Composições de uma carreira religiosa -----	94
2.2.1 <i>Experiência paroquial</i> -----	98
2.2.2 <i>Provincialato e o aggiornamento eclesial</i> -----	103
2.3 Aproximações entre a linha de pastoral da diocese e do Regional Sul II -	110
2.3.1 <i>O Regional Sul II: Composições teológico-pastorais</i> -----	113
2.3.2 <i>“A subversão na Igreja do Paraná”: Visões do Regime Militar</i> ----	126
2.4 A diocese, o pastor e o projeto <i>In Uno Spiritu</i> -----	137
2.4.1 <i>Oeste do Paraná: Estruturação eclesiástica, crescimento populacional e urbanização</i> -----	138

2.4.2 <i>Formação de novas dioceses e arquidiocese no Oeste do Paraná</i> -----	141
2.4.3 <i>“De Christiani Populi”: Criação da diocese de Foz do Iguaçu e nomeação episcopal</i> -----	145
2.4.4 <i>Uma concepção de Igreja que se renova</i> -----	152
2.4.5 <i>Projeto e estratégias da ação eclesial</i> -----	161
2.4.5.1 <i>Visitas pastorais</i> -----	164
2.4.5.2 <i>“Evangelizar realizando a Igreja na base”: Entre a opção, a necessidade e a convicção</i> -----	173
CAPÍTULO III - DESAFIOS PASTORAIS NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA -----	202
3.1 <i>Uma narrativa histórica: Índícios intrigantes</i> -----	205
3.2 <i>Mobilidade humana e os posicionamentos da Igreja Particular</i> -----	214
3.2.1 <i>Modernização do espaço regional</i> -----	215
3.2.2 <i>A construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional</i> -----	222
3.2.3 <i>“A mobilidade do mundo contemporâneo deve corresponder a mobilidade da Igreja”: A questão da migração</i> -----	233
3.2.3.1 <i>Encontros, reuniões e publicações: Migração como problema político-pastoral</i> -----	240
3.2.3.2 <i>Campanhas de conscientização e criação da Pastoral do Migrante</i> -----	255
3.3 <i>Pauta reivindicatória dos movimentos sociais: Intersecções eclesiais</i> -----	264
3.3.1 <i>Notas Promissórias Rurais (NPRs)</i> -----	268
3.3.2 <i>A questão da terra: Direito à posse e ao uso</i> -----	279
3.3.2.1 <i>Escritos e disseminação dos posicionamentos frente à questão da terra</i> -----	287
3.3.2.2 <i>Desapropriados de Itaipu</i> -----	297
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	331
FONTES -----	337
REFERÊNCIAS -----	351
ANEXOS -----	359

LISTA DE FOTOS, TABELAS E IMAGEM

Foto 1	Dom Olívio no Tiro de Guerra de São Paulo em 1945	51
Foto 2	Ordenação presbiteral de Dom Olívio	64
Foto 3	Jubileu de prata de Dom Olívio	72
Foto 4	Ordenação Episcopal de Dom Olívio	149
Foto 5	Visita Pastoral de Dom Olívio a São Miguel do Iguaçu	166
Foto 6	Visita Pastoral de Dom Olívio	167
Foto 7	Foto do quadro da Surata do Alcorão	171
Foto 8	Dom Olívio recepciona lideranças islâmicas	172
Foto 9	Caminhada pela Paz em 7 de abril de 1981	327
Foto 10	Presença de Dom Olívio à frente da Caminhada pela Paz	328
Tabela 1	Crescimento Populacional do estado do Paraná entre 1940 a 1991	216
Tabela 2	População urbana e rural do estado do Paraná entre 1950 a 2007	219
Tabela 3	População residente conforme situação domiciliar de municípios pertencentes à diocese de Foz do Iguaçu	231
Imagem 1	Localização dos municípios da tríplice fronteira	244

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Jornal Diocesano Em Um Só Espírito (EUSE)	70
Figura 2	Brasão Episcopal de Dom Olívio	71
Figura 3	Localização da mesorregião Oeste do Paraná	139
Figura 4	Localização da diocese de Foz do Iguaçu, da arquidiocese de Cascavel e demais circunscrições eclesiais do Paraná	142
Figura 5	Diocese de Foz do Iguaçu e áreas administrativas	147
Figura 6	Área inundada pelo reservatório de Itaipu e municípios limítrofes	227
Figura 7	Carteirinha de membro do Núcleo Diocesano da CJP	266
Figuras 8 e 9	Matérias no EUSE associando a imagem do papa João Paulo II ao movimento Justiça e Terra	293
Figuras 10, 11 e 12	Gravuras associando a Bíblia às lutas sociais do campo	296
Figura 13	Charge do símbolo da Itaipu crucificando agricultor	302
Figura 14	Capa de jornal associando Itaipu à destruição das comunidades	307
Figuras 15 e 16	Cartazes e faixas à beira da rodovia Br 277 (“Trevo da Vergonha”)	318
Figura 17	Moção de apoio à causa dos desapropriados de Itaipu (01/04/1981)	322

LISTA DE SIGLAS

ADITEPP – Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos
ACB – Ação Católica Brasileira
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEFÚRIA – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CEP – Conferência Episcopal do Paraguai
CD – Decreto *Christus Dominus*
CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano e do Caribe
CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CGI – Comissão Geral de Investigações
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CISA – Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNBB/Regional Sul II – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Regional do Estado do Paraná
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COREG – Coordenadoria Geral do Arquivo Nacional
CPJP-PR – Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Estado do Paraná
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DEOPs – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna
DPF – Departamento da Polícia Federal
DOPs – Departamento de Ordem Política e Social
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EME – Estado Maior do Exército
EN – Encíclica Papal de Paulo VI *Evangelii Nuntiandi*
EUSE - Jornal Em Um Só Espírito – Informativo da diocese de Foz do Iguaçu
FV – Família Vicentina
GS – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITC – Instituto de Terra e Cartografia
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LE – Encíclica Papal de João Paulo II *Laborens Exercens*
LG – Constituição Dogmática *Lumen Gentium*
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste
MM – Encíclica Papal de João XXIII *Mater et Magistra*
MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPRs – Notas Promissórias Rurais
OC – Encíclica Papal de Paulo VI *Octagesima Adveniens*
ONG – Organização Não Governamental
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PT – Encíclica Papal de João XXIII *Pacem in Terris*
RCC – Renovação Carismática Católica
RN – Encíclica Papal de Leão XIII *Rerum Novarum*
SINCRE – Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros
SNI – Serviço Nacional de Informação
SVD – Sociedade do Verbo Divino
TdL – Teologia da Libertação
TG – Tiro de Guerra

RESUMO

Explorando o papel ativo do sujeito como produtor de sentidos e de apropriações subjetivas do mundo social, este trabalho busca compreender o processo de instalação e consolidação da diocese de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, entre os anos de 1978 a 1984, pela trajetória biográfica de Dom Olívio Aurélio Fazza. O ponto de partida da pesquisa foi compreender as apropriações simbólicas feitas pelo sujeito ao longo de sua formação para, então, analisar o significado e as implicações pastorais daquilo que era anunciado como objetivo principal de seu episcopado: evangelizar com atenção especial à família, às comunidades eclesiais de base e à renovação paroquial, priorizando atuar sobre/com os pobres e jovens. Ao produzir e cotejar criteriosamente o corpus documental paralelo à discussão bibliográfica, fica evidenciada a organização e a oferta de serviços religiosos voltados para atenuar e solucionar problemas sociais surgidos em uma região de conflitos como aqueles relacionados à migração desordenada na tríplice fronteira, ao êxodo rural, ao crescimento da cidade e à concentração fundiária.

Palavras-chave: Trajetória, Igreja Católica, Diocese de Foz do Iguaçu, Bispos.

ABSTRACT

This paper aims to comprehend the process of establishment and consolidation of dioceses in Foz do Iguaçu (located in Western Paraná) from 1978 to 1984 exploring the active role of the individual as a creator of meanings and subjective appropriations of the social world and through the biographical path of Dom Olívio Aurélio Fazza. The starting point of this research was the understanding of the symbolic appropriations made by the individual throughout his growth so it is possible to analyze the meaning and the pastoral implications of the goals announced as the main foundation of the episcopate: evangelize specially focusing on families, the basal ecclesial communities and in the parochial renovation (prioritizing the poor and the young men). When the documental data was produced and confront, it became evident that the organization and the religious services leaned towards the attenuation and the upbringing of a solution to social problems that arose in a region which conflicts were rooted in the chaotic migration on the triple boundary (*tríplice fronteira*), the rural massive immigration, the city's growth and land concentration.

Key Words: Trajectory, Catholic Church and Foz do Iguaçu Diocese, Bishops.

INTRODUÇÃO

As questões que envolvem o Oeste do Paraná, sobretudo aquelas ligadas ao processo de colonização, modernização da agricultura, êxodo rural, migração endógena e exógena à região foram, nas últimas duas décadas, temas de pesquisas e estudos desenvolvidos no campo da História, da Geografia, da Sociologia e da Antropologia. Ademais, há uma significativa produção de artigos e ensaios, publicados em livros e periódicos, subvencionados pelos poderes públicos e privados, como prefeituras e empresas colonizadoras, respectivamente. Nestes casos, a curiosidade intelectual, a abordagem e os objetos eleitos para serem referenciados atendem a perspectiva inerente à lógica do mecenato. Não obstante aos interesses intrínsecos à natureza das pesquisas, percebe-se que aspectos políticos, econômicos e sociais, discutidos freqüentemente em escala local e regional são predominantes, e preteridos aqueles ligados à religião e à cultura. Esses aspectos, quando surgem, em geral apresentam dupla implicação: são apresentados como apêndice de uma suposta causa eficiente ou como ornamento da estrutura social.

Embora panorâmico e abrangente, este diagnóstico inicial permite inserir a perspectiva geral da pesquisa em desenvolvimento, a saber, explorar o viés do campo religioso como possibilidade de conhecimento histórico sem, contudo, negligenciar demais aspectos do mundo social, como as perspectivas e influências provenientes do campo político, econômico e cultural. Na esteira dessa abordagem, estão presentes noções conceituais que acompanham a feitura da produção, seleção e leitura das fontes, o levantamento de hipóteses e as especulações conclusivas sobre o objeto estudado. Sobressaem, em particular, as definições conceituais de campo – neste particular do campo religioso –, de trajetória e de porta-voz do sagrado de Pierre Bourdieu, de *nomos* de Peter Berger, a apropriação/leitura e representação de Roger Chartier, o entendimento, implicação e relevância da concepção heurística da biografia consoante aos apontamentos de Sabina Loriga e, novamente, Chartier.

As demais referências utilizadas, geralmente em sintonia com esta base conceitual, foram providenciais por tornar possível a compreensão de fenômenos relacionados direta ou indiretamente com a pesquisa. A menção é válida para as interpretações, sobretudo, de Pierre Sanchis, Michel Lowy, Kenneth Serbin, Ana

Maria Doimo, Zilda Iokoi, Vanilda Paiva e Roberto Romano, ao problematizarem teórica e empiricamente o campo católico brasileiro no que tange às relações de poder, às disputas intra-eclésiásticas, às trocas simbólicas e às (re)composições dos sujeitos do campo religioso. Foram igualmente providenciais como instrumental para se entenderem as aproximações/distanciamentos entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil e, finalmente, para explorar com propriedade a problemática dos movimentos sociais, ora expandindo-se e ora arrefecendo-se em confluência ou distanciamento com a mística e a linguagem religiosa. Certamente, estes últimos autores, por meio de seus trabalhos, tornaram as categorias e noções teóricas palatáveis e, conseqüentemente, decisivas para a concepção e a execução desta pesquisa. Destarte, a estrutura do trabalho – desde o recorte temático, passando pela importância e trato dado às fontes, até os périplos temporais – à semelhança da armação de um edifício, deve ser compreendida na configuração desse horizonte teórico-metodológico.

Pode-se dizer que duas foram as razões que acompanharam desde a elaboração do projeto até o desenvolvimento da pesquisa. A primeira delas eram referências informais e veiculadas pela mídia impressa e falada de que a diocese de Foz do Iguaçu, entre as demais do Oeste do Paraná – Toledo e Cascavel –, havia assumido a vanguarda na renovação eclesial no que se refere às intervenções sociais. A identificação com o tema e a curiosidade pessoal indicava um problema a ser investigado. A segunda razão, propriamente acadêmica, surgia de uma constatação: os estudos sobre a compreensão regional, ao abordarem a questão da religião católica, mantêm atenção quase exclusiva nos problemas decorrentes do processo de colonização e, não raras vezes, tratam o campo religioso de forma homogênea e unívoca, sem atentar para fissuras e rachaduras eclesiásticas provenientes da auto-compreensão que os porta-vozes do sagrado fazem da Igreja. A busca do entendimento sobre essas duas questões era a força motriz da pesquisa.

Dentro do campo religioso católico, o problema da pesquisa consistiu em compreender como e por quais razões Dom Olívio Aurélio Fazza, primeiro bispo da diocese de Foz do Iguaçu - PR, estruturou pastoralmente aquela Igreja Particular de modo a torná-la conhecida, porque profética em suas posições políticas e

intervenções sociais.¹ É possível afirmar que a presença do bispo, como porta-voz do sagrado, catalisa em si o encontro de um significante e de um significado preexistente, podendo agir como força organizadora e mobilizadora no meio social. Não o indivíduo de poderes excepcionais e sim o sujeito, que através de seu discurso ou de sua pessoa, com falas e atitudes, confirma o encontro e a compreensão de uma realidade significativa. Como pergunta-problema, pode-se colocar: que tipo de energias sociais o bispo estará mobilizando na diocese? Quais serviços religiosos são arregimentados e quais preteridos? Nas ações assumidas, é possível perceber as apropriações simbólicas feitas pelo bispo ao longo de sua trajetória biográfica? Quais concepções axiológicas e cognitivas estão sendo invocadas como princípio de orientação sócio-religiosa? Qual é seu entendimento sobre o múnus episcopal e sobre a missão social da Igreja Católica? Essas indagações desenvolvidas no transcorrer dos capítulos evidenciam que não são as convicções espirituais em si e desdobramentos afetivos que interessam, nem mesmo a compreensão de todo o seu episcopado. Importa especificar o objeto em análise.

A diocese de Foz do Iguaçu foi criada em 5 de maio de 1978 pela bula “*De Christiani Populi*”, de Paulo VI. Dom Olívio, ordenado bispo em 12 de agosto de 1978, assumiu a diocese em 26 de agosto do mesmo ano e entregou o cajado de seu governo a Dom Laurindo Guizzardi, em 3 de março de 2002 quando, com 77 anos de idade, tornou-se bispo emérito e permaneceu como vigário geral daquela diocese.² Como primeiro bispo, teve a função de pensar a estruturação física e pastoral da nova circunscrição. Esse trabalho compreendeu tanto ações acerca da infra-estrutura, como criação e reorganização das capelas e paróquias, construção de seminário, centro de formação e assistência social, quanto a definição das diretrizes pastorais que a diocese tomaria. Nesse último aspecto estão relacionadas atividades que vão desde reunir clero secular e regular, atrair congregações de religiosos e religiosas para os trabalhos educacionais, assistenciais e promocionais,

¹ A localização da área de estudo pode ser conferida nas páginas 139 e 142, Figuras 3 e 4. Duas anotações sobre a escrituração do trabalho: as citações diretas serão transcritas como no original sem fazer reparos/correções; usa-se a expressão Igreja referindo-se a Igreja Católica, embora compreenda que este termo pode ser aplicado a outras denominações religiosas.

² Nasceu em Juiz de Fora em 25 de junho de 1925. No último dia 25 de dezembro, dia em que se comemoram as festividades natalinas, às 12h15min no hospital Costa Cavalcante de Foz do Iguaçu, morria Dom Olívio com 83 anos de idade, dos quais 30 anos de episcopado e 53 anos de presbiterato.

como a formação de uma colegialidade que arregimentasse sintonia e cumplicidade na ação ética e social da diocese.

A indagação que se coloca é: a relação entre bispo, clero e leigos é mediada pela hierarquização ou pelo assembleísmo? Em que medida Dom Olívio imprime um ritmo na diocese de acordo com suas convicções ético-religiosas? O contexto social que encontra é decisivo a ponto de redirecionar seu governo? Como entender a relação de contato entre um agente do sagrado, o bispo, que, nascido em Juiz de Fora e exercido o presbiterato em São Paulo, vem para uma região de tríplice fronteira? Nas polaridades texto e contexto, sujeito e facticidade objetiva, ação individual e ação coletiva, pode-se compreender a ação de Dom Olívio na organização da Igreja de Foz do Iguaçu? Perguntas presentes e problematizadas ao longo desta pesquisa.

É importante ressaltar que os desdobramentos no campo religioso católico no Oeste do Paraná estão inseridos numa realidade com profundas transformações sociais. A Igreja Católica paranaense, desde 1950, busca responder ao desafio de se estruturar fisicamente e empreender uma ação político-religiosa coordenada. Nesse sentido, a primeira diocese do Oeste do Paraná foi criada em 1959 e instalada no ano seguinte, tendo como sede a cidade de Toledo. Dezoito anos mais tarde, em 1978, esta diocese foi subdividida e, a partir de então, a região passa a contar com três sedes episcopais: Toledo e as novas dioceses de Foz do Iguaçu e de Cascavel. Passado pouco mais de um ano, esta última diocese é elevada à categoria de Província Eclesiástica. Certamente, era uma medida administrativa elementar para fazer frente aos novos desafios pastorais em que o crescimento populacional representava apenas um dos aspectos.

Particularmente, a microrregião de Foz do Iguaçu, que a partir de 1978 compreenderá a área da nova diocese, é marcada por grandes transformações socioeconômicas, entre as quais se podem enumerar: o forte êxodo rural promovido pela mecanização do campo e pela construção da usina hidrelétrica Itaipu binacional quando, com a formação do lago, desaloja mais de quarenta mil pessoas; o processo intenso de migração ao Norte do Brasil e ao Paraguai; crescimento acelerado das cidades que, sem planejamento infra-estrutural, gera um processo agressivo de marginalidade social; esgarçamento das relações sociais sentidas sobremaneira nas pequenas comunidades do interior. No campo político, alguns municípios, além de fazerem parte da região de tríplice fronteira, estão enquadrados

na Lei de Segurança Nacional de modo que seus prefeitos, não eleitos democraticamente, são nomeados pelo executivo estadual.

Assim, pode-se dizer que a pesquisa baliza-se temporalmente a partir de finais dos anos de 1970 até meados da década de 1980, quando estão conjugados os seguintes fatores: no campo religioso, encerra-se o período inicial de instalação da diocese e consolidação da proposta pastoral de organização de serviços religiosos voltados para o homem do campo e para o migrante cidadão; no campo socioeconômico, com o fechamento da barragem de Itaipu e formação do lago sobre o Rio Paraná, encerra-se o período tenso das indenizações dos desapropriados e diminui drasticamente a oferta de milhares de postos de trabalho para construção da hidrelétrica. No meio rural, o processo da modernização é sacramentado com a diminuição da agricultura familiar e o êxodo para a cidade; no campo político, novas proposições são feitas tendo em vista o período da redemocratização pautada na dinâmica da democracia, do pluripartidarismo e da liberdade dos movimentos sociais. Quer dizer, dentro desse universo de situações vivenciadas é fundamental compreender como o sujeito, neste caso Dom Olívio, lê essa realidade, apropriando-se e interpretando o momento, os interlocutores e o lugar social em que se encontra.

A tentativa de compreensão das ações do bispo na diocese de Foz do Iguaçu se apresentava como curiosa. À medida que apregoava discurso de promoção social e criava estratégias de intervenção na realidade, também manifestava simpatia pelos movimentos religiosos de espiritualidade intimista como as Congregações Marianas e os Focolares. Se solidário e ativo com a causa daqueles que tiveram suas propriedades alagadas pela construção da hidrelétrica de Itaipu, também não deixava de manter relações de proximidade com os signatários da binacional. Enquanto os discursos do bispo encampam uma Igreja organizada por meio das comunidades eclesiais de base, no oposto mantém uma fidelidade irrestrita à hierarquia eclesiástica. Esses pares antitéticos, ao menos apresentados como tais, poderiam ser compreendidos, ao que parece, sobretudo pela análise de alguns aspectos da biografia que não se esgotavam na leitura das fontes produzidas ou referidas sobre o momento estudado. Daí a motivação de explorar a trajetória biográfica de Dom Olívio a fim de entender outros elementos de suas ações. Ao optar por este procedimento metodológico, entende-se que não é a infância pela infância, a formação seminarística por si mesma, a participação como congregado mariano e simpatizante da espiritualidade focolarina, o exercício da profissão como

pároco e, na seqüência, como provincial da Sociedade do Verbo Divino que interessam. O objetivo principal é compreender como criou, amalgamou, silenciou e redefiniu experiências que se transfiguram nas posições ocupadas socialmente. Ao explorar sua trajetória biográfica – negociação consciente e inconsciente entre a subjetividade e a objetividade –, foi possível compreender posicionamentos tomados à frente da diocese de Foz do Iguaçu.

A consecução da pesquisa foi possível em função de um profícuo trabalho de campo que se estendeu ao longo dos quatro anos do doutoramento. Além de oportunizar o ajuntamento de inúmeras fontes escritas e iconográficas, foram produzidas diversas entrevistas com líderes de comunidades e religiosas, padres e pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil que tiveram proximidades com o personagem ou com a temática trabalhada. Foram particularmente fundamentais as duas entrevistas realizadas com Dom Olívio, quando dúvidas, acontecimentos e fatos desconhecidos ou pouco explorados pelas fontes escritas foram elucidados. Essas entrevistas também se tornaram úteis para, além das informações adquiridas, ter permitido um contato direto com o objeto principal da pesquisa. Assim, foi possível compreender muito do que as outras fontes mencionavam e, sobretudo, entender aquilo que não é verbalizado pelas fontes escritas, como os silêncios, as evasivas e as manifestações de alegria, espantos, descontentamentos, entre outros. Todos são indícios importantes para compreensão dos fenômenos sociais.

Juntamente com as fontes orais, as escritas são imprescindíveis para se compor um vasto *corpus* documental e cobrir o período e o personagem estudados. Algumas delas, em particular, destacam-se por apresentarem seqüência temporal e temática e manterem coerência interna. Atendem a este princípio os livros tombos de capelas e paróquias da diocese e todas as atas do Regional Sul II quando, em setembro de 1978, Dom Olívio passa a participar como membro do episcopado paranaense. Igualmente fundamental foi a localização e a leitura das atas da Federação Mariana de Juiz de Fora correspondentes ao período de 1939 a 1943 e o livro tomo da paróquia Nossa Senhora de Lourdes, de São Paulo, onde exerceu pela única vez a função de pároco. Outras fontes primárias produzidas pelo bispo são de invulgar valor histórico, como a escrituração do livro tomo da diocese e o relatório *Ad Limina* enviado a Roma em maio de 1985. A leitura do jornal da diocese “*Em Um Só Espírito*”, publicado desde junho de 1979, além da seção A Voz do

Pastor, escrita pelo bispo, proporcionou um cenário das atividades cotidianas desenvolvidas na diocese. O jornal, em grande parte, faz uma radiografia das opções e explicita os silêncios pastorais.

Embora sem garantias, procurou-se munir de uma vasta série de fontes, de materialidades diferentes, como fotos, entrevistas, textos, mapas, a fim de cobrir o objeto estudado. Todas foram compulsadas criteriosamente a fim de apreender o sentido e significado de suas intencionalidades. Ao falar em fontes históricas, as considerações de Jacques Le Goff são oportunas por considerar o documento como resultado do esforço das sociedades históricas de impor ao futuro, consciente ou inconscientemente, determinada imagem de si próprias. Uma vez existindo por causas humanas, engendrado e recolhido pela memória coletiva, o documento deve ser repensado como uma montagem. Não existe o documento ontologicamente verdadeiro, pois todo documento resulta de uma criação das sociedades. Daí a definição de que todo documento é um monumento, isto é, uma elaboração por uma memória histórica que deve ser desmontado, demolido, desestruturado a fim de analisar as condições de sua produção.³ O cruzamento entre opção teórica escolhida e o entendimento sobre a noção de documento estiveram presentes ao longo da pesquisa de campo, no cotejamento das fontes e na escrituração do trabalho.

Para apresentar os resultados da pesquisa, optou-se por estruturar o trabalho em três capítulos cuja temática é desenvolvida mantendo unidade e coerência na parte e no todo, isto é, na soma das partes. Buscou-se, em cada seção, apresentar os objetivos e conduzir a um raciocínio conclusivo sem, contudo, exaurir a temática proposta. Assim, cada parte tem uma unidade interna ao mesmo tempo em que todas elas buscam tratar a temática proposta no que se refere à referência teórica e o corpo documental.

O primeiro capítulo, *“Apropriações e ressignificações: A família, a espiritualidade e a vocação religiosa”*, remete às experiências vividas por Dom Olívio em Juiz de Fora e em São Paulo durante as décadas de 1930 a 1950. O objetivo é discutir alguns elementos que foram decisivos para sua formação cognitiva e axiológica. Sobressaem as condições de transmissão de um capital cultural com um componente fortemente religioso desde a esfera familiar, aproximando o jovem

³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª ed., São Paulo: Unicamp, 1992.

Olívio do *mundo da Igreja*: festas e ritos religiosos, leituras de textos e livros confessionais, espiritualidade vicentina e mariana e a opção pelo engajamento como padre na Congregação do Verbo Divino. Antes da ordenação presbiteral, contudo, o trabalho como profissional liberal e o alistamento militar permitiram a vivência pouco intensa do mundo prosaico, mas decisivas para sua formação.

Importa compreender, tendo no horizonte o clima pré-conciliar por que passava a Igreja do Brasil, o processo de apropriação e ressignificação realizada por Dom Olívio desse universo de objetividades, isto é, em que medida a socialização primária, realizada pela família, impregnou o seu modo de vida? Como a espiritualidade vicentina, no que toca às atividades assistenciais, e os discursos solidários da Congregação Mariana, convocando para uma cruzada contra os protestantes, os comunistas e o espiritismo, teria sido compreendida e reproduzida pelo sujeito? Enfim, o exercício argumentativo desenvolvido é perceber as formas errantes e por vezes pouco ortodoxas feitas por Dom Olívio em seu processo de formação.

O segundo capítulo, *“Um empreendimento orgânico: In Uno Spiritu”*, tem como palco principal a vinda do bispo para a região Oeste do Paraná e suas investidas na estruturação física e pastoral da diocese. Tendo presente o cenário regional, cujo contexto social está marcado pela transformação socioeconômica, Dom Olívio busca empreender uma ação orgânica afinada com as diretrizes da Igreja brasileira, bem como latino-americana. É recorrente em seu discurso a opção preferencial pelos pobres e a convocação de que *‘a mobilidade do mundo contemporâneo deve corresponder a mobilidade da Igreja’*, ou seja, as ações da Igreja devem se renovar a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Ao explorar essa problemática, percebeu-se a importância de ampliar a escala de análise, posto que havia questões que extrapolavam a realidade microrregional e remetiam à própria concepção de campo religioso católico. Essa implicação vale para a insistência do bispo em sintonizar a organização pastoral da diocese consoante as diretrizes estabelecidas pelo Regional Sul II. O mesmo é válido para a importância de compreender, momentos antes de sua eleição ao episcopado, a experiência como pároco e, em seguida, como provincial da Congregação do Verbo Divino, quando leitura de mundo e compreensão teológica são delineadas na capital paulista, onde a Igreja Católica tornou-se conhecida por suas intervenções político-sociais. Ademais, algumas perguntas são úteis para

compreender o empreendimento orgânico *In Uno Spiritu*, dístico do escudo episcopal: por que as CEBs são entendidas como resposta ideal para uma região que se urbaniza? Essa eclesiologia implica novo relacionamento entre os porta-vozes do sagrado e os leigos? Quais estratégias são organizadas a fim de atingir tais objetivos numa região em que o perfil pastoral da Igreja é marcado pela preeminência sacramental?

Após discutir o perfil eclesiológico assumido na organização da diocese de Foz do Iguaçu, o terceiro capítulo "*Desafios pastorais na região da tríplice fronteira*" problematiza três aspectos adotados por Dom Olívio: a criação de serviços religiosos voltados para assistência e promoção social, as intervenções sociais tomadas junto aos movimentos e grupos supostamente atingidos em seus direitos humanos e, finalmente, a habilidade política com que Dom Olívio conduzia suas relações ao tratar diferentes classes sociais sem esgarçar as relações de trocas simbólicas. Por um lado, essa desenvoltura política, compreendida em parte quando explorada sua trajetória biográfica, traz algumas facilidades na organização da diocese e admiradores pessoais. Por outro, reúne críticas ou, no mínimo, ressalvas, por entender que as ações do bispo deveriam ser menos polidas e mais francas, sobretudo quando os posicionamentos referiam-se a causas emergentes como a desapropriação de terras, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu e a reforma agrária.

CAPÍTULO I

APROPRIAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES: A FAMÍLIA, A ESPIRITUALIDADE

E A VOCAÇÃO RELIGIOSA

Em Um Só Espírito, viver num espírito só embora com suas diversidades. Devemos ser um só, um todo, um corpo que deve ser unido. A Igreja deve ser o corpo místico de Cristo. Isso tinha a ver com a frase que defini quando me tornei bispo. In Uno Spiritu.¹

A epígrafe acima traceja em grande parte o perfil episcopal e as apropriações simbólicas realizadas pelo sujeito. Com isso configura-se o problema inicial, que é compreender aspectos da formação cultural e intelectual de Dom Olívio assim como da realidade da Igreja Católica na qual está inserido. Tendo presente esse enunciado, define-se o objetivo a ser percorrido neste capítulo: elencar alguns elementos biográficos que, inseridos em seu tempo e espaço históricos, elucidam o seu universo valorativo e cognitivo. Sobressaem o papel e as interlocuções realizadas a partir da realidade familiar, da vivência na espiritualidade da Congregação Mariana e Focolorina, do carisma da Congregação do Verbo Divino, das leituras confessionais e dos livros de Tihamer Toth, bem como as experiências profissionais e o contato com o Tiro de Guerra.

Vencida a resistência inicial em explorar a biografia do personagem central desta pesquisa, a motivação e a justificativa se apresentaram logo em seguida. Concepção de Igreja, noção de poder e motivações pessoais pareciam remeter a um período que não era aquele restrito de 1978 quando de sua posse como bispo da diocese de Foz do Iguaçu. Estava claro que elementos subjacentes apareciam, se não determinantes, ao menos decisivos na formação de uma nova compreensão de Igreja no Oeste do Paraná. Estes aspectos são problematizados na seqüência.

1.1 Quatro situações iniciais

Primeiramente, faz-se necessário expor quatro situações que se ofereceram como problemas de investigação e que, no princípio da pesquisa, foram encaradas como de difícil compreensão, uma vez que não se enquadravam nas categorias

¹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista**. Foz do Iguaçu, 30 de abr. 2007. (A/A). Como foram realizadas duas entrevistas com Dom Olívio, será utilizado o número 1 para identificar a entrevista ocorrida em 11 de outubro de 2006 e o número 2 para a realizada em 30 de abril de 2007.

interpretativas previamente determinadas pelo sujeito pesquisador. A preocupação inicial foi tentar compreender se o perfil do episcopado de Dom Olívio, ou de forma mais modesta, se as idiossincrasias do personagem denunciavam atitudes de cunho conservador, moderado ou progressista. A dificuldade do enquadramento das fontes nessas implicações conceituais foi aos poucos se oferecendo como uma fenda, ou uma fissura, ao passado de Dom Olívio da qual se podem explorar sentido e o significado das ações tomadas durante parte de seu episcopado. Quer dizer, apesar de paradoxo e incômodo intelectual, essas quatro situações contribuíram para repensar o uso de algumas categorias teóricas e permitiram, na seqüência, uma compreensão da sua trajetória como bispo da diocese de Foz do Iguaçu.

As duas primeiras fontes trazem experiências que ocorreram na fase inicial da pesquisa empírica. A primeira trata de uma entrevista dada ao jornal “*A Gazeta do Iguaçu*”, da cidade de Foz do Iguaçu, às vésperas das eleições municipais de outubro de 2000. Assim como outras dioceses do Brasil em sintonia com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a diocese de Foz do Iguaçu se manteve ativa na campanha eleitoral promovendo debates em torno das plataformas de governo dos candidatos ao legislativo e executivo municipal. Os diocesanos não podem ficar indiferentes, lembra o bispo, e à Igreja compete a conscientização acerca das questões políticas e sociais: “*A religião que vem de Deus não exclui a política. Moisés libertou o povo da escravidão através de uma ação religiosa e política*”.² Chama atenção nessa passagem a função da Igreja e a recorrência ao personagem Moisés como aquele que protagoniza o êxodo de um estado de penúria para um estágio de libertação. Assim como Moisés, sugere o bispo, a Igreja também devia desempenhar sua função libertadora na sociedade contemporânea.

A segunda situação ilustra a sensibilidade de Dom Olívio quanto às questões sociais e compreensão da missão terreal da Igreja. Trata-se da experiência ocorrida durante a realização do 7º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) entre 10 a 14 de julho de 1989 em Duque de Caxias, Rio de Janeiro.³

² Esta citação está contida no livro de Nelson Locatelli que estava no prelo quando se teve acesso ao material. Em 19 de dezembro de 2007 o livro foi publicado, apresentando algumas inserções de fotos e correções pontuais na redação do texto. Importa destacar que este livro foi produzido com consentimento, informação e revisão de Dom Olívio. LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio Aurélio Fazza – mensageiro da paz**. Foz do Iguaçu: Nadai, 2007, p. 91.

³ O 7º Encontro Intereclesial foi realizada na cidade de Duque de Caxias (RJ), uma das regiões mais pobres do País. Estiveram presentes em torno de 2.550 pessoas, entre representantes de 19 países latino-americanos e 12 Igrejas Evangélicas. O tema foi “CEBs: Povo de Deus na América Latina a Caminho da Libertação”. Um dos assuntos mais correntes foi o importante momento que a sociedade

O encontro teria produzido um momento de arrebatadora experiência mística em Dom Olívio. O entusiasmo dos participantes negros, índios e brancos brasileiros e latinos; a solidariedade das famílias que, em meio ao medo da violência e a pobreza, hospedavam com solicitude em suas casas os participantes do evento; o debate acerca do momento político pelo qual passava o Brasil às vésperas de enfrentar uma eleição direta para presidente da República depois de vinte anos; e a bandeira da justiça social tremulando as reivindicações do grito dos marginalizados, teria induzido Dom Olívio a arremeter contra a situação de desrespeito aos direitos humanos na sua diocese. Seu discurso é incisivo quando, no periódico da diocese, seção “*Voz do Pastor*”, afirma

Para mim o 7º Encontro representa uma grande esperança e assim sinto novo entusiasmo para caminhar com meu povo, nesta Diocese pequena e conflitiva que é Foz do Iguaçu. Sinto, que com todos os agentes de pastoral, devo comprometer-me mais com o povo, especialmente os mais pobres. E que este compromisso, necessariamente deve estar enraizado no mistério profundo de Deus. Sinto que devo incentivar nossos leigos, a um compromisso de política partidária, que vise a transformação de nossas estruturas sociais injustas. Sinto que devo caminhar junto com os irmãos de outras Igrejas, que procuram a libertação total do povo.⁴

A leitura atenta da fonte lembra alguns discursos e práticas acirradas, sobretudo da década de 1970, em que setores da Igreja do Brasil, incluindo parte significativa da CNBB, faziam uma leitura de mundo e metodologia de ação próxima da Teologia da Libertação⁵: militância, conscientização e formação de comunidades

brasileira vivia: eleições diretas para Presidente da República, depois de 20 anos de regime militar. **Histórico dos Intereclesiais.** Disponível em: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/memoria/10cebs/histor.html>. Acesso em: 8 de jun. 2007.

⁴ FAZZA, Olívio Aurélio. **Palavra do Pastor: Sétimo Encontro Intereclesial de CEBs.** JORNAL EM UM SÓ ESPÍRITO – Informativo da diocese de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, ago/1989, p. 3. A referência aos informativos da diocese de Foz do Iguaçu será abreviada como EUSE.

⁵ O surgimento da Teologia da Libertação (TdL) enquanto movimento de produção e difusão de textos mais decisivos remonta ao final da década de 1960 com autores como Gustavo Gutiérrez, Rubem Alves, Leonardo e Clodovis Boff, entre outros. Esse movimento, assegura Otto Maduro, lembra a identificação de leig@s, religios@s e pastor@s protestantes e católic@s – trabalhando em comunidades oprimidas em toda a extensão das Américas, compartilhando com frequência a opressão e repressão que são parte da vida cotidiana dos pobres do mundo inteiro – deram origem, entre outras coisas, à teologia da libertação marcada pela ousadia em denunciar as estruturas sociais opressoras e por relativizar a *ditadura da teologia européia*. Por outra parte, insiste Otto Maduro, é preciso reconhecer as raízes múltiplas, complexas e profundas das teologias da libertação e não reduzi-las de forma simplista e elitista à teologia escrita, publicada e reconhecida em textos aceitos academicamente. Muitas idéias da TdL podem ser encontradas em tradições, grupos e pessoas muito anteriores ao surgimento da TdL não apenas na América Latina, mas também fora dela. Cf.

eclesiais de base rurais e urbanas cuja bandeira hasteava reivindicações como reforma agrária, melhores salários, condições de emprego, entre outros. No discurso acima, fica evidente a compreensão da função da Igreja na conscientização dos leigos, no trabalho ecumênico entre as Igrejas, na participação empática nos pleitos eleitorais e, conforme diz, “*na transformação das estruturas sociais injustas*”. O pronunciamento desse discurso na década de 1960/70 possivelmente soaria como extremista.

A terceira situação de contato com as fontes ocorreu num momento em que se davam os primeiros passos para entender o *perfil progressista* de Dom Olívio. Os discursos acima pareciam não deixar muita dúvida, e a conclusão apresentava-se como segura. Entretanto, durante o jubileu de ouro de ordenação presbiteral ocorrido na sede da diocese em 6 de março de 2005,⁶ quando fez seu discurso de agradecimento, Dom Olívio refere-se aos “*amigos leigos que tiveram grande influência na minha vida, especialmente os participantes da Congregação Mariana, que foram para mim uma comunidade de fé e formação*”.⁷ Esta menção, embora rápida, não foi acidental e manifestaria todo o sentido durante uma das entrevistas concedidas para realização desta pesquisa.

Teriam sido as amizades, as leituras, os passeios e os retiros de carnavais promovidos pela Congregação Mariana durante sua juventude que proporcionaram a decisão de buscar a vida religiosa? Parecia necessário explorar o que foram as Congregações Marianas no Brasil durante o primeiro quartel do século XX, embora já se tivesse conhecimento de seu perfil intimista. O incômodo perante as fontes apresentadas nos parágrafos acima teria se formado porque esta última passagem não se encaixava, como num jogo de quebra-cabeças, com as peças montadas nas duas situações descritas anteriormente. O desafio estava posto, já que a tentativa de desenhar o perfil de Dom Olívio havia ruído num simples pestanejar. Mas não pararia por aí porque, logo em seguida, em uma entrevista ao autor desta pesquisa, Dom Olívio diz ter nutrido muita simpatia e, durante a década de 1960, ter

MADURO, Otto. Fazer teologia para fazer possível um mundo diferente: um convite autocrítico latino-americano. **REVISTA ESTUDOS DA RELIGIÃO**, São Paulo, ano XIX, n. 29, jul/dez 2005, p. 115.

⁶ O jubileu de ouro foi comemorado no Centro de Convenções de Foz do Iguaçu. Além da presença de autoridades eclesiais e políticas da região, diversas caravanas de outras dioceses e Estados vieram a somar com milhares de pessoas vindas das 21 paróquias, 35 padres e 80 religiosos e religiosas da diocese. Cf. LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio...**, op. cit., p. 63.

⁷ Id., *ibid.*, p. 62.

participado do movimento do Focolares em São Paulo. Era a quarta situação que criava uma sensação no mínimo intrigante.

Enfim, o panorama desenhado pelas fontes manifesta uma situação a princípio paradoxal: de um lado, participação das CEBs e um discurso afinado com a Teologia da Libertação e, de outro, simpatia, aproximação e convivência com movimentos de espiritualidade vertical e intimista.

Estava formada a fenda à qual se fez referência acima: quatro situações em que fontes do mesmo período histórico, produzidas pelo próprio personagem, pareciam apontar para horizontes diferentes. Como explorar sua trajetória sem antes compreender a maneira como o sujeito se apropriou e amalgamou seu universo valorativo e, em consequência, definiu suas opções ético-religiosas? Está posto o desafio e a necessidade de tornar as noções teóricas flexíveis a fim de apreender o sentido histórico das práticas individuais e coletivas.

1.2 Diluindo pré-conceitos, apresentando noções

A atenção com a biografia visa a atender à possibilidade de explorar o papel do indivíduo, neste caso de Dom Olívio, na construção dos laços sociais,⁸ afastando-se da abordagem estruturalista que dilui a função do indivíduo e da tradicional polarização/dicotomização homem versus contexto social. A abordagem proposta se distancia da prática tradicional, anedótica e puramente cronológica, assim como nutre precaução com o furor catastrófico de perder a história problema em nome de um modismo jornalístico ou mesmo historiográfico cuja marca é a facilitação mediante a superficialidade da narrativa.

Ao explorar alguns elementos biográficos de Dom Olívio, algumas ressalvas iniciais devem ser feitas. Entre elas, a ilusão da compreensão da totalidade, de tudo abranger e explicar, mesmo os mais ínfimos detalhes e a ambição da coerência, o encontro de nexos das idiosincrasias apesar da dispersão e da complexidade em que está envolvido o indivíduo. Tais tentativas ocasionariam uma análise e *“uma coerência ex post factum, como se as vidas houvessem transcorrido de forma linear e ascensional na direção do sucesso”*⁹ ou insucesso. Assumir estas precauções significa evitar tomar como verdade a concepção de que a vida constitui um todo, um

⁸ CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 102.

⁹ BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995, p. 61.

conjunto coerente e orientado que pode ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva de um projeto e que a vida organizada desenrola-se numa ordem cronológica, que é também ordem lógica em que se pressupõe início, meio e fim.

Pierre Bourdieu, pelo viés da sociologia, apresenta algumas resistências à concepção, muito em voga nas ciências sociais, de compreender os elementos fundantes da estruturação da sociedade pelo gênero da história de vida ou mesmo da filosofia da história.¹⁰ Com essa acepção, insiste Bourdieu, o cientista social desempenha a função de atribuir sentido, encontrar a razão, descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos. Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, *“como a narrativa coerente de uma seqüência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”*.¹¹

A fim de apresentar a concepção presente neste trabalho, as discussões realizadas por Loriga são úteis e operacionais porque buscam explorar na biografia uma função heurística¹² de compreensão das interferências no social, a partir de elementos comungados pelo sujeito quando de sua formação intelectual e espiritual. Nesse sentido, não é o passado pelo passado, a data pela data e o fato pelo fato que interessam. Também não o preciosismo em heroicizar o personagem como um sujeito determinante do contexto social em que viveu e carismas exemplares de vida. Igualmente, não é a produção de novos mitos históricos que se pretende. Ao evocar a perspectiva heurística, da qual expressa Loriga, entende-se a possibilidade de, ao visualizar a singularidade do personagem, compreender em que medida compartilha de uma eclesiologia pré e, em seguida, pós Vaticano II, como amalgama os seus valores familiares e em que medida o cenário político brasileiro se faz presente na sua concepção de mundo e de Igreja.

Na esteira destas considerações e fugindo da psicose individualizante ou excessivamente estrutural da concepção da sociedade, a utilização da noção de trajetória utilizada por Bourdieu é apropriada para compreender as ‘negociações’

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 8 ed., São Paulo: Papyrus, 2007.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 76.

¹² LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 228.

realizadas por Dom Olívio, porque se entende trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo indivíduo (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Quer dizer, os percursos tracejados pelo indivíduo estão inseridos em um campo de forças sociais que estão em constante mudança envolvendo e sendo envolvido por relações multisseriadas. Com isso, continua Bourdieu

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um sujeito cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetiva entre as diversas estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes com alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado.¹³

A compreensão de uma trajetória está condicionada ao entendimento que se tenham previamente construídos os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou, ou seja, o conjunto de relações objetivas que vincularam o indivíduo considerado – neste caso Dom Olívio – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis.¹⁴ Nesta abordagem é plausível explorar a trajetória de um indivíduo na medida em que este, na expressão de Michel Letté, *“concentra as características e as interrogações de uma comunidade, (e) se inscreve numa rede de relações e enfrenta os problemas de uma época. É aí que reside o interesse do gênero biográfico”*.¹⁵ não é o espírito de época da leitura hegeliana nem mesmo o homem da providência dos filósofos ou a impostura romântica do herói que interessa, mas antes o indivíduo independente, livre em seu ser limitado, que conhece e admite sua dependência em relação aos acontecimentos do mundo.¹⁶ Noutras palavras, o que está em pauta não é mais a

¹³ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas...**, op. cit., p. 81.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 82. O entendimento acerca da noção de campo religioso está ancorado nas discussões teóricas produzidas por Pierre Bourdieu, compreendendo como um espaço no qual agentes (padres, profetas, feiticeiros etc.) lutam pela definição legítima não só do religioso, mas também das diferentes maneiras de desempenhar o papel religioso. BOURDIEU, Pierre. *A dissolução do religioso*. -----. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 120.

¹⁵ Apud. FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. **REVISTA FÊNIX**, Minas Gerais, vol. 4, ano 4, n. 3, jul/set 2007, p. 9.

¹⁶ LORIGA, Sabina. *A biografia...*, op. cit., p. 239.

relação entre o homem ou o contexto, o sujeito ou a estrutura, o voluntarismo ou o determinismo, a liberdade ou a necessidade, pois

Hoje, pelo contrário, um número significativo de historiadores procura pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizam como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo ‘a vida dos grandes vultos’), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas).¹⁷

Uma vez esclarecidas as noções e o potencial heurístico da biografia, mas titubeando com outras noções teóricas esquemáticas, buscou-se explorar o perfil de Dom Olívio num impulso imediato que marcou a fase inicial da localização e catalogação das fontes. Esse foi o momento em que as fontes pareciam fugir da compreensão histórica e se apresentavam como um desafio. Essa experiência refere-se às quatro situações nomeadas anteriormente.

Encontrar fontes que atribuíam ao comportamento do bispo o perfil de progressista, moderado ou conservador era considerado, de primeira mão, um achado porque transmitia a sensação de resposta e compreensão histórica. Quando as fontes não exprimem explicitamente, a tentação de encaixar o comportamento numa daquelas categorias era quase espontâneo. Mesmo sabendo da parcialidade das categorias, não se podia negar que eram sedutoras e podiam servir para entender não somente a infância como a maneira de o bispo exercer o mando na sua diocese.

Entre as precauções para uso indiscriminado de tais categorias, pode-se enumerar o uso abusivo e sem muitos critérios, seja nas próprias fontes ou, o que é mais grave, teórica e metodologicamente, nas utilizações feitas pela academia. Talvez a maior implicância no uso seja a sensação de ser uma forma fácil e leviana de enquadrar um processo histórico numa moldura de suposições definidas *a priori* que não dão margem para a idiosincrasia, para a incoerência, para a mudança de comportamento conforme as situações e os assuntos enfrentados. Vale ainda lembrar que esses termos foram, por vezes, usados vulgarmente como ponto de acusações e dilações pessoais.

¹⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 11.

Explorando os diálogos na sombra, estabelecidos nos anos de 1970 a 1974 entre Forças Armadas e alta cúpula da Igreja Católica no Brasil, também conhecidos como bipartite, o brasilianista Kenneth Serbin teve grande mérito, entre outros como a riqueza das fontes e a narrativa agradável e clara, de reconstruir algumas biografias eclesiais tidas desgraçadamente como conservadoras, retrógradas e aliadas sem escrúpulos às classes dominantes, ou, por outro, de biografias simpáticas a certa historiografia porque pairavam sobre o mote de serem tomadas como progressistas, evoluídas e ligadas aos nobres ideais da democracia.

O ponto fundamental que interessa aqui é a reserva que o autor faz aos usos abundantes das categorias conservador e progressista. Corroboram com essa afirmação as biografias de Dom Eugênio Salles, cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro, e Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiás, tidos como opositores natos porque de visões eclesiológicas distintas: aquele conservador e este progressista.¹⁸

Mais que reabilitar algumas biografias na história, o autor está preocupado com a implicação teórica e, conseqüentemente, metodológica dos usos abusivos destas noções. Manifesta que entre os observadores da Igreja brasileira e latino-americana tem havido a tendência de ignorar a multiplicidade e, em vez disso, de dividir o episcopado nas facções progressista e conservadora, tendo como base atitudes políticas e orientação teológica. Essas são categorias poderosas, úteis e inevitáveis, concorda Serbin, mas não explicam totalmente o comportamento dos bispos. As especificidades históricas, a evolução pessoal e o ambiente social de um bispo também são ingredientes importantes.¹⁹ Essa conclusão de Serbin apontava para o desafio desta pesquisa em desenvolvimento.

Além dessas inconsistências, insiste o autor e aqui o comentário pode valer para a historiografia brasileira, a produção nos Estados Unidos optou por um viés a

¹⁸ Para Kenneth Serbin, Dom Eugênio é exemplo paradigmático desta situação. Retratado como conservador pró-militar a partir do golpe de Estado em 1964. Nos anos de 1950 trabalhou pela reforma social e eclesial. Em 1964 foi chamado de comunista. Censurou os generais por exagerarem no anticomunismo em detrimento do Brasil e por adotarem medidas que estariam violando os direitos humanos (p. 432). Por outro, Dom Fernando, de credenciais progressistas impecáveis, chegou a declinar em favor da Forças Armadas em várias oportunidades, desde apoio à deposição de Jango, realizado reuniões e missas em comemoração aos aniversários da revolução de 1964 (p. 296 – 302). “Sua história exemplifica alguns dos temas centrais deste livro: a dicotomia entre o público e o privado na abordagem que os bispos faziam na ditadura, a inadequação da fórmula progressista X conservador para o entendimento da Igreja brasileira e a flexibilidade dos bispos e seu duplo papel como clérigos e políticos”. SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 290.

¹⁹ Id., ibid., p. 431.

favor da oposição da Igreja progressista versus Forças Armadas. Eram estudos favoráveis à *“Igreja progressista, porque ela encontrava eco em um corpo docente cujos valores políticos estavam majoritariamente à esquerda e que, com poucas exceções, parecia pouco interessado na religião como tal e via a história da instituição, em especial a eclesiástica, como algo exótico”*.²⁰

As observações pontuais de Loriga e Serbin são válidas por dois motivos básicos: primeiro, para evitar emoldurar a trajetória de Dom Olívio nas categorias supracitadas negligenciando os desdizeres das fontes conforme visto no início deste capítulo; segundo, para afastar o entendimento leviano de que explorar a biografia é fazer menos história e, portanto, compartilhar de uma visão resignada e minimalista baseada na estranha convicção de que é menos complexo e menos difícil debruçar-se sobre o personagem-homem do que sobre as estruturas sociais.²¹

A vinda de Dom Olívio para o Oeste do Paraná foi marcada pelo sentimento de medo e insegurança. A realidade social encontrada na diocese em agosto de 1978 era desafiadora a ponto de, diante do chamamento evangélico *“sai de tua terra e vai servir”* na diocese de Foz do Iguaçu, exclamar em forma de oração por sentir-se *“incapaz senhor. Confio em vossa graça. Confio no povo que me aguarda, em seus sacerdotes, religiosos e religiosas”*. Em seguida, o aceite em ir para a nova diocese vem acompanhado da menção à passagem bíblica de Lucas, capítulo 1 versículo 38, como que num reconhecimento dos limites de suas forças humanas. Na confiança em Deus, diz *“Faça-se me mim segunda a tua palavra”*.²² Essa referência ao anúncio da concepção de Maria manifestaria parte de sua espiritualidade.

Possivelmente tenha sido essa realidade conflitiva que acabou por celebrar a diocese de Foz do Iguaçu como uma das mais aguerridas do Paraná quando o assunto era questão social. Em consequência, seu episcopado foi tomado como profético por suas opções.

Esta situação de tensão teria sido captada pelas leituras informais ocorridas ainda na década de 1990 e, sobretudo, a partir da pesquisa de mestrado em 2000.²³

²⁰ Id., *ibid.*, p. 51.

²¹ LORIGA, Sabina. *A biografia...*, op. cit., p. 228.

²² LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, 1980, p. 28 - 29.

²³ A pesquisa de mestrado versou sobre a diocese de Toledo no período de colonização entre os anos de 1940 a 1970. Embora em todo o Oeste do Paraná houvesse somente esta diocese, a microrregião de Foz do Iguaçu não foi contemplada porque remetia a outro momento de colonização e de empresas colonizadoras, o que exigia uma atenção exclusiva e fugia dos limites de uma

Dado o recorte temático e temporal, naquele momento seria impossível uma mudança a fim de estudar esta região. A curiosidade foi aguçada quando, aos poucos, se percebeu que a diocese de Foz do Iguaçu tinha desempenhado uma função ativa nas questões políticas e sociais em fins da década de 1970. Contudo, em nenhum momento havia-se pensado sobre o protagonismo dessas opções. O desafio estava lançado.

Embora tentasse tergiversar, as fontes apontavam para uma atenção especial para a ação episcopal de Dom Olívio. Assim, inicia-se a pesquisa de campo em que se teve a oportunidade de entrevistá-lo em dois momentos, totalizando aproximadamente sete horas de gravação.²⁴ Marcados pela auxiliar Maria de Lurdes Taglieber, os dois encontros ocorreram na residência de Dom Olívio pertencente à diocese em Foz do Iguaçu. As entrevistas foram riquíssimas por apresentar uma série de elementos que nas fontes escritas estavam ausentes, implícitos ou subentendidos. De sorriso fácil e singeleza no trato, o entrevistado mostrou-se muito à vontade para falar da infância, da formação e do episcopado. Nas vésperas de completar oitenta e três anos, esbanjou saúde e memória fotográfica. A recepção ao entrevistador manifesta também o respeito no trato e atenção ao ser humano.

Respondeu a todas as perguntas encaminhadas anteriormente e àquelas apresentadas espontaneamente no momento do diálogo. Teceu comentários sobre a política atual e mostrou-se indignado quanto ao assunto da corrupção. Manifestou alegria com a eleição do novo papa Bento XVI por ser dócil, sensível e diz não concordar com a imagem reticente apresentada pela mídia quando de sua eleição ao papado em abril de 2005. Quanto aos rumos atuais da Igreja, lembra que por vezes a Instituição, assim como a Igreja Particular de Foz do Iguaçu, parece esquecer sua missão social. Embora verbalizando de forma velada, era uma observação de relativo descontentamento com algumas opções tomadas pela Igreja Católica. Nos temas de espiritualidade, migração, formação das comunidades

pesquisa de mestrado. Sobre a dissertação, consultar MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

²⁴ As entrevistas ocorreram em 11 de outubro de 2006 e 30 de abril de 2007 tendo sido gravadas e, posteriormente, transcritas. Em ambas as oportunidades, foram enviadas com antecedência algumas questões que nortearam o diálogo, embora não se tenha limitado nelas. A primeira entrevista explorou os desafios e dificuldades enfrentadas durante o episcopado. Na segunda foram privilegiados temas como a infância, o período de formação seminarística e a atuação pastoral como padre e provincial da Congregação do Verbo Divino no Estado de São Paulo. As perguntas enviadas foram úteis ao permitir maior aprofundamento nas respostas, além de possibilitar maior riqueza nos detalhes, como, por exemplo, datas, nomes e situações específicas.

eclesiais de base, criação e papel da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, reforma agrária, luta contra êxodo rural, o bispo não titubeia e lembra as marcantes experiências ocorridas na infância e quando exerceu o ministério sacerdotal em São Paulo.²⁵ Precisava ir a essas experiências.

1.3 Influências familiares: Socialização primária

Dom Olívio nasceu e passou sua infância e adolescência em Juiz de Fora, Minas Gerais. É importante destacar que essa cidade desde finais no século XIX apresenta várias transformações ocorridas em função de sua localização geográfica – proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo – e o grande desenvolvimento proporcionado pela agricultura cafeeira, tornando-se um dinâmico centro econômico, político, social e cultural. Aos poucos a cidade se amplia, ganhando ares de cidade moderna, ponto de confluência da população circunvizinha. São indicativos dessas transformações o plano de demarcação e nivelamento de ruas, instalação de telégrafo, expansão da imprensa, banco e bonde elétrico.

O crescimento econômico provoca igualmente uma dinâmica vida cultural representada pelos teatros, jornais, colégios e intensa atividade literária. A arquitetura reflete a prosperidade econômica e cultural, por meio do estilo eclético das construções, com diferentes manifestações do passado. Na entrevista cedida em abril de 2007, Dom Olívio lembra dos encantos que a energia elétrica proporcionava, facilitando os estudos no período noturno, o contato e uso esporádico do bonde elétrico e as visitas à usina de Marmelos, primeira usina de grande porte da América do Sul construída em Juiz de Fora.²⁶ Mal sabia ele que o apreço pelo progresso da ciência concretizada naquela obra hidrelétrica causaria tanto desafio quando bispo na diocese de Foz do Iguaçu.

No campo religioso católico, Juiz de Fora pertencia à diocese de Mariana até 1923 quando, em atenção à solicitação de Dom Helvécio, a Sé Romana cria nova diocese através da bula do papa Pio XI (1922 – 1939) "*Ad Sacrosancti Apostolatus*

²⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2.**

²⁶ Informações colhidas em: **Usina de Marmelos.** Disponível em: http://www.pjf.mg.gov.br/patrimonio/usina_marmelos.htm. Acesso em: 5 de mar. 2008; VIANA, Fabiana Gama. Disponível em: http://www.cerpch.unifei.edu.br/revista_online/ano2/n06/pdf/pag10e11.pdf. Acesso em: 5 de jun. 2007; **Juiz de Fora.** Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Juiz_de_Fora. Acesso em: 5 de mar. 2008. **História da cidade.** Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

Officium”, datada de 1º de fevereiro de 1924, tendo como primeiro bispo Dom Justino José de Sant’Ana. Nesse período está em curso no Brasil o processo de romanização,²⁷ implicando nas iniciativas de demolição do catolicismo tradicional e na criação de um novo imaginário religioso. Os porta-vozes do sagrado reformador consideram que a população vive mergulhada na noite da ignorância religiosa e da superstição, cuja mentalidade manifesta certa confusão entre as fronteiras do sobrenatural e das realidades terrestres.²⁸

Em Juiz de Fora, de acordo com a historiadora Mabel Salgado, desde 1890, sob o episcopado de Dom Silvério, o clero secular reformado e os religiosos(as) são agentes mediadores junto aos fiéis, no sentido de enquadrar as práticas religiosas no modelo romanizador. O clero reformado assume “*as funções de controle das atividades religiosas, sobretudo no que se refere aos movimentos festivos. Os registros nos revelam o impacto deste controle sobre as festas que buscam ressaltar novos valores estabelecidos*”.²⁹

Esse cenário deve estar presente a fim de lançar alguns lampejos sobre a trajetória de Dom Olívio quando em Juiz de Fora. Nascido em 25 de junho de 1925, é o sexto de uma família de treze filhos. Pai natural de Pádua, Itália, e a mãe, mineira do interior do estado, viveram como agricultores e, em seguida, pequenos comerciantes na própria cidade, com uma vida economicamente estável.³⁰ Dom Olívio trabalhava com o pai no *Armazém Bela Vista – Secos e Molhados*, auxiliando-o nas atividades do comércio varejista. Conforme relato pessoal, a infância transcorreu entre a vida de trabalho e os estudos. Ao eleger alguns aspectos da vida familiar de Dom Olívio, é fundamental ter presente que a família é compreendida como um primeiro espaço de construção da realidade, ou seja, é concebida como um agente ativo, dotado de vontade, capaz de pensamento, de sentimento e de

²⁷ Entende-se por processo romanizador o movimento de centralização partido de Roma com vistas à uniformização da Igreja Católica sobre a vida eclesial e eclesiástica brasileira. Por iniciativa de Roma e com apoio dos bispos, padres e congregações religiosas buscam enquadrar a vida dos fiéis nas diretrizes da Igreja como sociedade hierarquizada e autônoma sob a chefia do Pontífice Romano. Cf. OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 280 – 295.

²⁸ LIBÂNIO, João Batista. **A volta à grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1983.

²⁹ SALGADO, Mabel Pereira. Festas do catolicismo juizforano: expressões de liberdade social e controle eclesiástico. In: SALGADO, Mabel Pereira e CAMURÇA, Marcelo (orgs.). **Festa e religião**. Juiz de Fora: Templo Editora, 2003, p. 81.

³⁰ Alexandre Fazza, pai de Dom Olívio, veio para o Brasil em 1896 quando tinha quatro anos de idade. Sua mãe Carolina é natural do interior do município de Juiz de Fora. Cf. MEZZOMO, Frank Antonio. **Perguntas/Respostas de Dom Olívio Aurélio Fazza**. Foz do Iguaçu, 7 de jan. 2008. (A/A).

ação, apoiado em um conjunto de pressupostos cognitivos e de predisposições normativas que dizem respeito à maneira correta de viver as relações domésticas.

Sendo sujeito principal de articulação das estratégias de reprodução social, a família de Dom Olívio parece ter exercido papel determinante na construção de um ambiente impregnado de religiosidade. Da mãe, a fé no poder da oração; do pai, a prática da caridade assistencial; de toda a família, a freqüência assídua aos cultos e às missas dominicais e a participação efetiva na organização do religioso – sacristão, fabriqueiro, benfeitor, organista, ministro, coordenador de movimentos etc. – tornam o universo religioso extensível à família de Dom Olívio. Para Ernesto Seidl, as condições de transmissão de um capital cultural com um componente fortemente religioso dentro da esfera familiar vão além da observância sacramental e ritualística e se conjugam em alto grau com o envolvimento direto de membro do grupo familiar na administração da vida religiosa local, tendendo a marcar definitivamente a família como ‘católica’ e a representar uma espécie de capital relevante na dotação global de recursos disponibilizáveis por essas clientelas preferenciais à Igreja.³¹

O afeto pela mãe Carolina era fortemente expressado no aprendizado da oração e da autodisciplina. De seu pai Alexandre, os exemplos de solidariedade às famílias carentes. Aos oito anos de idade freqüentava a paróquia São Sebastião em Juiz de Fora quando ingressou no grupo de coroinhas a fim de ajudar nas funções religiosas. Lembra-se com encanto dos vestidos com batinas vermelhas e sobrepeliz branca que usava. Nessa paróquia participaria mais tarde, aos treze anos de idade, como Congregado Mariano.³²

Logo na primeira entrevista realizada durante o mês de outubro de 2006, indagou-se sobre a origem de sua opção preferencial pelos pobres tão manifesta durante seu episcopado. Como essa foi a primeira pergunta da entrevista, levantaram-se suposições sobre as possíveis influências dos documentos da Igreja como Concílio Vaticano II (1962 – 1965), Medellín (1968) e Puebla (1979) a fim de ajudá-lo em suas lembranças. Nesse momento ficou demonstrada a pouca precaução quanto ao possível condicionamento na resposta. Educadamente, o entrevistado assentiu com a cabeça e logo acrescentou um *também*, lembrando que

³¹ SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – URGs. Porto Alegre, 2003, p. 171.

³² FAZZA, Olívio Aurélio. **Carta**. Foz do Iguaçu, 19 de ago. 2007. (A/A). Nesta carta, Dom Olívio retifica a informação contida no livro de Locatelli (p. 17) quando afirma que sua participação como coroinha teria sido na paróquia Nossa Senhora do Rosário.

essa sensibilidade teria sido aprendida na família durante sua infância e lapidada, posteriormente, na arquidiocese de São Paulo. Somente depois se afinaria com os documentos da Igreja.³³

A menção da infância remete à experiência vivida com seu pai. Alexandre Fazza, juntamente com dois irmãos mais velhos e sua irmã Nelysinha, que posteriormente se tornaria religiosa vicentina, participava da Conferência Vicentina, organismo pertencente à Família Vicentina.³⁴ Seu pai, na condição de presidente da Congregação, era membro ativo. Isso se verifica, por exemplo, pelo auxílio intensivo na construção de uma capela onde hoje se situa a paróquia. Dom Olívio lembra que, quando visita Juiz de Fora, sua terra natal, faz questão de celebrar missa naquela igreja da qual seu pai foi um dos idealizadores.³⁵ O trabalho das visitas dominicais que seu pai fazia teria marcado em sua memória muito mais do que a construção da igreja. Depois da missa ocorriam as reuniões da Conferência em que se definia quem, onde e quando visitar as famílias pobres. Na companhia de um amigo, as visitas eram momentos privilegiados para conversas de conforto e oportunidade para diagnosticar as principais carências. A distribuição de vales, para aquisição de gêneros de primeira necessidade em armazéns previamente cadastrados, era uma medida emergencial a fim de remediar os efeitos mais deletérios da pobreza.

O trabalho silencioso e sem alarde não representava um estorvo ao pároco, que via com bons olhos o trabalho dos vicentinos.³⁶ Assim refere o entrevistado: “*O interessante era a visita do pobre na casa do pobre. Ali tiravam as conclusões: se precisava ser ajudado ou não, em que, quando etc. Esta é uma norma vicentina e eu sempre vi em meu pai desde que me entendo por gente*”.³⁷ A esse comportamento

³³ ----. **Entrevista 1.**

³⁴ A expressão *Família Vicentina* (FV) se refere ao conjunto de congregações, organismos, movimentos, associações, grupos e pessoas que, de forma direta ou indireta, prolongam no tempo o carisma vicentino, sejam eles fundados diretamente por São Vicente de Paulo ainda no século XVI, ou encontrem nele a fonte de sua inspiração e dedicação ao serviço dos pobres. Cf. **A família vicentina**. Disponível em: <http://www.pbcm.com.br/favi.htm>. Acesso em: 9 de jun. 2007. Já as Conferências Vicentinas são constituídas por grupos de católicos e integradas por pessoas sem distinção de cor, sexo, classe ou idade. Esses grupos organizam-se na área de diferentes setores comunitários, como a paróquia, o bairro, a universidade, as escolas de todos os graus ou no âmbito de qualquer categoria profissional. A espiritualidade ou o carisma vicentino gira em torno do servir a Jesus Cristo na pessoa dos pobres a quem poderão praticar a caridade. Como dizia São Vicente de Paulo, “Os pobres nos abrem as portas para a eternidade”. Cf. **Conferências Vicentinas**. Disponível em: <http://www.ssvponline.org/servicentino.asp>. Acesso em: 10 de jun. 2007.

³⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2.**

³⁶ Id., *ibid.*

³⁷ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1.**

de seu pai atribui uma das razões de sua sensibilidade social acentuada mais tarde. Essa situação remete às reflexões de Bourdieu quando explora a dimensão da família atribuindo um

papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão e para a transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o 'sujeito' principal das estratégias de reprodução.³⁸

Assim também ocorre com a escolha profissional feita ainda na adolescência. É de seu pai a sugestão de realizar o estudo secundário profissionalizante no Instituto Comercial Mineiro, escola particular em Juiz de Fora.³⁹ Essa experiência marcaria decididamente sua vida. Convém destacar que, diferentemente da prática dos jovens de sua época, Dom Olívio ingressaria no seminário somente aos vinte anos de idade na cidade de São Paulo, quando tinha uma profissão consolidada, renda mensal garantida e estava dispensado dos serviços militares. Esse aspecto merece destaque porque parece ser uma singularidade decisiva na sua opção pela vida eclesiástica.

Depois dos quatro anos de ensino primário, faz o exame de admissão e ingressa no curso de Técnico em Contabilidade. A justificativa de seu pai girava em torno da necessidade que sentia no próprio negócio que possuía, casa de comércio. O curso durou seis anos, sendo três anos de estudos chamados de propedêutico, correspondendo hoje ao Ensino Fundamental, com formação generalizante, e outros três anos com disciplinas como Direito Civil, Economia, Matemática, entre outras, voltadas para o exercício da profissão de contador. Atualmente, essa formação

³⁸ BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas...**, op. cit., p. 131.

³⁹ A formação do Instituto Comercial Mineiro remete a 1909, quando o professor Antônio Vieira de Araújo Machado Sobrinho iniciou as atividades do externato Lucindo Filho, mais tarde chamado de Colégio Lucindo Filho. Em 1912, devido ao desenvolvimento do ensino comercial, o professor fundou o Instituto Comercial Mineiro, anexo ao Lucindo Filho. Até meados de 1938, a instituição esteve sob a direção de seu fundador, quando então o professor Antônio Vieira veio a falecer. Em 1943, o Instituto Comercial Mineiro passou a se chamar Escola Técnica de Comércio Machado Sobrinho. No início de 1961, a Escola Técnica de Comércio foi transformada em Fundação, cujos objetivos consistiam em perpetuar o nome do fundador, difundindo e aperfeiçoando seus ensinamentos na área de educação da juventude. Cf. **Fundação Educacional Machado Sobrinho**. Disponível em: <http://www.acesa.com/arquivo/jf150anos/1705/>. Acesso em: 12 de jun. 2008.

equivale ao Ensino Médio. Tendo iniciado com onze anos na escola profissionalizante, aos dezessete anos estava formado, com destaque por ser o aluno mais novo da turma. Era dezembro de 1942.

Esse curso abriria as portas para, mediante concurso, ingressar no Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. em 16 de abril de 1943. Não voltaria a trabalhar com seus pais, o que não representou lamento, visto que a profissão era promissora. A mesma empolgação familiar não ocorreu quando Francisco Batista de Oliveira, principal acionista do Banco de Crédito Real, abre nova agência na cidade de São Paulo e convida Dom Olívio, entre outros funcionários, a comporem o novo quadro de funcionários. A não-aceitação poderia trazer constrangimentos e dificultar sua carreira profissional. Mês de julho de 1943, recém-completado dezoito anos, deixa sua família e vai morar numa pensão na rua do Carmo, ao lado da igreja Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade de São Paulo.⁴⁰

Se essa escolha profissional ocasiona o seu deslocamento para outro estado, lançando-o em novos desafios, teria sido a participação, desde os treze anos de idade, na Congregação Mariana que marcaria de forma indelével sua juventude a ponto de apresentar a vida eclesial como alternativa sedutora. A Congregação Mariana foi para Dom Olívio um verdadeiro celeiro de vocações religiosas e sacerdotais.⁴¹ Vale lembrar o destaque dado no início deste capítulo quando, na comemoração do cinquentenário de sua ordenação presbiteral em março 2005, Dom Olívio faz menção à influência formadora recebida como congregado mariano. Qual foi a importância dessa convivência como congregado por sete anos e quais teriam sido suas apropriações seletivas deste espaço formador de novos cristãos sodalícios?

1.4 Congregação Mariana: Gênese, carisma e presença no Brasil

A Congregação Mariana foi fundada em 1563, pelo jovem padre jesuíta João Leunis em Roma no período de Reforma e Contra-Reforma da Igreja Católica. No princípio, faziam pequenos encontros de piedade e oração que ocorriam após as aulas no colégio Romano da Companhia de Jesus, atual Universidade Gregoriana. O grupo inicial contava com seis jovens de cerca de dezesseis anos que, após as reuniões, de início semanais, depois diárias, se propunham a realizar atos concretos

⁴⁰ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2.**

⁴¹ Id., *ibid.*

de apostolado que, na época, consistiam em visitas aos doentes e encarcerados, ensino da doutrina cristã e visitas aos túmulos dos santos mártires.⁴²

Os encontros, que ocorriam dentro do colégio, começam a partir de 1576 a estender-se para a cidade, atingindo as classes sociais. A restrição à presença feminina, colocada até então, continuaria. Não era, desde o início, uma missão exclusivamente assistencial porque se fazia necessário recuperar um terreno religioso perdido para as religiões Protestantes. Daí o aspecto da disputa, pelo fato de o sodalício ser uma característica marcante dessa época. Lembra Maia que o congregado tinha que passar da oração às boas obras. Não é o indivíduo apenas preocupado com sua própria perfeição, mas é cristão investido de verdadeira vocação missionária. Aqueles congregados logo transformaram as suas hospedarias e quartos em celas, o tempo da refeição em reuniões piedosas. Quais hábitos de piedade os jesuítas queriam inculcar nos cristãos do século XVI? Hábitos de

um cristão que sabe usar o tempo, um tempo perfeitamente regulado e regrado no seu uso. Um horário minuciosamente estabelecido para o dia-a-dia, vigiado pelo 'exame de consciência' de acordo com o modelo inaciano. As festas marianas tinham destaque especial. O tempo da Igreja deve ser o tempo vivido pelo indivíduo.⁴³

Ao perceber o potencial disciplinador, avivamento na ação assistencial e obediência à hierarquia, logo se criaram novas Congregações Marianas de sacerdotes cuja idéia era recuperar a imagem do clero secular e das ordens monásticas desprestigiada na Europa.

No Brasil, as Congregações Marianas existem desde o período colonial, sobretudo nos colégios da Companhia de Jesus e praticamente desaparecem com a expulsão dos jesuítas, em 1759. Passados mais de cem anos, em 1870 é fundada a Congregação Mariana em Itu, São Paulo, e, a partir de então, assiste-se ao notável crescimento em todo o país, quer em paróquias, capelas ou em outros ambientes sociais. A Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil foi fundada

⁴² **História**. Disponível em: <http://cmufrj.vilabol.uol.com.br/historia.htm>). Acesso em: 13 de jun. 2007.

⁴³ MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações Marianas no Brasil**. Petrópolis: Loyola, 1992, p. 33.

em 1935 no Rio de Janeiro.⁴⁴ A necessidade de formar federações e confederações dava-se em função do crescimento vertiginoso ocorrido desde fins do século XIX.⁴⁵

No ano de 1948, o papa Pio XII (1939 – 1958) publica a Constituição Apostólica *Bis Saeculari Die*, que passa a reger a vida de todas as Congregações Marianas. Pelo documento, a Sé Romana tencionava aproveitar a vitalidade das Congregações no âmbito da Ação Católica, movimento surgido no início do século XX e sistematizado pelo papa Pio XI, que buscou instituí-lo organicamente, definindo-o como a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja.⁴⁶

Para Pedro de Oliveira, a Congregação Mariana, assim como a Conferência Vicentina no Brasil, devem ser entendidas como os outros movimentos e devoções a santos promovidos pelo Vaticano durante o fim do século XIX e início do século XX.⁴⁷ O objetivo é fortalecer a centralização e o poder de mando da Cúria Romana. A esse período Oliveira denomina romanização, cuja característica foi a implantação de um processo através do qual o aparelho eclesiástico – o corpo de agentes religiosos institucionalmente qualificados para a direção dos fiéis católicos – assume o controle efetivo das funções religiosas no seu todo. Não é mais um aparelho religioso segmentado em suas bases, como prevalece na formação social senhorial, mas uma organização fortemente hierarquizada cujas bases locais são verticalmente integradas nas instituições eclesiásticas: associações religiosas, capelas, paróquias, dioceses e Sé Romana.⁴⁸ Riolando Azzi denomina esse período de Restauração Católica implementado sobretudo por Pio XI, conforme destacado acima. A característica fundamental é a tentativa de que efetivamente a fé volte a ser um

⁴⁴ **História.** Disponível em: <http://cmufrj.vilabol.uol.com.br/historia.htm>)..., op. cit.

⁴⁵ A primeira Congregação Mariana no Brasil, após a volta da Companhia de Jesus, traz a data de 31 de maio de 1870. No espaço de 30 anos, de 1870 a 1900, fundaram-se 26 Congregações; de 1900 a 1918, 106; de 1918 a 1928, 128. No espaço de 10 anos, de 1928 a 1938, fundaram-se 848 Congregações Marianas no Brasil. Cf. MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações...**, op. cit., p. 50. O número de Congregações agregadas pelo Brasil é trinta e três vezes maior do que o do período que vai de 1870 a 1900. Anuário da Federação das Congregações Marianas do Rio de Janeiro e da Federação de Niterói – 1938/1939, n. 4, Rio de Janeiro, 1939, p. 15.

⁴⁶ **O legado das Congregações Marianas.** Disponível em: http://www.sededasabedoria.org/index.php?option=com_wrapper&Itemid=8. Acesso em: 3 de jun. 2007.

⁴⁷ No processo de romanização, alguns santos são mais destacados, como: Sagrado Coração de Jesus: surge a associação Pia do Apostolado da Oração; Sagrada Família: Liga de Jesus, Maria e José; Imaculada Conceição: Pia Associação da Filhas de Maria e Congregação Mariana; São José: Pia União de Orações de Culto Perpétuo a São José. Agora a devoção não é espontânea e, sim, orientada diferentemente das confrarias, ordens-terceira e irmandades presentes, sobretudo no período colonial e imperial do Brasil. OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe...**, op. cit., p. 286.

⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 291.

elemento constitutivo da sociedade. A Igreja deseja que todas as nações do mundo passem a ser orientada pelos ensinamentos do Magistério eclesiástico.

Como ação específica, surge a Ação Católica, considerada o braço direito da hierarquia. Institucionalização da devoção a Cristo Rei, apreço pela imprensa, expansão das Congregações Marianas e Filhas de Maria são movimentos prioritários desse período. Para Azzi, a Ação Católica procura inocular nos leigos cristãos um sentido de presença ativa na sociedade, dentro de um espírito de ordem e disciplina eclesiástica. A função dos militantes católicos é manter-se numa linha de fidelidade absoluta à Sé Romana, cuja vontade é expressa através do episcopado.⁴⁹

A condição básica para o ingresso na pertença ao grupo dos católicos são as práticas sacramentais intensas, supondo normalmente a confissão e a comunhão semanal. Não obstante, a prática sacramental é apenas uma forma visível de demonstrar os vínculos com a Igreja hierárquica. De todo católico praticante é exigido uma fidelidade explícita às diretrizes romanas e, ao mesmo tempo, o reconhecimento histórico da instituição eclesiástica.

Destarte, as Congregações Marianas no Brasil foram diversas vezes convocadas a observarem a espiritualidade centenária. Tendo sido um instrumento da reconquista católica preconizada pelo Concílio de Trento (1545 – 1563) como combatentes do ‘exército de frente’, deviam esboçar sua personalidade cavalheiresca e viril, capaz de enfrentar as resistências de um meio sociocultural adverso à vivência religiosa entre os homens.⁵⁰

Essa convocação ao leigo é clara e objetiva. Artur Isaia, ao considerar Pedro Maia, reitera que é objetivo dos congregados sensibilizar uma elite capaz de influir nas grandes decisões políticas de acordo com os interesses da Igreja. Esses interesses já estavam presentes na preocupação dos jesuítas nos primórdios da organização Mariana. Assim, os padres visavam a garantir presença contínua, discreta, modesta junto aos ‘grandes’, de modo a mostrar, em todas as circunstâncias, pelo exemplo, e também por conselhos e sugestões, a conduta a ser adotada. Parte da elite porto-alegrense ligada à Congregação Mariana *Mater Salvatoris* do Colégio jesuíta Anchieta compartilhava dessa missão.⁵¹

⁴⁹ AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994, p. 28.

⁵⁰ Isaia explora uma das vertentes da formação do laicato de Porto Alegre durante a década de 1920 ligados à Congregação Mariana *Mater Salvatoris* do Colégio jesuíta Anchieta. Cf. ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998, p. 113 – 143.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 122.

Consoante a essa prática, o cardeal do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1930 – 1942), na condição de congregado mariano, convoca diversas vezes para explícita e beligerante ação contra um Brasil que se laicizava na Constituição Brasileira de 1934, secularizava-se ao ver protestantismo e espiritismo solaparem almas católicas e assistia a hostes comunistas espriarem-se pelas classes urbanas. Expressões como ‘exército de congregados’, ‘cristãos confiantes e combativos’, ‘a fita azul salvará o Brasil versus a fita vermelha do comunismo’,⁵² ‘engajamento político versus inimigo velado que é o comunismo’ delineavam uma cruzada da fé contra as ondas do mal personificadas nos movimentos e religiões supracitadas. O discurso de Dom Sebastião durante o Congresso Eucarístico realizado em Recife em 1939, era uma clara convocação:

O Congregado deve estar sempre na brecha. É ele um católico sensível e ainda que não esteja com um mandato especial, é sempre um soldado na linha de frente da ação católica. Deve o congregado continuar trabalhando e nada melhor para isso que o aperfeiçoamento na própria consciência e na vida interior. Esse trabalho é garantido quando é feito sob a imediata proteção de nossa Mãe, Maria Santíssima. Quantas coisas no Brasil, quantos movimentos de ordem social e espiritual não têm tido como orientador antigos congregados marianos.⁵³

No entendimento de Maia, o perfil militante do congregado mariano no Brasil tem sido reconhecido por cinco características das quais Dom Olívio é atingido parcialmente. São elas: uma vasta e acirrada campanha anticomunista, concentrações e paradas da fé em que se testemunham exortações e milagres, retiros fechados durante o carnaval como possibilidade de soerguimento moral, atividades sociais assistenciais e, finalmente, congregações femininas numa doutrinação do corpo e da mente. Na compreensão de Maia, entre os anos de 1960 e 1970, as Congregações sofreriam mudanças intensas. Além das reformulações estatutárias ocorridas em Roma, no Brasil elas apresentariam certo cansaço espiritual. Seus soldados pareciam ofegantes pelas batalhas travadas durante as

⁵² A fita azul, a medalha, a bandeira, o terço e o distintivo são símbolos marianos. Durante o episcopado de Dom Sebastião, a fita foi popularizada como uma verdadeira hierofania, conforme se pode perceber nesta oração feita pelo bispo: “As ameaças da bandeira sangrenta, as esperanças dulcíssimas da nossa fita azul. Ah! A minha fita azul! A fita azul dos marianos! Saudemo-la. Ela levará a nossa alma para o Céu. Ela salvará a mocidade. A fita azul, salvará o Brasil”. Esse discurso foi pronunciado em 1936 no Rio de Janeiro. Cf. MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações...**, op. cit., p. 151.

⁵³ Id., ibid., p. 62.

décadas anteriores. Estariam agora sofrendo de acefalia, leucemia, astenia, bursite, fobia e alergia a cargos e trabalhos eclesiais.⁵⁴

Convém reter, desse movimento no Brasil, a espiritualidade à Nossa Senhora, o apostolado missionário sodalício na busca para incorporar a mocidade nos quadros da Igreja, a disputa anticomunista e o regramento moral através das leituras, reuniões, passeatas e retiros de carnaval. Conforme Maia, o silêncio fecundo do recolhimento, a fé vibrante e a abnegação das vigílias eucarísticas se opõem às noitadas tenebrosas do abismo da jogatina e da vulgarização do corpo.⁵⁵ Se, no país como um todo, esses eram os pilares da Congregação Mariana, na diocese de Juiz de Fora e na seqüência em São Paulo, não parece ter sido muito diferente como atesta a seguinte fala do congregado da Academia do Comércio, Darcy Pagani, ao afirmar que *“as virtudes excelsas de Maria Santíssima, notadamente da pureza, castidade, humildade e caridade apontam como modelo para os marianos”*.⁵⁶ Essa experiência teria tangido a trajetória de Dom Olívio, membro ativo na Congregação?

1.4.1 Congregação Mariana e Tiro de Guerra: Experiências em Juiz de Fora e São Paulo

Duas fontes são privilegiadas para dar acesso ao universo do congregado mariano juiz-forano, quais sejam, o livro ata da Federação Mariana instalada na sede da diocese de Juiz de Fora e o Anuário da Federação Mariana, da mesma diocese, publicado em 1938. A Federação Mariana foi fundada pelo bispo diocesano Dom Justino em 19 de outubro de 1937, realizando a primeira reunião de posse em 31 de outubro do mesmo ano. Tendo como objetivo agregar todas as congregações da diocese, as reuniões da Federação são geralmente mensais e contam com a participação dos membros da diretoria – padre como diretor espiritual, presidente e vice, tesoureiro e secretário leigos – e representantes das congregações instaladas nas paróquias. No ano de 1940 o jornal diocesano Lampadário divulga que vinte e uma congregações compõem a Federação de Juiz de Fora.

Fato marcante nas atas das reuniões são as freqüentes convocações realizadas a fim de que as congregações não fiquem isoladas nas paróquias e,

⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 104.

⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 150.

⁵⁶ LIVRO ATA DA FEDERAÇÃO MARIANA DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora, 18 de agosto de 1940.

portanto, participem, conforme apregoa a espiritualidade Mariana na disciplina e obediência, das atividades organizadas pela Federação como os retiros de carnaval, as aulas de formação religiosa, o uso dos símbolos como a bandeira nas celebrações litúrgicas, a fita e a medalha, sobretudo quando estiver em público, a utilização da saudação 'Ave Maria' para o irmão congregado, o incentivo à campanha da boa imprensa lendo e adquirindo livros e jornais indicados, a atuação nas campanhas assistenciais promovidas junto à Ação Católica, entre outras.

É interessante observar a preparação prévia de eventos que envolvem a Federação. Assim, é o caso dos retiros de carnaval, que são preparados através do contato com pregador, promoção e inscrição dos interessados com até seis meses de antecedência. Vale anotar, igualmente, que a programação das atividades do ano seguinte é definida e, pelo que se constatou, seguida à risca no correr do ano. Como ilustração, a ata do dia 1 e dia 22 de dezembro de 1937 determina para ano seguinte uma extensa agenda de atividades: Dias de Recolhimento; Concentração Mariana; Horas Santas Coletivas; Hora Mariana na rádio local; publicar matérias reflexivas e formativas no jornal diocesano Lampadário ou, se possível, na Gazeta Comercial; organizar conferências ou palestras quinzenais sobre marianismo; fazer concentrações marianas nas paróquias a fim de despertar a mocidade para vida religiosa; realizar concentração Mariana em toda a diocese; recolhimento quatro vezes ao ano durante os domingos; fundar novas congregações Marianas; preparar retiros no carnaval.⁵⁷ Esses chamados são freqüentes e vêm reforçar a espiritualidade sodalício do congregado, como pronunciado por Maia ao analisar o movimento mariano do Brasil.

Esse chamamento à missão da mocidade católica está presente logo na ata de inauguração da Federação Mariana, quando falam o presidente Mozart Teixeira, o bispo diocesano Dom Justino e o padre João Castro, diretor da Congregação Mariana do Rio de Janeiro. Fica patente nos discursos o teor disciplinar e a missão beligerante dos congregados junto à Igreja Católica. O secretário registra da fala do presidente da Federação: *“A extraordinária influencia dos sodalícios marianos no surgimento desta nova era cristã que se inicia. Disse de nossa fraqueza e da necessidade do auxilio de N^a Senhora no caminho que empreendemos”*. Por sua vez, o padre João Castro lembra do *“espírito do verdadeiro mariano que é o de*

⁵⁷ Id., *ibid.*, 1 e 22 de dezembro de 1937.

querer ser santo... devemos copiar a vida de Maria Santíssima; devemos conservar a nossa (...) castidade; fugir das más leituras, dos maus cinemas, dos maus jornais, etc. Termina incitando que tragam novos companheiros a nossas fileiras". Na seqüência, o bispo agradece a presença de todos e "roga a Deus pelo progresso trazendo aos corações marianos a caridade e humildade virtudes prediletas da Santíssima Virgem Mãe de Deus". Ao final o bispo congratula-se com a oração realizada pelo diretor espiritual, padre João, reforçando seu discurso quando insiste que os filhos de Maria devem trabalhar para santificação e não esquecer o lema "Ad Jesus per Marian".⁵⁸

Durante o período analisado de 1937 a 1943, momentos que Dom Olívio participa como congregado em Juiz de Fora, fica registrada nas atas a intensa e extensa rede de contatos e relações junto a autoridades políticas, militares e eclesiásticas locais, regionais e nacionais.⁵⁹ Visitações às Federações de São Paulo e Rio de Janeiro, participação nos Congressos Eucarísticos ocorridos noutros Estados, envio e recebimento de telegramas por ocasião de datas festivas, convidados ilustres para pregarem retiros anuais de carnaval, presença concorrida de personalidades por ocasião da realização do Congresso Eucarístico organizado pela diocese, criação de congregações nas paróquias diocesanas são oportunidades em que ficam evidenciados os laços de pertencimento e, sobretudo, de extrema disciplina e organização das práticas religiosas. Nessas e noutras oportunidades, fica hipotecado o apoio irrestrito do bispo diocesano Dom Justino, que parece visualizar, na espiritualidade do congregado mariano, a fortaleza ideal para "*Restaurar todas as coisas em Cristo*"⁶⁰ e opor-se às hostes agremiadas em torno da maçonaria, do espiritismo e dos protestantes, que desafiam os combatentes soldados católicos.

⁵⁸ Id., *ibid.*, 31 de outubro de 1937.

⁵⁹ No período estudado, aparecem entre visitas à diocese e contatos freqüentes diversas autoridades eclesiásticas como Dom Sebastião Leme, padre jesuíta César Dainese, diretor da Confederação Mariana do Brasil e da Federação do Rio de Janeiro, padre João Castro do Rio de Janeiro, Walter Marioux, secretário Mundial da Congregação Mariana, entre outros.

⁶⁰ Esta expressão faz referência ao lema do pontificado de Pio XI. O termo 'restauração católica' implica em reconduzir a instituição eclesiástica a um modelo em que a Igreja é entendida com poder espiritual que, no exercício de sua missão, colabora com o Estado na manutenção da ordem social. Com isso, o "elemento fundamental da Restauração Católica é o esforço para que, efetivamente, a fé católica volte a ser um dos elementos constitutivos da sociedade. A Igreja deseja que todas as nações do mundo passem a ser orientadas pelos ensinamentos do magistério eclesiástico". Cf. AZZI, Riolando. **A neocristandade...**, op. cit., p. 22.

Acontecimento de grande festejo na diocese ocorreu nos dias 14 a 18 de junho de 1939, por ocasião da realização do Congresso Eucarístico Diocesano. Faz parte da programação: orações e missas coletivas, palestras e desfiles que envolveram o clero da diocese, reuniu as congregações de religiosos(as), participantes da Ação Católica e grande número de movimentos religiosos numa celebração que teve seu desfecho com a visita do cardeal Dom Sebastião. Para a recepção, além das autoridades militares, políticas e religiosas do estado e de Juiz de Fora, promoveu um grande cortejo composto pelos movimentos religiosos que, com seus símbolos como estandartes, fitas e roupas apropriadas, desfilavam ordenadamente pelas ruas da cidade.

Tendo reunido aproximadamente 60 mil pessoas, o livro-tombo da catedral Santo Antonio registra o entusiasmo do cardeal que, após visita ao Santíssimo Sacramento, discursou manifestando que *“Neste momento, Juiz de Fora é um pedaço do céu”*.⁶¹ A procissão parece ter sido concorrida, pois, num mesmo espaço social, os poderes militar, político e religioso – as fardas, as casacas e as batinas – se entrecruzam freneticamente. Relata o livro-tombo da catedral que:

Após a visita a SS. Sacramento, dirigiu-se D. Leme á residência do sr. Enios Mascarenhas, próximo a Catedral, de cujo terrasso, de joelhos, olhos baixos e mãos postas, assistiu o desfilar a majestosa procissão eucarística. Ao recolher-se a procissão ao campo do Congresso já lá se achava D. Leme, e cerca de sessenta mil pessoas enchiam a praça. O Cardeal lançou sobre a multidão a benção.⁶²

Nesse evento, cabe destacar a convocação da Federação em organizar a Concentração Mariana Diocesana. Contando com representantes da diocese e do estado de São Paulo e Rio de Janeiro e aproximadamente trezentos congregados, o evento teve seu desfecho com a acolhida, na cidade, do cardeal Dom Sebastião. O diretor espiritual da Congregação, padre Francisco Maximiliano, manifesta a reverência e descreve a pompa para a recepção:

⁶¹ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA E CATEDRAL SANTO ANTONIO DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora, 14 a 18 de junho de 1939.

⁶² Id., ibid..

Em seguida, formaram-se todos os presente, tendo á frente os estandartes, desfilando em ordem até á rua Espírito Santo, onde se postaram formando alas para a recepção do Eminentíssimo Sm. Cardeal D. Sebastião Leme, após o que seguiram a fim de tomarem parte no grande Cortejo Eucarístico Triunfal, encerrando brilhantemente o 1º Congresso Eucarístico Diocesano e de nossa Concentração.⁶³

Para compreender esses chamamentos das autoridades eclesiásticas, deve-se ter presente o momento pelo qual passa a Igreja do Brasil. O período da Restauração Católica, acentua Romualdo Dias, fundamenta-se no combate aos tempos modernos, às diversas formas de emancipação dos indivíduos e de divisão dos grupos, fomentadas pela cultura então emergentes. Nos movimentos de massa desse período, e aqui a referência pode ser estendida ao papel desempenhado pela Congregação Mariana, estão presentes *“valores imprescindíveis à consolidação da autoridade: a ordem, a submissão e a disciplina. Confirmamos, enfim, como a obra de restauração católica produziu uma doutrina sobre a autoridade, na articulação entre a divulgação do princípio da ordem, a coordenação da hierarquia, a luta interior das consciências, a ação dos grupos intermediários e a mobilização das massas”*.⁶⁴ Parece que Dom Olívio faria uma apropriação seletiva dos discursos veiculados pela e através da Congregação Mariana. Mente e corpo seriam parcialmente “docilizados” por essa espiritualidade.

As Congregações Marianas possibilitavam uma vida intensa das coisas da Igreja, lembra saudosamente Dom Olívio. Em Juiz de Fora, os encontros ocorriam no primeiro e terceiro domingo do mês. Já em São Paulo, como não havia congregados na paróquia Nossa Senhora da Boa Morte, ao lado de uma das pensões onde morou, começou a participar na paróquia São Francisco de Assis, centro da cidade. De posse de uma carta de apresentação do pároco de Juiz de Fora, frei Amadeu aceita o jovem Olívio como novo congregado em 1943. O frei diretor espiritual da Congregação Mariana teria sido acessível e acolhido com alegria o novo integrante juiz-forano.

A menção feita acima de que a Congregação tornava intensa a participação nas coisas da Igreja refere-se aos encontros, leituras e retiros promovidos. A programação dos domingos iniciava-se às sete horas com a missa e, depois, ocorria

⁶³ LIVRO ATA DA FEDERAÇÃO MARIANA..., op. cit., 18 de junho de 1939.

⁶⁴ DIAS, Romualdo. **Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922 – 1933)**. São Paulo: Unesp, 1996, p. 132.

a reunião dos congregados. Durante todo esse tempo, mantinha-se em jejum. Frequentemente, promoviam cursos e passeios a monumentos históricos, como as ruínas jesuíticas em São Paulo. Em épocas litúrgicas especiais – celebração do nascimento de Jesus, Páscoa, Pentecostes, festas marianas, entre outras –, participava de eventos promovidos pela Federação Mariana de São Paulo, como os retiros de carnaval. Momento importante, lembra o entrevistado, porque eram três dias de reflexão e oração.⁶⁵

O círculo de amizade de Dom Olívio girava em torno dos membros da Congregação Mariana. Diversos amigos se tornariam padres diocesanos mais tarde. Embora bem relacionado com os colegas de profissão, seu contato estava restrito aos horários de trabalho. A vida noturna não o atraía e mesmo aos sábados não tinha motivação em sair para diversões que não aquelas relativas à Igreja. As atividades dominicais na paróquia do Largo São Francisco ocupavam seu tempo de modo que não teria manifestado nem mesmo interesse pelo namoro. Indício de apropriação da castidade Mariana?

É possível perceber na formação de Dom Olívio que suas práticas estavam impregnadas da espiritualidade da Congregação Mariana. A devoção a Nossa Senhora, a autodisciplina, a mortificação física, a prática sacramental intensa⁶⁶ e a extrema fidelidade à Igreja pareciam ter origem nessa convivência curta, mas intensa como congregado mariano.

Por outro lado, o mesmo não se pode afirmar do ideal beligerante de combate ao comunismo e aversão ao protestantismo e ao espiritismo presente nos discursos e convocações de Dom Sebastião às Congregações Marianas e às intensas investidas da Federação de Juiz de Fora. As duas fontes citadas no início deste capítulo deixam entrever esta conclusão quando se refere à ação da Igreja como libertadora, assim como o profeta Moisés que protagoniza o êxodo da opressão e,

⁶⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2.**

⁶⁶ A prática sacramental é uma das ênfases desse período da Ação Católica, lembra Azzi. Num recente trabalho, nível de mestrado, defendido na Pontifícia Universidade Lateranense, Divo de Conto analisa a doutrina moral e ação pastoral de Dom Olívio. Em relação à sua juventude, considera: “O objetivo da proposta cristã era a santificação, na prática das virtudes e na frequência aos sacramentos. Olívio confessava-se semanalmente. A eucaristia recebia todo o domingo. Os momentos vagos eram preenchidos com missões marianas e com a leitura de bons livros”. CONTO, Divo de. **Doutrina moral e ação pastoral no episcopado de Dom Olívio Aurélio Fazza em Foz do Iguaçu (1978 – 2002)**. Dissertação defendida junto ao Instituto Superiore di Teologia Morale. Pontifícia Università Lateranense. Roma, 2006, p. 37 – 38.

sobretudo, quando lembra da necessidade do trabalho em conjunto com outras Igrejas a fim de escudar os indefesos diocesanos da microrregião de Foz do Iguaçu.

Durante seu episcopado, fica evidente nas diversas fontes catalogadas que o comunismo não era um problema em pauta entre o clero, nem mesmo entre as lideranças, embora alguns padres compartilhassem de ações politizadas e por vezes partidárias. Não é possível afirmar a simpatia de Dom Olívio pelo comunismo, tampouco pelo capitalismo. Contudo, suas opções são claras quando assunto é defesa dos direitos humanos, reforma agrária e CEBs.

Outro distanciamento das Congregações Marianas é o local do exercício do poder, em que é visível uma atitude assembleísta como princípio de administração episcopal. Atenuar o poder do padre sobre a paróquia e do bispo sobre a diocese não parecia representar qualquer incômodo para Dom Olívio. Quer dizer, se manifesta uma completa obediência e fidelidade aos organismos da Igreja que transcendem a diocese, mostra no seu governo uma autoridade legitimada pela assembleia.

Uma significativa diferença da Congregação se dava quanto ao contato com outras religiões. Mais que tolerância, Dom Olívio manifesta uma fina sensibilidade no trato com as religiões protestantes e mesmo com as pentecostais, promovendo várias ações ecumênicas. Cultos e atividades sociais são planejados e realizados em conjunto, sobretudo com os pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Se, de modo geral, no Brasil era uma prática constante o ataque beligerante às religiões protestantes, em Juiz de Fora parece não ter sido muito diferente. Tanto no livro-tombo da catedral como no livro ata da Federação Mariana, abundam delações pessoais, ataques às publicações protestantes e, sobretudo, ações freqüentes de intolerância e proselitismo religioso através da imprensa católica. A relação não parece ser nada amistosa, e em diversos encontros da Federação são realizadas orientações, estudos de passagens da Bíblia, leituras de artigos e mensagens contra as chamadas distorções doutrinárias de que são vítimas essas falanges religiosas.

Dom Olívio não passou incólume a essas orientações e leituras direcionadas. Embora não sendo comum mencionar nomes nas atas das reuniões da Federação, exceto daqueles que a dirigem, em 29 de março de 1942, consta que *“O Congr. Olívio Aurélio Fazza leu um artigo do ‘Lar Católico’ sobre livros de propaganda*

protestante”.⁶⁷ Após surpresa inicial, não por ter lido a matéria ou por pensar que não estivesse sido envolvido pelas orientações características da Igreja Católica desse período, o destaque dado ao nome do leitor não podia provocar indiferença a quem lia a ata. As leituras de artigos dos jornais juiz-forano “*Lar Católico*” e “*Lampadário*”, da revista “*Estrela do Mar*”, opúsculos e passagens do livro do padre Walter Mariaux, “*Cavaleiros de Maria*”,⁶⁸ do boletim da Federação do Recife e Rio de Janeiro eram freqüentes nas reuniões. Em relação à menção contida na ata, não está registrado o nome do artigo lido por Dom Olívio nem mesmo da edição do jornal verbita “*Lar Católico*”. Fez-se uma busca no jornal “*Lar Católico*” – publicação da Congregação do Verbo Divino na qual Dom Olívio participaria como padre e bispo – a fim de localizar o possível artigo tomado como fonte de inspiração para aquela reunião do mês de março de 1942.⁶⁹ Embora trabalhando nesse caso com a hipótese acerca do artigo, não é difícil, dadas as circunstâncias que envolviam a Federação Mariana, o clima de disputa ocorrida em Juiz de Fora e as lutas encarniçadas desenroladas em São Paulo e Rio de Janeiro, conjeturar acerca do conteúdo do artigo.

⁶⁷ LIVRO ATA DA FEDERAÇÃO MARIANA..., op. cit., 29 de março de 1942.

⁶⁸ Uma curiosa menção do “*Legionário*”, de agosto de 1941 lembra a importância dos livros “*Cavaleiros de Maria*” e “*Chefe Autêntico*”, do padre Walter Mariaux, para a missão do apostolado cristão. Assim se refere: “Os dois livros do Rev.mo Pe. Valter Mariaux são magníficos para dar aos Congregados Marianos uma formação à altura das gravíssimas responsabilidades históricas que sobre eles pesam. Esses livros formam católicos completos, não apenas católicos que procuram ver Nosso Senhor com um olho só, mas católicos de uma formação equilibrada, nos quais o cultivo das virtudes mais próprias para o combate não estanca a delicadeza de alma que é um dos mais autênticos encantos do espírito brasileiro; mas nos quais, em compensação, o cultivo dessa delicadeza não desonra a personalidade, privando-a dos viris necessários para aqueles que tenham sempre em mente a advertência do Evangelho: o reino dos Céus é dos violentos, e sem violência não pode ele ser conquistado. (Que este livro) encha deles as fileiras azuis dos soldados de Sua Mãe, para a maior glória de Deus e exaltação da Santa Madre Igreja!! Seria uma grande consolação saber-se que esse livro se encontra, não apenas nas estantes, mas à cabeceira de todos os Congregados e membros da Ação Católica. In: Cavaleiro de Maria, Chefes Autênticos. **REVISTA LEGIONÁRIO**, São Paulo, n. 465, 10 de ago 1941. Disponível em: http://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG%20410810_CAVALEIROSDMARIAMARIA.htm. Acesso em: 7 de mar. 2008.

⁶⁹ Foram localizados 5 artigos publicados no jornal “*Lar Católico*” naqueles meses. Provavelmente tenha sido um desses, tendo em vista que as leituras realizadas nas reuniões eram de materiais recém-publicados como se pode conferir em outras passagens do livro ata. No que se refere aos artigos do jornal “*Lar Católico*”, todos trazem o explícito e severo ataque à propaganda, aos colégios e à doutrina protestante. Os artigos publicados naqueles meses são: LEHMANN, Pe. João. **O arcebispo de Belo Horizonte e a propaganda Protestante no Brasil**. JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, n° 14, ano XXX, 5 de abr. 1942, p. 160; D. M. **Com os protestantes**. JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora n° 12, ano XXX, 22 de mar. 1942, p. 138; ROSSI, Pe. Agnelo. **Imitações protestantes**. JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, n° 5, ano XXX, 1° de mar. 1942, p. 107; **O Diário. Perigo dos colégios protestantes**. JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, n° 4, ano XXX, 25 de jan. 1942, p. 40; **O Diário. Perigos de um mau colégio**. JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, n° 3, ano XXX, 18 de jan. 1942, p. 33.

Não obstante o clima vivido pela Igreja do Brasil e as experiências no seio da Congregação Mariana, importa acenar para o comportamento ecumênico de Dom Olívio, o que remete uma vez mais à noção teórica presente nesta pesquisa, quando se chama a atenção para auscultar a trajetória do indivíduo e as apropriações e leituras feitas por ele. A ressalva do não-determinismo das estruturas sociais sobre o indivíduo ou da liberdade imensurável do projeto sartreano remete ao entendimento da autonomia relativa do indivíduo num campo de forças em que estão inscritas situações conjunturais e estruturas objetivas.⁷⁰ A compreensão do comportamento de Dom Olívio, aparentemente paradoxal à espiritualidade Mariana, deve ser buscada noutras vertentes, como o carisma missionário da congregação religiosa em que participa, a serem vistas na seqüência do desenvolvimento da pesquisa.

Concomitante à participação como congregado mariano e ao trabalho no Banco de Crédito Real, Dom Olívio faz, entre 30 de novembro de 1943 a 31 de outubro de 1944, o Tiro de Guerra (TG) em São Paulo (FOTO 1). O que era para ser o cumprimento de uma simples função burocrática exigida pelo Exército Brasileiro a todos os jovens que completavam dezoito anos, viria a se tornar uma experiência de grata lembrança. O TG é uma possibilidade para o jovem ser dispensado do serviço militar por tempo integral para servir na condição de reservista de segunda categoria, podendo manter vínculo empregatício, uma vez que os encontros são em dias alternados e horários flexíveis. O objetivo do TG é treinar o jovem para o desempenho de tarefas da defesa territorial e defesa civil.⁷¹

O funcionamento do TG no ano de 1943/1944 compreendia quatro encontros semanais, realizados nas segundas, nas quartas, nas sextas-feiras e nos domingos, prolongando-se por nove meses. Além das instruções militares, lembra Dom Olívio, ensinavam-se com muita insistência noções de cidadania, disciplina e obediência.⁷² Teria aprendido o companheirismo, a coragem e a luta pela vida.⁷³ Ainda hoje têm em ótimo estado de conservação o "*Certificado de Reservista de 2ª Categoria*",

⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. **A econômica das trocas simbólicas**. 6 ed., São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 41.

⁷¹ A origem dos tiros-de-guerra (TG) remete ao ano de 1902, quando se fundou, no Rio Grande do Sul, uma sociedade de tiro ao alvo com finalidades militares. A partir de 1916, no impulso da pregação de Olavo Bilac em prol do serviço militar obrigatório, transformou-se, com o apoio do poder municipal, nesse tipo de organização militar cuja finalidade é a formação de reservistas brasileiros. **Origem dos tiros de guerra**. Disponível em: <http://tg11009.vilabol.uol.com.br/>. Acesso em: 11 de jun. 2007.

⁷² FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

⁷³ LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio...**, op. cit., p.18.

recebido após a conclusão do expediente, onde constam informações sobre o biótipo (cor, cabelo, olhos, altura, rosto, boca, nariz), as origens (cidade e estado), a filiação (pai e mãe) e a certificação de aptidão auferida pelo Exército Brasileiro.

A fim de conseguir informações mais detalhadas sobre o desempenho de Dom Olívio quando da estada no TG, visitou-se a Seção de Tiros-de-Guerra e Escolas de Instrução Militar – Região das Bandeiras – sob o Comando da Segunda Região Militar pertencente ao Comando Militar do Sudeste, sede em São Paulo. Lamentavelmente, para a turma número TG 546 – na qual serviu Dom Olívio – não havia prontuário individual onde constariam informações complementares sobre o desempenho psicológico e físico do atirador – expressão usada para o jovem que estava engajado. Não obstante, havia um livro de matrícula em que, objetivamente, constavam alguns dados sobre o candidato, como filiação, data de nascimento, naturalidade e os resultados alcançados nas duas inspeções feitas no decorrer dos nove meses. Os quesitos avaliados eram tiro em marcha, prova física, marcha e prova escrita. Como se pode conferir, nem todos os reservistas eram aprovados e outros eram submetidos a provas de exame. Dom Olívio teve desempenho bom, sem ressalvas e nota final 7.5.⁷⁴



Foto 1: Dom Olívio no Tiro de Guerra de São Paulo em 1945 (em pé à esquerda).
Fonte: EUSE, março de 1980.

⁷⁴ Em função dos trâmites burocráticos do Comando da Segunda Região Militar em São Paulo, estas informações foram posteriormente xerocopiadas e enviadas via correios. Cf. CHEFE DA SEÇÃO DE TIROS-DE-GUERRA/2ª RM – MAJOR ARIIVALDO DOS SANTOS OBREGON. **Informação sobre ex-atirador**. São Paulo, 20 de setembro de 2007. (A/A).

A pergunta não parece deslocada: a convivência pacífica com os militares durante seu episcopado, muito embora passando por momentos delicados, não seria também resultado dessa convivência harmoniosa? A observância da disciplina e da obediência tão freqüente nos discursos da Congregação Mariana não teria tingido as práticas de Dom Olívio e conseqüente respeito às autoridades instituídas? Obviamente, a resposta positiva não pode ser unilateral porque é imprescindível a relação parcimoniosa da Igreja e do Estado, sobretudo nas décadas de 1930 a 1960.

Embora a doutrinação corporal e mental fosse laica no TG, não está distante da espiritualidade requerida dos congregados marianos no que tange à luta e defesa da Instituição, neste caso ao eclesiástico e naquele ao Estado brasileiro. Aliás, a convocação e o apelo para defesa da pátria eram comuns ao Estado e à Igreja, assim como a luta contra um dos seus inimigos comuns: o comunismo. Soam fortes as palavras do cardeal Dom Sebastião ao convocar sob proteção do *“azul do manto da Virgem e fortalecidos pela comunhão eucarística, não tememos expor o peito à raiva dos inimigos de Cristo. Ao seu ódio, oporemos o nosso amor cristão e mariano. Ao inimigo do dia, ao bolchevista ateu, opomos o Brasil católico”*.⁷⁵

A Congregação Mariana parece ter representado para Dom Olívio uma instituição doadora de sentidos e significados *nomizadores*.⁷⁶ Em Juiz de Fora viveu junto a sua família até os dezoito anos. Já em São Paulo, a realidade cultural era estranha. A transferência de local significa uma desterritorialização em que novas identificações devem ser construídas. É a primeira vez que sai da casa de seus pais, tem dezoito anos de idade, os colegas de trabalho não são amigos de final de semana, a adaptação nas pensões é difícil, tanto que teria mudado de local por sete vezes em dois anos.⁷⁷

O mundo objetivado de São Paulo parecia assimétrico com o universo axiológico exteriorizado e internalizado por Dom Olívio. A recorrência à Congregação Mariana, mais que uma simples continuação à educação recebida na família, é um

⁷⁵ MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações...**, op. cit., p. 151.

⁷⁶ Aqui se está fazendo menção à aplicação de *nomos* na acepção bergueniana, ou seja, como uma ordem social construída e ordenada pelos sujeitos a fim de tornar o mundo compreensível, identificável, reconhecível e significativo. Nesse caso, afirma-se que a Congregação Mariana contribuía para enlaçar Dom Olívio numa comunidade de sentidos em que ele podia se reconhecer como sujeito socializado. Peter Berger compreende a religião como um empreendimento eminentemente humano porque é assim que ela se apresenta empiricamente na sociedade. Uma das funções da religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo. BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985, cap. 1, p. 15 – 113.

⁷⁷ LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio...**, op. cit., p. 18.

instrumento de socialização e de legitimação das práticas sociais. A conversação com amigos congregados é uma forma de se apropriar ativamente de um mundo objetivado em consonância com sua trajetória pessoal. O mundo social, diz Peter Berger, com suas instituições, papéis e identidades apropriadas, não é passivamente absorvido pelo indivíduo, e sim apropriado e ressignificado ativamente por ele. Além disso, uma vez formado o indivíduo como pessoa, com uma identidade objetiva e subjetivamente reconhecível, ele deve continuar a participar da conversação que o sustenta como pessoa na sua biografia em construção. Isto é, o indivíduo continua a ser um co-produtor do mundo social e, assim, de si mesmo.⁷⁸

A importância da conversação como instrumento de socialização é compreensível na biografia de Dom Olívio na medida em que o círculo de amizades, as atividades de lazer e recreação giravam em torno da programação da igreja São Francisco de Assis, onde participava como congregado. Berger lembra ser a conversa um dos meios mais eficazes para se manter na ordem do dia uma identidade social. “*É na conversa que construímos e fazemos prosseguir nossa visão sobre o mundo*”,⁷⁹ porque através dela se mantêm explicitamente ou implicitamente as verdades, verbalizando-as ou assumindo como implícitas ao *modus vivendi*. Daí a importância, pela conversa, de fortalecer os laços de uma comunidade a fim de constituir um ambiente social de co-pertencimento.

É possível afirmar que suas experiências sociais giram em torno desta Instituição – Congregação Mariana – legitimadora das práticas sociais e individuais. Essa afirmação ganha maior sustentação quando se tomou conhecimento de que a leitura, realizada por Dom Olívio de dois livros indicados por um casal de congregados, foi decisiva para ele deixar seu trabalho promissor no Banco de Crédito Real e ingressar no seminário.

1.4.2 Leituras socializadoras: Apropriações de Tihamer Toth

As reuniões dos congregados aos domingos após a missa eram oportunidades para a reza, orientações espirituais, conversas formativas e informativas e sugestões de leituras. As leituras dos livros “*O Brilho da Mocidade*” e “*O jovem de carácter*”, do bispo Tihamer Toth, foram determinantes para sua

⁷⁸ BERGER, Peter. **O dossel sagrado...**, op. cit., p. 31.

⁷⁹ ----- . **Um rumor dos anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 54.

escolha eclesiástica,⁸⁰ não sendo exagero afirmar que Dom Olívio cultivou certa *veneração* pelo bispo húngaro.⁸¹ Sobretudo, o contato com o livro *“O jovem de carácter”* explicaria em grande medida sua opção para ingresso ao seminário.

A afinidade com o autor transpunha o limite de um simples leitor que consumia passivamente suas obras para, conforme o jovem Jean Ranson trabalhado pelo historiador Robert Darton, fazer da leitura uma orientação para a vida, para a moralidade e para organização familiar. Como havia dito Ranson em relação às obras de Jean Jacques Rousseau, sobretudo *“A Nova Heloisa”* e *“Emilio”*, *“Sofro por não tê-lo visto nem escutado. A leitura de suas obras produziu-me a estima singular por ele. Se algum dia passar perto de Ermenonville, não o farei sem visitar seu túmulo e sem derramar, talvez, lágrimas por ele”*.⁸² Essa relação entre leitor e autor é semelhante entre Dom Olívio e Toth.

Ao ler e analisar essas obras, é possível fazer três constatações preliminares: primeiro, a indicação de a leitura ter partido de um membro da Congregação Mariana evidencia socialização pretendida; segundo, porque os livros manifestam estreita sintonia com a espiritualidade da Congregação; terceiro, o conteúdo das obras está afinado com a militarização do corpo e mente feito também pelo TG. Quer dizer, o TG, o conteúdo dos livros e a Congregação Mariana formam uma síntese dialética que dá a conhecer acerca da personalidade de Dom Olívio.

Tihamer Toth é um padre teólogo, escritor e professor que em 1939 é ordenado bispo. A atividade literária o teria tornado conhecido. Seus livros foram reunidos, em 1936, numa série de vinte e três volumes, ganhando notoriedade em

⁸⁰ Tihamer Toth nasceu em 14 de janeiro de 1889 e faleceu em Budapeste no dia 5 de maio de 1939. Fez seus estudos de teologia no seminário Central de Budapeste e em Viena. Em Viena recebeu o título de doutor em teologia. Foi ordenado sacerdote em 1911 e professor titular em 1925. Participou das Conferências Eucarísticas em Chicago (1926) e em Dublin (1932). Foi nomeado bispo de Veszprém em 1938 e bispo titular em 1939. Cf. **Tihamer Tóth (1889 – 1939)**. Disponível em: http://www.hungria.org.br/toth_tihamer.htm. Acesso em: 14 de jan. 2009.

⁸¹ A menção a Tihamer Toth nas fontes coletadas é constante, assim como nas duas entrevistas realizadas. Quanto aos livros, a lembrança freqüente ocorre em relação *“O Jovem de Carácter”*, assim como noutros escritos, razão pela qual se dá maior atenção a seguir. Em relação à afirmação de ter manifestado apreço especial ao bispo húngaro, justifica-se pelas seguintes constatações: menção durante as duas entrevistas; emoção ao recordar-se dos livros citados; repetição de passagens do *“O Jovem de Carácter”* depois de aproximadamente sessenta anos ter feito a leitura; surpresa em saber que ainda existem edições no Brasil e de que é possível conseguir exemplares do livro; quando na Áustria vai especialmente à Hungria para visitar o cemitério onde o autor está enterrado. Não havia dúvida de que a menção ao livro não era ocasional e igualmente não poderia ser a atenção dada ao livro. Estava-se seguro da importância do livro/autor para o discernimento vocacional de Dom Olívio.

⁸² DARTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. 2 ed., São Paulo: Estação da Liberdade, 2001, p. 163.

diversos países com a tradução para vários idiomas de grande parte de sua obra. A preocupação presente em seus trabalhos gira em torno do objetivo de educar a juventude dentro de uma moralidade amparada pelo princípio da religião. Assim, teorias e métodos de ensino devem ser condizentes com uma educação integral e abrangente em cujo horizonte a religião deve iluminar.

A educação integral, para o bispo, não pode cair no erro das escolas modernas ao preocuparem-se quase exclusivamente com a inteligência da juventude em detrimento da educação do caráter e da vontade. Desse estreitamento da educação atual, constata-se entre os adultos *“muito mais cérebros cultos do que ombros de aço, muito mais saber que carácter. E, no entanto, a base e sustentáculo moral do Estado é a pureza moral e não a ciência – o homem e não a fortuna – o carácter e não a indolência”*.⁸³

A moral católica, no entendimento do húngaro, satisfaz as condições exigidas de educar conforme a razão em atenção à vontade que é passional e o coração que é temente a Deus. O sistema moral católico, assegura o autor, é eficaz porque as doutrinas estão apoiadas nas verdades capitais.⁸⁴ A verdade é base necessária, mas não suficiente para a educação. O conhecimento do bem não basta para a prática do bem, e a vivência depende do amor. A verdade da doutrina não faz mais que dar o primeiro impulso à vontade, mas não exerce sobre ela influência decisiva. Esta pertence ao Ser Absoluto.⁸⁵

Os dois livros mencionados por Dom Olívio são lidos nos primeiros meses de 1945, logo após ter encerrado o TG. *“O Brilho da Mocidade”*,⁸⁶ primeiro livro a ser lido, apresenta a importância da castidade na juventude. Não é um livro exclusivo para celibatários, porque trata fundamentalmente em demonstrar o valor e a importância da castidade para a formação do jovem. É oportuno igualmente para

⁸³ TOTH, Tihamer. **O jovem de carácter**. 4 ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1962, p. 15.

⁸⁴ Estas passagens não são estranhas à compreensão da Igreja Católica no Brasil acerca da educação. A noção de uma educação integral, ou seja, respaldada pela religião, é farta nas publicações eclesialísticas, sobretudo durante a primeira metade do século XX. Ainda em 1951 os bispos do Brasil asseguravam: “A educação, para ser completa, jamais poderá prescindir da religião, pois a formação científica, física, estética, cívica e qualquer outra, ou todas juntas, só conseguem educar realmente sobre o fundamento da moral. Esta, porém, em que se baseará, se lhe faltar a sanção divina, a Autoridade Suprema da qual dimanam todas a demais?”. Cf. Carta Pastoral dos Bispos do Brasil (1951). Apud. ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra o Estado – crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979, p. 152.

⁸⁵ Apud. CONTO, Divo de. **Doutrina moral...**, op. cit., p. 24.

⁸⁶ TOTH, Tihamer. **O brilho da mocidade**. São Paulo: Vozes, 1965.

instruir sobre a vida familiar e sobre o casamento.⁸⁷ Essas poucas considerações são concordes com a espiritualidade Mariana, que é bíblica e revigorada pela Congregação. Oportuno é a historicização feita por Maia, ao considerar que o autêntico *'sodalis marianus'* considera a castidade como virtude primeira. O grande modelo é Luís Gonzaga, elogiado por sua candura e inocência. Castidade não como insensibilidade humana ou apatia social, mas característica de homem devotado, humilde, doce e aberto a todos, mas fugindo do mundo. A pureza é a virtude por excelência.⁸⁸

“*O jovem de carácter*” está estruturado em três grandes partes, com destaque especial para a última, quando dedica mais da metade do livro para instruir os jovens em como formar o carácter, objetivo precípua do escrito. As partes estão assim organizadas: Primeiramente define-se o que é o carácter, em seguida os obstáculos à formação do carácter e, finalmente, meios de formação do carácter. O homem de carácter, qualquer que seja o lugar que ocupe na sociedade, é sempre um valor real. Ter carácter é ser alguém, conclui Toth já na capa do livro.⁸⁹ Esse carácter, necessário dizer, é impregnado e transpassado pelo discurso da religião.

Ao escrever o livro, utiliza uma linguagem direta ao leitor jovem, colocando-se ora como educador, como um guia, como um pai ou como um amigo que está atento à formação dos jovens estudantes. Refere-se como a voz da experiência de vida preocupada com o desânimo, a tristeza, a doença, o egoísmo juvenil que induz a uma formação débil do carácter. Como recurso de convencimento da verdade de sua mensagem, Toth apresenta diversos exemplos tirados da história e alguns pessoais, a fim de persuadir o leitor da legitimidade de suas afirmações. Como professor conhecedor das humanidades, circula com facilidade por entre grandes nomes da literatura, da música, da filosofia, da física e química modernas e de acontecimentos históricos. O propósito é mostrar o poder da vontade forte nesses personagens edificantes para formação do carácter.

Escrito no período pós-Primeira Guerra Mundial, o livro oferece alguns apontamentos que poderiam ser qualificados como afinados com o existencialismo cristão. A afirmação parece razoável na medida em que são inseridas diversas passagens demonstrando a existência da liberdade humana, muito embora haja

⁸⁷ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

⁸⁸ MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações...**, op. cit., p. 38.

⁸⁹ TOTH, Tihamer. **O jovem de carácter...**, op. cit., p. 3.

condicionantes sociais. Mediante a vontade forte que doma o cavalo feroso da paixão, o impossível se torna possível. Toda liberdade e vontade, contudo, deve estar sintonizada com o elemento fundante que é Deus.

Essa leitura não é estranha de uma abordagem kierkegaardiana quando enfatiza a vontade como elemento propulsor da mudança das fases estética, ética e religiosa da existência.⁹⁰ A vontade em Kierkegaard (1813 – 1855) tem um impulso final que se dá mediante fé/temor a Deus alcançada na fase religiosa, quando se dá a supressão de toda angústia existencial. É na esteira dessas colocações que fica implícita em Toth uma crítica à modernidade ocidental por depositar créditos excessivos à racionalidade, que acaba por tornar a todos materialistas e negadores da moral, da existência da alma e de Deus.⁹¹

Toth utiliza, como ponto de partida para escrever o livro, o mundo de seus alunos e, de forma objetiva e clara, expõe circunstâncias que são experimentadas por todos os jovens. Não resta dúvida de que essa é uma técnica que atinge centralmente o leitor porque, de alguma forma, ele vai se identificar nas passagens apresentadas durante leitura. Daqui para diante, restaria a Toth convencer ou como se refere ao longo do livro, guiar o jovem desnortado pelos instintos. A leitura desse livro *“foi muito empolgante e arrasadora pelo seu estilo e sua convocação para missão”*.⁹²

Conforme Bourdieu, não se pode subestimar o poder específico do intelectual, que é o poder simbólico, o poder de agir sobre as estruturas mentais e, através da estrutura mental, sobre as estruturas sociais. Os intelectuais se esquecem, continua Bourdieu, de que por meio de um livro se pode transformar a visão do mundo social e, através da visão de mundo, transformar também o próprio mundo social. Os livros que celebram o mundo social não são somente os grandes livros proféticos como a *“Bíblia”* ou *“O Capital”*; há também o doutor Spock, que, do ponto de vista da eficácia simbólica, é sem dúvida, em sua ordem, tão importante quanto numa outra foi *“O Capital”*.⁹³ *“O jovem de carácter”* se torna em parte um modelo de vida para Dom Olívio.

⁹⁰ GILES, Thomas Ransom. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo: EPU, 2003.

⁹¹ TOTH, Tihamer. **O jovem de carácter...**, op. cit., p. 63.

⁹² FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

⁹³ CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura...**, op. cit., p. 243.

Outro passo estratégico dado pelo o autor é recheiar o livro com exemplos vívidos pelos jovens, que são um retrato da deformação do caráter, porque escravos dos instintos. Contrapõe a eles, modelos de grandes nomes da história que venceram por terem sido persistentes, dedicados, obedientes, souberam ouvir, renunciaram as facilidades e, conseqüentemente, foram vitoriosos. É nesse sentido que apresenta alguns produtos da inconstância dos jovens como: opção por jogar bola a estudar; ver revistas fúteis a realizar a tarefa de álgebra; matar aula e enganar o professor com mentiras; não ser pontual no acordar e ir à escola; viver atrasando-se nos compromissos; contrair dívidas que geram uma prole terrível: embuste, baixaza e aviltamento; ser egoísta e rir da desgraça do outro; gabar-se das viagens feitas; diante da nota boa do colega, atribuir como favorecimento do professor etc. Enfim, há uma lista imensa que ilustra a perdição da juventude.

Aparecem três preocupações com certa constância no livro, que é oportuno destacar dada a proximidade com a Congregação Mariana e com o TG. Pontos de encontro com a trajetória de Dom Olívio.

A primeira delas faz referência à abominação do comunismo. Como já visto acima, entre os congregados basta aqui mencionar a defesa irrevogável ao direito da propriedade. O autor não faz menção ao aspecto pagão e laico do Estado soviético, mas sim ao legítimo direito de converter as economias em propriedade particular. Com isto, não parece que esteja fazendo uma apologia ao capitalismo, até porque Toth apresenta os desvios de caráter que a riqueza pode provocar, contudo rejeita uma das teses principais do comunismo, que é o fim da propriedade privada.

A segunda e a terceira preocupação, comuns aos congregados como a Toth, trata do regramento moral e da disciplina. Esta última comum inclusive ao TG. Apresentam-se juntas a seguir dada a relação e a proximidade com que são abordadas.

A insistência para que o jovem seja disciplinado, viril e tenha um caráter irrepreensível é uma marca registrada no livro. Formar jovens de caráter inatacável, de princípios justos e sólidos, cuja vontade nunca recua perante as dificuldades, cavaleiros fanáticos do dever, jovens rijos como aço, retos como a verdade, luminosos como um raio de sol, límpidos como o regalo das montanhas⁹⁴ é o

⁹⁴ TOTH, Tihamer. **O jovem de carácter...**, op. cit., p. 17.

objetivo ideal apresentado pelo livro. O fortalecimento da vontade passa pela disciplina que deve obedecer a um ritual que consiste em fazer exercícios físicos, estudar as lições diariamente, com regularidade e boa bondade, às horas previamente marcadas. Fazer um programa determinado para cada dia da semana e não se deixar levar pela sedução do divã que promete uma boa soneca ou dos amigos que convidam para o jogo.⁹⁵ Pontualidade, animação e ordem foram aspectos destacados pelo diretor espiritual da Federação Mariana de Juiz de Fora por ocasião da participação dos congregados na celebração festiva do Congresso Eucarístico realizado em 1939.⁹⁶

Essa perspectiva é muito semelhante com as lições apreendidas por Dom Olívio no TG e muito próximas da prática disciplinadora dos congregados marianos. Nesta última, destaca Maia, também está em curso um processo que modifica o corpo do homem radicalmente: atos de penitência e mortificação física, procissões e a romaria em especial: *“Tomar seu bastão e partir para um lugar santo é dizer adeus às volúpias e às coisas temporais deste mundo e entregar-se às espirituais”*.⁹⁷ A guerra inexorável deve ser declarada, com ajuda de Deus, ao defeito dominante⁹⁸. Como menciona o diretor da Federação de Juiz de Fora, por ocasião da participação dos congregados no IV Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido em São Paulo, em 1942: *“A ordem e a disciplina reinantes e a perfeitíssima organização material e espiritual bem demonstrou o espírito ordeiro do católico”*.⁹⁹

Toda a força da ação deve ser direcionada contra os impulsos da sensualidade. Fortalecer a juventude contra as futuras tentações especialmente no ponto de maior perigo: a vida sexual. A educação do caráter deve se antecipar antes que os instintos despertem.¹⁰⁰ A reforma dos costumes para soerguimento moral e a elevação espiritual, já alertava Dom Sebastião em 1936 aos congregados, devem ser antecipadas às preocupações políticas, às altas cambiais e à valorização econômica. À algazarra louca de carnavais pagãos respondem os marianos com o silêncio fecundo dos retiros fechados, ou seja, a

⁹⁵ Id., ib., p. 247 – 249.

⁹⁶ LIVRO ATA DA FEDERAÇÃO MARIANA..., op. cit., 25 de junho de 1939.

⁹⁷ MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações...**, op. cit., p. 34.

⁹⁸ TOTH, Tihamer. **O jovem de carácter...**, op. cit., p. 307.

⁹⁹ LIVRO ATA DA FEDERAÇÃO MARIANA..., op. cit., 28 de setembro de 1942.

¹⁰⁰ Apud CONTO, Divo de. **Doutrina moral...**, op. cit., p. 24.

profanação dos mais nobres sentimentos humanos, em jovens inexperientes, que vão rolando para os despenhadeiros do amor desregrado, amor-paixão, amor-interesse, amor-passa-tempo, triste feira-livre do coração, onde, por desbotado e quiçá fenecido, já não viceja em amor cristão e amor de família, a mocidade mariana acode com a disciplina do próprio coração e com o juramento de fidelidade ao espírito da família, apanágio da nossa raça e da nossa gente.¹⁰¹

Em síntese, pode-se listar o apelo à disciplina, a observância da castidade, a convocação para romper os limites das vicissitudes humanas para formar um caráter inatacável e, como visto acima, a rejeição e combate ao comunismo. Transcorre o ano de 1945, há um ano e meio está em São Paulo, fez o TG que o dispensava para as atividades profissionais, tinha um emprego promissor cuja renda permitia ajudar a família e ainda fazer uma poupança. Foi ao ler o livro que teria discernido sua opção. Então, *“o que vou fazer de minha vida: já como reservista, logo nenhum impedimento quanto emprego, tenho bom emprego. O que farei? Pensei e tomei a decisão sozinho, aliás somente com o livro. Aí comecei a visitar o seminário. Padre Bernardo Wolters, mestre dos noviços, me recebeu em 1945. Disse a ele do meu desejo. Ele comentou que devia voltar às vezes para fazer visitas ao seminário e ir conhecendo o ambiente e os colegas”*.¹⁰²

As palavras acerca do livro não devem ser tomadas como isoladas da trajetória percorrida pelo personagem, mas possivelmente como alavanca decisória do desejo de ser padre que já vinha sendo acalentado há alguns anos. Em uma entrevista cedida ao jornal *“Nosso Tempo”* de 1981, respondia ao jornalista o porquê de sua escolha e as influências recebidas:

Minha família foi sempre muito religiosa e eu sempre me dediquei à Igreja desde criança. Tinha inclusive duas tias religiosas e outros parentes na vida sacerdotal e religiosa. Ainda com 10 ou 11 anos eu tinha intenção de ser padre. Mas só com 20 anos quando eu estava em São Paulo, me decidi. Participava da Congregação Mariana que era muito forte no Brasil, li muitos livros e pensava sobre o que ia ser na vida. Li os livros do monsenhor húngaro Thiamer Toth – ‘O Brilho da Mocidade’ e ‘Moço de Caráter’ – escritos para juventude para motivá-la a buscar grandes ideais... Ele procura incutir força de vontade na juventude. Dizia que se você tivesse um grande ideal, com força de vontade você conseguiria realizá-lo.¹⁰³

¹⁰¹ MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações...**, op. cit., p. 150.

¹⁰² FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

¹⁰³ ----- **A fala do bispo**. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 10 a 17 de jun. 1981, p. 10. (Grifo do autor).

A citação é interessante porque apresenta a vontade rápida na infância, a presença familiar, o ambiente proporcionado pela Congregação Mariana e a leitura dos livros do bispo húngaro. No que tange aos escritos de Toth, fica evidenciada a importância da vontade forte, conforme já descrito quando analisado o livro, e a busca do ideal que permite superar as contingências da vida. Para alimentar a determinação da vontade firme, o livro alertava com muita insistência que o jovem não deve conjugar o verbo no pretérito imperfeito, como *eu queria* ou *eu podia*, correndo o risco de os modalizadores enfraquecerem sua decisão. É no presente do indicativo que se afirma insistentemente:

Eu quero, eu quero!... Quero dominar meus sentidos e sentimentos, ordenar o caos de meus pensamentos, ponderar as coisas, aproveitar as experiências do passado. Quero trabalhar com ânimo, sofrer sem me lamentar, viver de uma maneira irrepreensível e, finalmente, morrer em paz, na esperança da minha felicidade eterna! Poder-se-á imaginar um programa de vida mais digno a ser realizado do que o de uma vida sem mácula?¹⁰⁴

Perguntado durante a entrevista em abril de 2007 sobre o que havia marcado na leitura do “*O jovem de carácter*”, Dom Olívio rememorou duas passagens do livro. A primeira se passa logo no início quando Toth narra a história do soldado romano Regulo¹⁰⁵ como exemplo de moço de carácter e, a segunda, os exemplos que o autor apresentava comprovando a ideia da importância de ter um grande ideal de vida. Com viva lembrança, recorda-se:

o livro me marcou tanto porque ele falava de ideal de vida e se a gente luta por este ideal a gente consegue. Ele dava exemplos que me convenciam. Citou o exemplo histórico e verdadeiro do soldado (não se lembrava o nome do soldado): nunca trair o país, as pessoas, não entregar. ‘Eu prometi não falar’, e mesmo sobre tortura e ameaça de morte, não entrega os segredos. Aí está um moço de carácter, dizia Toth, que vocês devem seguir na vida.

¹⁰⁴ TOTH, Tihamer. **O jovem de carácter...**, op. cit., p. 19.

¹⁰⁵ Dom Olívio não se recordava do nome do soldado romano Regulo e nem os detalhes da sua prisão. Guardava da história, conforme a citação seguinte, a fidelidade e honradez com a palavra dada a ponto de perder a vida, mas não vacilar com o juramento feito. A história de Regulo, narra Toth, trata de um soldado romano preso pelos cartagineses durante um combate. Em seguida é enviado, na condição de comissário, para negociar com o senado romano o fim da guerra. Antes, porém, de sua partida, os cartagineses pedem que faça um juramento de, caso sua missão falhar, retornar a Cartago na condição de prisioneiro. Assim ocorre sua viagem e seu retorno para prisão em que posteriormente é morto. Eis um jovem de carácter irrepreensível, arremata o autor. Cf. TOTH, Tihamer. **O jovem de carácter...**, op. cit., p. 13 – 14.

Pessoas de absoluta confiança. Alguém para ser um moço e depois um adulto de caráter deve seguir um alto ideal de vida. Você pode alcançar até as estrelas se tiver o ideal de vida. Aí eu pensei: Qual o ideal mais alto que posso alcançar? Ser missionário de Cristo é o ideal mais alto. Então sozinho, sem perguntar, sem conversar, decidi. Depois tive apoio de padres e amigos para discernir a vocação.¹⁰⁶

O ideal mais alto para Dom Olívio era tornar-se missionário. É importante apontar que Toth, nesse livro, não faz um apelo à vocação religiosa, contudo lembra que, para o jovem tornar-se um homem de caráter, deve relutar ao panteão das idolatrias modernas e ostentar a cruz no peito a fim de glorificar a Deus, Senhor Absoluto. Somente n'Ele pode edificar, como um castelo medieval, um caráter irrepreensível.¹⁰⁷ Essas razões arroladas acima foram decisivas para escolha de Dom Olívio.

1.5 Opção pelo presbitério, a Sociedade do Verbo Divino e o movimento Focolar

A saída do Banco de Crédito Real ocorreu em dezembro de 1945.¹⁰⁸ O gerente do banco recomendou que assinasse o pedido de demissão para, então, proceder ao acerto dos anos trabalhados.¹⁰⁹ Alertado por um colega para pedir uma dispensa sem vencimento, teria dito *“não, meu ideal de vida é esse. Agora vou deixar o banco e seguir esta vida”*.¹¹⁰ A decisão de deixar o trabalho teria ocorrido em meados do ano de 1945, quando compartilha com seu confessor a sua decisão. O confessor – oportuno destacar a confissão como sacramento prezado pela Congregação Mariana – teria alertado para não comentar com os colegas do banco, a fim de evitar constrangimentos. Embora tenha mantido silêncio, alguém teria vazado informação antes da sua saída do banco. Dom Olívio recorda-se com humor

¹⁰⁶ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

¹⁰⁷ TOTH, Tihamer. **O jovem de caráter...**, op. cit., p. 318 – 324.

¹⁰⁸ Conforme registro na Carteira de Trabalho de Dom Olívio, o pedido de demissão ocorreu em 20 de dezembro de 1945 e o desligamento do quadro de funcionários do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. deu-se em 11 de janeiro de 1946. O salário em 16 de abril de 1943 era de CR\$ 350,00 e, em 28 de setembro de 1945, de CR\$ 600,00, o que equivalia a oito e nove salários mínimos respectivamente. Cf. CARTEIRA PROFISSIONAL DE OLÍVIO AURÉLIO FAZZA. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: Departamento Nacional do Trabalho – Serviço de Identificação Profissional. (A/A).

¹⁰⁹ Como funcionário devidamente registrado no banco, era descontando mensalmente uma porcentagem do salário para o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB) que se assegurava aposentadoria privada e convênio médico. Lembra Dom Olívio que, quando encaminhou o pedido de beneficiário da Previdência, constava que havia recolhido imposto quando foi bancário na década de 1940.

¹¹⁰ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

os comentários jocosos feitos pelos colegas do trabalho, como “*vai usar saia*”, “*vai andar de vestido*” etc., mas que não o incomodava.¹¹¹

Em 29 de janeiro de 1946, Dom Olívio entra no seminário Espírito Santo da Congregação do Verbo Divino, em Santo Amaro, São Paulo. Após observar um protocolo inicial, a permissão para seu ingresso estava dada. Entre outras exigências, lembra que foi enviada ao pároco de Juiz de Fora uma carta solicitando informações acerca do candidato. Essa missiva teria sido lida durante as missas para saber se não havia algum impedimento quanto a ter filhos, ser casado, entre outras possíveis pendências. Comenta que, em contato com seus irmãos, esse procedimento teria provocado estranhamento entre eles. A partir do parecer do pároco, o reitor do seminário em São Paulo toma conhecimento de que não havia impedimento legal e canônico para seu ingresso no seminário.

Outra experiência, lembrada por Dom Olívio, foi uma consulta médica prévia à entrada do seminário, realizada por um profissional da saúde indicado pelos padres da Congregação. Embora fossem exames de rotina, comenta que achou diferente o comportamento do médico porque fazia perguntas que não estava diretamente relacionado ao seu bem-estar físico. Diz ter respondido normalmente as perguntas como quanto ganhava e por que estaria deixando o trabalho uma vez que tinha uma carreira promissora e ainda era novo.¹¹²

A permanência na casa de formação seria longa porque todos os estudos preparatórios de noviciado (1946 – 1947), juniorato (1948 – 1949), filosofia (1950 – 1951) e teologia (1952 – 1955), atuação como formador e provincial da Congregação do Verbo Divino seria no seminário Espírito Santo de Santo Amaro. Desde 1946, quando entra no seminário, até 1978, quando é ordenado bispo, permanece nem cinco anos fora de São Paulo, sendo quatro anos em Toledo, no Paraná, e sete meses em Roma fazendo aperfeiçoamento pastoral e teológico. Somando sua experiência como leigo congregado em São Paulo desde 1943 e o exercício da função de vigário e pároco, permaneceu por trinta anos na capital paulista.

Após os estudos preparatórios, Dom Olívio é ordenado padre em 5 de março de 1955 em São Paulo (FOTO 2). Na sua vida sacerdotal, durante vinte e três anos

¹¹¹ Id., *ibid.*.

¹¹² Id., *ibid.*. Não pareceu que as perguntas restringiram-se a estas apresentadas, porém o entrevistado não daria mais elementos sobre a consulta médica.

esteve praticamente envolvido com a formação de irmãos (1955 a 1957 em São Paulo) e seminaristas candidatos ao presbiterato (1959 a 1962, em Toledo, e 1963 a 1970, em São Paulo) e, posteriormente, como provincial dos padres verbitas entre os anos de 1975 a 1978.

Sua experiência pastoral relaciona-se ao ano de 1958, quando atuou como padre auxiliar no bairro de Tatuapé, paróquia Cristo Rei, e por cinco anos, 1970 a 1975, como pároco no bairro Água Rasa, paróquia Nossa Senhora de Lourdes, também em São Paulo. Essa exígua experiência pastoral, considera Divo de Conto, não teria sido suficiente para prepará-lo a enfrentar os desafios que encontraria na diocese de Foz do Iguaçu.¹¹³



Foto 2: Ordenação presbiteral de Dom Olívio no Seminário Espírito Santo, em Santo Amaro, ocorrido em 5 de março de 1955. Bispo ordenante: Dom Jorge Marco de Oliveira de Santo André/SP.
Fonte: Paróquia São Paulo Apóstolo, Foz do Iguaçu, 2008.

Enquanto padre em Tatuapé teve um trabalho discreto na paróquia, pelo fato de ter permanecido somente por um ano e atuado como vigário paroquial. Contudo, merece destaque a função desempenhada nesse ano como responsável e diretor espiritual da Congregação Mariana. Na entrevista cedida, lembra que foi gratificante atuar como orientador porque podia passar aos congregados parte daquilo que aprendeu quando militava como um de seus membros. A função de orientação consistia em acompanhar e preparar os encontros de formação dos jovens

¹¹³ CONTO, Divo de. **Doutrina moral...**, op. cit., p. 31.

marianos.¹¹⁴ Embora escassas as anotações no livro-tombo da paróquia de Tatuapé, constam passagens que permitem conhecer algumas ações tomadas por Dom Olívio durante aquele ano de trabalho, como o retiro pregado durante o carnaval de 1959 para as moças do Educandário Espírito Santo.¹¹⁵ Essa foi sua primeira missão pastoral como membro da Sociedade do Verbo Divino.

A escolha pela Congregação do Verbo Divino não é ocasional e exprimiria muito de suas ações como bispo. Carisma verbita e exercício do governo episcopal de Foz do Iguaçu estavam em sintonia. Se como bispo passa a responder para e pelo clero secular e, nessa condição, por uma Igreja Particular diocesana, a identificação com a espiritualidade da Congregação teria impregnado no corpo e na mente do jovem Olívio.

Conforme Divo de Conto, a experiência de congregado mariano e a obra “*O jovem de carácter*”, de bispo Tihamer, influenciaram Dom Olívio a ingressar em uma congregação missionária.¹¹⁶ A conclusão é correta sendo, porém, necessário acrescentar duas outras ponderações igualmente importantes. A primeira refere-se ao fato de que a paróquia São Sebastião, de Juiz de Fora, em que participava junto de sua família era atendida pelos padres da Congregação do Verbo Divino quando mais tarde, na adolescência, se vincula como congregado mariano. Numa entrevista no semanário “*Nosso Tempo*”, de Foz do Iguaçu em 1981, afirma que a Congregação do Verbo Divino era muito forte naquela época em Juiz de Fora.¹¹⁷ Corrobora com essa afirmação o fato de essa Congregação ter sido a segunda ordem religiosa masculina, depois dos Redentoristas, a se estabelecer em Juiz de Fora. Os primeiros padres teriam chegado ao final de 1899 e, durante duas décadas e meia (1900 – 1925), estiveram à frente dos trabalhos da igreja matriz e posterior catedral Santo Antonio.¹¹⁸

Não obstante estar há tempos na cidade, os padres verbitas organizam e orientam a Congregação Mariana da Academia do Comércio,¹¹⁹ uma das mais

¹¹⁴ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2.**

¹¹⁵ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA CRISTO REI. São Paulo, 1959, folha 46.

¹¹⁶ CONTO, Divo de. **Doutrina moral...**, op. cit., capítulo I.

¹¹⁷ FAZZA, Olívio Aurélio. **A fala do bispo...** op. cit., p. 10.

¹¹⁸ SALGADO, Mabel Pereira. *Festas do catolicismo juizforano...*, op. cit., p. 81.

¹¹⁹ A Academia do Comércio, ainda no século XXI, ostenta um imponente edifício no estilo neoclássico, no centro da cidade de Juiz de Fora. A Academia tornou-se referência no Ensino Básico e Médio durante o século XX em Juiz de Fora. A pedra fundamental foi lançada em 1891 por Francisco Batista de Oliveira, também acionista do Banco Real de Créditos de Minas Gerais S.A. Em 1894, foi inaugurada a sede da Academia, tendo em vista a necessidade da formação de especialista para o Ensino Comercial. Em 1901, a Congregação do Verbo Divino assumiu a Academia, passando

prestigiadas e mais antiga de Juiz de Fora. É curioso o relato do acontecimento que possivelmente contou com participação de Dom Olívio por ocasião da homenagem prestada pela Federação Diocesana de Juiz de Fora aos padres do Verbo Divino. Após a celebração da missa matutina “*em que todos receberam comunhão*” na paróquia São Sebastião, organizou-se um imponente desfile em cortejo com direito a estandarte, bandeiras e hinos até a Academia do Comércio – escola e residência dos padres verbitas distando aproximadamente 300 metros – a fim de prestar homenagem aos padres pela cooperação e luta pela causa mariana. Após o cortejo, foram recepcionados no salão nobre da Academia com café da manhã e, na seqüência, reunião festiva.¹²⁰ A festa não pode ser entendida somente como uma celebração de vivas, risos e cantos senão como uma tradição inventada que busca inculcar valores e regras de comportamento sem perder de vista a idéia de continuidade com o evento fundador.¹²¹ Possivelmente essas, entre outras datas festivas e influências familiares, funcionaram como mecanismos condicionantes de inculcação de um mundo cognitivo e axiológico pretendido.

A segunda ponderação diz respeito à menção feita, em diversas oportunidades, ao fato de ser um leitor assíduo do jornal “*Lar Católico*”,¹²² confeccionado pelos padres verbitas quando morava com sua família. “*Era um jornalzinho feito pela Sociedade do Verbo Divino editado em Juiz de Fora. Destinava-se às famílias e meu pai era assinante. Como meu pai lia muito, eu achava interessante e lia também*”.¹²³ Além da eficácia da família na reprodução das relações sociais, é bom lembrar dos freqüentes estudos e leituras indicativas do

a imprimir a proposta de educação verbita nos novos cursos que, gradativamente, foram sendo implantados. Em 1951, a Academia passou a denominar-se Colégio Cristo Redentor. Cf. **História**. Disponível em: <http://www.academia.com.br/index.asp?centro=instituicao/Historia>. Acesso em: 13 de jan. 2009.

¹²⁰ LIVRO ATA DA FEDERAÇÃO MARIANA..., op. cit., 18 de agosto de 1940.

¹²¹ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

¹²² Azzi destaca que a imprensa, a boa imprensa, foi outro instrumento utilizado pela Igreja para fortalecer a mentalidade da Restauração Católica. Dentro das principais publicações católicas nesse período, estavam nas mãos dos religiosos: os franciscanos publicavam a revista “*Vozes*”, de Petrópolis; os jesuítas, “*O Mensageiro do Coração de Jesus*”; os claretianos, a revista “*Ave Maria*”; os padres do Verbo Divino, a revista (jornal) “*Lar Católico*”; os dominicanos editavam o “*Mensageiro do Rosário*”; os padres sacramentinos, “*O Lutador*”; os redentoristas publicavam o “*Almanaque de Nossa Senhora Aparecida*” e os salesianos, a “*Leituras Católicas*”. Cf. AZZI, Riolando. **A neocristandade...**, op. cit., p. 27. O jornal “*Lar Católico*” foi fundado em 1912 pelos padres e irmãos da Congregação do Verbo Divino, em Juiz de Fora. A partir de 1989 o semanário jornal “*Opinião*” dá seqüência à publicação sendo editado pela Arquidiocese de Belo Horizonte. **Jornais, revistas e boletins**. Disponível em: <http://www.arquidiocese-bh.org.br/comunicacao/impresos.asp>. Acesso em: 4 de jun. 2007.

¹²³ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

jornal “*Lar Católico*”, ocorridas na Federação Mariana, apontando a vida missionária como exemplo digno de devotamento, abnegação e entrega às causas da Igreja Católica.¹²⁴

Essas duas aproximações parecem ter gerado uma relação empática entre Dom Olívio e a Congregação do Verbo Divino, não sendo ocasional a opção por ser verbita. Contudo, vale destacar não a escolha por esta ou aquela congregação, mas a afinidade eletiva¹²⁵ estabelecida entre o carisma da Sociedade do Verbo Divino e a espiritualidade do personagem. O que interessa é perceber em que medida essa aproximação demonstra a maneira de conduzir a administração episcopal da diocese de Foz do Iguaçu.

1.5.1 Congregação do Verbo Divino: Origem, carisma e influências

O fundador da Congregação do Verbo Divino, Arnaldo Janssen (1837 – 1909), nasceu em Goch, uma pequena cidade da Baixa Renânia, na Alemanha. Era o segundo entre dez irmãos. Concluído o ensino secundário, optou por estudar Matemática e Ciências Naturais em Münster e Bona. Em 1859, iniciou o estudo da Teologia e, no dia 15 de agosto de 1861, foi ordenado sacerdote diocesano em Münster. De seu pai herdou a adoração à Santíssima Trindade e a devoção ao Espírito Santo. A leitura do Prólogo do Evangelho de São João, a oração do rosário e a leitura de revistas missionárias eram práticas constantes em sua casa. Daí vieram os traços de sua espiritualidade e de sua vida de oração.¹²⁶

Como professor, adquiriu fama de exigente e justo. Pela sua devoção ao Sagrado Coração de Jesus, foi nomeado diretor diocesano do Apostolado da Oração. Aos poucos foi despertando para as missões tendo, em 1873, renunciado

¹²⁴ Citações de inculcação do ideário missionário, sobretudo no mês de outubro, são abundantes nos encontros da Federação Mariana. Como exemplo, consultar as passagens presentes na ata do dia 19 de outubro de 1941 e 18 de outubro de 1942. Neste último caso, é citado o nome do artigo – Tudo pelas Missões? – tirado do jornal “*Lar Católico*”.

¹²⁵ O conceito afinidade eletiva deriva de Max Weber e é utilizado por Michel Lowy em vários escritos. Pode ser entendido como um relacionamento de atração mútua e de mútuo reforço, que, em certos casos, leva a uma espécie de simbiose cultural. No livro “*A guerra dos deuses*”, Lowy expõe a relação histórica de afinidade eletiva negativa entre capitalismo e a ética católica e que, embora não discutido por Weber, havia em Cristo uma empatia eletiva pelos pobres e não pelos ricos. Com a exposição desta idéia, o autor busca entender as origens e a legitimidade do Cristianismo de Libertação, portador de uma teologia em que os pobres e marginalizados são entes precípuos de atenção conscientizadora e não paternal. É a exposição de um fundamento bíblico para a ação da Igreja que privilegia opção preferencial pelos pobres. Cf. LOWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 35 – 42.

¹²⁶ **Santo Arnaldo Janssen**. Disponível em: <http://www.ssps.org.br/Santos/SantoArnaldo.htm>. Acesso em: 12 de jun. 2007.

ao cargo de professor e fundado a revista missionária “*O Pequeno Mensageiro do Coração de Jesus*”.¹²⁷ Em setembro de 1875 inaugura a primeira casa de formação, cuja data é considerada a fundação da Congregação do Verbo Divino. Em 1885, no primeiro Capítulo Geral, a comunidade constituiu-se como congregação religiosa, sob o nome de Sociedade do Verbo Divino (SVD) para o anúncio do Evangelho especialmente entre os não-cristãos. Arnaldo Janssen foi eleito como primeiro superior geral. Mais tarde funda outras duas congregações religiosas, a saber, as Missionárias Servas do Espírito Santo em 1889 e as Servas do Espírito Santo da Adoração Perpétua em 1896. Esta última se caracteriza por viver na clausura, mantendo serviço ininterrupto de adoração ao Santíssimo Sacramento.

Além de fundar a SVD, Arnaldo Janssen tentou imprimir no final do século XIX entre os verbitas, como popularmente são chamados, algumas peculiaridades que, de alguma forma, compõem o carisma da Congregação.¹²⁸ Entre elas, pode-se apresentar o pioneirismo no movimento de retiros espirituais, a ênfase na vocação missionária, a importância do ecumenismo, a promoção do apostolado leigo e a preocupação com o papel a ser desempenhado pela boa imprensa católica.¹²⁹

Essas cinco características, menos visível a primeira, estiveram muito presentes no episcopado de Dom Olívio, razão pela qual, nas entrevistas colhidas, sabe-se que se torna bispo diocesano, mas o coração continua verbita.¹³⁰ Assim também se expressa Thomas Hughes: “*Tenho certeza que o ministério de Dom Olívio manifestou muito claramente o carisma da SVD nas suas opções concretas*

¹²⁷ **Santo Arnaldo Janssen.** Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/43/noticia.asp?jornalid=43¬iciaid=4159>. Acesso em: 4 de jun. 2007.

¹²⁸ A Sociedade do Verbo Divino tem como finalidades a propagação da fé, a edificação de uma Igreja local auto-suficiente e a promoção de uma autêntica consciência missionária nas igrejas locais. As atividades são: recrutamento e formação dos candidatos ao estado religioso e sacerdotal; ajuda na cura das almas extraordinárias (exercícios espirituais para o clero e o laicato, missões populares, assistência espiritual nos hospitais e nas casas de cura); cura das almas ordinárias e em países com poucos padres; educação e instrução da juventude em seminários, ginásios, liceus, escolas profissionais e técnicas, universidades e nas “missões”; edificação e difusão de revista de caráter familiar, religioso e missionário; promoção das ciências em sentido católico. Apud. CONTO, Divo de. **Doutrina moral...**, op. cit., p. 28.

¹²⁹ **Santo Arnaldo Janssen.** Disponível em: <http://www.ssps.org.br/Santos/SantoArnaldo.htm>. Acesso em: 4 de jun. 2007.

¹³⁰ MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial no Oeste do Paraná. In: MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs.** Campo Mourão: Fecilcam, 2009, p. 71. Adriano van de Ven é padre da Congregação do Verbo Divino. Chegou a Medianeira em abril de 1972 e deixa esta paróquia em junho de 1982. Durante quatro anos, 1978 a 1982, exerceu a função de coordenador pastoral da diocese de Foz do Iguaçu.

pelos marginalizados, em sua busca de diálogo e sua preocupação com o rebanho”.¹³¹

É importante destacar a preocupação do fundador da SVD com a imprensa, assim como de Dom Olívio. Arnaldo Janssen, quando lançou a revista “*Pequeno Mensageiro do Sagrado Coração de Jesus*” em 1873, tinha a intenção de torná-la útil para ampliar o eco da sua ação em prol das duas grandes causas que o animavam: a “missão interna” ou unidade dos cristãos, e a “missão externa” ou anúncio da Boa Nova aos povos pagãos. Para tanto, incentivava que seus missionários enviassem artigos sobre o trabalho desenvolvido para serem publicados. Recomendava o mesmo procedimento em relação aos jornais das dioceses e paróquias de origem dos missionários, para dar a conhecer a atividade desenvolvida.¹³²

Pode-se fazer um paralelo com Dom Olívio quando, em Foz do Iguaçu, toma uma ação pioneira: funda um informativo na diocese antes de completar um ano de sua vinda para região Oeste do Paraná (FIGURA 1). Longe de ser uma atitude heróica, convém destacar as dificuldades naturais de uma nascente diocese: estrutura física pequena e poucos recursos financeiros, poucos padres e congregações de religiosos(as), região de muita instabilidade política e econômica por ser uma área de fronteira, mobilidade humana intensa, entre outras. Dentro desse universo de precariedades, a atenção com a imprensa foi privilegiada.¹³³ Não parece opção ocasional, senão uma identificação com o carisma verbita e o zelo pela campanha da boa imprensa, tão recorrente quando compunha as fileiras dos congregados marianos.

Assim, igualmente fica demonstrado logo no primeiro editorial do informativo, também registrado no livro-tombo da diocese. As preocupações presentes no informativo, e aqui aparece claramente a figura do fundador, eram mostrar as diversas informações das paróquias e capelas naquilo que preside a ação de todos: união, participação, amor *Em Um Só Espírito*. A boa imprensa devia ser uma ferramenta de instrução e formação humana a serviço do Espírito Divino a fim de

¹³¹ HUGHES, Thomas. **Entrevista**. Curitiba, 19 de abr. 2007. (Correio eletrônico. A/A).

¹³² **Arnaldo Janssen para além do seu tempo**. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/43/noticia.asp?jornalid=43¬iciaid=4159>. Acesso em: 4 de jun. 2007.

¹³³ O primeiro informativo circulou em junho de 1979, ou seja, dez meses depois de instalada a diocese de Foz do Iguaçu. Já na segunda edição, de julho, apareceu o nome e o brasão que permaneceriam até a década de 1990. O brasão e o nome do informativo fazem a referência às armas e à frase episcopal escolhida por Dom Olívio. Assim o nome permaneceu “*Em um só espírito – Informativo Diocesano*”.

unir as mentes e os corações, objetivando fazer com que todos participem na vida comunitária. A desinformação é perigosa, alerta o informativo, por que

Todos nós sabemos que, freqüentemente, se deve creditar a falta de comunicação o alto grau de apatia e alienação. Seguindo o espírito de Deus que se serve dos instrumentos humanos para difundir suas luzes e seus dons... o Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu, decidiu presentear seu rebanho com este instrumento de informação e diálogo perfeitamente sintonizados nas palavras que resumem sua ação pastoral *IN UNO SPIRITU* – Em um só espírito.¹³⁴

As quatro características apontadas acima vêm compor o carisma verbita, que está sintetizado na veneração, imitação e pregação do divino Verbo encarnado. Apesar da unidade orgânica da sua espiritualidade como também o seu empenho missionário, é Deus uno e trino que se manifesta ao mundo, especialmente através da encarnação do Filho, o Verbo. Toda dimensão dessa espiritualidade tem como referimento este mistério de fé: o Verbo feito homem é o missionário do Pai, o Espírito Santo continua a missão do Verbo divino e atua na encarnação em toda alma regenerada da graça.¹³⁵



Figura 1: Jornal Diocesano Em Um Só Espírito (EUSE) de abril de 1983.
Fonte: Cúria Diocesana de Foz do Iguaçu, 2007.

¹³⁴ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, jun. de 1979.

¹³⁵ CONTO, Divo de. **Doutrina moral...**, op. cit., p. 29.

Na espiritualidade verbita, o Sagrado Coração é essencialmente unido ao Verbo, Nossa Senhora é mãe do Verbo encarnado, os anjos são servos por excelência do divino Verbo, os apóstolos e os grandes missionários são ministros e pregadores da palavra de Deus.¹³⁶ Nesta última afirmação surge a missão dos verbitas. O fundamento é bíblico e refere-se à passagem de São João.¹³⁷



Figura 2: Brasão Episcopal de Dom Olívio.
Fonte: Cúria Diocesana de Foz do Iguaçu, 2007.

A sintonia de Dom Olívio com a Congregação do Verbo Divino seria expressa, finalmente, na divisa de seu brasão episcopal e na frase bíblica utilizada quando de sua ordenação episcopal (FIGURA 2). A identificação com o brasão e com a frase não parecia fortuita e nem esquecida durante sua administração episcopal. A elas recorria constantemente durante suas homilias, suas visitas pastorais nas paróquias

¹³⁶ Id., *ibid.*, p. 29.

¹³⁷ A passagem bíblica na íntegra é: “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. No princípio, ele estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito. O que foi feito nele era a vida, e a vida era a luz dos homens; e a luz brilha nas trevas, mas as trevas não a apreenderam. Houve um homem enviado por Deus. Seu nome era João. Este veio como testemunha, para dar testemunho da luz, a fim de que todos cressem por meio dele. Ele não era a luz, mas veio dar testemunho da luz” (Jo, 1, 1 – 8). BÍBLIA SAGRADA, 75, São Paulo: Ave Maria, 1993, p. 1384.

e durante as assembléias diocesanas. Assim também é visível nos seus escritos no informativo da diocese, seção “*Palavra do Pastor*”, em que junto à insígnia o conteúdo recorrentemente fazia menção à ação social sintonizada *Em Um Só Espírito*. Igualmente o nome do informativo levava a frase bíblica e, ao lado, impressas as armas episcopais. É mais que razoável afirmar ser o lema do brasão episcopal uma palavra de ordem de seu projeto político-eclesiástico embrenhado de simbologia cujo significado remete à sua formação, concepção de mundo e missão de Igreja.



Foto 3: Jubileu de prata de Dom Olívio (25 anos de Sacerdócio), festejado na paróquia São Paulo Apóstolo, em 5 de março de 1980. Destaque para uso do brasão episcopal.
Fonte: Paróquia São Paulo Apóstolo. Foz do Iguaçu, 2008.

A frase *Em um só Espírito* refere-se à passagem tirada da primeira Carta de São Paulo aos Coríntios, capítulo 12 versículos 1 a 30. Sobretudo os versículos 4, 5 e 13 sintetizam a dimensão espiritual e suas implicações pastorais:

Há diversidade de dons, mas um só Espírito. Os ministérios são diversos, mas um só é o Senhor; Em um só Espírito fomos batizados todos nós, para formar um só corpo, judeus ou gregos, escravos ou livres; e todos fomos impregnados do mesmo Espírito.¹³⁸

¹³⁸ BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1981.

Estão representadas na frase a união e fidelidade ao Verbo encarnado, que é Cristo. Assim como num corpo os membros devem desempenhar corretamente suas funções, igualmente na Igreja os papéis devem ser executados na obediência e fidelidade, conforme o ministério concedido a cada um. Há ainda outro ponto que merece nota, que é o apelo da união num só Espírito acima das diversidades de culturas, povos e etnias. Fica explícito, dessa forma, o carisma missionário verbita e, ao mesmo tempo, a necessidade da ação ecumênica acima das diversidades. Dom Olívio sentiria no seu governo o peso e as conseqüências desse princípio verbita e evangélico.

1.5.2 Identificações com o movimento dos focolares

Junto à espiritualidade da Congregação do Verbo Divino, é oportuno destacar a aproximação, embora que rápida, durante a década de 1960, com o movimento dos focolares.¹³⁹ Dom Olívio não chegou a participar ativamente, mas freqüentava esporadicamente os encontros. A identificação se dava pela espiritualidade afinada com o carisma verbita, com apelo ao ecumenismo e, em conseqüência, com a frase de seu episcopado, *In Uno Spiritu*.

A apropriação dos focolares não tinha aparecido nos seus escritos, discursos e mesmo a presença do movimento na diocese não foi significativa. Essa informação colhida na entrevista não deixou de causar certa perplexidade. O misto de espanto e estranhamento se deu em função da 'novidade' da informação e, sobretudo, da aparente incompatibilidade entre uma ação pastoral voltada para as comunidades eclesiais de base com o movimento de reavivamento espiritual. Das quatro fontes citadas no início do capítulo, o conteúdo e a implicação da última fonte estavam mais presentes do que nunca, e as duas primeiras, aparentemente, em segundo plano. A compreensão da aproximação se dava focando a singularidade do sujeito em se apropriar e fazer sua leitura seletiva desse movimento.

Em sintonia com os focolares, Dom Olívio compartilha da concepção teológica do mistério da constituição da Igreja como Corpo Místico de Cristo cuja missão

¹³⁹ O movimento teve início ao final da II Guerra Mundial em Trento na Itália. Desde o início, o movimento foi denominado pelas pessoas de Trento como "*dos focolares*", por causa do "**fogo**" do amor evangélico que animava Chiara Lubich, fundadora, e suas primeiras companheiras. O bispo de Trento, monsenhor Carlo de Ferrari, dá a primeira aprovação, na Igreja local, em 1947, tendo dito: "Aqui existe o dedo de Deus". Em seguida, seguem-se as aprovações pontifícias: a primeira em 1962. **O movimento dos focolares**. Disponível em: <http://www.focolares.org/home.php?lingua=PT>. Acesso em: 14 de jun. 2007.

escatológica deve ser de missão e unidade. Lembra das similaridades entre seu carisma e a proposta do movimento:

A Igreja deve ser o corpo místico de Cristo. Isso tinha a ver com a frase que defini quando me tornei bispo: *que todos sejam um*. Falei a alguns padres que me alertaram que já é bastante usada esta frase. Porque não achar outra com mesma idéia? Então *Em Um Só Espírito*. Viver num espírito só embora com suas diversidades. Assim os focolares trabalham para unidade da Igreja e com isso são favoráveis ao ecumenismo que Cristo deseja que todos sejam um só corpo, uma só alma assim como eu e o Pai somos um.¹⁴⁰

Conforme analisado acima, ao apresentar o carisma da Congregação e a frase episcopal de Dom Olívio, parece ser freqüente a recorrência ao ecumenismo, a unidade e fidelidade à Igreja Católica, aspectos igualmente fortes entre os focolares. É oportuno lembrar ser objetivo do movimento realizar a oração da unidade "*Que todos sejam um*", presente em João capítulo 17 versículo 21, ou seja, trabalhar com a Igreja para realizar a unidade plena entre todos os cristãos. Sintonizado a esse objetivo, o movimento deseja ainda contribuir para a fraternidade universal, em colaboração com todos os fiéis de outras religiões e com todos os homens das diversas culturas.¹⁴¹ Aqui fica patente a dimensão missionária e ecumênica do movimento. Tais aproximações reforçam a ortodoxia da tradição manifestado na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* quando ratifica que a

Igreja, enriquecida com os dons de seu Fundador e observando fielmente Seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebeu a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em todos os povos e deste Reino constitui na terra o germe e o início. Entrementes ela, enquanto cresce paulatinamente, anela pelo Reino consumado e com todas as suas forças espera e suspira unir-se ao seu Rei na glória (§ 6). A cabeça deste corpo é Cristo. Ele é a imagem de Deus invisível e n'Ele foram criadas todas as coisas. Ele é antes de todos. E todas as coisas n'Ele subsistem. Ele é a cabeça do corpo que é a Igreja (§ 15).¹⁴²

¹⁴⁰ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

¹⁴¹ **Diálogos**. Disponível em: <http://www.focolares.org.br/Pagemf.htm>. Acesso em: 24 de maio 2007.

¹⁴² CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *LUMEN GENTIUM*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos e declarações. 18 ed., Petrópolis: Vozes, 1989, p. 42 e 45.

Para Ivo Lesbaupin, o surgimento e crescimento dos focolares nos interstícios da Igreja, entre outros movimentos, responde a uma nova restauração católica em curso desde a década de 1970. Se o Concílio Vaticano II de modo geral tinha imprimido uma concepção mais democrática da Igreja e impulsionado uma abertura aos problemas do mundo moderno, o pontificado de João Paulo II (1978 – 2005) tinha se pautado pela restauração: restauração da disciplina e da hierarquia no interior da Igreja e reafirmação da autoridade eclesiástica em face do mundo. Retomam com força as preocupações com a ortodoxia da doutrina e com a submissão dos católicos à autoridade hierárquica.¹⁴³

Essa subordinação do movimento à Igreja fica patente na resposta de Chiara Lubich a um discurso do papa Paulo VI (1963 – 1978), em 1966. Ao discursar aos dirigentes do movimento, lembrava da "paixão pela Igreja" e do empenho de comunhão e colaboração. Assim, exorta que a *"paixão pela Igreja impera nos corações dos verdadeiros cristãos. Deve passar para o plano prático onde o amor pela Igreja inteira, assim como ela é – com as suas instituições, fruto dos numerosos carismas que o Espírito Santo doou e doa generosamente – chama o conhecimento, e o conhecimento chama novo amor"*.¹⁴⁴ Esse apelo mostra um pouco da espiritualidade e muito da estratégia do movimento na mundialização de sua ação. Gordon Urquhart interpõe considerando como tática oportuna para o crescimento do movimento manifestar irrestrita fidelidade à Igreja e, por outro, propício para a Igreja porque aumenta seu contingente sodalício.

O movimento¹⁴⁵ era resposta às preces da Igreja do século XX: fonte fértil de vocações para o sacerdócio, estritamente masculino e com celibato, e também de vocações para as formas tanto antigas quanto modernas de vida religiosa; no campo moral, eles apóiam fervorosamente as posições da Igreja no que se refere à contracepção e ao ensino tradicional em matéria de sexo – valores que eles lutavam

¹⁴³ LESBAUPIN, Ivo. O Vaticano e a Igreja no Brasil. **REVISTA COMUNICAÇÕES DO ISER**, São Paulo, ano 9, n. 39, 1990, p.17.

¹⁴⁴ **Um pouco de história**. Disponível em: <http://www.focolares.org.br/Pagemf.htm>. Acesso em: 24 de maio 2007.

¹⁴⁵ O livro de Gordon Urquhart analisa os movimentos da Igreja como os Focolares, o Neocatumenato e Comunhão e Libertação. As revelações são surpreendentes por relatar como esses movimentos controlam a vida de seus integrantes por meio da alienação da família, dos amigos e do trabalho, com doutrinação impiedosa, desvalorização da razão, celibato forçado e dependência total do grupo. Cf. contracapa do livro URQUHART, Gordon **A armada do papa: segredos e o poder das novas seitas da Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Record, 2002. Lesbaupin insere como sintonizados a restauração católica, movimentos como: Comunhão e Libertação, A Arca, Cursilho de Cristandade, Focolares, Schoenstadt, Renovação Carismática Católica, Fraternidade de Jesus, Igreja – Mundo, entre outros. Cf. LESBAUPIN, Ivo. O Vaticano..., op. cit., p. 29.

para impor tanto na política quanto na vida privada; o zelo dos movimentos e a agressividade de suas atividades missionárias eram a resposta adequada à ação das seitas protestantes, e esses movimentos estavam se mostrando altamente eficientes no combate à secularização da Europa urbanizada; eles estavam preparados para lutar ao lado do papa em assuntos teológicos e, embora nominalmente leigos, exerciam uma influência não apenas sobre os padres e religiosos, mas até mesmo sobre os bispos, muitos dos quais eram afiliados a uma ou outra entre as mais importantes destas organizações.¹⁴⁶

Esse clima de redirecionamento católico é percebido em Puebla quando, no discurso de abertura, o papa João Paulo II alertou contra o ‘magistério paralelo’ e a ‘Igreja popular’ numa clara alusão à Teologia da Libertação e às comunidades eclesiais de base. Para Comblin, o papado do polonês Wojtyla esteve marcado pela restauração da disciplina tridentina; insistência nas vocações sacerdotais e na formação segundo o modelo tradicional; volta à disciplina na liturgia, na catequese, na organização. Não pode ser esquecido o movimento do *Opus Dei*, com editoras e fornecendo bispos à Igreja latina, dos Focolares, dos Encontros de Casais com Cristo e, sobretudo, do surgimento da Renovação Carismática Católica (RCC): um ciclone conservador.¹⁴⁷

Ponderando a consideração de Enrique Dussel de que o papa na terceira parte de seu discurso teria aceitado os pilares da Teologia da Libertação, Zilda Iokoi mantém-se cética quanto à atitude do papa frente à realidade encontrada: multidões de fiéis que viviam em condições de pobreza, famintos, doentes e analfabetos, carentes de todos os valores da criação humana, deserdados da terra, sem teto etc. O resultado da Conferência de Puebla não foi mais tímida porque “*os partidários da luta em defesa dos pobres e pela constituição de uma força histórica por eles estimulada, ampliaram seu valor, sua importância, e as reproduziram amplamente, fazendo o setor conservador recuar*”.¹⁴⁸

É nessa dimensão que a Igreja do Brasil assiste a uma avalanche de iniciativas tomadas pela cúria romana e que aos poucos vai minando algumas práticas sociais politizadas. São desse rol medidas como nomeação de bispos

¹⁴⁶ URQUHART, Gordon. **A armada do papa...**, op. cit., p. 199.

¹⁴⁷ COMBLIN, José. A Igreja em vinte anos de luta pelos direitos humanos. In: DUSSEL, Enrique. **História liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 628 – 629.

¹⁴⁸ IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964 – 1986**. São Paulo: Fapesp e Hucitec, 1996, p. 60.

conservadores, integração doutrinal, revalorização do enquadramento jurdicista – utilização intensiva do Direito Canônico –, intervenção em algumas ordens religiosas, valorização de novos movimentos leigos de caráter conservador.¹⁴⁹ Esta postura teria se consolidado, sobretudo, por contar com membros ou aliados muito bem colocados nos postos importantes do Vaticano e do episcopado em geral no mundo inteiro.¹⁵⁰ Os focolares, para Lesbaupin, como movimento leigo de caráter conservador, está na vanguarda dos movimentos por representar uma absoluta fidelidade ao papado e por uma espiritualidade intimista, rejeitar a secularização, estar afinado com o restabelecimento da ordem e da ortodoxia na Igreja e ter se mostrado contra qualquer tipo de marxismo.¹⁵¹

1.5.3 Sínteses de uma espiritualidade vertical e horizontalizada

Desse universo de valorações estandardizadas pelos movimentos dos congregados marianos, pelo carisma da Congregação do Verbo Divino e pelo movimento dos focolares, é possível compreender algumas opções de Dom Olívio durante seu episcopado. Não se está falando de sobreposição dos organismos estruturados e, sim, de apropriações seletivas protagonizadas pelo sujeito num campo de forças múltiplas. É importante lembrar que não se assiste, em Dom Olívio, a atitudes antimarxistas ou anticomunistas, e sim iniciativas concretas na expansão da imprensa católica, afinidade e obediência à hierarquia e ações ecumênicas. Convém ilustrar com mais insistência estas duas últimas opções porque imprimem no seu governo uma característica indelével.

Não parece casual que, nas posições mais polêmicas pastoral e politicamente tomadas em seu episcopado, a recorrência é a sapiência depositada no Magistério da Igreja.¹⁵² Tal recorrência é mais do que busca por legitimidade de seu discurso, é

¹⁴⁹ LESBAUPIN, Ivo. O Vaticano..., op. cit., p. 29. Na nota explicativa número 4, página 31, Lesbaupin define o adjetivo conservador como: “aquele que tem uma postura contrária à democratização interna da Igreja e que desconsidera a opção preferencial pelos pobres numa perspectiva libertadora”.

¹⁵⁰ URQUHART, Gordon. **A armada do papa...**, op. cit., p. 449.

¹⁵¹ LESBAUPIN, Ivo. O Vaticano..., op. cit., p. 29.

¹⁵² Consta na Constituição Dogmática *Dei Verbum* que a Divina Revelação foi transmitida por Jesus Cristo aos Apóstolos, verdadeiro pregoeiros do Evangelho. A manutenção dessa mensagem salvífica foi confiada aos seus sucessores, os bispos. Assim, a Sagrada Escritura (Bíblia) e a Sagrada Tradição (experiência dos apóstolos com Jesus Cristo) constituem o espelho em que a Igreja peregrina na terra contempla a Deus. Assim o Magistério, comunidade atual dos bispos e fiéis, tem como ofício “interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita ou transmitida unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo. Tal Magistério evidentemente não está acima da palavra de Deus, mas a seu serviço, não ensinando senão o que foi transmitido, no sentido de que, por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo,

manifestação de obediência e fidelidade à *mater ecclesia*. É ação *In Uno Spiritu* na compreensão da diversidade de funções, de acordo com o carisma de cada membro e o compromisso da execução. É presença da passagem de Coríntios supracitada em sintonia com o carisma verbita. Essas buscas por legitimidade ocorrem em múltiplas situações, como na intervenção junto aos desapropriados de Itaipu, nos discursos em defesa da reforma agrária, na reiterada opção preferencial pelos pobres, na ação direta em defesa de famílias despejadas por mandato judicial de reintegração de posse, através da carta pastoral contra o êxodo rural, entre outros.

A recorrência à Igreja fica evidenciada em duas entrevistas realizadas com pessoas que estiveram próximas a Dom Olívio ainda em finais da década de 1970 e início de 1980. Na primeira delas, Maria das Dores, irmã Beneditina da Divina Providência, após tecer adjetivos à personalidade do bispo, comenta que, em seu primeiro discurso de posse em 1978, traçou os objetivos de seu trabalho: *“lutar pela unidade da Igreja, em íntima submissão ao Papa e voltar-se para os necessitados, especialmente as crianças”*.¹⁵³ As palavras da citação falam por si próprias. A segunda entrevista concedida pelo verbita padre Adriano van de Ven considera que, embora a ação de Dom Olívio seja assembleísta, sua relação com a estrutura eclesial é de obediência e poucos questionamentos. Em seguida, o entrevistado conclui que a compreensão de Igreja no bispo é de ser uma instituição Divina. Assim verbaliza seu pensamento:

Fazza é bastante conservador quanto a questões da obediência e questão da moral sexual, exceto quando o assunto é ação social. Por isso fala pouco e talvez não tenha tido tanta importância política no Regional Sul II. Não questionava tanto a organização da Igreja piramidal. Não questionava como um todo. Não era com ele questionar a Igreja. A Igreja é Divina ainda em Fazza.¹⁵⁴

piamente ausculta aquela palavra, santamente a guarda e fielmente a expõe”. DECRETO *DEI VERBUM*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 128.

¹⁵³ DORES, Maria das. **Entrevista**. Roma, 12 de nov. 2006. (Correio eletrônico. A/A). Maria das Dores é irmã beneditina da Divina Providência. Respondeu a várias perguntas enviadas via correio eletrônico, de Roma, onde ocupa função, desde 28 de agosto de 2006, de assessoria jurídica e administrativa e compõe o Conselho Geral da Congregação a qual pertence. Esteve na diocese de Foz do Iguaçu em duas oportunidades. A primeira, a partir de maio de 1978 até março de 1983. Nessa oportunidade trabalhou efetivamente na implantação da primeira creche da diocese, chamada Mamãe Carolina, e manteve-se ativa na pastoral diocesana. A segunda oportunidade foi de janeiro de 1989 a janeiro de 1990, quando trabalhou numa parceria com o Rotary, no Lar da Menina.

¹⁵⁴ VAN DE VEN, Adriano. **Entrevista**. Guaira, 16 de fev. 2007. (A/A).

Quando da realização das assembleias diocesanas em que estava em pauta a definição pastoral da diocese, as inserções do bispo antes, durante e depois do evento, conforme demonstra o livro-tombo, os editoriais e a seção “*Palavra do Pastor*” do informativo da diocese, são no sentido de imprimir clara e objetivamente a direção que os leigos engajados deviam aprovar para que a diocese caminhasse de acordo com as diretrizes do Regional Sul II e da CNBB Nacional. É com esse clima que propõe, ainda em 1979, que a diocese privilegie, como ação pastoral, a opção preferencial pelos pobres, por ser uma decisão do episcopado latino-americano reunido em Puebla, no México, e não uma decisão unilateral de um bispo ou um padre. É uma opção da Igreja, logo deve ser seguida.¹⁵⁵

A colegialidade e obediência se fariam sentir em diversas oportunidades, como ficou evidenciado acima. No momento, estas menções são suficientes para ilustrar o objetivo de demonstrar algumas afinidades da administração episcopal com a espiritualidade absorvida e relida durante a formação juvenil e adulta.

Fica evidente que as passagens arroladas e problematizadas se referem àquela fenda apontada no início do capítulo, quando se apresentava o conteúdo das quatro fontes. Pontualmente, esse quadro analisado faz menção explícita às duas últimas fontes em que o bispo manifesta apreço pelos Marianos e lembra da aproximação com o movimento dos focolares. Convém compreender alguns elementos que ilustram como e por que Dom Olívio desenvolveria uma fina sensibilidade para a missão social da Igreja e, acima de tudo, com a concepção de Igreja apresentada na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, ou seja, Igreja povo de Deus.¹⁵⁶ Essa preocupação está ligada às duas primeiras fontes elencadas no início do capítulo. Algumas influências podem ser destacadas.

Como elemento introdutório, vale ressaltar que a Sociedade do Verbo Divino é criada no final do século XIX numa Europa que sentia o refluxo da Revolução Industrial que marginalizava crianças, jovens, mulheres e homens após serem desgastados pelo trabalho. A ação ocorria igualmente na China, onde o envolvimento dos missionários do Verbo Divino e das Servas do Espírito Santo se dava no combate à pobreza e à exclusão social.¹⁵⁷ Não é de somenos importância o

¹⁵⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**.

¹⁵⁶ CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES*. In: Compêndio Vaticano II..., op. cit.

¹⁵⁷ **ARNALDO JANSSEN PARA ALÉM DO SEU TEMPO**. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/43/noticia.asp?jornalid=43¬iciaid=4159>. Acesso em: 4 de jun. 2007.

aprendizado obtido com seu pai e seus irmãos junto aos vicentinos ainda quando era jovem. Isso vem referendar uma noção já desenvolvida em atenção e sensibilidade com a questão do papel da Igreja junto às questões sociais.

Contudo, este não parece ser o ponto nodal da questão, ou seja, a sensibilidade ou não sensibilidade com questões sociais. O foco central está relacionado com a concepção teológica acerca do papel da Igreja como Instituição no mundo. É desse entendimento que decorre uma metodologia de ação determinada na sociedade. Nesta altura, não parece tão decisiva na sua ação a compreensão da Igreja como hierarquia, como corpo Místico, como espiritualidade verticalizada e apática à problemática social aos moldes de um modelo de Igreja consoante à *civitas Dei* ou *mater et magistra*, para usar as terminologias de Leonardo Boff.¹⁵⁸ A compreensão desse comportamento de Dom Olívio remete a três aspectos básicos.

O primeiro aspecto diz respeito a atenção com os documentos eclesiais produzidos durante as décadas de 1960 e 1970. Não pode ser esquecido que, nessas duas décadas, foram publicados materiais do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla.¹⁵⁹ Tem-se a impressão de que Dom Olívio era assíduo leitor e circulava intelectualmente entre eles. Menções às Constituições Dogmáticas *Lumen Gentium* e, sobretudo, à Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e a Puebla são freqüentes em suas falas e escritos. É oportuno ressaltar que Dom Olívio esteve em

¹⁵⁸ No capítulo 1, “Práticas pastorais e modelos de Igreja”, Leonardo Boff historiciza e caracteriza a Igreja Católica dentro de quatro modelos institucionais – Igreja como *civitas Dei*, Igreja como *mater et magistra*, como *sacramentum salutis* e Igreja a partir dos pobres – formados a partir da relação/concepção de Reino – mundo – Igreja. Quanto ao primeiro modelo, Boff (p. 17) define que “A Igreja se entende com a exclusiva portadora da salvação para os homens; atualiza o gesto redentor de Jesus mediante os sacramentos, a liturgia, a meditação bíblica, a organização da paróquia ao redor de tarefas estritamente religioso-sagradas. O Papa, o bispo e a estrutura hierárquica da Igreja em geral constituem os eixos organizadores da compreensão da Igreja; ela é essencialmente clerical no sentido de que sem o clero, ordenado no sacramento da ordem, nada de decisivo pode acontecer na comunidade. Cultivam-se a tradição, a exatidão das fórmulas ortodoxas oficiais e a fixação canônico-jurídica da liturgia com os fiéis. O mundo não possui consistência teológica; deve ser convertido, pois somente na mediação da Igreja acede a *ordo gratie*”. Com o modelo *mater et magistra* (p. 18 e 19), Boff compreende que “a Igreja se faz presente no mundo mediante um pacto com o Estado que provê todas as necessidades da Igreja e garante seu funcionamento... Evidentemente trata-se de uma visão do poder sagrado articulado com o poder civil. A Igreja dá a sua interpretação a este pacto: ela quer servir o povo e as grandes maiorias pobres; estes são carentes, não têm meios, instrução, participação. Para ajudá-los, a Igreja se aproxima daqueles que efetivamente têm condições de ajudar, que são as classes abastadas. Educa-lhes os filhos para que, imbuídos de espírito cristão, libertem os pobres”. BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1982, capítulo 1.

¹⁵⁹ O Celam (Conselho Episcopal Latino-americano e do Caribe) reuniu-se pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1955. As quatro seguintes reuniões contaram com a presença do papa na inauguração e ocorreram em Medellín (Colômbia), em 1968, Puebla (México), em 1979, Santo Domingo (República Dominicana), em 1992 e a última em Aparecida (Brasil), em 2007.

Roma em 1963, num dos intervalos das sessões do Concílio. Em mensagem enviada via correio eletrônico, comenta que havia grande clima e expectativa para realização das próximas sessões do conclave.¹⁶⁰ O que se pretende dizer com isso é que o *aggiornamento* proposto pelo papa João XXIII (1958 – 1963) no início de 1960 foi apreendido nas leituras e no clima efervescente dessa época.

O segundo aspecto já foi apontado indiretamente quando se fez referência à extrema colegialidade e obediência à Igreja Instituição. Em que consistia essa obediência à Instituição durante as décadas de 1960 e 1970? Consistia em estar antenado com os eventos/documentos que decididamente promoveram o *aggiornamento* da Igreja no mundo e na América Latina. Trata-se, portanto, do Concílio Vaticano II e da II e III Conferências Latino-americanas, ocorridas em Medellín e Puebla, respectivamente. No Brasil, a CNBB e iniciativas de alguns Regionais e, pontualmente, de algumas dioceses faziam-se sentir através de publicações de artigos, alocações e documentos de denúncia e afronta às estruturas políticas e econômicas.

Em geral, a proposta desses documentos implicava uma noção de Igreja povo de Deus que direciona sua ação pastoral em atenção àqueles que estavam submetidos à violência institucionalizada e à marginalidade do processo socioeconômico. Objetivamente falando, optar para uma ação preferencial pelos pobres na diocese de Foz do Iguaçu não era um ato excepcional, heróico e vanguardista, senão um sinal da sintonia a uma convocação da Igreja latino-americana.

Finalmente, o terceiro elemento refere-se ao lugar em que Dom Olívio esteve inserido durante os anos de 1940 até final da década de 1970. Esse aspecto parece ser de extrema relevância para o discernimento do carisma verbita e, conseqüentemente, para a administração episcopal a partir de agosto de 1978. Desde a saída de Juiz de Fora em 1943, deixa a capital paulista somente por quatro anos e meio. Todo envolvimento da Igreja de São Paulo tomada pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (1970 – 1998) foi acompanhado de perto, afinal, entre 1970 e

¹⁶⁰ TAGLIEBER, Maria de Lurdes. **Informações sobre Dom Olívio**. Foz do Iguaçu, 9 de maio 2007. (Correio eletrônico. A/A). Dom Olívio esteve por sete meses, durante o ano de 1963, em Roma para estudar Teologia e fazer aprofundamento pastoral. Essa era uma prática usual da Congregação do Verbo Divino. (Maria de Lurdes trabalha na cúria diocesana é a imediata de Dom Olívio. As entrevistas, trocas de mensagens via correio eletrônico e inclusive materiais complementares como fotos e escritos presentes no arquivo da cúria diocesana foram disponibilizados através da sua gentil colaboração).

1975 atuou como pároco no bairro de Água Rasa, paróquia Nossa Senhora de Lourdes e nos três anos seguintes, 1975 a 1978, foi provincial do Estado de São Paulo pela congregação da qual fazia parte.

Em diversas fontes é tributado ao cardeal Dom Paulo a formação de sua sensibilidade social. Posteriormente, outros nomes importantes influenciariam, mas nesse momento o cardeal surge com seu protagonismo. As palavras abaixo evidenciam essa influência:

Arns, como arcebispo e depois cardeal de São Paulo, estava preocupado com a injustiça, pobreza etc. Ele procurava conduzir a pastoral da arquidiocese em sintonia com a opção preferencial pelos pobres. Preferencial e não exclusiva porque não pode ser. Aquela atitude da Igreja de São Paulo me atingiu bastante. Então como pároco em Água Rasa e depois no seminário em Santo Amaro, procurava seguir esta orientação de Dom Paulo e, quando fui nomeado bispo em 1978, eu tinha isso bem (risos) introjetado e procurei implementar esta forma de trabalhar sem desprezar os outros.¹⁶¹

Em 2002, pouco antes de receber o título de cidadão honorário do Estado do Paraná, pela Assembléia Estadual Legislativa, Dom Olívio concede uma entrevista ao jornal “A Gazeta” de Foz do Iguaçu. Tendo como pauta o título honorífico, o bispo responde ao jornalista que o indagou sobre o porquê de suas opções pelos pobres e oprimidos. Prontamente, sua resposta remete à experiência da Igreja em São Paulo em que *“nós devemos levar a sério a opção preferencial pelos pobres e lá se procurava fazer isso e como estava junto, participando daquelas lutas com o cardeal e arcebispo de São Paulo”*.¹⁶² Na diocese de Foz do Iguaçu, procura manter a mesma sintonia.

Essas três características destacadas explicam em grande parte o aparente paradoxo apresentado pelas quatro fontes no início do capítulo. A compreensão do perfil pastoral de Dom Olívio estava agora mais claro. Aquelas fontes arroladas deveriam aparecer como idiosincrasia de uma biografia em que leitura e apropriação de mundo valorativo são feitas pelo sujeito.

¹⁶¹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1.** (Grifo do autor).

¹⁶² FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista: faço opção preferência pelos pobres.** JORNAL A GAZETA DO IGUAÇU, Foz do Iguaçu, 29 de jun. 2002, p. 7.

1.6 Interlocuções da Igreja Católica no Brasil

Há um consenso que Igreja e Estado brasileiros mantiveram uma relação parcimoniosa entre as décadas de 1930 até meados da década de 1960. Essa relação implicou consentimento moral, subvenção e endosso costurados pela elite eclesiástica e a alta cúpula do Estado. O alinhamento da Igreja junto à ordem pós-1930 não significou apenas uma defesa política conjuntural, integrante de uma episódica aliança com o poder emergente. Na medida em que a hierarquia católica, sob o comando do cardeal Dom Sebastião, hipotecava solidariedade a Getúlio Vargas (1930 – 1945; 1951 – 1954), comprometia-se, na prática, com os desdobramentos que nos campos social e econômico passavam a ser implementados pelo novo poder.

A aproximação entre Igreja e o Estado pós-30 institucionaliza suas reivindicações básicas e traz para a hierarquia católica a oportunidade de realizar seu projeto de nacionalismo católico no qual o espaço político conquistado é o ponto de partida para efetivar o combate a seus inimigos. Dentro do espírito da reconquista tridentina, a aliança com o Estado e as concessões deste à Igreja em matéria principalmente social e educacional possibilitavam uma margem de vantagens nunca vistas em relação aos oponentes da supremacia católica. Tanto os inimigos comuns entre Estado e Igreja – comunistas, socialistas, liberais e todos os que se opunham ao autoritarismo getulista, principalmente após 1937 – quanto os restritos ao combate católico – protestantismo, espiritismo kardecista e umbanda – foram combatidos do lugar privilegiado desfrutado pelo catolicismo junto ao poder.¹⁶³ A ação pastoral e o zelo doutrinário católicos desse período se desenvolveram com base nos princípios da autoridade, da ordem e da disciplina. Nisso se identifica como característica principal do catolicismo, nesse período, o firme propósito de combate à modernidade.¹⁶⁴

Para alguns historiadores, não é incorreto afirmar a existência de uma concordata moral entre Igreja e Estado que se prolongaria até o golpe de 1964, quando as relações diplomáticas entre as duas instituições sofreriam profundos arranhões.¹⁶⁵ Ainda nos anos 1930, fazia parte da estratégia da Igreja no Brasil

¹⁶³ ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo...**, op. cit., p. 147 e 150.

¹⁶⁴ DIAS, Romualdo. **Imagens da ordem...**, op. cit., p. 19.

¹⁶⁵ Conferir autores como SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra...**, op. cit.; BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995; PIERUCCI,

fortalecer a Ação Católica, já institucionalizada por Pio XI desde a década de 1920, com apostolado organizado sob mandato da hierarquia eclesiástica que, fora e acima dos partidos políticos, tinha a finalidade religiosa de estabelecer uma ordem econômica, social e política sob a direção dos princípios cristãos definidos e organizados pela cúpula da Igreja.¹⁶⁶ O reordenamento social fez-se inspirado no corporativismo. Nesse projeto, Estado e Igreja prestavam-se mútuo auxílio. Mesmo num período em que o Estado passava por processos de laicização, ele lançou mão de recursos religiosos, sacralizou o político, em busca de sua legitimidade. Conforme Alcir Lenharo, a sacralização da política visava a dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engloba.¹⁶⁷ É dentro desse contexto que deve ser inserida, por exemplo, a Congregação Mariana.

Esquemáticamente, Pablo Richard identifica o período pós-1930 no Brasil como o de passagem de uma neocristandade conservadora antiliberal para uma outra neocristandade populista-nacionalista que, a partir de 1956 a 1964, tomará um caráter desenvolvimentista. Com a implantação do regime militar no Brasil, os anos de 1964 a 1973 foram marcados por discursos e atitudes da hierarquia que penderam entre o silêncio, hesitação, contradição e confusão. Foram momentos em que as questões em torno do comunismo, das guerrilhas internas e das funções e intenções dos militares à frente do Estado não estavam discernidas pela hierarquia. Parecia comum a esperança e confiança no estabelecimento do estado de direito pelas Forças Armadas, razão pela qual alguns exageros contra os direitos humanos e cerceamento da liberdade de expressão foram tolerados pela hierarquia católica. Não à toa, os momentos de agudização da crise entre Igreja e Forças Armadas durante o regime militar ocorreram quando os direitos humanos foram escamoteados.¹⁶⁸

Antonio Flávio de Oliveira (et al.). Igreja Católica: 1945 – 1970. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3 ed., 4 vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

¹⁶⁶ BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930..., op. cit., p. 322.

¹⁶⁷ LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. 2 ed., São Paulo: Papyrus, 1986, p. 18.

¹⁶⁸ É recorrente, na produção acadêmica brasileira, a eleição dos direitos humanos como mote de discussão entre a Igreja e as Forças Armadas. Esse foi o fiel da balança em que transcorreu a relação entre apoio, silêncio e discordância privada e pública da Igreja Católica com o Estado

Finalmente, após 1973, assegura Richard, talvez excessivamente otimista, consolida-se uma 'Igreja popular', cujas preocupações estão voltadas para problemas vitais do povo, como a terra, o trabalho, a casa, a consciência e a comunidade de base. Surge uma Igreja na qual o povo fala sem intermediário, que rompe com a dependência e que se faz responsável de si mesma; uma Igreja que libera todas as potencialidades revolucionárias da cultura e da religiosidade popular, que assume os riscos e as incertezas do engajamento. Uma Igreja que será universal por sua ruptura com o sistema de opressão, enfim, uma Igreja que teologicamente compreende a salvação através da luta pela justiça social.¹⁶⁹

Guardadas algumas diferenças de períodos históricos, termos e nuances quanto à insistência de ser a ação da Igreja portadora do discurso de salvação social e porta-voz legítima dos marginalizados pelo sistema econômico e pelo Estado Leviatã,¹⁷⁰ há nessa síntese de Richard aproximações historiográficas quanto ao perfil da Igreja. Na esteira dessas considerações, Michel Lowy concorda que na década de 1950 a Igreja estabelece uma aliança explícita com o Estado e, posteriormente, décadas de 1960 e 1970, com o surgimento da 'Igreja dos Pobres', a Instituição se coloca como porta-voz legítima das classes populares.¹⁷¹

Embora seja evidente desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, é no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), prolongando-se inclusive para o governo de João Goulart (1961 – 1964), que se intensificam as alianças com a Igreja. O ponto comum de ação, além dos inimigos comuns já elencados acima, é a

brasileiro. O sociólogo José de Souza Martins levanta a questão agrária como principal causa de disputa entre a Igreja e o Estado como representante das forças latifundiárias no Brasil. Sobre essas questões, conferir: MARTINS, José de Souza. *A Igreja face à política agrária do Estado*. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 110 – 126; ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979; GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985**. 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; e SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra...**, op. cit.

¹⁶⁹ RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da igreja**. 2 ed., São Paulo: Paulinas, 1982, p. 178 – 179.

¹⁷⁰ "Leviatã" é o livro mais famoso do filósofo inglês Thomas Hobbes, publicado em 1651. O seu título se deve ao monstro bíblico Leviatã. O livro trata da estrutura da sociedade organizada e expressa a preocupação com o ordenamento jurídico e institucional do Estado, no momento histórico que antecedeu a grande revolução burguesa que mais tarde consolidou o sistema capitalista. Hobbes, contrariando Aristóteles, alega serem os humanos egoístas por natureza. Com essa natureza tenderiam a guerrear entre si, todos contra todos. Assim, para o não-extermínio geral é necessário um contrato social que estabeleça a paz, a qual levará os homens a abdicarem da guerra contra outros homens. Mas, egoístas que são, necessitam de um soberano (*Leviatã*) – Estado – que puna aqueles que não obedecem ao contrato social. Cf. RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Hobbes e o Estado Leviatã**. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/441013>. Acesso em: 8 de mar. 2008.

¹⁷¹ LOWY, Michel. **A guerra dos deuses...**, op. cit., p. 70.

promoção do desenvolvimento social. O discurso de Kubitschek proferido no encerramento do II Encontro dos Bispos do Nordeste, em Natal (RN), realizado em 24 a 26 maio de 1959, delinea a opção do Estado e da Igreja nessa década:

Autoridades civis e religiosas, aqui nos congregamos todos, dispostos a ver, a ouvir e a colaborar. Damos um exemplo a mais das íntimas relações que se estabeleceram no Brasil entre poder espiritual e poder temporal, independentes, mas prontos a tôdas as formas de cooperação eficaz, dentro do respeito mútuo e a bem do interesse nacional. Como executaria o planejamento regional agora feito pela Operação Nordeste, se a fôrça moral da Igreja não tivesse ajudado o Govêrno a articular e entrosar elementos oficiais e particulares que, atuando embora na mesma região, não se prestavam mútuo auxílio, não se complementavam, trabalhando fragmentariamente, com grande desperdício de verbas e de técnicos?¹⁷²

Essa citação é oportuna porque apresenta vários elementos relacionando a Igreja e o Estado. Pode-se entender o papel a ser desempenhado por ambas as instituições como responsáveis a promoverem o desenvolvimento social, por isso “*ver, ouvir e colaborar*” juntos. Na ação conjunta de desenvolvimento nacional do país e não apenas regional, fica patenteada a concepção desenvolvimentista e nacionalista do Estado e da Igreja como sujeitos de desenvolvimento. O recurso financeiro do governo e a habilidade pastoral da Igreja agilizam a eficácia e eficiência na implantação do plano de soerguimento econômico do Nordeste. Finalmente, é a junção do conhecimento do Estado e da moralidade eclesiástica com suas ligações capilares nas comunidades interioranas.

Esse é um retrato das ligações oficiosas entre Igreja e Estado que se deve somar ao processo de modernização da Igreja no Brasil, implicando uma ação orgânica, burocratizada, em sintonia com as contribuições teóricas e técnicas das ciências sociais. Assim é fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1952), em seguida as Conferências Episcopais Regionais e criação do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), além de publicações de documentos que manifestam oficialmente a posição da hierarquia. Igualmente, são implementadas ações coordenadas pela Igreja que atingem todo o país como o

¹⁷² KUBITSCHEK, Juscelino. Pronunciamento. In: **II Encontro dos bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959, p. 14.

Plano de Emergência de 1962,¹⁷³ a criação da Campanha da Fraternidade em 1964 e a organização de movimentos que dariam corpo à Ação Católica especializada. Conforme Vanilda Paiva, por motivos ligados à especificidade da conjuntura dos anos 1950, a Igreja nacional sofreu o que se poderia chamar de um *aggiornamento* precoce que possibilitou uma assimilação da doutrina moderna, nos anos 1960, com maior velocidade do que na maioria dos países latino-americanos.¹⁷⁴ Na concepção de Lowy, essa sensibilização foi terreno fértil para crescimento, maior influência e impacto da Teologia da Libertação na Igreja do Brasil.¹⁷⁵

Com isso, impôs-se uma sistemática católica de ação ligada a temas sociais, políticos e econômicos. Embora as atitudes da hierarquia não tenham sido uniformes, havendo tergiversações e silêncios, a Igreja no Brasil faria mais que uma reformulação litúrgica e pastoral de sua ação durante a segunda metade do século XX. A postura ético-social católica, acentua Antonio Pierucci, implementa aquilo que Cândido Camargo chamou de catolicismo internalizado, ao publicar documentos e legitimar movimentos que privilegiam uma ação conscientizadora na opção preferencial pelos pobres.¹⁷⁶ Fugindo da tentação de dicotomizar explicações acerca do porquê da mudança radical que sofre a Igreja no Brasil, e em parte pela Igreja da América Latina, Lowy elenca uma série de elementos que abarcam acontecimentos internos e externos à Igreja.

Estão incluídas como influências internas do campo religioso o Cristianismo de Libertação:¹⁷⁷ o surgimento de novas correntes teológicas da Alemanha e da França, como de Rahner, Calvez, Congar e Lubac, entre outros; novas formas de cristianismo social, com as experiências dos padres operários e da economia

¹⁷³ Para Márcio Alves, o Plano de Emergência publicado em abril de 1962, resposta ao veemente pedido de João XXIII ocorrido ainda em 1958, foi responsável pela reestruturação da Igreja ao criar secretarias nacionais e regionais, ao fundar o Ceris e, enfim, promover uma ação organizada e ganhar espaço na sociedade brasileira. ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e a política no Brasil...**, op. cit., p. 73 – 74.

¹⁷⁴ PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: PAIVA, Vanilda. **Igreja e questão agrária...**, op. cit., p. 61.

¹⁷⁵ LOWY, Michel. **A guerra dos deuses...**, op. cit., p. 135.

¹⁷⁶ PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira (et al.). Igreja Católica..., op. cit., p. 378.

¹⁷⁷ Comenta Lowy que normalmente se refere a esse amplo movimento social/religioso (mundo das CEBs, Ação Católica, as JUC, JEC, JIC, JOC etc.) como 'teologia da libertação', porém, como esses movimentos surgiram antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é o mais apropriado: algumas vezes, o movimento é chamado de 'Igreja dos pobres', mas, uma vez mais, essa rede social vai bem além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Em função dessas razões, Lowy propõe chamar de 'Cristianismo da Libertação', por ser um conceito mais amplo que 'teologia' e que 'Igreja' e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. LOWY, Michel. **A guerra dos deuses...**, op. cit., p. 57.

humanista de Lebrez; uma abertura crescente a preocupações da filosofia moderna e das ciências sociais; o pontificado de João XXIII e a realização do Concílio Vaticano II.¹⁷⁸

Quanto à realização do Concílio, vale lembrar que a razão de sua convocação foi objetivar a modernização na ação pastoral da Igreja, posto que nenhuma grande divisão ou heresia ameaçava a Igreja, nem condenações a erros ou pessoas estavam no foco do conclave, mas sim buscar, pelo diálogo, “*remédios pastorais para as aflições e indagações dos fiéis e da humanidade*”.¹⁷⁹ Para o Brasil, esse concílio e o papado de João XXIII foram como “*se águas longamente represadas se houvessem soltado, correndo livremente, abrindo e aprofundando o próprio leito*”.¹⁸⁰ Embora não destacado por Lowy, é relevante acrescentar como influência interna, em termos de Igreja latino-americana, os documentos de Medellín e Puebla, por terem desempenhado papel semelhante e, conseqüentemente, alçado as ações individuais na institucionalidade, conforme citado acima por Dom Olívio quando se referia à opção preferencial pelos pobres como uma decisão da Igreja, não de um padre ou bispo, que, portanto, devia ser seguida.

Como influências externas, Lowy apresenta três interferências marcantes ocorridas no campo político e econômico. A primeira delas é a industrialização, que sob hegemonia do capital multinacional promoveu dependência exógena, aprofundou as divisões sociais, estimulou o êxodo rural, com o conseqüente crescimento urbano e criou uma nova classe de trabalhadores marginais. Em segundo lugar, a Revolução Cubana de 1959 ao apresentar uma proposta política e econômica alternativa e, finalmente, as guerrilhas e golpes que se seguiram na América Latina. Conclui que “*Foi a convergência desses conjuntos muito distintos de mudanças que criou as condições que possibilitaram a emergência da nova ‘Igreja dos pobres’, cujas origens, é preciso observar, remontam a um período anterior ao Vaticano II*”.¹⁸¹

É importante trazer à reflexão que todas as movimentações da Igreja no Brasil são sentidas de perto pela Igreja de São Paulo, sobretudo a partir de novembro de 1970, quando Dom Paulo é conduzido ao arcebispado. A arquidiocese se torna o

¹⁷⁸ Id., *ibid.*, p. 69.

¹⁷⁹ BEOZZO, José Oscar. O Concílio Vaticano II: etapa preparatória. In: LORSCHIEDER, Aloísio (et al.). **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 12.

¹⁸⁰ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 11.

¹⁸¹ LOWY, Michel. **A guerra dos deuses...**, op. cit., p. 70.

epicentro de numerosas mobilizações sociais, publicações de documentos contestatórios, denúncias e afrontamentos ao Estado brasileiro. Elio Gaspari afirma que a transferência do então arcebispo Dom Agnello Rossi (1956 – 1970) para assumir a prefeitura da Sagrada Congregação para Evangelização dos Povos e a conseqüente nomeação de Dom Paulo para seu posto nunca na história da Igreja brasileira haveria de provocar tamanhas conseqüências.¹⁸²

Não compete historiar as opções da Igreja de São Paulo, porém fazer alguns poucos apontamentos que ilustram o significado da afirmação de Dom Olívio, citada acima, de que *“Aquela atitude da Igreja de São Paulo me atingiu bastante”* e que influenciaria imediatamente no seu episcopado quando em Foz do Iguaçu. Não é demais lembrar que Dom Olívio foi pároco entre 1970 a 1975 no bairro Água Rasa quando Dom Paulo era presidente do Regional Sul I (1971 – 1975).¹⁸³ Na condição de presidente do Regional, em 1972, reuniu todos os bispos do Estado de São Paulo em Brodósqui, publicando o primeiro dos documentos contundentes da Igreja sobre os direitos humanos, chamado Testemunho de Paz. A grande repercussão do documento se dá pela ousadia de convocar a todos, inclusive ao presidente da República Emílio Garrastazu Médice (1969 – 1974), a um exame de consciência sobre a situação socioeconômica e cultural brasileira. Pede às autoridades públicas que respondam pelo ataque à integridade física, à integridade psíquica e à dignidade da pessoa no seu valor moral e religioso. A arquidiocese distribuiu 50 mil cópias quando a imprensa havia boicotado sua publicação.¹⁸⁴

São ainda desse ano de 1972 o lançamento da Operação Periferia cuja finalidade é servir às áreas mais carentes da cidade de São Paulo e a criação da Comissão Pontifícia Justiça e Paz da arquidiocese (CPJP)¹⁸⁵ que, na avaliação de

¹⁸² GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada...**, op. cit., p. 308.

¹⁸³ Em sua autobiografia, Dom Paulo descreve uma ação em que é colocado frente ao presidente da República Médice na condição de porta-voz do Regional Sul I: “Apresentando aos bispos, em sessão privativa, provas de tortura e testemunhos recolhidos junto às vítimas, alguns bispos forçaram a resolução de que eu, como presidente do regional, deveria levar oficialmente as provas à mais alta esfera, ao Presidente Emílio Médici” (p. 351). Ao entregar o relatório ao presidente Médici, o mesmo reage: “O senhor vem defender os bandidos que matam inocentes, seqüestram embaixadores e ameaçam ministros. Seu lugar é na sacristia”. Deu um murro e bradou em alta voz. “A entrevista – que se deu em 5 de maio de 1971 – não durara mais de cinco minutos. O suficiente para me convencer de que a nau brasileira era levada por um comandante capaz de afundá-la” (p. 352). ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia: testemunho de uma vida**. 2 ed., Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

¹⁸⁴ SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra...**, op. cit. p. 276.

¹⁸⁵ **Notas biográficas**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/arns/dpaulo_notasbiograficas.html. Acesso em: 31 de jun. 2007.

Serbin, foi a grande líder nacional na luta pelos direitos humanos.¹⁸⁶ Em sua pesquisa de doutoramento, Damião Duque assegura que decididamente o catolicismo paulista saía da sacristia em direção ao mundo, para envolver-se no mundo, sem ser do mundo. As forças católicas, membros da hierarquia, sacerdotes, religiosos, religiosas, movimentos, organizações, indivíduos e famílias deviam ser fermento na massa, penetrando no mundo concreto onde se desenrola a vida das pessoas, no lugar da vida cotidiana, buscando, nesse dia-a-dia, o sinal da presença do Cristo que anuncia sempre novas possibilidades históricas para a sociedade e para o homem.¹⁸⁷

Para finalizar, convém destacar a opção realizada durante a Assembléia Arquidiocesana em novembro de 1975. As prioridades definidas envolveram quatro ênfases pastorais: Pastoral do Mundo do Trabalho, voltada para a classe operária e para outros trabalhadores das categorias subalternas; Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, preocupada com as violações de direitos fundamentais, quer os de natureza constitucional, quer os relativos às relações de trabalho e à própria sobrevivência de camadas sociais oprimidas; Pastoral da Periferia, voltada para as populações mais pobres, tangidas para as áreas periféricas da cidade; Pastoral das CEBs, objetivando estimular novas formas de sociabilidade, intencionalmente diversas de padrões de relacionamento humano na metrópole.¹⁸⁸

Fica evidente que Dom Olívio sentiu as ações da Igreja de São Paulo porque fisicamente e pastoralmente estava ligado a ela. Os embates, posições e metodologias dessa Igreja atingem-no inevitavelmente de modo que assume, se apropria e redefine seu universo valorativo. Parece que a compreensão de sua administração episcopal não pôde prescindir de sua espiritualidade Mariana e focolar, de seu carisma verbita e de sua ação pastoral na arquidiocese de São Paulo. Estava pronto para entender como estruturar seu governo na diocese que está marcada pelas fronteiras – fronteiras culturais, políticas, econômicas e religiosas da diocese de Foz do Iguaçu.

¹⁸⁶ SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra...**, op. cit., p. 321.

¹⁸⁷ FARIAS, Damião Duque de. **Crise e renovação na cidade de São Paulo: permanências do conservadorismo, impasses do progressismo (1945 – 1975)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002, p. 384.

¹⁸⁸ PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira (et al.). Igreja Católica..., op. cit., p. 377 – 378.

CAPÍTULO II

UM EMPREENDIMENTO ORGÂNICO: *IN UNO SPIRITU*

Depois de longas reflexões e debates estabelecemos o grande objetivo: EVANGELIZAR, REALIZANDO A IGREJA NA BASE... estabelecendo como prioridades: FAMÍLIA E COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE dando especial atenção aos Pobres e Jovens... Ao entregar este plano, anima-nos a certeza: todas as comunidades paroquiais vão se empenhar a fundo na realização do mesmo.¹

As incursões intelectivas sobre a formação cultural de Dom Olívio permitem realizar algumas especulações sobre o perfil de seu episcopado. Ao explorar a função heurística da biografia, o objetivo precípua foi compreender as motivações, os valores e os elementos formadores que estiveram presentes na sua trajetória como leigo, seminarista e padre – formador, pároco e provincial – num campo religioso católico pré e pós-conciliar. Com isso, pretendeu-se transcender a utilização de noções teóricas estanques e, por vezes, estruturais ou relativistas em excesso. Dessa forma, a compreensão de sua estada na diocese de Foz do Iguaçu deve ter no horizonte as discussões estabelecidas acerca da problemática enfrentada pela Igreja de São Paulo porque fisicamente e pastoralmente estava ligado a ela. É atingido pelos embates, posições e metodologias dessa Igreja que são, por sua vez, apropriados, silenciados e redefinidos axiologicamente pelo indivíduo. Com igual implicação, parece que a compreensão de sua administração episcopal não pode prescindir do discurso sodalício disciplinar da espiritualidade Mariana e focolarina, da frase lapidar presente no brasão episcopal consoante ao carisma missionário verbita e sua ação pastoral como pároco e como provincial da Congregação do Verbo Divino.

Essa discussão, feita inicialmente, busca definir e compreender com propriedade a estruturação da diocese de Foz do Iguaçu no que tange às suas opções e estratégias pastorais. Com isso, o objetivo a ser percorrido neste capítulo pode ser esclarecido pela sua negação, ou seja, por aquilo que não é prioridade. Primeiramente, não é adequado estabelecer *a priori* se o exercício do mando é hierárquico ou assembleísta porque esta pode se oferecer como uma indagação

¹ FAZZA, Dom Olívio Aurélio. Apresentação. III PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU DE 1981. Foz do Iguaçu, 1º de janeiro de 1981, p. 2.

falseável conforme o ângulo de quem pergunta/responde ou de quem lê a realidade. Além do mais, enquadrar as atitudes tomadas por Dom Olívio em uma perspectiva maniqueísta parece empobrecer a compreensão histórica. Em segundo lugar, se o discurso é autoritário ou democrático junto ao clero e aos leigos e, finalmente, se sua ação é conservadora, moderada ou progressista. Estas últimas categorias, na avaliação de Kenneth Serbin,² são sedutoras, contudo escondem as idiosincrasias inerentes ao agir humano.

Assim, lança-se como desafio a compreensão acerca da constatação que se mostra irrefutável: partindo da região de Foz do Iguaçu, cujo contexto social está marcado pela transformação socioeconômica, Dom Olívio busca empreender uma ação orgânica em toda a diocese afinada com as diretrizes da Igreja brasileira, bem como latino-americana, e respaldada em documentos provenientes da hierarquia eclesiástica. Com isso, entende-se que o exercício do seu múnus episcopal está sendo transpassado pelo discurso da opção preferencial pelos pobres e atingido por uma Igreja que se pretende renovada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Na esteira desta problemática, questões latentes devem ser evocadas: em que medida a experiência como pároco e, em seguida como provincial da Sociedade do Verbo Divino em São Paulo, influenciaram em sua leitura de mundo e compreensão teológica acerca do papel a ser desempenhado pela Igreja Católica? Quando de sua estada na diocese de Foz do Iguaçu, porque as CEBs são entendidas como resposta ideal para um mundo que se seculariza? Essa eclesiologia implica novo relacionamento entre os porta-vozes do sagrado e os leigos? Como Dom Olívio organiza sua ação a fim de atingir esses objetivos numa região em que o perfil pastoral da Igreja é marcado pela preeminência sacramental? Em que medida as injunções provenientes do Regional Sul II e os diálogos, no campo político, ocorridos entre Igreja e Estado brasileiro estão presentes no horizonte das ações do bispo? Essas são algumas perguntas/problemas que estarão presentes ao longo deste capítulo.

² SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

2.1 Um discurso fundacional: Acenos de renovação eclesial

A fim de pensar acerca da compreensão e significado da organização da diocese, apresenta-se uma fonte que é lapidar porque delinea em grande parte os investimentos discursivos de Dom Olívio. Trata-se de uma entrevista realizada ainda em 1978 quando de sua chegada a Foz do Iguaçu. Ao se apresentarem esses indícios, busca-se destacar a reação ao contexto sociocultural encontrado e, sobremaneira, compreender como a visão de Igreja está sendo articulada naquele momento.

O material referido trata de uma entrevista concedida ao jornal “*Hoje-Foz*”³ estruturada em 16 respostas que exploram alguns dados biográficos, diagnóstico e prognóstico sobre a diocese, as expectativas acerca da realização da III Conferência Episcopal Latino-Americana a se realizar em Puebla, no México, opção que a diocese faz em sintonia com Regional Sul II e, por último, as esperanças em torno do papado de João Paulo II iniciado naquele ano.

Neste momento, pontua-se somente um aspecto dessa entrevista, o qual trata dos resultados da primeira Assembléia Diocesana realizada entre os dias 20 e 21 de novembro de 1978 em que se decidiu como prioridade para a diocese dedicar atenção especial para a Família, para as Comunidades Eclesiais de Base e para a renovação da Paróquia. Nessas respostas, Dom Olívio deixa entender o perfil de seu episcopado. Ao justificar sua perspectiva, explica ser o fundamento de toda ação pastoral porque representa a possibilidade de participação coletiva na Igreja e renovação na administração dos sacramentos. Doravante

Caminharemos com a Teologia da Libertação pois há muito o que libertar, e muitos que devem ser libertados. Cristo é o verdadeiro libertador... Ele salvará o seu povo de seus pecados – Mt 1,21. Jesus traz a verdadeira libertação pois a falta de liberdade é consequência de seus pecados... Esta libertação queremos pregar. E é justamente através das Comunidades Eclesiais de Base, que esperamos levar a libertação de Cristo a todo o nosso povo.⁴

³ Esta entrevista datilografada foi localizada na cúria de Foz do Iguaçu e não está datada. Na leitura de seu conteúdo, deduz-se que ela foi realizada em finais do mês de novembro e início de dezembro de 1978.

⁴ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista**. JORNAL HOJE FOZ, Foz do Iguaçu, s/d.

Que objetivo esse discurso busca atingir logo nos primeiros meses de seu governo? Que ritmo e metodologia de ação estão prenunciando? Qual é seu entendimento sobre a Teologia da Libertação? De qual libertação está falando: da mácula do pecado original que escraviza e condena, da falta de fé e da secularização que varre a Igreja da esfera pública? Quando se refere a ‘*esta libertação queremos pregar*’ e através das CEBs ‘*queremos levar a libertação de Cristo*’, está presente sub-repticiamente o discurso da sabedoria da Igreja versus a ignorância e misticismo do povo? Ou por outro, está implícito no discurso de verniz democrático um autoritarismo inquebrantável? Questões a serem pensadas, uma vez que a referência à Teologia da Libertação e à evocação da ação das CEBs pode induzir a conclusões levianas.

2.2 Composições de uma carreira religiosa

Tendo construído a trajetória biográfica numa vivência intensa com a espiritualidade da Congregação Mariana, ingressado na Congregação do Verbo Divino de carisma eminentemente missionário, freqüentado, embora rapidamente, alguns encontros no movimento dos focolares, vivido grande parte de sua vida na capital paulista que se notabilizou pela defesa dos direitos humanos e onde exerceu a função de vigário paroquial e, em seguida, provincial por quase quatro anos, enfim, tendo experimentado no epicentro do Brasil, em São Paulo, uma Igreja pré e pós-conciliar, a pergunta imediata e inevitável é: que leitura de mundo teria feito Dom Olívio? Absorvido plácida e fielmente uma Igreja que sofria um processo de *aggiornamento* ou *ajournement*, quer dizer, uma Igreja que se renova ou que se adia pastoralmente? Recorrendo a Michel de Certeau, poder-se-ia dizer que o indivíduo Dom Olívio é um leitor, assim como os intérpretes ou sujeitos do/no mundo das coisas, um viajante que circula nas terras alheias, nômade caçando por conta própria através dos campos que não escreveu, produzindo seus jardins que miniaturizam e congregam um mundo?⁵ Certeau compreende a leitura como um peregrinar por um sistema imposto a ponto de o leitor modificar, conscientemente ou não, o objeto dado a ler. Com isso, o leitor inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era ‘intenção’ de seu autor. Combina os seus fragmentos e cria algo não-

⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes de fazer**. 7 ed., Petrópolis: Vozes, 2002, p. 268 – 269.

sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir a pluralidade indefinida de significações.⁶

Na esteira desses apontamentos, pode-se pensar que interpretação de mundo Dom Olívio realizou dentro do universo de leituras, dos discursos das instituições reguladoras de sentidos? Relacionado com espiritualidades tidas como intimistas e de carisma congregacional missionário, somadas a uma concepção de poder verticalizada, teria formado/moldado sua individualidade como o fogo que, ao aquecer a cera, molda-a à sua maneira?⁷

Tem sido recorrente, ao longo deste texto, o uso das expressões apropriação, leitura, ressignificação, trajetória e sentido que o indivíduo está fazendo das experiências vivenciadas nas tramas sociais. Buscando fugir das explicações por vezes fatalistas do estruturalismo que esmaga as individualidades e, também, resistindo à concepção da subjetividade como vagante e errante, indaga-se acerca da autonomia relativa que o sujeito faz da cultura que o tange. Na esteira dessa compreensão, as reflexões de intelectuais como Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Certeau são oportunas porque permitem problematizar sobre a tensão existente entre o autor que explicitamente veicula uma mensagem que deve ser absorvida e um leitor que autonomamente faz apropriações, por vezes pouco ortodoxas, porque mal governadas e pautadas em contra-sensos.

A pergunta é inevitável: como se deu a leitura dos livros do húngaro Tihamer Toht? Em que medida o discurso disciplinar sodalício da Congregação Mariana e sua agenda de combate ao comunismo e ao protestantismo impregnaram o vivido de Dom Olívio? Freqüentador de movimentos de espiritualidade verticalizada, teria serenamente apropriado e definido uma prática social conforme a cultura vigente? Como entender um discurso ligado a CEBs se o entorno social parecia desdizer essa possibilidade? Nesse sentido, as noções acima aventadas são oportunas porque não trabalham com uma concepção universalista e, portanto, trans-histórica de sujeito. Lembra Chartier:

Compreender na sua historicidade as apropriações que se apoderam das configurações textuais exige o rompimento com o conceito de sujeito universal e abstracto como o utilizam a

⁶ Id., *ibid.*, p. 264 – 265.

⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002, p. 25.

fenomenologia e, apesar das aparências, a estética da recepção. Ambas constroem que a partir de uma invariância trans-histórica da individualidade, considerada idêntica através do tempo, que pela projecção no universal de uma singularidade que é a de um eu ou de um nós contemporâneo... Pensar as individualidades nas suas variações históricas equivale não só a romper com o conceito de sujeito universal, mas também a inscrever num processo de longo prazo as mutações da estrutura da personalidade.⁸

Assim, toda a história da leitura supõe, em seu princípio, a liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro pretende impor. Mas essa liberdade leitora jamais é absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Objetivamente falando, além de perscrutar as leituras de mundo, existe o fora-do-texto que deve ser indiciado porque de potencial revelador das práticas individuais. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler.

Talvez mais reticente que Certeau, Chartier chama a atenção para o aspecto de que as interpretações subjetivas não seguem até o infinito na medida em que as experiências individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas. Cada leitor, para cada uma de suas interpretações, em cada circunstância, é singular. Mas essa singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz com que esse leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade. O que muda é que o recorte dessas comunidades, segundo os períodos, não é regido pelos mesmos princípios.⁹

Essa abordagem permite entender as idiosincrasias, as interpretações e universo o axiológico presente em Dom Olívio, em que não se sustenta a existência de uma sobreposição estrutural sobre a individualidade nem uma liberdade ilimitada do sujeito em apropriar-se do mundo cultural conforme seus gostos. O desafio, portanto, é a tentativa de compreender o que e como se apropria, quais foras-do-texto presentificam influências socializadoras, em que medida ocorre (re)significação ou reprodução realizada pelo sujeito. Como a leitura é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores, a ênfase recai sobre as apropriações culturais destinadas a configurar pensamentos e ações nunca inteiramente eficazes e

⁸ Id., *ibid.*, p. 24 – 25.

⁹ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 77 e 91.

radicalmente aculturadores. As práticas de apropriação sempre criam uso ou representações muito pouco redutíveis aos desejos e às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas.¹⁰

Ao trazer como inspiração a entrevista tratando do conteúdo da primeira Assembléia Diocesana, destacou-se a recorrência à Teologia da Libertação como chamamento a libertar o homem da escravidão e às CEBs como concepção e metodologia de tornar a ação da Igreja participativa. Essa terminologia utilizada apresenta-se como renovadora entre os episcopados – Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu – do Oeste do Paraná. Como compreendê-la no contexto da formação de Dom Olívio?

Ao buscar apreender essa dimensão e o porquê do ‘*aparecimento*’ dessas palavras CEBs e Teologia da Libertação, parece que o uso de expressões como surgimento, momento fundacional ou desejo de buscar qual foi o acontecimento cronológico que o marcou é inadequado porque transmite uma noção de imediatismo e localismo histórico. Essa concepção sugere uma compreensão mecanicista da história em que, através de uma cadeia causal, pode-se explicar e inferir o conhecimento do presente. Mesmo na dialética hegeliana ou no materialismo histórico ortodoxo, está implícita uma concepção teleológica que, na reação contraditória da tese e antítese, constrói uma causalidade evolutiva. Essa noção causal é estranha às concepções acima arroladas de apropriação, trajetória e ressignificação.

Em contraposição aos usos dessas categorias cunhadas sobre o crivo da necessidade, as implicações da noção genealogia são mais adequadas porque permitem a possibilidade de compreender as apropriações realizadas não presas na temporalidade/espacialidade, mas a ela relacionada sem determinações estruturais. Ao evocar essa categoria, entende-se uma ruptura com a epistemologia mecanicista unívoca e concatenada dos fatos. A genealogia procura não só relações causais, mas as rupturas efetivadas, os silêncios e os desvios que permitem compreender mais complexamente a construção histórica da realidade.¹¹ Como localizar esses indícios verbalizados e silêncios em Dom Olívio?

¹⁰ ----- Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lyn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 233 – 234.

¹¹ RUIZ, Castor Mari. **A força transformadora social e simbólica das CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 23 – 27.

A fim de percorrer a genealogia desse discurso evocativo de uma Igreja da Teologia da Libertação e das CEBs, parece ser necessária atenção especial para a década de 1970, quando Dom Olívio exerce duas funções decisivas em São Paulo: a primeira como pároco da igreja Nossa Senhora de Lourdes, no bairro Água Rasa, e a segunda como provincial da Congregação do Verbo Divino.

2.2.1 *Experiência paroquial*

Ao ter acesso ao livro-tombo e livros de atas da paróquia, onde teve a única experiência como pároco¹² por cinco anos, e à análise do boletim Intercâmbio¹³ produzido sob sua responsabilidade, na condição de provincial, entre os anos de 1975 a 1978, é possível perceber as motivações pastorais e os diálogos que estava fazendo durante a década de 1970. Esses escritos são de grande importância porque oferecem indícios da percepção de Dom Olívio acerca da compreensão pastoral e teológica da Igreja e, além do mais, possibilitam percorrer as mudanças de ações e as apropriações realizadas numa década muito intensa *ad intra* e *ad extra ecclesie*.

A paróquia Nossa Senhora de Lourdes, bairro Água Rasa de São Paulo, desenvolve uma série de atividades que envolvem intensamente os padres, irmãos religiosos, seminaristas e leigos. Boa parte do trabalho assistencial está a cargo da Associação das Damas da Caridade que, conforme livro de ata, tem encontros mensais. A atuação dessa associação se mostra muito ativa e concorrida à medida que promove ações contínuas e intensas, como campanhas para entrega de roupas e alimentos a diversas famílias, pagamento de aluguel, ajuda financeira para algumas pessoas como gestantes, desempregados, entre outros.

Dom Olívio freqüenta esporadicamente os encontros da associação em que estão registradas algumas intervenções sugestivas quanto a promoções desenvolvidas ou a serem realizadas. Menção ao seu nome durante as reuniões ou

¹² Conforme livro-tombo, Dom Olívio foi nomeado pároco por Dom Bruno Maldaner, bispo da zona Leste de São Paulo, em 16 de agosto de 1970, tendo exercido a função até 19 de março de 1975, quando é eleito provincial da Congregação do Verbo Divino, Província Brasil-Centro. LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE LOURDES. São Paulo, 28 de setembro de 1975.

¹³ Boletim “Intercâmbio” é um informativo produzido pela Província do Brasil-Centro que compreende o estado de São Paulo. Sua elaboração é de responsabilidade do provincial, que conta com assessores padres, irmãos religiosos e seminaristas. Dom Olívio foi eleito nessa função para o triênio 1975 – 1977, tendo ocorrida a eleição em 19 de março de 1975. Em 26 de dezembro de 1977 foi reconduzido ao cargo, permanecendo até sua eleição ao episcopado em 13 de maio de 1978. Conferir, respectivamente, os boletins INFORMATIVO INTERCÂMBIO, n. 56, maio 1975 e n. 84, jan. 1978.

quando de sua participação nos encontros possibilita inferir sobre a sua simpatia à ação das Damas. Em uma das reuniões, ocorrida em 15 de setembro de 1970, convida a associação a se empenhar na construção de uma creche e Jardim de Infância a fim de as mães pobres deixarem seus filhos enquanto trabalham.¹⁴ Essa atividade assistencial se repetirá quando de sua estada em Foz do Iguaçu ao providenciar, logo no segundo ano da instalação da diocese, terreno, verba e uma congregação religiosa para construção e organização da creche chamada Mamãe Carolina.

As atividades pastorais são desenvolvidas no acompanhamento e promoção dos movimentos do Apostolado da Oração, Congregação Mariana, Legião de Maria, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Cursinho de Crisandade, Movimento Familiar Cristão e as Zeladoras de Capelinhas. A partir de fevereiro de 1971 é fundado grupo de jovem JUDI (Juventude Dinâmica) que parece ter provocado avivamento entre os jovens e recebe aprovação e incentivo do pároco. De maneira geral, constam no livro-tombo as chamadas no sentido de se empenharem com entusiasmo nas Campanhas da Fraternidade, cujo foco principal é a oportunidade para meditação em torno da temática proposta e não da arrecadação financeira através dos envelopes da campanha. Existem relatos referentes à organização das celebrações litúrgicas festivas nas oportunidades de acolhida aos visitantes ilustres como dos bispos,¹⁵ por motivos pastorais ou ordenações sacerdotais. Nas narrativas que descrevem o cotidiano da paróquia, Dom Olívio mantém muito respeito com colegas de trabalho, com a causa da Igreja e com os movimentos de leigos que existem na paróquia.

Para se compreender o perfil pastoral da paróquia, além dos já nominados movimentos e associações existentes, vale ressaltar a visita pastoral de Dom Bruno Maldaner, bispo auxiliar e vigário episcopal da região Leste de São Paulo, ocorrida entre os dias 27 a 30 de novembro de 1970. A agenda desses quatro dias é intensa, tendo visitado o Colégio Estadual, realizado reuniões com as associações e movimentos presentes na paróquia, visitado nas próprias residências alguns paroquianos pioneiros adoentados, concedido o sacramento da comunhão às

¹⁴ ATA DA 173ª REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE. Paróquia Nossa Senhora de Lourdes. São Paulo, 15 de setembro de 1970.

¹⁵ Durante os cinco anos em que permaneceu como vigário paroquial, o livro-tombo registrou a visita de Dom Bruno Maldaner em 1970 e, em duas oportunidades, do cardeal Dom Paulo durante o ano de 1973.

crianças e realizado missas festivas. Ao final dos quatro dias, uma festa de encerramento. Essa visita pastoral, tão comum posteriormente no ofício de Dom Olívio em Foz do Iguaçu, arranca de Dom Bruno manifestação de profunda alegria:

Apostolado do leigo, além de sentirem a necessidade de atualizações e dinamizações de seus métodos e apostolado, segundo espírito e a mente do Concílio Vaticano II, colaboram eficientemente com a paróquia, nos vários setores da evangelização e da catequese; da assistência e da promoção e do apostolado em geral. A tôdas as associações e movimentos, o nosso aplauso, o nosso reconhecimento e os nossos votos, para que sempre mais floresçam e formem, em número cada vez mais verdadeiro e autêntico apóstolos leigos... queremos deixar consignado um voto de louvor e reconhecimento pelo maravilhoso trabalho que na Paróquia Água Rasa realizam com zelo e dedicação os Padres do Verbo Divino. Temos a certeza que êste trabalho, com a ajuda e a benção de Deus e a proteção de Nossa Senhora, há de prosseguir com sempre maior entusiasmo, dentro do espírito e da mente do Concílio Vaticano II e da orientação pastoral da Arquidiocese de São Paulo.¹⁶

Merece destaque, além do entusiasmo de Dom Bruno com o comprometimento do apostolado dos leigos e dedicação dos zelosos verbitas, a afirmação de que a paróquia caminha conforme o '*espírito renovador*' do Concílio Vaticano II e em '*sintonia*' com o plano da arquidiocese de São Paulo. É uma amostra cabal da apropriação e ressignificação feita pelo bispo, assim como pelos padres da Congregação do Verbo Divino, da leitura do conclave. Certamente, não é uma atividade deliberadamente transgressora, irônica ou poética, como apontava Certeau,¹⁷ senão uma apropriação criativa que se encontra no âmago do processo de recepção e, portanto, transpassada por ajustes, combinações e resistências.¹⁸

Nesse discurso fica evidenciada uma leitura espiritual, intimista e verticalizada do papel da Igreja no mundo que se seculariza. Os movimentos e associações pareciam estar em perfeita sintonia sobre o entendimento de sua missão e a expectativa que os padres tinham acerca de seu papel. Dom Olívio, em janeiro de 1972, registra no livro-tombo que, ao iniciar o ano, a paróquia "*Graças a Deus, ao lado das tradicionais associações, (vê) surgir novos movimentos como cursilho de cristandade, movimento familiar cristão, comunidade de jovens, etc. Eles trazem*

¹⁶ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE LOURDES – Visita pastoral de Dom Bruno Maldaner. São Paulo, 30 de novembro de 1970.

¹⁷ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**..., op. cit., p. 268.

¹⁸ CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras..., op. cit., p. 232 e 234.

nova esperança a paróquia".¹⁹ Embora com poucos dados escritos no livro-tombo, os quais podem ser complementados com a entrevista cedida em abril de 2007, soube-se que Dom Olívio convidou seus paroquianos a participarem do movimento dos focolares que começaria a ocorrer aos domingos na parte da manhã.²⁰

Consoante a essa dinâmica pastoral, destaca-se a Irmandade do Santíssimo Sacramento ao agregar em torno de 80 a 90 membros que, presididos por um provedor, por um secretário e tesoureiro, reúnem-se todos os meses após a celebração eucarística. Geralmente acompanhados pelo pároco ou um de seus auxiliares, os encontros eram compostos pela tradicional chamada de seus membros, leitura formativa, uma rápida reflexão do padre e, ao final, uma singela confraternização, '*um cafezinho*'. Dom Olívio participava com freqüência e fazia suas reflexões que estão registradas em ata. Merecem destaques as considerações feitas no encontro de janeiro de 1973, porquanto manifestam a preocupação com o bem-estar espiritual de seus paroquianos ao lembrar que todos observem o tema e o lema da Campanha da Fraternidade²¹ porque, antes de tudo, os irmãos devem ter atenção em suas vidas para o amor que liberta e cuidado com o egoísmo que escraviza. Em seguida, pede que toda a comunidade participe do Cursilho de Cristandade.²²

Não aparece no livro-tombo, nas atas da Associação das Damas da Caridade e nas atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, onde estão registradas as intervenções de Dom Olívio, nenhum comentário acerca dos problemas políticos que a Igreja de São Paulo estava enfrentando junto ao Estado Brasileiro. Igualmente, é curiosa a ausência de qualquer menção à organização de grupos de reflexão e formação de CEBs, assim como nenhum curso de formação de leigos nem mesmo registros manifestando incômodos com a censura e negligência do Estado na proteção dos direitos humanos. Atitude isolada dessa paróquia e do vigário paroquial? Conforme Damião Duque, em sua tese sobre a Igreja de São Paulo, não, porque

¹⁹ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE LOURDES. São Paulo, janeiro de 1972.

²⁰ Id., *ibid.*, 3 de janeiro de 1971.

²¹ A Campanha da Fraternidade de 1973 trouxe como tema Fraternidade e Libertação e o lema, como aparece no registro da ata, O egoísmo escraviza, o amor liberta. Cf. **Temas e Lemas da Campanha da Fraternidade**. Disponível em: <http://www.webcatolica.com.br/aigreja/CF/temaselemas.htm>. Acesso em: 29 de set. 2007.

²² LIVRO ATA DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO. Paróquia Nossa Senhora de Lourdes. São Paulo, 7 de janeiro de 1973.

Parece-nos evidente que a atuação do vigário episcopal contava sobremaneira nos resultados finais de renovação e para as diretrizes gerais empreendidas. Com algum esforço de generalização, podemos afirmar que havia uma certa proximidade nos encaminhamentos das Regiões Norte, Sul e Oeste, rumo a uma perspectiva de renovação que poderia ser considerada mais progressista, enquanto as Regiões Centro e Leste eram mais conservadoras no processo de renovação. De todo modo, as resistências e as iniciativas no interior das Regiões impendem-nos de considerá-las como blocos que caminham coesos nesta ou naquela direção. O fato é que notamos, em meio ao processo das práticas católicas renovadas que se generalizavam na Arquidiocese, diferenças entre Regiões, setores, paróquias, movimentos, organizações e comunidades.²³

É possível afirmar, na esteira das reflexões de Duque, que, apesar dos diversos instrumentos burocráticos de controle e coordenação da aplicação do planejamento pastoral na arquidiocese de São Paulo, diversas rachaduras foram aparecendo no enorme edifício construído para a renovação católica. Dessas rachaduras, variadas práticas surgiram mais ou menos concatenadas aos objetivos propostos pela hierarquia católica nacional e paulistana. Para cada linha de renovação havia uma prática diferente; para cada meio social, um catolicismo e que poderia inclusive estar divorciado desse meio. Para esse estado de coisas, concorriam a formação original do clero, a nacionalidade, a congregação, a participação em cursos de renovação, a presença de movimentos e de organizações leigas, se tradicionais ou renovadas, a existência de lideranças nos setores paroquiais, dentre outros aspectos.²⁴

No caso da paróquia Nossa Senhora de Lourdes, além de estar na Região Leste, de perfil conservador, conforme referência acima, concorre uma paróquia que antes e durante a estada de Dom Olívio como pároco, em consonância com o vigário episcopal, tinha um perfil ligado aos movimentos e associações tradicionais. Isso não significa indiferença com a causa da população marginalizada, mas uma estratégia de ação pouco ou nada influenciada por uma leitura da realidade a partir das interpretações e interpelações sociais impulsionadas por Medellín. Não aparece, nos indícios acima arrolados, uma prioridade explícita com a *“A Igreja na atual*

²³ FARIAS, Damiano Duque de. **Crise e renovação na cidade de São Paulo: permanências do conservadorismo, impasses do progressismo (1945 – 1975)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2002, p. 186 – 187.

²⁴ Id., *ibid.*, p. 186.

transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”, preocupação patente do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) em 1968 na Colômbia. Dom Olívio não teria passado por Medellín!

2.2.2 Provincialato e o aggiornamento eclesial

A compreensão de uma Igreja que se renova nas opções pastorais assentando que não basta mais exclusivamente enfatizar o desenvolvimento de movimentos e associações tradicionais são, em Dom Olívio, compreendidos e assimilados a partir da segunda metade da década de 1970. Não a sensibilidade à marginalidade e à pobreza, mas estratégia de ação junto delas. A afinidade com a dimensão da justiça social deve ser compreendida ainda no tempo longo.²⁵ É da infância que herda o entendimento de que a Igreja devia prestar atenção aos marginalizados nos moldes das ações desempenhadas pelos vicentinos, como fazia seu pai; igualmente, é da congregação do Verbo Divino o carisma missionário de trabalhar com o diferente e, sobretudo, o chamamento evangélico de que o Verbo se fez carne – menção à passagem bíblica 1, 1–8 de São João – e encarna nos desassistidos socialmente. Pensa-se que a gênese da sensibilidade quanto à missão da Igreja deve ser buscada na longa duração.

Trata-se agora, em contraposição, de uma metodologia e concepção eclesial alimentadas, possivelmente, em meados da década de 1970, quando experimenta pela primeira vez a responsabilidade de pastorear uma paróquia e, sobretudo, quando exerce a função de provincial da congregação à qual pertence. Primeira vez que se vêem escritos de Dom Olívio que apresentam expressões como grupos de reflexão, menções positivadas acerca da religiosidade popular, formação de Comunidades Eclesiais de Base, Teologia da Libertação, preparação para III Conferência Episcopal Latino-Americana, entre outras. A esse comportamento de Dom Olívio, são oportunas as considerações de Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, ao destacar que, a partir dos anos de 1970,

²⁵ Braudel entende que os acontecimentos, as conjunturas não representam toda a espessura do tempo vivido ou do tempo presente. Em profundidade, uma história estagna, desfila lentamente, a mais longa das longas histórias, algo como a tendência secular, ou, melhor, multissecular dos economistas. História profunda e não história imóvel. Imobilidade é a morte. Vejam o Mediterrâneo: história profunda, história conjuntural e história factual. “A essa história profunda, chamei estrutural – mas, por favor, entenda-se, e de uma vez por todas, que meu estruturalismo nada tem a ver com o estruturalismo (que, por sinal saiu de moda) dos lingüistas. Para mim, é estrutura tudo o que resiste ao tempo da história, o que dura e até perdura – logo, algo bem real, e não a abstração da relação ou da equação matemática”. BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 370 – 371.

Não se tratava mais de uma evangelização somente intimista, moral, mas de uma evangelização voltada para a libertação da miséria, da pobreza, da humilhação. Palavras do próprio papa! Com Paulo VI, a Igreja estava sendo incentivada a ser fiel a essa linha libertadora... Já havia, naquele momento, entre o episcopado brasileiro, uma aceitação mais coesa de que a evangelização libertadora era uma missão da Igreja. O contexto Internacional impulsionava nessa direção. A Igreja do Brasil tomou um lugar, não digo de suplência... mas de direito na defesa dos direitos humanos e dos menos favorecidos. Essa era uma posição evangélica.²⁶

A experiência como provincial da congregação em São Paulo, entre março de 1975 a maio de 1978, provoca algumas mudanças significativas. Importa lembrar que o provincial verbita, de praxe, tem sua estada junto ao seminário Espírito Santo, localizado no bairro Santo Amaro, zona Sul de São Paulo que, conforme Duque, foi uma região que assumiu com ênfase a proposta de renovação eclesial. Para Dom Olívio, morar no seminário trazia boas recordações porque ali tinha realizado seus estudos de filosofia e teologia e, na seqüência, trabalhado como formador dos jovens seminaristas para a vida religiosa.

Como fonte principal para compreender algumas ações tomadas durante o exercício de seu provincialato, consultou-se o boletim Intercâmbio. Este boletim é uma publicação mensal da Província Brasil-Centro que tem em média 6 a 8 páginas. Embora seja uma publicação para a comunidade de modo geral, o público-alvo são membros ligados à congregação como padres, irmãos religiosos e seminaristas. O seu conteúdo é composto de informações das dioceses, das paróquias e do seminário Espírito Santo, todos pertencentes à Província. Como notícias freqüentes, aparecem iniciativas tomadas pelo provincial em conjunto com o Conselho Provincial, homenagens aos aniversariantes, notas de falecimento e anúncio de acontecimentos que envolvem a Sociedade do Verbo Divino. Há colunas temáticas sobre espiritualidade, história da Igreja e história da congregação.

No período em que foi provincial, publicaram-se os boletins de número 56 de maio de 1975 até o número 89 de junho de 1978.²⁷ Foram, portanto, 33 edições do boletim. Possivelmente, contou com equipe sólida de apoio e recursos garantidos,

²⁶ COSTA, Célia Maria Leite, PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. **O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 122.

²⁷ Durante o ano de 1974, foram publicadas quatro edições do boletim. Nos anos de 1976 e 1977, foram publicados 10 e 12 boletins, respectivamente. Cf. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, tomo 2, mar. 1974 a out/dez. 1986.

porque as publicações mantiveram regularidade não presente em anos anteriores e posteriores a seu provincialato. Essa informação também manifesta a prioridade dada ao papel da imprensa, conforme o carisma da congregação.

Durante os anos em que foi provincial, esteve envolvido em diversas atividades em todo o Brasil, no continente latino-americano e também em outros países da Europa. Em termos de Brasil, a Província teve três padres eleitos para o episcopado, mudando a configuração dos trabalhos assumidos.²⁸ Assim também, conforme decisão da Assembléia Provincial de 1974, estava em curso um enxugamento no atendimento das paróquias por parte da congregação verbita, que passava para os cuidados da arquidiocese de São Paulo.²⁹ Evento de dimensão continental, sediado no seminário Espírito Santo, foi a Assembléia Latino-Americana ocorrida em 1976. Em nível mundial, envolvendo toda a Sociedade do Verbo Divino, ocorreu, entre 4 de outubro a 24 de novembro de 1977, em Nemi, Itália, o XI Capítulo Geral da Congregação, tendo forte repercussão em São Paulo em função do envolvimento direto de padres nos preparativos e da participação de Dom Olívio como representante da Província. Sua presença nesse evento teria sido discreta em função das poucas intervenções públicas feitas. Ocorreram, também, rumores de colegas verbitas sobre sua futura eleição ao episcopado.³⁰

Embora não sendo mensais seus artigos no Boletim Intercâmbio, os conteúdos são curiosos por trazerem à tona duas características marcantes. A primeira porque evoca a significação que o carisma verbita teve em sua vida, conforme tratado no primeiro capítulo. Esta conclusão não é meramente informativa, porque implica claramente uma maneira de entender sua missão como membro da Igreja. Com essa ênfase, diversos artigos lembram o trabalho dos fundadores da congregação e sua reconhecida beatificação,³¹ a opção por atender aos rincões mais inóspitos e isolados, a dedicação e o esmero com a causa da Igreja, que é eminentemente missionária. Consoante ao carisma verbita, lembra a seus

²⁸ Trata-se dos padres Aparecido José Dias para diocese de Registro; Joel Ivo Catapan como auxiliar na diocese de São Paulo e Silvestre Luiz Scandian para Araçuaí, diocese em Minas Gerais.

²⁹ Esta foi uma decisão da Assembléia Provincial de 1974, justificada por Dom Olívio em 1976, como uma medida tomada em conformidade ao carisma da congregação, que é eminentemente missionário, devendo atender aos locais mais pobres. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 63, abr. 1976.

³⁰ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**. Dom Olívio comentou que um padre verbita teria dito durante o encontro em Nemi: *“lo sentito una bruta cosa de lei”*, referindo-se a sua eleição ao episcopado.

³¹ Os fundadores da Sociedade do Verbo Divino, padres Arnaldo Jansen e padre José Freinademetz, foram beatificados em 19 de outubro de 1975 por Paulo VI. Cf. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 60, nov. 1975.

confrades, responsáveis pelas paróquias, casas de formação e outras instituições, a se empenharem sobremaneira no mês de outubro, mês missionário, conforme exortação de Paulo VI de 1976 ao mencionar que a “*celebração se revista de relevo especial, mediante uma aprofundada e ampla catequese sobre o universalismo missionário da Igreja*”,³² afinal a SVD é uma congregação missionária.

Mantendo a sintonia com sua experiência de pároco, manifesta no seu primeiro artigo assinado, escrito em março de 1976, a preocupação com a Campanha da Fraternidade daquele ano. Além da permanência desse zelo, o tema da Campanha remetia à necessidade de caminhar juntos. Aqui está implicada a idéia da convocação para que haja “*ainda mais a união entre nós e toda a Igreja*”,³³ nos moldes da expressão contida no seu brasão episcopal: *In Uno Spiritu*.

A segunda característica presente nos seus escritos dá conta da provocação apresentada no início deste capítulo e, sobretudo, explicita a genealogia de sua afinidade com o discurso da renovação pastoral da Igreja. A expressão tão cara à Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* – Igreja povo de Deus –, às leituras latino-americanas introduzidas pelo documento de Medellín, inspiradora dos movimentos populares que surgiam e das leituras teológicas que se faziam, bem como ao clima dos preparativos para a realização do encontro em Puebla parecia compor, no discurso de Dom Olívio, novas cores, ou melhor, novas ressignificações. Não momento fundacional e único, antes apropriações subjetivas amalgamadas com a sensibilidade missionária. Junto a esse cenário ressignificado pelo sujeito, devem estar presente as discussões já apontadas e problematizadas sobre sua experiência vivida junto à Igreja de São Paulo em conjunto com acontecimentos representativos de uma biografia que se compunha em contato com múltiplos diálogos. Três eventos parecem convergir para a configuração de uma concepção de Igreja que buscava novo entendimento sobre sua práxis.

O primeiro evento trata, em duas oportunidades, da realização da Assembléia da Província Brasil-Centro, realizada em Jundiá nos anos de 1976 e 1978.³⁴ A pauta

³² FAZZA, Olívio Aurélio. Prezados confrades. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 69, out. 1976.

³³ ----- . Caminhar juntos. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 62, mar. 1976. A Campanha da Fraternidade de 1976 traz como tema a Fraternidade e Comunidade e, em seu lema, Caminhar juntos. Cf. Campanha da Fraternidade – página explicativa. Disponível em: <http://salvemaria.sites.uol.com.br/cf.htm>. Acesso em: 30 de set. 2007.

³⁴ A primeira Assembléia Provincial referida acima foi realizada entre os dias 17 e 19 de maio de 1976. A segunda Assembléia ocorreu entre os dias 15 a 18 de maio de 1978 tendo sido ambas em Jundiá. **Assembléia Provincial**. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 65, jun. 1976 e **Resumo da Assembléia Provincial**. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 89, jun. 1978.

principal das Assembléias é a renovação pastoral da Igreja no Brasil, em que surge como problema motivacional a busca de uma metodologia que viabilizasse o desafio de *‘encarnar-se’* na América Latina.

Na Assembléia de 1976, frei Constâncio Nogara coordenou o encontro, trabalhando temas como noções gerais e conteúdos tratados pela Teologia da Libertação, na seqüência a vida religiosa na América Latina e no Brasil e, finalmente, tipos de presença dos religiosos na América Latina. Na segunda Assembléia, ocorrida em 1978, que contou com 45 participantes entre padres, irmãos religiosos e estudantes, duas palestras apontavam para a inserção dos verbitas nas preocupações da Igreja latino-americana. Coordenada pelo padre João Edênio Valle e por Dom Joel Catapan, ambos verbitas, discutiu-se o caminho percorrido “De Medellín a Puebla” e, em seguida, abordaram-se os preparativos da CNBB, em Itaipu, para a realização da III Conferência Latino-Americana. Essas reuniões transmitem uma preocupação da Província, sob o comando de Dom Olívio, em sintonizar-se com a nova realidade para a qual os documentos da CNBB e da Celam apontavam.

O segundo evento trata da Assembléia Regional da Conferência dos Religiosos do Brasil, realizada entre os dias 10 e 14 de maio de 1976 em Itaipu. Contando com a presença de 175 membros, entre religiosos, religiosas e membros da diretoria regional e nacional, o encontro esteve focado nos temas e nas estratégias a serem adotadas para renovação pastoral, cujo horizonte era a problemática da inserção da Igreja na sociedade. A fim de desenvolver o tema geral “Comunidade aberta a outras comunidades”, as palestras trataram de temas como Promoção Humana, Marginalização, Direitos Humanos, Vida Religiosa e CEBs. Contou com palestrantes ilustres como o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Angélico Sândalo Bernardino, padre Calixto Vendrame, o operário João Breno, da Frente Nacional do Trabalho, entre outros.

Dom Olívio, em artigo no boletim, manifesta que o encontro desenvolveu um papel fundamental para o despertar a Igreja para a realidade social e o trabalho conjunto e fraterno. Em sua avaliação, a Assembléia *“Foi um Mini-Pentecostes: foi Presença Fraternal; foi Oração; foi Conhecimento da Realidade; Foi Corresponsabilidade; foi novo impulso para Evangelizar”*.³⁵ Essa declaração contribuiu para se compreender a dimensão significativa quando, na entrevista

³⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. A Assembléia da CRB – Regional em São Paulo. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 66, jul. 1976.

concedida em outubro de 2006, dizia que “*Aquela atitude da Igreja de São Paulo me atingiu bastante... eu tinha introjetado e procurei implementar esta forma de trabalhar*”,³⁶ quando chegou à diocese de Foz do Iguaçu.

Finalmente, o terceiro evento, que transmite o clima em que vivia Dom Olívio e justifica a idéia trabalhada de que a Igreja de São Paulo e sua função à frente da Província teriam sido fundamentais para uma releitura sobre a renovação da Igreja, ocorreu na América Latina. Trata-se da realização da Assembléia Latino-Americana, sediada no seminário em Santo Amaro, ocorrida entre os dias 5 a 12 de julho de 1976, e que contou com presença da alta cúpula da Congregação composta por delegados e pelos provinciais. A visita mais esperada foi a do Superior Geral, padre João Musinsky. Cardeal Dom Paulo, na condição de responsável pela arquidiocese de São Paulo e beneficiário dos trabalhos verbitas, fez-se presente a fim de acolher e hipotecar apoio à realização do evento.

O tema geral do encontro foi “Nossa presença religiosa – missionária na América Latina”.³⁷ O boletim Intercâmbio apresenta a intensa programação dos oito dias de discussão, assim como as Províncias presentes e responsáveis pela preparação das temáticas. Percorrendo o título das palestras, é perceptível a preocupação e a sintonia com o pensar uma nova forma de agir na sociedade em constante transformação. A participação e o empenho dos delegados da congregação, escreve o Superior Geral no boletim, mostra esperança por ver, em tempo de crises, dificuldades e confusão, a busca de “*soluções e caminhos novos*”.³⁸ É importante destacar alguns temas, pois torna conhecido o porquê da manifestação otimista do Superior Geral. Após o primeiro dia de “*Exercícios Espirituais*”, organizado por Dom Joel Catapan, os demais dias foram dedicados a temas específicos como a “*Realidade na América Latina*”, explanada pelo professor Francisco Weffort da Universidade de São Paulo. Na seqüência, os padres Edênio Valle e Mauro Batista discutiram a temática da “*Teologia da Libertação*”. Figuraram, ainda, palestras quanto à ação pastoral, relação leigos e Sociedade do Verbo Divino, meios de comunicação social, espiritualidade verbita, vocações religiosas, entre outros. Ao final do encontro foi produzido um documento conclusivo a fim de orientar a ação dos confrades da congregação na América Latina.

³⁶ ----. **Entrevista 1.**

³⁷ Assembléia Latino-Americana. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 67, ago. 1976.

³⁸ Id., ibid.,

Essas anotações são manifestações de uma Igreja instalada em São Paulo, caracterizada, conforme Duque, como uma das mais progressistas do Brasil e do mundo católico, com uma forte dimensão social e contestadora na defesa dos direitos humanos e na organização dos setores considerados pobres e marginalizados da população.³⁹ Esses eventos, vale lembrar, devem ser entendidos como fendas através das quais se permite penetrar nas problemáticas enfrentadas e latentes na Igreja brasileira e que provocam tensões mais ou menos singulares, mais ou menos partilhadas por seus membros, que podem induzir a um repensar sobre suas práticas.⁴⁰ Não devem ser entendidos como reveladores *per si* de uma época, mas como indícios que lançam lampejos de luz na compreensão de um tempo e de uma biografia que se constitui. Não a crista da onda e, sim, o processo que leva a onda a descolar-se da superfície rasa,⁴¹ noutras palavras, não a sedução do acontecimento, mas aquilo que através dele pode-se conhecer. Para a presente pesquisa, esses eventos evidenciam um sopro que mudaria a práxis de Dom Olívio.

Com isso, parecia clara a gênese daquela entrevista cedida por Dom Olívio logo de sua chegada a Foz do Iguaçu em 1978, porque, possivelmente, estava trazendo as experiências vividas na condição de provincial e membro de uma Igreja em São Paulo que buscava renovação pastoral. Resta compreender, além das motivações do discurso da renovação, como entenderá e aplicará o chamamento da Igreja na organização da diocese de Foz do Iguaçu.

Antes de analisar com mais atenção as incursões de Dom Olívio, é importante, respaldado inclusive no seu discurso de fidelidade e obediência à Igreja, pensar em alguns aspectos que compõem o cenário em que a Igreja do Paraná está inserida e a exposição de suas prioridades enquanto projeto político-social. Este expediente é fundamental porque influencia decisivamente na linha de pastoral adotada na diocese de Foz do Iguaçu e, em segundo lugar, porque Dom Olívio

³⁹ FARIAS, Damião Duque de. **Crise e renovação na cidade de São Paulo...**, op. cit., p. 209.

⁴⁰ CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. 2 ed., São Paulo: Estação da Liberdade, 2001, p. 20.

⁴¹ BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre história...**, op. cit., p. 369. Ao usar esta expressão, faz-se menção à concepção de longa duração e resistência ao uso abusivo do acontecimento – a crista da onda – como elemento explicativo da história de Fernand Braudel: “Vivemos no tempo curto, o tempo de nossa própria vida, o tempo dos jornais, dos acontecimentos, como na companhia dos homens importantes que mandam no jogo, ou pensam mandar. É o tempo, do dia-a-dia, de nossa vida que se precipita, se apressa, como que para se consumir depressa e de uma vez por todas, à medida que envelhecemos. Na verdade, é apenas a superfície do tempo presente, as ondas ou as tempestades. Porém abaixo das ondas, há as marés. Abaixo dessas, estende-se a massa fantástica da água profunda... Vibrações curtas, conjunturas e não profundidade, estruturas. As vibrações curtas são o que chamo de fátual”. BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 369.

passa a fazer parte do episcopado paranaense somente a partir de 1978, quando deixa a arquidiocese de São Paulo e o provincialato Brasil-Centro daquele estado.

2.3 Aproximações entre a linha de pastoral da diocese e do Regional Sul II

A compreensão sobre o fenômeno religioso e suas relações socioculturais tem chamado atenção dos cientistas sociais há mais de meio século e, nas duas últimas décadas, multiplicaram-se as pesquisas provenientes, sobretudo, de programas de pós-graduação tradicionais e outros recém-instalados, seja *lato* ou *stricto sensu*. Não há dúvidas de que as abordagens, procedimentos metodológicos e temas pesquisados são multiformes. Ao lado da multiplicação das pesquisas, ocorre a expansão do mercado editorial que, ao dar publicidade a esses trabalhos, torna flagrante uma questão que tem, inclusive, provocado incômodo em alguns pesquisadores, ao privilegiar temáticas marginais e essencialmente localistas.

Para Aldo Terrin, uma das causas dessa perspectiva é o entendimento reducionista do conceito de religião que dilui redes de relações transnacionais e, mais do que isto, aniquila o entendimento da relevância da proposta/mensagem transcendente que a religião transmite. Alguns pesquisadores, continua Terrin, pretendem dissecar o problema do sagrado com o bisturi da história, da sociologia ou da psicologia, a ponto de cortar todo tipo de 'transcendentalidade' à qual se refere o mundo religioso, com o objetivo declarado ou latente de reduzir a religião e as religiões a seu momento histórico-factual e a nada mais.⁴² A dimensão do sagrado, quando não marginalizado, é dissecado e esquadrihado em procedimentos cartesianos, rompendo a dimensão do significado mítico que a religião traz para a cultura.

No Brasil, entre outros pesquisadores que manifestaram tais incômodos, Vanilda Paiva lamenta igualmente que, referindo-se ao campo católico, parte substancial das análises não considera o caráter *católico*, universal da Igreja como instituição que reivindica o direito e a liberdade de atuar dentro das sociedades nacionais, desenvolvendo estratégias que lhe permitam simultaneamente manter sua unidade, nacional e transnacionalmente, e influir sobre as sociedades nacionais e sobre a política internacional. Com isso,

⁴² TERRIN, Aldo Natale. **O sagrado off limits**. São Paulo: Loyola, 1998, p. 18.

A instituição vê-se, porém, atravessada não apenas pelas forças e tendências sociais que interagem em cada formação social, na qual está presente, mas por tendências mais globais, que se cruzam transnacionalmente numa 'sociedade civil católica' e que fazem representar na doutrina e nas orientações práticas da Igreja Universal... É preciso, pois, na interpretação dos caminhos trilhados pelas Igrejas nacionais, não esquecer a sua referência à Igreja Universal e à defesa dos interesses institucionais fundamentais...⁴³

O diagnóstico feito pela pesquisadora refere-se às interpretações produzidas sobre a inserção da religião católica na sociedade brasileira na segunda metade do século XX como excessivamente míopes porque fundamentalmente sociopolíticas, limitadas ao presente e estritamente locais, de modo a esquecer, na maior parte dos casos, a milenar história da instituição. Por outro lado, é fundamental ter em foco que os eventos históricos têm um forte impacto sobre a formulação doutrinária e orientações básicas sejam *intra* ou *extra* Igreja (Igreja Mistério e Igreja diálogo com o mundo – *Lumen Gentium*). É interessante observar como a Igreja é capaz de responder a eles e como busca no Magistério explicações plausíveis para as situações modernas. Para os eventos que suscitam novas perguntas e requerem novas respostas a cada tempo, explica João Morais, a hierarquia busca na Tradição eclesial a fonte explicativa,

é como se pudéssemos deduzir a Igreja de hoje do contexto global da Igreja de ontem. Há portanto dois movimentos que se devem combinar: o novo lugar social a partir do qual a Igreja fala agora (opção preferencial pelos pobres) produz um voltar-se desta para os textos da Tradição (movimento do presente para a sabedoria milenar) que a faz escolher mais estas ou aquelas passagens do antigo discurso doutrinário do que outras; e, ao mesmo tempo, registram-se traços essenciais à mentalidade católica há muito marcados por todo um passado de acumulação de sabedoria que se traduz na Doutrina Social da Igreja, e que marcam outro movimento – do passado para o presente.⁴⁴

Conforme apontado ao longo desta pesquisa, é correto dizer que a trajetória de Dom Olívio foi construída em sintonia com a sapiência da Igreja à qual devota grande fidelidade. As leituras e apropriações errantes do personagem não parecem

⁴³ PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 55 e 56.

⁴⁴ MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB**. São Paulo: Cortez, 1982, p. 17.

ter assumido conotações transgressoras e, nas discordâncias pontuais, a obediência foi um valor zelado. Nesse sentido, eventos históricos como o Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín, sobretudo de Puebla, ao lado da atuação dos organismos administrativos da hierarquia eclesiástica, como as Conferências Nacionais e Regionais (CNBB e Regional Sul II), exerceram peso indelével na história de Dom Olívio e, conseqüentemente, da diocese de Foz do Iguaçu. Como anunciou na apresentação do IV Plano de Pastoral da diocese em janeiro de 1984:

Tenho a alegria de apresentar ao povo de Deus em nossa Diocese, o Plano de Pastoral para 1984. Logo de início se percebe que queremos caminhar em sintonia com a CNBB tanto em plano nacional como regional. Aliás peço a todos, que tenham e completem a leitura deste plano com a do plano do Regional Sul II. Nossa coordenação de pastoral achou desnecessário repetir neste caderno, o valioso conteúdo do plano regional, amplamente divulgado na Diocese e que fundamenta o nosso.⁴⁵

Se a presença de Dom Olívio nas Assembléias da CNBB era esporádica, a participação junto ao episcopado paranaense era intensa e freqüente. Tendo assumido a diocese em 26 de agosto de 1978, a primeira Assembléia de que participa foi a XXVI realizada em Curitiba, entre os dias 18 a 22 de setembro deste mesmo ano. Doravante sua presença em reuniões ordinárias e extraordinárias seria disciplinarmente freqüentada na companhia de seus assessores diocesanos. As fontes apontam para uma presença discreta, mas constantemente referenciada. Encaminhou pedido de apoio e foi, em momentos de fortes crises e polêmicas sociais vividas na diocese, prontamente apoiado pelo Regional através de manifestações públicas.⁴⁶ Ainda em 1983, a pedido da Assembléia, responsabilizou-se por escrever um pronunciamento oficial denunciando os graves problemas que atingem o país, como o desemprego, o êxodo rural, a opressão ao índio, os baixos salários, o empobrecimento, o desrespeito aos direitos e à Lei de Segurança

⁴⁵ FAZZA, Dom Olívio Aurélio. Apresentação. IV PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU DE 1984. Foz do Iguaçu, 1º de janeiro de 1984, p. 1. (Grifo do autor).

⁴⁶ Durante a realização da XXX Assembléia Geral ocorrida no ano de 1982, o episcopado paranaense publicou uma moção de apoio às iniciativas de Dom Olívio encetadas em favor das famílias de Foz do Iguaçu despejadas por mandato judicial. Essa manifestação oficial teria ocorrido em função do pedido de Dom Olívio a fim de que órgãos competentes do estado, como o INCRA, tomassem providência para reassentamento das famílias desalojadas. Cf. LIVRO ATA DA XXX ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUAL II. Curitiba, 11 a 14 de setembro de 1982, p. 118 ss.

Nacional.⁴⁷ Subscreveu documentos com demais bispos do estado, atuou em diversas oportunidades como porta-voz da Assembléia junto à imprensa, foi vice-presidente do Regional e representante do episcopado junto às CEBs e à CPT entre os anos de 1985 a 1990. Na CNBB foi membro da comissão de revisão de textos litúrgicos. A recorrência ao Regional será uma constante nos discursos de Dom Olívio, sobretudo quando se refere à definição da linha de pastoral da diocese.

2.3.1 O Regional Sul II: Composições teológico-pastorais

O Regional Sul II, abrangendo o estado do Paraná e com sede em Curitiba, foi criado em 30 de setembro de 1964 na terceira sessão do Concílio Vaticano II, durante a 6ª Assembléia da CNBB, realizada em Roma. Tendo sido desmembrado do estado de São Paulo, a implantação do Regional ocorreu durante o ano de 1965, com a organização prioritária da Ação Catequética, Ação Litúrgica e Apostolado dos Leigos.⁴⁸ Vale destacar que os encontros oficiais do episcopado da Província Eclesiástica de Curitiba, única no estado do Paraná na década de 1950, aconteciam desde o ano de 1953.⁴⁹ Embora as reuniões episcopais ocorressem desde 1953, a leitura da ata da Província evidencia que, mesmo com a instalação do Regional doze anos depois, a definição de ações coordenadas e orgânicas na Província ainda era uma proposta distante. Mesmo com a criação do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB, em 1966, não havia no episcopado paranaense o discernimento sobre a necessidade e a finalidade de se estabelecerem Planos de Pastoral para o Regional. Na verdade, esse expediente era uma novidade na Igreja do Brasil e do Paraná.

A esse respeito é ilustrativa a reunião ordinária do Regional, realizada em Curitiba durante o mês de abril de 1966, quando são discutidos doze assuntos, entre os quais catequese, educação, clero, leigos, ecumenismo e sacramentos. Na última

⁴⁷ Após elaboração, leitura e algumas retificações, a carta foi aprovada pelo episcopado sob o título: “Carta ao Povo do Paraná – graves problemas que atingem o País”. Cf. LIVRO ATA DA XXXI ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 10 a 13 de setembro de 1983, p. 131.

⁴⁸ I PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 31 de março de 1967, p. 6 – 7. Está justificado no Plano de Pastoral que as seis linhas contempladas no Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB serão observadas dando, contudo, prioridade para estas três mencionadas. As seis linhas do Nacional são: Unidade da Igreja Visível, Ação Litúrgica, Ação Ecumênica, Inserção no Mundo, Ação Missionária, Ação Catequética (p. 4).

⁴⁹ Conforme livro ata da Província Eclesiástica de Curitiba, houve 13 encontros oficiais entre os bispos do estado do Paraná até a instalação do Regional Sul II no ano de 1965. As dioceses que pertenciam à Província de Curitiba até 1965 eram: Curitiba, Paranaguá, Jacarezinho, Ponta Grossa, Toledo, Maringá, Londrina, Campo Mourão, Apucarana e Palmas. Cf. LIVRO ATA DA PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE CURITIBA. Curitiba, (folha anexa presa na capa do livro de ata).

etapa da reunião, frei Agostinho⁵⁰ é convidado a dissertar sobre a natureza e o papel do recém-criado Regional Sul II. Conforme instruções normativas da CNBB, enfatiza o frei, os Regionais devem elaborar planos de pastoral de conjunto abrangendo as especificidades e as características de cada diocese a fim de programar ações e centralizar esforços. Além do planejamento, lembra o frei, está presente a credibilidade do Regional porque *“Se o regional não responde, perde o contato com o Nacional e cai no descrédito. Segue-se, daí, a necessidade da montagem do nosso Regional. Para isso, porém, supõe-se um planejamento dos Srs. Bispos para se organizar o Plano de Pastoral de Conjunto da região”*.⁵¹ A essas colocações o bispo de Jacarezinho, Dom Pedro Filipak, questiona se o que vem sendo desenvolvido nas dioceses com envolvimento dos padres já não atende a essa exigência. Frei Agostinho responde que se trata de oficializar e organizar cooperativamente as ações tomadas. O diagnóstico sociológico sobre o Paraná aponta para o

crescimento demográfico do Paraná, cuja população está prevista para 1970 em nove milhões de habitantes, (por isso) torna-se necessário um planejamento em comum para se atender às diversas áreas, cada qual com as suas características próprias, mas num entozamento e concentração de forças e de esforços.⁵²

As Assembléias do Regional, até 1976, estavam programadas, ao que parece, a acontecerem anualmente. A partir de então elas são realizadas duas vezes ao ano, sendo geralmente uma no mês de fevereiro e a outra no mês de setembro. Como referenciado acima, percebe-se que nas primeiras reuniões, após a constituição do Regional, a preocupação precípua está voltada para a estruturação de ações orgânicas ao longo das dioceses do Paraná. O primeiro Plano de Pastoral é elaborado, aprovado e aplicado para os anos de 1967 a 1970.⁵³ Ao percorrer os

⁵⁰ Frei Agostinho José Sartori era capuchinho da cidade de Capinzal, Santa Catarina. No Regional Sul II, atuava como primeiro sub-secretário, além de ser Diretor Arquidiocesano das Religiosas e secretário da CRB – seção Paraná. Cf. CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção a Vida, 2005, p. 269. Em 1970 é ordenado bispo e assume a diocese de Palmas e Francisco Beltrão onde permanece como bispo emérito.

⁵¹ LIVRO ATA DA XVI REUNIÃO ORDINÁRIA DA PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE CURITIBA. Curitiba, 19 a 20 de abril de 1966, p. 95b – 96.

⁵² Id., ibid., p. 96 – 96b.

⁵³ De 1967 a 1987 o Regional elaborou sete Planos de Pastorais Regionais com duração que varia de dois a três anos conforme se pode conferir: I Plano: 1967 – 1970 (Prioridade: Ação Catequética, Liturgia e Apostolado dos Leigos); II Plano: 1971 – 1972 (Prioridade: manteve-se a mesma do Plano

livros de ata das reuniões ordinárias e extraordinárias do Regional, é possível afirmar que a concepção final contida nos Planos de Pastoral encerra um ciclo intenso e, por vezes, de muita tensão. O resultado contido no documento é consequência de estudos temáticos, pesquisas e compilação de dados, coleta dos resultados das discussões realizadas nas dioceses, debate em grupo e na plenária, quando inserções, retificações e supressões são feitas como sugestão ou condição para aprovação final do Plano. Todas essas etapas exigiam devotamento e disputas intensas entre assessores, coordenadores diocesanos e bispos, porque o Plano, afinal, exprimiria um projeto de Igreja a ser assumido pelo Regional.

Os Planos traçavam, em grande parte, o perfil possível e/ou desejável da Igreja do Paraná para aquele período. A efetiva aplicação nas dioceses iria depender, sobremaneira, do investimento do bispo e do envolvimento de seus assessores. Certamente, as leituras/apropriações e aplicação não são homogêneas porque sujeitas às vicissitudes próprias de qualquer projeto com tal magnitude e abrangência: particularidades diocesanas como composição socioeconômica, formação do clero e dos religiosos(as), recursos humanos e estruturais, aceitação, concordância e trânsito do bispo com os grupos sociais presentes naquela Igreja Particular.

No período que antecede e em seguida envolve a presença de Dom Olívio no Regional Sul II, pode-se perceber a composição de dois momentos complementares na organização da Igreja no Paraná: o primeiro compreende os anos de instalação do Regional (1965) até os preparativos para realização da Conferência de Puebla (1978/79), quando são aplicados os quatro primeiros Planos Regionais de Pastoral. Nesse período, realizaram-se as primeiras análises da realidade paranaense, com iniciativas de conjugação de forças e organização das equipes de trabalho. Como exemplo dessas iniciativas, pode-se citar o quarto Plano de Pastoral, ao fazer um aprofundado estudo sobre a realidade paranaense apontando aspectos

anterior); III Plano: 1973 – 1975 (Prioridade: Realizar a Igreja Particular); IV Plano: 1976 – 1978 (Prioridade: manteve-se a mesma do Plano anterior); V Plano: 1979 – 1980 (Prioridade: Realizar a Igreja na Base); VI Plano: 1980 – 1983 (Prioridade: Evangelizar, realizando a Igreja na Base); VII Plano: 1984 – 1987 (Prioridade: Evangelizar num processo permanente de conversão, participação e comunhão, o povo do Paraná, visando a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e reconciliada com Deus). A partir de 1987, o Regional optou por elaborar Diretrizes Regionais Gerais, deixando a cargo das dioceses elaborarem seus próprios planos de pastorais com prioridades e objetivos específicos. Os detalhes das prioridades e objetivos específicos podem ser encontrados nos Planos de Pastoral Regional aprovado e publicados para cada período. Para uma síntese dos Planos de Pastoral e das Diretrizes Regionais da Ação Pastoral, conferir CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná...**, op. cit., p. 282 ss.

demográficos (crescimento populacional, urbanização etc.), econômicos (setores da economia, emprego, rendimento mensal etc.) e indicadores sociais (escolaridade, saúde), cuja finalidade é compreender a sociedade para poder intervir adequadamente.

O objetivo geral presente nessa primeira fase é a estruturação da Igreja Particular (criação e regulamentação de organismos diocesanos: Conselho de Pastoral, Conselho Paroquial, Normatização para os Sacramentos, Movimentos, Dízimo, entre outros) e definição de suas prioridades (entre as quais Liturgia, Catequese, Unidade, Inserção no Mundo) a partir de uma concepção de Igreja docente (bispos com seus colaboradores padres, religiosos e leigos engajados) instituída por Cristo cuja missão é Ensinar, Santificar e Governar.⁵⁴ As manifestações públicas do Regional, os temas discutidos nas reuniões e registrados no livro ata, assim como o perfil dos Planos de Pastoral, explicitam uma Igreja pouco influenciada pelo Concílio Vaticano II e pelas orientações de Medellín.

O transcorrer da década de 1970, com seu corolário nefasto no plano econômico e político presente na América Latina ao lado do amadurecimento e embate protagonizados pela CNBB, não deixou de encontrar eco no Regional Sul II, de modo que é perceptível a mudança no entendimento sobre o homem e o mundo. A visão pessimista e resignada da modernidade grassada pelo pecado, personificação da Cidade dos Homens agostiniana, sofre alterações. Paulatinamente se instala uma visão teológica marcada pela noção de Igreja Povo de Deus (LG) em que reina a *“igualdade fundamental dos componentes deste povo; a solidariedade com a história humana; compromisso com o mundo... Partindo da realidade social, integrava-se a dimensão libertadora da fé e da vida eclesial e estabelecia-se como prioridade a família e as Comunidades Eclesiais de Base”*.⁵⁵

⁵⁴ Durante a preparação do II Plano Regional de Pastoral de Conjunto (1971 – 1972), o episcopado paranaense publicou em 1970 um documento que se propõe a orientar o clero, os religiosos(as) e os leigos engajados nas atividades da Igreja. O perfil do documento surpreende pela perspectiva retrógrada na qual se pauta, embora traga no título a referência à *renovação da Igreja* e se proponha a atualizar os princípios sob inspiração do Concílio Vaticano II para a população paranaense. A apropriação do conclave conciliar aponta pela preocupação em mostrar uma Igreja Una, Santa, Docente, Hierárquica e Ungida por Deus. É dessa renovação a que o episcopado se refere nesse momento. Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II: Missão e renovação da Igreja – Orientações teológico-pastorais do episcopado paranaense. Curitiba, 8 de setembro de 1970.

⁵⁵ CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná...**, op. cit. p. 285.

Na esteira dessas considerações, o segundo momento do Regional Sul II⁵⁶ ocorre a partir de pronunciamentos oficiais de cunho socioeconômicos, publicações de documentos e cartilhas contendo orientação política e incentivo para organização de sindicatos e associações,⁵⁷ criação e apoio a organismos ligados ou não à Igreja, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT),⁵⁸ a Comissão Pontifícia Justiça e Paz (CPJP),⁵⁹ Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outros. É importante

⁵⁶ Entende-se que diversas iniciativas contribuíram decisivamente para configuração do que se convencionou aqui chamar de segundo momento do Regional Sul II. Para o objetivo desta pesquisa, a menção à existência de organismos, pronunciamentos e publicações oficiais do episcopado são suficientes para delinear, em grandes linhas, o perfil do posicionamento da Igreja do Paraná na segunda metade da década de 1970.

⁵⁷ O Regional Sul II traduziu em linguagem popular (dividindo, por vezes, o documento em reuniões, contendo expressões simples e explicativas, utilização de gravuras, fotos e figuras) vários estudos da CNBB entre os quais pode-se citar: EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLÍTICA – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 7 de junho de 1977 (Versão popular do documento homônimo publicado em 1977) e BISPOS FALAM SOBRE A SITUAÇÃO DO NOSSO PAÍS – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II (Versão popular do Estudo da CNBB Subsídios para uma política social publicado em 30 de agosto de 1979). Curitiba, 1º de fevereiro de 1980.

⁵⁸ A criação do CIMI (1972), a reformular a pastoral indígena, e da CPT (1975), a articular os trabalhos em diversas regiões a favor dos direitos dos trabalhadores rurais, está diretamente ligada às políticas de intervenção da CNBB na sociedade brasileira. São dessa época três fortes denúncias realizadas por membros da Igreja: *Eu ouvi os clamores do meu povo*, 6 de maio de 1973, publicado por um grupo de bispos e superiores religiosos do Nordeste; *Marginalização de um povo: Grito das Igrejas*, publicado também em 1973 pelos bispos do Centro-Oeste; e *Y-Juca Pirama – O índio: Aquele que deve morrer*, de 25 de dezembro de 1973, documentos dos bispos e missionários. No Paraná como na diocese de Foz do Iguaçu, a CPT teve grande participação. Agremiou lideranças ecumênicas, sobretudo luteranas e católicas, desde sua criação em 1975 e aos poucos foi aglutinando lideranças e experiências acumuladas pela Pastoral Rural. Sua atuação foi intensa no estado do Paraná tendo participado da organização de movimentos sociais, sindicatos e das populares Romarias da Terra. Sobre algumas experiências do papel desempenhado pela CPT no Paraná, consultar MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná...**, op. cit.

⁵⁹ A Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná (CPJP-PR) foi criada em 15 de fevereiro de 1978, durante a XXIV Assembléia Geral dos Bispos do Paraná e teve seu estatuto aprovado em 26 de junho deste mesmo ano. A CPJP é constituída para assegurar a consecução, no Regional Sul II, em estreita e permanente cooperação com a Comissão Nacional de Justiça e Paz, e, por meio dela, com a Comissão Internacional. Entre os fins e objetivos pode-se citar: 1. Analisar e interpretar as encíclicas e documentos relacionados com os ideais de Justiça e Paz; 2. Estabelecer as bases de estreita cooperação com outras entidades de similar objetivo; 3. Coligir e interpretar dados e informação a respeito de problemas relacionados com o desenvolvimento brasileiro; 4. Participar conjuntamente a outras entidades no esforço de formular uma 'teologia do desenvolvimento integral e da justiça social'; 5. Submeter a hierarquia eclesiástica e a órgãos estaduais competentes recomendações oportunas no que toca a execução de sua finalidade; 6. Buscar cooperação com organismos seculares que venham se ocupando das questões políticas, econômicas e sociais ligadas às aspirações de justiça e paz; 7. Assumir posição efetiva na defesa dos direitos humanos; 8. Adotar medidas e providências que lhe aprouver para execução de seus objetivos e finalidade. CF. BOLETIM COMISSÃO PONTÍFICA JUSTIÇA E PAZ – SERVIÇO DE IMPRENSA, n. 46, s/d. As atividades da CPJP eram constantemente apresentadas nas reuniões do Regional Sul II quando se elaboravam relatórios descrevendo suas ações. Sua atuação foi igualmente intensa, sobretudo até início da década de 1980, dando assistência jurídica aos movimentos sociais, atuando como defensora de líderes presos pela Lei de Segurança Nacional, promovendo encontros e simpósios sobre migração, êxodo rural, urbanização etc., publicando boletins, cadernos e livros sobre a temática da justiça social, direitos humanos, dentre outros. Ao que parece, havia um trânsito intenso com a CNBB,

destacar que essas mudanças estão em processo na CNBB desde o início da década de 1970 e, como afirma Guilhon Albuquerque ao analisar 42 publicações eclesiais sobre as eleições políticas de 1978, é perceptível *“uma vertiginosa passagem de uma concepção negativa e passiva da prática política, baseada na obediência à autoridade constituída, para uma concepção positiva e ativa (pode-se dizer, sem exageros, mobilizadora) da ação política, cujo interlocutor privilegiado é o povo, isto é, as massas populares”*⁶⁰ enquanto sujeitos reivindicantes.

No Regional Sul II, essas iniciativas parecem se consolidar a partir da implantação do V Plano Regional de Pastoral para o biênio 1979 – 1980, em que são flagrantes as novas preocupações do episcopado paranaense: realizar a Igreja na base, priorizando a ação sobre a família, a renovação paroquial e a implantação das Comunidades Eclesiais de Base.⁶¹ O conteúdo dos Planos Regionais de Pastoral sintetiza em grande parte as mudanças que vão ocorrendo na percepção do papel da Igreja na sociedade e é resultado de encaminhamentos feitos em anos anteriores. Alguns indícios apontavam para mudança de concepção desde o IV Plano de Pastoral (1976 – 1977), quando pela primeira vez aparecia como prioridade a família e as CEBs, embora esse documento esteja estruturado a partir da centralidade (diocese, paróquia e capela), da rigidez hierárquica (bispo, padre e leigo) e com expressões democratizantes (*com, a partir, junto ao povo*) que parecem chavões libertários pouco discernidos pelos membros do Regional.⁶² Corroborando com esta conclusão o seguinte reclamo:

organismos de classe em todo o estado do Paraná e entidades laicas e confessionais locais, nacionais e transnacionais. Tanto a CPT com a CPJP tiveram atuação marcante na diocese de Foz do Iguaçu, com se verá a frente.

⁶⁰ Apud. DOIMO, Ana Maria. Igreja e movimentos sociais pós-70 no Brasil. In: SANCHIS, Pierre. **Catolicismo: cotidiano e movimentos**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 301.

⁶¹ Ao enunciar o objetivo geral “Realizar a Igreja na Base”, o Regional compreende uma concepção de Igreja inspirada nos documentos *Gaudium et Spes* (Igreja serviço do Evangelho no Mundo) e *Lumen Gentium* (Igreja mistério e Igreja povo de Deus). Para tanto, o método de ação pastoral desta “nova Igreja” implica em primeiro lugar articular uma ação a partir da vida do povo (levar a participação coletiva e reiterar-se dos problemas candentes deste povo). Em segundo lugar, em uma atenção especial para família (berço da formação humana), para as Comunidades Eclesiais de Base (o ponto de partida da ação não é a Igreja Mistério e sim a realidade vivida pelo ser humano). Finalmente articular para os novos serviços prestados através das associações, das paróquias e agentes de pastoral. Em síntese: “organizar a Igreja na base implica, além de uma visão de Igreja e de um método correto na ação pastoral, ter instrumentos adequados. Pela riqueza que eles contêm, o V Plano estabelece como instrumentos prioritários: FAMÍLIA, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, PARÓQUIA” (p. 23). Cf. V PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 25 de janeiro de 1979, p. 13 – 23.

⁶² IV PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 10 de dezembro de 1975.

Depois de 16 anos de experiência, reflexão e coordenação de esforços, os quadros de referência da Pastoral renovada, propostos pela CNBB, não atingiram ainda todos os padres. É comum ver paróquias moldadas mais no estilo tradicional e pré-conciliar de desobriga, atendimento sacramental individualista, do que nas seis linhas de pastoral, nos métodos mais educativos, nas dimensões libertadoras de Evangelização nas CEBs, na corresponsabilização; A vida do povo não é ainda, de modo geral, o ponto de partida da reflexão e ação pastoral. Os fatos da vida do povo são usados mais para ilustrar os sermões, as pregações... do que para oferecer a matéria de reflexão e ação....⁶³

A esses questionamentos outros são acrescentados, como a falta de conhecimento dos planos, não planejamento paroquial, projetos sociais cujo perfil é essencialmente assistencialista, as situações de pecado social que não são assumidas preferindo-se a pregação moralizante e individualista, dentre outros. É a primeira vez que um Plano de Pastoral (V Plano) faz um diagnóstico com criticidade das atividades pastorais desenvolvidas pela Igreja do Paraná até aquele momento.

Talvez o primeiro sinal de mudança eclesial tenha ocorrido com a criação da Pastoral Rural porque, ao aglutinar padres e bispos simpatizantes à intervenção da Igreja no campo, volta a atenção para questões sociais que já mostravam os primeiros estrangulamentos no estado do Paraná, como o êxodo rural, a mecanização, a monocultura e a urbanização.⁶⁴ Conseqüências dessa pastoral foram encontros estaduais, produção de material de apoio para realização de reuniões, impressos e cartilhas de orientação ao homem do campo, incentivo à formação de grupos de reflexão, entre outros. Essas intervenções são justificadas como estando essencialmente ancoradas no Magistério da Igreja, sobretudo em documentos papais como a encíclica *Mater et Magistra* (MM), Conferência de Medellín e opções da CNBB que, levando “*avante as idéias conciliares, procuram*

⁶³ V PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB..., op. cit., p. 9 – 10. O diagnóstico feito no V Plano confirma a caracterização do segundo momento da Igreja do Paraná: denúncia da visão assistencialista, dogmática e individualizante que a pastoral tem se configurado até aquele momento.

⁶⁴ Conforme registros no livro ata do Regional Sul II e no livro (CEBs: Manual sobre as Comunidades...) elaborado pela Pastoral Rural, os primeiros encontros aconteceram em Palmas (21 a 23 de janeiro de 1972), Francisco Beltrão (17 a 19 de março de 1972), Curitiba (9 a 11 de junho de 1972). Na seqüência aconteceram outros em Francisco Beltrão (16 a 18 de outubro de 1973), Maringá (20 a 23 de março de 1974), Palmas (16 a 18 de outubro de 1974) e Curitiba (7 a 11 de abril de 1975). Destaque especial para o encontro de 1972 em Curitiba quando houve a formação e aprovação da equipe Regional de Pastoral Rural tendo Dom Agostinho Sartori como coordenador e representante do Regional. Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II: CEBs: Manual sobre Comunidades Eclesiais de Base. Curitiba, agosto de 1976, p. 53 – 54.

traduzi-las em termos concretos de planejamento da pastoral em todos os setores da vida da população brasileira".⁶⁵ Um dos resultados do trabalho da Pastoral Rural foi a elaboração e publicação em 1975 de um Manual sobre CEBs.⁶⁶ A idéia surgiu como meio de documentar e divulgar as experiências dos Grupos de Reflexão, Círculos Bíblicos, Catequese Familiar existentes no Regional. Coletando dados em todas as dioceses do Paraná, o objetivo da proposta foi

Entregar na mão dos Agentes de Pastoral um instrumento prático e funcional de como iniciar e fazer crescer as CEBs, tentando ao mesmo tempo deixar uma idéia clara sobre os elementos essenciais que caracterizam a CEB. Por isso o Manual é uma reflexão sobre a prática, sobre as experiências concretas de CEB existentes no meio rural do Paraná.⁶⁷

As epígrafes iniciais do livro⁶⁸ denotam a iniciativa e a confiança na proposta de arregimentar energias para a renovação eclesial. Talvez, não por menos, a avaliação do Regional dos resultados da aplicação do IV Plano de Pastoral Regional, cuja vigência encerrava-se no ano de 1977, denunciava que a proposta das CEBs encontra em alguns padres e dioceses *“uma reação contrária, manifestada por certa indiferença e comodismo”*, mas se percebe que *“Em várias dioceses, há uma ampliação dessa mentalização (CEBs), partindo da realidade já existente: cursos, encontros, diferentes catecumenatos, escola de líderes, movimentos. Existe uma ação prática para reunir o povo”*.⁶⁹ Assim como ocorreu na diocese de Foz do Iguaçu com as insistentes investidas de Dom Olívio para implementar Planos de Pastorais orgânicos, com o Regional não foi diferente, sendo perceptíveis nítidas discordâncias, disputas e tergiversações na aprovação e

⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 53.

⁶⁶ O livro está dividido em três partes e apêndice. Na terceira parte constam seis experiências coletadas nas dioceses do Regional Sul II de grupos de reflexão no meio rural no formato CEBs. São elas: Histórico do Plano de Pastoral Rural no Paraná; experiência de grupos de reflexão iniciada pela Assesoar na diocese de Palmas/Francisco Beltrão, paróquia de Agudos, arquidiocese de Curitiba, paróquia de Icaraima da diocese de Umuarama, paróquia de Mandaguaçu da diocese de Maringá e paróquia de Imbituva na diocese de Ponta Grossa. Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II: CEBS: Manual..., *op. cit.*, p. 49 – 94.

⁶⁷ LIVRO ATA DA XXII ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 22 a 26 de setembro de 1975, p. 128. (Grifo do original).

⁶⁸ “A todos os valorosos pioneiros das Comunidades Eclesiais de Base existentes no Paraná” e “A todos que hoje acreditam na eficácia das Comunidades Eclesiais de Base, e dão o melhor de si, para sua implantação, animação e crescimento”. Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II: CEBS: Manual..., *op. cit.*, p. 5.

⁶⁹ LIVRO ATA DA XXIV ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 26 a 30 de setembro de 1977, p. 149b.

aplicação dos Planos de Pastorais, assim como indiferença/objeção na concepção teológica do papel a ser desempenhado pela Igreja. Em matéria veiculada no jornal “*Voz do Paraná*”, de outubro de 1978, Dom Pedro Fedalto deixa entender as dificuldades existentes durante as discussões no anteprojeto do V Plano:

A pastoral está intimamente ligada à visão que se tem da Igreja. Muita gente age na pastoral, muito ligada ao Concílio Tridentino, esquecida de que houve um Concílio de renovação, que é o Vaticano II. Muita coisa não se renova na Igreja justamente por causa disto. Outros, porém, ignoram os valores perenes do passado. Daí surgem os atritos, os conflitos. Para que possa funcionar o Plano, ser ativo, dinâmico, requer ele organismos de articulação e agentes de pastoral. Não se entende mais hoje uma pastoral na base, sem a participação do povo. Não se compreende uma paróquia que não admita conselho paroquial de pastoral, que não organiza comunidades eclesiais de base, que não estabelece setores de pastorais.⁷⁰

É com esse clima travado nos bastidores pelo episcopado que, ao apresentar o V Plano de Pastoral, o presidente do Regional incitava os membros engajados na Igreja

Andar em caminhos ainda não abertos ou sem asfalto, nos dias de pó, chuva, lama, sempre é difícil e exige habilidade e constância... Há a relutância daqueles que não querem que sejam cortadas, abertas suas propriedades, pensando só em si, egoisticamente, sem olhar para o bem comum que os caminhos trazem. Verifica-se o mesmo fenômeno na pastoral. Encontram-se os que não aceitam mudanças, transformações, crescimento, desenvolvimento na renovação da Igreja. Preferem ficar com o crédito do passado, guardando-o no cofre, sem o aplicar para novos rendimentos.⁷¹

Mantendo a cordialidade no limite, tanto a “*Apresentação*” quanto as reflexões teológico-pastorais desse Plano convocam todos para a renovação eclesial em

⁷⁰ FEDALTO, Dom Pedro. **A voz do pastor: Regional Sul II com novo plano de pastoral**. JORNAL VOZ DO PARANÁ, Curitiba, 7 de out. 1978. Após a aprovação do Plano de Pastoral, ocorrida na XXVIII Assembléia Geral, o jornal “*Voz do Paraná*” noticiou a expectativa do Regional: “A partir do ano que vem, a Igreja do Paraná vai procurar aprofundar seu trabalho de conscientização do povo sobre a realidade social do estado. Com isso, pretende influir para que sejam solucionadas as distorções existentes nesta realidade e representadas especialmente, por uma injusta distribuição da renda, pelo êxodo rural, por deficiências nas áreas de saúde e educação, pelos elevados índices de prostituição e consumo de tóxicos”. Cf. **Editorial: O salário é pouco, a miséria é muita. A Igreja quer mais justiça**. JORNAL VOZ DO PARANÁ, Curitiba, 24 a 30 de set. 1978, p. 3.

⁷¹ FEDALTO, Dom Pedro. *Apresentação*. V PLANO BIENAL DE PASTORAL DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 25 de janeiro de 1979, p. 3.

consonância com a CNBB e denunciam a existência de práticas pré-conciliares no que tange à organização pastoral da paróquia, à centralidade do papel exercido pelo padre e pela concepção sacramentalista acerca da missão da Igreja. A invocação pela mudança de concepção para uma perspectiva de *“Evangelizar realizando a Igreja na Base”*⁷² será constante e jamais harmônica, como atestam os preparativos para elaboração do VI Plano de Pastoral a entrar em vigor para o biênio 1981 – 1982. Durante a XXVIII Assembléia Geral, ocorrida entre os dias 13 a 17 de setembro de 1980, no entusiasmo da recém-realizada Conferência de Puebla e da visita do papa ao Brasil,⁷³ a preparação para a votação do Plano de Pastoral gerou conflito na cúpula. Ao tratar, na quarta parte do Plano, da *“Metodologia e exigências práticas”* da ação da Igreja, as divergências de opções provocaram mal-estar entre os participantes religiosos(as), padres e bispos, colocando em lados opostos representantes tradicionais do episcopado paranaense.⁷⁴ O motivo precípua da contenda teria sido o conteúdo do anteprojeto colocado para submissão e conseqüente aprovação por fazer ouvidos moucos às sugestões e conclusões vindas das dioceses e de encontros regionais que reivindicavam uma inserção social

⁷² Os objetivos específicos dos planos foram apresentados em nota de rodapé acima.

⁷³ Embora tenham ocorrido especulações sobre a reprimenda do papa João Paulo II sobre a Teologia da Libertação e seu corolário político-social ao longo de seu papado, importa lembrar que em diversos pronunciamentos, feitos por ocasião da visita ao Brasil em 1980, enalteceu o papel fundamental dos líderes das Comunidades Eclesiais de Base (Manaus em 10 de julho de 1980), da terra como dom de Deus e, portanto, de acesso e direito de todos (Recife, 7 de julho de 1980) de modo a contribuir para a construção da imagem de que o pontífice é simpático à ação de uma Igreja que se renova em sintonia com os problemas do mundo moderno. Cf. PRONUNCIAMENTOS DO PAPA NO BRASIL: textos apresentados pela CNBB. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁷⁴ O episódio envolve o manifesto de descontentamento feito pelo padre Oscar Nedel, da diocese de Campo Mourão, ao perceber que o anteprojeto submetido para aprovação da Assembléia havia atenuado na importância dada às CEBs em benefício à ação através dos movimentos religiosos. Conforme entrevista cedida pelo padre Adriano van de Ven, em fevereiro de 2007, padre Oscar foi mal compreendido e colocado no ostracismo após esse acontecimento. Talvez a razão, justifica Adriano, além do conteúdo do reclamo feito pelo padre Oscar, foram as palavras incisivas e comparações pouco polidas feitas pelo padre que teriam mexido com o brio daqueles que defendiam uma concepção de Igreja pouco afinada com as CEBs. Cf. VAN DE VEN, Adriano. **Entrevista**. Guaíra, 19 de fev. 2007. (A/A). Essa entrevista, conforme consta na referência, foi gravada em Guaíra. Na seqüência, ela foi organizada para publicação, em livro já citado, contendo diversas inserções e algumas supressões feitas a pedido do entrevistado. Por isso, aqui se cita a entrevista transcrita e não a publicada. Em relação ao episódio do Regional, ao ler a ata da Assembléia é perceptível o grau de estranhamento havido: “Dom Jaime Coelho protestou contra esta observação achando a um desrespeito e ataque direto. D. Geraldo Fernandes também achou a observação ofensiva e defendeu os movimentos como meios renovadores das paróquias. D. Frederico Helmel explicou ter sido talvez a causa desta situação, excluindo do Ante-Projeto aquilo que possuía de aspectos sociais para que as prioridades ficassem somente no plano religioso. Dom Romeu Alberti pediu equilíbrio e que se desse o devido valor às CEBs sem acentuar tanto os movimentos que são de grupos especiais e transitórios... Devido as dificuldades na sistemática de aprovação do VI Plano, D. Domingos Wisniewski sugeriu que o Regional Sul II elabore um regimento. A sugestão foi aceita imediatamente”. LIVRO ATA DA XXVIII ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 13 a 17 de setembro de 1980, p. 64 e 64b.

mais efetiva da Igreja por meio dos movimentos sociais, sindicatos, entre outros. A insistência em privilegiar a atuação através das tradições e movimentos religiosos, estes entendidos como essencialmente intimistas e passageiros, teria trazido à tona uma compreensão de Igreja ainda não consolidada.

Esta, entre outras disputas, não parece ter sido muito amistosa, como tenta contemporizar, ao final da Assembléia, o presidente do Regional Sul II, Dom Pedro Fedalto, ao acentuar que, *“apsar das falhas e impasses quem ganhou foi a Igreja. É mister reconhecer as variedades na unidade. Por isso se afirma que a Igreja para a maior ‘comunhão e participação’ quer as CEBs e paróquias renovadas para criar um entrosamento mais geral. Agradeceu a presença de todos, frisando que o que foi feito é nosso e com isso nos enriquecemos”*.⁷⁵ Esse cenário de impasses, inseguranças e oficialmente firmado no discurso da unidade na diversidade remete às considerações de Bourdieu acerca da insistente (auto)representação da Igreja como grupo homogêneo nas suas decisões e convicções.

A partir da realidade da Igreja francesa, o sociólogo afirma que, de todos os grupos de representação, não há outro, sem dúvida, que trabalhe de maneira tão consciente e sistemática para moldar sua própria imagem. Isso inclui, certamente, o segredo que envolve as assembleias plenárias do episcopado e a prudência sibilina de declarações carregadas de ambigüidades estudadas e de subentendidos endereçados apenas aos capazes de entendê-los. O esforço é no sentido de colocar nas posições mais em destaque os personagens melhor preparados para encarnar a representação que o corpo eclesiástico quer ter e dar de si próprio e, sobretudo, a preocupação em atenuar as diferenças e os diferendos, assim como em manifestar a unidade e homogeneidade de um organismo que preza a idéia de pensar e agir ‘colegiadamente’.⁷⁶

⁷⁵ LIVRO ATA DA XXVIII ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II..., op. cit., p. 65b. Na Apresentação do VI Plano Regional de Pastoral, Dom Pedro explicita sua intencionalidade ao convocar toda igreja paranaense a assumir o objetivo geral, *“realizar a Igreja na base”*, elaborado e aprovado durante a XXVIII Assembléia Geral. Aos guias (porta-vozes) resistentes/extraviados deste redil, o presidente do Regional escreve: “Durante dois anos, houve conscientização. Mas, não é fácil fazer uma caminhada, conscientizando a todos ao mesmo tempo. Alguns mais conscientes aceitam com facilidade o Plano. Outros resistem às inovações. Preferem ficar com métodos antigos, menos comprometedores”. Cf. FEDALTO, Dom Pedro. Apresentação. VI PLANO BIENAL DE PASTORAL DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 1º de novembro de 1980, p. 3.

⁷⁶ Apud. SEIDL, Ernesto. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à “política” e ao “social”. REVISTA HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS, Porto Alegre, ano 13, n. 27, jan/jun. 2007, p. 16 – 17.

Para finalizar as considerações acerca da renovação eclesial ocorrida a partir de meados da década de 1970, isto é, do papel desempenhado pela Pastoral Rural e a implementação dos Planos Regionais de Pastoral, é importante destacar outros encaminhamentos feitos ratificando as iniciativas de inserção social da Igreja. Destaque especial deve ser feito à constituição de uma comissão composta por padres e bispos a fim de estudar e elaborar um texto inicial sobre a questão do uso e posse da terra no estado do Paraná ainda em 1977. O trabalho preliminar foi enviado aos demais bispos para ser discutido na próxima Assembléia Geral do Regional a realizar-se em fevereiro de 1978.⁷⁷

O resultado final dessa iniciativa foi a publicação da “*Comunicação do Episcopado do Paraná sobre os Problemas da Terra*”, votada e aprovada durante a XXV Assembléia Regional, realizada entre os dias 13 a 17 de fevereiro daquele ano. Pode-se dizer que esse foi o primeiro pronunciamento público do Regional com teor político-social explícito e impactante. A motivação colocada na introdução do Comunicado lembra do dever do episcopado paranaense sensibilizado “*pelos problemas referentes ao homem do campo em nossa diocese, sentimo-nos, Bispos do Paraná, no dever pastoral de levar nossa palavra de conforto, esclarecimento e orientação ao nosso povo*”⁷⁸ e às autoridades investidas de poder.

Estruturado em quatro partes – Constatação, Indagação, Decisão e Conclusão – o texto dos bispos do Paraná *constata* o êxodo rural, o inchaço das cidades, as migrações forçadas e a exploração das terras dos índios em função da modernização irresponsável; *indaga* por que não são observadas as conclusões de técnicos de entidades como INCRA, ABRA e CONTAG, que asseguram a importância da manutenção da pequena propriedade por ser mais produtiva, melhor aproveitamento da terra e onde se investe mais; por isso *decide*, baseado no Estatuto da Terra e em documentos da Igreja, reivindicar junto às autoridades constituídas e aos autênticos agentes de pastoral a promoção de uma política

⁷⁷ A comissão foi constituída por Dom Walter Ebejer (bispo de União da Vitória), Dom Agostinho José Sartori (bispo de Palmas e Francisco Beltrão) e pela equipe da Pastoral Rural. De acordo com o livro ata do Regional, as motivações para constituição da comissão para estudar e elaborar um documento sobre o Problema da Terra são: “Verifica-se cada vez mais o desaparecimento das pequenas propriedades por dois motivos: 1- os pequenos proprietários são pressionados a vender suas terras às grandes fazendas vizinhas. 2- em certas regiões, as imobiliárias tentam comprar as propriedades dos pequenos colonos em vista de futuros empreendimentos”. Cf. LIVRO ATA DA XXIV ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL..., op. cit., p. 144b.

⁷⁸ LIVRO ATA DA XXV ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 13 a 17 de fevereiro de 1978, p. 170.

fundiária que corrija as distorções existentes e concretize a reforma agrária. Ao final do documento, o episcopado *conclui* sobre a importância de somar esforços com outras igrejas e organismos de classe a fim de atuar no *“alerta e na solução dos mais variados problemas da terra, tais como: defesa, promoção e educação do homem rural, amparo e proteção das jovens do interior, auxiliares do lar, nas grandes cidades, melhoria da legislação rural, apoio aos sindicatos rurais, defesa da fauna e flora, reflorestamento racionalizado...”*⁷⁹

Na mesma Assembléia, figurou como pauta a leitura e a avaliação do documento preparatório para Puebla. Os trabalhos foram conduzidos a partir da observação de perguntas-chave que deviam ser respondidas em pequenos grupos de estudo tendo, na seqüência, a apresentação das discussões na plenária. Como resultado geral, houve uma apreciação positiva sobre o conteúdo do documento e foi depositada grande expectativa sobre a realização da III Conferência do Episcopado Latino-americano.

Teologicamente, o episcopado defendeu o prosseguimento da linha adotada em Medellín, sobretudo na opção pelas CEBs, na articulação entre hierarquia e leigos e na atenção especial à religiosidade popular. No campo social, compreendeu ser da competência da Igreja o envolvimento em questões candentes da sociedade moderna, como urbanização, industrialização e êxodo rural, compreendendo ser grande o desafio pastoral de evangelização da *“sociedade de consumo, orientada por ideologias materialistas, secularizadas e paganizadas, onde os valores humanos estão sendo absorvidos pela tecnocracia, naturalmente os bens culturais, de informação e outros concentram-se nas mãos de poucos, que os dirigem em seu próprio interesse, em detrimento do demais”*.⁸⁰ Ao se referir à política, as considerações são tímidas e não tecem comentários sobre os regimes militares vigentes no Brasil e diversos países do continente latino-americano. O recado final do Regional Sul II à cúpula a reunir-se em Puebla é de que o episcopado se conduza para debater as exigências evangélicas da política e não sobre possíveis contrariedades ideológicas dos partidos e governos políticos.

Com esses encaminhamentos tomados em finais da década de 1970, percebe-se que a pauta das Assembléias do Regional Sul II está pleiteando o que se convencionou chamar de renovação eclesial. No plano concreto das ações, pode-se

⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 173b.

⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 168.

afirmar que a prioridade da Igreja é estruturar uma ação pastoral voltada para as questões sociais e econômicas que envolvem diretamente o homem e suas relações sociais. Assim, surgem pronunciamentos relativos ao direito à greve, ao emprego, ao acesso à terra e à moradia, à educação de qualidade, ao saneamento básico, entre outros. Como consequência, são publicados diversos Comunicados, Pronunciamentos e Cartas firmando o posicionamento oficial do Regional Sul II.⁸¹

As opções constatadas, contudo, não revogam a presença do conflito e discussões quanto aos rumos que a Igreja do Paraná devia tomar. Ao fim, os impasses vividos pelo Regional corroboram com o entendimento de que os acontecimentos, assim como as definições de perspectivas, o *movimento da história*, não são lineares ou progressivos nem mesmo assentados na unanimidade. Corretos, ao que parece, são jogos de poder entrelaçados pelos seus próprios liames que chocam e entrechocam em (re)definições constantes. O que pode ser afirmado é que, no momento em que Dom Olívio passa a fazer parte do episcopado paranaense, está em curso a consolidação de uma concepção de Igreja, como já dito acima, na esteira das interlocuções supra-local e regional, sensível a questões sociais cuja consequência demanda intervenções no aqui e agora.

2.3.2 “A subversão na Igreja do Paraná”: Visões do Regime Militar

Os votos do Regional Sul II para que, durante a realização da III Conferência do Episcopado Latino Americano, a reunir-se em janeiro e fevereiro de 1979 em Puebla, se tratasse com discernimento da questão política, não deixava de manifestar a compreensão do episcopado paranaense munido de certa precaução

⁸¹ Algumas notas oficiais explicitam as prioridades do Regional Sul II como: “Bispos do Paraná e a greve da construção civil” (Pede uma solução pacífica, entre trabalhadores e patrões, sobre os conflitos decorrentes da greve dos trabalhadores da construção civil. 28 de novembro de 1979); “Nota da Igreja do Paraná sobre questões da educação, energia e terrorismo” (Pronunciamento sobre a questão educacional no que toca à política educacional e remuneração dos professores. Quanto ao terrorismo, lamentam-se os abusos de poder cometido contra juristas, agentes de pastoral e lideranças sindicais. 17 de setembro de 1980); “Bispos do Paraná atentos ao problema do desemprego” (Nota sobre o grave problema do desemprego nas cidades e zona rural. 22 de setembro de 1981); “Educação e Justiça” (Carta em solidariedade e apoio às reivindicações dos professores do Estado do Paraná. 22 de setembro de 1981); “Nota da Igreja do Paraná em apoio à CNBB” (Pronunciamento em defesa da CNBB e em apoio à sua Presidência, diante de campanhas difamatórias provocadas pela postura da Igreja em defesa dos direitos humanos. 14 de setembro de 1982); Apoio aos despejados do Lote Grande em Foz do Iguaçu (Pronunciamento em apoio às famílias despejadas da terra via mandato judicial. 14 de setembro de 1982); Carta ao povo do Paraná – graves problemas que atingem o país (Esta carta teve como redator Dom Olívio. Trata do desemprego, êxodo rural, opressão ao índio, baixos salários, empobrecimento e contrariedade à Lei de Segurança Nacional. 12 de setembro de 1983). Cf. LIVRO ATA DA XXXI ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II – Carta ao povo..., p. 133 – 134.

nas questões envolvendo Igreja e Estado. Aquela expectativa não parecia ser fortuita, de modo a merecer atenção especial. A leitura dos Planos Regionais de Pastoral, dos pronunciamentos do episcopado, assim como das atas de todas as reuniões ocorridas no período de 1953 até 1984 explicitam posicionamentos muito comedidos do Regional Sul II no que tange a considerações sobre o regime militar vigente no Brasil. Com isso, não se está afirmando que o assunto era tido como irrelevante nem mesmo que a relação entre a Igreja do Paraná e o governo brasileiro tenha sido plenamente harmoniosa. Pode manifestar, por um lado, o entendimento de que a dissensão não seria conveniente e, por outro, de que a questão política devia ser tratada com muita discrição pela Igreja. Ao usar expressões retóricas contemporizadas, paralelas ao zelo pela diplomacia, tornam evasivas, por vezes, as ponderações feitas acerca do desenvolvimento da sociedade sem denunciar os possíveis responsáveis pela situação vigente. Esse procedimento, aliás, não é estranho para uma instituição com alcance transnacional cuja pretensão é a universalidade. Não obstante, ao referir-se à situação econômica, à marginalidade social e à urbanização acelerada, os posicionamentos são firmes e decisivos.

Menção explícita da relação entre Igreja/Estado apareceu durante a XX Assembléia Geral, em 1975, quando, em reunião reservada, o episcopado discutiu, entre outros assuntos, a situação existente entre as dioceses pertencente ao Regional e o Estado. O incômodo, ao que parece, foi o pedido da Agência Central do SNI, de Curitiba, para, primeiro, participar e ter acesso à lista dos participantes da Assembléia e, segundo, a solicitação para que os bispos de algumas dioceses franqueassem os arquivos privados das cúrias episcopais aos órgãos de segurança do Estado.⁸² Esses pedidos são considerados excessivos de modo que a proposta dos bispos é *“1. Continuar o diálogo direto com o Quartel General. 2. Visita de duas pessoas do Regional para manifestar as dificuldades que o ‘modo’ das prisões estão originando na opinião pública e a questão dos direitos humanos”*.⁸³ Demais

⁸² Possivelmente, o Regional desconhecesse, mas o SNI havia feito o pedido de busca para que agentes investigassem a realização da XX Assembléia no ano de 1975. Solicita que seja acompanhado o conclave e encaminhado à Agência Central de Curitiba, cópia do Plano Regional de Pastoral e a relação dos bispos, religiosos e leigos presentes. Está anotado, na folha oposta da solicitação, que não foi possível assistir à reunião porque a mesma ocorreu às portas fechadas. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Pedido de Busca n. 1367. *XX Assembléia dos bispos da Regional Sul II da CNBB*, 24 de set. 1975.

⁸³ LIVRO ATA DA XX ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 22 a 26 de fevereiro de 1975, p.117.

manifestações diante do regime militar aconteceriam pelos bispos e padres locados em suas dioceses, mas não como representantes ou falando em nome do Regional Sul II.

Do lado do Estado, os serviços de informação, como Departamento de Ordem Política e Social (DOPs), Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPs), Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Serviço Nacional de Informação (SNI), dentre outros, estabeleceram uma rede intensa de investigação com a busca e fornecimento de dados que partiam tanto dos mais diversos locais do estado do Paraná como de outras unidades da federação. O Arquivo Nacional, sede em Brasília, e o Arquivo Público do Estado do Paraná, com a sede em Curitiba, dispõem de um vasto acervo de documentos produzidos pelas Forças Armadas ao longo de 21 anos da ditadura militar brasileira.

O acesso aos documentos produzidos pelos órgãos de inteligência e repressão do Estado cercou-se de inúmeras dificuldades. A consulta no Arquivo Público do Paraná foi rápida e ágil. Além de disponibilizar um serviço *online* para pesquisa preliminar, o acesso e manuseio do material pretendido é possível após a assinatura de um termo de compromisso do pesquisador. Para agilizar a localização do material desejado, consulta-se um catálogo impresso contendo a relação de nomes e de temas/assuntos que interessam. Após identificação dos processos, um funcionário disponibiliza o material arquivado que pode ser manuseado e fotografado. A dificuldade presente é o desafio na localização precisa da documentação desejada dada a imprecisão das fichas cadastrais, sobretudo aquelas constando dados pessoais. Por outro lado, o acervo do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informação (SNI), sob a guarda do Arquivo Nacional, em Brasília, ao adotar medidas de proteção à privacidade do indivíduo investigado, dificulta sobremaneira o conhecimento geral da documentação produzida. O acesso é dado somente após permissão escrita do investigado ou, se falecido, de seus familiares. Essa situação não deixa de ser delicada porque, para além do cuidado em tratar com a memória viva, está em voga a possibilidade de se descobrirem assuntos que maculem a memória já tornada história. Em se tratando principalmente de autoridade eclesiástica, essa dimensão não é irrelevante.

O percurso está recém começando porque a autorização concedida dá o direito ao pesquisador de solicitar aos funcionários do arquivo um levantamento preliminar identificando as estantes/caixas/pastas/numeração dos documentos em que constam o nome, movimento e/ou instituição pesquisada. De posse desse relatório impresso, o pesquisador solicita individualmente o documento que possivelmente lhe interesse. O problema se agrava quando se percebe que o catálogo elaborado levanta genericamente todos os documentos em que aparece o nome do pesquisado, tornando o trabalho absurdamente demorado e caro porque é freqüente a solicitação da íntegra de um processo que somente cita listagem de nomes de quem participou de uma reunião, de uma passeata, ou mesmo de um processo que tem somente recortes de jornais e revistas ou fotos.⁸⁴

Após conseguir a autorização de Dom Olívio, tentou-se levantar a documentação que tratava do bispo, da Igreja do Paraná, dos movimentos sociais surgidos na diocese de Foz do Iguaçu e que tiveram sua participação, dos organismos ligados à Igreja como CPT, CIMI e CEBs. Surpreendentemente, percebeu-se que as atividades desenvolvidas pela Igreja ou a ela ligadas, sobretudo em finais da década de 1960 e durante a década de 1970, despertaram muito interesse dos órgãos de segurança do regime militar. Obviamente, em função dos limites da pesquisa, como tempo, recorte temático e espaço-temporal, as opções exigiram a exclusão de um universo de fontes que merecem ser levantadas e tratadas em outros momentos. De modo geral, os documentos dizem muita coisa sobre como o regime via a Igreja, mas também sobre como o aparato do serviço de informação funcionava. De posse do documento, podia-se percorrer as trilhas das investigações, porque a polícia e o Exército registravam a origem e a distribuição de cada pedido de informação. É fato que as informações e serviços de repressão eram

⁸⁴ Após elaboração desse relatório impresso, o Arquivo Nacional pode emitir cópias dos documentos nos quais contam os fatos de interesse. Nesse caso, a solicitação de cópias obedece à ordem de chegada aos referidos acervos. As cópias têm um custo unitário de R\$ 0,40 para pessoas físicas e pessoas jurídicas; e de R\$ 0,60 para pesquisadores acadêmicos e jornalistas. O serviço é cobrado no ato de entrega dos documentos requeridos. Como prevêm as normas de funcionamento do Arquivo Nacional, não se tem conhecimento do conteúdo do material solicitado para fotocópia e somente o assunto que é descrito em uma ou duas linhas. Além dessa imprecisão, acaba-se por solicitar folhas em branco, rasuradas, ilegíveis ou recortes de matérias de jornais. A preparação do material solicitado para esta pesquisa, ademais, foi atrasada porque a Anistia Internacional havia feito um pedido de levantamento sobre processos que haviam envolvido vítimas da ditadura militar em prisões, torturas e mortes. Colaboração fundamental para aquisição final da documentação foi dada pelo agente administrativo da Coordenadoria Geral Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal (COREG), Paulo Augusto Ramalho. Cf. CARTA n. 1048/2007/COREG-AN: Maria Esperança de Resende. Brasília, 5 de setembro de 2007. (A/A).

compartilhados em vários níveis do Estado, como atestam nomes e carimbos contidos nos documentos.

Algumas impressões descritas por Kenneth Serbin⁸⁵ sobre a relação Estado/Igreja, ou como o Estado via a ação da Igreja, a partir da leitura dos documentos produzidos durante o regime militar e hoje sob a guarda dos Arquivos Públicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, encontram correspondência com as informações presentes no fundo do DOPs, sob a guarda do Arquivo Público do Paraná e de Brasília. Com formato padronizado, folhas timbradas e cabeçalho, contendo a origem, a difusão, a referência e o assunto do relatório, o conteúdo do documento variava de acordo com a finalidade da busca. Há relatórios descritivos contendo somente a programação de rádio e de reunião, listas de pessoas e entidades ligadas à Igreja, ou mesmo recortes de notícias veiculadas na mídia impressa.⁸⁶ Outros relatórios apresentam análises e estudos sobre determinadas atividades da Igreja, como a alegada subversão em escolas, seminários e mosteiros católicos,⁸⁷ encontros de padres e bispos,⁸⁸ manifestação de apoio e envolvimento do clero junto às CEBs, à CPJP, à CPT, ao CIMI etc.⁸⁹ É correto afirmar que havia

⁸⁵ SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra...**, op. cit..

⁸⁶ Em 27 de fevereiro de 1978, a Agência do DOPs de Curitiba (identificada com a sigla 116 ACT) fez um relatório contendo o Calendário da CNBB para 1978. Esse documento, que trouxe em anexo somente o calendário de atividades da CNBB/Regional Sul II, circulou por vários órgãos do Estado como a Agência do DOPs de São Paulo. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Pasta Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, n. 3210, top. 37, período, 1978, 233 páginas. *Calendário da CNBB para 1978*, 27 de fev. 1978.

⁸⁷ Há uma curiosa investigação envolvendo os monges beneditinos do mosteiro Anunciação de Curitiba. O relatório incorpora o parecer elaborado pela Associação Cristã Feminina endereçada ao arcebispo e presidente do Regional Sul II, Dom Manoel da Silveira Delbux, denunciando as atividades subversivas e vulgares daquele mosteiro. Para o Departamento de Polícia Federal da Delegacia Regional no Estado do Paraná e Santa Catarina, era uma prova cabal do envolvimento espúrio de alguns membros da Igreja Católica com a subversão. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Chefe do Centro de Operações da Delegacia Regional no Paraná e Santa Catarina ao Delegado de Ordem Política e Social da Polícia Civil. Of. n. 1894/CO/68/SIG, 4 de set. 1968.

⁸⁸ Existem diversos pedidos de busca, relatórios investigativos e apreciação especial no Arquivo Público em Curitiba, assim como em Brasília, sobre os membros da Igreja Católica. Todos os processos catalogados destacam atenção especial e fazem severas restrições para o que se convencionou chamar de religiosos/clero/episcopado progressista. De modo geral, denomina-se como progressista aquele(a) que se empenha em atividades político-religiosas de caráter partidário ou ideológico cujas manifestações podem ser contestatórias das ações do Governo. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Serviço Nacional de Informação (SNI). *Tendência do episcopado brasileiro*. Apreciação Especial n. 001/19/AC/81. Brasília, 6 jan. 1981; ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Serviço Nacional de Informação (SNI). *Situação do clero no Paraná e Santa Catarina*. Informação n. 107/19/AC/83. Brasília, 25 de ago. 1983.

⁸⁹ O fundo DOPs, do Arquivo Público do Paraná, possui diversas pastas de documentos contendo indícios de que as atividades desenvolvidas pela CPT, CIMI e os encontros de CEBs eram rastreadas. De modo geral, o conteúdo dessas pastas retrata as discussões feitas em reuniões, os

uma vigilância extensa sobre a Igreja, em busca de um sinal, por menor que fosse, de atividade que poderia ser considerada subversiva. Papéis pessoais foram apreendidos, jornais e publicações da Igreja foram analisados, investigado o conteúdo de encontros eclesiais, as pregações dos padres foram observadas,⁹⁰ boletins de paróquias lidos e as atuações do clero e dos bispos foram seguidas.⁹¹

O conteúdo dos relatórios apresenta níveis variados de perspicácia, objetividade e precisão. Alguns são superficiais nas análises, apresentam juízos de valores toscos e informações incompletas e incorretas quanto a nomes, datas e locais. Outros, contudo, são bem escritos, estruturados em títulos, subtítulos e conclusões, e manifestam grande fluência na utilização de termos e conceitos freqüentemente usados no ambiente eclesial. A argúcia na argumentação leva a crer que o autor circulava ou tinha informantes ligados à Igreja.⁹²

Pode-se dizer que, de modo geral, os reclamos contidos nos relatórios são de duas naturezas: a primeira manifesta o estranhamento com a mudança de cosmologia da Igreja, ou seja, das motivações ético-sociais provenientes do Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla, em que a Igreja enseja ações pastorais a partir de concepções doutrinárias que respaldam inserções, políticas e econômicas, voltadas para o *aqui* e *agora*. A segunda característica, decorrente da primeira, denuncia o envolvimento de membros ligados à Igreja em atividades comumente chamadas de subversivas, tais como apoio e participação em reuniões de associação de bairros, organização de movimentos sociais, descentralização no exercício de atividades até

materiais produzidos como impressos contendo cantos, moções de apoio e repúdio, passeatas e greves promovidas. As avaliações sobre estas manifestações são, via de regra, severamente reprovadas porque têm, no entendimento das Forças Armadas, propósitos subversivos e estão contaminadas pela ideologia comunista.

⁹⁰ A investigação trata de palestras e reuniões realizadas em colégios de Curitiba. Em 1968, o DOPs faz uma busca das atividades desenvolvidas pelo padre Cláudio Ortigara, diretor do Instituto Superior de Catequese. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). *Clero: Pregações de cunho subversivo*, 8 de out. 1968.

⁹¹ Cf. SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra...**, op. cit., p. 114.

⁹² É do conhecimento que padres e bispos, além de simpáticos ao regime militar, participaram como informantes dos órgãos de inteligência e repressão do regime militar. No Arquivo Público do Paraná existem alguns relatórios que citam padres e bispos como informantes de órgãos de segurança do Estado. Um desses processos relata a contribuição de Dom Geraldo Sigaud ao regime militar: “O arcebispo de DIAMANTINA, D. SIGAUD, proferiu no EME (Estado Maior do Exército), conferência para Oficiais Gerais, Comandantes de Unidade e Oficiais Superiores ligados ao setor de Informação, versando, sobre o comportamento de sacerdotes católicos empenhados a fundo, na luta contra o Governo da Revolução”. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). *Atividades subversivas de sacerdotes católicos*. Chefe do Setor de Segurança e Informação da 11ª Divisão da Rede Ferroviária Federal S.A (R.F.F.S.A). Curitiba, 17 de fev. 1971, p. 1. Sobre o tema, consultar: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985**. 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

então reservadas ao clero, politização das massas através de panfletagem e cursos de formação de líderes, entre outros.

Há diversos dossiês que se destacaram pelo seu conteúdo e pela difusão realizada entre os órgãos de inteligência e repressão do Estado. Um, em particular, “*Subversão na Igreja do Paraná*”, desperta maior interesse porque trata exclusivamente da temática trabalhada nesta pesquisa e envolve leigos engajados, padres e bispos do Paraná. Uma nota curiosa foi relatada por Serbin sobre a temática da subversão da Igreja no Brasil. O SNI já havia requerido uma investigação nacional da Ação Católica Brasileira (ACB) em 1966 e, em 1969, uma proposta similar veio do I Exército, que investigava ‘atividades subversivas na Igreja Católica’ em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. O coronel responsável queria que o II, III e IV Exércitos também instaurassem inquéritos nas respectivas regiões. Contudo, a decisão estava a cargo do presidente Emílio Garrastazu Médice (1969 – 1974). Conforme Serbin a investigação não aconteceu e, em março de 1974, o presidente Ernesto Geisel requisitou um amplo relatório com informações secretas sobre a Igreja e a subversão, elaborado pelo Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA).⁹³

Acontece que o dossiê “*A subversão na Igreja do Paraná*”, encontrado no Arquivo Público do Paraná, conforme consta, foi elaborado pelo III Exército, 2ª Seção do DOI – CODI, em 7 de setembro de 1977.⁹⁴ Diferente dos demais relatórios, este não explicita a difusão acontecida, não faz menção a setores superiores da hierarquia militar e não está assinado. Apresentando na capa do relatório o sinal do DOPs e, nas demais folhas, o duplo carimbo de que se trata de um documento “*confidencial*”, conferem ao texto um tom de documento sigiloso. As 12 páginas do relatório estão divididas em oito tópicos, a saber: 1. Antecedentes; 2. Igreja ‘Progressista’ do Paraná; 3. CNBB – Regional Sul/2; 4. A ADITEPP;⁹⁵ 5.

⁹³ SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra...**, op. cit., p. 117.

⁹⁴ 5ª RM e 5ª DE significam, respectivamente 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército. São dois destacamentos presentes na mesma unidade, neste caso, III Exército, seção de Curitiba.

⁹⁵ Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (ADITEPP), com sede em Curitiba, é, segundo o relatório, “uma organização de ‘fachada’ do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO (MPL) entidade subversiva cuja finalidade é a derrubada do regime brasileiro, sendo subvencionado por organizações de exilados brasileiros em PARIS e ARGEL” (p. 4). Nomina e descreve sucintamente quase vinte pessoas entre padres, religiosas(as), leigos(as) fundadores, apoiadores e simpatizantes. Sobre a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), o relatório descreve: “Suas reuniões são secretas, nada que deliberam circula por escrito e suas técnicas de abordagem e doutrinação do homem do campo, são características de organização subversiva... Como tal, tem a finalidade de agitar e subverter as massas rurais, dessa zona produtora

ASSESOAR; 6. CIMI/Sul; 7. Elementos da Esquerda Clerical; e 8. Conclusões. Em cada um desses tópicos há uma breve introdução seguida de uma lista de pessoas envolvidas (arcebispo, bispos, padres, religiosos e leigos) e descrição de suas atividades compreendidas como subversivas.

Chama a atenção no relatório, particularmente, o domínio da linguagem e a utilização de metáforas e analogias conhecidas do público próximo à Igreja. Em síntese, o reclamo é generalizado pelo comportamento desvirtuado e subversivo dos leigos, religiosos, clero e parte do episcopado “progressista” que, amparados na ideologia marxista, instigam a massa de operários e camponeses a contestar a ordem política e econômica vigente. O desvirtuamento da Igreja, segundo o relatório, é perceptível porque até pouco tempo a Igreja na América Latina mantinha-se fiel a *“linhas rigidamente teológicas, dentro de um esquema de total obediência as normas seculares de evangelização, doutrinação e convivência com o poder, também essa transformação realizou-se mais acentuadamente desde então”*.⁹⁶

A utilização do termo subversão é abundante, não somente neste, como noutros relatórios apresentando, como sinal de comprovação, sermões, palestras, entrevistas, orientações e o envolvimento de membros da Igreja em questões sociais. Segundo Prandini, Petrucci & Dale, a Igreja pediu às Forças Armadas uma definição explícita do que seria subversão. A definição é elástica e podia se referir especificamente a ações revolucionárias ou políticas proibidas pelo regime, como, por exemplo, seqüestro, assaltos a bancos e a criação de movimentos oposicionistas armados. Mas, durante os anos Médice, ela se tornou uma expressão polivalente para os militares, servindo para tudo o que cheirasse a esquerdismo, como por exemplo, organizações de camponeses, movimentos estudantis e canções de protesto. A subversão podia ser um crime ou alguma alegação atribuída a indivíduos como se fosse a violação de um código e de um sistema moral, religioso e políticos maiores – a ordem social, tal como o regime a definia.⁹⁷ No relatório em análise, as denúncias de atos subversivos referem-se à simpatia pela ideologia marxista, o incentivo à organização de movimentos sociais reivindicatórios, apoio à Pastoral

de importância nacional que é o sudoeste do Estado” (p. 7). ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Ministério do Exército: III EX, 5ª RM e 5ª DE, CODI, 2ª Seção, DOI. *A subversão na Igreja do Paraná*. Curitiba, 7 de set. 1977 (a referência a este documento será *DOPs: A subversão na Igreja do Paraná*). Vale lembrar que a Pastoral Rural, organizada pelo Regional Sul II, teve na Assesoar apoio fundamental na elaboração de cartilhas, livros de instrução para o homem do campo e formação de líderes comunitários.

⁹⁶ *DOPs: A subversão na Igreja do Paraná...*, op. cit., p. 1. (Grifo do autor).

⁹⁷ Apud. SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra...*, op. cit., p. 239 – 240.

Rural e à Anistia de exilados políticos, estímulo aos círculos bíblicos, aos grupos de reflexão e às CEBs e, finalmente, ao suposto direito, requerido pelos padres e bispos, de a Igreja intervir na dimensão política da organização do Estado.

Assim, o documento faz um breve giro sobre a história recente da Igreja Católica, apresentando a realização do Concílio Vaticano II e, sobretudo, a convocação feita pelo CELAM para a II Conferência de Medellín como a explosiva reação da Igreja ‘progressista’ contra o laicato e clero ‘tradicionalista’ e ‘conservador’, de modo a causar *“profundas cisões internas que já são percebidas na nave de SÃO PEDRO”*.⁹⁸ Para o documento, o ponto de dissensão interna – com os demais membros da Igreja – e externa – com o Estado – está na intervenção indevida dos membros da Igreja junto a assuntos que fogem da alçada da Igreja: defesa dos direitos humanos como saúde, educação, trabalho, salário compatível etc., além da solidariedade com presos políticos. Essas ações geram, inevitavelmente, choques entre a Igreja e o Estado em muitos países da América do Sul, *“cujos regimes estão em aberta luta contra subversão marxista, oriunda de fontes alienígenas e bastante facilitada atualmente pelas novas aberturas da Igreja”*.⁹⁹

O reclamo não é de todo equivocado, conforme trata parte considerável da historiografia brasileira ao analisar a presença da Igreja durante o regime militar. Para Thomas Skidmore, a Igreja tornou-se o mais conspícuo opositor do Estado autoritário brasileiro. Não era apenas a CNBB procurando ferrenhamente defender sacerdotes e leigos contra a tortura, embora muitas vezes sem êxito; eram também os ativistas católicos que mobilizavam seus contatos no exterior: no Vaticano, no seio do clero e do laicato da Europa e dos Estados Unidos, e de outros ativistas dos direitos humanos, gerando assim protestos na imprensa estrangeira. A crítica dos meios católicos estrangeiros inquietava especialmente os militares brasileiros. Continua o brasilianista, apoiado por outros pesquisadores, afirmando que a Igreja era uma das únicas instituições que podia elevar a voz contra o regime militar e, ao mesmo tempo, mobilizar seus membros espalhados por todo o país. Era também considerada geralmente a Igreja Católica como a mais ‘progressista’ do mundo, reputação que conquistou por ser defensora dos direitos humanos e de contribuir com reformas significativas para ajudar os pobres. As lideranças desses últimos

⁹⁸ DOPs: *A subversão na Igreja do Paraná...*, op. cit., p. 1.

⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 1.

defendiam uma 'igreja popular' e gozaram de influência da Igreja brasileira durante o governo Geisel e nos primeiros anos de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 – 1985).¹⁰⁰

Pelo exposto no relatório, pode-se concluir que toda atividade do episcopado/clero voltada para questões sociais era compreendida como um comportamento subversivo e ligado a ideologias contrárias ao regime. O tom de análise e denúncia procura alertar os dirigentes do regime para a grande doença e a subversão generalizadas que podem se abater sobre o Brasil, caso não sejam estancadas essas iniciativas. Pautados na defesa dos pobres e oprimidos e rijo combate ao regime capitalista, entendido como responsável pelos grandes males do mundo, a Igreja se arroga o direito de descrever a situação dos povos latinos como *“situação egípcia’*. *Daí decorre evidentemente uma ação pastoral do tipo daquela que realizou o profeta MOISÉS liderando o exodo do povo judeu, ou seja, a libertação da opressão sócio-econômica-política”*.¹⁰¹ Parece que o documento parte do princípio de que no Brasil vive-se uma situação de marginalidade sociopolítica e econômica tomada como normal sem, contudo, admitir a intromissão da Igreja em assuntos prosaicos. Conforme publicação da CNBB em 1978, a concepção de Igreja havia mudado, não se conformando

com a imagem de uma Igreja – helicóptero, pairando sobre a caravana humana, ditando do alto os rumos a seguir e exercitando-se em operações esporádicas de rescaldo e salvamento. A Igreja sabe que tal imagem é repudiada cada vez mais por uma sociedade secular e secularizada, que tenta elaborar o seu discurso ético e seus critérios morais sem fazer apelo a premissas religiosas.¹⁰²

Consoante o perfil da Igreja do Brasil, o Regional Sul II, conforme o documento em análise, tem tomado posicionamentos pouco ortodoxos à missão evangélica e se arvorado o direito de proclamar explicitamente quanto à atualidade político-social, contestando (ainda que artificialmente, diz o relatório) o regime militar, repudiando o capitalismo e o modelo brasileiro de desenvolvimento, manifestando

¹⁰⁰ Cf. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo...**, op. cit., p. 273 e 362. Pode-se citar outros pesquisadores como CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós livraria e editora, 1979; GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada...**, op. cit.,

¹⁰¹ *DOPs: A subversão na Igreja do Paraná...*, op. cit., p. 2.

¹⁰² Estudos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Pastoral Social. 3 ed., São Paulo: Paulinas, n. 10, parágrafo 47, 1978.

ceticismo quanto à ideologia de Segurança Nacional, questionando as desigualdades socioeconômica e a política fundiária brasileira. Embora o Regional encontre-se dividido em 'conservadores' e 'progressista', o problema são estes últimos, que

vêm no capitalismo e na sociedade de consumo, as origens dos males que afligem a atual sociedade brasileira. Confundem justiça social com socialismo e assim vão esses clérigos, alguns intencionalmente, outros levados por 'cantos-de-sereia' destilando idéias de cunho socialista na mente de seus fiéis. São alvos de elogios e aplausos fáceis das minorias políticas, as quais, sem dúvida, caso conquistassem o poder, os colocariam a margem das decisões. Os conservadores, mais sensatos, mas voltados às atividades afins do Evangelho, achando a situação atual da Igreja como passageira e sem vontade de participarem de atividades leigas. Em maior número apresentam-se os últimos, mas não podemos esquecer, que a HISTÓRIA tem sido feita, quase sempre com a minoria ativa.¹⁰³

Que o episcopado paranaense tenha opções contrárias quanto ao envolvimento e maneiras de se inserir nas questões sociais, que não haja consentimento acerca do papel da Igreja na sociedade contemporânea, que existam grupos (conservadores versus progressistas, conforme o relatório) a se oporem nas escolhas pastorais não parece ser novidade nem mesmo destoante, conforme já visto quando analisadas as atas das reuniões e as publicações do Regional Sul II. Contudo, o que chama a atenção é que, sendo o relatório de meados de 1977, a Igreja do Paraná até esse momento apenas ensaiava alguma iniciativa de inserção social através da Pastoral Rural e da organização de alguns grupos de reflexão em nível de estado. Não há, decididamente, manifestações oficiais e oficiosas do Regional (Planos de Pastorais, atas e escritos o confirmam) que se oponham ao regime militar e façam considerações contumazes e acusativas sobre os responsáveis pelo êxodo rural, pela mecanização do campo, pela urbanização acelerada e mesmo sobre as controvérsias do campo político-partidário. O relatório, ao que parece, está mais voltado para atuações e embates protagonizados pela CNBB e preanunciando alguns encaminhamentos do Regional tornados públicos somente a partir de 1978.¹⁰⁴ Patenteia, com isso, um entendimento por vezes

¹⁰³ *DOPs: A subversão na Igreja do Paraná...*, op. cit., p. 11 – 12.

¹⁰⁴ O relatório não faz, possivelmente por desconhecer ou ter sido feito concomitante, qualquer menção à participação do bispo Dom Agostinho Sartori e do pastor luterano Gernote Kirinus, na

exagerado e apocalíptico da ameaça que, porventura, o episcopado paranaense pudesse representar.

Os episódios arrolados apresentam o clima eclesial encontrado por Dom Olívio a partir de 1978 quando, na XXVI Assembléia, realizada no mês de setembro de 1978, se discutia e aprovava o anteprojeto do V Plano Regional de Pastoral a ser implantado no ano seguinte. Esse Plano, particularmente, é de fundamental importância porque estará não somente dando legitimidade às ações, como norteará em grande medida as opções tomadas por Dom Olívio. Não há dúvida de que as iniciativas encetadas na diocese de Foz do Iguaçu estarão em sintonia com as determinações adotadas pelo Regional Sul II, tanto nas questões pastorais, nos diálogos com a sociedade civil organizada, quanto com o Estado. Em relação a este, Dom Olívio terá suas intervenções públicas investigadas pelos órgãos de segurança do Estado brasileiro. Enfim, pode-se afirmar que a experiência vivenciada junto ao episcopado paranaense dá o diapasão dos desafios e da postura a ser adotada frente a realidade da diocese de Foz do Iguaçu.

2.4 A diocese, o pastor e o projeto *In Uno Spiritu*

A diocese de Foz do Iguaçu, sobretudo ao longo das décadas de 1980 e início de 1990, foi alardeada como uma Igreja progressista pelas suas opções de denúncia da violação de direitos humanos e presença motivadora junto aos movimentos sociais. Embora sendo necessário pensar sobre esse *progressismo*, a afirmação não é de toda fortuita e sua compreensão remete a razões complexas que excedem a dimensão de qualquer individualidade protagonizada por Dom Olívio. Concorrem para o entendimento do ativismo social dessa Igreja Particular, razões de ordem política, social e econômica amalgamadas com opções realizadas pelos sujeitos sociais.¹⁰⁵ Para compreender a dimensão desses discursos, é primordial

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra realizada pela Câmara dos Deputados Federais em meados de 1977. O depoimento posteriormente foi amplamente divulgado, sobretudo por ter contado com uma publicação exclusiva num livrinho chamado **Terra** (Cf. **TERRA** – Depoimentos de Dom Agostinho José Sartori, bispo de Palmas, e Gernote Kirinus, pastor da IECLB. Curitiba: Voz do Paraná, 1977); e um mês depois, sob o título **Questão da terra, uma questão humanitária**, num fascículo do SEDOC, v. 10, n. 105, out/nov. 1977, p. 387 – 433.

¹⁰⁵ Conforme o Código de Direito Canônico (1983, cânon 369 e 375) e o decreto “*Christus Dominus*” do Compêndio Vaticano II (1034 e 1035), entende-se por Igrejas particulares ou diocese “porção do povo de Deus confiada a um Bispo para que a pastoreie em cooperação com o presbitério, de modo tal que, unida a seu Pastor e por ele congregada no Espírito Santo mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitua uma Igreja Particular, na qual verdadeiramente está e opera a Una Santa Católica e Apostólica Igreja de Cristo”. Quanto ao papel do bispo, entende como confiança e “especial cuidado de uma Igreja Particular, sob a autoridade do Romano Pontífice, apascenta como seu pastor

contextualizá-los a fim de dimensionar em que medida as ações implementadas na diocese de Foz do Iguaçu se tornam inovadoras.

2.4.1 Oeste do Paraná: Estruturação eclesiástica, crescimento populacional e urbanização

A diocese de Foz do Iguaçu pertence à região Oeste do Paraná. Esta região é composta atualmente por 50 municípios e uma população aproximada de 1.140.000 habitantes (FIGURA 3). As cidades que mais se destacam em função do crescimento socioeconômico é Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo.¹⁰⁶ É característica atual a expressiva dinâmica que tem se mostrado capaz de contrabalançar as fortes tendências de concentração econômica e populacional do estado rumo à região Metropolitana de Curitiba, embora convivendo com intensos fluxos migratórios marcados por trocas intra e inter-regionais, bem como interestaduais, refletindo em especial no movimento de saídas rurais, sustentando um ritmo de crescimento que contribui para um maior equilíbrio regional do estado.¹⁰⁷

Esta região apresentou-se como pólo de atração de migrantes desde a década de 1940 quando, sobretudo agricultores, vindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul migram a fim de explorar a nova fronteira agrícola. Entretanto, é em finais da década de 1960 e início de 1970, com a introdução de novas tecnologias de cultivo, que a modernização altera o processo produtivo e as relações de produção a ponto de mudar significativamente a paisagem da região. Soma-se a esse fenômeno a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, construída no município de Foz do Iguaçu, que traria grandes mudanças na ocupação territorial, interferindo decididamente no êxodo rural, no crescimento urbano desta cidade e na atração, por outro lado, de milhares de profissionais ligados à construção civil em busca de oportunidade de emprego e da especulação imobiliária.

próprio, ordinário e imediato, as ovelhas em nome do senhor, exercendo sobre elas o múnus de ensinar, santificar e reger". DECRETO *CHRISTUS DOMINUS*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 409.

¹⁰⁶ Conforme dados do IBGE, Foz do Iguaçu em 2006 possuía uma população estimada em 309.113 habitantes. Cf. Foz do Iguaçu – Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 26 de set. 2007.

¹⁰⁷ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. Leituras Regionais – Mesorregiões Geográficas Paranaenses. Curitiba: IparDES, 2004, p. 22.

REGIÃO OESTE DO PARANÁ

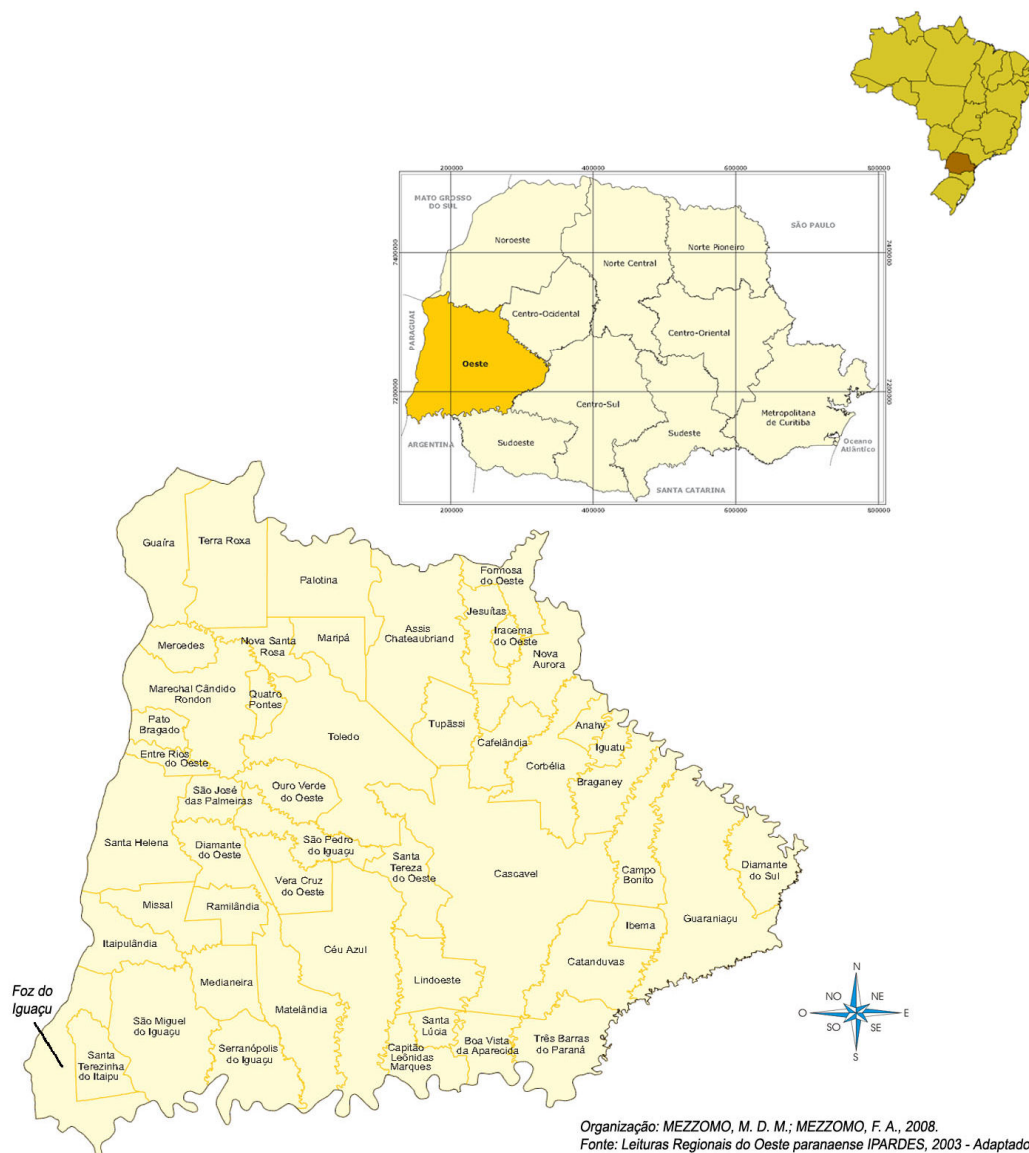


Figura 3: Localização da mesorregião Oeste do Paraná.
 Fonte: IPARDES, 2008 (Adaptada pelo autor).

Ao lado dessas transformações, a Igreja Católica desde 1950 busca responder ao desafio de se estruturar fisicamente e empreender uma ação de pastoreio coordenada. Neste sentido, a primeira diocese da região foi criada em 1959 e instalada no ano seguinte, tendo como sede a cidade de Toledo. Embora de baixa densidade demográfica porque a população em 1960 era de aproximadamente 140 mil habitantes, Toledo é uma das maiores dioceses em extensão do Paraná, com 28.109 km² abrangendo todo o Oeste paranaense. Conforme dados do IBGE,

dez anos mais tarde, em 1970, a população oestina chegava a 752.432 habitantes.¹⁰⁸

No encalço dessas mudanças, a diocese de Toledo foi subdividida em duas novas dioceses em 1978 tendo, a partir de então, o Oeste do Paraná três sedes episcopais, a saber, Toledo e as novas sedes de Foz do Iguaçu e Cascavel. Certamente, era uma medida burocrática elementar para fazer frente aos novos desafios pastorais do qual o crescimento populacional representava apenas um dos aspectos.

Particularmente a microrregião de Foz do Iguaçu, que a partir de 1978 compreenderá a área da nova diocese, é marcada pelo forte êxodo rural promovido pela mecanização do campo e pela construção da hidrelétrica de Itaipu, quando, com a formação do lago, desaloja mais de quarenta mil pessoas. Ocorre, então, um processo intenso de migração endógena – ao Norte e Noroeste do Brasil – e exógena ao país – principalmente para o Paraguai –, além do crescimento acelerado das cidades, sobretudo de Foz do Iguaçu, sem planejamento infra-estrutural, gerando um processo agressivo de marginalidade social em que o esgarçamento das relações sociais são sentidas sobremaneira nas pequenas comunidades. Ademais, como região de tríplice fronteira, transmitia uma sensação de insegurança política e social. No campo político, vale lembrar que três dos seis municípios que compõem a diocese¹⁰⁹ faziam parte da área de segurança nacional, sendo seus prefeitos nomeados conforme chancela do presidente da República, uma vez que a região estava enquadrada na Lei de Segurança Nacional.

Essa realidade, o recém-nomeado Dom Olívio encontra quando chega a Foz do Iguaçu. É correto afirmar que a diocese, durante a década de 1970, é conflituosa por estar envolvida em situações que provocam desestabilidade social. Não parece que os discursos alardeando progresso e harmonia social, a laboriosidade e a tenacidade do homem oestino ligado à placidez no respeito ao chamamento da ordem civil e a existência de comunidades enlaçadas pelo princípio da solidariedade encontrem correspondência no mundo vivido. Parecia que esse imaginário social tão fortemente construído por décadas pelas mídias que standardizavam planos de ocupação das colonizadoras e, sobretudo, discursos dos governos civis e militares

¹⁰⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Sinopse preliminar do senso demográfico de 1970.

¹⁰⁹ Os municípios que eram abrangidos pela área de Segurança Nacional e, portanto, tinham seus prefeitos nomeados eram Foz do Iguaçu, Santa Helena e Medianeira.

pautados na máxima da ordem para o progresso começava a mostrar fissuras porque descolado do cotidiano. A afirmação de que os símbolos só são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação, do contrário tendem a desaparecer da vida coletiva ou a ser reduzidos a funções puramente decorativas, era uma realidade no Oeste do Paraná.¹¹⁰

Com isso a região, na análise de alguns historiadores e sociólogos, é inserida num circuito internacional de produção e de mercado, despontencializando as comunidades da sua capacidade de autogestão. Romperam-se os vínculos societários, e as relações de confiabilidade foram substituídas pelas relações contratuais, que amarram os indivíduos a instituições gestadas e estabelecidas fora do seu domínio de convivência. A modernização, a urbanização e as interferências sobre a organização do espaço e da produção econômica, social e cultural afetaram profundamente a mentalidade, as representações e os valores de referência do homem oestino.¹¹¹

Em síntese, pode-se dizer que três são os maiores desafios enfrentados por Dom Olívio: primeiramente, porque a diocese está localizada num ambiente fronteiriço que acolhe pessoas de várias nacionalidades e de diferentes ambientes socioculturais; em segundo lugar, porque as pacatas comunidades interioranas viram-se envolvidas pela grande mobilidade das famílias provocadas pelo êxodo rural em função da mecanização da agricultura e da formação do lago de Itaipu ao desapropriar milhares de pessoas; em terceiro lugar, por se tratar de uma nova diocese, Foz do Iguaçu não apresenta uma infra-estrutura adequada, o que é agravado pelo baixo número do clero diocesano e religioso que se esmera para acompanhar o rápido crescimento e mobilidade demográfica da região.¹¹² Essa realidade parece ter sido o grande desafio de Dom Olívio e requerido maior investimento de seu capital simbólico.

2.4.2 Formação de novas dioceses e arquidiocese no Oeste do Paraná

A diocese de Toledo, pelas suas dimensões geográficas, estava dividida em três setores administrativos criados conforme a localização, tamanho e realidade de

¹¹⁰ BACZKO, Bronislau. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi – Antropos homem**, tomo 5. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986, p. 325.

¹¹¹ Cf. SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: EDT, 1994, p. 25 e 27.

¹¹² **Em Um Só Espírito – Informativo da diocese de Foz do Iguaçu: Editorial**. Foz do Iguaçu, jul/1979, p. 1.

seus municípios e paróquias. Os setores que se consolidaram foram os de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo que, em maio de 1978, transformaram-se em três dioceses. O fluxo migratório, proveniente especialmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na avaliação de Nilceu Deitos, deu características sociais, econômicas, culturais e políticas diferentes de outras regiões do Paraná e isso veio ao encontro da sugestão manifestada pela Nunciatura Apostólica de se criarem, no estado do Paraná, novas Províncias Eclesiásticas além das existentes em Curitiba e Londrina.¹¹³

A proposição do núncio apostólico Dom Carmine Rocco, aprovada pelo episcopado paranaense, fez com que após um ano e cinco meses como sede diocesana, Cascavel, juntamente com Maringá, fosse elevada à categoria de arquidiocese, em 17 de outubro de 1979, através da bula “*Maiori Christifidelium*”, tendo como sufragâneas as dioceses de Toledo, Foz do Iguaçu e Palmas/Francisco Beltrão (FIGURA 4).

ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL

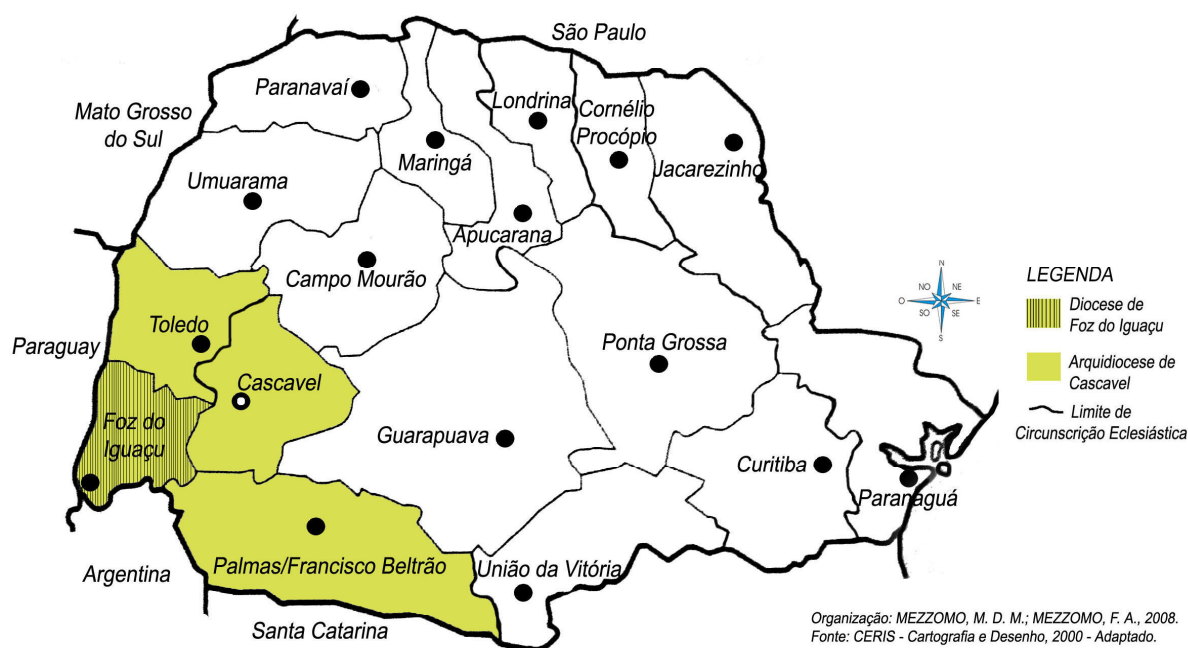


Figura 4: Localização da diocese de Foz do Iguaçu, da arquidiocese de Cascavel e demais circunscrições eclesiais do Paraná.

Fonte: CERIS – Cartografia e Desenho, 2008. (Adaptada pelo autor).

¹¹³ DEITOS, Nilceu Jacob (org.). **Arquidiocese de Cascavel: 25 anos de história (1978 – 2003)**. Cascavel: Palube Gráfica e Editora, 2003, p. 35.

Até esse momento, maio de 1978, a organização religiosa da região Oeste estava ligada diretamente à administração episcopal do josefino Dom Armando Círio. Percorrendo algumas atas dos setores (de Toledo, de Cascavel e de Foz do Iguaçu) e dos encontros do clero diocesano de Toledo, em que constam avaliação e programação das atividades na diocese, são visíveis a autonomia e opções pastorais tomadas pelos setores.¹¹⁴ É temerário afirmar a existência de opções e/ou linhas pastorais definidas pela/para diocese de Toledo. Dom Armando Círio, de perfil eclesial sacramental, não parecia incomodado com a autonomia setorial.

Em entrevista, Adriano van de Ven, coordenador do setor de Foz do Iguaçu, afirma que o bispo era um sujeito bonachão, agradável e de fácil convivência, de modo que não parece ter exercido influência a ponto de indicar linhas pastorais rígidas para a diocese de Toledo. Como bom vigário, continua Adriano, embora não muito sensível ao apelo social, Dom Armando dava liberdade aos padres que tinham opções pastorais diferentes.¹¹⁵ Talvez essa tolerância e flexibilidade tenham sido também responsáveis por contemporizar possíveis conflitos *ad intra* e *ad extra ecclesie*. Estão contidas na fala de Adriano duas características que vale destacar a fim de entender o problema maior, que é a possível renovação de Dom Olívio quando assume a diocese de Foz do Iguaçu. A primeira é quanto à autonomia dos setores administrativos da diocese de Toledo e, a segunda, é referente à característica eclesial dos mesmos.

A autonomia dos setores possibilita que o setor de Foz do Iguaçu ensaie alguns passos na direção da promoção humana e dos movimentos de renovação – ainda que pontuais – como círculos bíblicos, cursos sobre sindicatos e grupos de reflexão, enquanto os setores de Cascavel e Toledo organizam e expandem

¹¹⁴ Houve uma experiência em dividir a diocese de Toledo nos setores de Foz do Iguaçu, Toledo, Cascavel, Guaíra e Assis Chateaubriand. Todavia, em razão de adequação estrutural e do crescimento das cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, os setores foram reduzidos a esses três que se tornam dioceses em 1978. Os critérios para criação dos setores, conforme ata do clero diocesano de Toledo, referem-se à diversificação dos problemas e interesses de cada setor, melhor entrosamento do clero de cada região e, finalmente, maior conhecimento de seus membros visando criar comprometimento para as futuras dioceses. LIVRO ATA DA REUNIÃO DO CLERO DA DIOCESE DE TOLEDO. Toledo, 9 de setembro 1976. Noutro documento de 1969, escrito pelo bispo Dom Armando Círio, consta a atribuição do coordenador do setor a quem, além da representação oficial do bispo no setor, compete visitar e convocar o clero, religiosos e leigos a fim de: a) favorecer a amizade e o entendimento; b) refletir sobre a Igreja e a sociedade em que vivem; c) promover jornadas de atualização e espiritualidade; d) acompanhar a execução do Plano de Pastoral da Diocese. CÍRIO, Dom Armando. **Padres, religiosos e fiéis**. Toledo, abril de 1969.

¹¹⁵ MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial no Oeste do Paraná. In: MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009, p. 65.

movimentos tradicionais, como Movimento Familiar Cristão, Encontro de Casais, Rumo ao Infinito, Apostolado da Oração, entre outros. Essa liberdade de opção não provocou problemas de relacionamento entre o clero, embora não tenha criado uma identificação religiosa nem entre os porta-vozes do sagrado, nem entre os leigos. Na síntese de uma plenária do encontro dos padres ocorrido em Toledo em 1975, o reclamo denuncia esta conclusão:

1. Condições da paróquia: As paróquias são extensas, profundamente heterogêneas devido à população instável, cultura e raças diferentes. às vezes falta espírito comunitário. 2. As paróquias carecem de uma unidade maior devido à falta de uma linha de orientação bem definida que parta da cúpula diocesana. Com relação às Comunidades de base, não se tem uma idéia exata sobre o assunto. 3. Leigos: Há participação crescente e satisfatória, conseguida através dos Movimentos. 4. Todos consideram o planejamento necessário, embora nem todos estejam empenhados em sua aplicação.¹¹⁶

Aparece na fonte a diversidade cultural, ausência de opção pastoral diocesana e participação dos leigos através de movimentos. Este último aspecto é oportuno para introduzir o segundo problema apontado acima: pode-se dizer que a diocese de Toledo, na sua diversidade de movimentos, tem em seu bispo uma compreensão verticalizada sobre a missão da Igreja. Como dizia na mensagem de Páscoa de 1977, advertindo seu rebanho: *“Não te afaste da Igreja. Nada é maior e mais forte que ela. O teu refúgio é a Igreja. Ela é mais alta que o céu. Mais vasta que a terra. Conforme o papa, ela ilumina o homem”*.¹¹⁷ Discurso autocentrado na sabedoria eclesial que mais parece denunciar uma Igreja pré-conciliar e menos *Igreja Povo de Deus* em conformidade com documentos do Concílio Vaticano II.

Tendo participado de três sessões do Concílio Vaticano II, Dom Olívio manifesta em seus escritos a importância da renovação paroquial aos moldes dos documentos conciliares e das inspirações de Medellín. Contudo, a apropriação destes eventos e desse *aggiornamento* é muito peculiar. É flagrante a concepção de Igreja de Dom Armando numa carta enviada aos vigários da diocese, em 1963, ao lembrar sobre o papel da Igreja e a maneira como ela devia se renovar:

¹¹⁶ ENCONTRO DOS PADRES – Casa de formação de líderes de Toledo. Toledo, 5 a 7 de março de 1975.

¹¹⁷ CÍRIO, Dom Armando. **Mensagem de Páscoa**. Toledo, abril de 1977.

‘A missão da Igreja é essencialmente religiosa, mas nada deve ser alheio ao Sacerdote que compreendeu o valor e a extensão de seu ministério: fazer reinar em todas as partes o espírito de Cristo’, declarou Paulo VI ao receber os membros da Comissão Pontifícia da América Latina. Pelo visto e dito, também á luz do Concílio Ecumênico, a renovação da Igreja há de vir através de uma instrução mais acurada do povo, através de uma vivência mais intensa dos sacramentos e da liturgia... Mandamos portanto que se fundem e se tornem vivas e atuantes as associações de maior tradição e mais enraizadas no nosso Estado: Cruzada Eucarística, Pia União das Filhas de Maria, Congregados Marianos, Apostolado da Oração.¹¹⁸

Essa citação traça, na diversidade dos movimentos da diocese de Toledo, as preferências impulsionadas pelo bispo. Primeiramente, a menção acerca da missão essencialmente religiosa da Igreja, da assimilação sacramental e litúrgica introduzidas pelo Concílio, e o convite para os vigários se empenharem em promover movimentos tradicionais. Note-se: nas duas citações do bispo, nada de grupos de reflexão, círculos bíblicos, movimentos sociais, reivindicações políticas. A recorrência a Chartier mais uma vez é oportuna porque esclarece como as leituras apropriadas são, por vezes, vazadas pela subjetividade sem assumirem o auto-entendimento de serem transgressoras. Possivelmente a reforma litúrgica e sacramental representava a grande novidade do conclave para diocese toledense!

Nesse cenário é instalada a diocese de Foz do Iguaçu. Conforme já visto, em um contexto socioeconômico em transformação e em uma região na qual a prioridade da diocese de Toledo é sacramental e litúrgica. Qualquer expressão de progressismo neste ambiente deve ser relativizada conforme a realidade apropriada.

2.4.3 “*De Christiani Populi*”: Criação da diocese de Foz do Iguaçu e nomeação episcopal

A diocese de Foz do Iguaçu, composta por seis municípios, foi criada pela bula “*De Christiani Populi*” de Paulo VI, em 5 de maio de 1978.¹¹⁹ Num território com

¹¹⁸ ----- **Carta aos vigários.** Toledo, 7 de agosto de 1963. (Grifo do autor).

¹¹⁹ No dia 5 de maio de 1978 através da bula “*De Christiani Populi*”, Paulo VI criou a diocese de Foz do Iguaçu, integrada por 6 municípios sendo eles: Foz do Iguaçu, Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena. Naquele momento a diocese contava com 13 paróquias, 26 padres dos quais somente 2 eram diocesanos e 69 religiosos(as). A área e população da diocese, conforme dados de 2000 do Ceris (Anuário Católico do Brasil, Rio de Janeiro: Ceris, vol 11, 2000, p. 80), são de 6.821,9 km² para uma população de aproximadamente 360 mil habitantes. Dom Olívio foi nomeado em 13 de maio e ordenado na paróquia Nossa Senhora de Lourdes, bairro Água Rasa em São Paulo, em 12 de agosto de 1978. A posse em Foz do Iguaçu ocorreu em 26 de agosto de 1978.

6.821,9 km² de superfície, havia 13 paróquias administradas por um número reduzido de padres – vinte e seis padres dos quais somente dois eram diocesanos – e uma população aproximada de 360 mil habitantes.¹²⁰ A diocese foi dividida administrativamente em três setores, ou áreas, como também são conhecidas, a fim de melhor administrar decisões e personalizar ações junto às paróquias e capelas (FIGURA 5).¹²¹ Os critérios para a criação dos setores referem-se à diversificação dos problemas e interesses, localização das paróquias, melhor entrosamento do clero na definição de ações pastorais de conjunto e, finalmente, maior conhecimento de seus membros.

Os três setores participam das decisões tomadas em âmbito diocesano e devem estar sintonizados com as deliberações definidas em coletivo a ocorrer, sobretudo, anualmente nas Assembléias Diocesanas. Não se pode afirmar que esses setores tinham um perfil consolidado de renovação de suas pastorais, todavia algumas paróquias, timidamente, ensaiavam alguns passos nessa direção antes de pertencerem à nova diocese. Ao consultar os livros-tombo, atas e alguns informativos como panfletos e matérias publicadas em jornais, pode-se compreender algumas opções pastorais tomadas.¹²²

Assim, se é possível fazer generalização acerca do setor e futura diocese de Foz do Iguaçu, é correto afirmar que há em algumas paróquias maior envolvimento do clero na renovação paroquial do que em outras. Essa reorganização é perceptível se for tomada como referência a implantação de novas estruturas religiosas criadas

¹²⁰ A cargo da congregação do Verbo Divino, da qual pertence Dom Olívio, estavam as paróquias de Nossa Senhora de Medianeira de Todas as Graças, de Medianeira, São João Batista e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Foz do Iguaçu.

¹²¹ O livro-tombo da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Missal registra que a divisão em setores ocorreu ainda em novembro de 1979. LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Missal, 15 de novembro de 1979. Atualmente, os setores estão assim dispostos: Setor I: paróquias de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu; Setor II: paróquias de Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu; Setor III: Matelândia, Ramilândia. São José das Palmeiras, Vera Cruz do Oeste, Céu Azul e Diamante D'Oeste. Atualmente estes são os treze municípios que compõem a diocese de Foz do Iguaçu.

¹²² Da maioria das treze paróquias que compunham o setor e depois da diocese de Foz do Iguaçu, foi coletado, digitalizado e analisado material como livros-tombo, livros de atas de grupos de jovens, de conselho de pastoral paroquial e movimentos como Apostolado da Oração; materiais produzidos como cartilhas, roteiros para reflexão, jornal da diocese de Toledo e, posteriormente, jornal da diocese de Foz do Iguaçu e jornais da região como O Paraná, Gazeta de Toledo, Correio de Notícias, O Oeste, Nosso Tempo, entre outros. Nas paróquias, a maior quantidade de fontes produzidas, acessadas e digitalizadas foi de Nossa Senhora de Medianeira de Todas as Graças (Medianeira), Catedral São João Batista, São Paulo Apóstolo e São José Operário (Foz do Iguaçu), São Miguel (São Miguel do Iguaçu), Nossa Senhora do Caravaggio (Matelândia), Santa Terezinha (Santa Terezinha de Itaipu), Nossa Senhora Aparecida (Itaipulândia), Sagrada Família de Nazaré (Ramilândia), Nossa Senhora da Conceição (Missal), Nossa Senhora Aparecida (Diamante D'Oeste) e paróquia São José do município de São José das Palmeiras.

no pós-concílio, como o conselho de pastoral paroquial e as comunidades eclesiais de base.

DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU

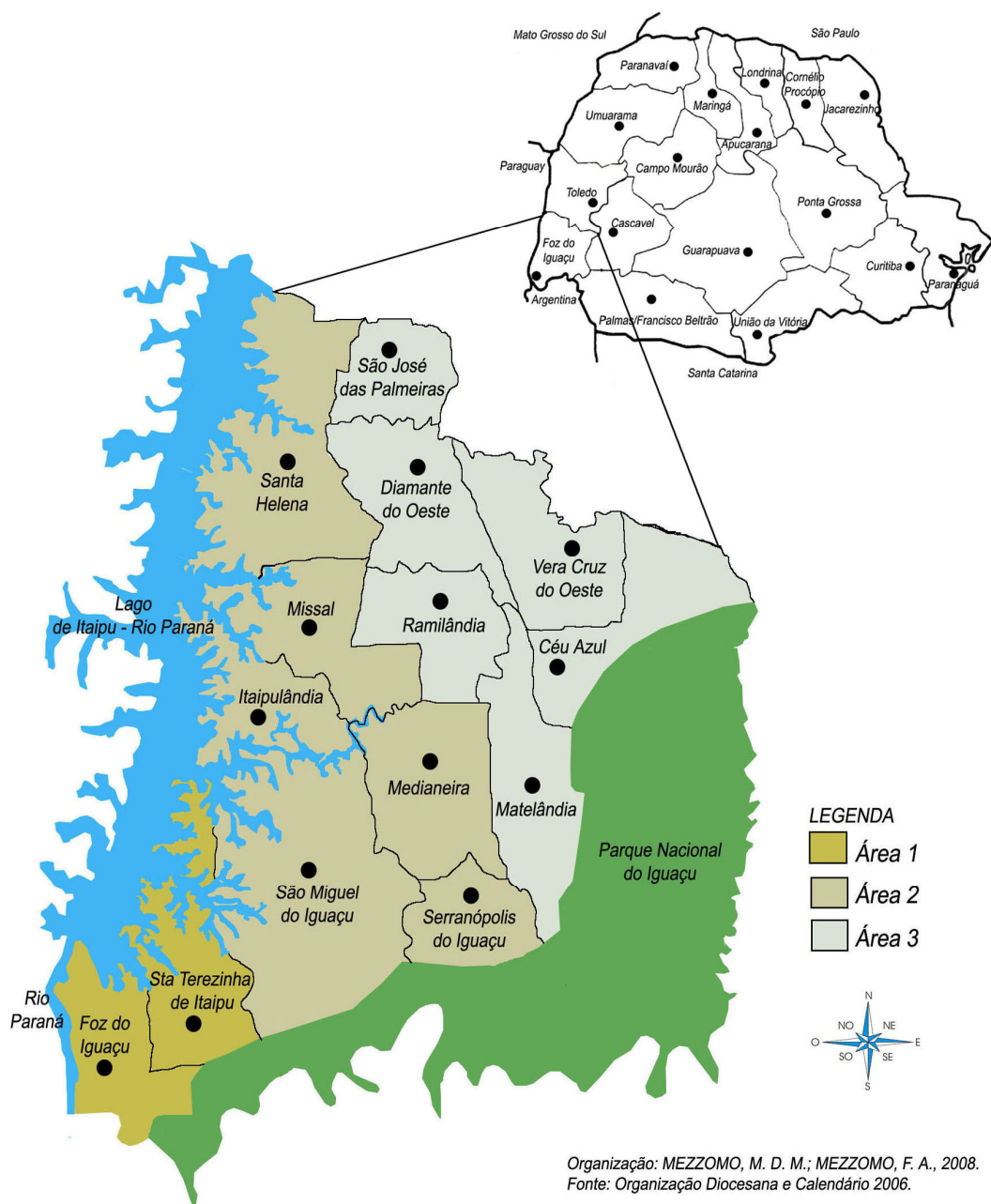


Figura 5: Diocese de Foz do Iguaçu e áreas administrativas.
Fonte: Organização Diocesana e Calendário 2006. (Adaptada pelo autor).

Em algumas paróquias houve visível desenvolvimento e noutras não: algumas buscam uma coordenação e um controle efetivo sobre a pastoral; outras afrouxam tais laços, permitindo maior autonomia. Por um lado, é visível a atenção dedicada à linha missionária, por outro, à promoção humana. Por isso, não seria incorreto

afirmar que todas, com seu modo de percepção, desenvolviam atividades de renovação litúrgica aos moldes do Concílio. Na linha do ecumenismo, ocorrem algumas ações conjuntas, sobretudo com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Em relação às CEBs, pode-se dizer que o empenho não foi o mesmo e que o entendimento de sua configuração, sua função e sua relação com a estrutura paroquial também variava.¹²³ Essas constatações são importantes porque dão a conhecer a realidade em que se encontravam as paróquias quando da instalação da diocese. Contribuem, assim, para entender o empreendimento de Dom Olívio a fim de caracterizar em que medida houve continuidade, ruptura e renovação eclesial.

Os numerosos depoimentos colhidos, por meio das entrevistas e dos escritos em cartas e matérias de jornais acerca de Dom Olívio, apontam para um homem que se mostrava próximo ao cotidiano das pessoas, sendo de fácil relacionamento, simples no agir, simpático ao diálogo, reticente até a tomada das decisões e pouco afoito ao uso da palavra em conversas, reuniões e manifestações públicas. Em uma entrevista dada pelo sucessor, Dom Laurindo Guizzardi, Dom Olívio é avaliado como *“pessoa ponderada e pensa três vezes antes de tomar a palavra. Por isso ele não é pessoa de estar continuamente ao microfone... O que me despertou a atenção nele é sua serenidade, calma e otimismo”*.¹²⁴ Embora essa fala deva ser avaliada sob o aspecto da diplomacia, uma vez que está fazendo menção a seu antecessor, é pública e notória a habilidade com que Dom Olívio administrava seus relacionamentos com diferentes estratos sociais e cujos interesses por vezes eram conflitantes.

Em diversas oportunidades sua presença foi solicitada a fim de intermediar negociações em que conflitos eram aparentemente inevitáveis. Não se estaria exagerando ao afirmar que, em determinadas situações, exerceu papel de apaziguador a fim de atenuar e resolver pendengas internas e externas à Igreja. Embora tenha assumido e combatido publicamente determinadas práticas de

¹²³ O livro-tombo, as correspondências e as atas das paróquias de Medianeira, São Miguel do Iguçu, Missal e, em alguns momentos, da paróquia São João Batista evidenciam iniciativas em torno da formação de grupos de reflexão, formação de líderes e esclarecimentos sobre a importância da sindicalização a partir de meados da década de 1970. Noutras paróquias, como de Matelândia e Santa Terezinha de Itaipu, a ênfase recai sobre o incentivo e formação de grupos ligados a movimentos como Renovação Carismática, Congregação Mariana, Movimento Familiar Cristão, Apostolado da Oração, entre outros.

¹²⁴ LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio Aurélio Fazza: mensageiro da paz**. Foz do Iguçu: Nadai, 2007, p. 72.

autoridades civis e militares, não rompeu relações, inclusive solicitando-lhes contribuições financeiras. Mesmo sendo cauteloso em seus escritos e entrevistas, não deixava de tomar posição e fazer afirmações que mexiam com o brio e os interesses particulares. Contudo, é razoável afirmar que sua metodologia de ação caracterizou-se mais pelo diálogo do que pelo afrontamento.



Foto 4: Ordenação Episcopal de Dom Olívio na paróquia Nossa Senhora de Lourdes, São Paulo, em 12 de agosto de 1978.
Fonte: Paróquia São Paulo Apóstolo. Foz do Iguaçu, 2008.

Algumas matérias de jornais e entrevistas concedidas são unânimes em corroborar essas afirmações e, esporadicamente, aparecem explicações populares acerca da origem dessa habilidade. Sendo mineiro, conforme algumas manifestações, estaria reproduzindo a secular serenidade, temperamento calmo e equilibrado, dotado de extrema sabedoria e generosidade, afeito à ordem e ao bem-estar comum. São curiosas estas menções porque, apesar de o Oeste do Paraná estar distante geograficamente e não mostrar influências culturais do estado de Minas Gerais, estava presente a concepção da existência de uma identidade mineira, um jeito *tal* de ser, um tipo ideal de existir do qual Dom Olívio era um digno representante.¹²⁵

¹²⁵ No primeiro capítulo de sua tese doutoral, Raquel Marta da Silva faz algumas incursões a fim de historicizar e compreender os momentos e personagens que se empenharam em construir o discurso da mineiridade, ou melhor, os discursos da mineiridade. Para a historiadora, mineiridade é compreendida como prática de um discurso ufanista que, ao ser construído, respaldou na própria história desse estado e, ao mitificá-la, mitificou também suas possíveis características identitárias. Desse modo, acabou também se transformando em um discurso mítico que, principalmente no

No exercício de sua função episcopal, adjetivos e indícios como homem de oração, confiança e fidelidade à hierarquia eclesiástica, obediência, colegialidade e observância dos documentos oficiais da Igreja figuram como uma marca registrada. Quanto a esta última característica, repetidas vezes Dom Olívio menciona os esforços em organizar pastoralmente a diocese, conforme as diretrizes apresentadas, discutidas e aprovadas junto à CNBB/Regional. Se essa atitude significa buscar legitimidade para seu investimento, igualmente explicita a observância do princípio da co-responsabilidade e sintonia com a Igreja. Claramente, não reiterava um comportamento hierarquizado que porventura pudesse ser invocado como princípio de administração episcopal capaz de enaltecer o poder do bispo sobre sua diocese. Se fiel e contido nas observações do campo da sexualidade, era ativo e sensível às condições sociais dos diocesanos.

A insistência em afirmar a fidelidade e a observância do mandato de obediência não deve se configurar como uma curiosidade sobre sua biografia, arrematando com o jargão de que é o mínimo que se deve esperar de qualquer clérigo que fez esse juramento. Para além do juramento, deve-se entender a absorção desse mando que provém do entendimento e da aceitação da sabedoria e da autoridade moral e divina do Magistério que, por isso, inspira/sugere/ordena e baliza as ações individuais tomadas. Não parece haver dúvidas de que Dom Olívio foi um bom e obediente servo da Madre Igreja e, por isso, suas ações não podem ser rotuladas de moderadas, reformadoras ou conservadoras sem ter no horizonte essa noção.

É nessa dimensão que se deve compreender a primeira visita *Ad Limina Apostolorum*¹²⁶ ocorrida entre maio a junho de 1980. O relato da visita está

decorrer da primeira metade do século XX, foi apropriado, manipulado e ressignificado, de um modo geral, pela sociedade mineira, com o intuito de reafirmar a imagem de uma suposta grandeza de Minas Gerais e do seu povo, sobretudo, na área da política e da religião. Cf. SILVA, Raquel Marta da. **Mineiridade, representações e lutas de poder na construção da 'Minas Espírita': Da União Espírita Mineira a Francisco Cândido Xavier (1930 – 1960)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2008, cap. 1.

¹²⁶ Com a visita *Ad Limina Apostolorum*, cânon 400 do Código de Direito Canônico, são indicados dois objetivos principais: venerar os sepulcros dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo e apresentar-se ao papa. Além disso, o Bispo de Roma, para cumprir o seu múnus papal, vem buscar informações autênticas e autorizadas sobre o estado concreto das várias Igrejas, principalmente através do relatório quinquenal previsto no cânon 399 do Código, que é um meio para facilitar o relacionamento de comunhão entre as Igrejas particulares e o romano pontífice. Tal relatório é prescrito a todos os Ordinários que tenham computado já dois anos do quinquênio estabelecido desde a tomada de posse. Cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 3 ed., São Paulo: Loyola, 2003. No caso de Dom

registrado no livro-tombo da diocese,¹²⁷ onde se destacam as visitas ao dicastério, concelebrações, contatos e a tradicional conversa com o papa. Essa viagem a Roma, mais que resposta a uma exigência jurídico-administrativa, permitiu maior *“conhecimento e amor a causa da Igreja. Sente mais intensamente o afeto colegial não apenas com os irmãos do episcopado do Paraná, mas também do Brasil e do mundo”*.¹²⁸ É nesse sentido que a entrevista concedida em outubro de 2006 deve ser entendida, quando reage contrariamente à manifestação de um padre que teria desabonado as manifestações do papa ao mencionar que o mesmo não tem conhecimento da realidade brasileira. Ao rememorar a conversa com o clérigo, embora não tenha verbalizado, Dom Olívio ri do comportamento ingênuo do padre que, possivelmente, esquece que a missão da Igreja é transcendental, independentemente das contingências espaço-temporal.¹²⁹

Ao longo de seu episcopado, Dom Olívio compôs um relativo acervo de textos escritos e publicados, sobretudo no jornal da diocese, sessão A Voz do Pastor e, esporadicamente, em outras colunas nesse mesmo veículo de comunicação. Frequentemente, concedia entrevista à imprensa local e regional mantendo, conforme confidenciou o pastor luterano Werner Fuchs, extrema discrição nas afirmações e precaução em ser fotografado junto a autoridades políticas.¹³⁰ Publicou somente uma carta pastoral cujo título enuncia, possivelmente, aquele que foi um dos seus maiores desafios pastorais, a saber, o *‘Êxodo’* rural. Escreveu apresentação em livros de reflexão que posteriormente seriam fichados pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e subscreveu várias cartas junto a CNBB/Regional.

Em todos os seus escritos, publicados ou não, e entrevistas concedidas, parece não ter feito ouvidos moucos aos problemas sociais candentes como migração, êxodo rural e violência humana. Como já apontado acima, quando não se mantém no silêncio, seus pareceres sobre sexualidade, celibato, métodos contraceptivos, indissolubilidade matrimonial são consoantes à doutrina Católica. Se

Olívio, o primeiro relatório apresentado foi em maio – junho de 1985, uma vez que em 1980 não fazia dois anos de sua posse na diocese de Foz do Iguaçu.

¹²⁷ O livro-tombo da diocese, criado concomitante à posse do bispo em 26 de agosto de 1978, é escrito pelo bispo e, por vezes, por padres auxiliares que trabalhavam junto à cúria diocesana. Esse livro se prestou de grande valia para a pesquisa porque registra fatos e as impressões de Dom Olívio sobre o cotidiano e alguns eventos que envolveram sua administração episcopal.

¹²⁸ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, 1980.

¹²⁹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**.

¹³⁰ MEZZOMO, Frank Antonio. Werner Fuchs: um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu. In: MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná...**, op. cit., p. 102.

esse comportamento demonstra concordância com a Igreja, sua pouca ênfase manifesta igualmente a não prioridade em seu episcopado, embora estivesse falando de uma região de fronteira onde o tráfico e exploração sexual é uma realidade flagrante.¹³¹

2.4.4 Uma concepção de Igreja que se renova

A década de 1970 foi para o Oeste do Paraná um período de grandes transformações socioeconômicas que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontram paralelo noutros momentos históricos da região. Não poderia deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: a de uma sociedade em movimento, de um cosmo socialmente ordenado e nomizado para uma realidade estranha, diferente e por vezes aterrorizadora. Movimento de famílias que se deslocam do campo para a cidade, do campo para outras regiões do território nacional e para o exterior através da tríplice fronteira; movimento de milhares de homens e mulheres que migram para região Oeste em busca da promessa de empregos que Itaipu oferecia. Movimento, enfim, de uma configuração de vida para outra: da sociedade rural caracterizada pelo tradicionalismo para o mundo da concorrência da grande cidade, ou para o mundo sem lei da fronteira agrícola; da pacata cidadezinha do interior para a vida um tanto agitada da cidade média ou alucinada da metrópole.

Conforme João Mello, o capitalismo tardio havia, entre as décadas de 1950 a 1980, se estendido por boa parte do Brasil provocando uma mudança estrutural desde a indústria farmacêutica e petroquímica, seduzindo para as maravilhas eletrodomésticas e para os alimentos industrializados, alterando os hábitos de higiene, alimentação e limpeza, reconfigurando a estabilidade de um emprego para outro, de uma classe para outra, de uma fração de classe para outra, de uma

¹³¹ O relatório feito e encaminhado para cúria romana por ocasião da segunda visita *Ad Limina*, em maio – junho de 1985, é um documento riquíssimo onde Dom Olívio faz uma minuciosa descrição e análise sobre a organização estrutural e pastoral da diocese. Importa aqui destacar que a afirmação de não ter priorizado na sua ação medidas que viessem ao encontro da moral familiar, no que tange assuntos como sexualidade, métodos contraceptivos, entre outros, não se está afirmando de sua não importância, não visibilidade ou insensibilidade do episcopo. No relatório aparecem algumas menções, como se pode conferir: “Na moral sexual é de lamentar a pouca consciência de pecado quanto ao amor livre, à infidelidade conjugal, às experiências pré-matrimoniais, quanto ao uso de meios artificiais de controle de natalidade, e até do próprio crime do aborto. Na área urbana esses males acontecem em grande escala. Grande culpa de tudo isso têm os meios de comunicação, em especial a televisão”. FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina (1980 – 1984)**. Foz do Iguaçu, 1985, p. XI.

camada social para outra. Movimento de ascensão social, maior ou menor, para quase todos.¹³²

Para a região Oeste é apropriada a consideração de Mello, quando referencia a modernização da agricultura em que o pequeno proprietário, o posseiro e o parceiro miseráveis não serão somente vítimas das peripécias da natureza. A modernização do campo faz com que milhares de homens, mulheres e crianças sejam arrancadas do campo pelo trator, pelos implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito que deve ser honrado sob pena da perda da propriedade ou da posse.¹³³ Pode ser acrescentada a esse cenário sombrio de mobilidade humana descrito por Mello a particularidade da política energética dos governos militares que envolve a região Oeste na construção da maior hidrelétrica do mundo.

Essa situação não é encarada com indiferença pela Igreja Católica. Desde finais da década de 1960, documentos eclesiais vinham chamando a atenção para a problemática da modernização. Como ilustração, podem-se apresentar em um panorama mundial documentos do Concílio Vaticano II – *Gaudium et Spes* –, encíclicas papais – *Mater et Magistra*, *Pacem in Terris*, *Octagésima Adveniens*, *Populorum Progressio* –, ou latino americano – com os documentos de Medellín e Puebla –, em termos de CNBB – *Igreja e problemas da terra, Solo urbano e ação pastoral* –, sem contar os numerosos movimentos surgidos sobre o guarda-chuva simbólico e estrutural da Igreja.¹³⁴ Em termos de Regional Sul II – organização que compreende as dioceses e Províncias do Paraná – a hierarquia desde meados da década de 1970 tem se pronunciado oficialmente, implementado ou apoiado movimentos sociais que objetavam contra a política modernizadora promovida pelo Estado.

Ao assumir a diocese de Foz do Iguaçu, no início do segundo semestre de 1978, estava sendo discutido pela CNBB/Regional Sul II o V Plano de Pastoral a ser aplicado para o biênio 1979 a 1980. A XXVI Assembléia ocorreu em Curitiba entre os dias 18 a 22 de setembro (Dom Olívio participa quando não fazia um mês que

¹³² MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando (coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes e intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 586.

¹³³ Id., *ibid.* p. 579 – 580.

¹³⁴ Uma abrangente e apropriada análise sobre os movimentos sociais e a religião católica pode ser conferida em DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

havia assumido a diocese) e se propôs a ‘Realizar a Igreja na base’ com ações prioritárias na dinamização da vida familiar, na implementação e revigoramento pastoral a partir das comunidades eclesiais de base e necessária renovação, adaptação e descentralização das atividades desenvolvidas pela paróquia.¹³⁵

A prioridade desse plano traça em parte o objetivo dos bispos do Paraná no final daquela década, decantada em prosa e verso pelos governos militares como auge do desenvolvimento econômico e social. O esgarçamento entre discurso e realidade era em parte denunciado pelo Magistério Eclesiástico paranaense, sendo Dom Olívio um dos figurantes. A opção de conscientizar para o engodo da migração, do êxodo rural e denúncia de uma política econômica exclusivista parece ter sido assumida na diocese de Foz do Iguaçu.

De acordo com Michel Lowy e Ana Maria Doimo, essa opção perceptível na diocese e Igreja do Paraná não deve ser compreendida isoladamente. Está em processo uma nova concepção do papel da Igreja, instaurando-se uma espécie de ‘popular-desenvolvimentismo’, pelo qual se abandona a estratégia anterior, centrada no Estado – nação, e parte-se para a definição de metas centradas na organização autônoma da sociedade civil. É nesse contexto que certa teologia do desenvolvimento, então embrionária, desabrocha sob a forma de Teologia da Libertação, não por acaso ao mesmo tempo em que se inicia a experiência das CEBs.

Além de assumir uma postura de denúncia, a ação da Igreja viria embalada por uma nova concepção de leigo, atribuindo-lhe um papel mais ativo e destacado na realização de ‘serviços’ pastorais e até mesmo de ‘ministérios laicais’. Como fruto dessa política interna, os tradicionais apostolados leigos, especialmente a Ação Católica, entram em abrupta decadência, enquanto crescem as novas modalidades de reflexão teológica, especialmente a Teologia da Libertação, e de organização, como as CEBs e pastorais voltadas para promoção humana – pastoral do migrante, do operário, da terra, do índio etc. No Brasil, com a criação da linha 6 da CNBB, as ações sociais consolidaram-se ao estabelecer programa de colaboração internacional e ao criar uma profusão de organizações não-governamentais (ONGs) voltadas à implementação da educação popular.¹³⁶

¹³⁵ FEDALTO, Dom Pedro. Apresentação. V PLANO BIENAL DE PASTORAL DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 25 de janeiro de 1979, p. 4.

¹³⁶ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular...**, op. cit., p. 80 – 83.

Esse panorama genericamente desenhado possibilita uma compreensão sobre o ritmo e perfil adotado pela diocese de Foz do Iguaçu quando se estrutura através de organismos como Assembléia Diocesana, Conselho Presbiteral, Coordenação Diocesana de Pastoral, Comissão Diocesana Pontifícia Justiça e Paz, Equipe Diocesana de Coordenação das Religiosas. No âmbito paroquial, de modo geral, foram implantadas a Assembléia Paroquial e o Conselho de Pastoral, o que representou a tentativa de renovar e planejar a ação diocesana e, em consequência, dinamizar e centrar esforços afinados no campo da atuação pastoral. Constam no livro-tombo da diocese duas avaliações feitas pelo bispo – uma a quatro meses de sua posse em 31 de dezembro de 1978 e a outra ao comemorar um ano de instalação da diocese, em meados de 1979, em que a agenda patenteia a visível preocupação de imprimir um ritmo de planejamento e perfil social à ação da Igreja.

Entre as atividades desenvolvidas, ressalta-se a visita a todas as paróquias da diocese ainda nos primeiros quatro meses de instalação. Com apenas dois meses na diocese, Dom Olívio participa na Assembléia dos Agricultores desapropriados pela formação do lago de Itaipu, quando elaboram e entregam, por intervenção do bispo, uma carta contendo as reivindicações ao presidente Ernesto Geisel (1974 – 1979). A presença do presidente da República, em Foz do Iguaçu, se deu em função da inauguração do canal de desvio do rio Paraná onde se construía a usina de Itaipu. Além dessa, destacam-se outras atividades: formação da equipe diocesana de pastoral; participação na XXVI Assembléia Regional e na XVII Assembléia Nacional da CNBB; realização da primeira Assembléia Diocesana ocorrida entre os dias 20 e 21 de novembro; reuniões e primeiro retiro com o clero; visitas aos seminários – Toledo e Curitiba – e encontro de férias com os seminaristas; organização do Núcleo Diocesano da Comissão Justiça e Paz; lançamento do boletim diocesano; reformas estruturais na Catedral e no centro de pastoral Shalon de Foz do Iguaçu; organização contábil da diocese; coordenação do primeiro Encontro de Pastoral das Migrações na região limítrofe envolvendo os três países – Brasil, Argentina e Paraguai – e Estados brasileiros – Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A essas iniciativas Dom Olívio arremata com a frase que representa um chamamento constante em suas manifestações públicas: *“Que o Senhor nos dê a*

graça de caminhar no seu Espírito: In Uno Spiritu.¹³⁷ Parecia um rememorar do discurso sodalício das Congregações Marianas, tão próximas na sua juventude e no início do exercício presbiteral. O projeto através do qual se pode compreender seu episcopado é em parte dado a conhecer pelas opções realizadas nos planos de pastorais elaborados, debatidos e aprovados nas Assembléias Diocesanas ocorridas nos meses de novembro de todo o ano. Inspiradas na opção e ritmo impresso pelo Regional, a diocese de Foz do Iguaçu entre 1978 a 1984 realizou sete encontros diocesanos. A recorrência ao legitimar os planos em consonância com o Regional somente não é maior que a menção ao documento proveniente de Puebla quando faz explícita opção preferencial pelos pobres numa Igreja que se devia estruturar através das CEBs. A citação abaixo é um indicativo da referência à Conferência quando, na comemoração do terceiro ano de instalação da diocese em 1981, Dom Olívio demonstra a sua satisfação:

Estávamos ainda ensaiando os primeiros passos quando um grande acontecimento se dá em nossa América Latina; Janeiro e fevereiro de 1979: Conferência de Puebla. A diocese acolhe, estuda e decide: seguiremos o caminho de Puebla. E assim a Família, as Comunidades Eclesiais de Base, os Pobres e Jovens, passam a merecer nossa atenção prioritária. E constatamos com alegria que o propósito não ficou só no papel.¹³⁸

O chamado dessa Conferência é particularmente compreendido como uma convocação e, como se verá à frente, o bispo não medirá esforços discursivos para empreender uma ação em que padres e movimentos de leigos assumam exclusivamente esta proposta. Ao fazer menção à decisão do episcopado latino-americano, Dom Olívio entende que não competia às dioceses titubarem na aceitação porque não era uma decisão isolada de alguns padres ou bispos, senão uma opção do colegiado dos bispos do continente a fim de ser implantado em toda América Latina.

A referência ao documento de Puebla, mais do que um comportamento de obediência, é uma opção de co-responsabilidade com o projeto de renovação da Igreja. Assim se refere em entrevista: *“Foi uma decisão do episcopado Latino Americano e o papa João Paulo II aprovou. Quer dizer, a Igreja aqui da América*

¹³⁷ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, 31 de dezembro de 1978.

¹³⁸ FAZZA, Olívio Aurélio. **Palavra do Pastor: Caríssimos diocesanos**. EUSE, ago. 1981. (Grifo do autor).

Latina devia seguir este caminho da opção preferencial pelos pobres. Se seguiu ou não é outra coisa".¹³⁹ Essa decisão, completa o bispo na entrevista em abril de 2007, fez a Igreja entrar *"com coragem, pois ela não pode ser indiferente aos problemas dos pobres. É importante notar que estas ações estão em sintonia com Puebla que protagonizou ação preferencial pelos pobres... não exclusiva. Então alguns bispos entraram mais e sofreram mais. Contudo esta ação resultou da decisão da Conferência Episcopal"*.¹⁴⁰ A recorrência à hierarquia, além da busca de legitimidade e força de ação, alçava na estrutura e na abrangência da Igreja a fim de dar ressonância aos problemas sociais enfrentados. Contudo, parece incorreto afirmar que esse recurso buscava reivindicar uma mudança teológica do episcopado. Os objetivos de Dom Olívio são mais comedidos.

A preocupação de uma Igreja que privilegia ação preferencial pelos pobres está muito presente e parece nortear as Assembléias Diocesanas, instância que se apresenta como o grande momento da diocese. *"Planejar para acertar mais. Não é tarefa apenas humana, mas particularmente iluminada pelo Espírito de Deus"*.¹⁴¹ Os encontros aconteciam alternadamente entre o Centro de Pastoral Shalon, em Foz do Iguaçu, e o Centro Comunitário da paróquia Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, na cidade de Medianeira. Contavam em média com 110 pessoas, sendo dez participantes de cada paróquia, entre padres, religiosos(as) e leigos(as) representantes dos movimentos e dos organismos diocesanos. Os encontros ocorriam em dois dias, oportunidade em que refletiam sobre as experiências vividas durante o ano e definiam os encaminhamentos a serem tomados na diocese para o ano seguinte.

Sendo preparada pela equipe de coordenação pastoral da diocese, a Assembléia devia ser o momento final de uma reflexão que se iniciava nas capelas/comunidades. Particularmente na VI Assembléia Diocesana em 1983, no discurso de abertura, o bispo lembra a responsabilidade dos agentes de pastoral cuja missão excede as incumbências de técnicos e sociólogos porque estão ligados à Igreja. A atmosfera de amor, união e libertação integral devem reinar, por isso *"está parecendo à coordenação, que precisamos chegar a um consenso quanto a uma prioridade n. 1 (CEBs), que deveria ser assumida com todo empenho por todas*

¹³⁹ ----- **Entrevista 2.** (Grifo do autor).

¹⁴⁰ Id., *ibid.*.

¹⁴¹ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU: Assembléia diocesana. Foz do Iguaçu, 15 a 16 de novembro de 1979.

as áreas e por todas as forças vivas da Diocese. Não devemos forçar a Assembléia a essa decisão, mas faremos esta proposta".¹⁴²

A organização desses encontros requeria muita preparação, como as fontes indicam. Como indicador, vale observar o material elaborado para a realização da V Assembléia de 1982, quando a equipe diocesana preparou um roteiro que devia ser utilizado para organizar as reuniões nas comunidades das capelas, nas paróquias e, na seqüência, nos setores. Além de servir como avaliação do ano, ao perguntar sobre a atenção aos jovens e pobres, o roteiro propunha, através de perguntas, discernir sobre a pertinência de continuar com o objetivo geral de 'Evangelizar realizando a Igreja na base'. Ao encerrar o roteiro, lembra que, para além das atividades concretas, a oração deve ser observada assim como em Atos dos Apóstolos (1,14), quando São Paulo assegura que *"Todos, unânimes eram assíduos à oração"*.¹⁴³

Por ocasião da realização dessa Assembléia, Dom Olívio, em carta aos vigários paroquiais, lembra que sua realização é resultado de uma caminhada de reuniões que havia sido iniciada na comunidade local, levada para assembléia paroquial, apreciada na reunião do setor ou área e, finalmente, enviada antecipadamente para a equipe responsável pela organização da assembléia geral diocesana. Com esse procedimento burocrático, busca-se apreciar todas as reivindicações, otimizar o tempo da Assembléia Diocesana e promover momentos *"fortes de Comunhão e participação em um só Espírito"*.¹⁴⁴

As atas das Assembléias Diocesanas¹⁴⁵ estão registradas no livro-tombo da diocese, e comentários de Dom Olívio seguem, geralmente, no jornal diocesano. Ao ler os artigos mensais contidos no EUSE antes e depois do evento, é possível

¹⁴² FAZZA, Olívio Aurélio. **Vamos construir: VI assembléia diocesana**. EUSE, nov. 1983.

¹⁴³ ROTEIRO PARA PREPARAÇÃO DA V ASSEMBLÉIA DIOCESANA. Foz do Iguaçu, 1982.

¹⁴⁴ FAZZA, Olívio Aurélio. **Palavra do Pastor: saudação fraterna**. EUSE, ago. 1982.

¹⁴⁵ As Assembléias Diocesanas tiveram como objetivo geral e prioridades muito similares nestes sete encontros. As variações são pequenas e, por vezes, a mudança é mais no uso dos termos que na sua implicação. Convém destacar que para sua compreensão deve-se ter em mente as prioridades definidas pelos Planos de Pastorais da CNBB – Regional Sul II. Os temas estão assim dispostos: 1978 – I Assembléia: Família, CEBs e Paróquia; 1979 – II Assembléia: Realizar a Igreja na Base em atenção a Família, as CEBs e a Paróquia cuja prioridade são pobres e jovens; 1980 – III Assembléia: Evangelizar, realizando a Igreja na Base com prioridades sobre os pobres e jovens; 1981 – IV Assembléia: Evangelizar, realizando Igreja na Base priorizando CEBs e Família cruzando com pobres e jovens; 1982 – V Assembléia: Evangelizar a Igreja na Base com prioridade para CEBs e Família cruzando opção pelos pobres e jovens; 1983 – VI Assembléia: Evangelizar, realizando Igreja na Base elegendo quatro prioridades: CEBs, formação de agentes de pastoral, família e mundo do trabalho; 1984 – VII Assembléia: Evangelizar num processo permanente de conversão, participação e comunhão com prioridade única as CEBs.

perceber o investimento discursivo depositado na preparação, convocação, realização e compromisso da execução com as decisões tomadas. O bispo via na Assembléia o espaço possível de congregar todos os setores, padres e leigos para a *“UNIDADE DIOCESANA. Para esse fim daremos prioridade à Oração. Estaremos reunidos como Igreja... ‘Todos, unânimes, eram assíduos à oração com algumas mulheres, entre as quais Maria, mãe de Jesus, e os irmãos dele’ (Atos 1,14)”*.¹⁴⁶ Os encontros são marcados pela abertura oficial, celebrações, momentos de oração, reavaliação do ano pastoral, programação do ano vindouro e confraternização no encerramento.

Pela leitura das atas, dois são os momentos altos do encontro. O primeiro aspecto se refere à definição do objetivo geral que será apresentado, debatido e, em caso de aprovação, aplicado na diocese. Essa medida significa que as discussões na Assembléia consideravam os resultados vindos dos setores, das paróquias e das comunidades, mas, sobretudo, da orientação da equipe de pastoral diocesana subordinada diretamente ao bispo que planejava o encontro. Para desenvolver essa temática eram convidados bispos, padres e pesquisadores que desempenhavam na CNBB/Regional ou Nacional atividades ligadas à pastoral e estudos sobre a ação da Igreja. Essa reflexão inicial acabava por nortear a realização do encontro, uma vez que as discussões, os temas e os problemas eram levantados pelas e a partir das orientações dos palestrantes. Além do mais, sendo falas de agentes autorizados, representavam o pensamento e ação daquilo que deve ser, existir e observar. Assim, os convidados nas sete assembleias conduziram suas reflexões acerca da problemática da renovação da Igreja sob os auspícios dos planos de pastorais adotados pelo regional os quais, por sua vez, legitimavam-se no documento de Puebla. A temática geral definida nas Assembleias é ‘Evangelizar realizando a Igreja na Base’, cuja prioridade girava em torno das CEBs a fim de promover ação sobre pobres e jovens.

Importa, com isso, dizer que a Assembléia pode desempenhar uma função paradoxal, pois se, por um lado, consolida o princípio da soberania rousseauiana¹⁴⁷

¹⁴⁶ FAZZA, Olívio Aurélio. **Palavra do pastor: em tempo de assembleia**. EUSE, dez. 1983.

¹⁴⁷ Ao pesquisar os movimentos sociais no Brasil, sobretudo nas décadas de 1970 a 1980, Doimo acredita que a metodologia das assembleias permite recuperar e reelaborar o sentido de povo: de clientela cativa, passa a ser visto com aquele que não se deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto à participação na luta por seus interesses; de um ser subordinado ao Estado – nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e independente; de mero objeto das instituições de representação política, emerge o sujeito realizador

da vontade geral, por outro, quem sugere o palestrante, o conteúdo e a direção dos debates, além de apelar discursivamente para envolver a todos na co-responsabilidade, é o presidente geral da Assembléia, isto é, o bispo em conjunto com a equipe de pastoral diocesana.

O segundo aspecto relevante na Assembléia são as discussões realizadas nas plenárias, cujo resultado são as reflexões feitas nos pequenos grupos a partir das orientações pré-estabelecidas. Em pauta, aparece a avaliação da execução do Plano de Pastoral assumido no ano anterior e, na seqüência, as definições acerca do objetivo geral e prioridades específicas para o ano seguinte. As conclusões do pequeno grupo são apresentadas na plenária geral, evidenciando os consensos e dissensos. Aqui as relações de poder e mando ficam subordinadas à habilidade de seus gestores porque as concepções de Igreja são por vezes diferentes e conflituosas. O direcionamento episcopal e de sua equipe de pastoral parecia claro, conforme já apontado: realizar a Igreja na base, emitindo esforços na promoção humana e na renovação paroquial aos moldes dos impulsos dados pela Conferência do México.

Está presente na organização e na condução das Assembléias uma explícita orientação de como deve ser o seu perfil e qual discurso recebe o selo da legitimidade. O bispo, na condição de presidente da Assembléia, é porta-voz legítimo à medida que concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo e do qual ele é, por assim dizer, representante. É a partir dele que a rede de relações de poder e os papéis sociais são definidos. Delegação de função, convite de palestrantes e suas incisivas intervenções – antes, durante e depois da Assembléia – prefiguram a *“fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição”*.¹⁴⁸ Não é o indivíduo Olívio quem está falando e, sim, aquele que concentra poder simbólico proveniente de suas relações e da instituição da qual é representante.

As opções da Igreja em finais da década de 1970/80 ligadas aos movimentos sociais, conforme Lowy, representavam em parte o coroamento de um movimento iniciado no princípio da década de 1960, chamado Cristianismo de Libertação. Não sendo restrito aos teólogos da libertação ou à chamada Igreja dos Pobres ou Igreja

da democracia de base e direta e propositor de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais. DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular...**, op. cit., p. 124.

¹⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 87.

Popular, entre outros termos, a noção de Cristianismo da Libertação tem a vantagem de abarcar em seu entorno movimentos, classes e pensadores que têm afinidades e objetivos comuns. Não sendo um movimento social integrado e coordenado, sua capacidade estaria em mobilizar as pessoas de diferentes clãs ao redor de pensamentos que oferecem resistência ao modelo de produção pautado na massificação e na alienação. Não é exclusivamente católico porque transcende o mundo eclesial, não é eminentemente teológico porque toda ação e vida cultural pode preceder a reflexão, não é essencialista porque os valores morais e religiosos são antes de tudo históricos.

No Cristianismo da Libertação, a comunidade é um dos valores transindividuais centrais, possuindo um significado tanto transcendente como imanente, tanto ético/religioso como sócio-político. Lowy compreende que, embora o movimento não seja político-partidário, por não apresentar um programa definido ou uma teoria acerca do mundo social e econômico, sua agenda ética é dialeticamente fundida com a política. Essas questões ficam a cargo dos partidos de Esquerda, enquanto ao Cristianismo da Libertação compete fazer uma crítica social e moral à injustiça, aumentar a consciência da população, espalhar esperanças utópicas e promover iniciativas de 'baixo para cima'.¹⁴⁹ A Dom Olívio, essa agenda do Cristianismo da Libertação parece estar concorde com suas convicções porque são nítidos os esforços de promoção humana e formação de líderes.

2.4.5 Projeto e estratégias da ação eclesial

Evangelizar, realizando a Igreja na base, com atenção especial à família, às CEBs e à renovação paroquial, priorizando atuar sobre/com os pobres e jovens é o grande investimento discursivo de Dom Olívio em que todas as energias utópicas são canalizadas. No enalço dessa concepção, cursos de capacitação para lideranças e para clero são ofertados, retiros e reuniões são realizados, linhas de pastorais promovidas e movimentos de leigos incentivados ou inibidos. Não é equivocado afirmar que as poucas iniciativas tomadas pelas paróquias de Medianeira e São Miguel do Iguazu ainda em meados da década de 1970 são agora assumidas e impulsionadas numa dimensão maior e com mais eficiência. O contexto social e econômico da região é de intensa mobilidade humana, e a presença da Igreja

¹⁴⁹ LOWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 8 – 65.

deveria ser ágil, caso pretendesse acompanhar o ritmo frenético das transformações sociais.

Dois dados, que devem ser cruzados com a sensibilidade missionária do bispo, são fundamentais para compreender o desafio e as iniciativas tomadas para organizar a diocese de Foz do Iguaçu. O primeiro diz respeito ao baixo número de padres proporcionalmente ao número de habitantes. A diocese, em 1980, contava com vinte e seis padres, dos quais somente dois eram diocesanos. Embora a superfície seja relativamente pequena – 6.821,9 km² –, a população estimada é de aproximadamente 360 mil habitantes, o que dá uma média 13.846,1 habitantes por presbítero. Conforme dados do Ceris, em 2000 havia no Regional Sul 2 – área que abrange as circunscrições eclesiais do estado do Paraná – uma média de um presbítero para 6.678,4 habitantes, enquanto a diocese de Foz do Iguaçu mantém a segunda maior proporção presbítero/habitantes do estado, com 1/11.414,9, respectivamente.¹⁵⁰ O número de presbíteros, desde a criação da diocese em 1978, não deixa de compor uma variante significativa na sua organização administrativa e pastoral.

O segundo aspecto fundamental para se compreender a administração e opção pastoral de Dom Olívio é o forte êxodo rural que tornava as capelas e algumas paróquias isoladas e vazias em função da migração. Quer dizer, a rigidez da estrutura física da Igreja centrada nas paróquias, em conjunto com o número de padres, mostravam-se pouco hábeis para uma sociedade, como visto acima, que estava em constante movimento. A essa realidade, a frase contida no livro-tombo da diocese por ocasião do encontro de Pastoral dos Migrantes em 1979 é lapidar: “*A mobilidade do mundo contemporâneo deve corresponder a mobilidade da Igreja*”.¹⁵¹ Nessa frase igualmente está implicada uma mudança de metodologia impulsionada por Dom Olívio.

Esse clima de instabilidade social perpassa os livros-tombo e atas de capelas e paróquias e também do EUSE, quando diversas matérias mencionam o fim das comunidades em função do êxodo espontâneo e forçado provocado pela formação do lago de Itaipu. A expressão ‘*apagam-se as luzes*’ contida no livro-tombo da quase-paróquia de Itacorá comunica o fim da comunidade, que em reunião decide

¹⁵⁰ Anuário Católico do Brasil..., op. cit., p. 80.

¹⁵¹ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU: Encontro das pastorais das migrações limítrofes. Foz do Iguaçu, 3 a 6 de julho de 1979, p. 9.

doar o pavilhão e o sino.¹⁵² Esse registro expressa o imaginário de desolação e espanto. O mesmo diagnóstico é feito noutra município e produz visível desânimo quando “*A cada visita do padre, novas famílias emigraram. Todos reconhecem que Ramilândia está acabando. O visitante que há alguns anos atrás chegava a Ramilândia tinha a impressão de entrar num formigueiro. Hoje, saindo na rua tenho a impressão de caminhar numa cidade morta. Por quê tudo isso?*”¹⁵³ Entre os motivos da grande mobilidade, já apontados acima, a passagem a seguir fornece outro elemento pouco presente nos enunciados que buscam compreender o fenômeno da migração. Trata-se do clima fantasioso da riqueza fácil e abundante. Relata o livro-tombo de São Miguel do Iguçu:

É um fato alarmante em toda a região o contínuo movimentar-se de famílias e indivíduos que chegam ou saem em busca de fontes mais ricas ou mais fáceis de sobrevivência e de trabalho. Uma parte da população mesmo tendo propriedade tende a deslocar-se para o Mato Grosso, Rondônia e em escala menor para Paraguay. Algumas comunidades de interior, em outra época florescentes, desapareceram por completo, outras em breve estão sujeitas a se reduzirem a poucas famílias, sem contar os desapropriados pela Itaipu que ainda não estão saindo mas que em breve terão que mudar.¹⁵⁴

A mobilidade humana parece causar espanto e incômodo porque, além da migração já mostrar efeitos sociais indesejáveis, a Igreja se via desafiada a lidar com aquela nova realidade. É nesse universo de significações que as investidas de Dom Olívio devem ser compreendidas, uma vez que estão coladas nesse real sensorialmente apreendido e intelectivamente lido, pela concepção de que a Igreja tem uma missão espiritual, mas que, na avaliação do bispo, não deve prescindir de seu papel social.

Nesse cenário, as iniciativas podem ser compreendidas em função de duas opções concretas, a saber, as visitas pastorais e organização através das CEBs, sendo possível problematizar as apropriações acerca do papel da Igreja e sua metodologia de atuação. Nessas escolhas e propostas, *In Uno Spiritu* são

¹⁵² LIVRO TOMBO DA QUASE-PARÓQUIA DE ITACORÁ. São Miguel do Iguçu, maio de 1981, p. 56.

¹⁵³ **Ramilândia: ontem cidade sonho. Hoje se esvazia.** EUSE, jul. 1984.

¹⁵⁴ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL. São Miguel do Iguçu, agosto de 1979, p. 44b.

perceptíveis as relações de poder estabelecidas e os dissensos encontrados junto ao clero e aos movimentos de leigos.

2.4.5.1 Visitas pastorais

Característica marcante em Dom Olívio foram suas freqüentes visitas pastorais feitas a todas as paróquias e inúmeras vezes às capelas.¹⁵⁵ Embora a diocese fosse relativamente pequena territorialmente, a localização da sede episcopal – em Foz do Iguaçu, extremo Oeste da diocese – dificultava em parte, na década de 1970 e início de 1980, a comunicação com as paróquias.¹⁵⁶ Com isso os encontros e retiros do clero e as assembléias diocesanas eram, além da finalidade de planejamento pastoral, oportunidades para se conhecerem e solidarizarem-se mutuamente. Ressalta-se que esse contato nunca é direto com a comunidade porque intermediado por seus líderes. Se nesses encontros a diocese vinha até o bispo, para usar uma linguagem figurada, nas visitas pastorais ocorria o contrário, isto é, era o pastor quem ia à direção das ovelhas. Há que se destacar que a estada do bispo nas paróquias não acontecia somente nessas oportunidades. Visitas esporádicas como por ocasião das festas na paróquia, ordenação diaconal/sacerdotal, entre outras, eram oportunidades para visitas. As visitas pastorais, como encontros oficiais, eram revestidas de significado especial e criavam toda uma expectativa na paróquia. Conforme Dom Olívio, essa oportunidade permitia “*não apenas averiguar o andamento da comunidade, mas ouvir, animar e orientar*” os seus fiéis.¹⁵⁷

¹⁵⁵ As visitas pastorais analisadas foram: Paróquia de Medianeira, ocorrida em 14 a 20 de março de 1981 e a segunda em 12 a 28 de março de 1984; Paróquia São José Operário de Foz do Iguaçu, realizada entre os dias 28 de setembro e 11 de outubro de 1981; Paróquia de São Miguel do Iguaçu: 26 de maio a 3 de junho de 1979 e 10 a 20 de maio de 1984; Paróquia de Santa Terezinha de Itaipu, em duas oportunidades, sendo a primeira em 8 a 14 de outubro de 1979 e a segunda em 30 de setembro a 7 de outubro de 1984; Paróquia de Ramilândia, em 20 a 26 de setembro de 1980 e 1 a 9 de setembro de 1984; Paróquia de Diamante do Oeste, realizou-se entre os dias 5 a 26 de outubro de 1985; Paróquia de Matelândia, em 11 a 18 de setembro de 1981; em Missal, Paróquia Nossa Senhora da Conceição, ocorreu em duas etapas no ano de 1982, tendo sido do dia 4 a 15 de maio e 1 a 2 de junho; finalmente, município de São José das Palmeiras, em 13 de outubro de 1985. Neste caso não consta, como nas demais paróquias, descrição minuciosa da visita pastoral de Dom Olívio, tendo somente uma carta enviada pelo bispo à paróquia datada em 1 de novembro daquele mesmo ano.

¹⁵⁶ Em relatório enviado a Roma por ocasião da visita *Ad Limina* em 1985, aparecem como fatores de dificuldade de administração a localização da sede numa extremidade da diocese, a falta de telefones em algumas paróquias, a dificuldade financeira e o baixo número de padres. Cf. FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina...**, op. cit. p. XXI.

¹⁵⁷ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU: Visita pastoral à paróquia Santa Terezinha. Foz do Iguaçu, 8 a 14 de outubro de 1979.

Nas treze visitas pastorais analisadas é possível abstrair algumas características comuns. A frequência das visitas acontecia em média a cada dois anos e meio e durava aproximadamente uma semana. Esporadicamente, elas aconteciam em duas ou três etapas quando interrompidas por chuvas intensas, sobretudo no período do inverno e outono, ou compromissos inadiáveis que porventura surgissem. Após a estada, o bispo descreve de próprio punho no livro-tombo da paróquia, ou envia uma carta, relatando o objetivo de sua visita, a agenda das atividades realizadas e suas impressões acerca dos presbíteros, das congregações religiosas, da comunidade e do ritmo/perfil pastoral da paróquia. O estilo das anotações e a organização da visitação são semelhantes àqueles que Dom Olívio tinha vivido na década de 1970, quando vigário da paróquia Nossa Senhora de Lourdes, em São Paulo.

É característica comum nos seus escritos o tom cordial e respeitoso com os padres, religiosos e religiosas que atuam na paróquia mesmo quando em discordância com algum procedimento tomado. Nunca deixa de agradecer ao empenho dos padres e à congregação que se dispõe a atender pastoralmente aquela paróquia. Todas as visitas observam um ritual semelhante que está balizado pela abertura e encerramento oficial com celebração eucarística na igreja matriz. Geralmente acompanhado pelo vigário e por religiosos(as), percorre as capelas do interior e a matriz, quando conversa com a comunidade e as lideranças instituídas. Em todos os lugares visitados observam *“entrada solene na igreja, precedida em geral por um discurso de saudação; oração inicial, primeira saudação do Sr. Bispo; missa concelebrada com P. Vigário, administração da Santa Crisma (sic), encontro com a diretoria, dirigentes de culto, ministros, catequistas, representantes dos grupos de reflexão, dos jovens, etc.”*¹⁵⁸ A maior parte do tempo permanece na matriz, geralmente sede de município, onde visita oficialmente a câmara dos vereadores, o prefeito municipal, casas de formação de religiosos(as) e seminários, hospitais, colégios estaduais e, ocasionalmente, algumas famílias nas suas casas. As fotos 5 e 6, abaixo, retratam um dos momentos da visita pastoral quando a comunidade se reúne e acolhe o bispo. Faixas de boas vindas no início das localidades, casas, carros e a igreja eram frequentemente ornados com enfeites de flores e folhagem. A oportunidade festiva merecia o uso da roupa e sandálias novas.

¹⁵⁸ LIVRO ATA DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL. São Miguel do Iguazu, maio a junho de 1979.



Foto 5: Visita Pastoral de Dom Olívio a São Miguel do Iguaçu entre os dias 10 a 19 de maio de 1984.

Fonte: EUSE, junho de 1984.

Não resta dúvida que essas visitas pastorais estão repletas de significado para uma população que é majoritariamente rural, exceto Foz do Iguaçu, católica e vive momento de instabilidade social.¹⁵⁹ Não parecia ser um acontecimento fortuito, de acordo com as anotações no livro-tombo que antecediam e sucediam a visita episcopal. Conforme registro da segunda visita pastoral a São Miguel do Iguaçu, esperada com muito entusiasmo, *“D. Olívio trouxe para todos um incentivo para reavivar a sua fé, uma oportunidade para troca de idéias e nova esperança para continuar a lutar em comunhão e participação por um mundo mais justo e fraterno”*.¹⁶⁰

De modo geral, as visitas são antecidas pelos preparativos da comunidade no que tange à organização da recepção, preparação e ensaios de cantos para as celebrações, sem contar que, nas oportunidades da confirmação do sacramento da eucaristia e do crisma, arregimentava centenas de jovens com suas respectivas famílias para a celebração religiosa. Esse fato permite concluir que a presença do bispo na paróquia era concorrida, como diz numa visita a uma capela no interior do município de Santa Terezinha de Itaipu: *“Fui recebido sempre com muita amizade e*

¹⁵⁹ Conforme dados do IBGE de 1980, 90% da população da diocese é católica. A população dos municípios está assim disposta: Foz do Iguaçu: 136.352; São Miguel do Iguaçu: 34.241; Medianeira: 49.367; Santa Helena: 34.882; Matelândia: 33.440; Céu Azul: 25.441. Total de 313.722. Cf. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 de nov. 2007.

¹⁶⁰ **Paróquia São Miguel reanimada na fé**. EUSE, jun. 1984.

*prova de fé por parte do povo. Revelando criatividade, cada capela preparou a recepção de modo festivo e sempre com participação de crianças”.*¹⁶¹



Foto 6: Visita Pastoral de Dom Olívio (s/d).
Fonte: Cúria Diocesana de Foz do Iguaçu, 2008.

Para além da formalidade, convém destacar dois elementos que marcam de forma indelével as visitas pastorais: as impressões feitas e registradas no livro-tombo da paróquia tecendo comentários sobre a vida pastoral da paróquia e as reuniões ocorridas com as lideranças da comunidade. Percebeu-se que a realização das visitas merecia atenção.

O primeiro elemento são as observações de Dom Olívio sobre a vida pastoral da paróquia. Além de registrar o perfil adotado pelos padres quanto à opção em incentivar movimentos tradicionais ou de promoção humana, são constantes as menções sobre a união e solidariedade presentes entre os paroquianos. Frequentemente flagra algumas *“fraquezas humanas”*¹⁶² como fofoca, acomodação, materialismo e disputas internas quando sugere oração e realização de missões como forma de catequização e avivamento da fé. Mostra-se cativado com a

¹⁶¹ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Santa Terezinha de Itaipu, 8 a 14 de outubro de 1979.

¹⁶² LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA MEDIANEIRA DE TODAS AS GRAÇAS: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Medianeira, 12 a 28 de março de 1984.

humildade do povo e com a religiosidade popular, embora não deixe passar despercebido que, quando a formação cristã falha em matéria eclesial, os fiéis podem se tornar presas fáceis das seitas religiosas.¹⁶³

É oportuno mencionar que Dom Olívio não faz nenhum enfrentamento quanto à religiosidade popular tida como pouco ortodoxa por parte do Magistério eclesiástico e manifesta fácil relacionamento com religiões protestantes. Possivelmente, pelo carisma missionário e por ser tributário de uma concepção cultural pouco etnocêntrica, parece compreender placidamente o que para o pároco é causa de estranheza e desagravo: *“notamos a completa falta de participação na missa, por parte dos meninos e meninas. Os mesmos, não sabem canto, e nem mesmo as partes da missa: como o ‘amém, Ele está no meio de nós’, etc. Qual o motivo? Catecismo, só decorado para a 1ª Eucaristia e não se saiu disto”*.¹⁶⁴

Dom Olívio não somente partilha de uma visão cultural relativa quanto à manifestação religiosa, como se preocupa com a formação de seus diocesanos, quando convida por duas oportunidades, em 1979 e em 1981, o verbita Edênio Valle, ex-colega da Província Brasil-Centro, para ministrar um curso na diocese para os líderes das comunidades cuja temática era Religiosidade Popular.¹⁶⁵ Embora não tenha encontrado nenhum indício escrito ou oral sobre o curso ministrado, localizou-se uma resenha feita no boletim Intercâmbio de maio de 1976 sobre o livro homônimo lançado em 1975 pelo próprio autor pela Editora Vozes. Convém reter da resenha um aspecto que diz respeito à realidade missionária vivida na diocese de Foz do Iguaçu e, possivelmente, apropriada por Dom Olívio desde sua formação como verbita. O livro lembra da necessidade de os evangelizadores abraçarem-se para construir uma Igreja nascida do povo. O importante é *“nós religiosos, hoje, pormo-nos dentro da cultura do povo e que se positive a atitude religiosa popular superando o discurso meramente teórico e as diferenças ou distâncias que nos separam do povo”*.¹⁶⁶ É nessa linha que, no relatório *Ad Limina*, Dom Olívio vê na religiosidade popular da devoção aos santos e na presença expressiva nas procissões e semana santa a possibilidade de, através de uma pastoral de conjunto,

¹⁶³ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza..., op. cit., 30 de setembro a 7 de outubro de 1984.

¹⁶⁴ Id., ibid., 5 de dezembro de 1977.

¹⁶⁵ VAN DE VEN, Adriano. **Coordenador pastoral**. Medianeira, 7 de agosto de 1981. O curso foi realizado entre os dias 9 a 11 de outubro de 1981. Sobre o encontro ocorrido no ano de 1979, ver o relato feito por Dom Olívio em 2º Aniversário da diocese de Foz do Iguaçu. LIVRO TOMBO DA DIOCESE..., op. cit., 26 agosto de 1980.

¹⁶⁶ CAZAROTTO, Joel Luís. Religiosidade popular: uma reflexão. INTERCÂMBIO, n. 64, maio/1976.

congregar e evangelizar a todos.¹⁶⁷ Parece correto afirmar a empatia do bispo pelas manifestações culturais populares.

Diversos documentos da Igreja, como a *Gaudium et Spes*, já anunciavam a urgência de inculturar a discussão quando o tema é evangelização em povos diferentes. A partir dos anos de 1960, considera Paula Montero, de uma postura tradicional pela qual se contemplava o ‘mundo revelado’, parte-se para uma concepção moderna e antropológica pela qual a cultura aparece como fundamento do homem e como expressão dos modos de pensar e agir dos povos.¹⁶⁸ Essa mudança, concorda Doimo, em aceitar a diversidade cultural e desenvolver a missão evangelizadora a partir do relativismo cultural já eram necessidades inadiáveis num contexto histórico de rápida expansão do capitalismo em escala internacional, de descolonização dos países africanos e asiáticos e da crítica ao imperialismo dos países emergentes.

Em conformidade com essas novas premissas, a Igreja sinalizou para o abandono dos parâmetros culturais predominantemente europeus e entrou no compasso da apropriação e reelaboração de outros universos culturais, flexibilizando suas estruturas, sem, no entanto, abandonar o papel de mediadora da diversidade cultural.¹⁶⁹ Com isso, a cultura “*deixa de ser pensada como erudição ou educação, passando a prevalecer o ponto de vista antropológico de cultura: cultura como dimensão do homem; todo homem, por mais ignorante que pareça, por mais atrasado, é portador de uma cultura que é preciso conhecer e compreender*”.¹⁷⁰

O relatório elaborado e enviado para a cúria romana, por ocasião da segunda visita *Ad Limina* realizada em junho de 1985, trata na parte XII, em resposta ao roteiro enviado pelo Vaticano, do “*Ecumenismo – Religiões não cristãs – não crentes*” na diocese. O relatório reconhece a existência de religiões cristãs e não cristãs com as quais tem um relacionamento que varia entre proximidade e indiferença. Algumas iniciativas de diálogo ecumênico em questões pastorais e orações em comum têm ocorrido com a IECLB por esta desenvolver “*forte ação*

¹⁶⁷ FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina...**, op. cit., p. XLI.

¹⁶⁸ MONTERO, Paula. A comunicação nos documentos da Igreja. In: DELLA CAVA, Ralph, MONTERO, Paula. **...E o verbo se fez imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

¹⁶⁹ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular...**, op. cit., p. 133.

¹⁷⁰ MONTERO, Paula. O problema da cultura na Igreja Católica contemporânea. **REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, 9 (25), 1995, p. 232.

social no sentido de criar consciência crítica entre seus adeptos e defendê-los em caso de injustiças. E neste ponto a Igreja Católica tem se unido a eles".¹⁷¹

Ao fazer menção ao espiritismo, à maçonaria e a algumas seitas cujo perfil é proselitista, o relatório apenas limita-se a mencioná-las sem manifestar preocupação com sua atuação na diocese. Com isso não se quer dizer que haja aceitação e concordância com suas práticas religiosas e, sim, que o silêncio presente neste e em outros escritos permite concluir que o proselitismo religioso não é uma preocupação de seu episcopado e nem mesmo figurar como objetivo para arrebanhar novos fiéis de outras denominações religiosas.¹⁷² O chamamento sodalício tão comum quando viveu como congregado mariano não parecia ser prioridade em suas ações. Outros tempos, outras prioridades!

Na esteira dessas observações, ganha destaque o bom relacionamento com a religião Islâmica. Em outubro de 2006, quando se fazia o levantamento e catalogação das fontes na cúria diocesana, houve a oportunidade de conhecer o ambiente onde Dom Olívio trabalhava. Ressalta-se a existência, na sala onde fazia atendimento e deliberava, de um quadro de aproximadamente 30cm de altura por 50cm de comprimento de uma Surata do Alcorão (FOTO 7). Parecia difícil entender que aquele quadro estivesse pendurado na sala oficial do bispo da diocese de Foz do Iguaçu, a maior autoridade eclesiástica daquela Igreja Particular. Em entrevista realizada no ano seguinte do contato com este quadro, abril de 2007, a curiosidade foi parcialmente resolvida quando Dom Olívio comentou que havia ganhado aquele presente e seria indelicado não recebê-lo.¹⁷³

O pensamento imediato foi: receber, sim; expô-lo na sala oficial, não! Esse juízo pessoal em que as máximas racionais são trabalhadas como posições maniqueístas e paradoxais não parecia adequado para apreender o significado daquele comportamento. O paradoxo estava na cabeça daquele que tentava entender e esquadriñar a cultura, neste caso a atitude do bispo, com premissas

¹⁷¹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina...**, op. cit., p. XXXVI.

¹⁷² Conforme afirmado, não há nesse período estudado nenhuma advertência severa e direta quanto a outras religiões cristãs ou não cristãs. Chama atenção o fato de a comunidade Islâmica construir, nesse período, uma grande mesquita em Foz do Iguaçu. Ao que tudo indica, não são feitas observações contrárias, embora possivelmente estivesse claro para o bispo que a cultura tornava as religiosidades muito distantes, não promovendo trânsitos religiosos. Contudo, em 1987, sessão Voz do Pastor do EUSE, Dom Olívio não foi nada amistoso com a Igreja Católica Apostólica Brasileira, que se instalara na diocese construindo dois templos e expandindo seus serviços religiosos. Cf. FAZZA, Olívio Aurélio. **Igreja Católica Apostólica Brasileira**. EUSE, 14 de set. 1987.

¹⁷³ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

puras, estanques e coerentes. A premissa teórica não parecia ter muita relação com os comportamentos práticos. Mais uma vez a concepção de apropriação de Chartier foi útil para entender as ressignificações vagantes elaboradas pelos sujeitos, sendo eles autoridades constituídas ou civis, estando eles em eventos ou no seu cotidiano: as leituras e lógicas são errantes.



Foto 7: Foto do quadro da Surata do Alcorão presente na sala oficial de Dom Olívio na cúria diocesana.
Fonte: Cúria diocesana de Foz do Iguaçu, 2008.

É com essa naturalidade que o relatório *Ad Limina* trata o Islamismo ao dizer que, embora não haja diálogo religioso, existe compreensão, amizade e respeito entre eles e, mesmo os muçulmanos não tendo uma posição de destaque em Foz do Iguaçu, “*Não fazem proselitismo e no campo social ajudam as organizações beneficentes que existem em Foz*”.¹⁷⁴ Essa narrativa permite compreender a entrevista de Fouad Mohamad Fakih, empresário muçulmano, quando afirma que os *sheikes* das mesquitas islâmicas de Foz do Iguaçu tiveram relacionamento próximo com o bispo em função de suas opções pastorais que aproxima as religiões e seus fiéis a Deus (FOTO 8).¹⁷⁵

¹⁷⁴ -----, **Relatório da visita Ad Limina**..., op. cit., p. XXXVI.

¹⁷⁵ FOUAD, Mohamad Fakih. Entrevista. In: LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio Aurélio Fazza**..., op. cit., p. 75. Ainda durante a década de 1980, a comunidade muçulmana de Foz do Iguaçu mostrava-se vigorosa ao construir a mesquita cuja pedra fundamental foi colocada em 1981. Nessa ocasião, o Corpo Diplomático do Mundo Árabe foi convidado para a cerimônia, bem como autoridades

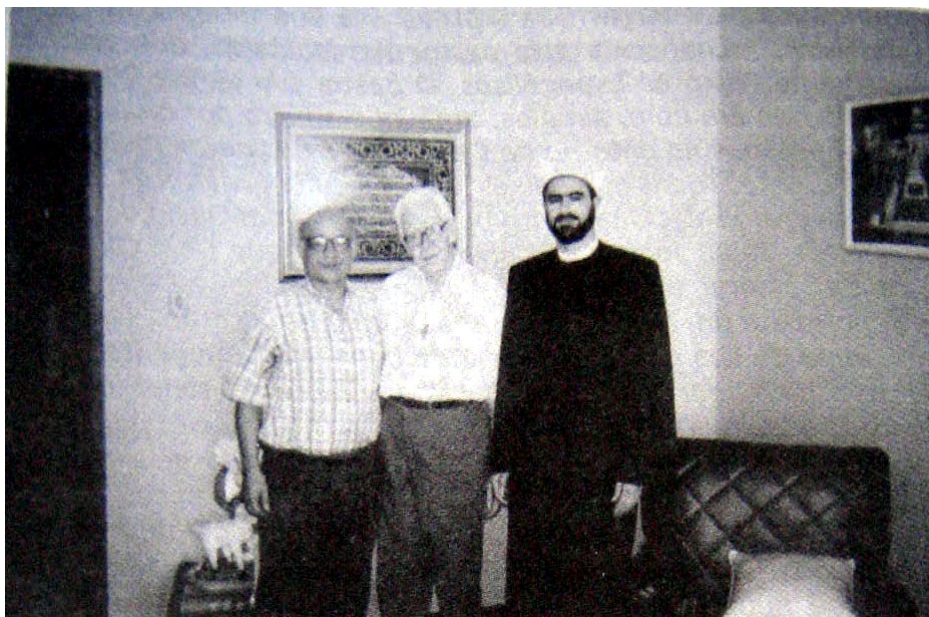


Foto 8: Dom Olívio recepciona nas dependências da cúria diocesana lideranças islâmicas de Foz do Iguaçu: ex-vereador Mohamad Barakat e do sheik da Mesquita Islâmica de Foz do Iguaçu. Detalhe ao fundo o quadro da Surata do Alcorão.
Fonte: Cúria diocesana de Foz do Iguaçu, 2008.

O segundo elemento que está presente em todas as visitas pastorais são as reuniões ocorridas com o conselho pastoral da paróquia e, por vezes, em particular, com grupos de jovens, catequistas, equipe de liturgia, grupos de reflexão, Apostolado da Oração, Cursilho de Cristandade, Congregação Mariana, Encontro de Casais, entre outros movimentos de leigos existentes na paróquia. Em todos os grupos, busca atingir um objetivo por demais caro a seu episcopado e que está ligado ao projeto de Igreja em renovação, ou seja, 'Evangelizar, realizando a Igreja na Base'. Em uma visita ainda em 1979, Dom Olívio atenua nas palavras, mas não nos objetivos de sua proposta, ao dizer que *“Embora falando de maneira adequada, a cada um desses grupos, procurei sempre enfatizar a criação de Comunidades Eclesiais de Base...”*¹⁷⁶

civis, militares e eclesiásticas brasileiras. Terminada em 1983, essa mesquita, que leva o nome do califa Ibn Al-Khatib, se constitui num templo suntuoso, possuindo uma sala de orações de 400 m² e um minarete, apresentando um interior de rara e incrível beleza, ornamentado com arabescos e figuras geométricas. Foz do Iguaçu dispõe também de um Centro Cultural e de Beneficência Islâmica, que tem o objetivo de difundir o islamismo, a cultura e a civilização árabe, principalmente através da distribuição de material religioso e didático à imprensa. Sobre a presença muçulmana no Brasil e informações sobre sua comunidade em Foz do Iguaçu, cf. WANIEZ, Philippe e BRUSTLEIN, Violette. Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social. **REVISTA ALCEU**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, jan/jul. 2001, p. 167.

¹⁷⁶ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL: Visita pastoral..., op. cit., 26 de maio a 3 de junho de 1979.

Em todas as visitas pastorais Dom Olívio enaltece, nas homilias e nas reuniões com os diferentes grupos que compõem a liderança e movimentos de leigos, a necessidade de a paróquia se inserir no projeto de Igreja definido nas Assembléias Diocesanas. As Assembléias, insiste o bispo, são o resultado da opção do colegiado de seus membros que anualmente renova ou redireciona as prioridades e, portanto, aquela porção da diocese deve caminhar em unidade e fidelidade com o projeto diocesano. A recorrência de que a Igreja do Paraná e do Brasil propõem aquelas mesmas opções feitas pela diocese é estratégia fartamente utilizada a fim de confirmar a legitimidade e, sobretudo, convencer da pertinência da proposta diocesana.

Assim, as visitas pastorais realizadas descortinam uma oportunidade privilegiada porque permitem a percepção direta do bispo em contato com os padres e leigos nas capelas, na matriz e nos movimentos religiosos, e franqueia a possibilidade de, através da voz autorizada, fazer ver e crer o discurso legítimo. Nessas experiências, as manifestações de Dom Olívio variam entre o contentamento, pelo zelo e esmero dos padres e leigos, à tristeza e decepção polidamente manifestadas pelo descaminho trilhado ou descaso com o projeto *In Uno Spiritu*. Se a proposta de organização eclesial é explícita, assim como os constantes apelos para a co-responsabilidade, contidos são seus reclamos pelo não cumprimento.

2.4.5.2 “Evangelizar realizando a Igreja na base”: Entre a opção, a necessidade e a convicção

O conteúdo do discurso de Dom Olívio, durante o final da década de 1970 e no transcorrer da década de 1980, estava centrado na preocupação fundante: estruturar uma ação eclesial em consonância com a *mater ecclesie* a partir das necessidades emergentes de sua diocese. O desafio seria como realizar tal empreendimento.

Merece trazer à tona a realidade das capelas e paróquias que se fecham em função do êxodo rural e pela dificuldade no atendimento religioso pelo número e heterogeneidade do clero.¹⁷⁷ A renovação paroquial, antes de ser uma opção de

¹⁷⁷ Dom Olívio, ao fazer menção ao clero, diz ser muito dócil, zeloso e atento à causa da Igreja. Não manifesta problemas de relacionamento e elogia por seu desprendimento no atendimento às pessoas. A expressão ‘clero heterogêneo’ citada acima deve ser compreendida como a existência de padres provenientes de diversas congregações religiosas formadas noutras regiões e de outras

reavivamento de suas funções religiosas, é uma necessidade a fim de administrar o ofício religioso. Se em escala mundial a estrutura paroquial era questionada pela falta de dinamicidade, sobretudo na urbe, na região Oeste do Paraná esse fato é agravado pela escassez de porta-vozes do sagrado inclusive para o meio rural. Nesse caso, reestruturar as relações capilares da Igreja através de grupos de reflexão, a fim de formar comunidades eclesiais de base que se gerissem sem a presença exclusiva do padre, é antes de mais nada uma questão de necessidade. Essa conclusão, porém, não esgota o problema.

Vale ter presente as experiências que antecederam a instalação da diocese quando o discurso das CEBs e a formação de grupo de reflexão eram esboçados no setor de Foz do Iguaçu, sobretudo nas paróquias de São Miguel do Iguaçu e na cidade vizinha de Medianeira. Quanto àquela, constam no livro-tombo vários cursos cuja finalidade era a capacitação de líderes para a formação de CEBs, como sugere a CNBB/Regional e Nacional obedientes à proposta da Celam, do Concílio Vaticano II assim como do papa.¹⁷⁸ Quanto a Medianeira, tendo à frente desde 1972 os padres holandeses Adriano van de Ven e João Mors, ambos missionários da congregação do Verbo Divino, contando com apoio da Assesoar¹⁷⁹ e cursos ofertados por assessores convidados, sobretudo de São Paulo e Curitiba, vinham fortalecendo nas bases a descentralização das paróquias, formando novas comunidades nos bairros e, através de serviços religiosos, incentivando a formação de grupos de reflexão. Ainda durante o ano de 1976, toda a paróquia foi envolvida numa jornada intensa através de filmes, slides e palestras demonstrando a importância, a finalidade e a maneira de organizar as CEBs.¹⁸⁰

A atenção sobre o desempenho da paróquia de Medianeira justifica-se porque nela a experiência de renovação paroquial aparece mais consolidada, sobretudo

culturas e carismas que vêm a somar aos poucos sacerdotes diocesanos. Em poucas passagens é tão flagrante o desabafo de Dom Olívio quanto ao clero: somado à falta de recursos financeiros “e mais recursos humanos, isto é, de padres suficientes e sobretudo a mentalidade de alguns sacerdotes religiosos, que vindos de outras circunscrições, resistem a uma abertura para o plano de pastoral da diocese”. FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina...**, op. cit., p. XXI e XXII.

¹⁷⁸ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL..., op. cit., 17 de junho de 1978.

¹⁷⁹ A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) foi fundada por padres belgas, em Francisco Beltrão, no ano de 1966, inspirados pelo *aggiornamento* provocado pelo Concílio Vaticano II. Tendo por objetivo “promover melhores condições de vida aos agricultores na lavoura e na pecuária e um maior desenvolvimento rural, de acordo com a doutrina Social Cristã”, ministrava curso sobre sindicalismo, cooperativismo, formação de grupos de reflexão, entre outros. Cf. **História da Assesoar**. Disponível em: <http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/TAP000051.htm>. Acesso em: 10 de out. 2007.

¹⁸⁰ SANTOS, João dos. **Histórico e memória – CEBs**. Paróquia Nossa Senhora de Medianeira de Todas as Graças. Medianeira, s/d.

pelo motivo de os dois primeiros coordenadores pastorais da diocese serem dessa paróquia. Numa entrevista realizada em 2007, por mais de 5 horas, padre Adriano apresentou as utopias, os sucessos e os fracassos obtidos à frente daquela paróquia quando, a partir de 1978 até 1982, acumulou a função de coordenador pastoral da diocese de Foz do Iguaçu a convite de Dom Olívio.¹⁸¹ Considerando-se entusiasta da Teologia da Libertação, não faz questão de dissimular suas discordâncias com movimentos como Renovação Carismática e Apostolado da Oração. Admite a diversidade de movimentos da Igreja ao mesmo tempo em que avalia aqueles que são adequados, porque libertários, e aqueles que são desaconselháveis, porque alienantes. Na raiz do problema, os termos libertário e alienante são dois adjetivos empregados aos movimentos cuja finalidade é voltada para a promoção humana ou para avivamento espiritual, respectivamente.

Ao comentar sobre seu desempenho como padre e coordenador pastoral, padre Adriano faz autocrítica quando diz que, na companhia do colega de trabalho João Mors, acreditava que o trabalho de conscientização através dos grupos de reflexão atingiria um nível em que a comunidade se autogeria, sendo em breve dispensável a ação direta do padre. Quanta ingenuidade, admite, ao imaginar que em cinco anos poderia abrir nova missão na Amazônia. A concepção de CEBs, nesse discurso, está embasada na autonomia dos movimentos, liberando os porta-vozes do sagrado para missões mais urgentes. O clima da universidade de Lovaina, onde estudou durante o ano de 1970, baliza profundamente sua concepção acerca do papel da Igreja, marcada profundamente pela Teologia da Libertação. Em suas apropriações acerca das implicações dessa abordagem teológica, a estrutura

¹⁸¹ A função de coordenador pastoral foi exercida seqüencialmente por dois padres verbitas que tiveram papel indelével como fiéis escudeiros de Dom Olívio. São eles padre Adriano e padre Tomaz. Adriano van de Ven, nasceu em Eerde-Veghel, Província Noord-Brabant (Holanda), aos 3 de dezembro de 1937. Foi ordenado sacerdote aos 7 de fevereiro de 1965 e, aos 10 de outubro do mesmo ano, chega ao Brasil. Por motivos de estudos, voltou à Bélgica em 1970 para estudar na Universidade de Louvain, tendo trabalhado em sua tese a temática "Violência ou não violência na América Latina: Comparação entre Dom Helder Câmara e Ernesto Che Guevara". Esse estudo teria dado base e ânimo para voltar ao Brasil e implantar um trabalho na linha da Teologia da Libertação. Em março de 1972, entre as outras opções para trabalhar, escolheu Medianeira, no Paraná. Participou da ordenação episcopal em São Paulo e da posse de Dom Olívio em Foz do Iguaçu. Foi o coordenador de pastoral da diocese nos anos de 1978 a 1982. Padre Tomaz Hughes, nascido no dia 11 de junho de 1947 na Irlanda, foi ordenado padre no dia 20 de dezembro de 1970. Chegou ao Brasil no dia 6 de novembro de 1971. De julho a novembro de 1979, padre Tomaz trabalhou na Catedral de Foz do Iguaçu. Tomou posse como pároco de Medianeira no dia 13 de junho de 1982 em substituição ao padre Adriano. Foi coordenador de pastoral da diocese de fevereiro de 1982 a maio de 1991. As informações de padre Tomaz foram conseguidas através de contatos via correio eletrônico ao longo do ano de 2007.

paroquial é colocada à margem, e o padre desempenha apenas a função de animador e jamais do sábio detentor das chaves da porta do céu.

A linha de pastoral adotada pelos verbitas nessa paróquia jamais teve o consenso entre os paroquianos, chegando a existir contendas aparentemente insolúveis envolvendo padres, leigos e o executivo municipal. Ainda em 1973, a discórdia ocorreu em função da opção colocada pelos padres de construir uma igreja matriz nova ou três centros comunitários nos bairros Ipê, Nazaré e São Cristóvão. A construção da primeira, lembra padre Adriano, atenderia aos interesses da burguesia que simpatizava com os desfiles de moda nas missas, festas e casamentos pomposos, enquanto que a segunda opção, em sintonia com o projeto de descentralização da paróquia, proporcionaria o espaço para formação de liderança, reuniões dos grupos de jovens, da diretoria do bairro, da associação de moradores e espaço para confraternização da comunidade.¹⁸² O impasse foi resolvido fazendo-se uma votação nos bairros e matriz, e o resultado apontou a proposta dos padres como vencedora. Esse acontecimento é representativo da compreensão do papel da Igreja para esses padres verbitas.

Esta pequena digressão é válida para apontar, embora brevemente, que a opção pastoral dessa paróquia será o fiel da balança nas decisões tomadas pela diocese desde 1978. Concorre para a razoabilidade dessa afirmação fator estrutural – é a maior paróquia da diocese, financeira e estruturalmente estável; encontra-se territorialmente localizada no centro da diocese, fator que contribuiu para diversos cursos e assembléias diocesanas acontecerem nesse local – e fator pastoral –, pois houve continuidade na linha pastoral adotada pelos padres desde 1972 (padre Adriano de 1972 a 1982) até 1991 (padre Tomaz de 1982 a 1991), tendo sido ambos coordenadores de pastoral da diocese.¹⁸³ Não é razoável falar das opções de Dom Olívio sem compreender a afinidade com os padres verbitas dessa paróquia. Sintonia de carisma e, em parte, de concepção de Igreja.

É patente, nos discursos de Dom Olívio, a franca convicção da pertinência da organização da Igreja através das CEBs, de modo que dezenas de cursos são ofertados anualmente aos padres, religiosos e leigos por profissionais ligados a

¹⁸² MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial no Oeste do Paraná..., op. cit., p. 67.

¹⁸³ A paróquia de Medianeira sempre contou com atendimento de dois a três padres em tempo integral. Nominam-se somente os dois porque estavam na condição de párcos e coordenador diocesano de pastoral.

organismos da Igreja ou a equipes de assessoria. Nessas oportunidades são trabalhados documentos da Igreja, encíclicas papais e publicações da CNBB Nacional e do Regional Sul II.¹⁸⁴ Devem ser acrescentados, no rol de esforços para formação desse imaginário coletivo, as Assembléias Diocesanas e o uso intensivo do EUSE como organismo formador de opiniões. Se essas iniciativas estão voltadas para o interior da diocese, outras tantas buscam se integrar em encontros que ocorrem no âmbito estadual e nacional. Com isso, percebe-se o envolvimento do bispo e dos leigos nos encontros estadual das CEBs e nos Intereclesiais.¹⁸⁵ Todo esforço se justifica, reitera o bispo, porque, estando numa região de migração onde as paróquias se desestruturam, as CEBs são uma solução. Talvez a única.¹⁸⁶ Por outro lado, o silêncio também pode ser interpretado como indício de não-aprovação ou, no mínimo, de não-incentivo quando não se encontra registro, nas atas das Assembléias Diocesanas, no livro-tombo e no EUSE, da participação de leigos e padres em encontros de ‘perfil espiritual’ como o Movimento da Renovação Carismática, o Apostolado da Oração e a Congregação Mariana, entre outros. Essas

¹⁸⁴ Os documentos que aparecem com mais freqüência são: Constituição *Gaudium et Spes*; Conferência de Puebla; encíclicas papais *Mater et Magistra*, *Populorum Progressio* e *Evangelii Nuntiandi*. Quanto aos documentos produzidos pela Igreja do Brasil, aparecem “*Exigências cristãs de uma ordem política*”, “*Igreja e problemas da terra*”, “*Solo urbano e ação pastoral*”; quanto ao regional Sul II são tomados como inspiração, sobretudo, os planos de pastorais números: V (1979 – 1980), VI (1981 – 1983) e VII (1984 – 1987).

¹⁸⁵ Durante o período estudado, Dom Olívio participou do IV Intereclesial ocorrido em Itaici em abril de 1981 (Tema: “Igreja, Povo Oprimido que se Organiza para a Libertação”), o V Intereclesial que aconteceu em Canindé/CE, entre os dias 4 a 8 de julho de 1983, quando, em conjunto com demais bispos que participaram desse encontro, assinou o “*Testemunho dos Bispos*” sobre o evento (Tema: “CEBs: Povo Unido, Semente de uma Nova Sociedade”); e o VI Intereclesial ocorrido em Trindade, Goiás, nos anos de 1986 (Tema: “CEBs: Povo de Deus em Busca da Terra Prometida”). Nos Intereclesiais de Canindé e Trindade houve preparação na diocese através de reuniões, elaboração de materiais e participação de padres e leigos. O EUSE noticiou em várias edições os preparativos, os participantes, a realização e os resultados do encontro. Particularmente no encontro de Canindé, publicou-se no EUSE a Carta expedida pelos bispos que participaram do evento. Em artigo analisando o Intereclesiais, Wagner Sanchez Lopes considera que o diálogo inter-religioso e o ecumenismo são características marcantes desses encontros. Lopes apresenta a visão de autores evangélicos falando a respeito da ecumenicidade das CEBs: “As CEBs nasceram ecumênicas se forem considerados os seus estatutos eclesiológicos. Ou seja, as perspectivas de abertura, de alteridade, de respeito ao diferente, de interesse por temas e por questões abrangentes que envolvem a todos, fortemente presentes desde os primórdios, revelam a ecumenicidade das CEBs. Trata-se de uma nova visão eclesial. (...) Os Intereclesiais também nasceram com essa ecumenicidade”. Cf. SANCHEZ, Wagner Lopes. Os encontros intereclesiais de CEBs e a emergência da questão ecumênica e o diálogo inter-religioso (1975 – 1989). **REVISTA MEMÓRIA E CAMINHADA - REVISTA DE ESTUDOS SOBRE AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE**. Brasília, n. 1, dez. 2001, p. 25 e 26. Esta discussão feita por Lopes é particularmente importante haja vista a participação de Dom Olívio nos Intereclesiais e grande ressonância que estes eventos tinham na diocese.

¹⁸⁶ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU..., op. cit., 1980.

opções feitas por alguns padres, religiosos e leigos gerariam alguns impasses administrativos.

Conforme Romano, a organização das CEBs no Brasil é resultado do planejamento eclesial, elaborado através da assessoria de especialistas, para, de maneira rápida e segura, se opor à metodologia massificante do Estado capitalista. Com isso, no plano religioso, ocorreram deslocamentos insuspeitados para o catolicismo como o apoio nas técnicas de dinâmicas de grupos, a substituição do sacerdote pelo leigo e o culto adaptado pela inserção de novos valores teológicos e litúrgicos, sem ferir as crenças e costumes tradicionais. No plano socioeconômico, os núcleos de organização popular disseminaram-se por todo o país. Também nesse campo foram decisivas as modernas técnicas de gestão administrativa: centralizaram-se as decisões da CNBB e de seus órgãos regionais, o que permitiu coordenar as atividades, determinadas na cúpula, mas definidas pelo levantamento de problemas na base.¹⁸⁷

No entendimento de Romano, na prática, a atenção para os leigos e a democratização dos trabalhos religiosos com a máxima da participação visava a instrumentalizá-los, cooptá-los e clericalizá-los a fim de reestabelecer um equilíbrio rompido pela diminuição de padres consagrados dedicados em regime integral à atividade pastoral. O processo de dominação não cessaria, embora com metodologia diferente. O bispo e o padre continuariam a assumir a voz autorizada da interpretação legítima do 'real'. Assim, o objetivo

presente *in nuce* nas comunidades de base foi assegurar na sociedade, entre os indivíduos e grupos cada vez mais secularizados, pontas de lança que permitiriam à Igreja ultrapassar o Estado na corrida rumo ao domínio das populações marginalizadas pelo processo econômico nacional, no campo e na cidade. Foi para isso que ela se muniu de instrumental técnico e humano neste período.¹⁸⁸

Não parece de toda equivocada a reflexão de Romano, tendo em vista a realidade da diocese de Foz do Iguaçu. Sua análise, em alguns momentos, pode ser aplicada, sobretudo quando traz à baila a problemática do número de presbíteros, da

¹⁸⁷ ROMANO, Roberto. **Igreja contra Estado...**, op. cit., p. 197. Romano faz um interessante exercício de análise a partir de documentos da Igreja tomados como expressão cabal de renovação eclesial e conclui, que na aparente liberalidade do seu discurso, está presente a concepção de Igreja autoritária porque se compreende como única intérprete competente do real.

¹⁸⁸ Id., *ibid.*, p. 191.

mobilidade humana e a presença constante dos padres/bispo nos encontros, reuniões e assembléias como condutores e intérpretes do 'real'. Contudo, ao assumir esta compreensão, pode-se estar reduzindo as intenções e implicações da Igreja que se quer renovar na base. O primeiro aspecto a ser pensado é em que medida a questão de fazer frente à ação do Estado no atendimento à população marginalizada é um objetivo para diocese de Foz do Iguaçu. A prioridade parece estar mais voltada para a tentativa de minimizar as mazelas sociais provocadas ou não atendidas do que a objeção, concorrência ou substituição do papel do Estado capitalista.

São freqüentes os escritos de Dom Olívio pedindo que o Estado, como instância legalmente instituída e gestora da sociedade, intervenha na economia concedendo salário digno, promova a reforma agrária nas propriedades improdutivas e em terras devolutas, iniba a concentração fundiária, puna rigorosamente a violência que impera na cidade e, sobretudo no campo, onde a mando dos latifundiários vitimam-se os sem-terras, e promova eqüitativamente o acesso aos bens de consumo e aos meios de produção. Ao Estado compete a responsabilidade de racionalizar e gerir aquilo que é público para o uso do público. Nessa empreitada a Igreja se coloca como entidade guardiã da moralidade e como defensora da legalidade instituída. Seu papel, do ponto de vista social e ético, é inibir que algumas conseqüências da modernidade em nome do progresso promovam a exasperação do individualismo e da impessoalidade nas relações, dilacerando comunidades inteiras de seu ambiente rural e comunitário.

Parecem claras em Dom Olívio, e aqui consoante as reflexões de Lowy, a autonomia e a separação institucional do campo político e religioso, mas no plano ético o envolvimento se torna imperativo essencial.¹⁸⁹ A passagem abaixo corrobora com essa conclusão quando, nos preparativos iniciais para elaboração da nova Constituinte de 1988, lembra a oportunidade que o Brasil tem de resolver as pendências da lei e dosar *“Um remédio que atinja as causas... ainda que não a curto prazo. Refiro-me à mudança das estruturas que nos governam. A nova Constituição do País a ser elaborada, é uma oportunidade para isso. Oxalá a voz da Igreja seja ouvida e atendida”*.¹⁹⁰

¹⁸⁹ LOWY, Michel. **A guerra dos deuses...**, op. cit., p. 99.

¹⁹⁰ FAZZA, Olívio Aurélio. **A palavra do pastor: onde o remédio?** EUSE, jul. 1986. (Grifo do autor).

Durante seu episcopado, foram várias as oportunidades em que estabeleceu diálogos com autoridades constituídas, mantendo habilmente o bom relacionamento. Assim teriam ocorrido durante eventos internacionais – a inauguração da Itaipu e da Ponte Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu e Porto Iguaçu na Argentina –, reivindicações apresentadas, em 1982, pessoalmente ao governo do estado do Paraná, Ney Amintas Barros, por ocasião do despejo de famílias da cidade de Foz do Iguaçu; em abril de 1984, a pedido do então governador do estado do Paraná, José Richa, recepcionado o rei e rainha da Suécia; nas intensas negociações entre os agricultores que tiveram suas terras desapropriadas em função da formação do lago de Itaipu. Como se verá no próximo capítulo, Dom Olívio intermediou tensas negociações entre os agricultores e o general Costa Cavalcanti, presidente da binacional Itaipu. Não parece exagero aplicar a sua performance à expressão, cunhada pelos pesquisadores Gaspari e Serbin, de verdadeiro ourives, quando analisam o desempenho político de prelados como Dom Avelar Brandão e Dom Eugênio Sales, nos bastidores entre Igreja Católica e as Forças Armadas.¹⁹¹

Com isso, parece inadequada à realidade da diocese a conclusão de Romano quanto ao uso estratégico das CEBs como “ponta de lança” perante a sociedade e o Estado que se secularizam. Um segundo argumento que relativiza a afirmação da exclusiva clericalização dos leigos através das CEBs é o entendimento sobre o papel do leigo para além de sua instrumentalização religiosa, como sugere Romano. O que há é uma nova compreensão cultural sobre o papel do leigo, estando ou não subordinado à estrutura eclesial. A noção de Cristianismo da Libertação trabalhada por Lowy aponta na direção de apreender uma nova concepção sobre direitos humanos, sobre autonomia do indivíduo e sobre organização social que se desenvolve a partir da realidade latino-americana e que provoca o surgimento de movimentos sociais, partidos políticos de ‘esquerda’ e, inclusive, de uma ‘Igreja dos Pobres’.

O movimento do Cristianismo da Libertação não é exclusivamente eclesial, embora também se reconheça nele na medida em que faz uma opção ética e política de crítica à injustiça social e à imoralidade. Assim, a gênese do Cristianismo da Libertação é difusa e resultado de combinações, convergências e apropriações internas e externas a Igreja, específicas mas não exclusivas ao continente latino-

¹⁹¹ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 151.

americano, desenvolvida desde a década de 1950 provocando a difusão de movimentos que ressignificam culturalmente concepções e papéis sociais.

Ainda em 1984, depois aprofundado com sua tese doutoral em 1994, Doimo, embora não estivesse dialogando com Lowy, parece com ele concordar quando defende o surgimento de uma concepção cultural renovada acerca da Igreja concomitante à compreensão do desempenho e papel a ser desenvolvido pelos leigos. Noutras palavras, sua leitura levanta a necessidade de ver a ação da Igreja para além da tutela sobre os movimentos sociais. Assim se refere:

quando se tem conhecimento dos trabalhos teóricos e teológicos dos intelectuais orgânicos da 'nova' Igreja, tem-se a nítida impressão de que a sua 'pedagogia de trabalho' veio imprimir a necessária coerência, em termos de práxis, aos movimentos sociais. Ou seja, com o seu trabalho de base a Igreja estaria não só preparando o povo como força viva nos movimentos, mas, sobretudo, conferindo a ele o processo de tomada de decisões – de baixo para cima – inaugurando uma nova fase no caráter dos movimentos sociais, caracterizado basicamente pela democracia interna e pela autonomia e independência em relação ao Estado e aos partidos e organizações políticas.¹⁹²

É do início da década de 1970 e meados de 1980 que a idéia de 'povo como sujeito' compareceu intensamente no discurso de diversos atores socialmente relevantes como a Igreja Católica, o ecumenismo, segmentos da intelectualidade acadêmica e agrupamentos de esquerda então envolvidos pela ditadura militar e tão logo desencantados com as fórmulas violentas de ação transformadora. Na esteira dessas insurgências teórico/prática, e aqui Lowy corrobora com Doimo, transmuta-se de uma concepção passiva, quase objetual da participação laical, e inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, pela qual não havia mais lugar nem para o culto do 'Estado – nação', que prometia o desenvolvimento pela eficácia instrumental e administrativa do planejamento compreensivo, nem tampouco para a ação das 'vanguardas', que previam combater o imperialismo e o latifúndio pela conscientização das massas amorfas, passivas e indiferentes.¹⁹³

Essas reflexões teóricas são apropriadas para se compreender o exercício pastoral de Dom Olívio, na medida em que vários escritos apontam para a

¹⁹² DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 35.

¹⁹³ ----- . **A vez e a voz do popular...**, op. cit., p. 75.

importância de o laicato se organizar através de associações de moradores, de sindicatos dos trabalhadores rurais, na formação de movimentos sociais para reivindicar melhores preços para produtos agrícolas e para exigirem indenizações justas de suas terras junto aos órgãos competentes. Tais atividades remetem necessariamente para a esfera política, à qual o bispo não está disposto a ensaiar nenhum passo no sentido organizativo/partidário. Com isso, parece correto afirmar que, ao incentivar a formação das CEBs, não se tem como objetivo único opor-se à sociedade que estava em franca secularização a ponto de evitar o rompimento dos liames que enlaçam Igreja (paróquia/padre) à comunidade (leigo). A máxima da formação crítica não circunscrita à esfera eclesial, aos moldes do Cristianismo da Libertação, é um objetivo tão nobre quanto aquele destacado acima, e Dom Olívio não se manteve indiferente.

As associações e movimentos não permanecem sob a tutela e direção da Igreja, embora dela não deixem de receber apoio consentido e por vezes explícito. Duas fontes, dentre outras possíveis, corroboram com essa afirmação. A primeira delas refere-se à ocasião da visita pastoral de Dom Olívio à paróquia de São Miguel do Iguazu em 1984. Indagado pelos leigos sobre o que fazer diante do problema social caótico provocado pelo número crescente de bóias-frias, aumento dos sem-terras e o contínuo êxodo rural, o bispo aconselha a participação nos sindicatos livres e autônomos ‘porque um povo unido nunca será vencido’ como tinha demonstrado Papa João Paulo II ao sindicato ‘Solidariedade’ na Polônia. Essa frase seria usada diversas vezes para esclarecer que *“a mudança política só virá através de uma pressão pacífica de um povo unido, conscientizado, que luta pelos seus direitos e não se deixa manipular”*.¹⁹⁴ Fica evidenciada, portanto, a preocupação com as formas da organização e não com a tentativa de se colocar como única porta-voz das reivindicações populares.

O segundo indício da não-tutela da Igreja e do apoio explícito ao movimento social é a carta enviada por Dom Olívio a Dom Frederico Helmel, bispo de Guarapuava, em novembro de 1984. Aparentemente, estava a responder a uma indagação, quando na missiva hipoteca total apoio ao Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste (MASTRO), assegurando ao irmão do episcopado os lícitos interesses do movimento. Afirma que

¹⁹⁴ **Paróquia São Miguel reanimada na fé.** EUSE..., op. cit..

posso garantir-lhe que ele merece todo nosso apoio. Não é movimento de Igreja, mas foi fundado por agricultores cristãos, (na maioria católicos), para lutar pacificamente, no sentido de conseguir uma pequena propriedade para os agricultores sem terra, que o desejarem... não é um movimento político, nem de esquerda, nem de direita. Não é movimento de Igreja, mas procura agir dentro dos princípios cristãos de justiça e não violência. Não é de Igreja, mas querem caminhar com ela, e por isso às vezes nos pedem conselhos. Nós aqui na Diocese de Foz, bispo e padres, irmãos, leigos engajados, o apoiamos tranqüilamente.¹⁹⁵

São incisivas as afirmações de não ser um movimento da Igreja, porém gestado por cristãos que hasteiam os legítimos direitos do acesso a terra. Embora não tenha verbalizado nessa carta, Dom Olívio, em entrevista de abril de 2007, atribui a formação de líderes graças ao trabalho de base realizado pela Igreja.¹⁹⁶ Essa visão não está totalmente equivocada quando se percebe a proximidade dessas lideranças com a formação de grupos de reflexão. Não pode ser olvidado que o movimento não é de esquerda nem de direita, pois, embora o Brasil já vivesse o clima da redemocratização, existiam tanto no episcopado brasileiro como na sociedade oestina as históricas ressalvas quanto à suspeita da idoneidade dos princípios dos ‘movimentos e partidos de esquerdas’, facilmente cooptados pelo comunismo ateu e subversivo. Esse não parece ser um problema para Dom Olívio, embora a preocupação com a instrumentalização política das CEBs esteja de alguma forma presente.

Como então devem ser compreendidas a proposta de CEBs na diocese de Foz do Iguaçu? Aqui, embora com ênfases diferentes, Doimo, Lowy e Romano contribuem para apreender o significado quando consentem em entendê-las como ancoradas na institucionalidade da Igreja. Se as CEBs se desenvolveram horizontalmente no plano das relações informais, as linhas e as diretrizes pastorais, ainda que agreguem bases ativas no processo de tomada de decisões, dependem da estrutura formal, verticalizada e hierarquizada da instituição. Ademais, sem o impulso eclesial, no que tange à estrutura formal e, sobremaneira, à linguagem simbólica, possivelmente teriam sido seduzidas pela dispersão. Nas palavras de

¹⁹⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **Carta a Dom Frederico Helmel – bispo de Guarapuava**. Foz, 26 de novembro de 1984. Fato ocorrido em 1983 foram as negociações entre o INCRA e o MASTRO, em que trinta e sete famílias dos municípios pertencentes à diocese de Foz do Iguaçu foram assentadas no município de Cantagalo, centro do Paraná, e pertencente à diocese de Guarapuava. Daqui as possíveis razões do contato entre os dois bispos.

¹⁹⁶ ----- **Entrevista 2.**

Doimo, seria empobrecedor manter a idéia de que o progressismo da Igreja e o movimento popular a ele associado tenham sido um fenômeno exclusivo do ativismo utópico-profético, independentemente de sua carga institucional, porque, na verdade, um alimentou o outro.¹⁹⁷ Assim, a noção de CEBs em Dom Olívio deve ser compreendida como tendo no horizonte a hierarquia e jamais separada dela. *“Todos os movimentos em função da CEBs e as CEBs para formar uma unidade na Paróquia a exemplo da unidade Universal da Igreja”*.¹⁹⁸

Com isso, é correto afirmar que não são perceptíveis esforços no sentido de que a estrutura paroquial seja abolida na diocese, porém descentralizada em função da organização eclesial em pequenos grupos de reflexão. O eclesial, no bispo, parece ainda significar a presença na comunidade através de seus membros autorizados, porta-vozes legítimos do sagrado. Por outro lado, e aqui talvez o incômodo, está em curso nova metodologia, que enfraquece o papel do padre como gestor único dos bens de salvação. O segundo Plano de Pastoral, aprovado em final de 1979 para o ano seguinte, traz, na apresentação feita pelo bispo, a preocupação em sintonizar-se com as conclusões de Puebla e com o Plano de Pastoral definido pelo Regional Sul II. Ao eleger como prioridades a família, as CEBs e a renovação paroquial, o Plano de Pastoral destaca que, enquanto as CEBs criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da palavra de Deus e reflexão sobre a realidade, cabe à paróquia exercer o papel central de *“coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos. A Paróquia seja considerada como instrumento global da ação na base como centro inteligente de articulação pastoral”*.¹⁹⁹ Essa afirmação não deve ser considerada isolada, haja vista os preparativos para a realização da VI Assembléia da diocese em 1983, em que a opção recai novamente sobre a pertinência das CEBs como opção para organização pastoral da diocese:

A extensão geográfica e a densidade populacional da Paróquia constitui um obstáculo à vivência da comunidade. Faz-se urgente suscitar e dinamizar, dentro do território da paróquia, comunidades eclesiais de base, grupos de reflexão e grupos ambientais por interesses, onde os cristãos não sejam pessoas anônimas, se sintam acolhidas e responsáveis e dela façam parte

¹⁹⁷ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular...**, op. cit., p. 141.

¹⁹⁸ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA DE NAZARÉ: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Ramilândia, 20 a 26 de setembro de 1980.

¹⁹⁹ I PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU – 1980. Foz do Iguaçu, Advento de 1979, p. 3.

integrante, em comunhão de vida em Cristo e com todos os seus irmãos. As CEBs são um dom de Deus para a vida da Igreja, no Brasil, no Paraná e em nossa Diocese...²⁰⁰

Esta mesma dimensão de renovação e integração paroquial está presente no discurso de Dom Olívio por ocasião da abertura no III Encontro Regional das CEBs ocorrido entre os dias 9 a 11 de outubro de 1982 em São José dos Pinhais, região Metropolitana de Curitiba. Dom Olívio, na condição de representante da CNBB – Regional e presidente do evento, fez a abertura lembrando que o tema proposto para os três dias de reflexão, ‘Igreja um povo que se organiza na comunhão e participação, buscando a libertação integral’, deve congrega a todos para profícuas reflexões sobre o ser Igreja, conforme sugerem os documentos eclesiais. Como de praxe em seus discursos, lembra que o evento está sintonizado com a Igreja, como sugere Puebla, e propõe os planos de pastoral do Regional.

É curioso observar que Dom Olívio, ao discursar explanando o tema geral do encontro, se detém a analisar o significado da palavra ‘participação’, cuja implicação remete à co-responsabilidade integrada de todos – padres, religiosos e leigos – no processo de libertação integral. Arremata dizendo que *“Uma nova Igreja está surgindo, a partir da renovação iniciada com o Concílio Vaticano II. Medellín e Puebla estudaram e ensinaram a aplicação do Concílio em nosso continente. Esta aplicação precisa de tempo, porém, depende muito de nós não retardarmos e menos ainda impedir a sua aplicação”*.²⁰¹ Por isso, reforça que todos precisam saber mais sobre a pastoral das CEBs para transformar em realidade o que se propõe nos projetos. Novamente fica patente, conforme afirmado acima, a integração do movimento de base à renovação da Igreja, o que não implica supressão de funções dentro do campo religioso católico.

²⁰⁰ ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DO PLANO DE PASTORAL DE 1984 – 1987. Foz do Iguaçu, novembro de 1983, p. 1 – 2.

²⁰¹ LIVRO ATA DO III ENCONTRO REGIONAL DAS CEBs – PARANÁ: Discurso de abertura de Dom Olívio Aurélio Fazza. São José dos Pinhais, 9 a 11 de outubro de 1982. Esse encontro teve a presença de comunidades das 14 dioceses do Paraná. Além de Dom Olívio, contou com a participação do bispo auxiliar de Curitiba, Dom Ladislau Biernaski, padres e religiosos do estado. Na condição de assessores participaram João Batista Libânio e o economista Castro Alves. É importante destacar, até para compreender a insistência que Dom Olívio faz na dimensão participação, a alocução de Dom Ladislau ao lembrar que as CEBs são a esperança e a face rejuvenescida da Igreja quando elegem bandeiras de libertação e renovação. Com isso, repele as leviandades feitas por Plínio Correia, no encaicho das motivações da TFP, em dizer que as CEBs são “células de subversão”. Cf. LIVRO ATA DO III ENCONTRO REGIONAL DAS CEBs – PARANÁ: Discurso de Dom Ladislau Biernaski. São José dos Pinhais, 9 a 11 de outubro de 1982.

Compreender o projeto 'Evangelizar, realizando a Igreja na base' privilegiando a organização através das CEBs, está personificado no chamamento para o conagraçamento dos diocesanos *In Uno Spiritu*. Agir, conforme a frase contida no brasão de ordenação episcopal, significa abraçar na obediência e na convicção o programa da renovação eclesial. Estranha e causam reações incisivas do bispo, atitudes que não estejam sintonizadas com esta proposta. Para isso, a realização das Assembléias Diocesanas e as visitas pastorais somadas com os escritos no EUSE, entrevistas, homilias, retiros, cursos e reuniões produziram um vasto material que dava sustentação à proposta de uma Igreja que se pretendia coerente com os desafios locais numa leitura de mundo ligada à inspiração institucional. Com isso, alguns resultados são comemorados com júbilo por Dom Olívio e outros, lamentados pelos descaminhos trilhados em função das dificuldades e às vezes da resistência, sobretudo da mentalidade laical e de alguns membros do presbitério.

Como a insistência estava em formar grupos de reflexão, toda constatação do empenho dos padres e leigos nesse sentido é laureada discursivamente pelo bispo. Nas visitas pastorais são flagrados os maiores esforços do bispo no sentido de comprometer a todos com as causas comuns. São nas oportunidades das visitas igualmente que se pode constatar a situação do projeto *In Uno Spiritu*, porque as visitas *in loco* o colocam em contato direto com a realidade paroquial. Nesse momento as relações de poder se desvelam. O saldo das visitas ao lado dos resultados das discussões e opções feitas durante a realização das Assembléias Pastorais permite regozijos quando registra a multiplicação de grupos de reflexão, os mutirões de ajuda mútua, a formação de grupos de jovens e a paulatina mudança de opção e integração dos movimentos tradicionais à caminhada proposta pela diocese.

Embora não tenha agido de forma intransigente, Dom Olívio estava convicto da conveniência que os grupos de reflexão representavam para uma região de forte migração e êxodo rural que, então, caracterizavam a diocese. Contudo, em algumas oportunidades, as observações do epíscopo não eram muito amistosas quando opções dos presbíteros e dos leigos levavam a tergiversação sobre as opções definidas no Plano de Pastoral. Noutras oportunidades, seu descontentamento exigia habilidade política a fim de evitar constrangimentos prejudiciais para a Igreja Particular de Foz do Iguaçu. Um exemplo ilustra e corrobora essa afirmação quando, numa missiva encaminhada, em outubro de 1985, após visita pastoral a Diamante do Oeste, o bispo insiste na afirmação:

volto a aprovar, como já fiz nas pregações, a norma da Paróquia que exige a participação nos Grupos de Reflexão, para recepção de alguns sacramentos. Aos católicos que ainda não participam, digo mais uma vez, que devem freqüentar o Grupo de Reflexão mais próximo de sua moradia. Lembre-se todos que a Diocese insiste na participação da Missa ou Culto Dominical, o que aliás é obrigatória para todos os católicos. Igualmente insistimos na contribuição do Dízimo, como ação de graças pelos contínuos benefícios de Deus e corresponsabilidade na manutenção dos serviços da Igreja.²⁰²

As expressões '*digo mais uma vez*', '*exige*', '*devem freqüentar*' e a '*Diocese insiste*' expressam a concordância do bispo com a opção esboçada na paróquia em sintonia com o Plano de Pastoral Diocesano, ao mesmo tempo em que transmite as dificuldades enfrentadas para sua implantação. Ao organizar essa visita pastoral, o pároco adotou um procedimento original em relação às capelas e à matriz: solicitou a cada comunidade a elaboração de um pequeno histórico que devia ser lido ou explicado na oportunidade da visita de Dom Olívio. De modo geral, as informações contidas versavam sobre a criação, os pioneiros, número de católicos e membros de outras religiões, movimentos religiosos existentes e dados sobre o perfil socioeconômico da comunidade. Esses relatos, transcritos posteriormente no livro tomo da paróquia, permitem constatar que existiam em boa parte das comunidades movimentos como Congregação Mariana, Apostolado da Oração, atuação dos Vicentinos, Movimento Familiar Cristão, e os grupos de reflexão não se mostravam promissores. É por essa razão que o bispo registra a necessidade de todos se empenharem e assumirem o Plano de Pastoral da Diocese haja vista que a concessão de alguns sacramentos aos leigos está condicionada à participação nos grupos de reflexão. Exigência pouco tolerável!

Aqui a pressão do bispo fica explícita porque assume e concorda com posicionamento de alguns presbíteros que em suas paróquias condicionam a oferta dos sacramentos à participação na celebração dominical, aos grupos de reflexão e à doação do dízimo. No relatório *Ad Limina*, Dom Olívio manifestou que essa opção pastoral envolvia alguns padres que procrastinavam o batismo dos filhos em pais que não atendessem a tais exigências. Nesse documento enviado a Roma, o bispo não se manifesta como favorável ou resistente a essa restrição, muito embora valha

²⁰² LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Diamante do Oeste, 26 de outubro de 1985. (Grifo do autor).

lembrar o seu consentimento manifestado no livro-tombo de Diamante do Oeste em outubro do mesmo ano, conforme visto acima.

O procedimento do bispo remetia à discussão acontecida na VII Assembléia Diocesana em novembro de 1984, ou seja, no ano anterior à visita *Ad Limina* e ao registro no livro de Diamante do Oeste. Naquela Assembléia, em forma consultiva, aprovou-se a exigência para a recepção dos sacramentos à participação em grupos de reflexão, cultos dominicais e doação do dízimo. O procedimento consultivo transferia ao bispo a decisão em implantar ou não essa medida em toda a diocese. A ratificação de Dom Olívio é o selo que respaldaria peremptoriamente a opção intransigente da diocese pelas CEBs. Por outro lado, certamente tal decisão traria um custo muito alto haja vista o não-consentimento entre os presbíteros, motivo que poderia contribuir para esgarçar as relações entre bispo e clero. A decisão, embora de antemão já se conhecesse a opção de Dom Olívio, foi publicada nos seguinte termos em fevereiro de 1985:

Depois de uma séria reflexão, depois de consultar a coordenação diocesana pastoral, bispos e sacerdotes, venho oferecer minha resposta. Considerando pois, a Assembléia de 1984, considerando ser prioridade única de nosso Plano de Pastoral as CEBs, apresento minha decisão que vai assim expressa: 'Para participação na vida sacramental da Igreja, os fiéis desta diocese, devem empenhar-se em participar da celebração dominical, dos grupos de reflexão e dízimo'.... Sendo de capital importância a unidade em nossa ação pastoral, confio especialmente ao zelo dos caríssimos padres, a execução dessa norma.²⁰³

A decisão do bispo não deixou de manifestar seu posicionamento embora que, de forma polida e usando expressões modalizadoras, evitou potencializar uma discordância que implicava, no cerne, a concepção de Igreja presente no clero diocesano. Como dito acima, o baixo número e a heterogeneidade na formação dos presbíteros exigiam do bispo habilidade para evitar dissensões com os padres e com as congregações religiosas que trabalhavam na diocese.

Essa opção, contudo, não significou cumplicidade com as discordâncias *intra corporis* como se tem demonstrado. Nesse sentido manifesta claramente no primeiro relatório *Ad Limina* que, na inspiração da encíclica papal *Evangelii Nutiandi* e nas

²⁰³ FAZZA, Olívio Aurélio. **Caríssimos sacerdotes, religiosos e fiéis**. Foz do Iguaçu, 20 de fevereiro (quarta-feira de cinza) de 1985.

orientações da CNBB, as CEBs na diocese têm produzido copiosos frutos, embora alguns católicos tradicionais tenham resistido a essa renovação. Num espaço de constante transformação e impessoalidade das relações, elas “*estão trazendo maior espírito comunitário entre o povo, maior fraternidade e união*”.²⁰⁴ Os resultados transcendem o fortalecimento do espírito comunitário de solidariedade para ajuda mútua na luta pela defesa de direitos humanos, como mostra abaixo:

Tem havido exemplos edificantes como: todos colaboram para comprar uma casa para uma família pobre, outras vezes para adquirir um terreno para um agricultor sem terra, outras para possibilitar tratamento médico para doentes, etc. E todos juntos pacificamente para defender seus direitos diante de despejos e desapropriações, como acontecem com as desapropriações de Itaipu – binacional. Nossas Cebbs se conduzem pela Palavra de Deus, que congrega e anima. Na região urbana é mais difícil formar Cebbs. Estamos, porém esperançosos, pois também aí os grupos de reflexão, estão se tornando realidade.²⁰⁵

Em resposta ao relatório e à visita realizada durante o mês de junho de 1985, o prefeito da Congregação para os Bispos, cardeal Bernardin Gantin,²⁰⁶ envia em dezembro do mesmo ano uma carta a Dom Olívio congratulando-o pelos esforços direcionados na organização da diocese e, numa síntese de quatro páginas, apresenta os principais aspectos de seu relatório e tece algumas considerações específicas quanto às prioridades adotadas pela diocese de Foz do Iguaçu. Chama atenção, nas observações do cardeal, a sutil lembrança quanto à prioridade das CEBs. Devem ser auspiciadas sob o Magistério pontifical, como manda a encíclica *Evangelii Nuntiandi*, para evitar desvios de propósitos como apropriações ideológicas e usos políticos, prestando, nesses casos, desserviço à Igreja. Comenta o cardeal que

²⁰⁴ FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina...**, op. cit., p. XXII.

²⁰⁵ Id., *ibid.*, p. XXII.

²⁰⁶ Cardeal Bernardin Gantin, de Benin, é o primeiro africano a ocupar elevado cargo na hierarquia do Vaticano. Como seu predecessor Sebastião Baggio, Gantin mantém vínculos pessoais com o Opus Dei. Para alguns analistas, essa conexão permite que se dê continuidade nas indicações episcopais de membros do Opus Dei em sintonia com a política da cúria romana e de João Paulo II. Cf. DELA CAVA, Ralph. Política do Vaticano II, 1978 – 1990: Uma visão geral. In: SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: Unidade religiosa e pluralismo cultural**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 244 – 245. Cardeal Bernadin veio a óbito em Paris, França, em 13 de maio de 2008.

as comunidades eclesiais de base constituem um núcleo aglutinador das várias forças do laicato, e são particularmente ativas nas periferias e nas áreas rurais... Para tal efeito, é necessário que conservem ciosamente a sua característica eclesial, inserindo-se na comunhão da Igreja diocesana, sem se fechar em atitudes de separatismo ou, o que seria igualmente grave, servindo a instrumentalizações de cunho político ou ideológico.²⁰⁷

Essas observações não eram aleatórias, tendo em vista as constantes especulações realizadas durante a década de 1970 e 1980 quando a Igreja Católica, ao gerir espaços alternativos dentro de uma geopolítica comandada pelo regime militar, acabava por aglutinar movimentos que claramente tinham proposta de inserção política quando não subversivos ao governo. Este tema já havia aparecido no III Intereclesial realizado em Itaici em 1981, quando o espinhoso tema do '*serviço da política*' aparecia em um momento em que o Brasil preparava-se para o processo de redemocratização. Embora reconhecendo que as CEBs não são nem pretendem ser um núcleo partidário, mas um espaço de animação da vida a partir da experiência da fé, ocorreram no Brasil aproximações político-partidárias problemáticas desencadeando práticas dogmáticas, instrumentalização de espaços eclesiais, fechamento ao reconhecimento da cidadania de um pluralismo interno das comunidades.²⁰⁸

Não parece ser esse um problema explícito enfrentado e metodologia compartilhada por Dom Olívio, contudo não é uma questão totalmente extemporânea quanto ao uso do espaço simbólico e estrutural da Igreja como fórum de debate e de campanha partidária. O bispo recorda de algumas experiências interessantes que teve nas oportunidades em que participou das Assembléias da CNBB, em Itaici. Comenta longamente sobre a concepção de Dom Francisco Austregésilo,²⁰⁹ bispo de Afogados da Ingazeira, no Pernambuco, ao chamar atenção para o papel da

²⁰⁷ *CONGREGATIO PRO EPISCOPIS*: Carta resposta do cardeal Bernardin Gantin por ocasião da visita *Ad Limina Apostolorum* de Dom Olívio Aurélio Fazza. Roma, prot. n. 341/1985, 15 de dezembro de 1985, p. 3 – 4.

²⁰⁸ TEIXEIRA, Faustino (et. al). **CEBs, cidadania e modernidade: uma análise crítica**. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 20. Faustino considera que as tensões acontecidas entre CEBs e Igreja são provenientes do momento político que vivia o Brasil nas décadas de 1970 – 1980, como da conjuntura eclesial internacional (p. 21). O tema completo do III Intereclesial ocorrido em Itaici é "Igreja, Povo Oprimido que se Organiza para a Libertação".

²⁰⁹ Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho tornou-se bispo emérito de Afogados da Ingazeira – PE em 6 de março de 2001. Durante o episcopado, foi responsável pelo Setor da Pastoral Rural, Secretário e acompanhou CRC no Regional Nordeste II. Cf. **Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho**. Disponível em: <http://mail.cnbb.org.br/Catalogo/prelado.asp?mat=139>. Acesso em: 25 de ago. 2008.

Igreja numa direção vertical, isto é, sobre a salvação do homem, assim como na horizontalidade, quer dizer, a preocupação com o bem-estar socioeconômico de todos. Por isso, assim

procurei organizar a diocese e alguns padres novos já pensavam dessa forma: uma mentalidade voltada para o social, classes menos favorecidas no sentido material. Quer dizer, começou haver uma certa mudança de ver a missão da Igreja que não deve ser só numa linha de espiritualidade vertical, mas também na linha horizontal. Lembro do bispo Austregésilo, que era de uma região muito difícil, de muita carência. Ele dizia em Itaici da importância do equilíbrio entre as duas linhas... também não podemos chegar ao ponto de dizer ao povo que não deve rezar, não deve ir a Igreja. Não podemos chegar a este ponto. Deve ter equilíbrio. A fisionomia da pastoral na diocese foi boa, equilibrada com algumas exceções, como em Medianeira onde líderes insistiam muito na linha social não dando quase atenção a vida de oração.²¹⁰

Quatro meses depois dessa entrevista, o coordenador da pastoral da diocese, padre Adriano, concordava que Dom Olívio, por ser muito obediente à Igreja e manifestar profunda admiração pelo papa João Paulo II, apresentava algumas ressalvas quanto à Teologia da Libertação e à politização das CEBs.²¹¹

A opção pela renovação eclesial por meio das CEBs não era consenso entre o presbitério, movimentos religiosos e leigos. As Assembléias Diocesanas, as visitas pastorais, escritos de Dom Olívio e registros no livro-tombo de algumas paróquias evidenciam conflitos acerca da opção em realizar a Igreja na base através das CEBs; contudo, no período analisado, o ponto de discordância não parece ter vindo da intromissão partidária das Comunidades Eclesiais de Base.

Não é herético afirmar que, no fundo, há uma crise de identificações sobre o papel da Igreja, que deveria ser compreendida para além dos caprichos umbilicais de determinados padres, religiosos ou leigos. Como dito no relatório *Ad Limina* e muito oportuno se compreendido numa dimensão cultural, a diversidade da formação do clero representava um desafio à gênese de uma afinidade sobre a compreensão da missão da Igreja. Com isso é público e notório o não-consentimento acerca dessa 'eclesiogênese' sintonizada na descentralização

²¹⁰ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**.

²¹¹ MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial no Oeste do Paraná..., op. cit., p. 70.

paroquial, no compromisso promocional efetivo com os pobres e seu programa de libertação sócio-econômica.

A leitura atenta de alguns livros-ata do conselho pastoral e livros-tombo de algumas paróquias²¹² evidenciam a profusão dos movimentos, como Apostolado da Oração, Congregação Mariana, Cursilhos de Cristandade, Grupos de Casais e Renovação Carismática que, sintonizados no perfil da paróquia/padre, apresentam resistências à integração no projeto diocesano. Como demonstram as atas das Assembléias Diocesanas, esses movimentos tinham representatividade diocesana, não estando, por conseguinte, isolados nas capelas e paróquias. Alguns deles possuíam padres, religiosos e leigos que assumiam a coordenação e o secretariado das atividades na diocese. Dom Olívio parece ter esboçado algumas resistências quanto à eficácia ético-social desses movimentos e sentem-se igualmente algumas reações dissimuladas e às vezes explícitas em sentido contrário.

Embora as incertezas quanto ao rumo da organização da diocese apareçam em vários relatos, poucos posicionamentos foram incisivos e ácidos como os contidos no livro-tombo da catedral São João Batista, sobretudo nos anos de 1982 a 1984. A opção do padre é que a paróquia, o setor e, assim, a diocese devem privilegiar a formação de lideranças através do Cursilho de Cristandade. A formação das CEBs, além de não se saber bem o seu significado, é um engodo porque gera insegurança, provoca atritos entre todos e desvirtua a missão da Igreja. Ao que parece, o padre apresenta uma concepção eclesial muito comum nas décadas de 1950 e 1960 quando competia à Igreja e ao Estado atuarem em parceria sobre a sociedade. A concordata moral implicava uma concepção paternalista e assistencial de organização e promoção social. *“Os pobres de fato, eles existem, falta unir, neste campo as forças cristãs com as forças do Estado, que existem. Eles tem dinheiro e meios, e nós temos fé, mas andamos desunidos”*.²¹³

São interessantes outras observações feitas pelo padre no livro-tombo após os preparativos, tanto paroquial quanto setorial, a fim de encaminhar os resultados para realização da Assembléia Diocesana a se realizar no mês de novembro de 1982: muita proposta como um castelo de areia. Mas os incômodos aconteceriam ainda durante a V Assembléia Diocesana, assessorada pelo monsenhor Arnaldo

²¹² A leitura a que se refere diz respeito às paróquias de Santa Terezinha de Itaipu, Ramilândia, Matelândia, da cidade de Foz do Iguaçu a catedral de São João Batista e São José Operário.

²¹³ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Foz do Iguaçu, 1º de janeiro de 1983.

Beltrami. Está registrado no livro-tombo que tudo gira em torno de muita proposta fantasiosa quando, na prática, cada padre em sua paróquia tem autonomia. Assim se refere:

Todas as paróquias da diocese com alguns leigos estiveram presentes e participaram. Muito longo este planejamento. Sentia-se em tudo os debates e avaliações, que duas correntes estiveram em luta e cada qual quer impor a sua linha a outra linha. Monsenhor Arnaldo Beltrami quis contornar tudo isto, mas nem sempre o conseguiu. Igualmente, gente exigindo sem querer oferecer muito. Depois na vida paroquial, será diferente, pois cada paróquia imprime a sua linha de pastoral própria, dentro do caráter diocesano.²¹⁴

A passagem acima contribuía para compreender o porquê dos veementes discursos de Dom Olívio na abertura das Assembléias em insistir na unidade e na aplicação das diretrizes aprovadas para evitar descaso e tergiversação na aplicação do plano de pastoral. Possivelmente percebendo essas resistências, Dom Olívio escreve na apresentação do Plano de Pastoral de 1983, após os resultados da V Assembléia Diocesana, realizada em novembro de 1982: *“Verificando porém a existência de grandes valores na Diocese, porém pouco integrados, a Assembléia introduziu no plano o seguinte OBJETIVO ESPECÍFICO: ‘INTEGRAÇÃO PARA GARANTIR MAIOR COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO NOS DIFERENTES NÍVEIS E SERVIÇO DA IGREJA PARTICULAR”*.²¹⁵

Outra experiência ocorreu em 1981 envolvendo a paróquia Nossa Senhora do Caravaggio de Matelândia. O conteúdo do livro-tombo registra a profusão de encontros da Renovação Carismática Católica (RCC), do Movimento Familiar Cristão e do Cursilho de Cristandade. É perceptível o apoio dos padres quanto à promoção de encontros interparoquiais e concentrações diocesanas da renovação carismática, formação de grupos de oração e freqüentes retiros para jovens. Quanto a estes, além das diversas reedições em cada ano, o livro-tombo registra o conteúdo trabalhado durante os encontros como vida de oração, sexualidade, namoro, participação nas atividades da igreja, obediência familiar, dentre outros. Ademais, há um completo silêncio quanto aos eventos que envolvem a diocese como as assembléias, os retiros do clero, as reuniões dos setores e os planos de pastorais.

²¹⁴ Id., *ibid.*, 7 de novembro de 1982.

²¹⁵ FAZZA, Dom Olívio Aurélio. Apresentação: caríssimos agentes de pastoral. V PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU DE 1983. Foz do Iguaçu, 1º de janeiro de 1983, p. 2.

Observando o protocolo de sempre, ocorreu a visita pastoral dentro do previsto, tendo sido Dom Olívio condecorado pelo prefeito municipal com o título de ‘hóspede oficial’, uma espécie de homenagem concedida a personagens que se destacam e têm relação próxima com o município. Na realização dos encontros na matriz e interior, procurou falar sobre o plano de pastoral da diocese lembrando a todos que a prioridade é promover as CEBs e a família. Todo o registro da visita ocorre normalmente, com apenas um diferencial em relação ao uso de algumas expressões que pareciam ser mais incisivas do que as das visitas pastorais ocorridas noutras paróquias. Assim se refere: *“Sente-se a falta de maior número de leigos preparados para uma colaboração maior na pastoral, sendo esta a provável explicação do malogro de algumas Cebbs. Os atuais sacerdotes encaram com realismo e decisão este problema da formação dos leigos e querem enfrentá-lo”*.²¹⁶

Embora já se pudesse compreender o sentido da observância e a sutil lembrança aos padres para prepararem os leigos e evitarem o malogro das CEBs, uma carta enviada aos padres, dez dias depois, expressaria a percepção pastoral e o desejo de Dom Olívio quanto aos novos rumos que a paróquia devia tomar. Mantendo o tom cordial e amigável, após as congratulações acerca da acolhida, do clima fraterno e da homenagem recebida, reforça que a visita pastoral realizada naquela paróquia pode ser dividida em três momentos complementares: um antes, um durante e um depois. Os preparativos e a visita já haviam ocorrido restando agora a missão de pôr em prática a consequência da visita. Assim está registrado na missiva:

Estamos agora na importante fase do depois. É preciso que não deixemos cair no esquecimento tudo que ouvimos e aprendemos. Pertencendo à grande família diocesana sabemos que estamos unidos a todos os irmãos desta Igreja Particular. Procuremos crescer nesta união rezando sempre pelo bispo e por todo o povo da Diocese. Pertencemos à Diocese, procuremos seguir seu plano de Pastoral como nos foi apresentado durante a visita. Nossas preocupações pastorais tem como prioridade: A Família e as Comunidades Eclesiais de Base, com atenção especial aos pobres e jovens.²¹⁷

²¹⁶ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARAVÁGGIO: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Matelândia, 11 a 18 de outubro de 1981.

²¹⁷ FAZZA, Olívio Aurélio. Comunicado paroquial de Nossa Senhora do Caravággio de Matelândia. Matelândia, 26 de outubro de 1981. (Grifo do autor).

Raros são os momentos em que foi tão direto e veemente na sua solicitação aos padres, tendo marcado o ‘depois’ com expressões pouco comuns – *‘É preciso que não deixemos cair no esquecimento tudo que ouvimos e aprendemos’* (grifo do autor) – ao longo de seus escritos e visitas pastorais. A razão da intensidade de seu discurso justifica-se porque atinge um de seus grandes desafios acerca da formação da mentalidade afinada com a proposta personificada *In Uno Spiritu*, quer dizer, integração, metodologia e objetivos comuns ou, para usar as palavras da carta, *‘Pertencemos à Diocese, procuremos seguir seu plano de pastoral’*. A observação era uma explícita repreensão aos rumos tomados pelos padres da congregação da Sagrada Família de Nazaré ao priorizarem em sua ação a profusão, sobretudo, da Renovação Carismática Católica.

Nessa dimensão deve ser entendido o destaque dado por Dom Olívio por ocasião da II Assembléia Diocesana de 1979 quando, em uma de suas plenárias, lembra que os movimentos de leigos somente têm sentido de existirem na diocese se integrados ao objetivo assumido pelo plano de pastoral.²¹⁸ Já na Assembléia do ano seguinte, em 1980, algumas observações são feitas quanto à *“manifestação exagerada de emoção e sentimento dos dons de cura e línguas”* da RCC, pouco conhecimento do plano de pastoral em algumas paróquias e atitudes centralizadoras dos padres que precisam *“descer da pirâmide para falar com os leigos”*.²¹⁹ Ainda na entrevista de abril de 2007, lembra que a Igreja deve acompanhar o movimento da RCC a fim de evitar excessos quanto à oração em línguas, batismo no Espírito, dom da profecia, entre outras manifestações pouco ortodoxas.²²⁰ Esses reclamos pontuais acenam para a dificuldade maior quanto à aprovação das prioridades da diocese e manifestam práticas e representações não sintonizadas com a proposta desejada pelo bispo em conjunto com a equipe diocesana de pastoral.

Vale lembrar que a experiência da RCC na Igreja Católica causou estranhamentos e cisões entre leigos, padres e bispos, desde sua chegada no Brasil no segundo quartel do século XX. Conforme alguns historiadores, este movimento foi trazido por padres jesuítas que realizaram os primeiros encontros e o I Congresso

²¹⁸ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU: II Assembléia Diocesana..., op. cit., 15 a 16 de novembro de 1979.

²¹⁹ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU: III Assembléia Diocesana..., op. cit., 21 a 23 de novembro de 1980.

²²⁰ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2.**

Nacional em 1973 na cidade de Campinas.²²¹ Na avaliação de Maria da Conceição Silva, a CNBB dedicou atenção a esse movimento desde a XIV Assembléia ocorrida em 19 a 27 de novembro de 1974. A partir de 1977, com a XV Assembléia, a CNBB se manifestou sobre a importância de entender a linha teológica da RCC e realizou levantamento histórico para que os bispos pudessem estudar com mais rigor as práticas católicas difundidas pelos líderes da Renovação. O episcopado se mostrou preocupado com a ênfase dos carismas e com os excessos de curas e as manifestações em *línguas incompreensíveis*. Os bispos conclamavam os padres e todos os membros da hierarquia católica no Brasil para uma análise mais acurada sobre o significado correto e o discernimento pastoral desse catolicismo nas suas dioceses.²²²

Após a XV Assembléia, o episcopado incluiu o assunto nas assembleias e reuniões realizadas em diversas ocasiões pela CNBB. Dessa forma, a discussão sobre o significado da RCC, nas dioceses, integrou pauta da Reunião da Presidência com a Comissão Episcopal de Pastoral (1981) e da VI Reunião do Conselho Permanente (1982), momento em que os participantes discutiram os valores, exageros e perigos muitas vezes preconizados pelo movimento.²²³ O resultado final de estudos, debates e disputas ocorre com a publicação das *“Orientações Pastorais à Renovação Carismática”* durante a realização da XXXII Assembléia Geral da CNBB de 1994, vinte anos depois de terem iniciados as primeiras discussões.

É importante essa digressão porque contextualiza a preocupação de Dom Olívio dentro das mesmas apreensões que a CNBB vinha vivenciando há vinte anos e, durante a década de 1980, manifestava flagrante resignação. Como se não bastassem as discordâncias teológicas e posturas eclesiais daí decorrentes, não havia nenhuma orientação definitiva da Igreja do Brasil até 1994. Embora houvesse normativas das Igrejas Particulares, não pareciam satisfatórias para munir a ação de Dom Olívio de suficiente legitimidade. Somam-se a essas questões a manifesta precaução e a resistência quanto à concepção de Igreja em voga na RCC e,

²²¹ Publicação oficial da RCC: O que é? Cf. CHAGAS, Cipriano. **Pentecostes é hoje! Um estudo sobre a Renovação Carismática**. São Paulo: Paulinas, 1977.

²²² SILVA, Maria da Conceição. **Política e hegemonia na Igreja Católica: um estudo sobre a Renovação Católica**. Goiânia: Kelps, 2001, p. 50 – 52.

²²³ Id., *ibid.*, p. 51.

portanto, pouco integrada na caminhada da diocese. Nesse clima, em novembro de 1985, Dom Olívio publica *“Renovação Carismática: Algumas normas disciplinares”*.

Para apresentar as normas disciplinares, Dom Olívio envia, em 20 de novembro de 1985, uma carta a todos os párocos da diocese informando sobre a decisão tomada depois da consulta ao clero realizada em outubro do mesmo ano. O documento, contudo, expressa uma decisão menos colegiada do que individual. As normas disciplinares foram extraídas do livro *“Renovação Carismática Católica”*, cuja edição está esgotada, publicado em 1983 pela Província Eclesiástica de Aparecida, São Paulo. Impresso em papel mimeografado, o documento de três páginas é composto por 17 artigos que, como sugere o título, apresenta conteúdo fundamentalmente disciplinar, manifestando profunda preocupação e desconfiança da eficácia pastoral e da interpretação teológica do movimento.

Tenho constatado pessoalmente o grande bem que a Renovação Carismática tem operado em nossa Igreja Particular. Nega-lo seria injusto. Por outro lado vejo com preocupação certas posturas da mesma. Minha intenção com estas normas, é colaborar para o desenvolvimento da Renovação, dentro de um legítimo espírito de Igreja. Isso só será possível se houver apoio e promoção por parte de todos os carismáticos, do Plano de Pastoral da Diocese.²²⁴

São abundantes ao longo do documento expressões pouco tolerantes quanto à inserção da RCC na diocese, justificando-se a adoção de normas disciplinares a determinar que a *“Renovação Carismática Católica se integre plenamente na pastoral orgânica da diocese”*. Na esteira dessas preocupações, Dom Olívio lembra que as normas sejam *“rigorosamente observadas em benefício do bem-comum do Povo de Deus”*; *“Que ninguém explore a emotividade exuberante do nosso povo”*; continua dizendo que o discípulo São Paulo notava que estes dons deixam *“margem a muitos equívocos e abusos. Criava confusão e pouca edificação”*; a busca do dom de línguas *“está envolto em um clima doentio de exagero, de equívocos e ambigüidades”*.²²⁵ Enfim, as normas disciplinares tecem reparos e correções quanto ao ambiente e à performance gestual – imposição das mãos, movimentos corporais, expressões de emotividade, ambientes pouco iluminados, música etc. –, às

²²⁴ FAZZA, Olívio Aurélio. **Caríssimos párocos, paz e bem!** Foz do Iguaçu, 20 de novembro de 1985.

²²⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **Renovação Carismática Católica: algumas normas disciplinares.** Foz do Iguaçu, novembro de 1985, artigos 1, 4, 5, 7 e 8.

expressões teológicas – busca de carismas, batismo no espírito, dom das curas, entre outras – e opções pastorais – pouca instrução religiosa e envolvimento social, exposição e adoração à hóstia sagrada. Por isso, lembra incisivamente o bispo:

Determinamos que metade do tempo destinado à oração seja empregada na instrução religiosa, sistemática e seqüencial, para um maior embasamento doutrinário... Não se faça a Guarda ou Exposição do Santíssimo Sacramento (sem) expressa permissão do Bispo Diocesano... Estas 'Orientações e Normas' devem ser acuradamente estudadas e explicadas nas reuniões de grupos, assembleias, seminários no Espírito, experiências de oração e similares. Só assim poderão ser observadas com verdadeira consciência e com o obséquio de respeitosa obediência.²²⁶

Em consonância com a prioridade definida e as investidas episcopais inibidoras de movimentos tradicionais, percebe-se a multiplicação de grupos de reflexão em praticamente todas as paróquias²²⁷ e, surpreendentemente, como diz uma fonte, alguns movimentos como Congregação Mariana, Apostolado da Oração e Cursilhos de Cristandade, mesmo vivendo sua espiritualidade, participam e se integram na pastoral da diocese ao assumirem a formação dos grupos de reflexão. Em visita à paróquia em Diamante do Oeste, constata que, “*Sem negar a existência de alguns católicos, que ainda resistem a ação da Igreja, posso testemunhar que foi para mim grande alegria e animação visitar a paróquia*”²²⁸ e ver a Congregação Mariana se integrando aos grupos de reflexão.

Convém pontuar que as evidências discursivas e algumas práticas episcopais de Dom Olívio apontam para a compreensão de que nenhum empreendimento pastoral seria mais eficiente e eficaz do que a formação dos grupos de reflexão, posto que criam nos leigos instrumentos de organização social e conscientização frente a uma sociedade que cresce e se vê tomada pelo *frisson* da mobilidade humana e das transformações sociais. Não se pode dizer que estava declinando dos

²²⁶ Id., *ibid.*, artigos 12, 13 e 17. (Grifo do original).

²²⁷ Como exemplo, pode-se destacar que em Santa Terezinha, Ramilândia e paróquias São José Operário e São João Batista de Foz do Iguacu há relatos da existência de grupos de reflexão. Já na paróquia de São Miguel há constatação de 533 grupos de reflexão na ocasião da visita pastoral de maio de 1984. Cf. LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO MIGUEL..., *op. cit.*, 10 a 20 de maio de 1984. Igualmente na paróquia de Medianeira, em 1979, havia mais de 500 grupos de reflexão, 73 grupos de jovens e aproximadamente 1000 lideranças formadas pelos cursos ofertados pela paróquia. Cf. VAN DE VEN. *Entrevista*...*op. cit.*

²²⁸ FAZZA, Olívio Aurélio. **Palavra do Pastor: Diamante do Oeste**. EUSE, nov. 1985. É interessante a matéria veiculada no informativo diocesano ao apresentar que os cursilhistas da diocese decidiram assumir as CEBs como prioridade pastoral. Cf. **Assembléia diocesana do cursilho de Foz do Iguacu chegam a conclusões inéditas**. EUSE, abr. 1987.

movimentos dos quais participou e nos quais se apropriou dos valores, como os da Congregação Mariana, a Congregação Vicentina e Focolares, mas que a formação crítica que se buscava era formada fundamentalmente através dos grupos de reflexão. Levando ao extremo essa afirmação, poder-se-ia falar que essas ações despertam da alienação presente na sociedade, enquanto aqueles movimentos têm um perfil pouco inserido na sociedade. Esta conclusão não parece deslocada quando se lê, no relatório encaminhado à cúria romana em 1985, o seguinte:

procuramos dar senso crítico (a todos os movimentos), para que seus membros fiquem firmes em sua própria identidade cristã no confronto com várias correntes ideológicas, na vida política e sócio-cultural. Este espírito crítico porém, é dado mais nos grupos de reflexão. Os outros movimentos acima citados, não oferecem tanta abertura para este aspecto, o que não lhes tira o seu valor como movimentos de espiritualidade.²²⁹

Todo esse cenário construído acerca do perfil espiritual e pastoral de Dom Olívio pode ser lido teoricamente pelo prisma da afinidade eletiva entre o exercício episcopal e suas escolhas/preferências junto a frações de classes sociais desprovidas do braço promocional e assistencial do Estado. Parece correto afirmar que há entre suas opções e os 'marginalizados modernos' atração mútua e de mútuo reforço que, em muitas circunstâncias, conduzem a uma espécie de cumplicidade. Não são experiências amalgamadas pelo contato, mas um corpo de convicções individuais e coletivas que estão, por vezes, fora do domínio da verificação e experimentação empírica, mas que dão sentidos e coerência à experiência subjetiva daqueles que a possui.

Ao buscar compreender a genealogia das opções da 'Igreja dos Pobres', Lowy, dentro da concepção weberiana, discute a incompatibilidade ética católica, senão hostil, ao desenvolvimento do capitalismo porque este motiva relações comerciais e impessoais, não permitindo um controle ético sobre as ações, pela injustiça proveniente do ultraje moral e, numa dimensão teológica, porque há entre o personagem Cristo e os pobres uma empatia eletiva. Estas considerações permitem concluir que haveria entre a ética católica e o capitalismo uma afinidade negativa, ou seja, uma inversão da afinidade eletiva que, levado à última instância, provocaria uma relação de incompatibilidade entre ambos. Na América Latina, a 'Igreja dos

²²⁹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina...**, op. cit., p. XXXIV. (Grifo do autor).

Pobres' “*é herdeira da rejeição ética do capitalismo pelo catolicismo – ‘a afinidade negativa’*”.²³⁰

Esses apontamentos são oportunos para compreender a atuação de Dom Olívio na medida em que, como se percebeu ao transcorrer da escrita, há uma afinidade eletiva nas suas ações com aqueles que, submergidos pelo sistema, pelas relações de produção e pela decorrente marginalidade, deixam expostas milhares de pessoas. Se, em termos de Brasil e América Latinas as CEBs fazem frente ao individualismo e ao agro-capitalismo que provoca o fim das comunidades rurais, no Oeste do Paraná essa realidade é personificada e combatida no espectro do êxodo rural e da mobilidade humana. Por outro lado, parece temerário concluir que haja, nas suas práticas e representações, uma afinidade negativa com o modo de produção capitalista de forma que seus objetivos são mais contidos e modestos. O bispo não dá esse passo!

São imperceptíveis ações de Dom Olívio que provocam questionamentos sobre a legitimidade do sistema capitalista, senão tão somente contra algumas conseqüências provocadas pelo sistema, como aquelas aventadas acima, bastando, para tanto, algumas correções de rumo. De modo que, se é possível expressar dessa forma, pode-se dizer que há afinidade eletiva negativa de Dom Olívio não com o capitalismo enquanto tal, mas com algumas mazelas que surgem neste sistema, como a marginalidade, a impessoalidade, entre outros. Com isso, está-se querendo introduzir, naquela provocação inicial quando se mencionou a Teologia da Libertação, um elemento que diz respeito à apreensão conceitual dessa expressão. As apropriações feitas dessa corrente teológica não devem ser entendidas na perspectiva de uma ‘eclesiogênese’ totalmente renovada – relação de poder horizontal, leigos gestores dos bens sagrados, padres somente na condição de animadores etc. –, senão somente reformada.

Essas observações são lapidares por demonstrarem as apropriações e ressignificações feitas ao longo de sua trajetória biográfica. Formado dentro de uma Igreja pré-conciliar, assíduo freqüentador de movimentos cuja espiritualidade é acentuadamente devocional e vigário numa paróquia marcadamente tradicional, a concepção do papel de Igreja doravante devia responder aos novos desafios apresentados pela cultura moderna que, na sua acepção, consistia na formação de

²³⁰ Cf. primeiro capítulo de LOWY, Michel. **A guerra dos deuses...**, op. cit.

grupos de reflexão a fim de tirá-los da visão sacramentalista e alienante. Estava claro que o momento da Igreja de Foz do Iguaçu consistia em fazer frente ao desafio social representado pela mobilidade humana e esgarçamento das relações pessoais, e agir nesse sentido significava instrumentalizar os leigos para o mundo que se modernizava. Para tal desafio, a proposta da formação das CEBs é mais adequada na visão de Dom Olívio.

Essa compreensão acerca do projeto *In Uno Spiritu* provoca inserções eclesiais na sociedade oestina. Como teria Dom Olívio agido diante das transformações sociais? Em quais situações o papel reformador da Igreja teria sido implementado? Estas são algumas provocações pendentes para o próximo capítulo.

CAPÍTULO III

DESAFIOS PASTORAIS NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Aos poucos o povo vai acreditando no seu valor, vai se unindo, fazendo greves e protestos pacíficos... aumenta a participação na vida comunitária da Igreja (em nossa diocese pelos grupos de reflexão). Vai crescendo a saudável preocupação, a consciência crítica.¹

Ao percorrer a trajetória de Dom Olívio, fica patente o universo de apropriações realizadas no interior do campo religioso católico com os movimentos religiosos de diferentes matizes – quando adolescente e jovem com a Congregação Vicentina e Mariana, e com os Focolares, quando adulto –, as orientações eclesiais pré-conciliares durante a formação seminarística e um decênio de presbiterato e pós-Concílio Vaticano II nos demais anos como vigário, pároco e provincial da SVD. Para além das mudanças *intra-corporis*, há que se colocar em questão os intercâmbios vindos de outros campos, como o político, o cultural e o econômico. Esses diálogos estão impregnados na visão de mundo do bispo e, conseqüentemente, presentes nas suas escolhas, atitudes e convicções pessoais e pastorais.

O campo religioso brasileiro está em constante (re)composição pelas reações das instituições, grupo, quase-grupos e indivíduos diante dos acontecimentos e também pelas mudanças dos outros campos (cultural, político, econômico, social etc.) que, pela dinâmica inerente a cada um, acabam por influir, determinar, conjugar e compor com as questões relativas à religião/religiosidade. A redefinição das fronteiras do campo religioso, resultado prático dessa construção/reconstrução, também propiciou a ampliação dos agentes e dos modos de gerir os bens de salvação: uma nova concorrência foi produzida por profissionais de várias formações, mas que também aspiram pelo seu espaço na cura das almas. Dentro desse rol de profissionais estão os teólogos leigos, profetas, psicólogos, médicos, sexólogos, professores de expressão corporal, de esportes ou de lutas marciais,

¹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Palavra do Pastor: Natal**. EUSE, dez. 1987, p. 3.

conselheiros de vida, assistentes sociais, entre outros que vêm contestar o monopólio até então ocupado pelos clérigos tradicionais.²

Na esteira de tais considerações, Otto Maduro entende, e nesse aspecto concordando com a perspectiva acima apontada, que o campo religioso não é unicamente um produto dos conflitos sociais, tampouco realidade absolutamente independente, desligada desses conflitos. O campo religioso é uma realidade *parcialmente produzida* pelas relações sociais (incluindo as relações conflituosas de classes sociais) e, também, uma realidade *parcialmente autônoma*, isto é, com atividade própria específica. Às duas dimensões, insiste Maduro em sintonia à compreensão e aplicação dialética, deve ser somado um terceiro aspecto que é o da influência do campo religioso sobre os conflitos sociais.³

Não limitando propriamente a dimensão e entendimento de conflitos sociais de classe propostos por Maduro, mas estendendo as transformações sociais e econômicas pela quais passava a diocese de Foz do Iguaçu, é interessante observar como Dom Olívio estabelece suas interlocuções. Discursando de dentro do campo religioso católico e se propondo a implementar ações voltadas para a opção preferencial pelos pobres, o bispo estabelece diálogos com outros campos de forças que estruturam a sociedade e, com isso, interfere na configuração e encaminhamento de questões que envolvem grande parte da sociedade do Oeste do Paraná.

As opções pastorais, como destacado no capítulo anterior quando pleiteou a implantação das CEBs e chamou atenção para a situação social em que viviam os migrantes e pequenos proprietários, fá-lo-á tomar medidas que o colocam em contato com diferentes grupos sociais cujo prestígio político e econômico são determinantes na sociedade oesteana. Contudo, longe da dissidência com os grupos sociais de opções ideológicas por vezes diferentes, Dom Olívio zelará pelo convívio a ponto de não esgarçar as relações de negociações/interlocuções. Não obstante, a esse comportamento não se pode atribuir uma estratégia racionalmente arquitetada e, sim, uma compreensão orgânica de sociedade em que papéis sociais são ocupados por diferentes classes e pessoas. Se fosse necessário enquadrar as

² SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? In: HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja na América Latina e no Caribe 1945 – 1995. O debate metodológico**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 81.

³ MADURO, Otto. O campo religioso como fator ativo nos conflitos sociais. In: -----, **Religião e luta de classes**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1983, p. 151 – 152.

atitudes do bispo no período estudado, parece correto falar numa metodologia de não afrontamento, por mais que as situações concretas apontassem para tal direção. Em função dessas ações, Dom Olívio ganha, por um lado, admiradores que enaltecem sua prudência e habilidade política e, por outro, críticas de ter se acovardado e atuado como freio dos movimentos sociais em momentos que exigiam, segundo alguns, decisões radicais. Desta última adjetivação o bispo tem conhecimento e não parece esboçar reação.

Desde agosto de 1978, quando assume a diocese, diálogos intensos e com certa freqüência ocorrem com grupo de militares – milícia à frente da construção de Itaipu e 34º Batalhão do Exército em Foz do Iguaçu –, representantes da elite política e jurídica – prefeitos das cidades que compõem a diocese e juizes da comarca de Foz do Iguaçu – e líderes da classe média/alta representada por comerciantes, profissionais liberais e grandes proprietários de terra. Longe da unanimidade e facilidade na resolução de questões polêmicas que envolvem esses grupos sociais, o capital simbólico do qual é legítimo depositário, sobretudo por se tratar de uma região de forte penetração religiosa na tessitura social, será constantemente evocado como recurso de persuasão, negociação e trânsito social.

Assim é lançado o objetivo deste capítulo: ao fazer uma narrativa histórica de situações que ocorreram na diocese e tiveram o envolvimento de Dom Olívio, busca-se captar o sentido de uma trama social que, em sua dimensão religiosa, engloba uma novidade pastoral que gera impacto político e social por sua opção pelas classes sociais menos favorecidas. Contudo, como representante da Igreja Católica, as ações do bispo não podem prescindir/excluir – por sua pretensão universal – de outros estratos, categorias e classes que vivenciam outras vertentes do mesmo catolicismo⁴ ou que estão fora do campo religioso católico. Além das questões que tangem imediatamente Dom Olívio, é necessário ter presentes os posicionamentos tomados pela Igreja católica haja vista ser uma instituição transnacional com ramificações locais.

⁴ Com estas expressões, Regina Novaes enuncia a preocupação em compreender a ação de Dom Marcelo Pinto Carvalheira à frente da diocese de Guarabira, na Paraíba, a partir de 1981. Na análise de Novaes, “Em um mundo que se quer secularizado e em uma Igreja Católica que é menos utopia e mais instituição, o Bispo tem sido capaz de produzir sentimentos e emoções religiosas em católicos de diferentes irmandades, movimentos ou de diferentes opiniões sobre a ‘linha da Diocese’”. Cf. NOVAES, Regina. Uma greve sacramental: A catolicidade no fio da navalha. In: SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: cotidiano e movimentos**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 248 – 249.

3.1 Uma narrativa histórica: Indícios intrigantes

Uma pequena história contada por Dom Olívio, em entrevista realizada para esta pesquisa no dia 11 de outubro de 2006, merece ser apresentada, porque manifesta, na singularidade do fato narrado, as tensões, planos de vivência do catolicismo e compreensão do papel da Igreja. O fato extrapola a sua dimensão espaço-temporal e acena para a trama de envolvimento em sua trajetória na organização da diocese de Foz do Iguaçu.

Transcorre o ano de 1978 e estão em franco desenvolvimento as negociações entre a Itaipu binacional com os posseiros, os arrendatários, os proprietários de terras e dos estabelecimentos comerciais no que diz respeito à desapropriação e indenização dos imóveis, tanto na área rural como na urbana, em função da formação do reservatório decorrente da construção da barragem sob o rio Paraná. As tratativas são tensas ao longo de seis anos, sendo intensificados nesse ano as assembleias, as passeatas e mobilizações públicas, os contatos com organismos de classe em esfera estadual e nacional de modo a consolidar o movimento Justiça e Terra como locus de reivindicação e defesa dos interesses dos desapropriados.

Paralelo aos acontecimentos que envolvem o movimento social e a Itaipu, é no mês de agosto que ocorre a nomeação de Dom Olívio para a nova diocese. Com isso, a cidade de Foz do Iguaçu, além de ser sede episcopal, também é palco da construção da usina hidrelétrica, assim como sedia o alto escalão dos generais mandatários da direção da binacional e seus signatários. Como episódio incendiário, ainda do ano de 1978, estão os preparativos para visita do presidente da República, Ernesto Geisel (1974 – 1979), em função da inauguração do canal de desvio do rio Paraná. Perguntado sobre o apoio dado ao movimento Justiça e Terra e à sua postura frente à Itaipu binacional, Dom Olívio comenta:

Meu apoio (ao movimento) foi dado dois meses depois que cheguei a Foz do Iguaçu. Ocorreu num domingo à noite, era mês de outubro, quando fui visitado por um grupo de pessoas líderes dos expropriados. Do contrário não tomaria iniciativa. Aí convoquei uma reunião com o clero para definir em conjunto qual medida tomar. A decisão em apoiar foi unânime. Ainda coloquei que deste povinho do meio rural nós temos vocações, bastantes vocações religiosas. Agora nós vamos abandonar essa gente? Mesmo que não fosse assim, porque se eles nos pediram nossa

presença, temos que dar apoio. Aí entrei nesse problema da Itaipu com pleno aval do clero daquele tempo.⁵

Após esse comentário, Dom Olívio rememorou uma experiência desagradável ocorrida com uma entrevista dada ao jornal “*Estado de São Paulo*”.⁶ A matéria do jornal menciona que o bispo teria dito que Itaipu “*perdeu sua glória*” no processo de indenização aos agricultores, sobretudo pela demora do pagamento e baixa valorização dos pertences e propriedades dos desapropriados. O incômodo e discordância em relação à matéria consistiram na suposta mudança de sentido dada pelo redator da matéria, ao omitir a palavra “*não*” e mudar o tempo verbal. Assim, o bispo retifica verbalmente a redação da matéria:

Então, me lembro bem, pois medi as palavras: ‘*eu espero que Itaipu não perca sua glória por causa do sacrifício dos desapropriados*’. Aí saiu assim: Itaipu perdeu a sua glória. Quer dizer, eles mudaram um pouco dando a entender que eu acusei Itaipu. Liguei tirando satisfação, mas não adianta mais, ainda mais naquela época. Este jornal, este jornal não era muito a favor da Igreja que se atualizava. Ele queria a Igreja daquele estilo conservadora, que nem punha em prática o Concílio Vaticano III! Com a *Gaudium et Spes* a Igreja abriu as portas. Mas o jornal, acho, queria a Igreja como da época do Brasil colônia.⁷

Aproveitando a oportunidade, ao retomar a pergunta da possível contrariedade com o projeto de construção de Itaipu, Dom Olívio responde incisivamente:

Não! Era impossível não construir Itaipu, pois já estava tudo em processo, em construção, além do mais seria uma humilhação perante a Argentina. A Igreja nunca se manifestou contra. Insistimos que os expropriados recebessem indenização justa e que seu futuro não seja arruinado por causa disso. Não me coloquei contra Itaipu! Nunca tive problema com os militares, exceto com aquele general.⁸

Ao ouvir atentamente essa entrevista, recobra-se a experiência discutida por Carlo Ginzburg acerca da “*maneira estranha*” do moleiro friulano ler, interpretar e

⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**.

⁶ Conforme Guiomar Germani, essa entrevista foi também publicada pelo jornal “*Folha de São Paulo*” em 8 de abril de 1979. Cf. GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água: conflitos de Itaipu**. 2 ed., Salvador: Edufba/Ulbra, 2003, p. 94.

⁷ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**. (Grifo do autor).

⁸ Id., *ibid.*

adulterar o que lê.⁹ Ou, noutro texto, em que chama a atenção do pesquisador para a habilidade em ler pistas, mais precisamente sintomas, indícios, signos pictóricos que manifestam características fundamentais do objeto/cultura analisado. Ginzburg reforça que, na ausência ou ao lado da documentação oral e escrita, há diversas pistas mudas que ao serem decifradas/lidas é possível o conhecimento de uma série coerente de eventos. Por milênios o homem foi caçador e, em função das inúmeras perseguições,

ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo.¹⁰

Ginzburg está apresentando a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos e sobre os dados marginais que podem ser considerados notórios em determinados casos. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, 'baixos', podem fornecer a chave cognitiva de fenômenos mais gerais como, a visão de mundo de uma classe social, de um escritor ou de toda uma sociedade.¹¹

Ao apresentar o fragmento da entrevista de Dom Olívio, não se pretende buscar o indício residual ou caçar interpretações pouco plausíveis, mas, ao cruzar com outras fontes documentais, apreender o sentido e significado da reação abrupta, do silêncio, da resignação, da recorrência à instância superior de legitimidade e da evocação histórica da relação parcimoniosa entre classes e grupos sociais. Explicações maniqueístas – favor/contra, concorda/discorda, apóia/recusa, certo/errado, aceita/nega – possivelmente não dariam conta da compreensão das atitudes de Dom Olívio e da rede de relações que, enquanto autoridade eclesiástica, invoca a cada manifestação na imprensa, a cada presença em uma reunião de cúpula e, até mesmo, na participação em uma assembléia popular. São atitudes às quais não se pode, de antemão, impingir uma manifestação de anuência,

⁹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 237.

¹⁰ Id., **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 151.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 151 – 178.

discordância ou imparcialidade, posto que há uma trama de possibilidades que deve ser interpretada tendo presente outros fatores preponderantes para a compreensão histórica.

Com esta mesma precaução é que se evita recorrer às categorias conservador/progressista/moderado, por se entender, primeiramente, a elasticidade de sentido de cada uma dessas categorias; segundo, porque as considerações daquele que pergunta/responde pode ser permeada pela subjetividade. A terceira razão, deve-se à questão de que situações/fatos, por serem irreproduzíveis impossibilitam ascender dos efeitos a causa determinante, sendo temerário categorizá-las e, finalmente, em decorrência, é ter presente que cada decisão é permeada por influências, rede de sociabilidades e convicções específicas àquela situação específica, o que torna susceptível ao jogo de relações de poder.

O relato contado por Dom Olívio e apresentado acima é particularmente intrigante porque, ao mesmo tempo em que manifesta apoio aos desapropriados, somente o faz após o pedido deles (visão menos profética e mais institucionalizada da Igreja?). Da mesma forma, sua aquiescência é dada após a consulta ao clero (isto é, embora na descendência, o poder do bispo não prescinde do trânsito entre os demais porta-vozes do sagrado da Igreja Particular) que é motivado pelo bispo, ressaltando-se o fato de ser do *'povinho'* o lugar de onde surgem muitas vocações religiosas (preocupação excessiva com a reprodução do clero para manutenção da Igreja?). Assim, participa ativamente das reivindicações dos desapropriados que buscam indenizações *"justas"* e que o progresso não seja protagonizado à custa do sacrifício humano (prerrogativa humanista?). Da exigência a melhores indenizações não se pode concluir ter sido contrário à construção de Itaipu, até porque Igreja e militares (o projeto Itaipu é implantado durante os governos militares) constituem duas instituições que atuam em parceria exceto, como lembra a entrevista, em alguns desvios de percurso como aquele entre o general e Dom Olívio (rememoração da boa convivência no Tiro de Guerra e relação harmoniosa entre Igreja e Forças Armadas, sobretudo até década de 1970?). A mesma precaução ocorreu contra o jornal *"Estado de São Paulo"* (Dom Olívio faz questão de afirmar que posterior ao fato ocorrido deixa de assiná-lo) que, por descuido ou má vontade do redator, provocou mal-estar entre o bispo e os generais que estavam na direção de Itaipu. Ao mesmo tempo, reivindica que, ao *'descuido'* da linha editorial do jornal, a Igreja havia passado pelo Concílio Vaticano II e, portanto, endossava uma práxis

voltada para inserção nas questões que afligem a modernidade, como as migrações forçadas, o êxodo rural, a urbanização acelerada, a moradia e emprego escassos, dentre outros. A esse diagnóstico, ratifica Dom Olívio, competia à Igreja optar preferencialmente pelos pobres.

Como se pode perceber, ao trazer à tona esta fonte, é possível explorar diversos indícios que denotam o entendimento de Dom Olívio perante as questões sociais, elucidam a maneira como estabelece suas relações interpessoais e reiteram uma compreensão específica sobre o papel da Igreja na diocese de Foz do Iguaçu em sintonia com sua dimensão transnacional. Está patente, por um lado, o entendimento permeado por uma leitura impregnada da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* em que cabe à Igreja, divina por criação, a missão bíblica depositada a Pedro. Por outro, há nele o entendimento de que o princípio evangélico em ser “*sal da terra e luz do mundo*” implica, no *aqui e agora*, a edificação de um mundo de justiça e igualdade social. Essa conclusão é corroborada, entre outras fontes, com a seguinte manifestação:

não esquecendo que a primeira missão da Igreja é uma missão sacramental sem deixar de fora o social. Talvez houve alguns exageros que a gente precisava estar atentos: querer transformar a ação pastoral da Igreja, quase que exclusivamente numa linha social, deixando de fora a parte sacramental. Aqui tenho que ser sincero e dizer esta dificuldade que encontrei: harmonizar a parte social com a parte sacramental. Não foi fácil não! Agora (refere-se à atualidade) este lado mais social do agricultor, seus produtos, trabalhadores, sindicatos etc., agora parece que hoje está um pouco esquecido se preocupando mais com lado espiritual. De maneira geral, toda a Igreja e aqui na diocese, nas paróquias também está voltada para novenas, orações etc. Não que não seja importante, porém não se pode esquecer pelo social do seu povo isso sem ter nada contra os ricos.¹²

Essa verbalização não parecia fortuita, porque assumiu um significado muito especial no seu episcopado, provocando o envolvimento em algumas situações polêmicas de modo a gerar desconfortos, como arremata numa matéria publicada em agosto de 1983: “*Houve desafios? Sem dúvida. E isto não podemos estranhar se queremos ser discípulos de Cristo devemos segui-lo sempre, sem excluir o caminho da cruz. Nossa caminhada nestes cinco anos esteve marcada fortemente pela*

¹² FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1.**

presença da cruz. Sentimos porém, o conforto da graça de Deus pois sabemos que muitos rezam por nós. Igualmente não faltou o apoio de muitos irmãos de nossa e outras dioceses".¹³ O estilo pessoal e a compreensão de que pertence ao múnus episcopal a integração de todos os diocesanos, indistintamente, no mesmo rebanho e, por conseguinte, na unidade da Igreja, fazem Dom Olívio empregar em seus discursos demonstrações de fé pessoal e convicção de que a realização Reino de Deus não prescinde de melhores condições de vida. Em sintonia com o presente entendimento, é oportuno destacar a análise realizada pela socióloga Regina Novaes ao bispo Marcelo Carvalheira, da diocese de Guarabira na Paraíba, quando afirma:

Como pastores de todos os católicos, os Bispos têm como tarefa principal promover a unidade da Igreja, através da autoridade advinda de uma hierarquia de inspiração divina... Diferentemente de outros Bispos ou padres 'progressistas' que, por vezes, resvalam ou sucumbem às regras do discurso político ou de tipo sociológico, D. Marcelo, mesmo participando de situações extremamente delicadas do ponto de vista político-social, radicaliza sempre nas características próprias do discurso religioso. Usando fontes e imagens bíblicas, fala dos problemas de terra ou de trabalho evocando a missão salvadora da Igreja e o Reino de Deus.¹⁴

Essa conclusão parece acertada para delinear a concepção e o envolvimento de Dom Olívio diante das situações sociais em que vive grande parte dos diocesanos envolvidos pelo forte êxodo rural, pelas desapropriações de terra e pela urbanização acelerada. O mesmo se pode afirmar no plano político em que a dissensão em torno do regime militar com o crescimento dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais contribui para gerar um clima que se tornava tenso, agravado, sobremaneira, com a instabilidade econômica pela qual passava a região Oeste do Paraná. A demonstração de sensibilidade pelas mazelas sociais arranca expressões de lamento e explicações de que são causadas pelo egoísmo e cobiça humana. Diante dessas situações, o bispo conclama a todos, como o fez na abertura na 4ª Assembléia Diocesana em novembro de 1981, a se espelharem na missão profética de João Batista, padroeiro da diocese, e denunciar as injustiças sociais que

¹³ FAZZA, Olívio Aurélio. **A palavra do pastor: a alegria de festejar o 5º aniversário**. EUSE, ago. 1983.

¹⁴ NOVAES, Regina. Uma greve sacramental..., op. cit., p. 248.

vitimam a muitos diocesanos: *“Será que estamos cumprindo com fidelidade esta missão profética da qual São João Batista nos dá luminoso exemplo?”*¹⁵

Tendo sido formada pela divisão territorial da diocese de Toledo, cuja pastoral estava centralizada na fluência de movimentos espiritualistas, o crescimento e perfil da diocese de Foz do Iguaçu dependiam em grande parte das atitudes tomadas por Dom Olívio, que parecia estar convencido da necessidade do investimento. Ao comemorar três anos de instalação da diocese, o jornal EUSE publica duas matérias que ilustram a preocupação em estruturar um empreendimento diocesano orgânico e voltado para as especificidades da microrregião Oeste do Paraná.

A primeira matéria é o editorial presente na primeira folha do jornal e faz uma analogia, em forma de diálogo, entre a existência da diocese e a vida de uma criança: assim como a criança é espontânea em fazer perguntas e não é acanhada porque ainda não foi condicionada pelos reguladores sociais (família, escola, Estado, dentre outros), a diocese igualmente não apresenta vícios adquiridos (*“Você não sabe, mas o povo está esquecendo Toledo? R: O que é Toledo?”*¹⁶) de modo a poder dar passos livres conforme as próprias escolhas: *“Vamos, caminhe... você não é tão fraquinha assim”*.¹⁷ Contudo, assim como a criança que sofregamente tateia os primeiros passos, a formação da diocese como corpo orgânico deve ser constituído paulatinamente contando com a cooperação dos movimentos (que não devem olhar somente para seu carisma), dos padres e religiosos (poucos e com formação heterogênea) e direção do bispo (*“é verdade que se sente tão bem entre nós? R: Que é isso menina? Você não percebe que Dom Olívio está tão feliz em ser o nosso Pastor, nosso Guia, nosso Orientador?”*)¹⁸. A analogia explicita um projeto de Igreja diferente daquele desenvolvido e com presença de novos sujeitos.

Sintonizado com o ato comemorativo dos três anos de instalação da diocese, a segunda matéria é de Dom Olívio e, ao fazer uma retrospectiva das atividades desenvolvidas, quando *“Estávamos ainda ensaiando os primeiro passos”*, um grande acontecimento ocorreu na América Latina: a realização da Conferência de Puebla em 1979. Arremata o bispo: *“A Diocese acolhe, estuda e decide: seguiremos o caminho de Puebla”*.¹⁹ Tendo no horizonte as inspirações dessa Conferência,

¹⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **IV Assembléia Diocesana**. EUSE, dez. 1981.

¹⁶ **Editorial**. EUSE, ago. 1981.

¹⁷ Id., *ibid.*

¹⁸ Id., *ibid.*

¹⁹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Caríssimos Diocesanos**. EUSE, ago. 1981.

justifica, é que são confirmadas as prioridades da diocese em torno da família, das Comunidades Eclesiais de Base, dos pobres e jovens. Como consequência dessas opções, alguns resultados são percebidos, como a consolidação da divisão administrativa da diocese em setores, a assistência às crianças pobres e órfãs com inauguração da creche Mamãe Carolina, a decisão da diocese em apoiar e assumir a luta dos desapropriados de Itaipu através do movimento Justiça e Terra.

É inevitável que as experiências vividas e apropriadas por Dom Olívio se confundem com aquelas definidas no âmbito de sua profissão; afinal, as atividades por ele desempenhadas ocupam parte intensiva de sua vida. Com isso, vida/função e opção/realidade ostentada são dimensões que se fundem, (re)compõem, amalgamam uma relação tensa/intensa entre a trajetória individual e o projeto de Igreja local e transnacional. A composição de seu governo traz imbricada a constituição da nascente diocese com um projeto ético-social desenvolvido *pari passu* com os encaminhamentos tomados pela Igreja na esfera supra-diocesana. Particularmente, o antropólogo Pierre Sanchis chama a atenção para uma implicação teórico-metodológica fundamental quando se analisa a instituição religiosa – nesse caso está se referindo a católica –, alertando que seria um erro de perspectiva fechar a tentativa de compreensão das interlocuções eclesiais inseridas exclusivamente em situações pontuais (histórico-espaciais) sem ter presentes a dimensão e o projeto político-social que extrapola o campo religioso propriamente dito. A Igreja, e nesse caso cabe aplicar a análise sobre a inserção e perspectiva de compreensão da atuação de Dom Olívio em Foz do Iguaçu, não é (só, ou sobretudo, ou diretamente, ou prioritariamente) o seu espaço que reivindica

quando se engaja nas lutas sociais, mas, antes de tudo, o respeito a vigência, melhor, a instauração no campo político-social de um conjunto de valores – com as suas consequências práticas –, que definem uma certa concepção do homem. É uma transformação objetiva das relações sociais que a Igreja pleiteia, e não o reconhecimento e a confirmação de sua hegemonia ou de seu próprio poder. Sem a admissão prévia da realidade desta mudança... parece-me impossível tentar uma avaliação objetiva da atual situação... Neste sentido, sim, e apesar do que às vezes se afirma, a Igreja é portadora de um projeto de sociedade. Vale lembrar, além dos embates propriamente político-sociais, os problemas do divórcio, do aborto e tantos outros.²⁰

²⁰ SANCHIS, Pierre. Igreja e questão agrária: um posfácio. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 275 – 276.

No caso analisado, sobressai a preocupação em arregimentar energias para estruturar intervenções no campo político-social que, sobretudo em finais da década de 1970 e durante os anos de 1980, parece mais conflitante em função de ser uma diocese presente na fronteira que passa por fortes transformações econômicas e sociais. Nesse sentido, os porta-vozes do sagrado e leigos engajados nas CEBs são notificados a empreender ações que busquem

Capacitar o homem de fé a interpretar a vida, interpelar sobre a problemática das situações humanas e intervir na construção da história. A CATEQUESE LIBERTADORA: – Não se limita à simples e restrita dimensão econômica, política, social e cultural, mas deve ter em vista do homem todo em todas as suas dimensões, incluindo sua abertura para o Absoluto-Deus (EN n. 33). Libertação baseada no Reino de Deus. Assim ao pregar a libertação e ao associar-se àqueles que operam com o sentido de a favorecer, a Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se desinteressasse dos problemas temporais do homem.²¹

A linha pastoral da diocese é, em grande parte, consequência do investimento pessoal do bispo que, fiel à orientação do Regional Sul II da CNBB, dá prioridade à renovação paroquial através das CEBs, cujo foco é atuar com os pobres e jovens. Parece correto afirmar que a linha de pastoral da diocese é a linha do bispo! Trata-se, como se pode constatar nas fontes arroladas acima, de uma proposta de intervenção social (ação no temporal) a favor dos pobres que esbarra, em muitas situações, nas convicções e crenças de grupos sociais. Embora o projeto não tenha sido inviabilizado, mereceu constante vigilância, recorrência e insistência para que não ocorresse desvirtuamento da proposta pastoral: *“creio que de modo geral a fisionomia da pastoral foi boa, feliz, equilibrada com algumas exceções”*.²² É importante destacar que os atributos dos jogos de linguagem que entram nos processos de interlocuções sociais e políticas dependem, como assinalou Bourdieu, de uma série de condições externas à própria linguagem, em especial o reconhecimento social da posição de autoridade de quem o emite, para a qual

²¹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Diretrizes Catequéticas: Diocese de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 28 de março de 1985 (grifo do autor). A citação acima é completada com as seguintes considerações: “mas, reafirmando sempre o primado da sua vocação espiritual, ela recusa-se a substituir o anúncio do reino pela proclamação das libertações puramente humanas e afirma mesmo que a sua contribuição para a libertação ficaria incompleta se ela negligenciasse anunciar a salvação em Jesus Cristo” (EN n. 34).

²² FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**.

contam as condições institucionais de sua produção e de sua reprodução. No caso estudado, é correto entender que a população majoritariamente católica, o contexto socioeconômico de crise, a vigência do regime militar e as entidades de classe em fase embrionária vinham somar com a sensibilidade e habilidade político-religiosa do bispo. Pode-se afirmar que, no encalço do pensamento de Bourdieu, Dom Olívio é o *“porta-voz autorizado que consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador”*.²³

3.2 Mobilidade humana e os posicionamentos da Igreja Particular

Ainda em 1971, o Regional Sul II apontava para uma questão que durante a década seria, possivelmente, o maior desafio pastoral da Igreja do Paraná. Trata-se das migrações internas, sobretudo para as cidades, de milhares de paranaenses que, ao deixar o meio rural, vinham engrossar os subúrbios das cidades num amontoando de gentes e culturas.²⁴ A observação para os padres orientarem e acolherem os migrantes sob a tutela da Igreja expressava uma preocupação premente que era evitar um processo de distanciamento e indiferença dos cidadãos com a religião católica. O desenrolar da década de 1970 sinalizaria para o crescimento acelerado das cidades em todo o estado do Paraná acenando para o novo desafio: doravante as interlocuções da Igreja não estariam mais restritas aos problemas do campo, haja vista o forte êxodo e a marginalização urbana que exigiriam posicionamentos diferentes daqueles tomados até então.

O Oeste do Paraná, particularmente a diocese de Foz do Iguaçu, em finais dos anos de 1970, não é diferente, e a trajetória de Dom Olívio se depara concomitantemente com situações paradoxais: ao lado do discurso do progresso (construção da Itaipu binacional) a miséria que grassa grande parte da população (marginalização social); êxodo vivenciado no campo e urbanização acelerada na cidade de Foz do Iguaçu; estrangulamento nas capelas e paróquias em função da emigração e crescimento desproporcional no atendimento padre/leigos na cidade. A compreensão desse cenário socioeconômico é fundamental porque tange,

²³ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 89.

²⁴ LIVRO ATA DA XXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 17 de maio de 1971.

inevitavelmente, à atuação do bispo exigindo tomada de posições críticas. As reflexões de Bourdieu sobre o papel desempenhado pelo profeta parecem oportunas para compreender algumas inserções político-religiosas do bispo.²⁵ Menos a autoridade da contracultura e de carisma excepcional, e mais o protagonismo que o torna responsável, em diversas ocasiões, pela assunção, mobilização e organização das reivindicações e interesses de certos grupos sociais que contestam, por seu intermédio, aspectos da tradição dominante. Precisava compreender quais grupos sociais e interesses serão atendidos através das ações de Dom Olívio.

3.2.1 Modernização do espaço regional

A ocupação e colonização intensiva do Paraná são relativamente recentes. Até meados do século XX, basicamente, o aparelho burocrático e a gestão do estado giravam em torno do litoral havendo alguns núcleos urbanos no sul e no Norte paranaense. Com os governos de Moisés Lupion (1947 – 1951 e 1956 – 1961) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1951 – 1955), o estado amplia sua atuação para outras regiões e consolida-se como principal promotor da política de imigração, passando os governos a orientar, influir, dirigir e até mesmo a escolher os imigrantes.²⁶ Caracterizam esse período os discursos apologéticos voltados para a preocupação em ocupar os vazios demográficos, nacionalizar as fronteiras, ativar a economia, criar uma identidade paranaense e co-irmanar com os destinos promissores do país. Os discursos dos governadores prestados na Assembléia Legislativa evidenciam as medidas adotadas para promover a imigração e incentivar a produção agrícola. É preciso planejar a colonização, libertar o “*Paraná de seu confinamento Provinciano*”.²⁷ Como resultado desses encaminhamentos, o estado do Paraná vê o contingente populacional saltar de 1,2 milhão em 1940 para 4,2

²⁵ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed., São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 56.

²⁶ MARTINS, Wilsom. **Um Brasil diferente: ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná**. São Paulo: Anhembi, 1955, p. 110.

²⁷ IPARDES – Fundação Edison Vieira/Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989, p. 26. Há um importante estudo sobre a trajetória política e a gestão de Bento Munhoz a frente do estado do Paraná. Cf. KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Netto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004. Para uma análise das políticas governamentais de incentivo a imigração, ver: MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e eutopia: práxis do catolicismo no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002; GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940 – 1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

milhões em 1960 aumentando ainda esse número, como mostra a Tabela 1, na década de 1970.

Tabela 1 – Crescimento Populacional do estado do Paraná entre 1940 a 1991.

Ano	População
1940	1.236.276
1950	2.115.547
1960	4.296.375
1970	6.929.821
1980	7.629.849
1991	8.448.713

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.
Organização: MEZZOMO, F. A., 2009.

Nos dois governos, o imigrante, principalmente procedente do Sul do Brasil, constitui elemento fundamental para o desenvolvimento do Paraná. O conhecimento e experiência com a terra, anteriormente adquiridos, e o tipo de propriedade que se deseja implantar, isto é, pequena propriedade, tornava o imigrante elemento de grande importância para o processo. Entretanto, nos governos de Ney de Amintas Barros Braga (1961 – 1965 e 1979 – 1982) e Paulo Pimentel (1966 – 1971), esse mesmo elemento se torna indesejável à medida que a pequena propriedade, segundo o novo discurso, não atende mais às necessidades de um Paraná desenvolvido. Esses governadores incorporam em seus discursos o tema da industrialização cabendo ao estado trazer para o âmbito da administração pública o gerenciamento do processo. Mediante iniciativas estatizantes, racionaliza-se o funcionamento da máquina estatal, adotam-se políticas de incentivos fiscais, criam-se fundos de desenvolvimento econômico e social, amplia-se o setor de serviços (como educação e saúde), aplica-se no setor de infra-estrutura como energia e transporte rodoviário e investe-se na qualificação técnica da mão-de-obra.²⁸

Concomitante a tais encaminhamentos, há um processo fundamental de interferência na organização espacial do território paranaense. Trata-se da modernização agropecuária a provocar uma mudança radical na organização

²⁸ Análises contundentes sobre este processo, ver IPARDES – Fundação Edison Vieira/Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social. *Paraná: Economia e sociedade*. Curitiba, 1982, p. 61 – 62. Sobre o percurso político de Ney Braga e a construção do mito do Neyismo no estado do Paraná, ver a pesquisa KUNHAVALIK, José Pedro. *Ney Braga: trajetórias política e bases do poder*. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno...**, op. cit.

produtiva do setor primário e conseqüente êxodo rural. Em sentido estrito, entende-se por modernização a crescente utilização na produção agropecuária, de máquinas e equipamentos, bem como de insumos industriais, elementos que provocam verdadeira mudança na base técnica da economia agrícola e representam novas formas de estruturação da produção, ou seja, afetam a estrutura fundiária e a pauta dos principais produtos.²⁹ José Graziano Netto amplia o entendimento acerca da modernização, sustentando que ela não se restringe às inovações técnicas embora representem parte significativa do processo. As inovações biológicas, na esteira da Revolução Verde, permitiu que, com as culturas do trigo, milho e arroz, se rompessem as barreiras naturais do plantio. Além do mais, não se pode esquecer da modificação organizacional da produção em que a composição e a utilização do trabalho foram atingidas pelo uso da mão-de-obra assalariada, pela expropriação dos pequenos produtores e pelo enquadramento produtivo aos moldes empresariais de organização.³⁰

João Manuel, ao analisar o desenrolar do sistema capitalista no Brasil, sobretudo a partir da 'Revolução' autoritária dos militares, sustenta o caráter excludente da modernização por ter promovido a concentração fundiária, industrializado a agricultura com vistas à exportação e lançado uma esmagadora maioria da população camponesa na pobreza absoluta. Assim,

o êxodo rural se intensifica de maneira extraordinária. Na década de 60 abandonaram o campo quase 14 milhões de pessoas, e, na de 70, outros 17 milhões. A miséria rural é, por assim dizer, exportada para cidade. E, na cidade, a chegada de verdadeiras massas de migrantes – quase 31 milhões entre 1960 e 1980 – pressionou constantemente o mercado de trabalho urbano.³¹

Segundo Elpídio Serra, o fenômeno da modernização é conhecido no Paraná porque envolveu em questão de poucos anos uma reviravolta radical, mudando completamente a estrutura do espaço agrário. O processo que inverteu a paisagem agrária, como num toque de mágica, fez surgir, no lugar da agricultura tradicional dependente do trabalho familiar, uma nova agricultura dependente do capital; no

²⁹ IPARDES. *Paraná: Economia e Sociedade...*, op. cit., p. 25.

³⁰ GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 26 e 38.

³¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando (coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes e intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 619 – 620.

lugar da pequena propriedade que produzia para a subsistência dos seus trabalhadores, a grande empresa agropecuária voltava-se para o mercado; no lugar do trabalho sem pressa nas lavouras de subsistência, a produtividade ou a intensidade do próprio trabalho, ocasionava o desenvolvimento das relações trabalhistas de produção.³² Esse processo produtivo, reitera José Graziano da Silva, conduz à perda daquelas características artesanais próprias de atividades camponesas e passa a exibir uma divisão de trabalho crescente, como na fase da manufatura e da grande indústria. Com isso, uma das grandes conseqüências são as elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passa a constituir uma das raízes do inchamento das periferias do subemprego e da crise urbana do período recente.³³

É decorrência desse processo modernizador a alteração nas taxas de crescimento do Paraná. Por isso, a imigração com destino rural, que havia se mantido em torno de 6% ao ano durante o período de 60/70, caiu drasticamente para 0,94% ao ano durante a década de 1970. Mais importante é o fato de que a população rural do Paraná teve um crescimento negativo de 3,5% ao ano nessa década. Isto constitui a reversão mais abrupta já observada no Brasil, partindo da condição de foco mais importante de atração às áreas rurais do Paraná, para ser os maiores fornecedores de emigrantes do país.³⁴ A Tabela 2, com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traça um panorama e confirma a inversão histórica da predominância da população rural pela população urbana. Com a crescente urbanização, há uma inversão no que se refere às atividades econômicas paranaense. Enquanto a participação do setor industrial quase duplicou em 1975 (de 18,77% para 32,35%), a da agropecuária caiu de 31,12% para 20,11%. O Paraná se transforma, pois, em uma sociedade urbana. As causas da mudança *“Sem dúvida, ela é fruto da concentração fundiária e da mecanização da agricultura”*.³⁵

³² SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Presidente Prudente, 1991, p. 170.

³³ SILVA, José Graziano. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 89 e 119.

³⁴ MARTINI, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, p. 75.

³⁵ MAGALHÃES, Marion Brephol de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 83.

Tabela 2 – População urbana e rural do estado do Paraná entre 1950 a 2007.

Ano	Urbana	Rural	Percentual	
			Urbana	Rural
1950	528.288	1.587.259	24,97	75,03
1960	1.327.982	2.968.393	30,91	69,09
1970	2.504.253	4.425.568	36,14	63,86
1980	4.472.506	3.157.343	58,62	41,38
1991	6.197.953	2.250.760	73,36	26,64
1996	7.011.990	1.991.814	77,88	22,12
2000	7.786.084	1.777.374	81,41	18,59
2007	8.923.022	1.612.382	84,70	15,30

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007.
Organização: MEZZOMO, F. A., 2009.

Dados levantados na pesquisa de doutoramento de Davi Schreiner apontam que, a partir da década de 1970, observa-se um crescimento vertiginoso da concentração da terra.³⁶ De um lado, embora o número de propriedade com mais de mil hectares tenha aumentando minimamente, a área ocupada por essas unidades aumentou substancialmente. De outro lado, diminuiu o número e a área ocupada pelas propriedades com menos de cem hectares as quais, em 1970, totalizavam 536.208 estabelecimentos agrícolas (96,70%) e ocupavam uma área de 7.672,39 milhões de hectares (52,39%). Já as propriedades com mais de 1.000 hectares, que totalizavam um número ínfimo (1.087 unidades, 0,19%), ocupavam uma área de 2.732.391 milhões de hectares (18,68%). Essa tendência manteve-se nas décadas seguintes. A outra ponta da lança são aqueles que perderam suas terras e tornam-se diaristas, bóias-frias realizando trabalhos de capina, plantio e colheita. Estima-se que deixaram o campo, durante a década de 1970, aproximadamente um milhão de pessoas. Conforme publicação da CPJP de 1983, em muitas regiões, as áreas de lavoura têm dado lugar a áreas de pastagens, mas que são usadas para especulação, na sua maioria, por parte do grande capital. Tanto é verdade que, entre 1966 e 1971, o preço da terra valorizou 130% e entre 1971 e 1977 valorizou 2.000%. Novamente o pequeno produtor trabalha e valoriza a terra, sendo geralmente em seguida expulso.³⁷

³⁶ SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2002, p. 91.

³⁷ COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – Violência no campo. Curitiba, ano 4, n. 5, 1983, p. 25.

Ângela Ferreira considera que o esforço para modernizar a agricultura e integrá-la à indústria foi particularmente bem sucedida no Sul do país, onde havia condições endo-climáticas para a expansão de culturas que, além de praticamente 100% mecanizáveis, aliavam a qualidade de agir favoravelmente na banca de pagamentos do país: a soja, o trigo e, em segundo plano, as demais culturas de inverno (aveia, cevada, centeio). No Paraná, continua a autora, a década de 1970 assistiu a uma rápida expansão da soja tanto na esteira dos cafezais erradicados como em outras áreas, passando de 395.484 hectares em 1970 para 2.250.000 hectares em 1981, atingindo, portanto, uma variação de 596%. Tal fenômeno representou um fator substancial para o expressivo aumento no número de máquinas agrícolas e insumos modernos consumidos no Paraná. Essa mudança reflete percentualmente na aquisição de maquinários agrícolas como, por exemplo, na variação de 328% no número de tratores durante a década, passando a densidade de área por unidade de trator de 183 ha/trator em 1970 para 64 ha/trator em 1980.³⁸

Esses fatores não são estranhos à região Oeste do Paraná. A modernização tecnológica da agricultura constituiu-se no fator exógeno com maior alcance, responsável pela mecanização das terras, pela introdução de insumos modernos, pelo uso de máquinas e equipamentos e pela utilização do crédito subsidiado pelo governo estadual e federal. A atividade agrícola consolidou-se no trinômio soja/trigo/milho, promovendo um aumento considerável na produção e na produtividade dessas culturas, ocasionando a redução do número de propriedades rurais, principalmente as pequenas, e pela diminuição da população da maior parte dos municípios. Para Peris,

A modernização da agricultura foi um fator exógeno que trouxe vantagens e desvantagens para a região e para os municípios do eixo. As desvantagens principais foram os impactos ambientais, inevitáveis no processo, e o êxodo rural, da mesma forma

³⁸ FERREIRA, Ângela Duarte. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978 – 1982. In: BONIM, Ana Maria (et al.). **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Criar, 1987, p. 14. Numa pesquisa feita pelo Iparde, havia no Paraná, em 1960, 5.181 tratores e 986 colheitadeiras. Vinte anos depois, em 1980, esse número multiplicou-se para 79.377 tratores e 14.730 colheitadeiras. Cf. IPARDES. *Paraná: Economia e Sociedade...*, op. cit., p. 25. Esses índices são particularmente importantes porque apontam para mecanização do campo e dispensa de mão-de-obra. O trator, entende Graziano Neto, é o melhor indicador do padrão técnico de uma agricultura moderna, porque ele provoca uma série de outros usos técnicos, tais como implementos, insumos e a própria concepção no uso da terra. Cf. GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia...**, op. cit., p. 28.

inevitável, uma vez que a modernização agrícola é altamente poupadora de mão-de-obra. As grandes vantagens foram a melhoria da produtividade e o aumento da produção, aliados à introdução da atividade criatória de animais, como frango e suínos, que possibilitaram o desenvolvimento da agroindustrialização da região, privilegiando seu conjunto de municípios e o Eixo Cascavel – Foz do Iguaçu.³⁹

Essas ações, conforme afirmado acima, introduzem nova dinâmica na ocupação do espaço, uma vez que alteram a relação homem–natureza–produção. Para Zahar, a modernização no Oeste do Paraná implicou a transferência de complexos industriais de capital multinacional, com o objetivo de atender à demanda de insumos, máquinas e implementos agrícolas, assim como a implantação de agroindústrias de esmagamento de soja para a produção de óleo e farelo foi condições imprescindíveis para que a modernização agrícola se efetivasse. Inseridas nessa estratégia, as cooperativas foram criadas e fortalecidas, para se tornarem agentes de comercialização da produção entre produtores e órgãos governamentais e, direta ou indiretamente, encarregavam-se da distribuição do produto à indústria de processamento. As instituições bancárias, ao atuarem como agentes financeiros desse processo, introduziram novas formas na relação comercial: a agricultura familiar que até esse momento comercializava seus produtos, sem a interferência de terceiros, passou a fazê-lo por intermédio de financiamentos bancários, tornando-se ao mesmo tempo um vendedor de produtos agrícolas e um comprador de sementes, insumos, agrotóxicos e equipamentos agrícolas.⁴⁰

Assim, novas formas de reprodução das relações de produção passam a fazer parte do cotidiano do trabalhador agrícola no Oeste paranaense e em grande parte do Sul do Brasil. Com isso, a dinâmica da produção passou a estar vinculada ao mercado e ao sistema financeiro. A terra deixou de ser um espaço social de produção de subsistência e de reprodução das relações familiares, assumindo,

³⁹ PERIS, Alfredo Fonseca; LUGNANI, Antonio Carlos. Um estudo sobre o eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, na região Oeste do Paraná. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n. 104, jan/jun. 2003, p. 86.

⁴⁰ ZAHAR, Mirian. A imigração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos "brasiguaios". REVISTA ELETRÔNICA DE GEOGRAFIA Y CIÊNCIAS SOCIALES, Barcelona, n. 94 (88), 1º de ago. 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2008, p. 5.

progressivamente, o caráter de um meio de produção de mercadorias e de trocas comerciais auspiciadas por laços individualizantes e concorrenciais.⁴¹

Paralelamente ao processo de modernização fundiária e suas profundas conseqüências na mudança da dinâmica regional, há que ser considerado outro fenômeno que contribuiu decisivamente para nova configuração espacial: investimento no setor energético. Durante a década de 1970 está em vigor a aplicação do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) ocorrido, respectivamente, entre os anos 1972/1974 e 1975/1979. O objetivo central dos PND, dentro de uma estratégia desenvolvimentista dos governos militares, era proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento do país, criando uma economia moderna, competitiva e dinâmica e promover a integração nacional. Com isso, o setor energético tornou-se preocupação central, ao lado das indústrias básicas. A construção de grandes complexos hidrelétricos visava a estabelecer uma infra-estrutura adequada às necessidades do rápido crescimento urbano-industrial em processo no Brasil. A construção da hidrelétrica de Itaipu, no município de Foz do Iguaçu, se insere nesse contexto e, sem dúvida, é um exemplo significativo de mudança estrutural econômica, política, como socialmente. A modernização agroindustrial e a hidrelétrica de Itaipu conjugam-se na transformação radical do espaço oeste.

3.2.2 A construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional

O empreendimento de Itaipu configurou-se num capítulo à parte e, como resultado de esforços exógenos na região, influenciou determinantemente a organização infra-estrutural (abertura e fechamento de capelas e centros comunitários, remoção de padres e congregações religiosas) e pastoral (organização de linhas e serviços pastorais) da diocese de Foz do Iguaçu. A compreensão da trajetória de Dom Olívio está intrinsecamente ligada à construção da binacional que o acompanha, se é possível expressar assim, antes mesmo de sua nomeação episcopal. Na entrevista cedida em abril de 2007, relembra o estado de nervosismo e insegurança que ficou ao ser informado, em São Paulo pelo monsenhor Expedito, que o núncio apostólico, Dom Carmine Rocco, desejava falar-lhe pessoalmente. Comenta aos risos, no dia da entrevista, que, embora soubesse dirigir, pegou um táxi para se deslocar ao convento, localizado no bairro das

⁴¹ SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: EDT, 1994, p. 24 – 25.

Perdizes, onde, num final de tarde do mês de março, o núncio o aguardava.⁴² Confidencia Dom Olívio que não havia razão para uma conversa de tal natureza, exceto que estivesse acontecendo algum problema que envolvia a Província Brasil-Centro da qual ele era responsável.

Dom Olívio rememora aquela tarde de diálogo com o núncio. A conversa ocorreu numa sala confortável tendo o núncio iniciado com perguntas sobre suas atividades como provincial da SVD, isto é, números de padres, quantas paróquias atendiam, se tinham muitos seminaristas e vocações religiosas e sacerdotais etc. Em seguida, o núncio apresenta a razão da conversa: o papa Paulo VI o havia escolhido para incorporar o colégio episcopal e assumir a diocese de Foz do Iguaçu. O conteúdo da conversa, naquele momento, teria pegado de surpresa. Ao comunicado do núncio Dom Olívio teria interpelado: *“Mas núncio, Foz é tão difícil porque tem a construção da Itaipu e região de fronteira. Precisa de gente preparada para tal função. Eu não tenho as qualidades necessárias para um posto assim”*; a que o núncio teria dito *“olha o Santo Padre escolheu o senhor, ele sabe, ele sabe’... O núncio sempre recorria ao papa, à Igreja, para explicar as razões da escolha. A resposta do aceite do convite deveria ser dada por escrito”*.⁴³ Os imbróglis envolvendo a Itaipu tomariam em grande parte o conteúdo de seus discursos e de seus envolvimento sociais quando bispo daquela neodiocese.

A construção da hidrelétrica de Itaipu está inserida numa política desenvolvimentista adotada pelos governos militares preocupada em subsidiar o crescimento industrial brasileiro. Organizada em 1962, a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) desenvolveu políticas voltadas para a implantação de grandes projetos hidrelétricos, dos quais Itaipu Binacional, Balbina, Sobradinho e Itaparica poderiam ser tomados como exemplos. Para Silvio Coelho do Santos, as novas tecnologias desenvolvidas nos anos setenta começaram a permitir a implantação de linhas de transmissão a longas distâncias, abrindo perspectivas para o aproveitamento de recursos hidráulicos em remotas regiões do país.⁴⁴

⁴² Por meio de alguns fragmentos da memória de Dom Olívio foi possível chegar ao nome completo do monsenhor e a identificação do convento. Trata-se do monsenhor Antônio Expedito de Barros Marcondes, seu amigo, que, entre 1980 até 2000, exerceu a função de redator responsável pela edição em português do *L'Osservatore Romano*. A conversa com o núncio ocorreu no convento das irmãs Marcelinas, hoje sede regional da congregação em São Paulo, localizado na rua Itapicuru, número 112, no bairro das Perdizes.

⁴³ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista**. Foz do Iguaçu, 30 de abr. 2007. (A/A).

⁴⁴ SANTOS, Sílvio Coelho. Hidrelétricas e suas consequências sociais. VII REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, Porto Alegre, jul. 2007, p. 2.

De modo geral, a experiência brasileira no processo de instalação das hidrelétricas, assim como outros em projetos faraônicos (rodovia Transamazônica e usina de Tucuruí), registra a prevalência dos interesses nacionais e internacionais sobre os regionais e locais. A realização é decidida em função de critérios e estratégias complexas e distanciada das lógicas que presidem o cotidiano local. Na perspectiva nacionalista, pondera Arnaldo Carlos Muller, poderia reconhecer que, como país, considera-se aceitável impor às regiões afetadas pelas hidrelétricas os danos ‘eventuais’ de sua economia e seus valores culturais; entretanto, experiências assinalam situações em que parcelas das populações atingidas não conseguiram recuperar suas bases econômicas e caíram em situação de marginalidade social.⁴⁵

Warren Dean apresenta reservas em relação à macroeconomia adotada pelos governos militares brasileiros quando, pela constatação da taxa de crescimento econômico momentaneamente rápido, justifica-se a negligência tecnocrática em relação a obras de infra-estrutura. Sabedores de que as jazidas de carvão do Brasil eram exíguas e de baixa qualidade, e suas reservas de petróleo não eram confirmadas, pois em sua maior parte não estavam em produção, a energia hidrelétrica, limpa e aparentemente barata e não poluente, parecia compensar a lamentável falta de navegabilidade dos rios do Brasil, em favor de um objetivo estrategicamente válido.⁴⁶ Contudo,

⁴⁵ Cf. MULLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 270 e SANTOS, Silvio Coelho dos. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. **REVISTA ETNOGRÁFICA**, Lisboa, vol. VII (1), 2003, p. 88.

⁴⁶ Ao explorar as motivações latentes na década de 1970 quanto à aplicação no setor de produção de energia, condição para o crescimento industrial pelo qual passava o Brasil, Edson Belo afirma que a “produção de energia de Itaipu era uma das alternativas no campo energético, em substituição ao carvão e ao petróleo. Comparando a alternativas energéticas, inclusive a nuclear, e incorporando a transmissão, ‘foi demonstrado’ que os seus custos eram mais baixos, além de ser uma solução para os problemas de fronteira”. Cf. SOUZA, Edson Belo Clemente. **Estado: produção da região do lago de Itaipu – Turismo e crise energética**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Presidente Prudente – UNESP. Presidente Prudente, 2002, p. 36. Em discurso na Assembléia Legislativa do Paraná, general Costa Cavalcante, diretor geral da Itaipu binacional, expunha: “Itaipu não é apenas uma hidrelétrica, apesar de ser a maior do mundo. Esta obra proporciona e cria condições para o desenvolvimento econômico e social de uma região e de dois países. E, mais do que isto, o projeto, a obra de Itaipu é um grande projeto e um grande empreendimento, é uma grande obra de integração entre dois países, Brasil e Paraguai”, e “rompendo os grilhões do subdesenvolvimento, em contínuo esforço, objetivando propiciar cada vez melhor qualidade de vida ao nosso povo. Para tanto, temos que lançar mão dos recursos naturais que possuímos, dos avanços tecnológicos conhecidos e da capacidade de nossa gente”. Cf. Pronunciamento em 29 de jun. 1979 na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba.

Os modestos esforços das companhias de eletricidade para rebater as críticas públicas eram cada vez mais ineficazes em face dos graves problemas sociais e políticos derivados de tais investimentos. O deslocamento de moradores, a perda de terras produtivas e o abandono dos trabalhadores ao final da fase de construção, tudo isso mostrava imensamente constrangedor. Estranho que o governo fosse incapaz de desapropriar latifúndios com o propósito de reforma agrária, embora não tivesse nenhuma dificuldade em desapropriar pequenos produtores com objetivo de construir barragens.⁴⁷

É público e notório que os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar tiveram conseqüências socioambientais desastrosas. Assim, nos anos 1980, com a redemocratização do país, o setor elétrico enfrentou dificuldades para finalizar projetos que estavam em andamento. Movimentos sociais contra a implantação de hidrelétricas disseminaram-se, tendo como referência a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), depois Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que emergiram como resistência organizada às barragens construídas ao longo do território brasileiro. Acrescente-se, ainda, que nos anos 1980 estabeleceram-se claras reorientações dos organismos internacionais de financiamento, em particular quanto às questões socioambientais. O Banco Mundial passou a defender a criação de departamentos de meio ambiente junto às empresas do setor elétrico, além de condicionar seus financiamentos à emergência de legislação ambiental mais adequada em vários países.⁴⁸ Entretanto a normatização, a liberação e a fiscalização das construções de hidrelétricas retratam um processo moroso e pouco consolidado entre autoridades e órgãos deliberativos, contando, sobremaneira, com pressão oriunda de entidade de classe, movimentos sociais e organizações religiosas cuja pauta reivindicatória prevê proteção do meio ambiente, política indenizatória e desapropriação assistida.

Muller coordenou as atividades ambientais da Itaipu binacional em 1975 até 1995, quando elaborou o Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente. Nas suas análises sobre a conjugação dos fatores construção de hidrelétricas, desenvolvimento e meio ambiente, entende que essa forma de investimento provoca, inevitavelmente, dois tipos diferentes de impactos sociais, isto é, aqueles produzidos com a chegada do grande número de pessoas vinculadas à obra,

⁴⁷ WARREN, Dean. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 313.

⁴⁸ SANTOS, Sílvio Coelho. Hidrelétricas..., op. cit., p. 3.

desestruturando a vida social dos povoados então existentes, e aqueles decorrentes da expulsão das famílias das áreas de inundação para a formação do reservatório, transtornando os sistemas econômicos e culturais preexistentes.⁴⁹ A repercussão social e econômica dessa expulsão também atinge indiretamente outras populações, como acontece com os estabelecimentos comerciais situados próximos à área desocupada, que perdem sua clientela, e nos locais que recebem repentinamente os relocados, criando demandas por terras, serviços e mercados, o que afeta significativamente os processos produtivos.

As duas conseqüências apontadas acima, cuja reflexão é oportuna para Itaipu, têm um custo social muito alto porque trazem consigo novos padrões de consumo e de comportamento moral, alterando as relações sociais. Além do mais, requerem um investimento maciço na prestação de serviços como escolas, atendimento à saúde (odontológico, postos de saúde, hospitais, médico etc.) e lazer, adequação da infra-estrutura regional, como pavimentação de estradas, sistema de transportes, pontes, aeroportos, saneamento básico, entre outros. O efeito 'sanfona', de rápida ampliação e enxugamento populacional ao lado da alteração no convívio social e mudança no sistema de produção, provoca efeitos, só e se superáveis, ao longo tempo. Em função dessas conseqüências, Patrícia Sotuyo considera o período da construção da Itaipu mais conturbado para Foz do Iguaçu do que para o restante da região, porque marcado por grandes transformações: um rio que se converte em lago, desapropriações em pequenas localidades encoberta pelas águas, migração de milhares de pessoas, especulação imobiliária, mudanças nas atividades econômicas, desmembramento e perdas de área total de municípios.⁵⁰

A construção de Itaipu é resultado de uma conjugação de fatores: o primeiro diz respeito à visão estratégica e de longo prazo dos governos militares do Brasil; segundo, a capacidade da diplomacia brasileira ao negociar um acordo com Paraguai e Argentina, interessada porque a usina localiza-se a montante do país; outro fator foi o potencial hidrelétrico do Rio Paraná, que permitiu transformar as proximidades de Foz do Iguaçu na maior hidrelétrica do mundo em produção de energia. Além disso, havia a capacidade técnica brasileira na construção de barragens e na montagem de unidades geradoras de energia em grande escala. Por

⁴⁹ MULLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas...**, op. cit., p. 271.

⁵⁰ SOTUYO, Patrícia Cláudia. **Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1998, p. 38.

último a existência da demanda de energia elétrica por parte da região industrializada do Brasil.⁵¹

Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

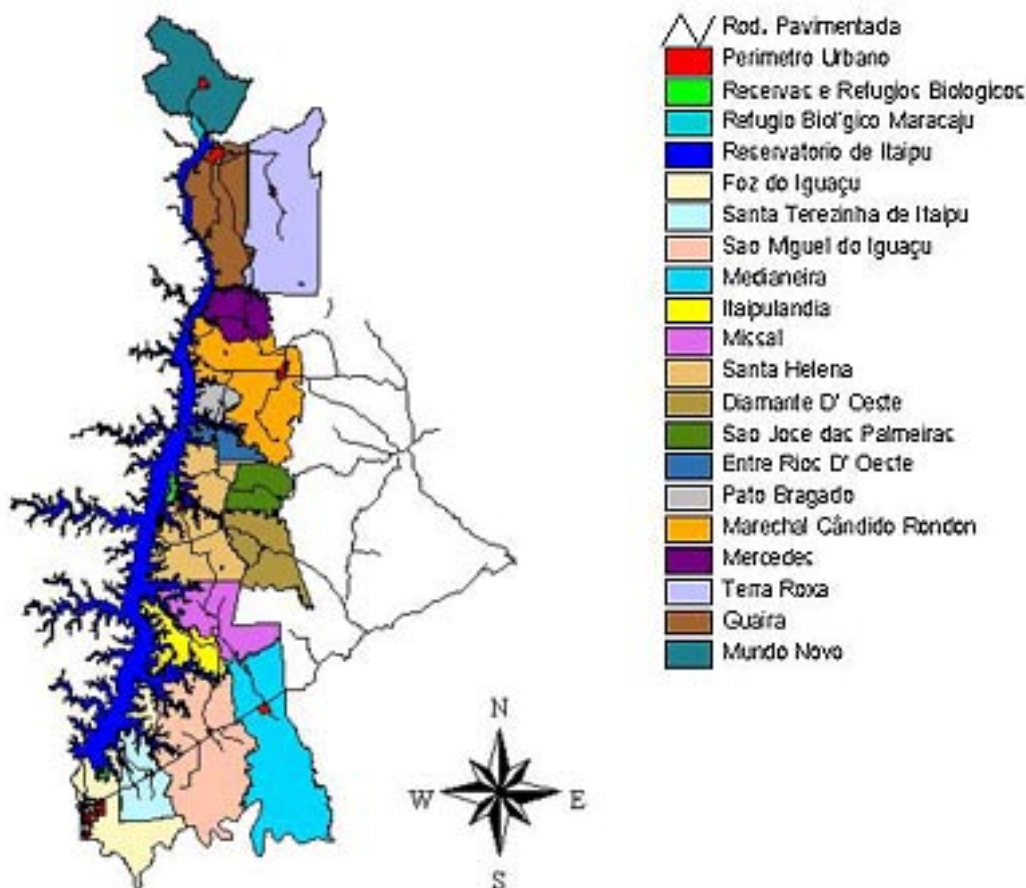


Figura 6: Área inundada pelo reservatório de Itaipu e municípios limítrofes.
Fonte: DAROLT, 2002.⁵²

O projeto Itaipu começa a se concretizar a partir de 26 de abril de 1973, quando foi assinado o Tratado entre o Brasil e o Paraguai, e conclui uma etapa importante entre 13 outubro a 5 de novembro de 1982, quando é formado o reservatório sob o rio Paraná. O Tratado determinava as condições para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos do rio Paraná, pertencente em condomínio aos dois países desde, e inclusive, o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra, na cidade homônima, até a foz do Rio Iguaçu, na cidade de Foz de Iguaçu. Pelo Tratado, os dois países concordaram em realizar em comum o aproveitamento

⁵¹ PERIS, Alfredo Fonseca; LUGNANI, Antonio Carlos. Um estudo sobre o eixo..., op. cit., p. 88.

⁵² DAROLT, Moacir Roberto. **Projeto Incentiva Agricultura Orgânica nos Municípios Limítrofes a Itaipu**. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/DaroltItaipu.htm>> Acesso em: 10 de nov. 2008.

dos recursos hídricos e criaram para esse fim a Entidade Binacional denominada Itaipu. Segundo dados da Binacional Itaipu, a obra foi iniciada em 1975, e a formação do reservatório ocorreu em outubro de 1982, inundando 1.350 km² de áreas marginais ao rio Paraná (FIGURA 6). Destes, 780 km² encontra-se em território brasileiro e 570 km² em território paraguaio, limitando a área de desapropriação até aproximadamente 200 km a montante da construção da usina.⁵³

Conforme relatório produzido por Itaipu, foram construídas cerca de 9.500 residências, sendo metade do lado brasileiro e metade do lado paraguaio, distribuídas por três conjuntos residenciais na periferia de Foz do Iguaçu e oito conjuntos residenciais em Porto Stroessner. O sistema escolar instalado atendeu cerca de 15.700 alunos, nos diversos níveis, até o secundário, sendo 10.500 no lado brasileiro.⁵⁴ A formação do reservatório trouxe, possivelmente, o impacto sócio-econômico imediato mais drástico. Na época da construção da Itaipu eram oito os municípios brasileiros diretamente afetados pela obra, depois alguns distritos foram se desmembrando e em 2008 são dezesseis municípios.⁵⁵ Em conjunto, eles perderam 13,09% de seu território o que corresponde 101.093 mil hectares do território paranaense.⁵⁶ A diminuição territorial pela formação do reservatório implicou o êxodo forçado, uma vez que aproximadamente 6.900 propriedades rurais e 1.600 propriedades urbanas, totalizando 8.500 propriedades, foram extintas. Num levantamento feito pela Itaipu sobre o processo de desapropriação, de todas as áreas abrangidas somente em 16 propriedades (quatro urbanas e doze rurais) não foi possível fazer negociações amigáveis. Em indenização foram despendidos na ordem de 190 milhões de dólares.⁵⁷

⁵³ ITAIPU BINACIONAL – RESUMO DO PROJETO ITAIPU. Foz do Iguaçu (s/d). Pelo que indica, esse relatório foi produzido em finais de 1980 e início de 1981. Para todos os efeitos, as informações técnicas, os resultados alcançados e as atividades a serem realizadas remetem a 1980, p. 19.

⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 39.

⁵⁵ Os municípios lindeiros, por ordem alfabética, são: Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Mundo Novo, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa. **Municípios lindeiros**. Disponível em: http://lindeiros.pti.org.br/home/cidade_lista.php. Acesso em: 1º de ago. 2008.

⁵⁶ As perdas territoriais dos municípios foram: Santa Helena perdeu 31,73%; Matelândia, 0,45%, Medianeira, 3,45%, São Miguel do Iguaçu, 21,49%; Foz do Iguaçu, 26,77%; Guaíra, 10,3%; Terra Roxa, 0,22% e Marechal Cândido Rondon, 17,78%. Esses municípios todos, exceto os três últimos, faziam parte da diocese de Foz do Iguaçu. Conforme dados da Itaipu, a eles devem ser somados Mundo Novo e Ilhas. Apud. LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930 – 1984)**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2006, p. 306.

⁵⁷ ITAIPU BINACIONAL – Desapropriações: Área do reservatório (margem esquerda). Foz do Iguaçu: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, s/d, p. 1.

Na área viviam pouco mais de oito mil famílias, aproximadamente 42.444 pessoas das quais 38.445 viviam no meio rural e 3.999 no meio urbano.⁵⁸ Este número, conforme Juvêncio Mazzarollo, representava 11% da população dos municípios atingidos, e 45% do contingente deslocado era força de trabalho ativa.⁵⁹ Para dispor das terras a serem inundadas, o Poder Público as desapropria por meio de decreto, podendo ser de Utilidade Pública ou Interesse Social.⁶⁰ No caso de Itaipu, o Decreto de Utilidade Pública foi publicado somente em 2 de março de 1979, quando há cinco anos as indenizações estavam em curso. Especula-se que a razão da demora era proposital porque o Decreto tem vigência de cinco anos e, caso não estivesse finalizado o processo indenizatório, devia-se aguardar um ano para que o mesmo fosse reeditado.⁶¹ Essa demora atrasaria o cronograma da obra e, sobremaneira, despertaria especulações acerca dos inconvenientes de uma obra de tamanha magnitude encampada pelo regime militar. A pressão feita para desapropriar, até 1979, não tinha, portanto, base legal, e os contratos eram registrados em cartório de imóveis através de compra e venda. Conforme Mazzarollo,

Todos foram forçados a deixar suas terras, casas e benfeitorias, e lançar-se na luta pela desestruturação de suas vidas, famílias e comunidades. Os que tinham propriedade foram indenizados, e entre estes houve os que conseguiram bons negócios e também os que se arruinaram. Mas havia muitos que nada possuíam (posseiros, arrendatários, empregados e bóias-frias), e estes,

⁵⁸ Estes números apresentam pequenas mudanças conforme o relatório expedido pela Itaipu ou estudos baseados noutras fontes de pesquisa. Cf. ZAHAR, Mirian. *A imigração rural...*, op. cit., p. 6 e SOUZA, Edson Belo Clemente. **Estado: produção da região do lago de Itaipu...**, op. cit., p. 68.

⁵⁹ MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. 2 ed., São Paulo: Loyola, 2003, p. 49.

⁶⁰ A desapropriação pode ser feita sob o título de Utilidade Pública ou Interesse Social. As que são feitas por utilidade pública, emitidas pela União, estados, município e Distrito Federal, abrangem todos os bens e podem incluir áreas contíguas ao desenvolvimento da obra a que se destinam e qualifica, como passíveis de declaração, as áreas destinadas ao aproveitamento das águas para energia elétrica. Podem estar igualmente inclusas no decreto as áreas necessárias à criação e melhoramento de centros de população para seu abastecimento regular de níveis de subsistência. Esse caso de desapropriação também estabelece o acesso imediato das autoridades administrativas aos imóveis compreendidos no decreto respectivo, indispensável ao início das avaliações. Se a desapropriação, baseada nessa lei, não se efetivar em cinco anos, o decreto caduca, sendo possível sua reedição somente decorrido um ano. O pagamento do preço será prévio e em dinheiro. Cf. MULLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas...**, op. cit., p. 291.

⁶¹ Conforme relatório da Itaipu, entre 1974 a 1976, aconteceram as indenizações para o complexo administrativo e canteiro de obras (chamada de Área Prioritária) e para os conjuntos habitacionais num total de 5.905 hectares. A área destinada para formação do reservatório começou a ser indenizada em 1977 (768.294 m² da área urbana), aumentando na área rural em 1978 (8.018 hectares) e 1979 (20.100 hectares). Cf. ITAIPU BINACIONAL – Relatório Anual de 1979. Foz do Iguaçu, (s/d), p. 43.

salvo exceções, tiveram de abandonar a área de mãos vazias, lançados à própria sorte.⁶²

Os reclamos são de toda natureza e, ao fim, vão gerar diversos conflitos sociais, chamando a atenção das autoridades civis, militares e religiosas. Os embates entre movimentos sociais e direção da Itaipu serão constantes e, através da mídia, ganham repercussão nacional e internacional. Os conflitos, em grande parte, são oriundos de uma política indenizatória apressada, preocupada em limpar o espaço para dar lugar à grandiloquência militar flagrada na construção de obras faraônicas.⁶³ Muller considera que até a década de 1970 as indenizações reduziam-se exclusivamente à liberação das áreas a serem inundadas. O procedimento adotado poderia ser chamado de estático, simplista: levantava-se o número de famílias atingidas e as provas da propriedade, as benfeitorias a indenizar e custos de terra e bens a assumir. Usando-se freqüentemente a força do Poder Público ('vá reclamar em Brasília'), impingia-se à população certo valor que se considerava justo para indenizar a propriedade. Então a área era desobstruída, e o trabalho social dos recenseadores estava concluído.⁶⁴

Como se pode perceber, tanto a modernização da agroindústria quanto a construção da Itaipu provocaram um reordenamento drástico na ocupação regional do Oeste do Paraná porque de forte impacto socioeconômico numa escala de tempo muito curta, menos de dez anos. A parte visível dessa transformação é flagrada pelos dados do IBGE que apontam, para os municípios que compõem a diocese de

⁶² MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça...**, op. cit., p. 40.

⁶³ Numa pesquisa de doutoramento, Maria de Fátima Ribeiro historiciza sonhos, mitos e imaginários criados no processo de construção de Itaipu. Sintetiza Ribeiro em sua pesquisa: As águas do violento rio Paraná alimentaram o sonho do Brasil potência, do Brasil grande, durante a ditadura militar. As águas e a sua importância fazem parte da história do país, movem projetos de desenvolvimento. Narrativas históricas e literárias remetem a pensar a construção da nação em que o rio serve de referência, as águas movem projetos políticos. Os impactos ocasionados pela execução do projeto de Itaipu certamente foram marcantes, o desaparecimento das Sete Quedas e as desapropriações são exemplos emblemáticos. Na história de Itaipu há um espetáculo de luz e outro de morte. São representações utilizadas para construção de uma memória. Itaipu é um projeto marcado pelo conflito, dualidade e binacionalidade, temática esta que pauta as reflexões do presente estudo. Com isso, no governo militar, a construção de obras monumentais passou a ser prioridade. Itaipu é a imagem da natureza conquistada. Com sua força o homem se impõe. Espetáculo da usina que se ergue no rio sugere a vitória dos seus idealizadores. Nela se encontram tempos e espaços variados. A paisagem alterada e, o espaço regional, redesenhado. Manifestações do imaginário social são voltadas para projeções futuras. Itaipu representa o futuro da nação. Possui força suficiente para se impor por si. Itaipu é o evento que, inegavelmente, marca toda uma década, revelando relações que são tanto espaciais quanto temporais. RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2006, p. 150.

⁶⁴ MULLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas...**, op. cit., p. 272.

Foz do Iguaçu, um êxodo rural profundo, o crescimento das cidades, urbanização acelerada da cidade de Foz do Iguaçu e a imigração para outros estados da federação e para os países da fronteira, sobretudo para o Paraguai. Dois dados da Tabela 3 ilustram as mudanças sofridas: Foz do Iguaçu que em 1970 tinha uma população estimada em 31.142 habitantes terá, em 1980, 136.352 habitantes, isto é, multiplicação em quatro vezes no decênio; por outro lado, São Miguel do Iguaçu que tinha em 1970 uma população de pouco mais de 25 mil habitantes, sendo 23.028 habitantes no campo, vinte e um anos depois terá a população diminuída para 24.721 dos quais quase a metade vive na cidade; ou ainda o exemplo de Medianeira que, ao lado do crescimento populacional entre os censos de 1970 a 1980, teve sua população urbana aumentada em 3,3 vezes enquanto que população rural manteve-se praticamente inalterada.

Tabela 3 – População residente conforme situação domiciliar de municípios pertencentes à diocese de Foz do Iguaçu.

Município	Situação do domicílio	Ano			
		1970	1980	1991	2000
Foz do Iguaçu	Total	33.966	136.352	190.123	258.543
	Urbana	20.064	101.538	186.385	256.524
	Rural	13.902	34.814	3.738	2.019
Medianeira	Total	31.142	49.367	38.665	37.827
	Urbana	7.289	24.368	29.572	33.246
	Rural	23.853	24.999	9.093	4.581
Santa Helena	Total	26.834	34.882	18.861	20.491
	Urbana	2.108	7.215	6.501	9.818
	Rural	24.726	27.667	12.360	10.673
Céu Azul	Total	23.219	25.441	10.586	10.445
	Urbana	4.175	11.792	5.831	7.197
	Rural	19.044	13.649	4.755	3.248
São Miguel do Iguaçu	Total	25.242	34.241	24.721	24.432
	Urbana	2.214	7.897	10.773	14.260
	Rural	23.028	26.344	13.948	10.172
Matelândia	Total	24.561	33.440	17.329	14.344
	Urbana	2.352	10.000	10.385	10.151
	Rural	22.209	23.440	6.944	4.193

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000.

Organização: MEZZOMO, F. A., 2009.

Outro condicionante importante é a localização de Foz do Iguaçu numa área de fronteira – Paraguai e Argentina – que propicia a circulação de pessoas e divisas em função do comércio legal e clandestino, assim como a confirmação de cidade turística pelas suas belezas naturais – Parque Nacional e Cataratas do Iguaçu – e atrativos decorrentes da intervenção humana, isto é, construção da usina de Itaipu.⁶⁵ Além do mais, a construção da Ponte da Amizade – inaugurada em 27 de março de 1965 ligando Brasil/Paraguai – e da Ponte Tancredo Neves – Brasil/Argentina concluída 29 de novembro de 1985 –, ao lado da construção de Itaipu, consolidava Foz do Iguaçu como cidade promissora na oferta de empregos e no trânsito comercial e humano intensos.

No artigo, *“Brasileiros na fronteira com o Paraguai”*, Márcia Sprandel entende a imigração como resultado da geopolítica fixada para Segurança Nacional. Essa opção do Estado Brasileiro servia de justificação para políticas públicas, notadamente a de ocupação das fronteiras nacionais com população civil e através da construção de hidroelétricas que, como parte dessa estratégia, acabou tendo papel importante na transferência de milhares desses brasileiros para o Paraguai.⁶⁶ Antonio Marcos Roseira elenca outros dados como causa da imigração ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, entre os quais se destacam: uma ‘continuidade espacial’ entre Oeste paranaense e o Leste paraguaio dado às semelhanças climáticas, econômicas, histórica e cultural (somada a presença de brasiguaios); a dependência econômica do Paraguai e a infra-estrutura territorial contígua entre os dois países fazem emergir uma região transfronteiriça; os valores das terras costumam em média 1/7 do valor das terras do Oeste paranaense; os impostos, a renda e a propriedade territorial eram consideravelmente baixos.⁶⁷

Pesquisas apontam para aproximadamente 400 mil brasileiros imigrados para o Paraguai durante a década de 1970. Esse contingente populacional vai se tornar o ponto de grande preocupação da diocese de Foz do Iguaçu, que passa a contar com

⁶⁵ Dois dados são interessantes para ilustrar o impacto provocado durante a construção e visitação à Itaipu binacional. Primeiro é a oferta de trabalho requerida durante a construção da usina que, no auge dos investimentos, chegou a empregar aproximadamente 40.000 funcionários. Segundo, conforme dados coletados pela Itaipu, visitaram a obra, desde 1977 até maio de 2008, 14 milhões de pessoas. Cf. **Demonstrativo anual de visitas**. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/index.php?q=node/225>. Acesso em: 1º de ago. 2008.

⁶⁶ SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasileiros na fronteira com o Paraguai*. REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo, 20 (57), 2006, p. 146.

⁶⁷ ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu: Cidade Rede Sul-Americana**. Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2006, p. 81.

apoio de organismos regionais e nacionais da Igreja, haja vista as denúncias de violência, exploração da mão-de-obra e pauperização sistêmica.

3.2.3 “A mobilidade do mundo contemporâneo deve corresponder a mobilidade da Igreja”: A questão da migração

Essa frase foi registrada no livro tomo da diocese de Foz do Iguaçu, em 1979, por ocasião da realização do Encontro das Pastorais das Migrações Limítrofes e, pelo que parece, foi um dos grandes desafios enfrentados pelo bispo iguaçuense.⁶⁸ A migração, como destacado acima, atinge diretamente o Oeste do Paraná ao longo da década de 1970 e 1980 de modo que, quando assume a diocese, Dom Olívio encontra em curso um processo dramático de reconfiguração espacial. As três dioceses do Oeste – Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu – serão atingidas pelo processo de modernização e construção de Itaipu e todas, à sua maneira, irão tomar atitudes de reorganização de suas pastorais e serviços religiosos.⁶⁹ Por pertencerem, a partir de 1979, à mesma Província Eclesiástica, limitarem-se territorialmente e, sobretudo, por viverem problemas sociais semelhantes, atividades comuns foram realizadas envolvendo lideranças, padres e bispos dessas Igrejas Particulares. Contudo, os posicionamentos tomados na diocese de Foz do Iguaçu, por certo acompanhados pela força motriz subjacente dos problemas sociais e pela sensibilidade social de seu bispo, tornaram o episcopado de Dom Olívio peculiar porque profético nas suas intervenções. O desconsolo contido no relatório *Ad Limina* do bispo de Toledo, em 1980, manifesta, em grande parte, a atitude frente à problemática social.

⁶⁸ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU: Encontro das pastorais das migrações limítrofes. Foz do Iguaçu, 3 a 6 de julho de 1979, p. 9.

⁶⁹ Ao analisar os desdobramentos da Igreja Católica no Oeste do Paraná a partir da diocese de Cascavel, o pesquisador Nilceu Deitos conclui que durante as décadas de 1970/80 a Igreja não acompanhou o processo de urbanização com pastorais voltadas para a cidade. Assim expressa: “No contexto de urbanização do oeste do Paraná, a Igreja a nível regional não conseguiu consolidar uma pastoral urbana que fosse ao encontro de um projeto de sociedade que atendesse às camadas mais carentes e marginalizadas nas cidades que cresciam vertiginosamente” (p. 208). Para o historiador, as razões para esse descompasso são: baixa formação intelectual e heterogênea do clero, escassez e postura excessivamente formalista e tradicional dos padres. DEITOS, Nilceu Jacob. **Presença da Igreja no Oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930 – 1999)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do SUL – UFRGS. Porto Alegre, 2004, p. 206.

Há um violento movimento emigratório em direção ao norte do País, em busca de grandes cidades e em busca de terras férteis e baratas no visinho Paraguai. Até aqui não se tem tomado providências em âmbito diocesano. Lamenta-se, mas... o que fazer? Como orientar? – É a dúvida perplexa dos padres e líderes religiosos.⁷⁰

A dúvida hiperbólica – de “*o que fazer? Como orientar?*” – possivelmente acompanha igualmente Dom Olívio colocando-o frente a cenários desafiadores de uma região de fronteiras cujo diagnóstico econômico-social é alarmante e os prognósticos pouco animadores. Por isso diversas iniciativas serão encetadas em parceria com a CNBB, com o Regional Sul II, com a CPJP e com os bispos da Argentina e do Paraguai a fim de estudar o problema e definir estratégias políticas intervenientes de assistência e combate à migração e suas conseqüências sociais.

Não há dúvida que o crescimento urbano é um desafio para a atuação da Igreja porque exige uma nova dinâmica na administração dos serviços religiosos. A realidade do campo parecia apontar para melhor trânsito do porta-voz do sagrado, até porque o processo de laicização rural é menos significativo do que na cidade. Ainda na década de 1970, ao se referir ao Oeste do Paraná, o bispo Dom Armando Círio exclamava:

Com a mecanização da lavoura e a urbanização, passamos a viver um processo de desintegração das comunidades do interior, das pequenas cidades, e também das famílias. Onde tudo era festa, alegria, amizade e espírito comunitário, passou a reinar a indiferença, onde cada um se interessava de dar um rumo à própria vida. Assim terminou a epopéia que poderia ter tido um final mais feliz.⁷¹

Essa constatação, conforme Carla Rodeghero, é perceptível no discurso católico da Igreja do Rio Grande do Sul, durante a década de 1950/60, quando o campo se mecanizava e a cidade, aos poucos, se urbanizava. Nesse ínterim, são freqüentes os discursos que apontam a vida campestre como local de manutenção da fé e da moral cristãs, o conservadorismo político, o trabalho árduo na pequena propriedade familiar e a austeridade nos hábitos. Ao contrário, a cidade aparece como o reverso da moralidade e dos bons costumes porque lugar de reivindicações

⁷⁰ AGNELO, Geraldo Majela. **Relatório da visita Ad Limina (1975 – 1979)**. Toledo, 1980, p. 20.

⁷¹ CÍRIO, Armando. Dos conflitos pela terra ao êxodo e ao fim da alegria e do espírito comunitário. REVISTA CRISTO REI, Toledo, ano III, n. 26, mar. 1999. Toledo, p. 23.

e instabilidade política, hábitos noturnos espúrios e laboriosidade questionável.⁷² Na diocese de Foz do Iguaçu, os discursos acerca da transformação do campo e da cidade freqüentemente assinalam para a mazela social provocada pela migração e a dificuldade de compreender e atuar na urbe. Vale ressaltar que na diocese o processo mais intenso de urbanização ocorre, justamente, na cidade de Foz do Iguaçu. O trânsito de pessoas, a multiplicidade étnica e religiosa, o fluxo turístico e o crescimento vertiginoso apontam para um processo de laicização ininterrupto. É particularmente curioso um registro contido no livro tombo da catedral, São João Batista, em dezembro de 1982:

Depois de quase um ano já posso opinar sôbre a cidade de Foz. A cidade sofre de problema familiar gravíssimo; a elite social se não é espírita, tem algo semelhante. A igreja, está em Foz com que numa canôa a balancear, nas ondas do Rio Paraná. Os jovens, esse jovens de Foz, que noção tem de Deus, da Igreja, do matrimônio, do sexo?! Pode melhorar, pois todo mundo está tateando, para ver se encontra algo onde se apoiar. Três estações de Radio sem uma missa Irrradiada! O nosso jornalzinho diocesano muito agressivo. A Igreja luta pelos pobres a quem ainda não atraiu, e a classe média e classe da elite, está querendo algo mais, mas tudo é difícil. O espiritismo, a maçonaria, Rosa Cruz, isoterismo, está em franca atividade, com grandes meios e muito dinheiro. Foz do Iguaçu, com este crescimento espantoso da Itaipu e Turismo organizado, passou por uma grande sacudida. Deve acordar! Deve se por de pé!! Deve passar por uma conversão espiritual. Foz precisa de líderes leigos, mas líderes espirituais, líderes consentidos.⁷³

Como se pode conferir, o diagnóstico e a criticidade do pároco quanto ao crescimento da cidade e a falta de fôlego pastoral e teológico da Igreja causa espanto. Antes de mais, é curiosa a metáfora construída pelo padre ao comparar a Igreja como uma canoa a conduzir a tripulação para o destino certo. Imagem bíblica, certamente, em que no timão e no controle da bússola devem estar os hábeis marujos a conduzir a embarcação no ritmo e na direção correta. Deve contar com apoio de leigos líderes, marinheiros de segunda classe, a remar sob os auspícios de seus mandatários. Porém a '*canoa em Foz*' está a balancear porque os timoneiros se deparam com realidade adversa – laicização, indiferença e concorrência religiosa

⁷² RODEGHERO, Carla. Campo x cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. REVISTA ANOS 90, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997, p. 153 – 155.

⁷³ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Foz do Iguaçu, 31 de dezembro de 1983, p. 10b – 11.

– e compreensão de Igreja divergente, isto é, perfil do jornal EUSE agressivo, opção pelos pobres e esquecimento de outras classes sociais.

Embora a opção teológico-pastoral do padre não seja consoante com a opção oficial da diocese, o diagnóstico, na sua rudeza peculiar, flagra uma percepção que, ao que parece, é igualmente sentida por Dom Olívio nos seus contatos pela diocese, quando externa a dificuldade sentida para evangelizar o campo que se esvazia e a cidade que cresce abruptamente. A visita pastoral à paróquia São José Operário na cidade de Foz do Iguaçu, em 1981, foi, dentre todas as visitas pastorais, a que se tornou atípica na sua duração, isto é, tendo iniciado em 28 de setembro somente seria concluída em 15 de novembro. A população atendida por essa paróquia, quase que exclusivamente estava ligada à hidrelétrica de Itaipu e, portanto, tinha seus horários de folga, lazer e trabalho atrelados ao cronograma da construção da obra. As atividades organizadas em três turnos ininterruptos ocupavam boa parte do tempo, separava a família e ditava novo ritmo de organização social. Com isso, a visita a determinados grupos de família ou de jovens estava vinculada à lógica do funcionamento do capital, diga-se, da Itaipu. A vida na paróquia, escreve o bispo, “*é particularmente difícil devido à grande mobilidade humana e às exigências do trabalho na hidrelétrica, que deixam a vida familiar desorganizada*”.⁷⁴

Semelhante diagnóstico é feito por Paulo VI, na encíclica *Octagesima Adveniens* (OC), de 1971, quando indaga se o aparecimento da civilização urbana acompanhada do incremento da industrialização não é um desafio à sapiência do homem, à sua capacidade de organização e sua imaginação prospectiva. Assim menciona a carta:

No seio da sociedade industrial, a urbanização transtorna os modos de viver e as estruturas habituais da existência: a família, a vizinhança e os próprios moldes da comunidade cristã... Assim, em lugar de favorecer o encontro fraterno e a ajuda mútua, a cidade pelo contrário, desenvolve as discriminações, e também as indiferenças; ela presta-se para novas formas de exploração e de domínio, em que alguns especulam com as necessidades dos outros, disso auferindo lucros inadmissíveis. Por detrás das fachadas escondem-se muitas misérias, ignoradas mesmo pelos vizinhos; outras estabelecem-se onde sobra a dignidade do homem: delinqüência, criminalidade, droga, erotismo, etc.⁷⁵

⁷⁴ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Foz do Iguaçu, 28 de setembro de 1981, p. 16.

⁷⁵ OCTAGESIMA ADVENIENS, Encíclica de Paulo VI. São Paulo: Paulinas, 1971, p. 10.

O surgimento da cidade introduz nova lógica de funcionamento em que tempo e espaço não são mais definidos conforme a compreensão do homem do campo e nem mesmo as atividades civis organizadas a partir do calendário religioso. As representações do espaço e as simultaneidades do tempo em Foz do Iguaçu fazem questionar sobre o espaço/tempo tecnológico, o espaço/tempo político-religioso e o espaço/tempo de lazer. Se antes de Itaipu vivia-se em ritmo mais lento, quando as alternâncias do dia e da noite marcavam a rotina da fronteira e da região, agora a forma redesenhada da cidade, a construção da obra e infra-estrutura de apoio e as etapas do projeto a cumprir impunham novo ritmo a que os serviços religiosos deviam se adequar. Além das dificuldades naturais ao campo religioso católico, a diocese passa por momentos de transformação diferentes.

Embora se concorde que a modernização agroindustrial e a construção de Itaipu envolvam toda a região Oeste, a intensidade e as conseqüências dessa transformação são sentidas diferentemente. Há um descompasso marcante entre o estágio de estruturação de Foz do Iguaçu em relação aos demais municípios da diocese. Enquanto estes ainda mantêm aspectos rurais fortes e a economia basicamente gira em torno do setor primário, Foz do Iguaçu vive um processo acelerado de urbanização cuja economia básica está voltada para o setor secundário e terciário. Daí decorre que a realidade da diocese é heterogênea exigindo, na estruturação orgânica dos serviços religiosos, uma adequação consoante ao contexto sócio-econômico.

O aspecto da cidade de Foz do Iguaçu é cosmopolita pela sua diversidade sociocultural. Poucas cidades no mundo, considera Jurandir Zamberlam, têm uma presença tão elevada de grupos sociais diferentes: os orientais libaneses, jordanianos, argelinos, iranianos e chineses; os latinos colombianos, venezuelanos, peruanos, argentinos e paraguaios; e os europeus italianos, franceses, ingleses, holandeses, alemães, suíços, entre outros. Desde sua origem a cidade se caracterizou por fluxos constantes de migrações. Em 2002 a presença quantitativa de imigrantes na cidade foi registrada pelo Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (SINCRE), do Departamento da Polícia Federal no qual estão consignados imigrantes de 62 nacionalidades.⁷⁶ Parece um fato

⁷⁶ ZAMBERLAM, Jurandir (org.). **Tendências da mobilidade humana nas três fronteiras: Realidade migratória na diocese de Foz do Iguaçu**. Porto Alegre: Renascença, 2006, p. 20.

compreensível que a religião católica tenha aceitação/desempenho diferenciado entre Foz do Iguaçu e demais municípios da diocese.

No relatório *Ad Limina*, quando Dom Olívio analisa a circulação da religião católica entre a população da diocese, observa-se que a aceitação dos sacramentos é um termômetro apropriado para avaliar a penetração religiosa na tessitura social e, com isso, compreender o grau de laicização e relativismo religioso existente.⁷⁷ As considerações estão presentes ao longo das cinquenta páginas do relatório e geralmente aparecem em oposições binárias entre a cidade de Foz do Iguaçu e o interior, isto é, outros cinco municípios da diocese. Em síntese, é perceptível a dificuldade na organização de pastorais e menor trânsito da religião em relação a Foz do Iguaçu do que nos outros locais. As considerações do bispo são curiosas porque extremamente contidas, objetivas e precisas ao apontar os desafios e potencialidades que a diocese tem se deparado no período de 1980 a 1985. Assim se refere:

O problema da secularização não é muito acentuado. Nosso povo conserva grande respeito pelo sagrado, pela pessoa do padre, do religioso, pelos símbolos da fé. – O relativismo dos valores morais e dos costumes é constatado com certa evidência na cidade de Foz. Os católicos praticantes, porém, conseguem geralmente manter-se imunes. – No interior o relativismo é menor. – A religiosidade popular é um fato, que se manifesta na devoção aos santos, à Nossa Senhora e muita participação popular na semana santa e procissões. – São ocasiões que procuramos aproveitar para tentar um pouco de evangelização.⁷⁸

Se a estratégia para atuar nos demais municípios é a religiosidade popular e a administração dos Sacramentos, na cidade de Foz do Iguaçu alguns encaminhamentos serão diferenciados. O problema central para a cidade, corrobora Doimo, relaciona-se com a mudança pensada em termos da passagem de um mundo paroquial do interior para a adaptação da comunidade à grande sociedade urbana, sob um duplo e até mesmo paradoxal desafio: combater o comportamento

⁷⁷ Ao explorar a aceitação/resistência aos 7 Sacramentos, Dom Olívio destaca que a Eucaristia tem pouca aceitação na cidade e quase 100% no interior. Assim também ocorre com a Unção dos Enfermos: “O apreço por este sacramento é grande na diocese, com exceção de Foz do Iguaçu. Nesta cidade de população em grande parte muito flutuante, e de origem variadas, o catolicismo é superficial em muitos, razão porque ignoram a importância deste sacramento e não o pedem... Os outros bons católicos porém, desta cidade, o apreciam e o pedem”. Cf. FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina (1980 – 1984)**. Foz do Iguaçu, 1985, p. XVII e XIX.

⁷⁸ Id., *ibid.*, p. XLI.

massificado preparando, porém, o espírito cristão para os requisitos da modernidade.⁷⁹

A mobilidade urbana ocasionada pelo turismo, o fluxo contínuo dos funcionários da hidrelétrica de Itaipu, a emigração interna e externa em função do imaginário promissor da oferta abundante de emprego, juntamente com a motivação de que muitos “*vêm aqui só por algum tempo, tentando ganhar a vida, ou mesmo enriquecer*”,⁸⁰ requeriam uma pastoral voltada para o migrante. Aí a insistência em montar grupos de reflexão na cidade como possibilidade de chegar até aqueles que não estão engajados ou não são atingidos pelos serviços religiosos tradicionais, isto é, pela administração dos sacramentos, pelas missas dominicais, festas do padroeiro, dentre outros. Por isso a equipe editorial do EUSE se propôs a todo mês apresentar temas e procedimentos metodológicos para ajudar nas reuniões dos grupos de reflexão urbanos. Surge, então, a coluna, com título bem sugestivo, “*Ser Igreja na Cidade*”, em que, pelo método ver-julgar-agir, descreve situações do cotidiano urbano, analisam os casos de pecado social a partir da tradição eclesial e, finalmente, apresenta atitudes corretas que um cristão deve tomar.⁸¹

Como se verá, essas situações despertarão para organização de encontros, publicações e criação de organismos voltados exclusivamente para o estudo e atendimento do migrante brasileiro e estrangeiro. Esta, entre outras iniciativas, é consoante ao decreto conciliar *Christus Dominus* (CD), publicado em outubro de 1965, quando solicitava aos bispos, nas suas respectivas Igrejas Particulares, que tivessem especial solicitude para os fiéis que, devido à condição de vida, não podiam fruir suficientemente da comum e ordinária cura pastoral dos párocos ou dela careciam inteiramente. Promovem-se, assim, aptos métodos pastorais para favorecer a vida espiritual de todos.⁸²

⁷⁹ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 91.

⁸⁰ FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina...**, op. cit., p. XLI.

⁸¹ O EUSE publica diversas reuniões temáticas ao longo do ano de 1984. O primeiro desafio, ao que parece, era desconstruir a idéia de que a formação das CEBs era um procedimento eclesial desfocado da verdadeira missão da Igreja. Cf. EUSE, out. 1984, p. 4 e EUSE, nov. 1984, p. 4.

⁸² DECRETO *CHRISTUS DOMINUS*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1989, n. 1058, p. 415.

3.2.3.1 Encontros, reuniões e publicações: Migração como problema político-pastoral

Sintonizados na problemática da mobilidade humana, foi realizado em Cascavel, entre os dias 5 a 8 de junho de 1979, o “*Simpósio Sobre Migrações*”, sob o patrocínio da CPT. Esse evento contou com a participação de diversas entidades afins, dioceses, paróquias, assessores específicos para discutir e levantar a problemática da migração.⁸³ O evento foi noticiado na imprensa local e regional e, pelo que se pode conferir pela lista de participantes, foi muito prestigiado. Como resultado final, foi produzido um relatório com trinta páginas cujo título “*Sem terra e sem Rumo*” dá o tom do conteúdo apresentado.⁸⁴ Estruturado em quatro partes – definição de migração, diagnóstico de quem migra, causas econômico-sociais da migração, resistências ou o que fazer frente à migração – o documento faz uma leitura sociológica e histórica sobre o fenômeno da migração no Paraná, voltando-se para a problemática da migração regional, como pólo de expulsão, e demais estados brasileiros e Paraguai, como receptores desse contingente populacional.

O documento é particularmente reticente em relação às ações tomadas pelo INCRA, apontando-o como órgão ineficiente e corrupto, além de crítico contumaz da política fundiária adotada pelo governo federal: promotor da concentração fundiária, facilitador de crédito agrícola para grandes proprietários, quando para pequenos é desproporcional a capacidade de pagamento, engabelando a todos com promessas de Reforma Agrária para locais inóspitos e inacessíveis. Entre as consequências da política elitista do Estado, constata-se o seguinte: migração para o Paraguai de aproximadamente trezentas mil pessoas durante a década de 1970,

⁸³ A participação nesse evento foi ecumênica e contou com entidades de todo o Brasil e do Paraguai. Entre os participantes, estiveram presentes: Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (Goiânia), Centro de Estudos Migratórios (São Paulo), Centro Pastoral dos Migrantes (São Paulo) Secretariado Regional Sul II (Curitiba), Setor de Migrações e Turismo da CNBB (Brasília), Departamento de Migrações da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Cuiabá), Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Comitê de Igrejas para Ayudas de Emergência (Paraguai), dioceses de Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel do Paraná e Santo Ângelo do Rio Grande do Sul, CPT de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, paróquias de Tapejara do Paraná, Igreja Evangélica de Colorado d’Oeste (Rondônia), e assessores de ciências sociais.

⁸⁴ Conforme livro ata do Regional Sul II, a realização desse evento foi uma iniciativa conjunta do secretariado do Regional, da CPT, CPJP e Centro de Migrações dos seguintes estados: Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Rio Grande do Sul. Estiveram presentes trinta e cinco pessoas de diversas dioceses. O objetivo foi estudar o fenômeno das migrações e elaborar um subsídio contendo dados e pistas pastorais a serem aplicadas nas respectivas áreas de migração. O Regional Sul II incentivou que esse material fosse usado como suporte para discussões da Campanha de Fraternidade de 1980 que trataria dessa temática. Cf. LIVRO ATA DA XXVII ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 18 a 22 de junho de 1979, p. 36 e 36b.

localizando-se na área fronteira com Brasil; concentração fundiária extraordinária; o projeto faraônico de Itaipu, que atrai mensalmente mais de mil pessoas, não as empregando porque a demanda é superior à oferta de trabalho.⁸⁵

Interessa nesse documento, especificamente, a proposta geral do simpósio, que busca inspirar ou ordenar algumas ações a serem tomadas pelas dioceses; no caso, interessa aquilo que posteriormente norteará as atitudes tomadas por Dom Olívio na diocese de Foz do Iguaçu. Assim, o encontro apresenta como objetivo central auxiliar e subsidiar a atuação pastoral em relação ao trabalhador migrante. Tal atuação não pode ser relegada a pequenos grupos especializados, mas deve orientar a prática geral das paróquias e dioceses.⁸⁶ Com isso, ao tratar na quarta parte, o que fazer/resistência, o documento expõe a concepção teológico-pastoral presente refletindo sobre as opções eclesiais tomadas e, na seqüência, propõe um quadro de ações a serem tomadas nas áreas de saída e nas áreas de chegada do migrante. Finalmente, especula acerca das perspectivas de ação.

É flagrante a chamada para atitudes das Igrejas voltadas para aos problemas vividos na sua localidade. Vale acompanhar o raciocínio apresentado no documento: deve-se “trocar de lado” e abandonar uma prática tradicional. Para ser fiel ao Evangelho, há que se optar por aquele que é oprimido e está sem terra e sem rumo. Quando o povo migra, padres e pastores ficam angustiados ao verem o número de fiéis diminuir. Aqui vale a citação contida acima, quando o bispo de Toledo manifestava a angústia existente entre o clero, porém ineficaz nas atitudes quanto à migração existente na diocese. Continua o documento, afirmando que a maioria dos

⁸⁵ O documento apresenta um croqui destacando as principais regiões do Paraguai receptoras de brasileiros. Entre elas: Piquiri, Mbaracaju, Santa Fé, Santa Tereza, Santa Rosa e Cedrales, Las Nuevas, Sapire, Capitão Babo, P.J. Cabalero, Corpus Cristi, Palmetas, Naranjal, General Dias, Katuité, Guairá. Utilizando dados do Censo Preliminar de 1975 o documento conclui: “Os estabelecimentos de menos de 10 hectares passaram de 295.272 a 237.875, ou seja, sofreram uma quebra de 57.407 hectares, entre 1970 e 1975. A área perdida pelos pequenos agricultores que possuem menos de 10 hectares foi de 285.745 hectares. De forma geral pode-se observar... que todos os grupos com menos de 100 hectares estão perdendo terra... Os grupos com mais de 100 hectares estão passando por um processo inverso, estão incorporando mais terras às que já possuem... Os grupos que possuem entre 1.000 hectares a 10.000 hectares aumentaram suas áreas em 569.029 hectares. Os grupos que possuem mais de 10.000 hectares também aumentaram seu poderio econômico ampliando as áreas que possuem em 263.661 hectares”. Cf. SEM TERRA E SEM RUMO. Comissão Pastoral da Terra. Marechal Cândido Rondon, jun. 1979, p. 8 e 13. Sobre a atração de migrantes para trabalhar em Itaipu, uma nota no jornal “Hoje” comentado sobre o evento concluía: “Alarmados com o número expressivo de migrantes que continuam chegando a Foz, as autoridades estaduais e locais têm repetido apelos para que os estados e as próprias Prefeituras coíbam as migrações para Itaipu enfatizando que as obras não têm mais suporte para aproveitá-los”. **Sem Terra e Sem Rumo: 40 milhões de brasileiros estão migrando.** JORNAL HOJE, Cascavel 13 a 19 out. 1979, p. 22.

⁸⁶ SEM TERRA E SEM RUMO..., op. cit., p. 7.

padres não conhece nem procura analisar as causas da expulsão, nem os rumos da migração. Até acontecem casos de padres xingarem a comunidade pela saída dos migrantes. De um modo geral,

as igrejas continuam desenvolvendo uma pastoral em função de sua estrutura de autopreservação (cursos de batismo, catequese, cursilho, cultos etc.)... é preciso que a igreja também desenvolva uma ação voltada aos reais problemas do povo todo, incluindo, por exemplo, nos programas de treinamento estudos sobre direitos humanos, opressão econômica, organização sindical e cooperativista etc. A alienação e desinteresse das igrejas tem sua raiz numa mentalidade que separa alma e corpo, fé e vida, transcendência e imanência, espiritual e material (social). É por isso que as igrejas chegam atrasadas nos entrecosques e nas transformações sociais... as igrejas também não conseguem ouvir o clamor e corresponder aos anseios do povo, pois não é só com palavras e documentos, ainda que bem intencionados, que se realizará uma ação pastoral autêntica na base.⁸⁷

Essa autoconsciência de ação da Igreja não é fortuita. Além de estar no embalo da renovação eclesial, vinha ocupar um espaço social que não era mais cativo. Conforme Doimo, a Igreja, que no período pós-guerra já não podia mais usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e manter um monopólio religioso, e desafiada pelos fenômenos migratórios e de centralização do sistema político, reorganiza-se como Igreja nacional contra a conformação oligárquica de antes e ressurgiu durante o autoritarismo dos anos 1970 com força voltada a promover a 'articulação social'. Como parte central desse reordenamento no nível nacional, são criados o sistema verticalizado de pastorais, a estrutura horizontalizada das CEBs dinamizada pela visão de mundo da Teologia da Libertação, bem como vários órgãos de apoio à incorporação do saber técnico-competente.⁸⁸ Conforme citação acima, os chamamentos para 'trocar de lado' e apoio de organismos como CPT, CPJP, dentre outros, parecem corroborar com a leitura da socióloga.

Como é perceptível, o documento não poupa expressões e convocações categóricas quanto à ação das Igrejas, isto é, as atitudes e serviços pastorais devem ser estruturados nesses locais de êxodo. Se nas áreas de saída dos migrantes compete a ela atuar na conscientização dos direitos e deveres das pessoas, na área

⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 28 – 29.

⁸⁸ DOIMO. Ana Maria. Igreja e movimentos sociais..., *op. cit.*, p. 298.

de chegada, deve defender o migrante que, sem raízes culturais e desassistido pelo governo, fica à mercê da exploração do grande capital. Contudo, como se pode constatar, há certa preferência da Igreja para com os melhor situados economicamente. Para finalizar, a fim de exercer a fiel missão evangélica e atenuar os problemas sociais vividos pelas pessoas, o documento pontua seis ações a serem tomadas pelas Igrejas: promover nova comunhão cuja reflexão crítica transforme a realidade; fortalecimento ou criação de organismos que dêem assistência, como sindicatos, união de moradores, cooperativas, mutirões etc.; prestar assessoria quanto à busca de terras ociosas ou latifúndios que possam ser disponibilizados para reforma agrária; ação conjunta entre órgãos que prestam assistência, como Pastoral da Terra, Pastoral do Migrante, Pastoral Operária; nos diversos níveis de interferência eclesial fazer a opção pelo fraco e oprimido; finalmente, que toda ação da Igreja venha acompanhada de seu despojamento e, com isso, descubra-se como “Igreja-povo” impondo-se o princípio da evangelização a partir e no meio do povo.⁸⁹

Pode-se concluir que o encontro organizado pela CPT e as entidades afins, nacionais e do Paraguai, aponta para o envolvimento da Igreja com uma questão bem pontual, isto é, qual encaminhamento tomar frente o processo de migração endógena e exógena à região Oeste do Paraná?! Como se pode perceber, os resultados do simpósio apontaram para ações concretas a serem tomadas nas capelas, paróquias, e de forma orgânica, dioceses e organismos supra-diocesanos firmaram a intenção de implementar ações que atenuassem a migração espontânea e forçada – no caso da construção de hidrelétricas, por exemplo – que vêm acentuando o processo de marginalidade social.

Voltados para problemática da migração, outras iniciativas de igual envergadura foram organizadas ainda em 1979 e no correr da década de 1980. Atenção especial de entidades como a CNBB, o Regional Sul II, a CPJP, as dioceses da Argentina e Paraguai mostravam que a questão da migração passou a fazer parte da preocupação social e pastoral dessas organizações e entidades. Importante avanço nessa linha foi dado pelo *“Encontro de Pastoral das Migrações Limítrofes”*, que reuniu em Foz do Iguaçu, de 3 a 6 de julho de 1979, os bispos das dioceses limítrofes da Argentina, Paraguai e Brasil, outras dioceses afetas ao

⁸⁹ SEM TERRA E SEM RUMO..., op. cit., p. 30.

problema, representantes e assessores de comissões e entidades afins.⁹⁰ A propósito desse evento, outros de mesma natureza foram realizados envolvendo a diocese de Foz do Iguaçu e dioceses limítrofes da Argentina (Porto Iguaçu) e do Paraguai (Alto Paraná e Porto Stroessner).⁹¹ Pelo que se constatou nas reedições dos encontros, os mesmos passaram a ser praticamente bilaterais, isto é, Brasil e Paraguai reunindo-se a cada semestre ou a cada ano. Como mostra a Imagem 1, Foz do Iguaçu faz parte de um triângulo internacional conhecido como tríplice fronteira por envolver, atualmente, a Cidade do Leste, no estado paraguaio, e Porto Iguaçu, na província argentina de Misiones. As três cidades são separadas umas das outras pelo Rio Paraná e pelo Rio Iguaçu.

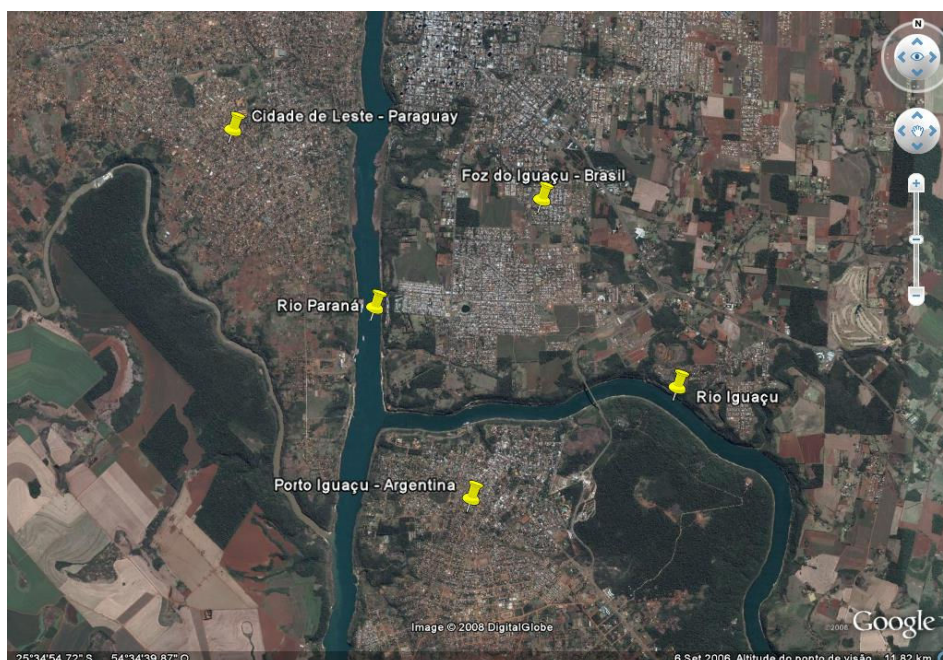


Imagem 1: Localização dos municípios da tríplice fronteira: Cidade do Leste (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Porto Iguaçu (Argentina). Fonte: Google Earth, 2008.

⁹⁰ Conforme relatório final do evento, estiveram presentes, além do anfitrião Dom Olívio, os bispos de Posadas Monsenhor Jorge Kemoner (Argentina); de Puerto Presidente Stroessner, Monsenhor Agostino Van Aaken (Paraguai); de Santo Ângelo, dom Estanislau Kreutz; de Frederico Wetephalen, Dom Bruno Mandaner; de Chapecó, Dom José Gomes; de Dourados, Dom Teodardo Litz. Na tarde do dia 4 de julho esteve presente Dom José Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB. Além dos bispos, participaram Dr. Geraldo Fogel como Assessor da Comisión Episcopal de Acción Social e padre Natale de Saraca por parte do Paraguai; padre Cláudio Ambrosio, secretário de Pastoral da Comisión Católica Argentina de Inmigración, padre Jacyr Braidó, assessor pra Migrações e Turismo da CNBB. Registrou-se ainda a participação de padre Antonio Hentz, padre Bernardo Lens, irmã Evanir Brugali, professor Ivo Schneiders e senhor Pedro Schroeder da diocese de Chapecó. Cf. **Encontro de Pastoral das Migrações Limítrofes**. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – MIGRAÇÃO: O CAMINHO DA MISÉRIA, ano 2, n. 2, jun. 1981, p. 43.

⁹¹ A cidade Porto Stroessner teve seu nome alterado para Cidade do Leste (Ciudad del Leste) em 1989 após a queda do regime militar do presidente Alfredo Stroessner Matiauda. Alfredo Stroessner foi presidente do Paraguai entre 1954 a 1989, tornando seu governo um dos mais longos da história da América Latina. Por tratar de acontecimentos que envolveram a cidade do Paraguai durante o final da década de 1970 e início de 1980, utiliza-se o nome oficial daquela época.

O encontro de julho de 1979, o primeiro de uma série de outros encontros realizados na região da tríplice fronteira, contou com a presença de Dom José Ivo Lorscheiter, então presidente da CNBB, o que, por si só, dimensiona a importância e a preocupação da Igreja frente o fenômeno da migração. A presença de Dom José, além de algumas entrevistas para a imprensa local, parece ter sido discreta: *“nós respaldamos a ação do Bispo de Foz do Iguaçu e das Comissões referidas. Nós confiamos nos trabalhos dessas representações eclesiais locais”*.⁹² Numa entrevista cedida ao jornal Hoje, Dom Olívio, anfitrião do evento, comenta sobre o objetivo do encontro: *“nossa intenção não é provocar polêmicas, contestar o que quer que seja, mas nos reunir com os demais bispos das três fronteiras e procurar uma ação pastoral que ajude o migrante”*.⁹³ O encontro ocorreu no Centro de Pastoral Shalon, saída para o Porto Meira, na cidade de Foz do Iguaçu. É importante lembrar que um mês antes havia ocorrido, em Cascavel, o simpósio sobre migrações.

Em matéria publicada na capital paranaense, durante o evento Dom Olívio apresentou dados de que teriam emigrado para o Paraguai cerca de 400 mil brasileiros, significando 15% da atual população paraguaia. No primeiro semestre de 1979 foi constatada a migração de aproximadamente 50 brasileiros por dia. O problema é agravado quando se sabe da não-titulação das terras e a mancomunação de colonizadoras com autoridades políticas daquele país.⁹⁴ Essa informação, na avaliação da geógrafa Zahar, é correta e representa um dos graves problemas dos brasileiros que migram. A falta de documentação ou renovação da autorização para aqueles que permanecerem no Paraguai tem gerado transtornos, haja vista a demora e a cobrança de taxas abusivas por parte de algumas autoridades paraguayas. Além disto, há denúncias de atitudes de violência e arbitrariedade para com os brasileiros que não possuam tais documentos, assim como a constatação de que muitos pequenos proprietários rurais brasileiros, no momento em que adquiriram seus lotes rurais, receberam títulos de propriedade questionáveis quanto à sua validade. Esse fato os obriga, para não serem detidos ou expulsos da área, a pagar várias vezes pela mesma propriedade. Outro problema

⁹² **Fala, Dom Ivo: uma entrevista com o presidente da CNBB.** JORNAL HOJE FOZ, Foz do Iguaçu, 14 a 20 de jul. 1979, p. 18.

⁹³ **Igrejas de três países tomam posição ao lado dos migrantes.** JORNAL HOJE FOZ, Foz do Iguaçu, 7 a 13 de jul. 1979, p. 1.

⁹⁴ **Migrações preocupam a Igreja.** JORNAL VOZ DO PARANÁ, Curitiba, 21 a 27 de jul. 1979, p. 1.

está vinculado à saída do poder do general Alfredo Stroessner e o reinício da democratização no país, momento em que as reivindicações sociais, que até então se encontravam reprimidas, começam a aflorar.⁹⁵

De modo geral, o encontro buscou estudar as causas e conseqüências da migração a fim de organizar ações assistenciais e promocionais que atenuassem a marginalidade social decorrente desse fenômeno. Entre as motivações eclesiológicas, está presente a fundamentação doutrinal de que a *“mobilidade do mundo contemporâneo deve corresponder a mobilidade pastoral da Igreja”* e, por isso, a ação deve voltar-se para o local sem perder a universalidade e superar o conceito de estrangeiro pela noção de fraternidade universal.⁹⁶

O evento foi desenvolvido em três momentos complementares. Primeiramente se organizou um círculo de estudos por países representados que estudaram em separado os problemas referentes a cada país. Assim aconteceu com os assessores e representantes das dioceses do Brasil, Paraguai e Argentina que, na seqüência, tiveram seus resultados expostos na plenária geral. Na segunda parte do evento, coletivamente destinou-se a buscar compreensão e análise da migração através da Teologia Bíblica e da Doutrina da Igreja. Finalmente, como resultado da discussão, foram definidas onze medidas que deviam ser implantadas conforme a realidade de cada país e diocese. O conteúdo da decisão trata de encaminhamentos políticos junto ao governo de cada estado e atividades pastorais de assistência aos migrantes assumidas pelas Conferências Episcopais, pelas dioceses e paróquias. Alguns acordos bilaterais envolvendo a diocese de Foz do Iguaçu com a Argentina e com o Paraguai foram estabelecidos para dar continuidade a encontros de estudos e determinar ações voltadas para o migrante no que tange a providências de documentação ou mesmo assistência emergencial, como alimentação, pernoite, entre outros. Ademais, está presente como decisão final,

formar um grupo de trabalho com o objetivo de dar continuidade aos estudos; A Igreja do Brasil colaborará com o Paraguai para que esta possa proporcionar aos migrantes brasileiros atenção pastoral necessária; As Igrejas no Brasil e no Paraguai, procurarão prestar também um apoio jurídico aos migrantes; Os Bispos... solicitam a CNBB que atue junto ao governo brasileiro para que este tome providência no sentido de solucionar no

⁹⁵ ZAHAR, Mirian. A imigração rural..., op. cit., p. 8.

⁹⁶ **Encontro de Pastoral das Migrações Limítrofes...**, op. cit., p. 45 e GASPERINA, José Dalla. **Encontro de pastoral das migrações limítrofes**. EUSE, jul. 1979, p. 1.

Brasil mesmo os problemas demográficos brasileiros, através de uma adequada Reforma Agrária; Os Bispos que participaram do Encontro, através de suas conferências solicitam aos respectivos governos para que na elaboração e execução de projetos de colonização dêem maior atenção aos problemas humanos dos migrantes e das famílias.⁹⁷

Entidades brasileiras como a CPT, a CPJP, o Regional Sul II e a CNBB propuseram-se a dar suporte logístico e humano constante à diocese de Foz do Iguaçu. Subsídios na publicação de materiais de apoio, presença de assessores e intelectuais orgânicos, ao lado do auxílio financeiro, parecem ter sido indispensáveis para a concretização desses eventos.

Do lado do Paraguai, destacou-se o trabalho do “*Comité de Iglesias para Ayuda de Emergencia*”, com escritório em Assunção e em Porto Franco, e o “*Programa de Ayuda*” com sede em Hernandarias, ambos organismos dedicados quase que exclusivamente ao atendimento aos migrantes brasileiros no Paraguai, em especial no setor de assistência jurídica, religiosa e de organização social. De modo geral, os eventos promovidos conjuntamente têm os mesmos objetivos, e a reedição dos encontros ocorre, sobretudo, nos dois países. Todos eles são planejados em concordância com decisões coletivas geralmente tomadas nos encontros precedentes e contam com a presença de diversas entidades afins, assessores e organismos eclesiais.

Como afirmado acima, os encontros a partir de 1979 e no correr da década de 1980 tornaram-se freqüentes, o que denota a preocupação das Igrejas com o problema da migração. Pelo que consta, Dom Olívio esteve presente em todas as oportunidades, confirmando, assim, o carisma missionário da Congregação do Verbo Divino e sua sensibilidade social a esse fenômeno tão marcante na região da tríplice fronteira. Dentre os encontros realizados nesse período, alguns merecem especial destaque pelo resultado alcançado ou impacto produzido na diocese de Foz do Iguaçu. Interessante observar que a realização desses encontros era motivo de investigação da Polícia Federal e do SNI. Era importante escrutinar os encontros!

Após o evento de julho de 1979, em que Dom Olívio foi anfitrião, em 1980 programou-se outro com igual envergadura. Foi o “*Seminário Sobre Imigração Brasileira, Estrutura Produtiva e Força de Trabalho no Alto Paraná*”, realizado de 24 a 26 de novembro de 1980, em Porto Stroessner, contando com a participação de

⁹⁷ Encontro de Pastoral das Migrações Limitrofes..., op. cit., p. 45 e 46.

autoridades e instituições religiosas de ambos os países.⁹⁸ Na oportunidade estiveram presentes os bispos de Encarnación, Monsenhor Juan Bockwinkel, Dom Olívio de Foz do Iguaçu, pastor Armin Ihle, bem como membros integrantes da CPT do Brasil e do Paraná, Centro de Estudos Migrantes de São Paulo e CPJP. O documento final vem assinado pelo “*Departamento de Estudios do Comitê de Iglesias*”, organismo criado no evento.

Por iniciativa da CPJP, em junho de 1981, foi publicado em espanhol, na íntegra, o documento desse evento, cujo título, “*Encuentro sobre migración brasileña. Estructura productiva y fuerza de trabajo em Alto Paraná*”. O título do documento transmite uma mensagem de apelo aos governos de estado e convoca a instituição eclesiástica para ação coletiva e orgânica nas mais diferentes instâncias de poder a fim de se discutir a migração brasileira para a região do Alto Paraná, no Paraguai. Estruturado em três partes,⁹⁹ o encontro apresenta extraordinária sintonia com os eventos realizados no mês de junho, em Cascavel, e no mês de julho, em Foz do Iguaçu no ano anterior, em 1979. Isto é, junto ao trabalho de conscientização e campanhas incentivando a fixação do homem na sua propriedade, concluiu-se que as Igrejas devem tomar outras iniciativas, como promover a criação de organismos de classe, prestar serviços assistenciais e estabelecer contatos diplomáticos das Conferências Episcopais com o Estado.

Percebe-se, com isso, que o documento apresenta duas características básicas: denuncia as causas e conseqüências da migração e propõe alguns encaminhamentos políticos e pastorais como possíveis medidas reparadoras deste problema socioeconômico. Em relação à primeira característica, discute-se

⁹⁸ A CPJP terá presença efetiva nos eventos que tratam sobre o fenômeno da migração, na defesa jurídica de pessoas indiciadas pelo regime militar e movimentos sociais surgidos no Oeste do Paraná por ocasião das desapropriações de terras promovidas pela Itaipu. Em diversas oportunidades Dom Olívio e a CPJP estiveram juntos em simpósios, diálogos com Itaipu e passeatas reivindicatórias. No encontro na cidade de Porto Stroessner, a CPJP se fez representar pelo jurista Lafayette do Santos Neves, que assim retratou o evento: “Grande parte destes brasileiros (vivendo no Paraguai), estão em péssimas condições, principalmente em virtude das frustrações de safra dos últimos dois anos, que mesmo com a boa safra deste ano, não conseguiram saldar seus compromissos. Por outro lado, a legalização das terras ocupadas, quer por brasileiros, como por paraguaios, é muito difícil devido à política adotada pelo Governo daquele país, que entrega as terras para grandes Colonizadoras, sem tomar conhecimento de que elas pertencem legitimamente aos colonos que fizeram a sua ocupação há muitos anos. Assim sendo, acaba prevalecendo a ‘lei da selva’, onde os mais fortes e poderosos acabam avassalando os mais fracos e oprimidos, aplicando-lhes o mesmo tratamento dos grandes latifundiários”. Cf. **Imigrações para o Paraguai**. JORNAL GAZETA DO POVO, Curitiba, 6 de dez. 1980.

⁹⁹ Os três eixos norteadores do documento são: constatações acerca do sistema produtivo e dificuldades de integração, sugestões a médio e curto prazos, atitudes pastorais e, finalmente, as conclusões e propostas do Comitê de Iglesias, da diocese de Foz do Iguaçu e da CPJP.

colonização e a estrutura produtiva paraguaia que, sob o comando do Estado e das companhias colonizadoras, tornaram-se promotoras ou, no mínimo, coniventes com a situação de marginalidade social. Quanto ao Estado, confirma o documento:

Se constato la existencia de problemas de administración de la justicia, ante hechos de estafa, abuso de autoridad, etc. Se constato igualmente la ineficácia y la venalidad de la justicia... Se constató también la insuficiencia de lo hecho por el Estado para atender las necesidades que requiere una integración más fluída y natural del migrante al Paraguay, com la falta adecuada de médios de comunicación de masas principalmente, pero en general provisión de servicios públicos.¹⁰⁰

Mas o documento não responsabiliza somente o Estado, entendendo que a atuação das companhias colonizadoras, mancomunadas com autoridades políticas locais e com a polícia, promovem vendas de terras não tituladas ou com títulos de propriedade inexistente, solicitam empréstimos bancários hipotecando as próprias terras que estão sendo comercializadas o que, na ausência de pagamento, torna o banco fiel depositário, entre outras questões.

A segunda característica do documento, à qual dedica mais atenção, focaliza as sugestões de mudanças gerais e pontuais a serem tomadas a curto e médio prazo. Tais medidas intervenientes referem-se a ações a serem tomadas diante do setor produtivo e da colonização, assim como traça encaminhamentos de ação pastoral que devem ser adotadas pelas dioceses e organismos. Entre as sugestões gerais apresentadas, destacam-se: trabalho de conscientização a curto e médio prazo, identificação de grupos sociais mais necessitados para direcionar esforços e recursos, promoção de *“una pastoral profunda que apunte a las causas de los problemas y que no se quede tratando de paliar sus efectos”*¹⁰¹ e soma de esforços ecumênicos a fim de potencializar as ações.

O documento apresenta nove sugestões específicas a serem desenvolvidas no local pelas igrejas. São serviços de apoio propriamente espiritual e auxílio social como: serviços jurídicos de documentação, reflexão bíblica, utilização da prática de novena a fim de refletir sobre a posse da terra, aproximação do bispo e do padre junto aos grupos minoritários, solicitação às Assembléias Episcopais que produzam

¹⁰⁰ **Encuentro sobre Migración Brasileña. Estructura productiva y fuerza de trabajo em Alto Paraná.** COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – MIGRAÇÃO: O CAMINHO DA MISÉRIA, ano 2, n. 2, jun. 1981, p. 48 e 49.

¹⁰¹ Id., *ibid.*, p. 50.

materiais sobre a migração, produção de folhetos de divulgação popular, formação de líderes que sejam multiplicadores nos locais onde moram, entre outros. Talvez, em síntese, a frase a seguir transmita o clima ecumênico vivido durante o encontro: *“también que la Iglesias (principalmente los párrocos), deben dar el primer paso em estas tareas, ya que la Iglesia significa protección para las iniciativas organizativas de los campesinos”*.¹⁰² A diocese de Foz do Iguaçu assumiu duas propostas a serem implantadas, a saber, levar ao episcopado brasileiro a problemática vivida pelo Paraguai a fim de despertar a ajuda mútua e sugere a realização de novo encontro dos bispos dos três países para o ano seguinte, em Assunção, Paraguai. Esse evento se concretizaria entre os dias 16 a 18 de julho de 1981 e seria prestigiado pelo alto escalão da CNBB.¹⁰³

Ainda em 21 de outubro de 1981 houve outro encontro na catedral São João Batista, da diocese de Foz do Iguaçu. A pauta do encontro foi marcada pelas intervenções de diversas autoridades eclesiais e líderes de entidades de classe, destacando-se os esclarecimentos de Dom Olívio sobre a linha social adotada pela CNBB e o pastor Werner Fuchs, como representante da CPT, apresentou algumas propostas diante da situação dos desapropriados de Itaipu. Pela CPJP, Wagner D'Angelis, na condição de presidente da entidade, apontou as atividades desenvolvidas pela entidade e, finalmente, foi definida uma agenda de ações a serem tomadas no que tange à problemática das migrações.¹⁰⁴ Seguindo a seqüência de encontros semestrais, intercalando os locais/países, o encontro de 15 e 16 de março de 1982, na paróquia São Lucas, em Porto Stroessner, lançaria as bases para criação, em cada diocese, de organismos de atendimento exclusivo aos migrantes.

No Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFÚRIA), de Curitiba, foram localizados vários estudos, pautas de reunião e atas de encontros promovidos

¹⁰² Id., *ibid.*, p. 52.

¹⁰³ A sugestão da diocese de Foz do Iguaçu se realizou entre os dias 16 a 18 de julho quando, em Assunção, Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom Ivo Lorscheiter, respectivamente secretário e presidente da CNBB, juntamente com Dom Antônio Barbosa, bispo de Campo Grande, e Dom Olívio representaram o episcopado brasileiro. Conforme nota publicada no jornal *“Nosso Tempo”*, o encontro teve como objetivo estreitar relacionamento entre Igreja dos dois países a partir de preocupações comuns como a questão da migração brasileira para o Paraguai. **Bispos debatem migrações**. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 22 a 28 de jul. 1981, p. 8.

¹⁰⁴ Consta no cronograma do evento os seguintes organismos como colaboradores: Comitê de Iglesias para Ayudas de Emergencia e Sindicato Nacional de la Construcción do lado paraguaio. Do lado brasileiro é mencionada a CPJP, a CPT e a diocese de Foz Iguaçu como sede. Cf. MAZZAROLLO, Juvêncio. **Convite do Encontro Pastoral Binacional**. Foz do Iguaçu, 10 de outubro de 1981.

pela CPJP. Sobre esse encontro no Paraguai, há um denso relatório datilografado e assinado por Wagner D'Angelis, constando as motivações, a compreensão sobre a migração nos dois países, as conclusões e as decisões tomadas. Tendo como objetivo atualizar a visão sobre a questão migratória na região fronteiriça (ao longo do Rio Paraná), analisar esta problemática à luz do documento pontifício *Laborens Exercens* (LE) e definir ações conjuntas a serem tomadas, o encontro apontou para decisões que teriam conseqüências no próximo encontro realizado no Brasil. Assim, ficou definida a criação de organismos específicos para o trato com os migrantes, apoiados e respaldados pelas dioceses.¹⁰⁵

Por isso, o encontro de 2 e 3 de setembro de 1982 ficaria marcado por suas decisões. Conforme nota do livro tomo da diocese, participaram no Centro de Pastoral Shalon, além das lideranças diocesanas, padres e congregações religiosas, o bispo da prelazia de Alto Paraná, Dom Agostinho Van Aaken, padre Jacir Baido, assessor para migrações e turismo na CNBB, e entidades representativas do Brasil. O objetivo, escreve Dom Olívio, como já freqüente em eventos dessa natureza, é “*estudar mais, entender melhor e planejar uma atuação correta junto às migrações limítrofes*”.¹⁰⁶

O foco das atenções prioritárias nesse evento era o povo paraguaio que vivia na diocese, sobretudo, na cidade de Foz do Iguaçu. As conclusões apontam para as razões da emigração e o quadro social encontrado: uma pequena parcela migrou para o Brasil em função da perseguição do regime de militar do presidente Alfredo Stroessner e a grande maioria em busca de oportunidade de emprego. Uma minoria veio com recursos suficientes para se estabelecer no comércio e conseguiu certo sucesso econômico. A grande parte trabalha por baixos salários, seja na construção civil, nas casas comerciais, no turismo, na rede hoteleira e na condição de empregados domésticos, havendo uma quantidade significativa trabalhando na

¹⁰⁵ O relatório elaborado pela CPJP apresenta outras cinco conclusões do encontro: 1- continuar a programação de encontros semestrais sobre migrações, sob responsabilidade das dioceses de Foz do Iguaçu e Porto Stroessner, com representantes da CEP e da CNBB. As conclusões devem ser encaminhadas para organismos representativos e, se for o caso, denunciar às autoridades dos dois países; 2- para o próximo encontro, dias 2 a 3 de setembro de 1982 em Foz do Iguaçu, apresentar programação prévia e relatório sobre a questão da migração ocorrida entre os meses de março a setembro, assim como troca de informações e experiências pastorais e reflexões técnicas sobre o tema da migração; 3- os organismos que trabalham com a migração desenvolverão estudos para atualizar os conhecimentos; 4- programação de reuniões entre sacerdotes e pastores que trabalham com migrantes na região fronteiriça; 5- finalmente, promoção de encontros entre lideranças das comunidades de migrantes. Cf. D'ANGELIS, Wagner Rocha. **Encontro Binacional Sobre Migrações – CPJP-PR**. Curitiba, 18 de março de 1982, p. 6.

¹⁰⁶ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, setembro de 1982, p. 76.

informalidade, no comércio ilegal, na criminalidade e na prostituição. Vale destacar que é perceptível, nas relações cotidianas, certo preconceito e discriminação em relação à cultura paraguaia.¹⁰⁷ Possivelmente, a decisão de maior impacto na diocese foi o compromisso assumido por Dom Olívio e seus assessores de criar o que posteriormente se chamou de Pastoral do Migrante (os envolvidos, objetivos e ações serão vistos à frente). Ao finalizar esse encontro, definiu-se que o próximo ocorreria entre os dias 10 e 11 de março de 1983, em Porto Stroessner e, na seqüência, novamente em Foz do Iguaçu, nos dias 6 a 10 de junho.

Tais eventos, como se pode constatar, não passariam despercebidos pelo Estado brasileiro. O resultado da solicitação encaminhada ao Arquivo Nacional de Brasília pedindo os dados existentes nos fundos do Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional no estado do Paraná, em que consta o nome de Dom Olívio, mostrou-se extenso e evidenciou que os encontros promovidos na tríplice fronteira despertaram o interesse e a preocupação do Departamento da Polícia Federal (DPF). Curioso foi encontrar para o mesmo evento, como os dois acima apontados, relatórios produzidos e informações trocadas entre a DPF de Foz do Iguaçu e o SNI, agência de Curitiba.¹⁰⁸

Para entender o porquê da atenção dos organismos do Estado, foram solicitadas cópias integrais de seis processos feitos entre 1979 a 1984, que são pedidos de busca e respectiva resposta da informação requerida. De modo geral, os relatórios são objetivos e curtos. Apresentam data e local da realização, promotores do evento e lista dos participantes. A parte descritiva é interessante porque destaca os objetivos do encontro, decisões tomadas e, em anexo, colocam-se os materiais distribuídos aos encontristas, como a pauta da reunião, as folhas de canto, as notas publicadas na imprensa, entre outras. Pelas informações contidas nos processos, é possível afirmar que os investigadores tinham informantes que transmitiam o conteúdo e as decisões tomadas em reunião. Além do mais, a presença de agentes estranhos poderia inibir e provocar constrangimento para os participantes. Os documentos da DPF não são assinados e não há comentários sobre execuções a pedido de alguém ou algum órgão específico do Estado. Em específico, os

¹⁰⁷ **Migrantes nas preocupações da Igreja.** JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 7 a 13 de out. 1982, p. 8 – 9.

¹⁰⁸ ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA – Serviço Nacional de Informação: Informe 514/19/ACT/83. *Encontro Binacional sobre 'Reflexão e Estudos para Uma Pastoral do Migrante' – Foz do Iguaçu/PR*, 2 de set. 1983.

documentos consultados são consideravelmente mais superficiais na descrição e quantidade de informação em relação àqueles produzidos pelos SNI ou pelo DOPs.

A esses documentos, os relatores da DPF e mesmo do SNI atribuíam títulos que nem sempre eram aqueles dados pelos promotores do encontro. Destarte constam nomes de I, II e III “*Encontro Binacional sobre Migrações*”, “*Encontro Binacional sobre ‘Reflexão e Estudos para uma Pastoral do Migrante’*” etc. Assim aconteceu com o encontro de março, em Porto Stroessner, e o de junho de 1983, em Foz do Iguaçu, sobre o qual a CPJP noticiou que seria assessorado pelo sociólogo Carlos Rodrigues Brandão (UNICAMP), contando com a participação de agentes de pastoral e sacerdotes dos dois países e apoio da CPT, da Assesoar e da IECLB do Brasil e do Programa de Ayuda Cristiana e do Comitê de Igrejas, do Paraguai. A promoção ficaria a cargo das dioceses de Foz do Iguaçu e Porto Stroessner.¹⁰⁹ Esses dados também são encontrados em um relatório produzido pelo SNI que conclui, sobre o encontro, o seguinte:

Ao final, chegou-se a conclusão que a meta prioritária do Encontro é a confecção de um programa com a presença, participação dos agentes de pastoral em sua execução, que dirigirão as ações procurando fazer com que os anseios de todos sejam alcançados. Esta meta visa uma melhor formação de agentes junto aos migrantes camponeses e a promoção de uma organização de trabalho de base a partir de uma metodologia unificada; troca de experiência através da exposição de trabalhos de cada grupo; sistematização de uma efetiva metodologia de trabalho face ao fluxo migratório e emigratório no BRASIL e no PARAGUAI.¹¹⁰

A descrição do encontro parece ser compreendida dentro da normalidade, não acenando para maiores preocupações do órgão de segurança do Estado. Contudo, a localização de um relatório produzido pela DPF de Foz do Iguaçu, sob o sugestivo título “*Identificação de Religiosos e Leigos Atuantes no Processo Subversivo*”, apresenta uma relação contendo o nome de dois bispos e um padre como pessoas suspeitas porque instigadores da desordem social. A acusação a Dom Olívio, um dos bispos citados, é justificada, conforme relatório, pelo seu

¹⁰⁹ D’ANGELIS, Wagner. **Informe: Atividades da CJP-PR (20 de maio a 20 de junho)**. Curitiba, s/d, p. 1 – 2.

¹¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA – Serviço Nacional de Informação: Informe 514/19/ACT/83. *Encontro Binacional...* op. cit., p. 2.

envolvimento com movimentos sociais e por estar promovendo esses encontros bilaterais. Assim menciona o relatório:

Em março de 83 organizou juntamente com o Bispo paraguaio D. AGOSTIN VAN HAKEN, em Presidente Stroessner/PY, o III Encontro Binacional sobre as Migrações. Na ocasião foi debatida a legislação brasileira referente a estrangeiros, bem como notícias sobre perseguições e maus tratos sofridos por brasileiros que residem no Paraguai. Em todos os movimentos dos SEM-TERRA realizados na região, tem dado (Dom Olívio) o seu apoio irrestrito, comparecendo ou enviando representante com mensagens escritas por ele elaborada.¹¹¹

Esse relatório evidencia que os encontros, de alguma forma, despertavam atenções dos órgãos de inteligência do Estado e podiam servir como argumentos que comprovavam o *desvio de função* desses prelados. Como avalia Serbin, a partir do contato com inúmeros processos criados durante o período da ditadura militar, os relatórios produzidos apresentam níveis de informação, clareza e perspicácia variada.¹¹² Dessa forma, não eram raros os que continham dados incorretos colocados por descuidos ou propositalmente, conclusões inverídicas, suspeitas infundadas etc. No caso desse relatório acerca de Dom Olívio e outros membros da Igreja Católica, verificam-se conclusões pouco verossímeis feitas com base em informações mal fundamentadas, até porque atribuir a seu envolvimento nos encontros bilaterais um comportamento subversivo é, no mínimo, excessivo.

Como se pode perceber, a reedição desses eventos foi freqüente no início da década de 1980. Sua periodicidade semestral acenava para a grande preocupação pastoral sentida pela diocese de Foz do Iguaçu e, obviamente, oferecia indícios para compreender o perfil de Dom Olívio. Vale ressaltar a iniciativa pioneira desses prelados que, sensíveis ao seu entorno, encetam ações no sentido de reparar os desajustes sociais surgidos em decorrência da migração. Ao que parece, por se tratar de encontros supra-diocesanos e não haver vínculo hierárquico direto, uma vez que pertencem a Conferências Episcopais distintas, isto é CNBB e CEP (Conferência Episcopal do Paraguai), a realização dos eventos estava

¹¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA – Departamento da Polícia Federal – Superintendência Regional no Estado do Paraná/Divisão de Polícia Federal em Foz do Iguaçu: Seção de Informações. Informe n. 033/84 – SI/DPF.1/FI/PR. *Identificação de religiosos e leigos atuantes no processo subversivo*, 17 de fev. 1984, p. 1.

¹¹²SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra...*, op. cit., p. 119 – 122.

condicionadas à iniciativa direta dos bispos que, como representantes máximos daquelas dioceses, tinham autoridade legal para planejar e arregimentar apoio em suas respectivas Conferências, Províncias Eclesiásticas e dioceses. Neste caso, foge da alçada das lideranças leigas ou mesmo padres e religiosos(as) tomar iniciativa para convocação do evento, exceto, obviamente, no fundamental apoio à sua realização. É possível afirmar, pela leitura dos documentos publicados e entrevistas veiculadas nas mídias locais, que a seqüência desses eventos provocou, até pela amizade e cumplicidade assumida, ações em conjunto entre as circunscrições eclesásticas limítrofes que não seriam possíveis com ações isoladas. As deliberações assumidas coletivamente tinham a possibilidade de serem reavaliadas e redimensionadas no encontro seguinte.

3.2.3.2 Campanhas de conscientização e criação da Pastoral do Migrante

Na diocese de Foz do Iguaçu, por iniciativa e incentivo direto ou não de Dom Olívio, diversas ações foram organizadas, ao lado dos eventos bilaterais promovidos, e cujos resultados foram de eficiência variada. Assim, surgiram as campanhas de conscientização realizadas nas capelas e paróquias, as insistentes notas do bispo publicadas na imprensa local e regional alertando sobre a ilusão da migração e o perfil do EUSE que, tanto em seus editoriais como nas demais matérias que compunham o jornal, traziam reflexões, chamadas e divulgavam eventos que tratavam exclusivamente da problemática da migração. A essas ações difusas devem-se acrescentar as atividades desempenhadas, a partir de meados de 1982, pela Pastoral do Migrante. Certamente, todas essas atitudes tomadas nas capelas, paróquias e diocese manifestam a preocupação de Dom Olívio em difundir ações que visassem a atingir o cotidiano dos diocesanos, neste caso, especificamente, do migrante.

Primeiramente, é importante destacar que o tema da migração esteve presente em quase todos os livros tombos das paróquias, em que fica patente a preocupação em orientar as pessoas para que evitem a venda de suas terras. Geralmente, vem anotada a razão da migração, como o engodo da riqueza fácil e fantasiosa em outros estados da federação e no Paraguai, a descapitalização dos pequenos proprietários, o mal uso de inseticidas no plantio, implicando a contaminação das águas, da terra, do ar e minando a saúde do agricultor, a desapropriação forçada promovida pela formação do reservatório de Itaipu, dentre

outras.¹¹³ Na entrevista de 2006, Dom Olívio comentava que diversos padres se empenharam em orientar os agricultores a não migrarem por conta das razões adversas. Rememora o bispo: *“se insistia para que os agricultores não saíssem, não mudassem, não vendessem a terra. Lutaram para permanência do agricultor na sua terra embora com pouco sucesso”*.¹¹⁴ Frente a esse quadro, ressalta o padre da paróquia de São Miguel do Iguçu, em 1980:

Os padres realizam um trabalho de conscientização junto às comunidades a fim de evitarem ilusões, ganância ou vendas desnecessárias de terras, pois há grandes proprietários acumulando latifúndios, forçando os pequenos a venderem suas terras. Muitos já estão saindo devido à hidrelétrica de Itaipu que dentro de três anos deverá alagar aproximadamente a terça parte desse município. Várias comunidades preparam à partida dos migrantes com ricas celebrações comunitárias, permeadas de solidariedade humana e cristã e a benção do sacerdote.¹¹⁵

Na descrição do padre, fica subentendida a desolação que a migração acarreta, tornada flagrante com a realização da Via Sacra do Migrante durante a Sexta-Feira da Paixão ocorrida no mês de abril de 1980. Para os católicos, o ato litúrgico principal nesse dia é a celebração da Paixão do Senhor, realizada na parte da tarde. Trata-se de celebração simples e silenciosa, que propõe ao fiel a meditação da Paixão, proclamada com solenidade toda particular. O imaginário construído é o de que, enquanto Jesus verte de seu sangue para se solidarizar com a condição de fragilidade e de pecado de homens e mulheres, os cristãos são convidados a refletir sobre o sofrimento de familiares, vizinhos, amigos e pessoas carentes. Na oportunidade, a Igreja convida ao jejum como expressão de penitência e solidariedade em relação à morte do Jesus. Com isso, a Via Sacra do Migrante, semelhante ao sofrimento de Jesus, convidava a toda comunidade a solidarizar-se com os demais membros que, por força das contingências históricas, deixam suas terras e migram para outros locais.

Contudo, como a Paixão do Senhor, assim também a Via Sacra do Migrante não é um fim em si, quer dizer, não pára na rememoração do sofrimento, da dor e da agonia da morte. Se no ato litúrgico a sexta-feira anuncia a morte, o domingo

¹¹³ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Missal, janeiro de 1981, p. 16.

¹¹⁴ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**.

¹¹⁵ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL. São Miguel do Iguçu, março de 1980, p. 47.

representa a vitória e a recompensa de uma vida redimida do pecado. No caso da celebração da paróquia São Miguel, cinco cenas mostram a opressão e sofrimento dos migrantes e duas cenas enfocam a ressurreição presente nas atitudes de solidariedade e mutirão realizados pelas comunidades que dão assistência àqueles que migram.¹¹⁶ O domingo da Páscoa como as duas últimas cenas formam a síntese dialética de um movimento temporal teleológico. Desses investimentos discursivos Dom Olívio participa através de seus escritos no EUSE, nos programas radiofônicos e nas suas visitas pastorais, como o fez por ocasião da orientação aos líderes comunitários na paróquia de Medianeira: *“ouvía relato sobre a caminhada local e insistia em alguns pontos como: união na comunidade, participação na missa ou culto, fixação no local devido à tentação de sair, apoio aos desapropriados por Itaipu”*.¹¹⁷

Essas ações informais, ao lado dos encontros bilaterais, foram oportunas para amadurecer propostas de criação de serviços religiosos que viessem a atender à demanda provocada pela migração. É nesse clima que Dom Olívio, juntamente com sua equipe de assessores diocesanos, assume, no encontro de 2 e 3 setembro de 1982, a criação de uma pastoral voltada exclusivamente para os migrantes, atuando em conjunto com a pastoral operária e as associações de bairros. No relatório *Ad Limina*, de 1985, consta que a comissão estava composta por uma equipe cuja atribuição era *“evangelizar os migrantes através de pequenos grupos de reflexão, orientá-lo quanto aos seus direitos e deveres, acolhê-los, etc. Tarefas próprias: formar líderes, fornecer subsídios, promover reuniões gerais, festas, etc.”*¹¹⁸

Ao que tudo indica, a Pastoral do Migrante vinha responder àquele desafio lançado por Dom Olívio de organizar uma pastoral socioreligiosa voltada para o problema da urbe. O trabalho seria desenvolvido nos interstícios da cidade, isto é, no subúrbio, no bairro, na rua onde nem sempre ocorria o trabalho dos padres, porque em pequeno número e muitos ainda presos às lidas tradicionais da paróquia. Embora estivesse voltada para toda diocese, essa pastoral passa a funcionar na cidade de Foz do Iguaçu, mantendo equipe de trabalho e espaço físico próprios. O

¹¹⁶ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL. São Miguel do Iguaçu, abril de 1980, p. 47b.

¹¹⁷ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE MEDIANEIRA DE TODAS AS GRAÇAS: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Medianeira, 14 a 20 de março de 1981, p. 23. (Grifo do autor).

¹¹⁸ FAZZA, Olívio Aurélio. **Relatório da visita Ad Limina...**, op.cit., p. VII.

público atendido, em função da particularidade, será basicamente o paraguaio presente nesta cidade.

A Pastoral do Migrante foi criada oficialmente durante o encontro bilateral com o Paraguai, realizado entre os dias 2 e 3 de setembro de 1982. Após reuniões e contatos com leigos e padres-bispo em 19 de novembro de 1982, na sala de reuniões da paróquia e catedral São João Batista, formalizou-se a criação do Centro de Pastoral do Migrante. Essa data apenas confirma um trabalho que já vinha sendo desenvolvido desde o início dos anos de 1980 que, doravante, terá espaço e recursos humanos exclusivos. A reunião, sob a coordenação da irmã Ilse Lucia Biasibetti, coordenadora dessa ação, contou com a presença do padre Germano Lauck, representante de Dom Olívio, e cento e quatro pessoas vindas de quinze vilas, bairros e do centro da cidade de Foz do Iguaçu. O objetivo, conforme consta no livro ata, era

promover a integração, educação e assistência dos Migrantes, especialmente dos carentes e necessitados independente de raça, sexo, credo político e religioso... A Promoção Humana do migrante, não visa somente resolver problemas, mas organizar e levar o povo a participar. Para isso, as reuniões serão periódicas, acompanhadas também de reflexão bíblica nos grupos afim de iluminar a caminhada do povo com a luz da Palavra de Deus.¹¹⁹

Antecedentes da Pastoral do Migrante remontam ao final da década de 1970 quando a Igreja, percebendo o grande fluxo de migrantes que chegava a Foz do Iguaçu, buscou no carisma das irmãs e dos padres Scalabrinianos/as o atendimento religioso e pastoral. Assim, em setembro de 1976, chegaram os Missionários Carlistas e, em fevereiro de 1977, a Congregação feminina. O objetivo era dar acompanhamento pastoral e espiritual aos trabalhadores e suas famílias. A Pastoral do Migrante foi, assim, confiada aos cuidados da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo e está, nessa atividade, subordinada ao bispo diocesano. Consta que entre os anos de 1982 a 1984 os trabalhos eram realizados

¹¹⁹ LIVRO ATA DO CENTRO DE PASTORAL DO MIGRANTE. Foz do Iguaçu, 19 de novembro de 1982, p. 1 e 2. Nessa reunião foi constituída a comissão central com representantes dos bairros e vilas de Foz do Iguaçu. Assim ficou composta: Julio Buitez (Vila Maracanã, Bom Jesus e Vila Santa Maria), Maria Martina Morales (Vila Três Lagoas), Lucia Ramires (Jardim São Paulo e Copacabana), Inacia Ayola Santa Cruz (Vila Paraguaia), Vicente Aquino (Jardim América e Vila Brasília), Isabel Fernandes (Vila Iolanda), Ana Rios Sanabio (Parque Presidente), Patrocínio Pacheco (Porto Meira), José Gabriel Segóvia (Centro), Eleotério Mancuelo (Rincão São Francisco), Aquiles Barreto (Vila Marudin e Vila Portes).

na Cúria Diocesana, onde a comissão iniciou suas atividades. Os trabalhos iniciais voltaram-se para estudos da realidade regional, para fundamentação bíblica e eclesial da linha social adotada, para a regularização de documentos dos migrantes residentes na diocese, atenção aos desempregados da Itaipu binacional e organização de celebrações eucarísticas em guarani e espanhol.¹²⁰

Em todos os escritos que tratam sobre essa experiência na diocese de Foz do Iguaçu, fica patente a concepção prática, isto é, a atenção ao problema emergencial do migrante, como falta de documentação, carência e um chamamento para conscientização política respaldada na reflexão bíblica e/ou em documentos da Igreja católica. Ainda em 1983, irmã Ilse escreve:

Esta pastoral tem como fundamento Jesus Cristo Peregrino conforme fala o Evangelho de Mateus, cap. 25,35 ‘... era peregrino e me acolhestes’ e fundamenta-se também nos ensinamentos da Igreja sendo ela mesma também peregrina, a caminho de uma meta que ainda não alcançou. A Diocese de Foz do Iguaçu, quer ser fiel aos apelos da Igreja e aos sinais dos tempos, por isso, incentivou a criação da Pastoral de Migrações para ser ‘VOZ DOS QUE NÃO TEM VOZ’ como fala o Documento de Puebla n.º 1268. (Por isso) A Pastoral de Migrações se empenha em facilitar aos migrantes, sobretudo os mais pobres, na aquisição dos seus documentos, por isso incentiva na participação, reflexão dos seus direitos e união de todos como uma força para conseguir a vinda de uma Comissão de Curitiba e/ou através de advogados desta cidade.¹²¹

Acompanhando o livro ata da Pastoral do Migrante, analisando um pequeno álbum de fotos, as quais registram a realização de reuniões e de celebrações festivas, e percorrendo as diversas publicações contidas no EUSE, é possível afirmar que as atividades desenvolvidas por essa pastoral foram intensas. Havia uma preocupação nítida com a integração dos estrangeiros na sociedade iguaçuense. Por isso eram organizadas reuniões nos bairros a fim de ouvir e atender

¹²⁰ A Pastoral do Migrante, desde 1984, passou a atuar junto às pastorais da Mulher e Operária, estabelecendo ações conjuntas com a Cáritas Diocesana e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As práticas desenvolvidas no acompanhamento aos grupos comunitários e atendimento aos estrangeiros, celebrações ecumênicas e estudos de documentos da Igreja foram mantidas. Cf. CARMINATTI, Zeni. **Relatório histórico e programático da pastoral dos migrantes da Diocese de Foz do Iguaçu (1982 – 2005)**. Foz do Iguaçu, abril de 2005, p. 1 – 2. Esse relatório, digitado e encadernado em espiral, encontra-se no Centro de Pastoral do Migrante, em Foz do Iguaçu.

¹²¹ BIASIBETTI, Ilse Lúcia. **Pastoral das migrações: Diocese de Foz do Iguaçu**. EUSE, out. 1983, p. 10.

às necessidades imediatas dessa população, realizadas celebrações eucarísticas bilíngües, promovidos dias de recreação e reflexão. Assim, o dia do migrante, 17 de junho, passou a merecer atenção especial através de artigos escritos no EUSE e missas festivas.¹²²

É interessante notar como ocorreu em 12 de outubro de 1982, feriado nacional, a realização de missa em guarani, na catedral São João Batista. Local e data sugestivos. Dom Olívio esteve presente acolhendo a todos e reafirmando que a iniciativa confirmava a caminhada da Igreja de Foz do Iguaçu em prol do migrante. Em artigo, irmã Ilse descreve o dia: a celebração eucarística foi animada por um coral de Porto Stroessner apresentando canções em guarani e em espanhol. O objetivo da programação do dia era animar os migrantes na caminhada de peregrinos e divulgar o trabalho pastoral desempenhado. Após a missa, os trabalhos foram encaminhados no sentido de orientar para o real papel da Pastoral do Migrante: reunir para conversar, formar comissão para resolver problemas de documentação e requerer auxílio do governo brasileiro para facilitar a concessão do visto permanente.¹²³

As atividades com a regularização da documentação do migrante, ao que parece, eram preocupantes. A falta dos documentos o colocava na ilegalidade e o impossibilitava de ter uma atividade profissional regular no Brasil. Assim, uma das atividades da pastoral consistia em orientar e encaminhar a documentação, para ser concedido, àqueles que se enquadravam na Lei dos Estrangeiros, o visto de permanência definitiva. Contudo, mesmo aqueles que tinham direito ao visto esbarravam nos custos, na falta de informação e na morosidade do processo. Por isso a Pastoral do Migrante, em vista da situação econômica que em vivia o migrante e das dificuldades de toda ordem, prestava assistência através da

¹²² A edição do EUSE, mês de junho de 1984, traz diversas matérias fazendo menção ao dia do migrante. Já na capa é apresentado o mapa do Brasil por onde migram, após romper cercas de arame farpado, pais, mães e filhos com seus pertences, isto é, mochilas, enxadões, foices, cestos e algumas cabeças de gado. A frase, abaixo do mapa, é um chamamento para a resistência: "*Terra é vida: resistir, não migrar e a terra partilhar*". Uma das matérias publicadas pela Pastoral do Migrante aponta para as razões da exclusão social, convida a todos para reflexão e celebração da missa: "Para melhor celebrar este dia, a Pastoral dos Migrantes está organizando grupos de reflexão, onde os Migrantes se reúnem despertando a consciência sobre as causas da migração e buscam formas de organização, mantendo e reavivando a esperança. Você que também é migrante, celebre conosco este dia...". No final da matéria consta o depoimento de um migrante: "Não perca mais tempo e comece a lutar hoje. E juntos, você aí e nós aqui, vamos mudar. Vamos virar a mesa e transformar esta sociedade injusta". Cf. **Migrantes celebram seu dia**. EUSE, jun. 1984, p. 5.

¹²³ BIASIBETTI, Ilse Lucia. **Pastoral de migrações em Foz do Iguaçu**. EUSE, nov. 1982, p. 7.

consultoria a advogados especializados e encaminhava os pedidos conforme exigia a lei.

Em uma pesquisa quantitativa publicada em 2006 tratando da migração e da abrangência dos serviços pastorais ofertados na diocese de Foz do Iguaçu, entre os diversos dados produzidos, chama-se atenção para o problema preocupante da documentação do migrante. Um terço dos entrevistados não possuem documentação básica como certidões, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG). A experiência indica a crescente solicitação de auxílio, por parte dos migrantes, para obtenção desses documentos, geralmente pela falta de recursos financeiros para arcar com os elevados custos requeridos. As demais razões que dificultam o acesso à documentação são a falta de informação, o desconhecimento do trâmite burocrático, a insegurança e até o medo de contactar com o órgão público responsável, extravios e falta de tradução da documentação exigida.¹²⁴

Os trabalhos desenvolvidos pela Pastoral do Migrante desde 1982 foram se ampliando a ponto de haver a necessidade de um local exclusivo para o desenvolvimento de suas atividades. A Cúria Diocesana, onde funcionava, não era mais suficiente para atender aos pedidos de documentação, promover campanhas assistenciais e dispor de espaço para realização de encontros e reuniões. Assim, no dia 5 de abril de 1984, foi inaugurado um escritório que passou a funcionar em horário comercial. Por ocasião da inauguração, escrevia-se: *“Estamos percebendo que esta Pastoral é de suma importância, porque alguém que migra necessita de acolhimento e de pessoas amigas que o ajudem a sentir-se membro da comunidade”*.¹²⁵ A missa de inauguração foi celebrada por Dom Olívio, no dia 8 daquele mês, quando teria dito que os migrantes de todas as nacionalidades deveriam se dar as mãos e formar uma verdadeira comunidade de fé e de ação.

A contribuição da diocese, intermediada diretamente por Dom Olívio, foi, pelo que os elementos indicam, direta desde a criação da Pastoral do Migrante. Uma discreta nota contida no livro tomo da Cúria Diocesana parecia somente querer registrar o encontro ocorrido entre os dias 27 e 28 de dezembro de 1983, entre as

¹²⁴ ZAMBERLAM, Jurandir. **Tendências da mobilidade humana nas três fronteiras...**, op. cit., p. 41.

¹²⁵ BIASIBETTI, Ilse Lúcia; PASQUALOTTO, Clair Anita. **Migrantes tem sua sede**. EUSE, maio 1984, p. 4 – 5. O escritório passa a funcionar em uma sala alugada, na rua Jorge Sanwais, número 853, bairro Maracanã com atendimento em horário comercial. As reuniões e encontros de reflexão, contudo, continuaram acontecendo, até abril de 1988, na paróquia São João Batista e outros locais como, por exemplo, Medianeira e Porto Meira. Cf. CARMINATTI, Zeni. **Informações sobre a Pastoral do Migrante**. Foz do Iguaçu, 14 e 15 de ago. 2008. (Correio eletrônico. A/A).

Conferências Episcopais do Brasil e do Paraguai. Nenhuma observação sobre a relevância do evento ou mesmo sobre os participantes e somente a menção: estiveram “refletindo sobre a pastoral do migrante”.¹²⁶ A localização de duas cartas enviadas por Dom Olívio a Dom José Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, e um relatório produzido pelo SNI, todos de 1984, davam a compreender a estreita relação da diocese com a conferência episcopal brasileira no que diz respeito ao atendimento e à ampliação dos trabalhos desenvolvidos pela pastoral do migrante.

Na primeira carta enviada em 12 de março de 1984, Dom Olívio lembra que no encontro de dezembro de 1983, em Foz do Iguaçu, após apresentar o relatório das atividades desenvolvidas em favor do migrante na diocese, “Tive o prazer de ouvir de V. Excia. a oferta de uma colaboração financeira da CNBB, mediante a apresentação de um projeto... Confiando na benévola atenção da CNBB, antecipo agradecimentos”.¹²⁷ Ao ler a carta, fica difícil dimensionar em que medida a ajuda ofertada por Dom Ivo havia sido resultado de uma conversa oficiosa entre ambos ou uma deliberação da reunião. Essa dúvida foi esclarecida quando da leitura dos resultados contidos no documento intitulado “II Encontro das Presidências da CNBB e CEP em Foz do Iguaçu/PR”, elaborado por investigadores do SNI. Segundo o relatório, os bispos e assessores avaliaram positivamente os trabalhos desenvolvidos e se propuseram a continuar os encontros semestrais

para alargar o trabalho recíproco que está sendo feito. Que as conferências episcopais vão dar todo apoio às respectivas dioceses (BRASIL/PARAGUAI), para que possam criar infraestrutura de serviços adequados. Há necessidade de mais ampliação dos serviços de acolhimento do migrante necessitando de outros subsídios, tendo a CNBB se comprometido ajudar a implementar esses serviços de auxílio aos migrantes.¹²⁸

¹²⁶ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, dezembro de 1983, p. 78.

¹²⁷ FAZZA, Olívio Aurélio. **Carta a Dom Ivo Lorscheiter – Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Foz do Iguaçu, 12 de março de 1984.

¹²⁸ Conforme o relatório, esteve presentes no encontro a alta cúpula das CNBB e da CEP com seus respectivos assessores. Além de Dom Olívio, anfitrião, compareceram: Dom Ivo Lorscheiter, Dom Benedito Ulhoa Figueira e Dom Luciano Mendes de Almeida, respectivamente presidente, vice-presidente e secretário da CNBB, Dom Lopes Rosa, bispo de Jardim, Mato Grosso do Sul (como bispo desta diocese, neste período, consta Onofre Cândido Rosa); Dom Felipe Benitez, dom Carlos Villalba e Dom Oscar Paez, ambos presidente, vice-presidente e secretário da CEP, Dom Agostin Polaken, bispo de Porto Stroessner. A última informação deste documento destaca a realização de uma missa na Vila “C” da Itaipu e contou com a presença de aproximadamente 600 funcionários da binacional. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Serviço Nacional de Informação (SNI) – 34º BIMTZ. *II Encontro das Presidências da CNBB e CEP em Foz do Iguaçu/PR*. Informe n. 307 S/102-A3-CIE. Brasília, 22 de fev. 1984.

Como fica evidenciada, as conferências episcopais comprometeram-se a impulsionar a atuação das dioceses limítrofes mediante suporte financeiro necessário para ampliação dos serviços pastorais. Conclui-se que aquela carta enviada em março de 1984 tinha como objetivo apresentar um projeto de aplicação dos investimentos e não deixava de ser uma sutil cobrança do compromisso assumido pelo presidente da CNBB, Dom José Lorscheiter, em dezembro de 1983. A ajuda se concretizaria ainda no primeiro semestre de 1984 quando Dom Olívio, noutra carta, agradece a generosa contribuição por ser *“um auxílio valioso. A pastoral dos migrantes caminha bem. O escritório de atendimento e orientação funciona diariamente, em favor de todos os irmãos migrantes que nos procuram. Manifesto sincero agradecimento em nome da Irmã Ilse, dos coordenadores desta pastoral e em meu nome”*.¹²⁹

Conclui-se que Dom Olívio via nessas atividades uma forma de estruturar ações na diocese que, no encaço dos encaminhamentos do Regional Sul II, fazia frente aos desafios de uma Igreja que devia ser condizente à mobilidade do mundo contemporâneo. A urbanização, o êxodo rural, o crescimento acelerado de Foz do Iguaçu e o trânsito de gentes requeriam uma atuação para além da centralidade da paróquia e para a exclusividade do papel desempenhado pelo padre. Daí a convicção e a convocação de Dom Olívio para a renovação paroquial, criação de pastorais e envolvimento dos leigos como co-participantes das atividades da Igreja Católica.

¹²⁹ De acordo com a carta enviada por Dom Olívio à CNBB, foram enviados CR\$ 1.600.000,00 para serem investidos na Pastoral do Migrante. Cf. FAZZA, Olívio Aurélio. **Carta a Dom Ivo Lorscheiter – Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Foz do Iguaçu, 29 de agosto de 1984. Esse valor, convertido em salários mínimos, tomando como base o mês de abril de 1984, correspondia a 28,1 salários. A atualização desse valor para 2008, através do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, corresponde a R\$ 12.254,91. Cf. **Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna**. Disponível em: <http://www.fgv.br/dgd/asp/index.asp>. Acesso em: 13 de ago. 2008. A diocese teria investido em necessidades emergenciais da Pastoral do Migrante e aplicado em pesquisas sobre o fenômeno da migração na região. A partir de 1988, a Pastoral do Migrante passou a ter sede própria, localizada na rua Rio de Janeiro, número 592, bairro Maracanã. Entre 1992 e 1993, a diocese doou o terreno e a sede em construção para a Congregação das irmãs Scalabrinianas. A Província terminou a construção do primeiro andar destinado ao atendimento dos Migrantes e ampliou um segundo piso, onde moram as irmãs. CARMINATTI, Zeni. **Informações sobre a Pastoral do Migrante...**, op. cit.. Devido às três categorias migrantes, turistas e caminhoneiros fazerem parte a nível nacional da Pastoral da Mobilidade Humana da CNBB, na diocese de Foz do Iguaçu a pastoral passou a ter o mesmo nome, a qual, junto à paróquia Bom Jesus do Migrante, criada em 4 de março de 2007, propõem-se a motivar todas as paróquias da diocese para desenvolver um trabalho em equipe e de integração na execução do plano diocesano, priorizando a pessoa do migrante, do caminhoneiro e do turista. As atividades estão voltadas para as áreas de acolhida, assistência social e jurídica, formação humana, serviços de saúde, promoção da cultura e da religiosidade. Cf. PASTORAL DA MOBILIDADE HUMANA – Diocese de Foz do Iguaçu – PR. Foz do Iguaçu, 2007 (folder).

3.3 Pauta reivindicatória dos movimentos sociais: Intersecções eclesiais

A implementação da Pastoral do Migrante e a promoção dos encontros bilaterais com a cúpula da Igreja do Brasil e do Paraguai eram iniciativas que marcavam posicionamentos político e pastoral voltados para a problemática social. Dom Olívio, na condição de anfitrião e um dos principais promotores dos encontros, ao lado de outras ações organizadas na diocese, esquadrihava uma preocupação voltada para os problemas sociais vividos na região das três fronteiras. A estruturação dos serviços religiosos na diocese, para além das decisões técnico-administrativas, confirmava um perfil episcopal imerso na trama social. Destarte, o surgimento de mobilizações populares e movimentos sociais no Oeste do Paraná passaram a encontrar, mais do que eco, apoio e promoção direta da Igreja ou de organismos a ela ligados. No que tange à diocese de Foz do Iguaçu, particularmente por meio da ação de Dom Olívio, é correto afirmar que havia, no seu entendimento, total compatibilidade e envolvimento da institucionalidade da Igreja relativos às reivindicações sociais.

De modo geral, o foco de atenção e preocupação de Dom Olívio está voltado para questões que envolvem os produtores rurais, o direito ao uso e posse da terra e toda a celeuma surgida em torno das desapropriações de terra ocorridas em função da formação do reservatório de Itaipu. Se na cidade o problema de evangelização passa pela estruturação de serviços religiosos voltados para atendimento ao migrante e questões assistenciais daí decorrentes, no interior, isto é, nos demais municípios da diocese, a atuação do bispo passa, além da atenção propriamente espiritual, por intervenções políticas que se tornam, em alguns momentos, conflitantes em função do conteúdo da pauta reivindicatória. Neste caso, a presença do porta-voz do sagrado dá legitimidade às ações vindas da base – provenientes dos grupos de reflexão, ações intervenientes da CPT e CPJP, dentre outras – que se consolidam como representantes ou formadores de opinião junto aos agricultores, meeiros, assalariados e comerciantes que se sentem desassistidos e prejudicados pelas políticas públicas.

O posicionamento de Dom Olívio renderia questionamentos locais e regionais sobre a verdadeira função a ser desempenhada pela Igreja. O discurso das dicotomias – Igreja Mistério ou Igreja Serviço, Religião ou Política, Sagrado ou Profano etc. – dos papéis a serem desempenhados pela Igreja eram fortes. Se o

discurso da importância da criação de círculos bíblicos, grupos de reflexão e a formação de CEBs gerava consensos e dissensos, como visto no capítulo anterior, maior estranheza e desconforto eram provocados pela presença e aquiescência do bispo diante de questões sociais polêmicas. A essas questões *do mundo profano*, parte do clero e, sobretudo, representantes de classes sociais bem favorecidas economicamente não entendiam como sendo da alçada da Igreja. Certo, ao que parece, é que as opções pleiteadas por Dom Olívio redimem qualquer especulação de sua insensibilidade social e discernimento acerca das funções eclesiais na sociedade contemporânea.

No entendimento de Aluízio Palmar, ex-combatente do MR-8, radicado em Foz do Iguaçu desde setembro de 1979, Dom Olívio é *“um homem sensível aos problemas sociais, de posições firmes e coerentes ao mesmo tempo em que exercita seu espírito conciliador e democrático... Dom Olívio expressou em sua plenitude a dimensão social da Igreja... pôs em prática uma ação evangelizadora, traduzida em ações sociais, unindo numa mesma preocupação pastoral fé e vida, oração é ação”*.¹³⁰ Em uma declaração inesperada e impactante, depois concretizada na escrita de um pequeno texto enviado por correio eletrônico, Aluízio retrata parte de sua experiência quando chega a Foz do Iguaçu depois de anos de permanência no exílio. Dom Olívio o acolheu e, embora soubesse de seu passado ligado às forças paramilitares, convida-o para compor, ao lado de outras lideranças diocesanas, o núcleo diocesano da CPJP. Emocionado, confessa que ainda hoje guarda, como se fosse uma relíquia, a carteirinha de membro do núcleo diocesano (FIGURA 7).

¹³⁰ PALMAR, Aluízio. **Dom Olívio**. Foz do Iguaçu, 11 de out. 2006, p. 3. (Correio eletrônico. A/A). No ano de 2006 Aluízio Palmar ocupava o cargo de chefe de Gabinete da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Durante a década de 1960 liderou a tentativa de luta armada contra o regime militar. Foi um dos organizadores do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Durante o segundo semestre de 2006 e primeiro semestre de 2007 aconteceram dois contatos pessoais com Aluízio Palmar e diversas informações foram obtidas por meio do correio eletrônico. Por sua colaboração soube-se que na Delegacia da Polícia Federal, Seção de Foz do Iguaçu, havia vasta documentação sobre movimentos sociais e sobre atuação de padres e bispos na região da tríplice fronteira. Por sua intervenção, igualmente, teve-se acesso ao arquivo da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu onde foram encontradas informações sobre Dom Olívio. Por fim, Aluízio acabou disponibilizando, via correio eletrônico, alguns fragmentos de textos falando sobre o bispo e, após digitalizar, enviou a carteirinha de membro da CPJP que Dom Olívio tinha lhe concedido em 1979. Aluízio, em 2005, publicou um interessante livro tratando dos embates entre regime militar e sua experiência junto à luta armada. PALMAR, Aluízio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** 2ª ed., Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.



Figura 7: Carteirinha de membro do Núcleo Diocesano da Comissão Justiça e Paz.
Fonte: Acervo do Autor.

Era a primeira documentação que lhe conferia cidadania após longo período passado no ostracismo. Confidencia Aluizio:

No meu caso em particular, um comunista da velha guarda, guiado desde meus 18 anos pelo materialismo dialético, Dom Olívio desempenhou um papel muito importante em minha revisão de conceitos. Não abandonei ideologia política que moldou meu jeito de ver o mundo, ainda acredito e luto por uma sociedade sem classes, onde cada um terá seu quinhão segundo sua necessidade (minha utopia). Porém, graças a Dom Olívio, não vejo mais a Igreja como uma instituição anti-povo, nem a religião como um mecanismo de alienação. A partir dos ensinamentos do Pastor e seu exemplo de vida eu me aproximei da Igreja e passei considerar o poder transformador do Evangelho. Agradeço a Dom Olívio por ter me reaproximado de Jesus Cristo.¹³¹

Essa manifestação corrobora com a afirmação decorrente ao longo desta pesquisa sobre o perfil ecumênico, sensibilidade missionária e opção por uma Igreja que devia se manter afinada com as diretrizes de Puebla. Uma enquete realizada e publicada no EUSE, em agosto de 1981, por ocasião da comemoração dos três anos de instalação da diocese, transmite o alcance e objetivo das interlocuções promovidas por Dom Olívio. O resultado exprime, tanto nas perguntas como nas

¹³¹ PALMAR, Aluizio. **Dom Olívio...**, op. cit., p. 3 e 4.

respostas obtidas, grande parte do projeto de Igreja encampado e o público atingido por meio de suas iniciativas. O objetivo da pesquisa era fazer uma avaliação da vida pastoral e compreender qual a reação das pessoas perante as opções da Igreja Particular. Destarte, as seis perguntas formuladas faziam referência sobre o nome do bispo e se a nova diocese trazia alguma novidade em relação à diocese a que pertencia anteriormente, inquiriam sobre o funcionamento e aceitação das CEBs como novo modo de ser Igreja e, finalmente, pediam informações sobre qual poderia ser o comprometimento do entrevistado junto ao projeto de Igreja.

As perguntas foram aplicadas em toda a diocese, tendo sido direcionadas para alguns grupos sociais, como padres, religiosos, jovens, agricultores, trabalhadoras do lar, comerciantes e profissionais liberais (advogados, médicos e dentistas). É comum a estes dois últimos grupos certa indiferença quanto ao nome e função do bispo, desconhecimento sobre a criação e papel da nova diocese, assim como em relação à proposta das Comunidades Eclesiais de Base. Há reclamos sobre excesso de radicalismo de alguns padres, falta de objetividade nas missas, isto é, celebrações demoradas, muitos avisos e sermão repetitivo. Pode-se afirmar que a compreensão sobre o *ser igreja* é expresso através do clichê *ser católico a sua maneira*, em que o envolvimento com a religião está restrito ao compromisso individual nas participações às missas e ao recebimento dos sacramentos socialmente compreendidos como importante rito de passagem.

Possivelmente essa constatação valha igualmente para outras regiões do Brasil e responda, quantitativamente, pela perda considerável de fiéis, sobretudo na cidade. Todavia, as informações contidas nessa enquete também fornecem indícios sobre o envolvimento e perfil de Igreja impulsionados por Dom Olívio, isto é, grupos sociais ligados à terra, pequenos proprietários e empregados ligados ao comércio são, de alguma forma, os interlocutores privilegiados das ações da Igreja Particular de Foz do Iguaçu. Se acompanhar as demandas da urbe era um desafio pastoral, o mesmo se pode afirmar a respeito dos problemas sociais advindos das transformações socioeconômicas pelas quais passava a região Oeste e que implicavam posicionamentos políticos. Essas tomadas de posição política, por sua vez, gerariam conflitos e alguns dissabores para o bispo. Ao percorrer a documentação primária e escritos produzidos na e sobre a época, pode-se afirmar que dois processos estiveram muito presentes e contaram com a participação direta de Dom Olívio. Todos eles tiveram como período de tensão os anos de 1978 a 1982,

isto é, logo na chegada e passagem dos primeiros quatro anos de Dom Olívio na diocese.

3.3.1 *Notas Promissórias Rurais (NPRs)*

A Frimesa de Medianeira e o Frigorífico Rondon, sediados nos municípios de Medianeira e Marechal Cândido Rondon respectivamente, são exemplos de uma série de empresas que pediram concordata e, na seqüência, foram decretadas como falidas. Pertencentes ao Grupo Ruaro, mantinham agroindústria nas regiões Sudoeste, Oeste e Norte do Paraná, totalizando 57 empresas espalhadas pelo território nacional. Conforme documento publicado pela CPT, o pedido de concordata e falência lesionou mais de mil operários ameaçados de desemprego, 200 firmas fornecedoras, 10 mil credores de fornecimentos diversos e milhares de agricultores envolvidos nas Notas Promissórias Rurais (NPRs).¹³²

No final de 1977, o Grupo entrou com pedido de concordata preventiva ou falência para várias empresas que o compunham. O município de Medianeira foi principalmente atingido porque era sede do Grupo e teve o fechamento de frigorífico, fábrica de ração e uma indústria de óleos que empregavam aproximadamente 800 funcionários. Além do mais, recebia grande parte da produção de soja e suínos do Oeste do Paraná. A maior celeuma aconteceu pelos fortes indícios de falência fraudulenta envolvendo empregados, centenas de comerciantes fornecedores e aproximadamente 2.000 agricultores que entregavam seus produtos a Frimesa.

Conforme informações coletadas no jornal “*O Paraná*”, a falência da Frimesa foi decretada no dia 20 de outubro de 1978, tendo sido, na segunda feira, dia 23,

¹³² **Documento da Pastoral da Terra condena NPR's.** JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 15 de mar. 1979. Esse documento intitulava-se “*No Oeste do Paraná um povo carece ser socorrido*”. O documento foi publicado em 15 de março de 1979 pela CPT que, reunindo padres, pastores da IECLB, advogados, agricultores e líderes das diversas classes, publicou um parecer oficial tecendo considerações sobre o desenvolvimento da economia agrícola e o crédito rural adotado pelo governo e avaliando a incoerência e má fé de empresários que ludibriam os agricultores por meio das NPRs. Ao final, sugere três encaminhamentos aos legisladores brasileiros: 1- Revisão imediata na legislação dos créditos agrícolas e discriminação do uso das NPRs; 2- Cesse a cobrança arbitrária das NPRs devidas pelas firmas concordatárias; e 3- Que o Banco Central, no prazo da concordata de dois anos, declare o estado de carência, garantindo-se no patrimônio das empresas concordatárias e, assim, não recaia o ônus sobre os endossantes. Encerra o texto dizendo: “O presente documento está imbuído no serviço profético da Igreja de sensibilizar as autoridades e despertar nelas a responsabilidade frente a realidade que envolve, em nossa região, a vida de milhares de famílias ameaçadas de miséria e degradação humana. Eis aí um problema que merece toda atenção por parte dos legisladores e governantes. Ao apontar o problema e encaminhar modestas sugestões pensamos ter prestado um serviço a governantes e governados no tocante de relembrar nossa importante missão de promover o bem comum para uma vida societal mais agradável aos olhos de nosso criador”. Ainda em janeiro de 1979, a CPT havia publicado o documento “*Você e as NPRs*”, como roteiro para instruir o agricultor como proceder diante da tentativa de execução dos bancos.

fixada a sentença na entrada do frigorífico quando os funcionários se encontravam em serviço. Ao mesmo tempo, uma guarnição do 6º Batalhão da Polícia Militar de Cascavel montou guarda defronte às instalações impedindo o prosseguimento dos trabalhos. Com base no artigo 193 da Lei Falimentar e artigo 132 do Código de Processo Penal Brasileiro, o juiz cível de Medianeira, Vicente de Paula Xavier, decretou a prisão preventiva de Alfredo Pascoal Ruaro, Egon Werner Berch, Carlos Paschiani e Adair Tomazetto, diretores da empresa pertencente ao Grupo Ruaro. A prisão foi decretada porque foi encontrada irregularidade no relatório de pedido de concordata, feito em 23 de novembro de 1977.¹³³

Os conflitos sociais surgiram basicamente por duas razões. A primeira porque a empresa vendeu mais de 800 lotes urbanos na cidade de Medianeira não escriturados e, na seqüência, hipotecou-os nos bancos para fins de conseguir financiamento. Não honrando os compromissos com dinheiro emprestado da agência financiadora, os bancos passaram a ser legítimos donos dos terrenos. Essa ação desalojaria diversas famílias que haviam adquirido ou estavam ainda pagando os lotes.

A segunda razão que causou maior impacto foi o sistema das Notas Promissórias Rurais (NPRs). Elas consistiam em títulos que as empresas davam aos agricultores como garantia de pagamento do produto e que só podiam ser descontados nos bancos mediante endosso e aval dos próprios agricultores. A decretação de concordata e posterior falência do Grupo Ruaro eximiu a empresa do pagamento da dívida junto aos bancos, que exigiram o pagamento da dívida dos agricultores que haviam assinado ou endossado uma ou mais NPRs. Isto é, além de não receberem imediatamente da empresa o pagamento da venda de seus produtos, os agricultores deviam pagar pelo título endossado no banco. Esse procedimento estava amparado no desvirtuamento da Lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dava o direito de cobrar do endossante ou avalista. A sistemática das notas, prevista na legislação brasileira, foi criada com objetivo bastante específico, isto é, são títulos a serem emitidos pelos compradores de produtos agrícolas em vendas a prazo. O credor de tais notas deveria ser sempre o produtor rural. Foi a prática do desconto bancário e das exigências, pelos bancos, de vinculação dos

¹³³ **Frimesa, falência decretada.** JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 24 de out. 1978, p. 1.

produtores como endossantes e avalistas que gerou a crise social desencadeada pela insolvência dos verdadeiros devedores.¹³⁴

O transcorrer do ano de 1978 e 1979 foi particularmente tenso tendo em vista que os bancos do governo e os bancos privados passaram a exigir o pagamento das notas que tinham como data de vencimento 30 de abril de 1979. Entre as estratégias utilizadas pelos bancos para pressionar o pagamento, constava o corte de crédito agrícola, a exigência de carta de acordo prolongando o prazo de vencimento, a execução judicial e intimidações feitas na casa do agricultor. Os bancos contavam, indiretamente, com o apoio da Itaipu que, ao fazer indenização das áreas a serem alagadas, exigia a liberação legal da propriedade quando não se descontava a dívida do banco no valor da terra. Essa situação teria provocado clima de tensão e instabilidade social porque, ao lado das dificuldades provenientes dos preços baixos dos produtos e interferência climática, os agricultores teriam de pagar uma dívida que não haviam contraído de fato, não receberiam pelos produtos entregues e, para completar, teriam seus créditos bancários cortados.

Em fevereiro de 1979 uma comissão composta pelo bispo Domingos Gabriel Wieniewski, bispo auxiliar de Curitiba, assessorado por Wagner D'Angelis, presidente da CPJP, pela socióloga Maria do Carmo Brandon, pelo professor Olien Zetola e representantes do município de Medianeira – Valdir Sabadin e Maximo Fioreze – estiveram avaliando as questões concernentes às desapropriações de Itaipu e as conseqüências econômico-sociais decorrentes da falência do Grupo Ruaro. Entre os dados coletados a partir de reuniões com agricultores constam a suposta onda de *“suicídios de pessoas, que, no auge do desespero, por se verem ameaçados tão covardemente, acabaram atentando contra a própria vida, para não sofrerem humilhações futuras”*.¹³⁵ Essa notícia também apareceu no jornal Hoje que afirma ter sido registrado, ao longo de 1978, seis casos de suicídio de pequenos produtores incapacitados de saldar a dívida.¹³⁶

A CPT e a CPJP estiveram diretamente envolvidas nesse processo e foram as grandes promotoras de assembleias populares junto aos agricultores, reuniões com a cúpula da Igreja, com as secretarias e governo do estado do Paraná. Dentre

¹³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Serviço Nacional de Informação (SNI), Agência de Curitiba. *Dossiê: Comissão Pastoral da Terra – recorte do jornal Gazeta do Povo de 23 de abril de 1979 contendo a matéria Justiça e Paz quer solução para promissórias rurais*. Curitiba, 1979.

¹³⁵ **CPT preocupada com bem estar dos agricultores**. JORNAL O PARANÁ, Cascavel, jan. 1979.

¹³⁶ **Quem pagará as NPRs?** JORNAL HOJE, Cascavel, 12 a 18 de maio 1979, p. 30.

os encaminhamentos tomados, pode-se enumerar o envio das reivindicações, cuja pauta foi coletivamente definida junto aos agricultores, ao governo federal, aos ministros da Agricultura e da Justiça, ao Banco Central e Banco do Brasil, sindicatos classistas, à FETAEP, à FAEP, à CONTAG, à CNBB e ao Regional Sul II, além, obviamente, das autoridades civis e política do Paraná e do Brasil. Concretamente, foram realizadas duas Assembléias Gerais em Medianeira – dia 21 de março e 9 de maio de 1979 –, e duas Mesas Redondas em Curitiba – 16 de abril e 7 de maio de 1979 – tendo como promotoras a CPT, a CPJP e o Regional Sul II. O apoio veio de diversas entidades, advogados e juristas de Curitiba e da arquidiocese dessa cidade; em âmbito nacional, a CNBB publicou o Documento 38, intitulado “*Problemas da Terra*”, durante a realização da XVII Assembléia Geral, realizada em Itaipu, do dia 27 de abril de 1979.¹³⁷ Além desses eventos, foram promovidas diversas reuniões a partir da escolha de uma comissão representativa dos agricultores envolvidos pelas NPRs.

Importa destacar que o palco dos acontecimentos foi Medianeira, município localizado na área central da diocese e onde o pároco e também coordenador da pastoral diocesana, Adriano van de Ven, dá apoio incondicional ao movimento na logística para recepção e pernoite das lideranças, serviços de redação de notas à imprensa e reuniões preliminares na preparação dos encontros. Ademais, as portas da igreja matriz são abertas para a realização das duas Assembléias Gerais contando, em cada uma das sessões, com aproximadamente 1.200 e 1.000

¹³⁷ Através do Regional Sul II, foi adicionada, na pauta da XVII Assembléia Geral da CNBB, a discussão sobre os problemas da terra. Assim, a CNBB publicou o Documento 38, “*Problemas da Terra*”, em que faz uma análise conjuntural sobre a importante expansão do Brasil no campo energético, nas indústrias e conseqüente ampliação de novos empregos. Contudo, ressalta a CNBB, o crescimento econômico por meio de grandes projetos nacionais e multinacionais de mineração, exploração de madeiras e agropecuários e construção de hidrelétricas não pode ser feito às custas do sacrifício e prejuízos dos menos favorecidos. O documento coloca em pauta cinco problemas que têm afetado grande parte da população: indenização e expropriação decorrente dos projetos hidrelétricos, Cooperativas e pequenos produtores, em relação à Segurança, ao Sindicalismo rural e sobre as NPRs. Quanto a estas a CNBB considera: 1. que haja revisão global da legislação do crédito rural, tendo em vista a preservação do produtor direto e a imposição das sanções aos devedores efetivos dos empréstimos; 2. que se estimule a função social do crédito por parte dos órgãos governamentais; 3. que se desenvolva, no âmbito dessas mesmas agências uma política de reparação aos produtores diretos, vítimas de uma aplicação indiscriminada da atual legislação do crédito agrícola, como aconteceu na aplicação prática das NPRs; 4. que se devolva as importâncias pagas pelos agricultores que endossaram as NPRs. O documento, de modo geral, vinha ratificar os estudos feitos pela assessoria jurídica da CPJP-PR já tornados públicos quando da realização da I Mesa Redonda ocorrida no dia 16 de abril de 1979, em Curitiba, e endossado pelo Regional Sul II. PROBLEMAS DA TERRA. DOC 38, CNBB, XVII ASSEMBLÉIA GERAL DA CNBB. Brasília, 27 de abril de 1979. Esse documento foi publicado na íntegra em vários veículos de comunicação como, por exemplo, na edição de 12 a 18 de maio de 1979 do jornal “*Voz do Paraná*” de Curitiba.

participantes, respectivamente. Perguntado sobre o porquê da utilização da igreja como local dos encontros, Adriano responde por ser *“talvez o único espaço adequado para a reunião. Além do mais, é bom que se diga, o governo militar proibia encontros públicos. Na igreja podia acontecer porque lá era lugar de culto e não reunião, logo ali a polícia não poderia entrar”*.¹³⁸

Padre Adriano e pastor Werner Fuchs, em março de 1979, enviaram para as comunidades uma nota convidando a todos para participarem da Assembléia no dia 21 de março. Dizendo sobre os objetivos, o local e data do encontro, a missiva lembrava que todos lessem e estudassem as orientações elaboradas pela CPT contidas no livro *“Você e as NPRs”* e trouxessem sugestões sobre possíveis encaminhamentos. Ao despedirem-se com *“abraço em Cristo”*,¹³⁹ ficava evidenciado, para além das profissões dos autores do convite, a intencionalidade dos responsáveis pela convocação. Assim se repete com a pauta da Assembléia, quando a abertura dos trabalhos é precedida pelo ato litúrgico ecumênico. As leituras das passagens bíblicas tiradas de Lucas, capítulo 4, e do Salmo 146 sugestionam a todos a buscarem em Deus a esperança de restauração do homem, porque Ele ama os justos e protege os estrangeiros.

O apoio institucional da Igreja ao movimento se daria também por meio do Regional Sul II que, além da presença de seu subsecretário, padre Miguelangelo Ramero, lia uma carta enviada pela presidência do episcopado paranaense, solidarizando-se com os problemas causados pelas NPRs. Parte do conteúdo diz que o reclamo terá apoio da Igreja, porque é de sua missão agir em prol dos agricultores como diz o papa João XXIII: *“os agricultores devem ser eles mesmos os construtores de seu desenvolvimento”, palavras que encontram eco na oportuna atuação da Comissão Pastoral da Terra*.¹⁴⁰ Não somente os agricultores, assim como a diocese de Foz do Iguaçu sentir-se-iam apoiados pela hierarquia eclesiástica. Em entrevista ao jornal *“O Paraná”*, Dom Olívio faz referência ao apoio do Regional Sul II e ratifica os esforços do movimento quando se pede *“para que as autoridades tomem as providências que se fazem necessárias, em nome da*

¹³⁸ MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial no Oeste do Paraná. In: MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009, p. 77.

¹³⁹ FUCHS, Pastor Werner; VAN DE VEN, Padre Adriano. **Convite para a Assembléia de agricultores angustiados pelas Notas Promissórias Rurais – NPRs**. Marechal Cândido Rondon, 5 de março de 1979.

¹⁴⁰ Cf. FEDALTO, Dom Pedro; COLUSSI, Dom Luiz. **Carta a todos os presentes à Assembléia de Agricultores angustiados pelas notas promissórias rurais**. Curitiba, 20 de março de 1979.

pacificação do povo de toda região. Naturalmente fará um papel também ao lutar pela libertação total do homem".¹⁴¹

Entre os resultados dessa primeira Assembléia, está um documento final, constando 720 assinaturas, que constituiu a pauta reivindicatória e serviu como orientação para outras reuniões e diálogos com autoridade civis e políticas. Definiu o que fazer com a lei das NPRs, determinou como proceder em relação a cada nota assinada e encaminhou as conclusões às instâncias políticas e de classe representativa. Sucintamente, a decisão da Assembléia, contida no documento, foi assim expressa: "**NÃO ASSINAR TERMO DE COMPROMISSO e MUITO MENOS PAGAR!**".¹⁴² Para dar encaminhamento às atividades, ficou nomeada uma comissão representativa com três líderes das diversas comunidades atingidas. Com isso, a publicação de informes, as negociações e convocações de reuniões tinham instância constituída e atuante em tempo integral. Uma carta aberta, publicada em 18 de abril de 1979 pela comissão, transmite o ritmo das atividades desenvolvidas, as execuções judiciais em tramitação e denuncia as pressões feitas pelos bancos sobre os agricultores que assinaram as NPRs. Três denúncias, em particular, são curiosas:

a) Na agência do Branco do Brasil de Medianeira um funcionário rasgou a carteirinha e o talão de cheque-ouro do Sr. Mário Anschau, por ter apoiado seus colegas agricultores que têm problemas com NPRs; b) na mesma agência foi negado ao Sr. Romeu Falkenbach financiamento para compra de uma grade, sendo-lhe dito que buscasse esse financiamento junto aos padres; d) o gerente da mesma agência disse aos componentes da Comissão, Jaime Zílio e Antonio Giron, no ato da entrega do Documento, que faziam parte de um grupo de agitadores, juntamente com padres e políticos, rasgando e jogando no lixo o referido documento...¹⁴³

¹⁴¹ **As reivindicações básicas.** JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 23 de mar. 1979, p. 3. Nessa mesma nota Dom Olívio comenta: "Tenho certeza de que todos os bispos do Paraná estão conosco, aliás, foi lida uma carta de Dom Pedro Fedalto e ele nos apóia".

¹⁴² MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial..., op. cit., p. 76.

¹⁴³ COMISSÃO DE AGRICULTORES NOMEADA PELA ASSEMBLÉIA DE MEDIANEIRA SOBRE AS NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS (NPRs) – Carta aberta aos agricultores envolvidos pelas NPRs. Cascavel, 18 de abril de 1979, p. 1. O informativo "*Poeira*" (ano II, n. 9), impresso pela CPT, de maio de 1979, traz um histórico sobre as Notas Promissórias Rurais, uma síntese da primeira e segunda Assembléia, as ações desenvolvidas pela Comissão Representativa, os apoios recebidos da Igreja Católica e parecer do governo do Estado do Paraná. O problema das NPRs teve repercussão na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por meio do então deputado estadual, eleito em 1978 pelo MDB, Gernote Kirinus, pastor da IECLB. A tribuna da Câmara foi ocupada várias vezes por esse deputado exigindo providências da Assembléia Legislativa e do Governo do Estado. Cf. KIRINUS, Gernote. **Entre a cruz e a política.** Curitiba: Beija Flor, 1978.

O incômodo dos representantes do Banco do Brasil com a ação dos padres e pastores era, além da discordância com envolvimento da Igreja, um reconhecimento de que os resultados alcançados pelos agricultores era tributo da organização do movimento realizado pelos líderes religiosos. Essas reações pouco amistosas também vinham de outras classes, como as dos representantes políticos da região. Assim aconteceu com o prefeito de Medianeira em diversas oportunidades. Luiz Bonatto atuou como prefeito nomeado pelo governo do estado do Paraná dos anos de 1970 a 1982. O escritor Roberto Marin apresenta uma longa entrevista cedida pelo prefeito à Folha Regional, em outubro de 1987. Um fragmento dessa entrevista manifesta a opinião do caudilho, nas palavras de Marin, sobre a atuação dos padres em Medianeira. Assim se refere:

Na minha época já tínhamos esta tal de igreja progressista. Reconheço que a igreja deva trabalhar no campo social, mas ela começou a invadir áreas que não são de sua competência. Eles estão pregando a justiça na distribuição da terra, das riquezas, quando na realidade os padres não fazem o mesmo. Eles têm propriedades de terras e não as distribuem à população... Eu tive problemas com os padres em Medianeira. Para mim, eles eram mais agitadores do que colaboradores da comunidade.¹⁴⁴

Portanto, a denúncia contida na carta da comissão representativa dos agricultores sobre a animosidade do gerente do Banco do Brasil catalisava uma manifestação de grupos sociais descontentes com a pauta reivindicatória do movimento contra as NPRs. Então, era uma afronta a mensagem contida na parte final da carta, quando lembra os agricultores a manterem firmes as decisões da Assembléia, isto é, a não aceitarem a renovação de acordos nem prorrogação dos prazos das NPRs, não trocarem as notas por duplicata, promissória ou outro financiamento, não pagarem as notas e, em caso de pressão ou represália, procurarem membros da comissão, fazerem reuniões para apoio mútuo e reflexão sobre próximos passos a serem dados. Ao encerrar o informe, lembra que no próximo dia 9 de maio haveria nova Assembléia na igreja matriz de Medianeira.¹⁴⁵

Padre Adriano comenta que seu envolvimento ocorreu mediante a autorização e apoio do bispo; afinal, as instalações da igreja estavam sendo

¹⁴⁴ MARIN, Roberto. **De sol e lua: Por onde anda... fatos e personagens da história de Medianeira e região**. Santa Maria: Gráfica Palotti, 2003, p. 196.

¹⁴⁵ COMISSÃO DE AGRICULTORES NOMEADA PELA ASSEMBLÉIA..., op. cit., p. 2.

utilizadas e, em última instância, o pároco dependia de seu consentimento. A atitude do padre demonstra, além da obediência hierárquica, uma sintonia carismática, já que ambos pertenciam à SVD, manifesta preocupação e compreensão missionária e uma busca de legitimidade da parte do padre, porque, aos olhos de parte do clero e autoridades civis e políticas, a atitude tomada extrapolava a função da Igreja. As fontes apresentam indícios de que a presença do bispo foi extremamente solidária à causa dos agricultores. Tanto na primeira como na segunda Assembléia, Dom Olívio participou oficiando o culto ecumênico e acompanhando o desenrolar dos trabalhos durante o dia. Ao tratar no relatório *Ad Limina* sobre “*Outras Questões Pastorais*”, duas menções são feitas sobre o envolvimento da diocese nas questões das NPRs. Após descrever brevemente do que trata o problema, o bispo tece comentários sobre o que, na sua compreensão, vem a ser missão da Igreja, isto é, dar apoio e orientar todos a participarem da vida pública e política, a fim de trabalharem por uma sociedade mais justa. Assim menciona:

Nosso apoio tem sido um grande encorajamento para eles que seguem com docilidade a orientação da Igreja. Assim é que em todos esses casos, não houve um só gesto de violência. Todos eles manifestam profunda gratidão à Igreja. – Nossa iniciativa nesses casos, é recomendar em primeiro lugar o diálogo com as autoridades (às vezes, participamos desses diálogos). – Temos procurado difundir a doutrina social da Igreja.¹⁴⁶

A menção de que sua ação está em sintonia com a doutrina social da Igreja não é casual porque reafirma que seu posicionamento é fiel aos ensinamentos do Magistério. Assim, coloca-se como um dos artífices envolvidos na resolução de problemas que atingiam a região Oeste. Acima, e antes de tudo, dialoga com as autoridades envolvidas como instância legítima e, com isso, busca evitar qualquer atitude que pudesse desencadear em violência. As pendências em torno das NPRs não era de fácil resolução, e o clima de tensão, sobretudo nos meses de abril e maio de 1979, parecia aumentar a cada reunião e publicação realizada pela CPT ou pela comissão representativa dos agricultores. Confidencia Adriano que alguém precisava tomar a frente para organizar os encontros. Depois da primeira Assembléia, vários contatos foram firmados, contudo as decisões somente poderiam ser tomadas no coletivo. Por essa razão e também para dar sustentação ao

¹⁴⁶ FAZZA, Olívio Aurélio. *Relatório da visita Ad Limina...*, op. cit., p. XLII.

movimento, foi organizada a segunda Assembléia. Os preparativos ocorreram secretamente num hotel em Medianeira. *“Eu mesmo liguei para que Dom Olívio se fizesse presente porque poderia não ser pacífica a reunião haja vista as ameaças que corriam pela região. Bom lembrar que vivíamos em período de regime militar”*.¹⁴⁷

A realização da segunda Assembléia, no dia 9 de maio de 1979, é exemplo do acompanhamento da força policial. Havia a especulação de que o local a ser realizado o encontro seria defronte à agência do Banco do Brasil onde simpatizantes e envolvidos no movimento tiveram vários contratempos com a gerência e parte de seus funcionários. Além do mais, existiam denúncias de que alguns líderes poderiam deturpar a finalidade do movimento solapando seus verdadeiros propósitos. Tendo conhecimento destes burburinhos, o major Cezar Augusto Valente, comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar de Cascavel, enviou agentes para acompanhar as reuniões e, para esta em particular, destacou parte da unidade para escoltar a realização da Assembléia. Em entrevista cedida ao jornal *“Hoje”*, o major levanta fortes suspeitas de subversão contra o governo e distorção dos lícitos interesses do movimento. Assim retrata:

Estas unidades vêm mantendo agentes infiltrados nas Assembléias, como a de quarta-feira em Medianeira, com a finalidade de detectar possíveis solapadores da ordem e agitadores interessados em deturpar o movimento. (Os agentes constataram) pronunciamentos muito fortes, ataques caracterizados contra o governo.¹⁴⁸

Ao final da matéria, o major comenta ter sabido de uma conversa em tom áspero do comandante da tropa com o bispo Dom Olívio, que teria censurado a presença do policiamento nos arredores da igreja matriz durante a realização da Assembléia. A compreensão sobre o papel da Igreja é coroada com a afirmação do major de que haveria outros problemas pelos quais os padres deveriam se preocupar.¹⁴⁹ Essa anotação corresponde com a descrição feita pelo pastor Fuchs e pelo padre Adriano em entrevista cedida para esta pesquisa. Logo pela manhã do dia 9, enquanto acontecia a reunião no interior da igreja matriz, a presença de forte

¹⁴⁷ MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial..., op. cit., p. 77.

¹⁴⁸ **Agentes secretos vigiam reuniões de colonos.** JORNAL HOJE, Cascavel, 12 a 18 de maio 1979, p. 29.

¹⁴⁹ Id., ibid., p. 29.

policiamento militar ao redor da igreja irritou profundamente os agricultores e também Dom Olívio. Lembra pastor Fuchs:

Dom Olívio saiu da igreja e questionou o comandante. A explicação de sempre: Estava cumprindo ordens. Ordens de quem? – Sem resposta. Por que motivo? – Para evitar distúrbios.... Teria retrucado Dom Olívio: Mas lá dentro estão nossos melhores cristãos, ministros de eucaristia, líderes comunitários, etc. Insistiu em saber quem dera a ordem. Essa conversa foi comunicada à Assembléia que estava reunida nesse momento dentro da igreja, com o sistema de alto-falantes ligado – também para fora dela. De fato o desespero dos agricultores era tamanho, que ameaçavam trancar o Banco do Brasil, bloquear a BR 277, etc. O episódio mostra a firmeza de Dom Olívio e também sua sensibilidade pastoral.¹⁵⁰

Para Adriano, o episódio manifestou profundo comprometimento do pastor para com suas ovelhas de modo que todos aplaudiram a atitude de Dom Olívio e sentiram-se confortados nos seus trabalhos.¹⁵¹ Esse acontecimento ainda hoje é lembrado pelo bispo:

Não sei por que foi colocado um batalhão de soldados em frente à Igreja. 'Fique sabendo o senhor que estes senhores que estão aí dentro produzem o pão que nós comemos na nossa mesa. São as pessoas mais honestas que o Brasil tem. O senhor pode mandar os soldados embora que eles não vão atacar nada' (risos). Houve a mudança da lei em Brasília em função da movimentação aqui em Medianeira.¹⁵²

Os trabalhos aconteceram durante o dia sem ocorrer qualquer incidente. Como resultado final, a Assembléia publicou outro documento ratificando as decisões da primeira Assembléia, aprovou os encaminhamentos feitos pela comissão representativa e avaliou como parcialmente positivas as iniciativas tomadas pelo Governo do Estado, Ney Braga, e as negociações com Banco Central e Banco do Brasil. Essa menção refere-se ao posicionamento, em finais do mês de abril, do Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Reinhold Stephanes, ao manifestar que o Governo Ney Braga era frontalmente contrário à responsabilização

¹⁵⁰ MEZZOMO, Frank Antonio. Werner Fuchs: um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu. In: MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais...**, op. cit., p. 103.

¹⁵¹ MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial..., op. cit., p. 78.

¹⁵² FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**, op. cit.

dos produtores pelas NPRs assinadas, afirmando que o débito era injusto e responsabilidade dos diretores das empresas concordatárias ou do próprio governo federal, mas nunca do produtor. Nesse sentido, comunica o Secretário, Ney Braga estaria enviando sugestões à esfera federal para que haja alteração no conteúdo da Lei. Aliás, *“esta é uma situação ímpar em todo o mundo: o agricultor vende o seu produto e ainda acaba sendo responsável pelo seu pagamento”*.¹⁵³

Em 24 de maio de 1979, a comissão representativa publica nova nota oficial depois de reunião com o Secretário da Agricultura do Paraná. Foi informado que os bancos do governo e bancos privados estavam relaxando os prazos para pagamento dos títulos públicos e que, na reunião do dia 23 de maio de 1979, o Conselho Monetário Nacional decidiu enviar Projeto de Lei ao Congresso Nacional, que visava a desvincular a responsabilidade do produtor pelo endosso das NPRs. Assegurou também que essa nova Lei teria efeito retroativo, beneficiando aqueles endossantes que assinaram antes de sua aprovação e que tinham sua situação pendente, isto é, aqueles que estariam sendo executados judicialmente. Finalmente, no dia 19 de junho de 1979, a Câmara Federal aprovou a nova Lei das NPRs, desvinculando o aval do produtor. Posteriormente veio a aprovação do Senado.¹⁵⁴

Não parece existir dúvida de que esse movimento passou, em grande medida pela própria institucionalidade da Igreja com apoio e aval explícito dos padres e bispos, particularmente de Dom Olívio. Sobre esses envolvimento, convém chamar a atenção desde a definição do local para a realização das Assembléias, presença efetiva das lideranças ligadas à diocese, à CPT e à CPJP, a estruturação do funcionamento dos encontros, ao lado das notas publicadas, transmitindo a total presença da religião como instituição estruturante do movimento. Contudo, para a compreensão desses envolvimento das lideranças eclesiais, é necessário ter presente aquelas experiências que, desde 1976, potencializadas com a criação da diocese de Foz do Iguaçu em 1978, vinham sendo impulsionadas pela organização de grupos de reflexão, formação de grupos de jovens e oferta de cursos sobre liderança e formação sindical. Assim, se é fruto do acaso a localização da empresa Frimesa na cidade de Medianeira, certamente não é acidental a mobilização

¹⁵³ **Stephanes: “Produtor não deve pagar Nota Promissória Rural”**. JORNAL VOZ DO PARANÁ, Curitiba, 7 a 13 de abr. 1979, p. 3.

¹⁵⁴ COMISSÃO DE AGRICULTORES NOMEADA PELA ASSEMBLÉIA DE MEDIANEIRA SOBRE AS NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS (NPRs). Nota oficial 2: Carta aberta aos agricultores envolvidos pelas NPRs. Cascavel, 24 de maio de 1979, p. 1.

acontecida, haja vista as experiências acumuladas nos últimos anos. Parece pouco provável que, na ausência do aporte logístico, e sobretudo intelectual, o movimento tivesse alcançado repercussão regional e nacional e êxito com a mudança da lei que tornava milhares de agricultores reféns de uma lei arditosamente utilizada.

Outra conclusão importante é a constante recorrência em colocar o governo militar como o grande opositor dos movimentos sociais. Por mais que tenham acontecido impasses, conforme visto acima, parece pouco plausível afirmar que as Forças Armadas representassem um risco efetivo à integridade física dos líderes ou dos participantes do movimento, tanto que, nas inúmeras fontes coletadas, não se percebem indícios que manifestem medo e insegurança. Há, sim, as dificuldades e incertezas provenientes do próprio processo de organização popular, isto é, como organizar e se posicionar diante do imprevisível, o movimento pode provocar atos de violência?! Com isso, entende-se que a presença militar é preventiva e não representava, como parte da historiografia trata em relação a outros movimentos sociais ocorridos no Brasil, ameaça repressiva. No que toca os posicionamentos de Dom Olívio, não é razoável afirmar que as atividades desenvolvidas pela Igreja compunham um fórum de embate contra o governo. A pauta reivindicatória, da qual é portadora ou defensora coadjuvante, pode ser explicada por suas convicções pastorais cujas implicações são de origem socioeconômicas e não de possíveis divergências do campo político.

3.3.2 A questão da terra: Direito à posse e ao uso

Concomitante aos encaminhamentos tomados sobre as NPRs, soma-se toda uma celeuma criada em torno dos impactos econômicos e sociais gerados pela construção da hidrelétrica de Itaipu. Desde 1974, intensificando-se nos anos de 1978 a 1982, a Itaipu estava definindo os critérios para indenização e realizando o levantamento das propriedades rurais e urbanas que deveriam ser desapropriadas em função do represamento do rio Paraná. Conforme cronograma da binacional, em finais de 1982 as comportas da barragem seriam fechadas, formando o reservatório. A partir de então, as transformações na região foram irremediáveis e geraram grandes problemas que, junto ao processo de modernização agrícola, tornaram o ambiente social muito tenso.

No entendimento de Ângela Ferreira, as tensões sociais no meio rural e os movimentos reivindicatórios de lavradores e trabalhadores rurais têm se multiplicado

no Paraná desde 1978, tomando formas bastante organizadas na sua maioria. Na verdade, esses movimentos não são novidades no Paraná, já que têm acompanhado toda colonização e o desenvolvimento da agricultura do estado. Contudo, com a incidência de problemas específicos, como as desapropriações para construção de barragens e pela conjuntura de início do processo de redemocratização do país, os movimentos sociais no meio rural paranaense se intensificaram, muito freqüentemente precedendo uma atuação mais decisiva das lideranças institucionais dos trabalhadores.¹⁵⁵ Dado o período embrionário dos sindicatos combativos e órgãos de classes autênticas, coube a organismos ligados à Igreja protagonizar ações no sentido de realizar reuniões, informar sobre procedimentos a serem adotados e manter contatos políticos com as esferas estadual e nacional. A CPT e a CPJP desempenharam papel extraordinário junto aos posseiros, agricultores e comerciantes no processo de discussão sistemática dos problemas que estavam vivendo.

Na região Oeste do Paraná, os acontecimentos de maior intensidade, quanto à mobilização e impactos sociais, ocorreram nas localidades de Foz do Iguaçu, Santa Helena e Itacorá, este último um pequeno distrito que ficou totalmente submerso com a formação do reservatório de Itaipu. Certamente, as questões decorrentes da construção de Itaipu foram o maior desafio do episcopado de Dom Olívio, uma vez que o projeto de renovação eclesial, conforme discutido no capítulo anterior, requeria da Igreja e de seus líderes comprometimento com o bem-estar socioeconômico dos diocesanos, e as mudanças em curso corriam numa linha muito tênue entre o desenvolvimento/progresso arrojado, propalado em prosa e verso pelos correligionários da Itaipu, e a marginalização social. Diante das transformações regionais a envolver milhares de pessoas, parecia impossível fazer “ouvidos moucos” sem colocar em risco o descompasso entre o discurso eclesial e a prática pastoral. Assim, se a pauta é exigir melhores indenizações, a pergunta imediata é como proceder? O que indenizar, isto é, casas, plantação, galpões, instalações elétricas, lucros cessantes? Quais critérios devem ser adotados para efetivar uma indenização justa? Quem deve ser indenizado? Quais encaminhamentos devem ser tomados? A quem recorrer haja vista ser um projeto

¹⁵⁵ FERREIRA, Ângela Duarte. Movimentos sociais rurais no Paraná..., op. cit., p. 9 – 13.

do Governo Federal? Existem organismos constituídos aos quais compete representar os interesses dos envolvidos?

Com essas perguntas, entre outras tantas, Dom Olívio se depara porque são levantadas na informalidade das conversas que passam a ser discutidas nos grupos de reflexão, nas reuniões das comunidades e nas Assembléias realizadas. É flagrante que as ações em fomentar os grupos de reflexão tiveram consequência imediata porque confirmavam uma prática de formação de liderança e, sobretudo, leitura/estudo bíblico como inspiração sobre o devir histórico. Vale destacar que toda e qualquer tentativa de compreensão da história do movimento dos expropriados, bem como seu desenvolvimento, e isso possivelmente vale também para outros movimentos sociais, deve-se ter presente a noção de processo, isto é, a consolidação do movimento está condicionada à maneira de lidar com o imprevisível. A consciência de causa comum é formada no transcorrer do tempo e dos embates, ou seja, a mentalização dos possíveis direitos e obrigações somente são discerníveis nos diálogos, e a cumplicidade pode ser criada a partir das tramas sociais. As noções de certo ou errado são definidas no clamor e no calor das decisões tomadas. As relações acontecidas no fazer cotidiano são amalgamadas pelas experiências individuais cujas motivações podem ser racionais e/ou mítico-religiosas. Tratando sobre sua experiência junto ao movimento dos desapropriados de Itaipu, Werner Fuchs, possivelmente maior intelectual orgânico da CPT do Paraná durante a década de 1970/80, entende que

raros os participantes do Movimento Justiça e Terra conseguiram dar o salto qualitativo da luta econômica (visando o benefício pessoal), para uma militância politizada (visando o bem coletivo). Conseguiu-o quem tinha uma bagagem cristã e quem cresceu através de uma reflexão teórica sobre a prática... Não é possível organizar o imprevisível. Metodologia alguma ensina isso. Para o imprevisível é preciso uma opção clara que pode ser explicitada pela metodologia. Tanto o agente como o militante popular precisam dessa opção firme de fidelidade aos companheiros de respeito às decisões conjuntas.¹⁵⁶

Tais considerações são particularmente interessantes porque lançam lampejos sobre a presença de Dom Olívio junto às tratativas dos desapropriados

¹⁵⁶ FUCHS, Werner. **Organizar o imprevisível?** REVISTA PROPOSTA (FASE), Rio de Janeiro, n. 45, set. 1990, p. 11 e 14.

com a Itaipu. Sua presença, envolvimento e leitura dos acontecimentos também sofrem mudanças com o transcorrer dos acontecimentos. Certo e notório é que, assim como o movimento amadurecia nos embates cotidianos, o bispo se apropriava seletivamente e definia, através de outras esferas de convívio, a sua compreensão própria sobre o papel que devia desempenhar e, sobretudo, a convicção de como devia agir. Conseqüentemente, sua trajetória era construída em meio à facticidade estruturada e à subjetividade errante de quem também é sujeito de sua história.

É importante trazer à tona que Dom Olívio não teve experiência direta com movimentos sociais ao longo de sua vida. Durante sua infância, em Juiz de Fora, ajudava seus pais nos serviços de um pequeno estabelecimento comercial de secos e molhados. A condição familiar permitiu que, no contra-turno do trabalho, estudasse em escola particular formando-se como técnico em contabilidade. Após conclusão do que corresponderia hoje ao Ensino Médio, atuou como bancário por três anos tendo salário e condições de trabalho adequadas. Na seqüência, o ingresso e as atividades no seminário Espírito Santo, em Santo Amaro/SP, ocupariam seu tempo e prioridades. Como padre e depois como representante Provincial, seus afazeres estavam voltados às ocupações de pároco e às atividades burocráticas decorrentes da função. É nesse momento que passa a acompanhar as atividades desenvolvidas pela arquidiocese de São Paulo e toma conhecimento do envolvimento de alguns padres e bispos nas questões sociais. Bom que se diga, toma conhecimento e realiza suas leituras teológico-pastorais sem jamais participar de assembleias populares, greves e reuniões com entidades de classes. Para utilizar uma metáfora apropriada, poder-se-ia dizer que Dom Olívio não tinha experiência das tensões do “chão da fábrica”.

Em uma longa entrevista dada ao jornal “*Nosso Tempo*”, em junho de 1981, após comentar sobre os embates ocorridos nos últimos meses entre o movimento dos desapropriados e a Itaipu, Dom Olívio diz de sua inexperiência e aprendizado obtido junto dos agricultores: “*Aprendi a coragem, principalmente dos líderes. Eles tiveram coragem ao levantar a luta. Aprendi com eles a união que mantivemos, e a fé que os orientou sempre*”. Quanto às negociações realizadas, confessa o desconhecimento dos meandros do poder e a tentativa dos representantes de Itaipu de aliciar e pedir que seu apoio se tornasse explícito: “*Queriam que eu favorecesse*

as soluções que eles queriam dar ao problema".¹⁵⁷ O bispo se coloca como aprendiz do processo das negociações e deixa a entender a pressão exercida pela binacional em obter seu apoio.

Fica evidenciado, portanto, que Dom Olívio não tinha conhecimento – essa afirmação vale para o movimento – da metodologia a ser adotada para negociar/exigir da Itaipu os direitos, aliás, quais direitos e direitos a que precisamente? Por isso havia, nas falas do bispo, o medo freqüente de que a mobilização pudesse desencadear em violência; afinal, as motivações e, da parte de alguns agricultores, os ânimos estavam acirrados. Contudo, além das questões da ordem dos encaminhamentos, havia falta de discernimento sobre a pauta reivindicatória, isto é, indenizar em valores comerciais ou exigir terra por terra? Neste caso, aceitar terra no Mato Grosso, Rondônia e Acre como o Incra propunha? Conforme o Instituto de Terras e Cartografia (ITC), havia propriedades a serem desapropriadas no Paraná, podendo efetivar a tão propalada Reforma Agrária! A Reforma Agrária, garantida pelo Estatuto da Terra ainda em 1964,¹⁵⁸ poderia continuar a ser adiada? Quem tem direito a terra: o proprietário, o posseiro, o meeiro? O amadurecimento de tais questões aconteceria, em parte, com o passar dos meses e anos embora sem apresentar clareza e consentimento, seja para Dom Olívio, para o movimento assim como para a CPT.

Essas informações são fundamentais porque orientam em grande parte os posicionamentos de Dom Olívio junto às reuniões e assembléias realizadas. Sua presença é efetiva e seu apoio foi dado incondicionalmente à causa dos desapropriados; contudo, talvez por sentir o peso da responsabilidade que suas decisões poderiam provocar, as inseguranças provenientes da falta de conhecimento de causa e desconhecimento acerca dos procedimentos razoáveis que deveriam ser adotados fazem com que Dom Olívio assuma o papel de uma liderança comedida. Os anos de 1978 a 1982 seriam particularmente intensos em função da grande efervescência provocada pelas lideranças do movimento e resistência apresentada por Itaipu, haja vista a pressão para que o cronograma da

¹⁵⁷ **A fala do bispo.** JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 10 a 17 de jun. 1981, p. 14. Divo de Conto, em sua dissertação, comenta que a formação recebida no seminário e também as experiências como padre não foram suficientes para prepará-lo aos desafios que enfrentaria na diocese de Foz do Iguaçu. Cf. CONTO, Divo de. **Doutrina moral e ação pastoral no episcopado de Dom Olívio Aurélio Fazza em Foz do Iguaçu (1978 – 2002)**. Dissertação defendida junto ao Instituto Superiore di Teologia Morale. Pontificia Università Lateranense. Roma, 2006, p. 31.

¹⁵⁸ Em 30 de novembro de 1964 o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967), baixou a Lei n. 4.504 conhecida como Estatuto da Terra.

construção da obra não fosse prejudicado pela demora em realizar às desapropriações. As preocupações manifestadas ao núncio, em março de 1978 sobre a região de Foz do Iguaçu, eram e exigiram posicionamentos proféticos.

A terra passava a ser a questão nodal dos embates acontecidos. No entendimento de José de Souza Martins, os impasses surgidos entre o Estado e a Igreja durante o regime militar aconteceram, sobretudo, a partir de meados da década de 1970. Na medida em que não são realizadas as desapropriações por interesse sociais, ocorre a expansão do capitalismo no campo e a empresarialização da agricultura agudiza os conflitos sociais. Para Martins, está claro que o Estado defende a propriedade capitalista que é expropriadora, causadora do desenraizamento das populações rurais, da miséria não somente econômica como também moral e social. Na perspectiva da Igreja, continua o sociólogo, a política agrária do governo aparece como a prática da brutalidade, o desenvolvimento com desrespeito e destruição da pessoa não só como indivíduo, mas como um ser social. Por isso, ao invés de uma perspectiva de acumulação, a Igreja compreende a terra sob o ângulo distributivo a fim de dar acesso a um maior número de pessoas.¹⁵⁹ Isto é, a terra é mediação para considerações de questões éticas, sociais políticas e pastorais. A compreensão dos posicionamentos sobre a posse da terra não parte do problema da propriedade para terminar na propriedade, mas no entendimento da questão humana que implica o direito à terra como expansível de sua própria humanidade. A questão agrária para a Igreja é uma prioridade à medida que

Impede o desenvolvimento do homem. Isto é, brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano. É nessa brutalização que transparece a negação da sua humanidade. Em outras palavras, nessa ótica, a questão agrária não é apenas uma questão econômica e sim uma questão moral. Por ser uma questão moral é que vai se transformar numa questão política e vai levar ao confronto da Igreja com o Estado....¹⁶⁰

Esta problemática aparece na concepção da Igreja em documentos pontificais, como *Mater et Magistra*, *Pacem in Terris*, *Populorum Progressio*, entre outros.¹⁶¹ A visita

¹⁵⁹ MARTINS, José de Souza. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p.118 – 120. As análises de José de Souza Martins são feitas tendo por base as publicações realizadas pela CNBB e por alguns Regionais.

¹⁶⁰ MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 29.

¹⁶¹ No entendimento do historiador José Oscar Beozzo, a encíclica MM de João XXIII, publicada em 1961, é a carta que trata com mais profundidade a questão agrária podendo ser compreendida como a carta magna da agricultura. Ela teria dado “vigoroso impulso à linha de compromisso social da

do papa João Paulo II ao Brasil em 1980 daria legitimidade ao dirigir-se com apreço para o homem do campo e reafirmar o entendimento de que a terra, por ser um dom de Deus, está destinada ao uso de todos os homens conforme suas necessidades básicas. O entendimento capitalista de acúmulo é compreendido pelo Magistério como ilícito e gerador do pecado social. Na homilia proferida em Recife, em junho de 1980, o papa dizia:

Não é lícito, portanto, porque não é segundo o desígnio de Deus, gerir este dom de modo tal que os seus benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros, a imensa maioria, excluídos. Mais grave ainda o desequilíbrio, e mais gritante a injustiça a ele inerente, quando esta imensa maioria se vê condenada por isso mesmo a uma situação de carência, de pobreza e de marginalização.¹⁶²

Esse, entre outros pronunciamentos de João Paulo II, ratificava o documento *“Igreja e Problemas da Terra”*, publicado pela CNBB, em fevereiro de 1980, por ocasião da realização da XVIII Assembléia Geral ocorrida em Itaipu, São Paulo. O posicionamento do episcopado brasileiro contido nesse texto foi compreendido como um grande marco na história da Igreja porque coroava uma fase de amadurecimento da caminhada dos cristãos comprometidos com o meio rural e de sua reflexão de fé, do compromisso da hierarquia da Igreja com esses cristãos e com a luta do movimento popular no campo e, por último, fruto do amadurecimento da recepção da MM, iniciada ainda em 1960.¹⁶³ O documento manifestou sua denúncia radical ao modelo de modernização excludente do regime militar e defendeu a terra como local para trabalho e não para negócio. A situação de pobreza dos trabalhadores do

Igreja do Brasil e, de modo particular, ao seu crescente engajamento nas questões relativas à reforma agrária, à sindicalização rural e à educação de base no campo” (p. 45 e 51). A encíclica *Pacem in Terris*, de 1963, teve possivelmente maior impacto do que MM no Brasil, considera Beozzo, em função do momento histórico pelo qual passava o país. Chegou ao Brasil num momento de “exacerbação das lutas internas, de declínio acentuado do crescimento econômico, inquietação dos assalariados pelo desemprego e pela espiral inflacionária, pela deteriorização da autoridade do Estado e sua incapacidade de levar adiante as reformas pedidas e exigidas pela maioria do país” (p. 65). BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: João XXIII a João Paulo II – de Medellín a Santo Domingos**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

¹⁶² Trata-se da homilia *“A terra é dom de Deus”* proferida durante a missa em Recife, 7 de julho de 1980. Cf. PRONUNCIAMENTOS DO PAPA NO BRASIL – Textos apresentados pela CNBB. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹⁶³ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil...**, op. cit., p. 64.

campo é vista como injusta, sendo moralmente condenada. Trata-se de defender uma economia moral dos trabalhadores com terra para quem nela trabalha.¹⁶⁴

É importante lembrar que o Regional Sul II vinha, desde finais da década de 1970, publicando pareceres quanto à questão do êxodo rural, da concentração fundiária e do direito à terra. Esses posicionamentos oficiais, em geral, denunciam as crises sociais, exigem providências das autoridades constituídas e culpabilizam o modelo político-econômico vigente como responsável pelos desajustes sociais. A questão da posse e uso da terra é colocada como problema fundante e gerador de conflitos no campo, empobrecimento das famílias pequenas proprietárias e inchamento desordenado dos cortiços e favelas nas cidades. O entendimento em relação à propriedade privada passou a ser desmistificada quando a ela se contrapôs a idéia da terra de trabalho como um direito natural, vinculado ao direito à vida e à produção das condições materiais da existência. Particularmente elucidativos sobre esta temática são os pronunciamentos “*Comunicação do Episcopado sobre os problemas da terra*”, de fevereiro de 1978, em setembro de 1981, “*Bispos do Paraná atentos ao problema do desemprego*” e “*Carta ao povo do Paraná*”, publicado em setembro de 1983.

Esta última Comunicação teve como redator responsável o próprio Dom Olívio que, após submissão à Assembléia, foi ratificada e publicada pelo Regional Sul II. Seu conteúdo inicial apresenta a preocupação da Igreja do Paraná quanto às crises sociais decorrentes do desemprego, êxodo rural, exploração do índio, achatamento salarial, distanciamento social entre pobres e ricos, empobrecimento e inacessibilidade da população às condições básicas de vida, como saneamento básico, educação e habitação. Após a descrição inicial, acrescenta as dificuldades surgidas em função das intempéries que assolam a terra, com excesso ou carência de chuvas, de Norte a Sul do Brasil, agravado pelos descaminhos provocados por aqueles que exploram a miséria alheia. Dizendo-se ciente da situação, a carta arremata em tom de denúncia: “*Sabemos*

¹⁶⁴ O entendimento sobre o uso da terra pode ser explicado pela utilização de duas noções contidas no documento “*Igreja e Problemas da Terra*”. Trata-se dos parágrafos 84 e 85 onde consta: “Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade”; e “Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse”. Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Documento Igreja e Problemas da Terra. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c954101da4.pdf. Acesso em: 2 de set. 2008.

*que a causa fundamental desta situação é o modelo político-econômico extremamente concentrador, que coloca o lucro acima do trabalho humano, gerando 'ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres', conforme João Paulo II, discurso inaugural de Puebla".*¹⁶⁵

A discussão em torno do uso e acesso à terra estará muito presente na diocese de Foz do Iguaçu, pois em torno dela é que são gerados os maiores conflitos sociais na região. A preocupação da Igreja Católica, seja em termos do Regional Sul II como da CNBB, no que diz respeito à leitura e interpretação intelectual do problema da terra assim como no sentido de programar uma pastoral assistencial e promocional, estará presente na pauta de ação de Dom Olívio. Pode-se afirmar que seu envolvimento acontecerá de duas maneiras, fundamentalmente: primeiro, na direção da (in)formação, isto é, publicando os documentos eclesiais e produzindo diversos escritos e reflexões sobre o tema; segundo, incentivando lideranças, religiosos(as), padres e ele próprio no apoio direto a entidades e movimentos surgidos em razão das questões sociais decorrentes do uso e posse da terra.

3.3.2.1 Escritos e disseminação dos posicionamentos frente à questão da terra

Dom Olívio não foi um homem da academia a produzir reflexões teológico-pastorais nem artigos semanais a serem publicados nas mídias locais ou regionais. Todavia, como sugere o carisma verbita, utilizou de forma expressiva a imprensa como veículo de evangelização. Deixou uma produção escrita representativa, e publicada mensalmente no EUSE, seção "*A Palavra do Pastor*", onde tratava sobre temas ligados sobretudo à vida pastoral da Igreja Particular. Subscreveu diversos pronunciamentos junto ao episcopado paranaense, prefaciou alguns roteiros de reuniões e Planos de Pastorais e publicou uma Carta Pastoral.

Em diversas oportunidades Dom Olívio escreveu e concedeu entrevistas tratando sobre a questão da terra. Sua participação na Assembléia Geral da CNBB em fevereiro de 1980, quando foi publicado o documento "*Igreja e Problemas da Terra*", além de ser muito noticiada nos momentos que antecederam a viagem como no seu retorno de Itaipu, o EUSE deu espaço freqüente ao evento e aos seus resultados. O documento seria publicado na íntegra nas edições posteriores do

¹⁶⁵ LIVRO ATA DA XXXI ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II..., op. cit., p. 133 – 134.

jornal diocesano. Num jornal de Cascavel cuja circulação é estadual, o bispo concedeu uma longa entrevista em que apresenta o entendimento da Igreja sobre a questão da terra. Na leitura de Dom Olívio, é posição da Igreja o apoio a uma Reforma Agrária autêntica, pois o que se vem presenciando é o desestímulo ao homem do campo, que migra para as grandes cidades em busca daquilo que até agora não tem conseguido, isto é, o trabalho adequado. A consequência do êxodo é nefasto porque as pessoas passam a viver em favelas, inchando ainda mais as grandes cidades, uma vez que a maioria desses migrantes não possui especialização profissional. O diagnóstico contido no documento da CNBB vinha ao encontro da problemática enfrentada na diocese ao deparar-se igualmente com o êxodo rural e inchamento da cidade de Foz do Iguaçu. Por isso, insiste Dom Olívio,

Os grandes latifúndios causam um grave problema de ordem social gerando descontentamento entre as classes menos favorecidas, que acabam por se tornarem meros objetos nas mãos dos latifundiários que exploram, como por exemplo, os bóias frias que muitas vezes nem recebem o merecido por seus trabalhos... Uma melhor distribuição das terras cultiváveis, poderia em futuro não muito distante, transformar o panorama econômico e social do Brasil, passando a ocupar o lugar que merece, ou seja, totalmente autosuficiente em produção de alimentos e quem sabe até ser um grande exportador de gêneros alimentício para o resto do mundo.¹⁶⁶

Pode-se dizer que, de todos os posicionamentos tomados por Dom Olívio, a elaboração da única Carta Pastoral sintetiza a concepção e preocupação diante da problemática da terra a envolver milhares de diocesanos na região Oeste. O dia da publicação, 25 de julho, dia do agricultor, e o título “*O Êxodo Rural*”, transmitem por si só o significado evidente da mensagem episcopal. A fundamentação teológica acerca do direito à terra é buscada na Sagrada Escritura – em três passagens bíblicas – e em documentos provenientes do Magistério.¹⁶⁷ Em todos eles há recorrência de que a terra é uma dádiva divina dada ao homem, não sendo lícito geri-la exclusivamente. O acúmulo do que é perecível torna-se fonte da condenação

¹⁶⁶ **Igreja ao lado do homem do campo.** JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 24 de fev. 1980, p. 3.

¹⁶⁷ As menções às passagens bíblicas são tiradas dos livros de Isaías (5, 8-10) e Lucas (12, 16-21 e 16, 19-31). Em relação aos documentos eclesiais contidos na Carta Pastoral, são da MM de João XXIII, da homilia do papa João Paulo II feito em Recife como título “*Terra Dom de Deus*”, e do documento da CNBB, “*Igreja e o Problema da Terra*”. Sobre as definições teológicas dos termos Sagrada Escritura, Sagrada Tradição e Magistério, conferir: DECRETO *DEI VERBUM*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições..., op. cit., p. 121ss.

eterna e, além do mais, a concentração fundiária provoca a marginalização social. É um engodo acumular riquezas, casas e campos, como alerta o profeta Isaías, porque Deus se vingará arrasando casas, palácios e tornando a terra improdutivo.¹⁶⁸ Arremata o bispo: “*Se estas palavras do Profeta Isaías são severas, não menor é a advertência do próprio Jesus Cristo, trazida pelo evangelista, onde o Senhor ensina que o desejo insaciado da riqueza é maldito e punido e que a dureza para com os pobres é causa de condenação eterna... Cito esses lugares bíblicos como apelo à conversão*”.¹⁶⁹

A Carta Pastoral está estruturada em três partes: a constatação, as causas e a posição da Igreja diante do êxodo rural. Após breve constatação do problema, ao explorar o segundo aspecto, as causas do êxodo rural, Dom Olívio aponta três explicações plausíveis para esse fenômeno: o aumento do latifúndio – quando lembra das ameaçadoras passagens bíblicas de Isaías e Lucas –, as desapropriações causadas pela Itaipu – oportunidade em que se pergunta quem vai reparar o insucesso dos indenizados – e o modelo político adotado pelo governo brasileiro que, ao direcionar incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias, inibe o desenvolvimento da agricultura familiar. O corolário dessa política é o aumento da marginalização, do crime, da prostituição, da insegurança e, para o comércio e municípios, a perda de divisas consideráveis em função da diminuição na arrecadação de impostos e serviços.¹⁷⁰ Na última parte, como atuar diante desse quadro socioeconômico de êxodo rural, Dom Olívio se baseia fundamentalmente no documento já mencionado da CNBB, “*Igreja e Problemas da Terra*”. Há uma aclamação coletiva e apelo para que todos preservem o ambiente natural e promovam o desenvolvimento regional. Diante da pergunta como e o que fazer, o bispo considera:

Nossa atuação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperar... Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária... Renovamos nossos compromissos de aprofundar nas comunidades eclesiais de

¹⁶⁸ A passagem bíblica a que se refere é tirada de Isaías, capítulo 5, versículos 8 a 10. Cf. BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1981.

¹⁶⁹ FAZZA, Olívio Aurélio. **Carta Pastoral: Êxodo Rural**. Foz do Iguaçu, 25 de julho de 1984. As passagens bíblicas referidas pelo bispo são tiradas de Lucas, capítulo 12, versículos 16 a 31.

¹⁷⁰ Id., *ibid.*

base, rurais e urbanas, a vivência do Evangelho convicto da sua ação transformadora como maneira mais eficaz de a Igreja colaborar com a causa dos trabalhadores.¹⁷¹

É correto afirmar que o problema da terra foi o grande desafio do episcopado de Dom Olívio a ponto de tomar grande parte de sua atuação junto às comunidades atingidas e autoridades políticas envolvidas direta ou indiretamente. A publicação dessa Carta Pastoral, a freqüência com que utilizava a seção “*A Palavra do Pastor*” e o perfil do EUSE denunciavam essa preocupação.

A propósito da disseminação desses posicionamentos, os indícios apontam para uma atenção muito especial para com a manutenção e o crescimento do EUSE criado, como órgão oficial da diocese em junho de 1979. Frequentemente, Dom Olívio conclama para que todos acolham em suas comunidades o jornal diocesano e enviem notícias e artigos que serão avaliados para serem publicados. O propósito de sua publicação é informar e veicular um conteúdo afinado com as prioridades pastorais assumidas:

Aparece assim mais uma vez, a clara colaboração deste órgão em favor da formação para as CEBs como prioridade diocesana, pois os grupos de reflexão são caminhos para as mesmas... Que posso desejar para ele (EUSE) neste ano? Que você o acolha bem, o leia inteirinho, mande colaborações e faça propaganda dele. Ele precisa crescer. Para isso precisa de seu interesse afetivo e efetivo... Esta foi sempre a intenção de nosso querido jornalzinho: apóia, favorece a caminhada diocesana, que desde o começo procura levar o povo à vida comunitária.¹⁷²

Embora tivesse uma equipe editorial responsável para organizar o jornal diocesano,¹⁷³ Dom Olívio afirmou que acompanhava de perto os trabalhos de editoração, fazendo sugestão de pauta, alteração e mesmo supressão de artigos: “*Às vezes eu era obrigado a não publicar. Uma vez não publiquei um artigo de um padre porque indaguei se era capaz de provar as denúncias que fazia. Às vezes cortei outras matérias*”.¹⁷⁴ Em setembro de 1987, o artigo “*País rico, povo pobre: alguém está lucrando com isso*”, de Luiz Pozzolo, provocou reações na sociedade

¹⁷¹ Id., *ibid.*

¹⁷² FAZZA, Olívio Aurélio. **A Palavra do Pastor: Em Um Só Espírito**. EUSE, mar. 1984, p. 3.

¹⁷³ Tendo como diretor responsável o bispo diocesano, a equipe de redação em 1982 era composta pelo padre Ângelo Ravanello e pela irmã Maria das Dores Paz. Em 1985, a irmã Inês Aparecida da Silva e o jornalista Elson Faxina eram os responsáveis pela redação.

¹⁷⁴ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

iguaçuense, como Dom Olívio registra no livro tomo da diocese: *“Embora concordando com a linha de denúncia, faço algumas restrições ao referido artigo e por isso em diálogo fraterno, solicitei mais prudência à pessoa responsável pelo jornal”*.¹⁷⁵

A matéria fazia uma explícita alusão à existência da luta de classes em que os empregadores aparecem como exploradores do trabalho e usurpadores do bem-estar dos assalariados, dos meeiros e dos pequenos produtores. Daí a aclamação escrita em caixa alta no artigo: *“ATÉ QUANDO VAMOS ACEITAR ESSES ABUSOS CONTRA OS TRABALHADORES QUE PRODUZEM A RIQUEZA DO BRASIL? ATÉ QUANDO VAMOS VIVER SEM PODERMOS APROVEITAR UM POUCO DESTA RIQUEZA? ATÉ QUANDO VAMOS NOS DEIXAR EXPLORAR?”*.¹⁷⁶ A resistência de Dom Olívio teria se dado porque, em última instância, a matéria fazia uma apologia à luta de classes e instigava a classe menos favorecida a despertar da sonolência alienante mediante a resistência. A essencialização do conceito de classe correlata ao entendimento de animosidade inerente entre ambas não era uma interpretação com a qual o bispo compartilhava, até porque conflitiva com os posicionamentos oficiais da Igreja Católica,¹⁷⁷ por isso a expressão contida no livro tomo destacando o conhecimento da existência da exploração socioeconômica, sem daí concluir que existe o famigerado conflito entre as classes sociais.

Apresentando, de modo geral, 15 páginas em cada edição, o EUSE, desde sua criação até o ano de 1984, apresenta matérias fundamentalmente voltadas para os problemas sociais enfrentados na diocese de Foz do Iguaçu. Antes de mais nada, foi utilizado como veículo prioritário na disseminação da linha pastoral encampada por Dom Olívio e ratificada a cada ano pelas Assembléias Diocesanas. Por isso, são freqüentes no jornal notas, avisos e artigos contendo geralmente fotos, desenhos e charges que tratam sobre questões vinculadas ao uso e posse da terra, ao êxodo

¹⁷⁵ LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU: Controvérsias. Foz do Iguaçu, setembro de 1987, p. 84. A matéria foi publicada no EUSE em setembro de 1987, na página 5. São colocadas duas charges cujos personagens representam o governo e o proprietário de um lado, como exploradores, e o trabalhador de outro, como classe explorada. No reclamo contido no primeiro quadro consta: “O nosso inimigo comum sempre foram os patrões e o governo que sugam nossa força de trabalho e nos espancam”. No segundo quadro, a seguinte afirmação: “Nossa força de trabalho movimenta as indústrias, a economia, e enriquece os patrões. Trabalhamos muito e recebemos um pequeno pagamento”.

¹⁷⁶ POZZOLO, Luiz. **Pais rico, povo pobre: alguém está lucrando com isso**. EUSE, set. 1987, p. 5.

¹⁷⁷ *A Rerum Novarum* (RN), encíclica de Leão XIII de 1891, é tida como a primeira carta que compõe a chamada Doutrina Social da Igreja. Nela há explícito posicionamento em defesa da propriedade privada e da harmonia existente entre a classe do patrão e do empregado. Cf. *RERUM NOVARUM*, Encíclica de Leão XIII. 6 ed., São Paulo: Paulinas, 1980.

rural, à urbanização não planejada, à migração para outras regiões do país e para o Paraguai e a Argentina, aos abusos da Lei da Segurança Nacional, entre outras. Ao percorrer os títulos das matérias, é possível compreender as prioridades enaltecidas e aquelas silenciadas porque de somenos importância na linha editorial do jornal e, conseqüentemente, do perfil adotado por Dom Olívio.¹⁷⁸

Os conteúdos e imagens contidos no EUSE podem ser compreendidos como simulacros da realidade, posto que trazem porções dela, traços, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções e códigos de comportamento. Considera Peter Burke, analisando os retratos e as imagens do século XIX da Europa, que essas fontes, comumente mal utilizadas, não são tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances especiais. Indaga o historiador inglês: isso é ruim? Não, porque permite, associando a outros indícios, explorar a história de esperanças, valores e mentalidades de uma época. Os testemunhos sobre o passado oferecidos pelas imagens são de valor real, suplementando, bem como apoiando, as evidências dos documentos escritos.¹⁷⁹ Deve-se estar atento, como destaca Eduardo Paiva, que a História e os diversos registros históricos são sempre resultados de escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção.¹⁸⁰ Daí a importância em averiguar quem, quando e por que foram produzidas determinadas matérias, colocadas certas figuras e fotos e silenciadas ou cortadas outras. O EUSE foi particularmente profícuo na veiculação desse recurso imagético, tendo sido utilizado em sintonia com as opções pastorais pleiteadas por Dom Olívio.

Por isso, diversas matérias contidas no EUSE (ANEXO 1) exploram o conteúdo do artigo junto com imagens de forte apelo humanitário ou de crítica social, isto é, escreve sobre a fome e mostra figura de crianças subnutridas, trata da questão do direito ao acesso à terra e apresenta o mapa do Brasil dividido por cercas de arame, discute a importância da fixação do homem no campo e apresenta

¹⁷⁸ É nítido o forte apelo social invocado pelas matérias e pelas imagens utilizadas como pode ser acompanhado, a seguir, dos números do EUSE tirados, aleatoriamente, entre os anos de 1980 a 1984: Lote Grande: Um povo sacrificado; Pelos pobres é a opção da Igreja; Lavradores lutam por terra em Matelândia; Igreja e os desempregados; Milhares de Sem Terra reunidos em Medianeira; Colonos sem terra de Ronda Alta; CEBs: a alegria de viver a Igreja; A terra é o problema; Para ter vida é preciso terra e trabalho: Romaria da Terra; Profeta não se cansa; A terra é vida; O menor, o grande roubado; Terra e trabalho para que todos tenha vida; Terra é vida: resistir, não migrar e a terra partilhar; Igreja acolhe agricultores despejados; Carta em favor dos Sem Terra; Os Sem Terra, uma situação dura etc.

¹⁷⁹ BURKE, Peter. **Testemunha ocular: História & imagens**. São Paulo: Edusc, 2004, p. 34 e 233.

¹⁸⁰ PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 19 – 20.

foto dos excluídos pelo processo da modernização da agricultura. Particularmente interessante é perceber como o discurso e as imagens religiosas utilizadas no EUSE permeiam as bandeiras erguidas pelos movimentos dos desapropriados no que diz respeito ao direito ao uso e acesso à terra. Destarte, signos de linguagem, como a caminhada, o povo oprimido, a união e a libertação são utilizados ao lado de passagens bíblicas fazendo referência à partilha da terra, à ira de Deus para com os exploradores e grileiros (I Re 21, 1-16 e Ne 5, 1-13), ao Reino de Deus, à libertação do Egito e à busca da Terra Prometida (Êx 12ss). Essas referências freqüentemente vêm associadas a documentos e imagens que a Igreja apóia, incentiva para promover a organização do agricultor através de associações, sindicatos e organismos diretamente ligados a ela.

Entre outras, duas matérias associando frases e foto do papa João Paulo II (FIGURAS 8 e 9) em reuniões realizadas dentro da igreja de Medianeira com a presença de padres e de Dom Olívio parecem particularmente significantes ao mostrar o apoio aos movimentos sociais.

MASTRO - MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA

O Grito dos "SEM TERRA"

Mais de 4.000 agricultores "SEM TERRA" ou com "POUCA TERRA", líderes sindicais, representantes das Igrejas Católica, reuniram-se na Matriz de Medianeira, no dia 25 de maio de 1982. Foi um dia de reflexão sobre as questões das terras da nossa região e sobre a problemática da vida na cidade que gera um fardo excludente rural. Podemos sentir no depoimento dos operários da cidade que o suor e o sofrimento do trabalhador enriquecem "OS GRANDES", os quais compram as nossas terras.

Nós trabalhadores da terra apelamos para uma verdadeira reforma agrária que vise dar "terra para aquele que nela trabalha e dela precisa viver." O pessoal de Ronda Alta RS, se fez presente com a sua triste experiência.

Intelectuais e governo e os órgãos competentes se fazem surdos ao grito dos sem terra, pois para eles é mais importante defender seus interesses em "TER MAIS". Com falsas promessas eles procuram massacrar este movimento e outros até com repressão policial. Dada a experiência de ITAIPI, ficou bem claro que os projetos governamentais de hidroelétricas e outras semelhantes, não respeitam o povo em suas necessidades básicas e em seus direitos. A desapropriação da terra por parte da região. Muitos ficaram com medo e cederam suas propriedades a preço mesquinho, prejudicando seus próprios limites. Por outro lado a maioria decidiu se organizar para pedir a justiça. Surta assim, O MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA, terra no próprio Estado do Paraná.

Nesta Assembleia de hoje confirmamos as nossas REIVINDICAÇÕES:

- um pedaço de terra para o assalariado rural poder plantar hortaliças e verduras;
- fiscalização das grandes fazendas produtivas, para evitar a sua desapropriação para fins de reforma agrária;
- garantir os incentivos e benefícios fiscais que facilitam a aquisição de terra por aqueles que não são agricultores;
- crédito fundiário com pelo menos 3 anos de carência e 12 anos de amortização e com juros mínimos;
- que nenhum proprietário de módulo máximo, ou área equivalente hoje, tenha direito de comprar mais terras em nome da esposa ou filhos menores;
- melhoria da assistência médica;
- aposentadoria da assistência médica;
- aposentadoria aos 50 anos para homens e mulheres;
- preço mínimo justo;
- financiamento de casa própria ao lavrador;
- reconhecimento do agricultor como trabalhador fundamental.

EXPANDIR O MOVIMENTO DOS "SEM TERRA" PARA OUTRAS REGIÕES DO PARANÁ E DO BRASIL.

Considerando o acima exposto, nós agricultores reunidos nesta Assembleia, concedemos o prazo de dois meses (60 dias) a partir desta data para que as autoridades afetadas ao problema, apresentem propostas de solução para as nossas reivindicações. Marcaremos nova Assembleia e através dela buscamos não apenas encontrar soluções que julgamos justas.

Neste sentido nesta Assembleia já foram dadas sugestões que devem ser profundizadas nos grupos e decididas na próxima Assembleia. Entre estas sugestões estão: acampamento defronte o INCRA em Cascavel; acampamento defronte ao Palácio do Governo; não pagar mais impostos; dentro de 1 ou 2 anos ocupar áreas de terras de fazendas improdutivas ou devolutas do Paraná.

Lembramos que o trabalhador sem terra não é vagabundo, mas é vítima de leis e estruturas injustas que o exploram e o forçam a ficar sem terra. O agricultor sem terra quer trabalhar e produzir alimento para si, para sua família e para a nação.

Medianeira, 25 de maio de 1982.
DIA DO TRABALHADOR RURAL.
Segure as associações.

FIEL

MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA

ITAIPI. Não permitiram chegar até o local acampado que era o Centro Esportivo, mas tiveram que acatar, embora com protestos e ameaças, o acampamento durante 54 dias, no tempo de férias e de obito.

Foi lá que o agricultor foi posto à prova em todos os sentidos. Não imaginaram os dirigentes de ITAIPI, que a capacidade de resistência dos camponeses seria maior do que a sua capacidade de desgastes públicos.

Depois de muito sacrifício, depois de 54 dias de acampamento, depois de mostrar muita fé e coragem o acampamento foi levantado. Os colonos tiveram grandes vitórias: um preço que antes dos primeiros acampamentos estava em 100.000,00 ficou em 100.000,00 por hectare, 10 meses depois com o fim do segundo acampamento estavam em 471.000,00 (trinta e sete vezes a um milhão por hectare).

Os pagamentos, deviam ser feitos 2 semanas após a entrega de documentos, além de outras melhorias. Grande parte do sucesso deve-se às Igrejas que participaram ativamente. Nenhum sucesso teria sido resolvido e o movimento continuaria com reuniões e avaliações dos trabalhos de desapropriação que agora andaram muito acelerados.

Em fevereiro de 1982, novamente o povo estava se mobilizando, chegando a Santa Helena com destino a Foz de Iguaçu. Com este mobilização não ocorreu, porque os dirigentes de ITAIPI compareceram a Comissão no norte anterior à data marcada e concordaram em analisar as reivindicações dos agricultores.

No movimento Justiça e Terra, não se quer, apenas dar um passo praticado no transcorrer da luta por parte dos agricultores, e firmes com que eles assumam esse tipo de luta.

Muito em experiência em movimentos anteriores, eles não se intimidaram pelas instâncias de Empresas, pelo cansaço que propiciaram eles impulsionar, por toda a sorte de orientações para enfraquecer o movimento, mas resistiram a tudo e hoje, agricultores podem contar a seus filhos que a terra que sobrou, devem à Igreja Católica e a Igreja Católica em sua luta contra as injustiças de ITAIPI.

Agricultores sabem de seus direitos...

A luta dos agricultores atingidos pela barreira de ITAIPI, motivada principalmente pelos baixos preços oferecidos pela empresa e a grande demora nos pagamentos depois de feito o acordo sobre o preço, na realidade englobou mais de uma centena de problemas sociais.

Apassar de gravidade do problema, o movimento Justiça e Terra somente eclodiu depois de uma longa conscientização por parte da Comissão Pastoral de Terra, Sindicatos e líderes políticos e membros da Hierarquia das Igrejas.

O movimento eclodiu com o acampamento em frente as escritórios de ITAIPI na cidade de Santa Helena, no dia 14 de julho de 1982.

Nos 14 dias de luta, o acampamento foi desmobilizado, tendo quase 100 por cento de aumento nos preços oferecidos e a promessa de pagamento para 14 dias após a assinatura do acordo individual. O movimento porém continuou, reunindo-se no Hótel de comunitários, todos os dias de férias, para discutir os problemas pendentes registrados durante os 14 dias de acampamento. Estas reuniões eram sempre assistidas pelo CPT - Comissão Pastoral de Terra. Foram feitas algumas assembleias Gerais e diversas reuniões com o ITAIPI para procurar soluções a estes problemas pendentes porém, sem muitos resultados.

No contrário, o aumento vertiginoso do preço das terras na região fez com que logo os preços de ITAIPI se tornassem impraticáveis. Além disso os pagamentos não eram feitos em 14 dias, mas em certos casos já chegavam a 4 meses e a 16 mais de atraso.

Em fevereiro de 1981, já não sobrava alternativa: era imprescindível um novo levante. No entanto não poderia ser em Santa Helena, mas sim no Esclerito Central de Empresa em Foz de Iguaçu. Para que pudesse haver uma participação massiva, o início foi marcado para 14 de março, permitindo assim a coleta de sítio.

No dia 14 de março realizou-se uma grande Assembleia, onde se baseou a decisão de acampar em Foz de Iguaçu, decidida anteriormente pelos comitês.

Em maio no dia 15 de março de 1981, foram recebidos pelos fazendeiros e balconistas de Polícia Militar e do guarda especial de

Figuras 8 e 9: Matérias no EUSE associando a imagem do papa João Paulo II ao movimento Justiça e Terra.

Fonte: Jornal EUSE, p. 3 e 7 de maio e julho 1982, respectivamente.

Como lembra Peter Burke, as fontes imagéticas podem ser recursos a serem utilizadas pelo pesquisador para compreender a história. As imagens têm evidências a fornecer sobre a organização e o cenário de acontecimentos grandes e pequenos

como, por exemplo, batalhas, cercos, rendições, tratados de paz, greves, revoluções, concílios da Igreja, assassinatos, coroações, as entradas de governantes ou embaixadores em cidades, execuções e outras punições públicas. Contudo,

as imagens não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos em relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre estes extremos. Elas são testemunhas dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêem o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação.¹⁸¹

Certamente é em função desse perfil que o EUSE despertará atenção do SNI, mesmo quando o regime militar já vivia no período de transição para a fase democrática. Passa-se o ano de 1983 e o informativo de abril, número 25, teve seus artigos analisados e, junto a um exemplar colocado em anexo, foram enviadas as conclusões para o SNI, Agência Central de Curitiba. O investigador considera que o jornal tece críticas à atuação do governo através de seus órgãos, bem como à situação política, econômica e social brasileira e à Lei de Segurança Nacional. Ainda destaca que o responsável pelo jornal, Dom Olívio, pertence à ala *progressista* do clero e tem “*alimentado o problema social das terras alagada por Itaipu*”.¹⁸² Ao que parece, o jornal não sofreu nenhum tipo de censura, pois continuou na mesma linha editorial, e Dom Olívio não teria recebido nenhum tipo de retaliação. Em conversa informal com o bispo em 2007, ele mesmo manteve-se indiferente ao tomar conhecimento que o informativo diocesano havia sido analisado, porém manifestou incômodo com a afirmação de que ele tinha alimentado o problema social das terras alagadas em função da construção da hidrelétrica de Itaipu. A reação de desconforto, mesmo passados vinte e cinco anos, parece compreensível tendo em vista a constante vigilância e precaução do bispo em manter boas relações com as autoridades constituídas. Ademais, é pouco verossímil afirmar que alimentou o problema social das terras e, sim, que foi sensível aos reclamos de parte da população oestina.

¹⁸¹ BURKE, Peter. **Testemunha ocular...**, op. cit., p. 232.

¹⁸² ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Serviço Nacional de Informação (SNI). Informativo Diocesano ‘Em Um Só Espírito’. Informe n. 349/19/ACT/83. Brasília, 9 de jun. 1983, p. 3.

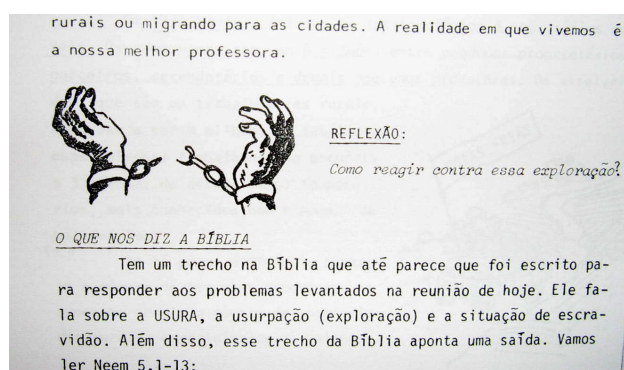
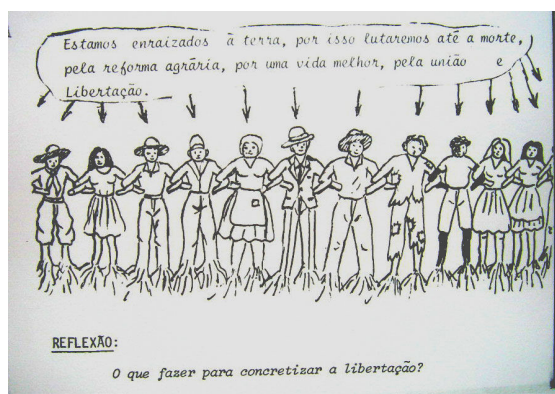
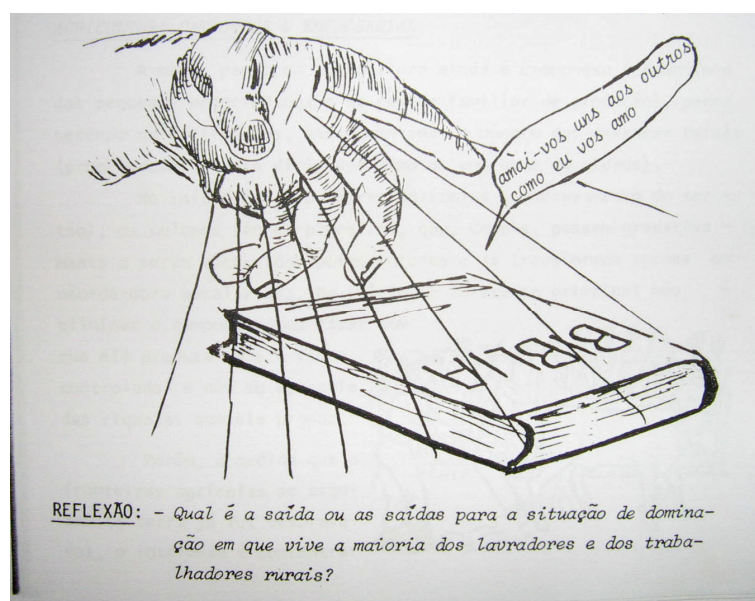
Embora possivelmente não soubesse, essa não foi a primeira vez que seu comportamento havia despertado atenção dos órgãos de segurança do Estado. Assim, não passaria igualmente despercebida sua “*Apresentação*” feita para o livro “*Realidade Agrária*”, publicado em 25 de julho de 1981. Produzido pela Assesoar, o livro de 58 páginas apresenta sete reuniões discutindo a questão da terra – formas de ocupação e concentração fundiária, política agrícola e responsabilidade social – e ao final apresenta o conteúdo do Estatuto da Terra. Utilizando linguagem coloquial e figuras ilustrativas, inspirando-se em passagens bíblicas – Gênesis, Levíticos, Neemias, Jó, Amós etc. –, em documentos da Igreja – Puebla e “*Igreja e Problemas da Terra*” – mesclando com informações e interpretações históricas, o roteiro convoca para que todos se organizem e evitem as mazelas sociais provocadas pelo sistema econômico vigente expropriador e antievangélico: “*Estamos enraizados à terra, por isso lutaremos até a morte pela reforma agrária, por uma vida melhor, pela união e Libertação*”.¹⁸³ Ao longo do roteiro são abundantes e muito curiosas as gravuras utilizadas, ilustrando experiências históricas de abuso do poder, desapropriação da terra, exploração no trabalho e adoção de políticas econômicas compreendidas como injustas. Mas o perfil das gravuras não é somente de denúncia, senão de reflexão que flagra as injustiças, da Bíblia que inspira e da luta por meio da organização social que liberta (FIGURAS 10, 11 e 12).

Essas ações convocatórias e expressões categóricas despertam preocupações dos agentes de inteligência do regime militar. Esse livro, com forte teor reivindicatório e denunciador, teria sido, conforme agentes investigadores da Polícia Militar do Estado do Paraná, fartamente divulgado e servido como instrumento de formação e inspiração subversiva nas reuniões dos movimentos sociais no Oeste do Paraná, sobretudo do Mastro, que, a partir de 1982, vinha organizando constantes assembléias populares com milhares de pessoas. Ao que parece, as ações do bispo provocavam alguns desconfortos ao apoiar e, sobretudo, apresentar o roteiro como instrumento adequado de conscientização social.¹⁸⁴ Desconfianças à parte, Dom Olívio entendia que a utilização daquele material pelos grupos de reflexão era fundamental porque provocava, na base, a formação de uma

¹⁸³ ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL REALIDADE AGRÁRIA: Reforma Agrária. Francisco Beltrão, n. 5, 1981, p. 44.

¹⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Polícia Militar do Estado do Paraná: Estado Maior. *Movimento do Agricultor Sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO*. Informe n. 111/82-PM/2-PMPR. Brasília, 15 de fev. 1982, p. 1 – 2.

consciência crítica diante de uma realidade que se complexificava. Por isso, ao apresentar o roteiro, comenta: “O retrospecto histórico e a realidade atual sobre a ocupação de terra no Brasil como revelam as páginas que seguem, fazem constatar uma dolorosa situação de pecado... (que) levarão a compreender a urgência de uma mudança nas estruturas”.¹⁸⁵



Figuras 10, 11 e 12: Gravuras associando a Bíblia às lutas sociais do campo.
Fonte: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
Realidade Agrária: Reforma Agrária, 1981, p. 29; 44 e 28.

É possível concluir que Dom Olívio compreendia que seus escritos e a disseminação ocorrida por meio do informativo da diocese e da imprensa laica era uma forma de modernizar a ação pastoral da Igreja, fazendo frente ao processo de urbanização e marginalização social. Às ações apresentadas no plano da formação humana, os envolvimento diretos pareciam ser uma consequência natural.

¹⁸⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. Apresentação. ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL REALIDADE AGRÁRIA: Reforma Agrária. Francisco Beltrão, n. 5, p. 3.

3.3.2.2 Desapropriados de Itaipu

Os anos de 1978 a 1982 seriam marcados por fortes mobilizações populares em razão dos processos de indenização realizados pela Itaipu. Em todas elas, lideranças da CPT, da CPJP, de alguns representantes do legislativo estadual e autoridades religiosas estariam presentes hipotecando apoio ou participando intensamente das atividades desenvolvidas, em reuniões, assembléias, passeatas, redigindo atas e documentos, emitindo notas à imprensa, entre outras. O eixo das mobilizações envolvia as comunidades atingidas pela formação do lago de Itaipu, compreendendo, em grande parte, a diocese de Foz do Iguaçu e alguns municípios como Guaíra e Marechal Cândido Rondon, sobretudo nas comunidades de Pato Bragado, Porto Mendes, Porto Britânia e Entre Rios do Oeste, pertencentes à diocese de Toledo. É fundamental ressaltar que o bispo e os padres, principalmente da diocese de Foz do Iguaçu, e pastores da IECLB atuaram juntos desde o início das atividades de negociação com a Itaipu.¹⁸⁶ A cumplicidade entre eles transcendia as formalidades dos cultos e celebrações ecumênicas para a estruturação, a organização e o planejamento logístico necessários para as reuniões e encontros populares.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Nas fontes encontradas, os nomes de pastores da IECLB que aparecem com freqüência nas questões das desapropriações são: Gernote Kirinus, Kurt Hattje, Werner Fuchs, Otto Höller, Arnaldo Mädche, Edgar Ravasche, Augusto Kunert e Harald Malschitzky.

¹⁸⁷ Iniciativas de padres e pastores no sentido de organizarem ações ecumênicas podem ser conferidas no documento *"Acordo entre pastores e padres sobre inter-relações das Igrejas"*, firmado em 23 de outubro de 1973 e ratificado em 11 de outubro de 1977. O documento está assinado por padres e pastores luteranos dos municípios de Medianeira, Céu Azul, Foz do Iguaçu, Capanema e Matelândia. O seu conteúdo aponta para o planejamento de ações ecumênicas a serem desenvolvidas no campo litúrgico e pastoral. Tendo presente esse documento fez-se a seguinte entrevista com padre Adriano, na época pároco em Medianeira: **1) Qual foi à motivação para elaborar este documento?** R: Ao meu ver, por muita amizade e respeito mútuo. Havia uma verdadeira abertura dos padres e pastores (IECLB) uns para com os outros nos municípios mencionados. Ninguém pensava em proselitismo! Queríamos relações fraternas, respeitadas e de delicadeza, por exemplo, nos casamentos (um católico, outro luterano). Eu pessoalmente, morando em Medianeira, tinha muita amizade e contato, com todos os pastores luteranos de Matelândia, mais tarde de Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, e Foz do Iguaçu. **2) Parece curioso a natureza desse "Acordo..." porque envolve padres e pastores das suas respectivas paróquias, geralmente limítrofes, sem a presença explícita do bispo e pastor responsável por aquela região. Nesse sentido o documento tem fórum de legitimidade?** R: Não creio que Dom Armando sabia do documento; não me lembro. Também não sei se naquela época um tal documento seria possível em nível diocesano. No entanto, eu penso, que Dom Armando era bastante aberto e respeitoso. Creio que não tinha legitimidade por não se tratar de um tratado oficial entre as Igrejas. Era, ao meu ver, um acordo "entre amigos", padres e pastores, que se davam bem e queriam que isto também se mostrasse na prática. O artigo 1 fala de atitude "espontânea" e de "ordem prática". Ou mais ainda, artigo 2 diz claramente: *"A natureza deste ACORDO é estritamente de ordem pessoal"*. **3) Adotou-se algum critério para envolver estas Igrejas cristãs?** R: Conforme comentei acima: amizade, respeito mútuo, o desejo de Jesus, *"para que todos sejam um"*, e profunda convicção ecumênica. Nunca percebi algum desentendimento entre nós. É como diz o Salmo 133, *"como é bom*

Episódio interessante envolvendo Dom Olívio foi a localização de uma informação contida no livro tombo da paróquia de Missal, depois confirmada com a entrevista cedida por padre Adriano. Era dia 27 de julho de 1980 e a igreja matriz, Nossa Senhora da Conceição, estava em festa por ocasião da inauguração da casa canônica, dos dezessete anos de formação da comunidade de Missal e quinze anos da Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras (Cotrefal). O acontecimento, cuja programação envolveu todo o dia, foi motivação suficiente para reunir autoridades políticas e religiosas locais, para enfeitar a igreja com produtos da terra, organizar um repicar de fogos, entoar o hino nacional pela banda municipal e convidar o coral para acompanhar a missa oficiada pelo bispo. Na homilia, depois de falar sobre a importância da oração, Dom Olívio cedeu a palavra para que o pastor Werner Fuchs falasse *“sobre a luta dos agricultores que já estavam na ocupação pacífica das entradas aos escritórios da Itaipu em S. Helena no seu 12º dia”*.¹⁸⁸ O gesto foi marcado por simbologia toda especial porque o local da fala – o altar –, os atores da fala – bispo e pastor –, a quem e o conteúdo do que falavam – para agricultores envolvidos com as indenizações de Itaipu – eram proferidos num momento de profunda insegurança e medo pelas decisões a serem tomadas pela Itaipu ou mesmo pelas lideranças e agricultores envolvidos. O ecumenismo, nessas ações, tinha uma implicação política no cotidiano do movimento e um posicionamento claro e decisivo diante da Itaipu. Sobre o acampamento, menção feita à citação acima, voltar-se-á à frente.

Os gestos envolvendo as duas igrejas pareciam ser comuns nesse momento. Em uma longa entrevista realizada com o então pastor Gernote Kirinus, deputado estadual eleito em novembro de 1978 e cujas reeleições o fariam permanecer na Assembléia Legislativa até fevereiro de 1991, fica claro que as causas comuns, isto é, a preocupação com o bem-estar da comunidade atingida pelo flagelo da desapropriação era prioridade diante da preocupação com os dogmas de fé e com as disputas eclesiásticas. Perguntado sobre a mobilização e as razões que

viver juntos e unidos como irmãos”. Já a Igreja Luterana de origem norte-americana, não tinha esta abertura ao espírito ecumênico assim como as Igrejas Pentecostais. Me parece que também não procuramos muito estas igrejas pentecostais. Quem sabe, poderíamos ter feito mais neste sentido. Cf. MEZZOMO, Frank Antonio. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial no Oeste do Paraná..., op. cit., p. 82.

¹⁸⁸ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Missal, 27 julho de 1980. Fragmento da passagem do livro tombo retrata: “Após a missa foi realizada hora cívica em frente à matriz e em seguida se deu o desfile de carros alegóricos, tratores agrícolas e outros veículos e a benção dos mesmos”, p. 14.

justificavam o envolvimento de parte da hierarquia católica e luterana e seus respectivos fiéis, ele comenta:

O que Deus não consegue unir pelo amor, falo-a através da dor. A opção que me levou a aceitar o convite do pastor Kurt para procurar uma paróquia no Oeste se deu exatamente por acreditar que as pessoas que vivem em situações extremas de necessidade são mais solidárias entre si. Por outro lado são menos conservadoras visto que tiveram que deixar para traz tradições que pouco ajudava nesta nova fronteira. O Oeste do Paraná era uma região de colonização recente. A árdua tarefa de desbravar a selva hostil forçava a união entre seus habitantes. Católicos ajudavam luteranos a construir suas capelas e vice-verso. Vivenciei situações em que católicos oficiavam seus cultos em templos luteranos ou tinham suas capelas próximas o que facilitava a manutenção de um único pavilhão de festas. Nos grupos de reflexão na minha paróquia de Entre Rios do Oeste participavam tanto católicos como luteranos. Eu tinha grupos de jovens em que a presença de jovens católicos era a maioria. Temos que entender que os problemas sociais não têm uma religião específica. As metáforas bíblicas nas quais se baseiam as inúmeras leituras de mundo que se pode fazer a partir de uma mesma realidade são as mesmas entre as religiões de origem cristã, tanto católica como protestante. Esta leitura de mundo dispensava os dogmas e questões doutrinárias que poderiam sim gerar conflitos além de serem alienantes.¹⁸⁹

As comunidades luteranas no Oeste do Paraná, sobretudo em municípios como Marechal Cândido Rondon, Toledo e Santa Helena, eram consolidadas tendo em vista a forte migração acontecida desde finais da década de 1940 dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e por serem acompanhadas por pastores cujas atividades socioreligiosas se tornaram muito intensas.¹⁹⁰ Com isso, representantes da IECLB foram assumindo papel de liderança e atuando conjuntamente com membros da Igreja Católica uma vez que os problemas sociais envolviam toda a comunidade indistintamente.

Na avaliação do pastor Werner Fuchs, a convivência ecumênica havia sido construída nos anos de 1970 por iniciativa de alguns padres e pastores do Oeste do Paraná, dentro da perspectiva das Comunidades Eclesiais de Base. A própria criação da CPT/PR em 1976, num encontro da pastoral rural em Ponta Grossa, foi

¹⁸⁹ MEZZOMO, Frank Antonio. Gernote Kirinus: a cruz e a política: leituras do pastor e político. MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais...**, op. cit., p. 44.

¹⁹⁰ A organização da CPT no Paraná, a partir de meados da década de 1970, sobretudo no Oeste, é tributada ao empenho e dedicação de pastores da IECLB como Kurt Hattje, Gernote Kirinus e Werner Fuchs.

ecumênica, tendo à frente dois coordenadores: o padre João Mors de Medianeira e o pastor Gernote Kirinus, de Marechal Cândido Rondon/Entre Rios. Quando dos problemas sociais decorrentes da construção da hidrelétrica de Itaipu, padres e pastores em conjunto com as comunidades realizaram diversas atividades conjuntas.¹⁹¹

Para a pesquisadora Guiomar Germani, que faz uma descrição e análise detalhada dos acontecimentos, os conflitos entre Itaipu e proprietários podem ser divididos em três momentos marcantes: o primeiro compreende o período de 1973 a 1977, quando são feitas as primeiras indenizações; o segundo, de 1978 a 1979, balizado por duas grandes assembléias populares acontecidas na cidade de Santa Helena; e o terceiro momento, nos anos de 1980 a 1981, quando ocorre a consolidação do movimento Justiça e Terra e são organizados dois grandes acampamentos, um em Santa Helena e outro em Foz do Iguaçu.¹⁹² Dom Olívio esteve diretamente envolvido nos dois últimos momentos, participando de reuniões, assembléias, passeatas, assinando cartas de reivindicação e publicando notas hipotecando apoio àqueles que deveriam ser indenizados. O apoio explícito do bispo à causa dos desapropriados não fechará o canal de diálogo com os signatários da Itaipu, seja como interlocutor das questões vinculadas aos movimentos sociais, seja para solicitar apoio financeiro da Itaipu na estruturação física de capelas, centros comunitários, creches, entre outras.

Durante esses anos, pode-se dizer que houve uma verdadeira luta pela conquista dos corações e mentes da opinião pública, das lideranças locais e regionais e das autoridades constituídas. Os protagonistas das disputas, Itaipu e envolvidos com as desapropriações, intensificaram seus contatos e adotaram diversas estratégias a fim de conquistar apoio e adesão pública à causa defendida. As atuações destes últimos serão muito mais modestas porque limitados financeiramente e com pouco recurso humano. O projeto Itaipu está ancorado na geopolítica do governo militar a estruturar ações em todo o território nacional. A concepção modernizante passava, fundamentalmente, pela execução de projetos grandiosos, empreitadas de vulto, especialmente na área da construção civil. O discurso do sacrifício humano para o progresso inexorável da nação é um

¹⁹¹ MEZZOMO, Frank Antonio. Werner Fuchs: um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu..., op. cit., p. 100.

¹⁹² GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 65.

chamamento constantemente invocado nas falas dos representantes do regime militar. Como se pôde constatar, esse recurso da doação do indivíduo por uma causa maior é fartamente encontrado na justificação e explicação acerca da necessidade da construção da hidrelétrica de Itaipu.¹⁹³

Para Carlos Fico, a alegação do pedido de sacrifício do povo sempre se fundou numa articulação temporal simplista: sacrifício no presente, pois se tem confiança no futuro; logo, são transitórios os sacrifícios, porque é certo o destino de grandeza do país. Além do mais, havia a crença profunda na capacidade de planejamento técnico dos economistas e da burocracia de especialistas, podendo-se *“encarar com tranqüilamente o futuro que já está próximo de nós, escudados na confiança em que ultrapassamos, sem grandes delongas, a fronteira do desenvolvimento pleno, graças ao elevado coeficiente de racionalidade, aceitação das verdades mesmo duras e de um sereno pragmatismo responsável”*.¹⁹⁴ No entendimento de Fico, os militares supunham ter inaugurado um novo tempo, em que se viveria um patamar de desenvolvimento econômico ao qual deveria corresponder um grau equivalente de desenvolvimento civilizacional, por assim dizer. Por isso, os filmes e demais propagandas ensinavam como as pessoas

¹⁹³ Exemplo de ordem e progresso é o discurso de Costa Cavalcanti feito na Assembléia Legislativa do Paraná em 29 de julho de 1979: “rompendo os grilhões do subdesenvolvimento, em contínuo esforço, objetivando propiciar cada vez melhor qualidade de vida ao nosso povo. Para tanto, temos que lançar mão dos recursos naturais que possuímos, dos avanços tecnológicos conhecidos e da capacidade de nossa gente”. Indagado sobre os custos sociais e econômicos provocados pela obra, o general Costa Cavalcanti responde: “Primeiro, este fato é fruto de uma política energética do Brasil que não compete a mim discuti-la. Sou peça pequena que está cumprindo uma obra neste conjunto de obras conseqüentes a uma política energética. A política indica que se decidiu pelo aproveitamento máximo dos recursos naturais hídricos para a produção de energia. Se, porventura, não tivermos esta condição, teremos que ter outra fonte de energia. Todos nós sabemos que sem energia não pode haver desenvolvimento e nem progresso. Isto é ponto pacífico. A energia sozinha não é suficiente, mas, sem ela, não pode haver desenvolvimento, nem progresso. Se precisamos desta energia, se temos os recursos naturais hídricos, se temos os cursos d’água, vamos aproveitar estes recursos naturais existentes. Do contrário, teríamos que ir para o petróleo a 12 dólares o barril, petróleo que não temos e eu mostrei aí que, para produzir 70 bilhões de quilowatts/hora ano, seria preciso aumentar nossas importações de petróleo em mais de um bilhão de dólares por ano. Estamos importando atualmente mais de três só para gerar o que a Itaipu gera, teria que se aumentar mais de 1 bilhão a preços de hoje de dólares anuais de petróleo”. Em tese defendida em 2006, Maria de Fátima Ribeiro faz uma interessante discussão sobre a propaganda alardeando ordem e progresso pelo governo militar e em torno da construção da Itaipu. Assim se refere: “A propaganda instituída pelos militares misturava apelos emocionais, na argumentação de um Brasil que necessitava crescer e, atingia diretamente o indivíduo agindo sobre os mais diferentes grupos sociais, com a sociedade sendo embalada pelo ufanismo de pensar um Brasil grande. Este gigantismo institui-se no imaginário que encontrou em Itaipu seu símbolo perfeito. Cartazes da propaganda militar reforçavam estas idéias: ‘Ontem, Hoje, Sempre Brasil’. ‘Ninguém mais segura este país’. ‘Até 1964, o Brasil era apenas o país do futuro. E, então, o futuro chegou’ e, ainda, ‘Brasil: Ame-o ou deixe-o’”. Cf. RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Itaipu, a dança das águas**..., op. cit., p. 172.

¹⁹⁴ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 41.

deveriam ser, se portar.¹⁹⁵ Especificamente no caso de Itaipu, há todo um aparato técnico e profissional voltado para a produção de notas e artigos escritos e publicados na imprensa local e regional, filmes e vinhetas para serem veiculadas em programas radiofônicos, programação de visitas à construção de Itaipu, entre outros, como meio de divulgar e mostrar que a grandiosidade da obra deveria suplantar toda e qualquer contingência existente.¹⁹⁶ A Figura 13 era uma manifestação dissimulada da recusa desse imaginário.

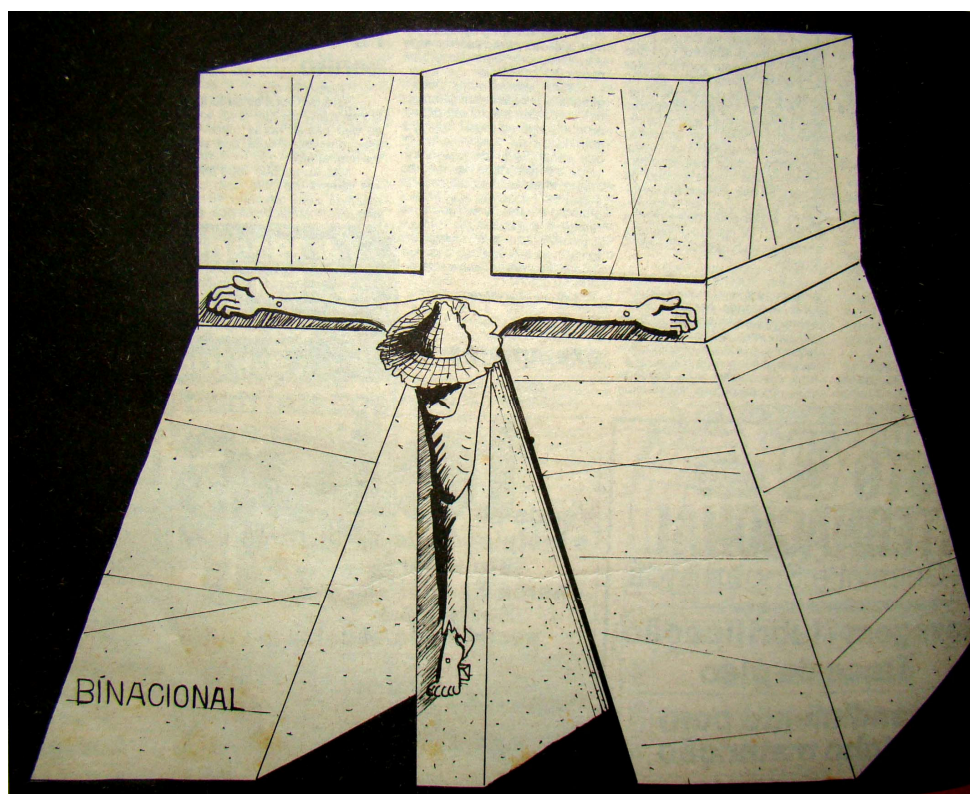


Figura 13: Charge do símbolo da Itaipu crucificando agricultor.
Fonte: “*Jornal Nosso Tempo*”, 1º a 7/3/1981, p. 20.

¹⁹⁵ Id., *ibid.*, p. 133.

¹⁹⁶ Guiomar Germani descreve como era realizada a divulgação da Itaipu desde 1974: A comunicação da obra e os esclarecimentos à população foram feitos através de reuniões, que começaram em Foz do Iguaçu, seguindo-se depois por outros municípios e distritos. A equipe da Itaipu reunia-se nas comunidades, nas escolas, distribuíam *posters*, cartazes, fizeram *jingles* na rádio com Teixeira e Zé Bétio ‘que são pessoas com penetração na região’, distribuíam folhetos para explicar o que ia ocorrer. Nessas reuniões passavam filmes demonstrando a grandiosidade da obra e a sua importância para o país. Cf. GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 70. Sobre essa problemática, considera Belo que “Os conflitos e percalços que fizeram parte da história da construção da hidrelétrica não são acessíveis a todos, pois as contradições da grandiosidade da obra foram estrategicamente maquinadas pelos tecnocratas da empresa e do Estado que, através da mídia, com uso de jornais, televisão e rádio, souberam escamotear os fatos negativos da obra, assim como, em muitos momentos, a tácita doutrinação contribuiu para disseminar as notícias que convinham. Os jornais da Itaipu, primeiro chamado de Canal de Aproximação, depois o Mega News e, atualmente, de jornal de Itaipu, demonstram uma linha editorial que, reiteradamente, enaltecem a Itaipu”. SOUZA, Edson Belo Clemente. **Estado: produção da região do lago de Itaipu...**, op. cit., p. 113.

Entretanto, os discursos construídos¹⁹⁷ precisavam estar assentados numa comunidade de imaginação, do contrário tenderiam a ser meros símbolos ou floreios lingüísticos. Conforme justifica Baczko, os símbolos somente são eficazes quando *“assentam numa comunidade de imaginação. Se esta não existe, eles tem tendência a desaparecer da vida coletiva ou, então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas”*.¹⁹⁸ Destarte, é perceptível que, aos poucos, vão se esgarçando as relações de tolerância e compreensão, e o discurso tão propalado de que as indenizações seriam justas vai perdendo sentido, haja vista o descompasso com a realidade.¹⁹⁹ Na compreensão de Mazarollo,

¹⁹⁷ Uma matéria publicada em fevereiro de 1978 retrata as estratégias utilizadas para divulgar e construir uma concepção harmônica acerca da Itaipu e flagrante apologia ao papel desempenhado pela hidrelétrica: “em 1977 perto de cinquenta projeções cinematográficas quase 10 áudio-visuais, além de dar apoio e acompanhamento ao pessoal técnico responsável por produções cinematográficas e fotográficas, que beiraram o número de cinquenta. Sempre de portas abertas à imprensa, a equipe da ARP (Assessoria de Relações Públicas) recebeu e prestou informações a mais de 130 jornalistas, dentre os quais vários correspondentes estrangeiros. No relacionamento cotidiano, constam a Rádio Cultura (local) a TV CULTURA, CANAL 8 de Maringá (único canal a entrar em Foz) e com o nosso O PARANÁ, este com presença permanente às solicitações daquele setor. Além desses, um contato contínuo é mantido com os demais jornais e revistas da Região, além da assídua visita de correspondentes de revistas e jornais de circulação nacional, como o JB, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e as revistas Veja e Isto é, Manchete, entre outros... A construção de Itaipu gerou uma invasão pacífica nos quadros da comunidade iguaçuense, de milhares de pessoas, alterando de certa maneira o ‘modus vivendi’ da população, fato este de tranqüila absorção em virtude da política de integração que norteia a direção da empresa binacional, seguida à risca e com dedicação por todos os setores de sua estrutura funcional. A participação nas atividades comunitárias, a afinidade de interesses, a identificação dos objetivos, apesar, evidentemente, a da diferente rotina de trabalho, retrata hoje uma grande e homogênea comunidade, aproximando ainda mais a população da vizinha nação paraguaia”. Cf. **Dezesseis mil pessoas visitaram Itaipu em 77**. JORNAL O PARANÁ, 1º de fev. 1978, p. 4.

¹⁹⁸ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. **Enciclopédia Einaudi, tomo 5 – Antropos-homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986, p. 325.

¹⁹⁹ Guiomar Germani enumera 15 razões pelas quais o imaginário da ordem e progresso social fartamente construído pela Itaipu foi, aos poucos, se desgastando e dando mais força e legitimidade para o movimento Justiça e Terra. Assim enumera: A)- a promessa não cumprida de que até 1978 estariam indenizada as terras e teriam condições de se colocar em nova área; B)- o preço proposto era baixo e seus critérios desconhecidos. Além do mais, os colonos não concordavam com a classificação, contra o argumento capitalista da empresa, das terras, pois a finalidade da terra seria o alagado e não o cultivo; C)- Itaipu não entregava nenhum laudo ou documento de avaliação. Quer dizer, além de, quando entregava, o papel era de embrulho, não destacava o valor das benfeitorias e fazia um preço médio de toda a bacia; D)- indenizações eram individuais e salteadas. Não havia justificativa razoável. Mais parece uma forma de desmobilizar; E)- os posseiros não estavam recebendo nada pelas terras. Somente pelas benfeitorias e pelos benefícios. Quer dizer, a promessa da Itaipu em regularizar para indenizar não estava sendo respeitada; F)- eram feitas pressões para aceitação das propostas. Como: * ficaria sozinho no local, pois todos sairiam; * caso não aceitassem, entregariam a questão à justiça; * não aceitar significava ter que esperar quando a nova proposta fosse feita. Desvantagem: as terras teriam subido de valor; * medo de lidar com a justiça; G)- na medição feita pela Itaipu, eram descontados os rios e estradas. Esta é uma contradição com o item b, pois aqui as condições naturais não são consideradas; H)- a rede de eletrificação não era indenizada; I)- antes de receberem o valor da indenização, eram descontados possíveis financiamentos em bancos. “Se o colono tivesse algum financiamento com este Banco, cuja garantia fosse a hipoteca da terra, uma vez que esta estava sendo alienada, o valor total do financiamento era descontado do montante que ele tinha que receber, independente do prazo para saldar o financiamento. Ele recebia

Os idealizadores e construtores da Itaipu – de resto feitos à imagem e semelhança do sistema materialista e do regime despótico a que serviam no Brasil e no Paraguai – não eram capazes de ver algo mais além de números, cálculos, projetos de engenharia, pesos e medidas. A eles não ocorria que a metáfora e a técnica não têm resposta para tudo, nem que a ciência e a tecnologia podem ferir o ser humano.²⁰⁰

Tais elementos contribuíram para desgastar a imagem da Itaipu e do próprio governo. Para Germani, à medida que Itaipu agia na área, a população foi percebendo que ela se apresentava tal qual *“os jagunços que haviam enfrentado, tal qual um ladrão a quem tinham que entregar tudo o que haviam construído até então. Eles foram ficando cada vez mais preocupados diante da situação de ameaça”*.²⁰¹ Cada vez mais revoltados porque começavam a perceber o que significava Itaipu e, por extensão, o Estado que perdia aos poucos a legitimidade entre os envolvidos com as indenizações.

É consenso para a historiografia regional a tensão existente nas negociações realizadas entre a Itaipu e os desapropriados. Ao mesmo tempo em que se consolida o movimento de resistência, em função da presença da CPT/CPJP/Líderes religiosos e do apoio externo de entidades de classe, os ânimos de ambas as partes são acirrados. A relação amistosa existente no início das indenizações beira, em determinados momentos, a tensão e conflito iminente. Nesse percurso, Dom Olívio está presente e vai, junto ao apoio aos desapropriados, alertar freqüentemente para que as negociações fossem amigáveis. Não foi omissor e, nos momentos em que as atitudes poderiam desencadear em violência, optou por estratégias consensuais, embora nem sempre consoantes às expectativas de alguns líderes e pessoas lidadas aos desapropriados.

somente o saldo restante desta operação”. Além do mais, bancos da região solicitavam uma certidão negativa da Itaipu, garantindo que, para novos financiamentos a terra não pertencia a área a ser alagada; J)- as vilas eram indenizadas antes da área rural: sem escola, alimentação, combustíveis como viveriam os colonos? Era para pressionar; K)- o remanescente da propriedade não era indenizada. Somente em caso de representar menos de 20% da área total; L)- após o alagamento, muitas vilas ficarão isoladas; M)- muitos são idosos e não têm condições de enfrentar a abertura de novas lavouras; N)- muitos não tem senão a opção da cidade com maneira de sobreviver; O)- não havia preocupação da Itaipu com reassentamento dos desapropriados. Seu procedimento foi somente indicar relação de colonizadoras credenciadas que promoviam comercialização das terras, na maioria, para Mato Grosso e Rondônia. Cf. GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 74 – 79.

²⁰⁰ MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça...**, op. cit., p. 41.

²⁰¹ GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 79.

Tudo indica que o bispo tinha trânsito livre e era muito prestigiado quando falava nas assembléias, reuniões e passeatas: *“Com gritos de entusiasmo os lavradores receberam às 15 horas de ontem a visita do Bispo de Foz do Iguaçu”*. Nesta, como nas demais oportunidades, recomendava que *“aguardem com calma as negociações, ‘com confiança de que tudo será possível resolver com ordem, paz e confiança na Justiça’”*.²⁰² Na compreensão de Germani, não somente o bispo como padres e pastores são pessoas respeitadas e ouvidas, não só em relação aos assuntos religiosos, mas também nos outros aspectos que dizem respeito à vida de seus paroquianos. Eles participam e são participados de tudo o que acontece. As capelas, constituídas pelas comunidades religiosas, sempre foram pontos de referência, não só para os atos litúrgicos, como também para as festas, churrascos e cantorias.²⁰³

Na longa entrevista ao jornal *“Nosso Tempo”*, já mencionada, ao ser indagado sobre possíveis restrições ao movimento dos desapropriados, Dom Olívio responde:

Poderia ter restrições quanto ao método. Por exemplo, no passado no movimento de julho (refere-se a 1980), quando estavam acampados em Santa Helena, eu não aceitei a idéia deles virem acampar em Foz do Iguaçu. Achei, na época, que os colonos haviam conseguido vitórias suficientes para não realizarem a demonstração. Mas neste ano, eu apoiei a marcha para Foz do Iguaçu e a concentração porque efetivamente Itaipu não vinha cumprindo com os compromissos e promessas assumidas por ela de comum acordo com os agricultores, que estavam de fato em situação muito difícil. Quanto às idéias e reivindicações dos colonos, eu sempre achei justa e merecedoras de todo o apoio da Igreja.²⁰⁴

Episódio marcante, tanto para o movimento dos desapropriados quanto para Dom Olívio, aconteceu em outubro de 1978, momento em que Germani compreende como a segunda fase dos contatos com Itaipu. O Projeto Arca de Noé²⁰⁵ havia

²⁰² **Costa Cavalcanti chegou e fala hoje com agricultores.** JORNAL O PARANÁ..., op. cit., 19 de mar. 1981, p. 1.

²⁰³ GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 72.

²⁰⁴ **A fala do bispo.** JORNAL NOSSO TEMPO..., op. cit., p. 14.

²⁰⁵ O Projeto Arca de Noé, idealizado por pastores luteranos e padres, estava ligado à Comissão Pastoral da Terra. Foi organizado inicialmente nas comunidades evangélicas de Porto Britânia, pertencente à paróquia de Pato Bragado. Na seqüência, estendeu-se para Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon. Cf. GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 81 ss. Juvêncio Mazzarollo faz a seguinte referência ao Projeto: Em 31 de março de 1978 houve encontro em Marechal Cândido Rondon. Criaram o Projeto Arca de Noé para salvar os agricultores do dilúvio anunciado por Itaipu. O Projeto buscava definir objetivos, justificativa, métodos

inaugurado, desde março daquele ano, atividades de reflexão e reuniões nas comunidades a fim de discutir a questão da desapropriação. Contudo, dia 16 de outubro é compreendido como marco da mobilização popular. O pastor Kurt Hattje, secretário interino da CPT, convocou uma assembléia em Santa Helena, com o objetivo de se formularem as queixas e reivindicações para serem levadas ao presidente da República, Ernesto Geisel, que estaria, no próximo dia 20, em Foz do Iguaçu, para inaugurar o canal de desvio do rio Paraná. A preparação da assembléia, que reuniria em torno de mil e quinhentas pessoas na frente da paróquia daquela cidade, teve momentos de dificuldades. Pastor Fuchs comenta que Dom Olívio foi pressionado pela Itaipu para intervir e cancelar a assembléia, a que teria respondido que havia uma equipe responsável que gozava de total autonomia.²⁰⁶ Pastor Kurt, idealizador do encontro, foi intimado a comparecer na delegacia de Polícia de Marechal Cândido Rondon na mesma hora e data da realização da assembléia. Havia, da parte de Itaipu e Polícia Militar, temores de que o aglomerado de pessoas provocasse tumultos e chamasse a atenção da mídia.

Impasses à parte, a assembléia foi realizada, tendo sido aprovados três encaminhamentos: realizar um baixo-assinado contendo os principais problemas e as propostas de soluções a serem entregues ao Presidente da República; continuar debatendo os problemas e, se necessário, realizar novas assembléias populares.²⁰⁷ O jornal *“Poeira”*, informativo da CPT, em edição especial cuja capa, ilustra a água saindo dos vertedouros alagando casas, igrejas, carros e plantações (FIGURA 14), e publica o resultado da assembléia contendo o documento final. Estruturado em duas partes, a primeira aponta vinte e três causas que afligem a população e, a segunda, apresenta quinze reivindicações dos envolvidos nas indenizações feitas por Itaipu. Até para evitar que os candidatos às eleições proporcionais,²⁰⁸ a serem realizadas

e recursos junto aos agricultores que se viam envolvidos pelas propostas de indenização de suas terras por Itaipu. Diz a justificativa: Sem colocar em dúvida um empreendimento de tamanha importância para Nação, como é Itaipu, nós nos importamos, de fato, com o homem. Eles merecem nossa consideração, nosso apreço, nosso empenho. Nesse sentido foram dispensados esforços para reunirem-se em grupos de reflexão a fim de discutirem sobre a política de indenização apresentada por Itaipu. Cf. MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça...**, op. cit., p. 58 – 60.

²⁰⁶ MEZZOMO, Frank Antonio. Werner Fuchs: um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu..., op. cit., p. 103 – 104.

²⁰⁷ GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 86.

²⁰⁸ As eleições parlamentares brasileiras de 15 de novembro de 1978 foram disputadas em dois níveis: eleições majoritárias para o Senado Federal e eleições proporcionais para Deputado Federal e Estadual. Nesse momento, apenas dois partidos são legais no Brasil: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), composta pelos que apóiam o regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no qual estão integradas, em tese, as forças da oposição.

daí a um mês, tirassem proveito da situação e, para agilizar os trabalhos, foi escolhida uma comissão de agricultores que, acompanhados de três religiosos, Dom Olívio, padre Valentim e pastor Fuchs, deviam marcar audiência com Presidente Geisel. Em entrevista a esta pesquisa, pastor Fuchs comenta que, embora políticos e sindicalistas oportunistas se oferecessem para intermediar a entrega do documento ao Presidente, Dom Olívio dispensou-os e disse que conseguiria pelos seus contatos. Isso de fato aconteceu, embora a audiência, realizada no dia 19 de outubro, tenha sido com o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki.²⁰⁹



Figura 14: Capa de jornal associando Itaipu à destruição das comunidades.
Fonte: Informativo "Poeira", n. 5, novembro de 1978.

²⁰⁹ MEZZOMO, Frank Antonio. Werner Fuchs: um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu..., op. cit., p. 104.

Nos trabalhos de campo realizados no mês de fevereiro de 2007 foi localizada, na cúria de Foz do Iguaçu, uma carta assinada por Dom Olívio, pelo pastor Fuchs e pelo padre Valentim Dal Pozzo, pároco de Santa Helena, epicentro da mobilização. Datada em 19 de outubro de 1978, está endereçada ao Presidente Geisel com cópia ao General Costa Cavalcanti, Diretor Geral da Itaipu, e a Alysson Paulinelli, Ministro da Agricultura. A missiva tinha por objetivo apresentar o documento produzido pela assembléia realizada no último dia 16 de outubro. Trazendo a identificação da CPT, subordinada a linha 2 do Regional Sul II, os autores escreveram:

O Documento constitui a expressão de um trabalho da Comissão Pastoral da Terra, em fidelidade ao Evangelho, e de cunho ecumênico, junto ao povo do Oeste do Paraná. Fazemo-nos humildemente porta-vozes dos sofrimentos e anseios do trabalhador rural a ser atingido pelas águas da Itaipu-Binacional. Na certeza de que estes lavradores recebam pronto atendimento de V. Excia, agradecemos desde já.²¹⁰

O material foi entregue a Shigeaki Ueki, Ministro de Minas e Energia, que após ouvir as reivindicações da comissão dos desapropriados, prometeu que o INCRA instalaria um escritório em Foz do Iguaçu, para acelerar o processo de documentação das terras e promover o deslocamento dos indenizados para outras áreas. A única solicitação atendida, das quinze apresentadas, foi a possibilidade de transferirem as hipotecas existentes para outros imóveis.²¹¹

Os trabalhos da CPT/CPJP e lideranças se tornaram intensas desde então. As atividades mais freqüentes eram reuniões com os desapropriados, contatos com o legislativo paranaense e entidades de classe como a FETAEP e sindicatos classistas, negociações com o INCRA e com a Itaipu. Outro expediente freqüentemente utilizado foi a elaboração de informes e artigos na imprensa a fim de dar publicidade aos encaminhamentos tomados. Em muitas oportunidades, a mídia impressa tornou-se o canal de comunicação para os interessados e local de disputa entre o movimento e a Itaipu. Ao percorrer os jornais da região e, em muitos casos, de circulação estadual e nacional, é visível o espaço reservado para noticiar os acontecimentos em torno da construção e crise social gerada a partir da usina de

²¹⁰ FAZZA, Olívio Aurélio; DAL POZZO, Valentim; FUCHS, Werner. **Carta enviada ao General Ernesto Geisel – Presidente da República do Brasil**. Foz do Iguaçu, 19 de outubro de 1979.

²¹¹ LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de um mega projeto...**, op. cit., p. 371.

Itaipu.²¹² Em 1980 e 1981 dois eventos tornaram-se particularmente interessantes, tendo em vista o envolvimento de Dom Olívio.

Até julho de 1980 apenas 60% das propriedades rurais e urbanas haviam sido desapropriadas. Entre estas, aproximadamente 1.300 aguardavam a titulação do INCRA. As áreas de posse que não sofreriam a interferência do INCRA não estavam sendo pagas integralmente. Para essas pessoas havia sido prometido pela expropriante o pagamento de 50% da terra nua, entretanto somente para os benefícios e para as benfeitorias haviam sido efetuadas as indenizações. Conforme Lima, essa situação levou o movimento dos desapropriados à radicalização. Como Itaipu parecia não dar atenção às solicitações, organizou-se um abaixo assinado contendo 1.200 assinaturas, que foi enviado a empresa, em 23 de junho de 1980, com uma relação de reivindicações.²¹³

Não tendo surtido o efeito desejado, a decisão foi organizar o primeiro acampamento em frente ao escritório da Itaipu, em Santa Helena, no dia 14 de julho

²¹² Um exemplo de tensão envolvendo Itaipu e a CNBB foi a publicação do documento *“Mausoléu do Faraó”*. Publicado em agosto de 1978, o documento de 50 páginas expôs ácidas queixas dos agricultores e diversas acusações contra os métodos de indenização adotados pela binacional. Numa parte do documento consta o reclamo do bispo Dom Armando Círio, da diocese de Toledo, em ter ouvido pessoalmente do diretor geral de Itaipu, Costa Cavalcanti, de que a presença da Igreja seria apenas tolerada na obra. Em 22 de outubro de 1978 a *“Folha de São Paulo”* divulgou o documento em matéria que trouxe o título *“CNBB denuncia o medo em Itaipu, ‘a cidade proibida’”*, de Helival Rios. A partir de então, teve início uma série de manifestações por parte da hidrelétrica, da CPT, padres e bispos, e da CNBB. Em resposta à matéria divulgada, o mesmo jornal, no dia 29, publicou *“Itaipu contesta CNBB”*. Numa longa entrevista, Pedro Paulo de Salles Oliveira, da assessoria de Relações Públicas, prestou esclarecimentos alegando que o documento *“Mausoléu do Faraó”* é fantasioso e divulga situações e dados irreais: *“O Mausoléu do Faraó”, sobre o qual versou a matéria que a Folha estampou domingo último, não traduz certamente a realidade e é, conforme o próprio jornal ressaltou posteriormente, em editorial, uma ‘inexplicável rendição à demagogia’, repleta de ‘excessivas concessões à literatice’. Duvidamos que qualquer pessoa de bom senso se disponha a endossar uma afirmativa como aquela constante da referida publicação, de que Itaipu ‘é um empreendimento faraônico, que nada tem a ver com as necessidades fundamentais e mais urgentes dos povos brasileiro e paraguaio’. A Itaipu muito se preocupa com os aspectos sociais e humanos que estão envolvidos no Projeto e sempre procurou dar tratamento cristão ao homem. (Em relação à restrição da presença da Igreja na obra) sua falsidade é também manifesta pois, em verdade, sempre existiu bom relacionamento com todas as igrejas, bem como o maior respeito pela liberdade da sua ação pastoral na área do Projeto”*. Cf. **Itaipu contesta a CNBB**. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 29 de out. 1978. Essa manifestação do assessor da Itaipu não ficaria sem resposta. Em 14 de dezembro desse mesmo ano, em Cascavel, a CPT juntamente com a CPJP divulgou uma nota à imprensa com o propósito de contestar Itaipu. Foram coletados depoimentos dos atingidos referentes ao drama e insegurança que estão sentindo. Ainda em julho desse ano, Dom Ivo, secretário da CNBB, deu a seguinte entrevista ao jornal *“Folha de São Paulo”*: *“Se ele disse isso (diretor geral de Itaipu de que a presença da Igreja seria apenas tolerada), o mínimo que posso considerar é que esta é uma das frases mais lamentáveis e infelizes que um homem público já pronunciou. Se ele não disse, esperamos que se explique porque, de nossa parte, posso garantir que a Igreja vai estar presente no projeto de Itaipu através de suas duas dioceses, (Cascavel e Foz do Iguaçu) – queira o ‘chefe’ ou não”*. Cf. **Igreja não deixará Itaipu, diz dom Ivo**. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 19 de jul. 1978. As novas dioceses de Foz do Iguaçu e Cascavel seriam instaladas oficialmente somente no mês de agosto deste mesmo ano.

²¹³ LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de um mega projeto...**, op. cit., p. 384 – 385.

de 1980.²¹⁴ Decidiram, então, elaborar cartazes, cada qual fazer sua comida, não levar bebida alcoólica, somente chimarrão, criar um sistema de autofalantes no acampamento em que somente as pessoas autorizadas podiam falar. A recomendação é que não levassem armas de fogo, porque o movimento é pacífico.²¹⁵ A partir das 7 horas os agricultores começam a chegar. Rezam o culto ecumênico, cantam o Hino Nacional e logo se concentram no exame da situação, em assembléia. Marcelo Barth, agricultor de Itacorá, leu discurso de abertura dirigido aos amigos e companheiros de causa. Pela manhã havia cerca de 200 pessoas e, no final da tarde, aproximava-se a 800. As emissoras de rádios contribuíram para o anúncio da mobilização.²¹⁶ Este episódio consolidava um percurso de mobilização iniciado com o “*Projeto Arca de Noé*”, que doravante se confirmaria e amadureceria no “*Movimento Justiça e Terra*”, em torno do qual as ações dos desapropriados seriam desenvolvidas.²¹⁷ As palavras *Justiça e Terra* (ANEXO 2) também viraram um bordão freqüentemente utilizado como grito de luta nas reuniões e passeatas, assim como em panfletos, cartazes, faixas, poesias e prosas criadas pelos desapropriados.

O acampamento se estendeu até o dia 29 de julho e foi marcado por muita discussão, negociações com o INCRA, com a Itaipu e com o governo do estado, celebrações ecumênicas e reflexões bíblicas, atos cívicos de entoação do Hino e

²¹⁴ A pauta reivindicatória inicial, já que na medida em que se prolongava o acampamento eram adicionados novos itens, constava: 1) reajuste de 100% nos preços de indenizações, inclusive para os que fizeram acordo mas ainda não receberam o pagamento; 2) correção do preço a cada 90 dias; 3) pagamento num prazo máximo de 15 dias depois da celebração do acordo; 4) indenização das redes elétricas; 5) terras no Paraná; 6) maior rapidez por parte do INCRA na regularização fundiária. MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça...**, op. cit., p. 87. Sobre a ampliação da pauta, ver página 91 e 92.

²¹⁵ GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 114 – 115.

²¹⁶ MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça...**, op. cit., p. 85 – 86. A historiadora Ivone Lima narra este acontecimento: “No dia 14 de julho de 1980, os expropriados se aproximaram, trancaram a rua com maquinários agrícolas e caminhões e colocaram uma faixa no portão do escritório, onde amarraram uma corrente. Em cima da carroceria de um caminhão instalaram uma aparelhagem de som que serviria de rádio e, foi chamada Rádio Justiça, operando na rua da injustiça com 8 mil homens de força. Esta, funcionava com canal de discussão, informação e até mesmo, diversão, pois trovadores e sanfoneiros chegavam para animar os acampados. Houve incentivo por parte dos líderes, para que os manifestantes que fossem poetas ou músicos criassem versos sobre o problema. O apelo era para que todos participassem e se unissem”. LIMA, Ivone Carletto. **O jagunço moderno: os pousos no processo de desapropriação da Itaipu Binacional (1905 – 1982)**. Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História no convênio entre a Universidade Estadual do Centro Oeste Paranaense – UNICENTRO – de Guarapuava e a Universidade Estadual Paulista – UNESP – Assis, 1999, p. 166.

²¹⁷ Tanto Lima, como Germani e Mazzarollo creditam a esse acampamento o início do movimento Justiça e Terra. Conferir LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de um mega projeto...**, op. cit., p. 386; GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 115 e MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça...**, op. cit., p. 80.

hasteamento da Bandeira Nacional, estudo da situação e das propostas feitas pela binacional, visitação de autoridades políticas e religiosas de todo o Brasil, recebimento de mais de 200 notas de apoio vindas de entidade de classe etc. Em Curitiba, o arcebispo Dom Pedro Fedalto contatou o governador Ney Braga solicitando sua intervenção junto à Costa Cavalcanti, presidente geral da Itaipu. Em Brasília, o presidente nacional e do Paraná da CPJP, Cândido Mendes e Wagner D'Angelis, respectivamente, recorriam aos ministérios da Agricultura e das Minas e Energia, assim como, na companhia de Dom Luciano Mendes, secretário da CNBB, marcavam audiência com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, pedindo intervenção em defesa dos desapropriados.²¹⁸

Com o passar dos dias no acampamento e poucos resultados positivos, algumas alternativas passaram a ser cogitada para fazer maior pressão e chamar atenção da opinião nacional. Ações mais radicais foram aventadas, como o fechamento da Br 277 (principal rodovia federal que liga Brasil a tríplice fronteira), a marcha do acampamento de Santa Helena para o escritório central da Itaipu, em Foz do Iguaçu, iniciar greve de fome até que as reivindicações fossem atendidas, trancamento dos escritórios da Itaipu nos municípios de Marechal Candido Rondon e Foz do Iguaçu, entre outras ações. Essas opções eram avaliadas, tendo simpatizantes e reticentes a uma atitude dessa envergadura. Dom Olívio, por exemplo, posicionou-se contra a marcha para Foz do Iguaçu porque, no seu entendimento, enquanto houvesse canal de diálogo com Itaipu, qualquer medida mais extrema deveria ser evitada, e porque tal atitude poderia acirrar os ânimos de ambos os lados. Esse posicionamento do bispo rendeu críticas por parte da liderança do movimento, deputados do MDB e jornalistas que criam ser a marcha para Itaipu necessária para resolver definitivamente a pendenga em que estavam envolvidos os desapropriados. Não parece que eram opções causais diferentes e, sim, divergências no âmbito dos procedimentos a serem tomados.

São abundantes os indícios que demonstram o apoio de Dom Olívio ao movimento. Sua presença no acampamento oficiando missas, cultos ecumênicos, assim como nas assembléias e nas reuniões com a comissão organizadora, era constante. Na homilia da missa do dia 16 de julho, conforme matéria publicada no jornal *"Folha de Londrina"*, Dom Olívio teria dito:

²¹⁸ PEGORARO, Paulo Roberto. **Expropriados pretendem iniciar greve de fome.** FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 17 de jul. 1980.

‘o progresso não pode ser conseguido à custa do esmagamento do homem’, e que ‘grandes obras não podem ser erigidas a custo de sacrifícios da população’. O bispo disse também que o Papa João Paulo II, em sua visita ao Brasil, abordou a questão das injustiças contra os humildes, e destacou que, ‘se o Papa estivesse aqui, estaria dando integral apoio a vocês’.²¹⁹

A fala relatada no jornal apresenta coerência com aquilo que foi apontando acerca das apropriações de Dom Olívio sobre o papel da Igreja perante as questões sociais. A problemática do progresso, da modernização, do êxodo rural, da posse da terra e, no seu entendimento, dos posicionamentos do Magistério da Igreja, estão presentes na Carta Pastoral, nos diversos escritos e na postura pastoral à frente da diocese de Foz do Iguaçu. O envolvimento com a causa dos desapropriados era, na sua compreensão, parte da missão de pastor que deve zelar pelo bem estar social e espiritual de seu rebanho. É a conciliação da dimensão horizontal, isto é político-social, com a fidelidade do chamamento evangélico, quer dizer, ação vertical voltada para salvação do homem. Não se trata de uma opção política definida à revelia da atenção ao mandato Divino. É nesse sentido que, ao final do acampamento em Santa Helena, o bispo comemora os resultados porque entende que surgiu uma nova mentalidade entre os desapropriados, isto é, a união e a cumplicidade nos objetivos comuns tornaram a massa anônima de pessoas defensores aguerridos de seus direitos. Reiteradamente menciona que o progresso não deve ser buscado sob o custo de negligenciar os direitos básicos do homem, como à moradia, ao trabalho e à propriedade. Assim se refere:

Mas se o povo não se mecher, de forma pacífica e unida como esse em Santa Helena, eu penso que não teremos mais reformas. E se não as tivermos, eu não sei o que vai acontecer daqui a alguns tempos em nosso país... Outra grande vantagem, digamos assim, justamente porque cria consciência no povo e ensina como lutar por seus direitos. Por isso, o método da violência, podemos dizer, já está ultrapassado. O movimento vitorioso dos agricultores demonstrou isso claramente. Devemos saber, agora, conduzir tudo isso dentro do espírito do Evangelho, que é um espírito de paz porque, se nós partirmos para a violência, geramos violência, geramos a reação. Isso poderia fazer até mudar as pessoas do governo, mas não a situação. O que nos interessa é ter uma situação diferente. Ter um sistema mais humano, que nos traga mais justiça e possa haver, então uma sociedade feliz, onde todos têm direito à vida, ao seu pão,

²¹⁹ Id., *ibid.*

ao seu teto e de tudo aquilo que digamos, Deus dá a todos e que não deve ficar na mão apenas de alguns.²²⁰

No discurso do bispo são incisivas e aparecem com grande freqüência as expressões reforma do sistema – não-mudança ou revolução –, ação pacífica/perseverança/união – jamais a violência como procedimento – e proteção dos direitos humanos resguardado pelo princípio bíblico. A entrevista apresenta indícios fundamentais de sua concepção de mundo e missão da Igreja. Norteado nelas, suas inserções no movimento serão razoavelmente polidas.

As negociações com Itaipu durante o acampamento, repetindo-se em outros momentos, se davam através de uma comissão representativa escolhida em assembléia com restrição, imposta pela empresa, da presença do pastor Fuchs, tido como agitador e “*persona non grata*”, de representantes da CPJP, dos sindicatos e da FETAEP. Dom Olívio era presença cativa nas assembléias e acabou compondo o grupo representativo dos acampados. Nos dias 27 e 28 de julho ocorreram negociações com Itaipu sendo apresentados, no dia 29, os resultados para apreciação da assembléia. A pauta das reivindicações tinha sido parcialmente atendida pela binacional. Conforme algumas afirmações, antes da realização da assembléia que deveria avaliar a proposta, Dom Olívio oficiou uma missa de Ação de Graças pelos resultados conseguidos. Tal procedimento teria condicionado, em parte, a aceitação da proposta ofertada por Itaipu. O movimento não tinha convicção suficiente de organizar a marcha à revelia do apoio da Igreja. A aprovação de desfazer o acampamento foi motivada,

principalmente pela posição de D. Olívio Fazza (bispo de Foz do Iguaçu), que, após a reabertura do diálogo, não se mostrava mais favorável à marcha pacífica para Foz; sua posição foi de ‘freio’ ao movimento que, apesar de contar com o apoio dos deputados, não se sentiu encorajado a seguir a marcha sem o apoio oficial da Igreja.²²¹

Ao que parece, os resultados eram parcialmente satisfatórios e houve, da parte dos líderes do movimento e pessoas a ele ligado, tanto apoio como resistência à proposta apresentada. Os resultados da negociação eram significativos, contudo

²²⁰ **Itaipu x agricultores: deu coluna dois.** JORNAL INFORMATIVO COTREFAL – ESPECIAL, Medianeira, jul. 1980, p. 14.

²²¹ GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água...**, op. cit., p. 141. Conferir também LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de um mega projeto...**, op. cit., p. 391.

ficou a sensação de que a forte mobilização e repercussão nacional conseguidas permitiriam que o movimento alcançasse maiores resultados, sobretudo na reivindicação do aumento em 100% no valor do alqueire de terra. Dom Olívio, ainda na época e em entrevista recente, reafirma a opinião de que a decisão foi acertada em não marchar para Foz do Iguaçu porque poderia redundar em violência e desgaste físico e mental das pessoas que integravam o acampamento. De qualquer forma, as afirmações sobre sua resistência eram relativamente fortes porque significava, em última instância, um comportamento resistente às mudanças mais profundas. Pastor Fuchs, possivelmente o maior conhecedor das tratativas, pois exercia papel de intelectual orgânico, não podendo participar das reuniões com Itaipu, assessorava a distância. Perguntado sobre esse episódio envolvendo o bispo, ele comenta:

Não concordo totalmente com a Guiomar. Obviamente Dom Olívio tinha o desejo de evitar o conflito, e Itaipu recorria a ele como mediador. Por outro lado, também os agricultores não eram militantes de longa data e não queriam se arriscar numa marcha daquelas. Para eles, a ação já era extrema. Na negociação conseguiram boa parte do que reivindicavam. Em negociações posteriores, sem Dom Olívio, a comissão de agricultores também não obteve 100% do que pediu. Nós que os assessorávamos, e os deputados, discordávamos da posição deles, de se contentarem com menos, quando tinham a faca e o queijo na mão. Por outro lado, respeitávamos sua atitude, porque a luta era deles, não nossa.²²²

O posicionamento cético de Dom Olívio quanto à marcha dos desapropriados para Foz do Iguaçu certamente não era proveniente da desconfiança da ineficácia dos seus resultados, nem mesmo da repercussão que tal empreendimento causaria e muito menos por sua conviência e concordância com os procedimentos adotados pela Itaipu. Sabendo que sua posição de apoio à causa de melhores indenizações foi explícita desde o início das mobilizações, entende-se que seu desacordo com a marcha era motivado por outras razões, como a possibilidade de potencializar a violência e por entender que as propostas feitas naquele momento eram minimamente justas para os desapropriados. Essas são as explicações mais invocadas.

²²² MEZZOMO, Frank Antonio. Werner Fuchs: um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu..., op. cit., p. 106.

Contudo, outras ponderações são relevantes e devem ser trazidas à baila para compreender a resignação de Dom Olívio à marcha diante do escritório de Itaipu, em Foz do Iguaçu. O bispo é tangido pelo objetivo da catolicidade (universalidade) da Igreja, isto é, abarcar pessoas/grupos sociais de diferentes convicções políticas e éticas, e a Igreja não prescinde dessas pessoas; formação familiar e religiosa voltada para assistência e promoção social em estreita obediência à hierarquia. Neste caso, a aquiescência de Dom Olívio quanto à radicalização do movimento poderia não contar com o apoio institucional; concepção de mundo e de papel da Igreja harmônica em que tudo e todos devem agir *In Uno Spiritu*; compreensão orgânica de estruturação da sociedade em que os poderes constituídos devem permanecer em sintonia; insegurança proveniente da inexperiência com atividades envolvendo os movimentos sociais; e, finalmente, por estar na diocese há poucos anos com infra-estrutura e recursos humanos aquém das necessidades. São proposições razoáveis que devem ser apreciadas para compreender sua trajetória numa realidade marcada pela transformação social.

As conquistas do movimento Justiça e Terra, decorrentes do acampamento de 16 dias em frente do escritório da Itaipu, em Santa Helena, foram corroídas pela inflação e pela especulação imobiliária na região, aumentando consideravelmente os preços das terras. O cenário apontava para outros desafios, isto é, a necessidade de sentar-se à mesa para novamente negociar com Itaipu e rever os índices firmados na proposta aceita em 29 de julho de 1980. As tentativas de negociação em princípio de 1981 foram infrutíferas, de modo que se cogitou a possibilidade de tomar outras atitudes que pudessem ser eficientes. Em 16 de março, em Itacorá, distrito de Santa Helena, realizou-se uma assembléia geral, contando com a presença de aproximadamente duas mil pessoas.²²³

Na assembléia, aprovaram o documento das reivindicações, discutiram e votaram as formas de encaminhamento. Sentindo que não seriam atendidos senão através de forte pressão, decidiram marchar em massa para Foz do Iguaçu e acampar em frente ao Centro Executivo da binacional até que a pauta reivindicatória fosse atendida. Ainda na assembléia em Itacorá, Dom Olívio deu apoio à decisão

²²³ Estavam presentes na assembléia lideranças religiosas, sindicais e políticas tais como: Dom Olívio, Pastor Augusto Kunert, presidente da IECLB, Darci Pascoalotto, representante da CPT nacional, Wagner D'Angelis, presidente da CPJP, pastor Werner Fuchs, coordenador da CPT do Paraná, padre Adriano van de Ven, pároco de Medianeira, José Florentino Mendes, representante da FETAEP, líderes sindicais e vereadores da região, deputados Gernote Kirinus e Nelton Friedrich. Cf. **Assembléia de Itacorá**. INFORMATIVO POEIRA, Curitiba, jan/abr. 1981, p. 6.

da marcha e colocou a igreja do bairro Maracanã à disposição caso precisassem de espaço para acomodar as pessoas. Ao jornal *“O Estado de São Paulo”* o bispo teria dito que achava justo o movimento e a Igreja se colocava ao lado dos desapropriados. O seu apoio à marcha, diferente daquele posicionamento de julho passado, teria se dado porque, na sua avaliação, os responsáveis pela indenização estavam sendo insensíveis à causa humana. Complementa o bispo: tendo *“andado há vários dias pelo interior da região a ser alagada tenho constatado que, além do preço estar abaixo do real, a Itaipu tem demorado demais para efetuar o pagamento das indenizações”*.²²⁴

Acompanhado do padre Adriano, pároco de Medianeira, o bispo teria mencionado durante a assembléia que a Igreja esperava da Itaipu a compreensão e o atendimento às reivindicações, pois seria justo e mais glorioso para empresa que ter sua história manchada. Padre Adriano, reiterando as palavras do bispo, diz estar a Igreja *“junto com o povo, porque não é a Igreja que faz o movimento, mas ela caminha junto com o povo, povo bom quanto explorado e vilipendiado... Fiquem firmes, estamos ao lado de vocês”*.²²⁵ A posição do bispo era firmada contando com o apoio explícito do clero da diocese de Foz do Iguaçu, ocorrido na Assembléia Geral realizada no último dia 15 de março, em Céu Azul.

A marcha dos expropriados saiu de Itacorá às 9 horas do dia 17 de março, chegando a Foz do Iguaçu passado das 10 horas do mesmo dia. Ela vinha sendo acompanhada por um pelotão de batedores da Polícia Rodoviária Estadual e um contingente da Polícia Militar. Os expropriados vieram em número aproximado de 800 pessoas numa frota de cerca de 200 veículos, com equipamentos e mantimentos para permanecerem por dias e semanas se necessário fosse no acampamento. Chegados ao segundo trevo, que dá acesso direto à área de Itaipu, a marcha foi interrompida por 200 homens da Polícia Militar e pela força policial da própria Itaipu, fortemente armados com baionetas, fuzis, revólveres e armas químicas (ANEXOS 3 e 4).²²⁶ Em relato contido no informativo *“Poeira”*, na tarde do

²²⁴ **Colonos iniciam marcha até Foz.** JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 17 de mar. 1981.

²²⁵ **O preço da Paz, Justiça e Terra.** JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 18 a 25 de mar. 1981, p. 6.

²²⁶ Posteriormente foi admitido pelo governo do estado que o arsenal utilizado pela Polícia Militar que cercava o acampamento dos colonos desde a recepção no trevo foi muito violento. O Secretário da Segurança Pública, coronel Haroldo Ferreira Dias, explicou que, a partir de então, os policiais foram desarmados, porque “os agricultores estão agindo pacificamente, acompanhados de suas mulheres e

dia seguinte, 18 de março, durante o culto, Dom Olívio comentou sobre o episódio do uso da força policial: “*é lamentável que a classe mais honesta deste País, os agricultores, sejam tratados dessa maneira quando estão apenas buscando justiça*”.²²⁷ Conforme pastor Fuchs, no dia 23 de março, o bispo levaria ao acampamento o apoio oficial da CNBB transmitido via telegrama assinado pelo então secretário, Dom Luciano Mendes, direto de Brasília.²²⁸

A realização e o desfecho da marcha, pelo que parece, amedrontavam Dom Olívio de modo que, em várias notas, alertava para a importância do diálogo e da precaução quanto a atitudes que provocassem violência. Se ele havia dado o apoio à realização da marcha, certamente não compartilhava que ela devesse ser executada a qualquer preço. Conforme entendimento do então deputado do MDB, Gernote Kirinus, o bispo foi excessivamente compassivo quando percebeu que a força física poderia ser utilizada pela Polícia Militar para impedir o prosseguimento do contingente populacional em direção à Itaipu. A oferta do pátio da igreja do bairro Maracanã como local provisório do assentamento foi um ato de fraqueza, quando se devia optar pelo enfrentamento.²²⁹

Poucos esperavam, mas esse acampamento tornou-se, tanto para os desapropriados como para Itaipu, um teste de paciência, equilíbrio mental, habilidade política e persistência nas negociações. Esse acontecimento renderia centenas de notícias na imprensa regional e nacional. A insistência de um lado, isto é, daqueles que buscavam melhores condições para as indenizações, e a resistência de outro, ou seja, concessão parcial da Itaipu fez o acampamento estender-se por 54 dias no acontecimento que se tornou midiático pelos

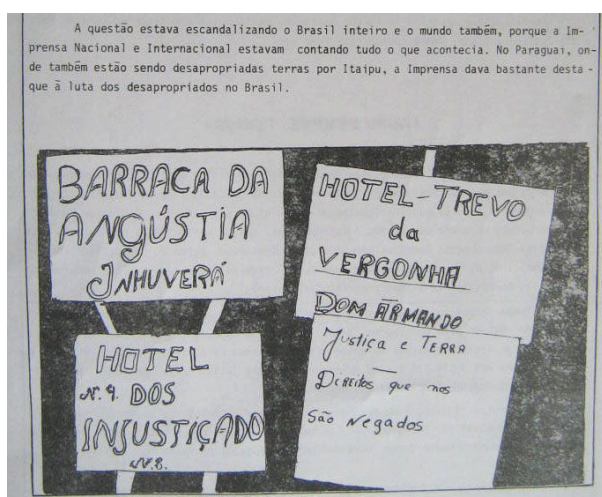
filhos, não havendo sentido de enfrentá-los com baionetas e armas químicas!”. Cf. **Itaipu não cede à pressão dos 700 colonos**. JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro, 21 de mar. 1981.

²²⁷ **Colonos propõem formas de negociação**. INFORMATIVO POEIRA, Curitiba, jan/abr. 1981, p. 8.

²²⁸ **A resistência dos desapropriados**. JORNAL NOSSO TEMPO, 25 de mar. a 1 de abr. 1981, p. 7.

²²⁹ Sobre o episódio da marcha, o deputado e ex-pastor luterano Gernote Kirinus entende que Dom Olívio teve medo e insegurança com as conseqüências finais e, por isso, agiu no sentido de não provocar o embate entre o movimento Justiça e Terra e a Itaipu. Perguntado para avaliar a participação do bispo, Kirinus considera: “Nunca conversei com Dom Olívio, mas senti de perto sua preocupação em colocar certo freio no movimento. Sou testemunha disto quando fui advertido a mando de Olívio. O episódio se deu quando tomei a liderança do movimento na marcha para acampar dentro do canteiro de obras da Itaipu em março de 1981. O bispo havia determinado que a marcha fosse interrompida na altura do trevo na entrada de Foz do Iguaçu. Fomos informados que havia um forte contingente de policiais armados nos esperando e que seria mais prudente levar o acampamento para dentro do pátio da paróquia São Paulo, jardim Maracanã. Opus-me veementemente contra a determinação do bispo e conclamei os manifestantes para continuar a marcha em direção ao canteiro de obras de Itaipu. Dom Olívio mandou um recado para mim em plena marcha que o Deputado seria responsabilizado pelas mortes se houvesse confronto sangrento”. Cf. MEZZOMO, Frank Antonio. Gernote Kirinus: A cruz e a política..., op. cit., p. 46.

encaminhamentos tomados. Durante esse período de permanência dos desapropriados no trevo, de frustração inicial por não ter chegado ao pátio da construção da Itaipu e estar em local inadequado – trevo movimentado e barulhento, frio/orvalho da noite e calor/sol escaldante do dia, ausência de banheiros e água etc. –, tornou-se garantia de visibilidade nacional e apoio moral, porque o trânsito de veículos e pessoas em direção à cidade de Foz do Iguaçu, ao Paraguai e à Argentina eram muito intensos. A panfletagem feita e a fixação de faixas à beira da rodovia Br 277 (FIGURAS 15 e 16), naquele que posteriormente seria chamado de Trevo da Vergonha, contribuíam para manchar em parte a imagem pública da Itaipu.²³⁰



Figuras 15 e 16: Cartazes e faixas à beira da rodovia Br 277 (“Trevo da Vergonha”).
Fontes: Jornal “Poeira”, maio/junho de 1981, e Jornal “Nosso Tempo”, abril de 1981, p. 15.

Nesse período, a CNBB, por meio do secretário Dom Luciano Mendes, o Regional Sul II, na pessoa do presidente Dom Pedro Fedalto e das linhas de ação pastoral ligadas ao Regional como CPT e CPJP, bispos de diversas dioceses do

²³⁰ Conforme matéria publicada pelo jornal da cidade, os acampados abordavam as pessoas e veículos que passavam pelo trevo e entregavam um “Comunicado à Opinião Pública” falando sobre as razões da manifestação. Segue alguns fragmentos do comunicado: “Esta movimentação toda é de agricultores que estão sendo sacrificados pela Itaipu Binacional. São homens, mulheres e crianças que estão numa luta em prol de seus direitos – a indenização justa de suas terras que serão alagadas pelo futuro Lago. Reivindicam preço justo e não o pagamento de 50% a menos que o registrado no mercado imobiliário para suas terras. Toda essa gente aqui está, em Foz do Iguaçu, procedente de vários municípios, deixaram seus afazeres e seus lares para, nesta luta, tentar última vez serem ouvidos pelas autoridades responsáveis. Não é mais possível agüentar tanta injustiça e, a partir de agora, O PREÇO DA PAZ É JUSTIÇA E TERRA. Esta gente que aqui está acampada e que aqui permanecerá até a decisão final, é gente como vocês – são trabalhadores em busca de dias melhores, são pacifistas, mas estão cansados de injustiças e tapeações. Assim que suas reivindicações forem atendidas, eles voltarão ao trabalho...” Cf. **A resistência dos desapropriados...**, op. cit., p. 6.

Paraná e, sobretudo, Dom Olívio, tiveram participação direta e intensa.²³¹ Pode-se dizer que o apoio concretizava-se através de três frentes, a saber, primeiro nas reuniões com a cúpula da Itaipu, com o governo estadual e ministérios do governo federal, segundo através das visitas e publicações de notas de solidariedade à causa dos desapropriados e, finalmente, em atividades desenvolvidas junto ao acampamento.²³² Nas principais iniciativas tomadas, Dom Olívio se fez presente e, embora hipotecasse apoio irrestrito aos desapropriados, foi chamado diversas vezes pela assessoria e pelo presidente da Itaipu a fim de participar de reuniões reservadas e intervir no sentido de endossar as propostas feitas pela binacional. Esse encontro aconteceu no Hotel Bourbon, em Foz do Iguaçu, no mês de abril de 1981, no auge da tensão do acampamento, entre o general Costa Cavalcanti e Dom Olívio. O resultado de duas horas de conversa entre ambos alimentou a curiosidade da imprensa regional, sobretudo pelo silêncio guardado por ambos.

Recentemente, Dom Olívio tem respondido as indagações de pesquisadores acerca da conversa particular que teve com o presidente da Itaipu. Assim também aconteceu com a entrevista realizada em outubro de 2006 na qual, ao ser indagado, o bispo comentou que o general pediu sua intervenção

para eles saírem dali (trevo) porque estava pegando mal para Itaipu, cheio de faixas. Aí comentei ‘olha Senhor General não fui eu quem pedi para eles virem para cá. Foi decisão deles. Dá uma impressão que eu tenho incentivado, mas não é verdade. E se eles querem permanecer eu vou respeitar’. Foi meio chato falar isso. Numa marcha eu intervi para não marchar, mas agora não.²³³

²³¹ Conforme edição da “*Folha de São Paulo*”, no dia 7 de abril, Dom Luciano Mendes, secretário da CNBB, a pedido de Dom Olívio, teve uma conversa formal, em Brasília, com o general Costa Cavalcanti, a fim de tratar do problema social dos desapropriados de Itaipu. Após o encontro, o bispo mostrou-se otimista e afirmou que a “solução pacífica para um problema social deste tipo é essencial como prognóstico de outras tensões relativas aos problemas de terra e hidrelétrica. A ação da Igreja visa colaborar para esta meta”. **Igreja intercede por desapropriados junto a Cavalcanti**. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 8 de abr. 1981.

²³² Exemplo foi a reunião, no dia 20 de março, noite de sábado, ocorrida na cúria com a comissão de agricultores e a assessoria do movimento a fim de debater uma nota publicada naquele dia por Itaipu e redigir um parecer oficial rebatendo as informações falseadas e firmando as reivindicações do movimento. O documento assinado no dia 21 de março, na íntegra, está publicado em: **Desapropriados rebatem Itaipu**. JORNAL NOSSO TEMPO, 25 de mar. a 1º de abr. 1981, p. 8.

²³³ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 1**. Na entrevista cedida à historiadora Ivone Lima, Dom Olívio assim se refere ao pedido de Costa Cavalcanti para dissuadir o acampamento: “Nós conversamos durante duas horas. Só nós dois. O General e eu. E ele queria que eu conseguisse dissuadir os desapropriados de continuar esse acampamento. Estava pegando muito mal para a Itaipu. Por isso era filmado pelos noticiários de televisão, saía nos jornais... Olha Sr. General, eu tentei evitar que eles fizessem essa marcha e fizesse esse acampamento. Eu não procuro dirigir, eles têm seus líderes, agricultores mesmo, desapropriados”. Cf. LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de**

Estava se referindo à marcha de julho de 1980. É interessante a expressão do bispo, “foi meio chato falar isso”, porque deixa transparecer aquilo que é característico de sua personalidade e entendimento sobre as relações de respeito e hierarquia que deve haver entre as autoridades constituídas.

Quando as interposições de Dom Olívio o colocavam em situações conflitantes com os poderes constituídos, como neste caso, com a política de reparação social adotada pelos responsáveis de Itaipu, em momento algum fica caracterizada uma postura de insubordinação ou insurgência com o regime militar ou com a execução do projeto da construção da maior hidrelétrica do mundo. As suas interpelações são pontuais, isto é, são da natureza de reparos que o sistema econômico, com suas conseqüências socioculturais, deve observar para não colocar em risco as questões básicas de qualidade de vida como acesso a moradia, ao trabalho, a propriedade, entre outros.

A postura política e pastoral de Dom Olívio, meritosa por sua sensibilidade social, não o eximia de certa concordância ou consentimento com o desenvolvimento do sistema. A observância da legalidade do Estado é o limite, ou dito de outra forma, é a baliza de sua ação pastoral. Seu profetismo, se é que pode ser adjetivado dessa forma, teve alcance regional e um nível de profundidade que não mexia ou, no mínimo, não questionava a estrutura econômica da sociedade. Não está presente em sua leitura de mundo e, portanto, não faz parte de suas apropriações o famigerado conflito Igreja x Estado, postura comunista x postura liberal, opção pela Teologia da Libertação ou pela espiritualidade mariana ou focolarina. A estas conclusões, não é de somenos importância destacar a sua extrema obediência à hierarquia eclesiástica que orienta e, em grande parte, referencia suas ações, de modo que, sua integração consentida, certamente, à funcionalidade da instituição não dá espaço para atitudes paralelas àquilo que é determinado pela Igreja. Ainda em julho de 1980, ao jornal “*Cotrefal*”, da cooperativa homônima, sediada no município de Medianeira, Dom Olívio afirmava, após ser indagado sobre o apoio recebido da CNBB no episódio dos desapropriados:

um mega projeto..., op. cit., p. 398. Juvêncio Mazzarollo, ao descrever esta conversa, acrescenta: “O teor da conversa não foi revelado, mas o bispo deixou transparecer aos acampados que o general se mostrara insensível ao drama social criado pela Itaipu, e por isso passou-lhe uma carraspana: ‘Sei que uma irmã sua é freira da Igreja católica, por isso, general, fico chocado diante de sua insensibilidade social’”. Cf. MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça...**, op. cit., p. 109.

Recebi até da própria CNBB lá de Brasília, inclusive até uma orientação, que ainda não disse para ninguém. Eu havia perguntado o que seria se eu participasse duma marcha desse tipo. A CNBB apoiada em acontecimentos anteriores, semelhantes, havia respondido que não seria reprovável uma atitude dessa.²³⁴

Com isso, a trajetória de Dom Olívio foi construída em um relacionamento cordial com autoridades constituídas na diocese, de modo que participou em diversas atividades cívicas e políticas da região. Possivelmente por essa postura foi chamado para intermediar as negociações entre o movimento Justiça e Terra e Itaipu, nas visitas de chefe de Estado para ciceronear os convidados e, nas necessidades financeiras pela qual passava a diocese, para conseguir polpudas contribuições da Itaipu, em certo sentido, alçoz de seu episcopado. Evidências desses contatos foram localizadas num levantamento feito na cúria de Foz do Iguaçu, onde existem algumas cartas, ainda do início de 1980, auge dos conflitos entre os desapropriados e a Itaipu, endereçadas ao general Costa Cavalcanti, pedindo materiais para a construção ou a manutenção de casa paroquial, centro comunitário e igreja, bem como auxílio financeiro no desenvolvimento de projetos de assistência social. Como diz numa das cartas, a situação de pobreza existente e as necessidades emergenciais obrigam “*a apelar para pessoas de boa vontade para obter os recursos materiais*”, sendo a ajuda de Itaipu “*mais um marco de sua generosidade em favor do povo de Foz do Iguaçu*”.²³⁵ Nesse sentido, é compreensível o constrangimento provocado pela matéria do jornal, “*Estado de São Paulo*”, ao noticiar que Dom Olívio teria dito que Itaipu *perdeu* sua glória com o processo indenizatório. Aí a retificação do bispo a fim de remediar a situação e evitar possível mal-estar diplomático.

Destarte, seu envolvimento nos encaminhamentos tomados durante o acampamento no trevo, em Foz do Iguaçu, serão em favor do diálogo e da negociação. Dom Olívio participou em dois acontecimentos, de modo especial, que mobilizaram os acampados e centenas de pessoas vindas da cidade de Foz do Iguaçu e de toda a diocese. Trata-se dos encontros ocorridos no dia 1 e no dia 7 de abril, isto é, passados 14 e 21 dias do início do acampamento (FIGURA17).

²³⁴ **Itaipu x agricultores: deu coluna dois...**, op. cit., p. 14.

²³⁵ FAZZA, Olívio Aurélio. **Carta ao General Costa Cavalcanti – Presidente da Itaipu Binacional**. Foz do Iguaçu, 24 de fevereiro de 1984.



* *Outro lado: D. Fedalto e D. Olívio e os colonos oestinos.*

Figura 17: Moção de apoio à causa dos desapropriados de Itaipu (1/4/1981). A esquerda está padre Adriano, ao centro Dom Pedro Fedalto e na direita, de costas, Dom Olívio.

Fonte: Jornal "Correio de Notícias", 24 de fevereiro de 1984.

No dia 1º de abril a programação no trevo foi marcada pela visita de diversas autoridades eclesiais. Além de Dom Olívio, anfitrião e autoridade máxima da diocese, estiveram presentes Dom Pedro Fedalto, pastor Otto Hoeller, presidente da IECLB, padre Olívio José Bedin, da Comissão dos Direitos Humanos da arquidiocese de São Paulo, padres, pastores e religiosos(as) da região. O palco onde ocorreu a celebração ecumênica é marcado por uma simbologia toda especial e evidencia a predominância dos elementos religiosos amalgamados com a história dos desapropriados. Tendo como altar uma tosca mesa e como templo uma frondosa árvore onde se dependuravam símbolos cívicos e religiosos como a bandeira do Brasil, faixa de acolhida a Dom Pedro, terço e um quadro do papa João Paulo II, a celebração foi marcada pelas reflexões auspiciadas em passagens bíblicas, elaboração, leitura e publicação de uma declaração das autoridades religiosas em apoio ao movimento Justiça e Paz.

Conforme matéria publicada no jornal EUSE, também registrada no livro tomo da diocese, durante o culto o pastor Otto ilustrou as experiências dos acampados com a passagem de Isaías, capítulo 58, versículos 5-10, quando alerta o

povo e as autoridades constituídas para o verdadeiro comportamento daqueles que buscam a recompensa Divina. De nada adianta mortificar-se por um dia através do jejum e abstinência se só cuidais de vossos negócios e oprimis todos os vossos operários. O verdadeiro jejum, neste caso, a verdadeira oblação a Javé consiste em *“romper as cadeias injustas, desatar as cordas do jugo, mandar embora os oprimidos, e quebrar toda espécie de jugo”*.²³⁶ Na seqüência, o presidente do Regional Sul II, a partir de Mateus (25, 31-46), inquiriu a todos sobre a preparação para a salvação eterna. Ela nada mais é do que consequência das opções aqui e agora: destes de comer e beber ao faminto e sedento? Visitaste o enfermo? Vestiste aquele que estava nu? Se assim o fizeste, então agiste de forma evangélica. Já a Declaração, constituída por seis proposições, lida por Dom Olívio, é uma manifestação de apoio explícito aos acampados, reclamo das tergiversações utilizadas por Itaipu, morosidade dos órgãos do governo federal na titulação das terras e pedido de justa atenção aos anseios do movimento Justiça e Terra. Dois aspectos, fundamentalmente, merecem destaque na nota de apoio:

Em vista da difícil situação dos agricultores acampados na BR-277, diante da ITAIPU, e considerando a falta de solução e o não atendimento das suas justas reivindicações pela empresa binacional, renovamos nosso total apoio a eles e declaramos o seguinte: (...) esperamos que Itaipu venha realmente ao encontro dos justos anseios do povo, e não faça uso de pressões e promessas ilusórias para esvaziar o movimento. Os agricultores estão conscientes e unidos, embora angustiados pelo pouco tempo que lhes resta para saírem das terras. Cheios de esperança e confiantes na justiça divina, na compreensão dos dirigentes da empresa e autoridades, este povo veio até Foz do Iguaçu para resolver definitivamente o problema que lhes foi criado por Itaipu. Só querem paz: um lugar para trabalhar e sustentar dignamente suas famílias.²³⁷

Essas passagens remetem para aquilo que Pierre Sanchis e Ana Maria Doimo alertaram sobre a presença da linguagem religiosa nos movimentos sociais. Conforme Doimo, não se trata de confessionalizar os movimentos populares, até porque o apelo religioso por vezes é discreto, certamente não no caso do movimento Justiça e Terra, e até mesmo secularizado e está longe do messianismo tradicional.

²³⁶ BÍBLIA SAGRADA. 75ª ed., São Paulo: Ave Maria, 1993, versículo 6, p. 1018.

²³⁷ **Na encruzilhada, um momento de fé.** EUSE, abr. 1981, p. 3. Declaração em apoio ao movimento Justiça e Terra assinada por: Dom Pedro Fedalto, pastor Otto Hoeller, Dom Olívio Fazza e padre Olívio José Bedin.

Por outro, nos tempos de maior teor expressivo-mobilizador, dificilmente deixa escapar as metáforas clericais e os signos religiosos presentes tanto no discurso quanto nos cânticos e nas ilustrações gráficas.

Signos de linguagem como a ‘caminhada’, o ‘povo oprimido’ e a ‘libertação’ são a grande marca do discurso religioso do movimento popular, muitas vezes seguidos, importante que se diga, de expressões buscadas na Tradição, no Magistério eclesiástico e por meio de imagens bíblicas como Reino de Deus, Libertação do Egito ou Terra Prometida. Nunca, porém, esses signos verbais fazem sentido em si mesmos, posto que emergem e são reelaborados pela interação com os modernos valores de justiça e direitos sociais.²³⁸ Nessa mesma linha de argumentação, Sanchis compreende que essas grandes imagens surgem como uma ‘força socialmente motora’, cumprindo a função de motivar e impulsionar o movimento de libertação humana,²³⁹ como diz a matéria sobre o encontro das autoridades eclesiásticas no trevo: *“No final, Bispos, Pastores e sacerdotes estenderam as mãos sobre o povo, proferindo a benção de Deus Salvador. Era visível o conforto no rosto queimado dos intrépidos colonos que cantavam: LIBERTAÇÃO”*.²⁴⁰

O segundo evento, acontecido no domingo seguinte, dia 7 de abril, também traria explícita a presença da linguagem religiosa como força motora na organização e motivação do movimento Justiça e Terra. Tratou-se da Caminhada pela Paz que percorreu algumas ruas da cidade de Foz do Iguaçu. Entre os objetivos da caminhada, pode-se apontar a tentativa de sensibilizar a população para o problema vivido pelos desapropriados evitando, assim, a naturalização com aquele amontoado de gentes no trevo e a fim de pressionar a Itaipu a fazer concessões atendendo à pauta reivindicatória do MJT. Por isso, ao organizar a caminhada, a tentativa é envolver e motivar os acampados para não desanimarem diante da lentidão e dos insucessos nas negociações e conseqüente cansaço físico-mental.

Essa atividade político-religiosa foi divulgada na diocese e teve a participação de diversos padres e leigos das paróquias da região. O livro tombo da paróquia de Medianeira registra a participação efetiva em apoio ao movimento. Na entrevista de fevereiro de 2007, o então pároco Adriano van de Ven afirmou que

²³⁸ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular...**, op. cit., 143 – 144.

²³⁹ SANCHIS, Pierre. Igreja e questão agrária: um posfácio..., op. cit., p. 276 – 278.

²⁴⁰ **Na encruzilhada...**, op. cit..

aproximadamente três mil pessoas se organizaram e, num comboio de carros e caminhões, se deslocaram, na manhã de 7 de abril, para Foz do Iguaçu.²⁴¹ Pastor Fuchs lembra que a caminhada foi marcante porque significou a virada da opinião pública. Nos primeiros dez dias do acampamento, o prefeito de Foz do Iguaçu se negou a levar água aos acampados no trevo. A pressão feita via telex e telefone de igrejas e parlamentares e, segundo consta, do próprio SNI, foi fundamental para pressionar a Itaipu. “*Foi uma demonstração de força*”²⁴² do movimento.

Conforme solicitação das autoridades policiais do município, a caminhada foi autorizada após um pedido formal assinado por Dom Olívio que responsabilizava os líderes eclesiais pelo desenrolar dos acontecimentos. O medo da força policial, lembra o bispo, é que ocorresse alguma provocação com os transeuntes ou algum tipo de depredação do patrimônio público ou privado.²⁴³ No percurso pelas ruas da cidade, com aproximadamente cinco mil pessoas, empunharam-se bandeiras e faixas das reivindicações e protestos, oração, cantos religiosos, reflexão bíblica, leitura de poemas escritos pelos acampados que retratavam a história do MJT e gritos dos bordões utilizados pelo movimento como “*Justiça, Justiça!*”, “*Justiça e Terra*”, dentre outros.²⁴⁴ Sobre esse episódio e os 54 dias em que os acampados estiveram no trevo, irmã Emanuéli Piedade Brito assim se expressa:

Foram intermináveis os sofrimentos; foi dolorida a reflexão; foi suplicante a oração, e foi marcante o jejum. Foi a mais real e concreta Semana Santa, experiência na dor, no calor, nas lágrimas, no descaso das autoridades. Foi, então, que a Igreja de Foz do Iguaçu, tendo Dom Olívio o primeiro da fila, solidário com o sofrimento do povo, caminhou desde a Catedral, pela Avenida Brasil, até o acampamento cantando, rezando, gritando refrões

²⁴¹ Assim descreve o livro tombo da paróquia de Medianeira: “A paróquia deu o seu apoio total aos agricultores desapropriados por Itaipu Binacional e acampados em Foz do Iguaçu. Ela participou no dia 7 de abril, ativamente na Caminhada da Paz por Justiça e Terra organizada pela Igreja Católica, Luterana, e Congregacional. Impressionou a marcha pacífica pelas ruas de Foz do Iguaçu a qual foi encabeçada por Dom Olívio e Pastor Otto”. LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE MEDIANEIRA..., op. cit., 1981, p. 22b. Conferir também VAN DE VEN, Adriano. **Entrevista**. Guaíra, 19 de fev. 2007.

²⁴² MEZZOMO, Frank Antonio. Werner Fuchs: um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu..., op. cit., p. 116.

²⁴³ FAZZA. **Entrevista 1**. Dom Olívio lembra que o termo de responsabilidade pela caminhada foi assinado por ele e outra autoridade religiosa, possivelmente pastor Werner Fuchs ou Otto Hoeller.

²⁴⁴ O jornal “*O Paraná*”, apresenta dados diferentes sobre a Caminhada da Paz. Embora estas informações não conferem com dados extraídos de outras fontes, menciona-se a seguir: Dom Luciano Mendes e Dom Ladislau Biernaski, secretários geral e regional da CNBB, respectivamente, estiveram presentes na caminhada que percorreu as ruas Almirante Barroso até República Argentina, com aproximadamente mil participantes. Cf. **Agricultores marcharam em paz pelas ruas de Foz do Iguaçu**. JORNAL O PARANÁ..., op. cit., 8 de abr. 1981, p. 6.

de ordem, implorando misericórdia e compaixão para aqueles que foram obrigados a abandonar suas casas, sua fértil e linda terra, suas plantações, seus costumes para dar lugar ao ‘famoso Lago de Itaipu’, e, forçosamente, migrar para outras terras, e iniciar tudo de novo!²⁴⁵

A caminhada foi iniciada com um pequeno culto ecumênico em frente à catedral São João Batista. Naquele momento o objetivo era orientar a todos para as verdadeiras razões daquela atividade. Certamente havia a expectativa de que tudo ocorresse sem provocações, pois, naquele momento, as autoridades eclesiais eram legalmente as promotoras e responsáveis pelo evento. Na entrevista de abril de 2007, Dom Olívio lembra que após a leitura e breve reflexão de uma passagem bíblica, feita defronte a catedral, teria repetido umas palavras que ele havia aprendido com seu colega verbita Dom Joel Catapan, bispo auxiliar de São Paulo, ao dizer que aquela *“Caminhada devia ser feita em nome do evangelho”*.²⁴⁶ Particularmente interessante essa incisiva ressalva, porque primeiro caracteriza a atividade como um ato religioso no qual as Igrejas, sobretudo católica e a IECLB, deviam motivar e acompanhar, segundo porque procura livrar de qualquer interpretação eminentemente político-partidária, terceiro para inculcar em todos os participantes que aquele gesto devia ser um brado de busca por justiça social e não violência e, finalmente, evitar o aproveitamento pessoal de autoridades políticas que se avizinhavam do movimento com objetivos eleitoreiros. Ao observar diversas fotos da caminhada, pode-se perceber que batedores da Polícia Militar acompanharam o trajeto com algumas viaturas e Dom Olívio, trajando roupa social e um gorro branco para se proteger do sol escaldante, acompanhava na primeira fila o ritmo do percurso (FOTOS 9 e 10).

O acampamento no trevo se encerrou em 9 de maio de 1981, após realização de uma assembléia que avaliou a proposta feita pela Itaipu no dia anterior. Aproximadamente 80% das reivindicações foram atendidas e o MJT foi, aos poucos, se esvaziando na medida em que as principais lideranças foram sendo estrategicamente indenizadas ou convencidas por diversas razões. Em matéria publicada no jornal *“Nosso Tempo”*, redigida pelo jornalista e editor Juvêncio

²⁴⁵ Este depoimento está contido numa versão preliminar do que posteriormente se tornou o livro de Nelson Locatelli (p. 43). Na versão final do livro constam apenas alguns fragmentos da entrevista cedida pela irmã Emanuelli. Cf. LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio Aurélio Fazza: mensageiro da paz**. Foz do Iguaçu: Nadai, 2007, p. 63.

²⁴⁶ FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista 2**.

Mazzarollo, há uma explícita desaprovação pela desmobilização do acampamento. O MJT teria se contentado com menos e errado em algumas estratégias de reivindicação, dentre elas, na propagação do excesso pacifismo apregoada pelas igrejas: *“Em nome da paz são detidos muitos avanços na medida em que se confunde radicalização com violência”*.²⁴⁷ Na edição anterior a essa, o jornal publicava uma longa matéria contendo o documento final elaborado pelo movimento por ocasião do encerramento do acampamento e pareceres de autoridades ligadas ao movimento como deputados estaduais, secretário de Estado, advogado, agricultor, estudante, representantes da CPT/CPJP e do bispo. Fica clara a falta de unanimidade entre as lideranças quanto a alguns encaminhamentos e à decisão tomada.



Foto 9: Caminhada pela Paz em 7 de abril de 1981.
Fonte: Itaipu Binacional.²⁴⁸

Para Dom Olívio, aceitar a proposta de Itaipu foi à atitude mais conveniente para aquele momento. Embora não tenha sido justa a indenização proposta,

²⁴⁷ MAZZAROLLO, Juvêncio. **Pouca justiça e pouca terra**. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 20 a 25 de maio 1981, p. 18.

²⁴⁸ A foto faz parte do acervo fotográfico da Itaipu e foi gentilmente fornecida, em 3 de outubro de 2008, pela Assessoria de Comunicação Social, no momento representado pelo senhor Wagner Euclides de Souza.

contemporiza dizendo que nunca se consegue tudo o que se quer, o movimento contribuiu para conscientização popular e deixou o recado de que o povo, pobre e trabalhador, deve se organizar para evitar esses desvios do sistema. De forma categórica, diz-se espantado com a falta de sensibilidade humana e a frieza dos representantes de Itaipu, por terem prolongado por tanto tempo um acampamento que expunha o ser humano ao nível da barbárie. Ao ser interpelado sobre a justiça no aceite da proposta, o bispo mantém-se fiel aos seus posicionamentos anteriores e suas convicções pessoais e afirma sua concordância com a decisão tomada em deixar o trevo: *“Seria extremamente difícil. Correríamos o perigo de assistir a cenas violentas, desagradáveis e sem resultados”* e arremata dizendo: *“Quero esperar que não sejam mais necessárias novas mobilizações como esta daqui para a frente. Itaipu deve se sensibilizar e dar um tratamento humano aos agricultores”*.²⁴⁹



Foto 10: Presença de Dom Olívio à frente da Caminhada pela Paz.
Fonte: Cúria Diocesana de Foz do Iguaçu, 2008.

²⁴⁹ **O documento final.** JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 13 a 19 de maio 1981, p. 7. Na seção *“A Palavra do Pastor”* de junho desse ano, após, portanto, o acampamento de 54 dias, Dom Olívio hipoteca total apoio ao MJT sem, contudo, colocar-se contra a construção da hidrelétrica: *“Unidos, pacíficos, confiando em Deus, eles defendem seus justos direitos e prestam grandes serviços ao Brasil, pois colaboram para a conscientização da necessidade de uma sociedade mais justa, onde o homem seja respeitado em sua grande dignidade de filho de Deus, remido pelo sangue de Cristo. Não somos contra Itaipu, mas renovamos nosso apoio aos irmãos desapropriados os quais, agora, entram na fase decisiva de seu grave problema”*. FAZZA, Olívio Fazza. **A Palavra do Pastor**. EUSE, Foz do Iguaçu, jun. 1981, p. 2.

O desejo de que essas situações de mobilizações e passeatas não ocorressem mais não se tornaria realidade. Os desapropriados voltariam no ano seguinte, em 2 de março de 1982, a se reunir em Santa Helena para analisar o andamento do processo quando denunciam: *“Itaipu, a barragem do século, está rachada. Por trás da grandiosa parede de cimento, tecnologia e palavras bonitas, a ‘Taipa’ continua derramando injustiças”*.²⁵⁰ Negociações, reuniões e ameaça de novo acampamento passam a compor a pauta daqueles poucos que ainda não haviam sido indenizados. A partir de então, o envolvimento de Dom Olívio passa a ter menor intensidade, até porque o imbróglio desapropriatório acaba ainda nesse ano. Ao encerrar os propósitos do MJT, com o findar das indenizações feitas pela Itaipu, o legado deixado para outros movimentos sociais na região é incontestável. O Mastro,²⁵¹ surgido a partir do segundo semestre de 1981, vai, em grande parte, herdar a luta pela posse da terra e contará com a participação das lideranças ligadas ao MJT e com apoio direto da CPT. Dom Olívio apoiará o movimento participando de assembléias e reuniões promovidas no transcorrer da década de 1980. Diversos encontros acontecerão nas dependências dos salões ou mesmo nas igrejas da diocese. O desenvolvimento desse movimento e as implicações apontam para outros encaminhamentos que se tornam marginais nesta pesquisa.

O MJT se consolidou nesses anos em torno das pessoas que foram envolvidas no processo de desapropriação e daquelas lideranças e entidades de classe afetas ao problema. Nesse processo, autoridades eclesiais e organismos ligados à Igreja, como a CPT/CPJP, estiveram diretamente envolvidos dando suporte logístico e aparato intelectual. O movimento não é confessional, contudo concepção e metodologia utilizada são perpassadas pelo entendimento de mundo e de homem pleiteados pelo humanismo cristão. Conforme constatado, a linguagem religiosa, presente no uso da Bíblia, nos cantos, nos poemas e nos ambientes sacros, tiveram participação marcante. A cosmologia é religiosa. Nesse universo

²⁵⁰ MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça...**, op. cit., p. 119.

²⁵¹ A primeira assembléia do Mastro ocorreu em 2 de setembro de 1981, em São Miguel do Iguçu, e a segunda assembléia, em 30 de setembro desse mesmo ano. O movimento conta com apoio direto da CPT e mantém-se próximo das Igrejas católica e luterana. O Mastro passa a ser o porta-voz direto daqueles que reivindicam o direito ao acesso à terra e se consolida como interlocutor legítimo junto às instâncias governamentais, como INCRA. Em 1983 realiza a primeira ocupação de terras no município de Cantagalo, diocese de Guarapuava. A carta de Dom Olívio enviada, como resposta, a Dom Frederico Helmel, bispo de Guarapuava, tecia considerações positivadas sobre o movimento. Dizia a carta que o movimento não era da Igreja, mas cristão e pacífico e que mantinha ligação com a concepção da Igreja sobre questões relacionadas ao problema da terra.

valorativo, a cumplicidade das autoridades eclesiais, especificamente de Dom Olívio, parecia encontrar correspondência simbólica com o vivido dos desapropriados.

Como bispo diocesano, Dom Olívio esquadrinhou sua trajetória pessoal, devotando tempo e energias para estruturar e implementar uma ação pastoral na Igreja Particular atendida com os novos desafios da modernidade, isto é, laicização frenética, crescimento das cidades, esvaziamento populacional do campo e migrações endógenas e exógenas à região. Suas ações são balizadas pelas apropriações feitas de documentos eclesiais que reiteram uma ação evangélica aqui e agora numa atenção especial para as pessoas susceptíveis socioeconomicamente. Sua compreensão do múnus episcopal impunha uma ação caritativo-promocional, que é organizada em consonância e com obediência à Igreja dentro da legalidade do Estado brasileiro. Dom Olívio não esboça ações que têm por finalidade o confronto com a Constituição brasileira vigente. As apropriações feitas na infância e na adolescência vividas na família, as leituras de mundo realizadas durante a juventude, a experiência formativa no seminário, os contatos realizados como pároco e provincial comporiam, todas juntas, uma biografia sensível ao apelo social e atendida com a ordem política instituída. A proposta aplicada na diocese de Foz do Iguaçu gira em torno de que todos e tudo atuem *“In Uno Spiritu”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever a última parte deste trabalho, gostaria de retomar as duas razões que estiveram presentes desde a elaboração inicial do projeto de pesquisa: a primeira delas referia-se à afirmação, de domínio público, de que a diocese de Foz do Iguaçu, entre todas do Oeste do Paraná, havia se tornado vanguarda na renovação eclesial e, por isso, sensível à oferta de serviços religiosos voltados para problemas emergenciais que envolviam a população, como a fome, a violência, o desemprego e a migração forçada. Essa percepção tornou-se motivação, porque tratava de curiosidade pessoal e afinidade com a suposta cumplicidade social daquela Igreja Particular.

A segunda razão tinha como origem uma constatação propriamente acadêmica de que a esmagadora maioria das pesquisas, voltadas para a compreensão regional, estava pautada noutras temáticas e abordagens ou, quando tratavam do campo religioso católico, esbarravam no monolitismo institucional e na atenção, quase exclusiva, pelos mesmos problemas como aqueles relacionando o campo católico ao processo de colonização e à expansão institucional. Esse direcionamento inevitavelmente contribuía para um vácuo historiográfico no que tange às implicações do campo religioso católico diante dos processos da modernização, do êxodo rural e crescimento das cidades, próprios das décadas de 1970 e 1980.

Pode-se dizer que essas duas razões acompanharam, em grande medida, o desenvolvimento desta pesquisa servindo como orientação aos trabalhos de campo, ao levantamento bibliográfico e às leituras teóricas. De início, não era senão uma pista, uma direção de pesquisa, que aos poucos foi ganhando contornos, definindo os limites, apreciando a importância e tomando direções. Como resultado do trabalho, foi possível elencar características que confirmam, em parte, as afirmações populares sobre o protagonismo da diocese de Foz do Iguaçu no perfil interveniente na sociedade. Corroboram para tal conclusão o investimento discursivo de Dom Olívio na organização eclesial por meio de grupos de reflexão, na valorização da religiosidade popular como manifestação legítima de relação com o sagrado, na oferta de cursos e oficinas sobre organização sindical e formação de associação de moradores, no apoio e participação direta nas negociações, passeatas e acampamentos ao lado dos desapropriados da usina hidrelétrica de Itaipu.

A segunda razão, que apontava para duas implicações, isto é, monolitismo institucional e a ênfase nas temáticas decorrente da colonização, acabaram sendo tangencialmente trabalhadas. Ao assinalar para a instalação e consolidação pastoral da diocese de Foz do Iguaçu apresentaram-se as dificuldades, as resistências e as retaliações inerentes ao campo religioso católico relativo às opções assumidas, sobretudo em relação aos grupos de reflexão, ao apelo social realizado por meio do jornal diocesano e à convocação *In Uno Spiritu* – aspectos jamais consentidos e unânimes. Para a compreensão desse cenário, a noção de campo religioso tornou-se operacional, à medida que se entende como um espaço multifacetado de posições no qual o objeto de estudo encontra-se inserido em uma lógica relacional. É essa lógica relacional que dá à noção de campo a possibilidade de estudar a religião compreendendo as inter-relações possíveis e afastando-se de uma apreensão substancialista ou como mero reflexo de uma macro-realidade.

Permanece o desafio de realizar, cotejando as fontes com acuidade cirúrgica, um trabalho comparativo, ou talvez monográfico, sobre as opções, cumplicidades e dissensos político-religiosos da Província Eclesiástica de Cascavel. Ao que as evidências apontam, parece temerário falar em perfil ou característica da Igreja Católica no Oeste do Paraná. Embora todas pertencessem à mesma diocese mãe, o mesmo bispo, além de administrar duas dioceses em momentos diferentes, ter sido o representante da Província por vários anos e de todas serem atingidas no mesmo período por problemas sociais comuns, é certo que a organização eclesiástica, no que se refere ao carisma dos episcopos, ao perfil do presbitério, à composição étnica e à religiosidade popular, são particularidades suficientemente decisivas e apontam para outros delineamentos teológico-pastorais. Permanece o desafio de trabalhar esta temática com propriedade.

No que se refere ao trabalho que ora se encerra, ficam alguns aprendizados e algumas contribuições para a historiografia regional. Compete destacar, méritos exclusivos da orientação, a indicação em explorar a trajetória biográfica de Dom Olívio como possibilidade heurística para compreender o universo simbólico do personagem e os desdobramentos pastorais quando bispo de Foz do Iguaçu. Feita essa opção, o objetivo foi explorar o papel do indivíduo na construção dos laços sociais, por concentrar em si as características e as interrogações de uma comunidade e se inserir numa rede de relações e problemas de uma época. Essa opção metodológica procurou se afastar da abordagem estruturalista que dilui a

função do indivíduo na estrutura social e da tradicional polarização homem versus contexto social, assim como da postura anedótica e puramente cronológica da narrativa das práticas do indivíduo. Como precaução e objetivo da escrita, buscou-se não sucumbir à sedução de perder a história problema em nome de um modismo cuja marca é a facilitação e a superficialidade da pesquisa.

Na mesma linha interpretativa de valorização do papel ativo do sujeito como produtor de sentidos e de apropriações subjetivas do mundo social, esta abordagem buscou entender as experiências vividas e significadas por Dom Olívio. Daqui em diante, e assim se construiu o primeiro capítulo, o desafio foi compreender como se constituiu o *modus vivendi* do sujeito através das instituições doadoras de significados sociais, como a família e as experiências católicas presentes através da Congregação Vicentina, dos Focolares, sobretudo da Congregação Mariana, da leitura, ainda na juventude, dos periódicos confessionais e dos livros de Tihamer Toth, da espiritualidade e carisma dos padres missionários do Verbo Divino. Ao trazer em pauta algumas preocupações da Igreja de Juiz de Fora e por extensão as grandes prioridades da Igreja do Brasil de meados do século XX, a maior contribuição desse capítulo consistiu em apresentar e analisar as apropriações, ressignificações e leituras realizadas por Dom Olívio, vazando as objetividades estruturantes, isto é, se assume a austeridade da disciplina e a espiritualidade mariana, relativiza a cruzada contra o comunismo e o protestantismo; se dócil e obediente à hierarquia, acessível e assembleísta na organização da diocese; se, por um lado, formado numa concepção teológica pré-conciliar e simpatizante de movimentos religiosos de espiritualidade intimista, por outro simpático das opções teológico-pastorais definidas em Puebla (1979) e defensor da intervenção social da Igreja. Enfim, ao explorar os indícios da sua trajetória biográfica, foi possível entender, em grande parte, a administração episcopal no processo de instalação e organização da diocese iguaçuense.

Durante os anos de 1960 a 1970, quando atuou como formador, vigário e, na seqüência, pároco por cinco anos na paróquia Nossa Senhora de Lourdes, bairro Água Rasa, em São Paulo, as atividades desenvolvidas pouco denotaram uma renovação eclesial impulsionada pelo evento do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e mesmo de Medellín (1968). Ao que as evidências apontam é, a partir de meados da década de 1970, quando assume a função de provincial da Congregação Brasil–Centro, correspondente ao estado de São Paulo, que novas preocupações religiosas

são assumidas. Este é o problema inicial apresentado no segundo capítulo, que teve como objetivo principal compreender o projeto eclesial *In Uno Spiritu* desenvolvido na diocese de Foz do Iguaçu. A fim de evitar cair no localismo temático e desenvolver análises míopes, buscou-se a todo instante inserir a problemática da diocese dentro do campo católico brasileiro, sobretudo considerando as injunções provenientes do Regional Sul II e os diálogos, no campo político, ocorridos entre Igreja e Estado brasileiro. Mais do que precaução, tal postura é justificada por se entender que compete ao historiador não somente constatar, mas tentar compreender as diversas imagens, ou a pluralidade de compreensões que a instituição apresenta de si num dado momento histórico.¹

Todo recurso simbólico como porta-voz do sagrado é utilizado nas visitas pastorais, nos escritos e entrevistas na imprensa escrita e falada, nas Assembléias Diocesanas, entre outros, para construção de um perfil pastoral voltado para o que Dom Olívio entendia ser a missão da Igreja na sua base – evangelizar –, com atenção especial à família, às CEBs e à renovação paroquial, priorizando atuar sobre/com os pobres e jovens. Opção clara, proposta polêmica *intra* e *extra ecclesie*. Entre as contribuições importantes desse capítulo, consta a discussão acerca das dificuldades e disputas, embora às vezes silenciosa, referente ao projeto eclesial. A resposta à pergunta “Qual o real papel da Igreja?” certamente não encontra consenso.

A outra questão relevante diz respeito à problematização acerca das CEBs, comumente compreendidas como gestão democrática dos bens de salvação. O que se pode concluir de imediato é que, ao lado da opção, existia também a necessidade estrutural da diocese, haja vista o escasso número de agentes do sagrado. Antes das CEBs, os grupos de reflexão se expandem sendo desenvolvidos horizontalmente no plano das relações informais, nas linhas e nas diretrizes pastorais. Ainda que agreguem bases ativas no processo de tomada de decisões, dependem da estrutura formal, verticalizada e hierarquizada da instituição católica.

¹ Nesta passagem a referência é feita às discussões que Emile Poulat faz ao distinguir os papéis e natureza epistemológica do teólogo e do historiador. Recomenda que o historiador não deve limitar sua pesquisa ao que foi objetivamente a obra da Igreja. Ela a estende a todo jogo de imagens observáveis: a imagem que a Igreja fazia de si própria em um dado momento; a imagem que então ela dava de si mesma aos diversos grupos; a imagem que ela tinha desses diversos grupos. Onde o teólogo fala de autocompreensão da Igreja, o historiador constata pois uma pluralidade de compreensões, das quais uma, uma dominante, tende a se impor como única válida. Cf. POULAT, Emile. Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesial da história. **REVISTA CONCILIIUM**, Petrópolis, 1971/7, p. 817.

Ademais, sem o impulso eclesial, no que tange à sua estrutura organizativa e, sobretudo, à linguagem simbólica, possivelmente teriam sido seduzidas pela dispersão. Assim, a noção de CEBs em Dom Olívio deve ser compreendida como tendo no horizonte a hierarquia e jamais separada dela. *“Todos os movimentos em função da CEBs e as CEBs para formar uma unidade na Paróquia a exemplo da unidade Universal da Igreja”*.² Quer dizer, descentralizar alguns serviços, sim; sem, contudo, acabar com a estrutura paroquial.

Finalmente, e aqui a relação com o terceiro capítulo, em todos os escritos e entrevistas concedidas, fica patente a sensibilidade social de Dom Olívio e a pouca insistência em relação a questões da moral familiar, como sexualidade, métodos contraceptivos, indissolubilidade matrimonial, entre outras. Se essa opção discursiva demonstra concordância com a Igreja, sua pouca ênfase manifesta igualmente a não prioridade em seu episcopado, embora estivesse falando de uma região de fronteira onde o tráfico e exploração sexual é uma realidade flagrante. É plausível afirmar que na sua atuação há uma afinidade eletiva com aqueles que estão submergidos pelo sistema capitalista. Contudo, são imperceptíveis ações que provocam questionamentos sobre sua legitimidade, senão tão somente contra algumas conseqüências provocadas bastando, para tanto, algumas correções de rumo. De modo que se pode dizer que há afinidade eletiva negativa de Dom Olívio não com o capitalismo enquanto tal, mas com algumas conseqüências decorrentes desse sistema como a marginalidade, a impessoalidade e a exploração socioeconômica.

Importa destacar que as opções pastorais tomadas colocam-no em contato com diferentes grupos sociais cujo prestígio político e econômico é determinante na sociedade oestina. Entretanto, longe da dissidência com esses grupos sociais de opções ideológicas diferentes, Dom Olívio zela pelo convívio na tentativa de não esgarçar as relações de negociações/interloquções. Com isso, os maiores desafios e, conseqüentemente, suas intervenções direcionam-se na tentativa de minimizar as conseqüências da urbanização acelerada e da modernização do campo que concretamente se revelam pela falência da Cooperativa Frimesa e pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu. As estratégias de ação giram em torno das campanhas incentivando a permanência do homem no campo, serviços de assistência e promoção do migrante (sobretudo na cidade de Foz do Iguaçu),

² LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA DE NAZARÉ: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Ramilândia, 20 a 26 de setembro de 1980.

reuniões com cúpula da CNBB e da CEP (Conferência Episcopal do Paraguai) e campanhas com as dioceses limítrofes da tríplice fronteira a fim de tratar do problema da migração e, ao fim, o que veio a ser possivelmente o maior desafio de seu episcopado: as tensas negociações e passeatas com aqueles que foram atingidos pela construção da binacional Itaipu.

Mais do que elencar fatos da história que poderiam se estender infinitamente, os envolvimentos sociais discutidos tornam-se excepcionais porque concentram em si características suficientes para explorar o sentido e significado das ações do sujeito. Ao optar por esta abordagem, abria-se “como que” uma fenda privilegiada para se entender, nos fragmentos de historicidades, a constituição do campo religioso católico da diocese de Foz do Iguaçu sob o ângulo da trajetória biográfica de Dom Olívio.

FONTES

1 Arquivo Público de Brasília e do Paraná

ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA – Departamento da Polícia Federal – Superintendência Regional no Estado do Paraná/Divisão de Polícia Federal em Foz do Iguaçu: Seção de Informações. Informe n. 033/84 – SI/DPF.1/FI/PR. *Identificação de religiosos e leigos atuantes no processo subversivo*, 17 de fev. 1984.

ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA – Serviço Nacional de Informação: Informe 514/19/ACT/83. *Encontro Binacional sobre 'Reflexão e Estudos para Uma Pastoral do Migrante'* – Foz do Iguaçu/PR, 2 de set. 1983.

ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Polícia Militar do Estado do Paraná: Estado Maior. *Movimento do Agricultor Sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO*. Informe n. 111/82-PM/2-PMPR. Brasília, 15 de fev. 1982.

ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Serviço Nacional de Informação (SNI). *Tendência do episcopado brasileiro*. Apreciação Especial n. 001/19/AC/81. Brasília, 6 de jan. 1981.

ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Serviço Nacional de Informação (SNI). *Situação do clero no Paraná e Santa Catarina*. Informação n. 107/19/AC/83. Brasília, 25 de ago. 1983.

ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Serviço Nacional de Informação (SNI) – 34º BIMTZ. *II Encontro das Presidências da CNBB e CEP em Foz do Iguaçu/PR*. Informe n. 307 S/102-A3-CIE. Brasília, 22 de fev. 1984.

ARQUIVO PÚBLICO DE BRASÍLIA. Serviço Nacional de Informação (SNI). Informativo Diocesano 'Em Um Só Espírito'. Informe n. 349/19/ACT/83. Brasília, 9 de jun. 1982.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Pedido de Busca n. 1367. *XX Assembléia dos bispos da Regional Sul II da CNBB*, 24 de set. 1975.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Pasta Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, n. 3210, top. 37, período, 1978, 233 páginas. *Calendário da CNBB para 1978*, 27 de fev. 1978.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Chefe do Centro de Operações da Delegacia Regional no Paraná e Santa Catarina ao Delegado de Ordem Política e Social da Polícia Civil. Of. n. 1894/CO/68/SIG, 4 de set. 1968.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). *Clero: Pregações de cunho subversivo*, 8 de out. 1968.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). *Atividades subversivas de sacerdotes católicos*. Chefe do Setor de Segurança e Informação da 11ª Divisão da Rede Ferroviária Federal S.A (R.F.F.S.A). Curitiba, 17 de fev. 1971.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs). Ministério do Exército: III EX, 5ª RM e 5ª DE, CODI, 2ª Seção, DOI. *A subversão na Igreja do Paraná*. Curitiba, 7 de set. 1977.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Serviço Nacional de Informação (SNI), Agência de Curitiba. *Dossiê: Comissão Pastoral da Terra – recorte do jornal Gazeta do Povo de 23 de abril de 1979 contendo a matéria Justiça e Paz quer solução para promissórias rurais*. Curitiba, 1979.

2 Publicações Periódicas: Jornal Em Um Só Espírito (EUSE)

Assembléia diocesana do cursilho de Foz do Iguaçu chegam a conclusões inéditas. EUSE, abr. 1987.

BIASIBETTI, Ilse Lúcia; PASQUALOTTO, Clair Anita. **Migrantes tem sua sede.** EUSE, maio 1984.

----- **Pastoral de migrações em Foz do Iguaçu.** EUSE, nov. 1982.

----- **Pastoral das migrações: Diocese de Foz do Iguaçu.** EUSE, out. 1983.

Editorial. EUSE, jul. 1979.

----- EUSE, ago. 1981.

Capa do jornal Diocesano. EUSE, abr. 1983.

----- EUSE, abr. 1984.

----- EUSE, jun. 1984.

EUSE, out. 1984.

-----, nov. 1984.

FAZZA, Olívio Aurélio. **A Palavra do Pastor.** EUSE, jun. 1981.

----- **Palavra do Pastor: Caríssimos diocesanos.** EUSE, ago. 1981.

----- **IV Assembléia Diocesana.** EUSE, dez. 1981.

----- **Palavra do Pastor: saudação fraterna.** EUSE, ago. 1982.

----- **A palavra do pastor: a alegria de festejar o 5ª aniversário.** EUSE, ago. 1983.

----- **Vamos construir: VI assembléia diocesana.** EUSE, nov. 1983.

----- **Palavra do pastor: em tempo de assembléia.** EUSE, dez. 1983.

----- **A Palavra do Pastor: Em Um Só Espírito.** EUSE, mar. 1984.

----- **Palavra do Pastor: Diamante do Oeste.** EUSE, nov. 1985.

----- **A palavra do pastor: onde o remédio?** EUSE, jul. 1986.

----- **Igreja Católica Apostólica Brasileira.** EUSE, set. 1987.

----- **Palavra do Pastor: Natal.** EUSE, dez. 1987.

----- **Palavra do Pastor: Sétimo Encontro Intereclesial de CEBs.** EUSE, ago. 1989.

GASPERINA, José Dalla. **Encontro de pastoral das migrações limítrofes.** EUSE, jul. 1979.

Igreja acolhe agricultores despejados. EUSE, jul. 1984.

Migrantes celebram seu dia. EUSE, jun. 1984.

Na encruzilhada, um momento de fé. EUSE, abr. 1981.

Paróquia São Miguel reanimada na fé. EUSE, jun. 1984.

Ramilândia: ontem cidade sonho. Hoje se esvazia. EUSE, jul. 1984.

POZZOLO, Luiz. **País rico, povo pobre: alguém está lucrando com isso.** EUSE, set. 1987.

Terra é o problema. EUSE, set. 1983.

3 Publicações Periódicas: *Jornal Intercâmbio*

Assembléia Latino-Americana. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 67, ago. 1976.

Assembléia Provincial. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 65, jun. 1976.

BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 60, nov. 1975.

----- São Paulo, n. 63, abr. 1976.

----- São Paulo, tomo 2, mar. 1974 a out/dez. 1986.

CAZAROTTO, Joel Luís. Religiosidade popular: uma reflexão. INTERCÂMBIO, n. 64, maio 1976.

FAZZA, Olívio Aurélio. Caminhar juntos. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 62, mar. 1976.

----- A Assembléia da CRB – Regional em São Paulo. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 66, jul. 1976.

----- Prezados confrades. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 69, out. 1976.

INFORMATIVO INTERCÂMBIO, n. 56, maio 1975 e n. 84, jan. 1978.

Resumo da Assembléia Provincial. BOLETIM INTERCÂMBIO. São Paulo, n. 89, jun. 1978.

4 Publicações Periódicas: *Jornal Lar Católico*

D. M. **Com os protestantes.** JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, nº 12, ano XXX, 22 de mar. 1942.

LEHMANN, Pe. João. **O arcebispo de Belo Horizonte e a propaganda Protestante no Brasil.** JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, nº 14, ano XXX, 5 de abr. 1942.

O Diário. Perigo dos colégios protestantes. JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, nº 4, ano XXX, 25 de jan. 1942.

O Diário. Perigos de um mau colégio. JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, nº 3, ano XXX, 18 de jan. 1942.

ROSSI, Pe. Agnelo. **Imitações protestantes.** JORNAL LAR CATÓLICO, Juiz de Fora, nº 5, ano XXX, 1º de mar. 1942.

5 Publicações Periódicas Diversas

A fala do bispo. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 10 a 17 de jun. 1981.

A resistência dos desapropriados. JORNAL NOSSO TEMPO, 25 de mar. a 1º de abr. 1981.

Agentes secretos vigiam reuniões de colonos. JORNAL HOJE, Cascavel, 12 a 18 de maio 1979.

Agricultores marcharam em paz pelas ruas de Foz do Iguaçu. JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 8 de abr. 1981.

As reivindicações básicas. JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 23 de mar. 1979.

Assembléia de Itacorá. INFORMATIVO POEIRA, Curitiba, jan/abr. 1981.

Bispos debatem migrações. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 22 a 28 de jul. 1981.

Colonos iniciam marcha até Foz. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 17 de mar. 1981.

Colonos propõem formas de negociação. INFORMATIVO POEIRA, Curitiba, jan/abr. 1981.

Costa Cavalcanti chegou e fala hoje com agricultores. JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 19 de mar. 1981.

CPT preocupada com bem estar dos agricultores. JORNAL O PARANÁ, Cascavel, jan. 1979.

Desapropriados rebatem Itaipu. JORNAL NOSSO TEMPO, 25 de mar. a 1º de abr. 1981.

Dezesseis mil pessoas visitaram Itaipu em 77. JORNAL O PARANÁ, 1º de fev. 1978.

DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU – Organização diocesana e calendário 2006. Foz do Iguaçu, 2006.

Documento da Pastoral da Terra condena NPR's. JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 15 de mar. 1979.

Editorial: O salário é pouco, a miséria é muita. A Igreja quer mais justiça. JORNAL VOZ DO PARANÁ, Curitiba, 24 a 30 de set. 1978.

Fala, Dom Ivo: uma entrevista com o presidente da CNBB. JORNAL HOJE FOZ, Foz do Iguaçu, 14 a 20 de jul. 1979.

FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista.** JORNAL HOJE FOZ, Foz do Iguaçu, s/d.

----- **A fala do bispo.** JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 10 a 17 de jun. 1981.

----- **Entrevista: faço opção preferencial pelos pobres.** JORNAL A GAZETA DO IGUAÇU, Foz do Iguaçu, 29 de jun. 2002.

FEDALTO, Dom Pedro. **A voz do pastor: Regional Sul II com novo plano de pastoral.** JORNAL VOZ DO PARANÁ, Curitiba, 7 de out. 1978.

Frimesa, falência decretada. JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 24 de out. 1978.

Igreja ao lado do homem do campo. JORNAL O PARANÁ, Cascavel, 24 de fev. 1980.

Igreja intercede por desapropriados junto a Cavalcanti. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 8 de abr. 1981.

Igrejas de três países tomam posição ao lado dos migrantes. JORNAL HOJE FOZ, Foz do Iguaçu, 7 a 13 de jul. 1979.

Igreja não deixará Itaipu, diz dom Ivo. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 19 de jul. 1978.

Imigrações para o Paraguai. JORNAL GAZETA DO POVO, Curitiba, 6 de dez. 1980.

INFORMATIVO POEIRA, Curitiba, n. 5, nov. 1978.

Itaipu aponta baionetas contra agricultores. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 25 de mar. a 1º de maio 1981.

Itaipu contesta a CNBB. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 29 de out. 1978.

Itaipu não cede à pressão dos 700 colonos. JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro, 21 de mar. 1981.

Itaipu x agricultores: deu coluna dois. JORNAL INFORMATIVO COTREFAL – ESPECIAL, Medianeira, jul. 1980.

JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 1º a 7 de mar. 1981.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **Pouca justiça e pouca terra.** JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 20 a 25 de maio 1981.

Migrações preocupam a Igreja. JORNAL VOZ DO PARANÁ, Curitiba, 21 a 27 de jul. 1979.

Migrantes nas preocupações da Igreja. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 7 a 13 de out. 1982.

O documento final. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 13 a 19 de maio 1981.

O preço da Paz, Justiça e Terra. JORNAL NOSSO TEMPO, Foz do Iguaçu, 18 a 25 de mar. 1981.

PEGORARO, Paulo Roberto. **Expropriados pretendem iniciar greve de fome.** FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 17 de jul. 1980.

Quem pagará as NPRs? JORNAL HOJE, Cascavel, 12 a 18 de maio 1979.

Sem Terra e Sem Rumo: 40 milhões de brasileiros estão migrando. JORNAL HOJE, Cascavel 13 a 19 out. 1979.

Stephanes: “Produtor não deve pagar Nota Promissória Rural”. JORNAL VOZ DO PARANÁ, Curitiba, 7 a 13 de abr. 1979.

6 Livros tombo e atas

LIVRO ATA DA 173ª REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE. Paróquia Nossa Senhora de Lourdes. São Paulo, 15 de setembro de 1970.

LIVRO ATA DA FEDERAÇÃO MARIANA DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora, 31 de outubro de 1937.

----- Juiz de Fora, 18 de junho de 1939.

----- Juiz de Fora, 29 de março de 1942.

LIVRO ATA DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO. Paróquia Nossa Senhora de Lourdes. São Paulo, 7 de janeiro de 1973.

LIVRO ATA DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL. São Miguel do Iguçu, maio a junho de 1979.

LIVRO ATA DA PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE CURITIBA. Curitiba.

LIVRO ATA DA REUNIÃO DO CLERO DA DIOCESE DE TOLEDO. Toledo, 9 de setembro 1976.

LIVRO ATA DA XVI REUNIÃO ORDINÁRIA DA PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE CURITIBA. Curitiba, 19 a 20 de abril de 1966.

LIVRO ATA DA XXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 17 de maio de 1971.

LIVRO ATA DA XX ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 22 a 26 de fevereiro de 1975.

LIVRO ATA DA XXII ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 22 a 26 de setembro de 1975.

LIVRO ATA DA XXIV ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 26 a 30 de setembro de 1977.

LIVRO ATA DA XXV ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 13 a 17 de fevereiro de 1978.

LIVRO ATA DA XXVII ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 18 a 22 de junho de 1979.

LIVRO ATA DA XXVIII ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 13 a 17 de setembro de 1980.

LIVRO ATA DA XXX ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUAL II. Curitiba, 11 a 14 de setembro de 1982.

LIVRO ATA DA XXXI ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 10 a 13 de setembro de 1983.

LIVRO ATA DA XXXI ASSEMBLÉIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II – Carta ao povo do Paraná. Curitiba, 10 a 13 de setembro de 1983.

LIVRO ATA DO CENTRO DE PASTORAL DO MIGRANTE. Foz do Iguçu, 19 de novembro de 1982.

LIVRO ATA DO III ENCONTRO REGIONAL DAS CEBS – PARANÁ: Discurso de abertura de Dom Olívio Aurélio Fazza. São José dos Pinhais, 9 a 11 de outubro de 1982.

----- Discurso de Dom Ladislau Biernaski. São José dos Pinhais, 9 a 11 de outubro de 1982.

LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, 26 de agosto de 1978.

----- Foz do Iguaçu, 31 de dezembro de 1978.

----- Encontro das pastorais das migrações limítrofes. Foz do Iguaçu, junho de 1979.

----- Encontro das pastorais das migrações limítrofes. Foz do Iguaçu, 3 a 6 de julho de 1979.

LIVRO TOMBO DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU: Visita pastoral à paróquia Santa Terezinha. Foz do Iguaçu, 8 a 14 de outubro de 1979.

----- II Assembléia Diocesana. Foz do Iguaçu, 15 a 16 de novembro de 1979.

----- III Assembléia Diocesana. Foz do Iguaçu, 21 a 23 de novembro de 1980.

----- Foz do Iguaçu, 26 de agosto de 1980.

----- Foz do Iguaçu, setembro de 1982.

----- Foz do Iguaçu, dezembro de 1983.

----- Controvérsias. Foz do Iguaçu, setembro de 1987.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA CRISTO REI. São Paulo, 1959.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA E CATEDRAL SANTO ANTONIO DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora, 14 a 18 de junho de 1939.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Diamante do Oeste, 26 de outubro de 1985.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Missal, 15 de novembro de 1979.

----- Missal, 27 julho de 1980.

----- Missal, janeiro de 1981.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE LOURDES – Visita pastoral de Dom Bruno Maldaner. São Paulo, 30 de novembro de 1970.

----- São Paulo, janeiro de 1972.

----- São Paulo, 28 de setembro de 1975.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE MEDIANEIRA DE TODAS AS GRAÇAS: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Medianeira, 14 a 20 de março de 1981.

----- Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Medianeira, 12 a 28 de março de 1984.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO CARAVÁGGIO: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Matelândia, 11 a 18 de outubro de 1981.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA DE NAZARÉ: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Ramilândia, 20 a 26 de setembro de 1980.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Santa Terezinha de Itaipu, 8 a 14 de outubro de 1979.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Foz do Iguaçu, 7 de novembro de 1982.

----- Foz do Iguaçu, 31 de dezembro de 1983.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO: Visita pastoral de Dom Olívio Aurélio Fazza. Foz do Iguaçu, 28 de setembro de 1981.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL. São Miguel do Iguaçu, agosto de 1979.

----- São Miguel do Iguaçu, março de 1980.

----- São Miguel do Iguaçu, abril de 1980.

LIVRO TOMBO DA QUASE-PARÓQUIA DE ITACORÁ. São Miguel do Iguaçu, maio de 1981.

7 Planos de pastorais, cartas, relatórios, comunicados e revistas

AGNELO, Geraldo Majela. **Relatório da visita Ad Limina (1975 – 1979)**. Toledo, 1980.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL REALIDADE AGRÁRIA: Reforma Agrária. Francisco Beltrão, n. 5, 1981.

BOLETIM COMISSÃO PONTÍFICA JUSTIÇA E PAZ – SERVIÇO DE IMPRENSA, n. 46, s/d.

CARMINATTI, Zeni. **Relatório histórico e programático da pastoral dos migrantes da Diocese de Foz do Iguaçu (1982 – 2005)**. Foz do Iguaçu, abril de 2005.

CARTA n. 1048/2007/COREG-AN: Maria Esperança de Resende. Brasília, 5 de setembro de 2007.

CARTEIRA PROFISSIONAL DE OLÍVIO AURÉLIO FAZZA. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: Departamento Nacional do Trabalho – Serviço de Identificação Profissional.

CHEFE DA SEÇÃO DE TIROS-DE-GUERRA/2ª RM – MAJOR ARIIVALDO DOS SANTOS OBREGON. **Informação sobre ex-atirador**. São Paulo, 20 de setembro de 2007.

CÍRIO, Armando. Dos conflitos pela terra ao êxodo e ao fim da alegria e do espírito comunitário. REVISTA CRISTO REI, Toledo, ano III, n. 26, mar. 1999. Toledo.

----- **Carta aos vigários**. Toledo, 7 de agosto de 1963.

----- **Padres, religiosos e fiéis**. Toledo, abril de 1969.

----- **Mensagem de Páscoa**. Toledo, abril de 1977.

COMISSÃO DE AGRICULTORES NOMEADA PELA ASSEMBLÉIA DE MEDIANEIRA SOBRE AS NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS (NPRs) – Carta aberta aos agricultores envolvidos pelas NPRs. Cascavel, 18 de abril de 1979.

----- Nota oficial 2: Carta aberta aos agricultores envolvidos pelas NPRs. Cascavel, 24 de maio de 1979.

COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – Violência no campo. Curitiba, ano 4, n. 5, 1983.

CONGREGATIO PRO EPISCOPIS: Carta resposta do cardeal Bernardin Gantin por ocasião da visita *Ad Limina Apostolorum de Dom Olívio Aurélio Fazza*. Roma, prot. n. 341/1985, 15 de dezembro de 1985.

Costa Cavalcanti. Pronunciamento em 29 de jun. 1979 na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba.

D'ANGELIS, Wagner Rocha. **Encontro Binacional Sobre Migrações – CPJP-PR**. Curitiba, 18 de março de 1982.

----- **Informe: Atividades da CJP-PR (20 de maio a 20 de junho)**. Curitiba, s/d.

ENCONTRO DOS PADRES – Casa de formação de líderes de Toledo. Toledo, 5 a 7 de março de 1975.

FAZZA, Dom Olívio Aurélio. Apresentação. III PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU DE 1981. Foz do Iguaçu, 1º de janeiro de 1981.

----- Apresentação: caríssimos agentes de pastoral. V PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU DE 1983. Foz do Iguaçu, 1º de janeiro de 1983.

----- Apresentação. IV PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU DE 1984. Foz do Iguaçu, 1º de janeiro de 1984.

----- Comunicado paroquial de Nossa Senhora do Caravaggio de Matelândia. Matelândia, 26 de outubro de 1981.

-----; DAL POZZO, Valentim; FUCHS, Werner. **Carta enviada ao General Ernesto Geisel – Presidente da República do Brasil**. Foz do Iguaçu, 19 de outubro de 1979.

----- Apresentação. ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL REALIDADE AGRÁRIA: Reforma Agrária. Francisco Beltrão, n. 5, 1981.

----- **Carta a Dom Ivo Lorscheiter – Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Foz do Iguaçu, 12 de março de 1984.

----- **Carta a Dom Ivo Lorscheiter – Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Foz do Iguaçu, 29 de agosto de 1984.

----- **Carta ao General Costa Cavalcanti – Presidente da Itaipu Binacional**. Foz do Iguaçu, 24 de fevereiro de 1984.

----- **Carta Pastoral: Êxodo Rural**. Foz do Iguaçu, 25 de julho de 1984.

----- **Diretrizes Catequéticas: Diocese de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 1985.

----- Apresentação: caríssimos agentes de pastoral. PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU DE 1983. Foz do Iguaçu, 1º de janeiro de 1983.

----- **Caríssimos párocos, paz e bem!** Foz do Iguaçu, 20 de novembro de 1985.

-----. **Caríssimos sacerdotes, religiosos e fiéis.** Foz do Iguaçu, 20 de fevereiro (quarta-feira de cinza) de 1985.

-----. **Carta a Dom Frederico Helmel – bispo de Guarapuava.** Foz, 26 de novembro de 1984.

-----. **Relatório da visita *Ad Limina* (1980 – 1984).** Foz do Iguaçu, 1985.

-----. **Renovação Carismática Católica: algumas normas disciplinares.** Foz do Iguaçu, novembro de 1985.

-----. **Carta.** Foz do Iguaçu, 19 de ago. 2007. (A/A).

FEDALTO, Dom Pedro; COLUSSI, Dom Luiz. **Carta a todos os presentes à Assembléia de Agricultores angustiados pelas notas promissórias rurais.** Curitiba, 20 de março de 1979.

FEDALTO, Dom Pedro. Apresentação. V PLANO BIENAL DE PASTORAL DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 25 de janeiro de 1979.

-----. Apresentação. V PLANO BIENAL DE PASTORAL DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 25 de janeiro de 1979.

-----. Apresentação. VI PLANO BIENAL DE PASTORAL DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 1º de novembro de 1980.

FUCHS, Pastor Werner; VAN DE VEN, Padre Adriano. **Convite para a Assembléia de agricultores angustiados pelas Notas Promissórias Rurais – NPRs.** Marechal Cândido Rondon, 5 de março de 1979.

FUCHS, Werner. **Organizar o imprevisível?** REVISTA PROPOSTA (FASE), Rio de Janeiro, n. 45, set. 1990.

I PLANO DE PASTORAL DA DIOCESE DE FOZ DO IGUAÇU – 1980. Foz do Iguaçu, Advento de 1979.

I PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 31 de março de 1967.

ITAIPU BINACIONAL – Desapropriações: Área do reservatório (margem esquerda). Foz do Iguaçu: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, s/d.

ITAIPU BINACIONAL – RESUMO DO PROJETO ITAIPU. Foz do Iguaçu (s/d).

ITAIPU BINACIONAL – Relatório Anual de 1979. Foz do Iguaçu (s/d).

IV PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 10 de dezembro de 1975.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **Convite do Encontro Pastoral Binacional.** Foz do Iguaçu, 10 de outubro de 1981.

O preço da paz: justiça e terra. Panfleto contendo reivindicações do MJT, s/d.

PASTORAL DA MOBILIDADE HUMANA – Diocese de Foz do Iguaçu – PR. Foz do Iguaçu, 2007 (folder).

ROTEIRO PARA PREPARAÇÃO DA V ASSEMBLÉIA DIOCESANA. Foz do Iguaçu, 1982.

SANTOS, João dos. **Histórico e memória – CEBs**. Paróquia Nossa Senhora Medianeira das Graças. Medianeira, s/d.

TERRA – Depoimentos de Dom Agostinho José Sartori, bispo de Palmas, e Gernote Kirinus, pastor da IECLB. Curitiba: Voz do Paraná, 1977.

V PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO DA IGREJA DO PARANÁ. CNBB – Secretariado do Regional Sul II. Curitiba, 25 de janeiro de 1979.

VAN DE VEN, Adriano. **Coordenador pastoral**. Medianeira, 7 de agosto de 1981.

8 Documentos Eclesiásticos

BISPOS FALAM SOBRE A SITUAÇÃO DO NOSSO PAÍS – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II (Versão popular do Estudo da CNBB Subsídios para uma política social publicado em 30 de agosto de 1979). Curitiba, 1º de fevereiro de 1980.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II: CEBs: Manual sobre Comunidades Eclesiais de Base. Curitiba, agosto de 1976.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II: Missão e renovação da Igreja – Orientações teológico-pastorais do episcopado paranaense. Curitiba, 8 de setembro de 1970.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 3 ed., São Paulo: Loyola, 2003.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *LUMEN GENTIUM*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1989.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1989.

DECRETO *CHRISTUS DOMINUS*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1989.

DECRETO *DEI VERBUM*. In: Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1989.

Encontro de Pastoral das Migrações Limítrofes. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – MIGRAÇÃO: O CAMINHO DA MISÉRIA, ano 2, n. 2, jun. 1981.

Encuentro sobre Migración Brasileña. Estructura productiva y fuerza de trabajo em Alto Paraná. COMISSÃO PONTIFÍCIA JUSTIÇA E PAZ – MIGRAÇÃO: O CAMINHO DA MISÉRIA, ano 2, n. 2, jun. 1981.

Estudos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Pastoral Social. 3 ed., São Paulo: Paulinas, n. 10, parágrafo 47, 1978.

EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLÍTICA – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/REGIONAL SUL II. Curitiba, 7 de junho de 1977 (Versão popular do documento homônimo publicado em 1977).

OCTAGESIMA ADVENIENS, Encíclica de Paulo VI. São Paulo: Paulinas, 1971.

PROBLEMAS DA TERRA. DOC. 38, CNBB, XVII ASSEMBLÉIA GERAL DA CNBB. Brasília, 27 de abril de 1979.

PRONUNCIAMENTOS DO PAPA NO BRASIL: textos apresentados pela CNBB. Petrópolis: Vozes, 1980.

Questão da terra, uma questão humanitária. SEDOC – Serviço de Documentação. Petrópolis, v. 10, n. 105, out/nov. 1977.

RERUM NOVARUM, Encíclica de Leão XIII. 6 ed., São Paulo: Paulinas, 1980.

SEM TERRA E SEM RUMO. Comissão Pastoral da Terra. Marechal Cândido Rondon, jun. 1979.

9 Entrevista

DORES, Maria das. **Entrevista.** Roma, 12 de nov. 2006. (Correio eletrônico. A/A).

FAZZA, Olívio Aurélio. **Entrevista.** Foz do Iguaçu, 11 de out. 2006. (A/A).

----- **Entrevista.** Foz do Iguaçu, 30 de abr. 2007. (A/A).

FOUAD, Mohamad Fakih. **Entrevista.** In: LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio Aurélio Fazza – mensageiro da paz.** Foz do Iguaçu: Nadai, 2007.

FUCHS, Werner. **Entrevista.** Curitiba, 26 de out. 2006. (Correio eletrônico. A/A).

HUGHES, Thomas. **Entrevista.** Curitiba, 19 de abr. 2007. (Correio eletrônico. A/A).

MEZZOMO, Frank Antonio. **Perguntas/Respostas de Dom Olívio Aurélio Fazza.** Foz do Iguaçu, 7 de jan. 2008. (A/A).

PALMAR, Aluízio. **Dom Olívio.** Foz do Iguaçu, 11 de out. 2006. (Correio eletrônico. A/A).

TAGLIEBER, Maria de Lurdes. **Informações sobre Dom Olívio.** Foz do Iguaçu, 9 de maio 2007. (Correio eletrônico. A/A).

VAN DE VEN, Adriano. **Entrevista.** Guaíra, 19 de fev. 2007. (A/A).

10 Internet

A família vicentina. Disponível em: <http://www.pbcm.com.br/favi.htm>. Acesso em: 9 de jun. 2007.

Arnaldo Janssen para além do seu tempo. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/43/noticia.asp?jornalid=43¬iciaid=4159>. Acesso em: 4 de jun. 2007.

Banco de dados agregados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 de nov. 2007.

Campanha da Fraternidade – página explicativa. Disponível em: <http://salvemaria.sites.uol.com.br/cf.htm>. Acesso em: 30 de set. 2007.

Cavaleiro de Maria, Chefes Autênticos. **REVISTA LEGIONÁRIO**, São Paulo, n. 465, 10 de ago. 1941. Disponível em: http://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG%20410810_CAVALEIROSDEMARIA.htm. Acesso em: 7 de mar. 2008.

CARMINATTI, Zeni. **Informações sobre a Pastoral do Migrante.** Foz do Iguaçu, 14 e 15 de ago. 2008. (Correio eletrônico. A/A).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Documento Igreja e Problemas da Terra. Disponível em:
http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c954101da4.pdf.
Acesso em: 2 de set. 2008.

Conferências Vicentinas. Disponível em:
<http://www.ssvponline.org/servicentino.asp>. Acesso em: 10 de jun. 2007.

Demonstrativo anual de visitas. Disponível em:
<http://www.itaipu.gov.br/index.php?q=node/225>. Acesso em: 1º de ago. 2008.

DAROLT, Moacir Roberto. **Projeto Incentiva Agricultura Orgânica nos Municípios Lindeiros a Itaipu.** Disponível em:
<<http://www.planetaorganico.com.br/DaroltItaipu.htm>> Acesso em: 10 de nov. 2008.

Diálogos. Disponível em: <http://www.focolares.org.br/Pagemf.htm>. Acesso em: 24 de maio 2007.

Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho. Disponível em:
<http://mail.cnbb.org.br/Catalogo/prelado.asp?mat=139>. Acesso em: 25 de ago. 2008.

Foz do Iguaçu – Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 26 de set. 2007.

Fundação Educacional Machado Sobrinho. Disponível em:
<http://www.acesa.com/arquivo/jf150anos/1705/>. Acesso em: 12 de jun. 2008.

História. Disponível em: <http://cmufrj.vilabol.uol.com.br/historia.htm>). Acesso em: 13 de jun. 2007.

História. <http://www.academia.com.br/index.asp?centro=instituicao/Historia>. Acesso em: 13 de jan. 2009.

História da Assesoar. Disponível em:
<http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/TAP000051.htm>. Acesso em: 10 de out. 2007

História da cidade. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/>. Acesso em: 5 de mar. 2008.

Histórico dos Intereclesiais. Disponível em:
<http://ospiti.peacelink.it/zumbi/memoria/10cebs/histor.html>. Acesso em: 8 de jun. 2007.

Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna. Disponível em:
<http://www.fgv.br/dgd/asp/index.asp>. Acesso em: 13 de ago. 2008.

Jornais, revistas e boletins. Disponível em: <http://www.arquidiocese-bh.org.br/comunicacao/impessos.asp>. Acesso em: 4 de jun. 2007.

Juiz de Fora. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Juiz_de_Fora. Acesso em: 5 de mar. 2008.

Municípios lindeiros. Disponível em:
http://lindeiros.pti.org.br/home/cidade_lista.php. Acesso em: 1º de ago. 2008.

Municípios da Tríplice Fronteira: Foz do Iguaçu, Porto Iguaçu e Cidade do Leste. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>. Acesso em: 17 de mar. 2009.

Notas biográficas. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/arns/dpaulo_notasbiograficas.html. Acesso em: 31 de jun. 2007.

O legado das Congregações Marianas. Disponível em:

http://www.sededasabedoria.org/index.php?option=com_wrapper&Itemid=8. Acesso em: 3 de jun. 2007.

O movimento dos focolares. Disponível em:

<http://www.focolares.org/home.php?lingua=PT>. Acesso em: 14 de jun. 2007.

Origem dos tiros de guerra. Disponível em: <http://tg11009.vilabol.uol.com.br/>.

Acesso em: 11 de jun. 2007.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Hobbes e o Estado Leviatã.** Disponível em:

<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/441013>. Acesso em: 8 de mar. 2008.

Santo Arnaldo Janssen. Disponível em:

<http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/43/noticia.asp?jornalid=43¬iciaid=4159>.

Acesso em: 4 de jun. 2007.

----- Disponível em: <http://www.ssps.org.br/Santos/SantoArnaldo.htm>. Acesso em:

12 de jun. 2007.

Temas e Lemas da Campanha da Fraternidade. Disponível em:

<http://www.webcatolica.com.br/aigreja/CF/temaselemas.htm>. Acesso em: 29 de set. 2007.

Tihamer Tóth (1889 – 1939). Disponível em:

http://www.hungria.org.br/toth_tihamer.htm. Acesso em: 14 de jan. 2009.

Um pouco de história. Disponível em: <http://www.focolares.org.br/Pagemf.htm>.

Acesso em: 24 de maio 2007.

Usina de Marmelos. Disponível em:

http://www.pjf.mg.gov.br/patrimonio/usina_marmelos.htm. Acesso em: 5 de mar. 2008.

ZAHAR, Mirian. A imigração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos "brasiguaios". REVISTA ELETRÔNICA DE GEOGRAFIA Y CIÊNCIAS SOCIALES, Barcelona, n. 94 (88), 1º de ago. 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2008.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- Anuário Católico do Brasil, Rio de Janeiro: Ceris, vol 11, 2000.
- Anuário da Federação das Congregações Marianas do Rio de Janeiro e da Federação de Niterói – 1938/1939, n. 4, Rio de Janeiro, 1939.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia: testemunho de uma vida**. 2 ed., Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi – Antropos homem**, tomo 5. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1996.
- **A Igreja do Brasil: João XXIII a João Paulo II – de Medellín a Santo Domingos**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1996.
- A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- O Concílio Vaticano II: etapa preparatória. In: LORSCHIEDER, Aloísio (et al.). **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- **Um rumor dos anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1981.
- BÍBLIA SAGRADA. 75 ed., São Paulo: Ave Maria, 1993.
- BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. A dissolução do religioso. ----- **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.
- **Economia da trocas simbólicas**. 6 ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.
- **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 8 ed., São Paulo: Papyrus, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: História & imagens**. São Paulo: Edusc, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes de fazer**. 7 ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

CHAGAS, Cipriano. **Pentecostes é hoje! Um estudo sobre a Renovação Carismática**. São Paulo: Paulinas, 1977.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999.

----- **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

----- **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. **REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

----- **Práticas da leitura**. 2 ed., São Paulo: Estação da Liberdade, 2001.

----- **Textos, impressões, leituras**. In: HUNT, Lyn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

-----; BOURDIEU, Pierre. **A leitura: uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier**. In: CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. 2 ed., São Paulo: Estação da liberdade, 2001.

CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção a Vida, 2005.

COMBLIN, José. **A Igreja em vinte anos de luta pelos direitos humanos**. In: DUSSEL, Enrique. **História liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992.

CONTO, Divo de. **Doutrina moral e ação pastoral no episcopado de Dom Olívio Aurélio Fazza em Foz do Iguaçu (1978 – 2002)**. Dissertação defendida junto ao Instituto Superiore di Teologia Morale. Pontificia Università Lateranense. Roma, 2006.

COSTA, Célia Maria Leite, PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. **O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DARTON, Robert. **A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII**. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. 2 ed., São Paulo: Estação da Liberdade, 2001.

DEITOS, Nilceu Jacob (org.). **Arquidiocese de Cascavel: 25 anos de história (1978 – 2003)**. Cascavel: Palube Gráfica e Editora, 2003.

DEITOS, Nilceu Jacob. **Presença da Igreja no Oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930 – 1999)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do SUL – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

DELA CAVA, Ralph. **Política do Vaticano II, 1978 – 1990: Uma visão geral**. In: SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: Unidade religiosa e pluralismo cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

DIAS, Romualdo. **Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922 – 1933)**. São Paulo: Unesp, 1996.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

----. Igreja e movimentos sociais pós-70 no Brasil. In: SANCHIS, Pierre. **Catolicismo: cotidiano e movimentos**. São Paulo: Loyola, 1992.

----. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FARIAS, Damião Duque de. **Crise e renovação na cidade de São Paulo: permanências do conservadorismo, impasses do progressismo (1945 – 1975)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2002.

FERREIRA, Ângela Duarte. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978 – 1982. In: BONIM, Ana Maria (et al.). **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Criar, 1987.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. **REVISTA FÊNIX**, Minas Gerais, vol. 4, ano 4, n. 3, jul/set 2007.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água: conflitos de Itaipu**. 2 ed., Salvador: Edufba/Ulbra, 2003.

GILES, Thomas Ransom. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo: EPU, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

----. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940 – 1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Sinopse preliminar do senso demográfico de 1970.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. Leituras Regionais – Mesorregiões Geográficas Paranaenses. Curitiba: IparDES, 2004.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964 – 1986**. São Paulo: Fapesp e Hucitec, 1996.

IPARDES – Fundação Edison Vieira/Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social. *Paraná: Economia e sociedade*. Curitiba, 1982.

-----. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

KIRINUS, Gernote. **Entre a cruz e a política**. Curitiba: Beija Flor, 1978.

KUBITSCHER, Juscelino. Pronunciamento. In: **II Encontro dos bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Seti, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª ed., São Paulo: Unicamp, 1992.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. 2 ed., São Paulo: Papirus, 1986.

LESBAUPIN, Ivo. O Vaticano e a Igreja no Brasil. **REVISTA COMUNICAÇÕES DO ISER**, São Paulo, ano 9, n. 39, 1990.

LIBÂNIO, João Batista. **A volta à grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1983.

LIMA, Ivone Carletto. **O jagunço moderno: os pousos no processo de desapropriação da Itaipu Binacional (1905 – 1982)**. Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História no convênio entre a Universidade Estadual do Centro Oeste Paranaense – UNICENTRO – de Guarapuava e a Universidade Estadual Paulista – UNESP – Assis, 1999.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930 – 1984)**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2006.

LOCATELLI, Nelson Nedis. **Dom Olívio Aurélio Fazza: mensageiro da paz**. Foz do Iguaçu: Nadai, 2007.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MADURO, Otto. Fazer teologia para fazer possível um mundo diferente: um convite autocrítico latino-americano. **REVISTA ESTUDOS DA RELIGIÃO**, São Paulo, ano XIX, n. 29, jul/dez 2005.

-----. O campo religioso com fator ativo nos conflitos sociais. In: -----. **Religião e luta de classes**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1983.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações Marianas no Brasil**. Petrópolis: Loyola, 1992.

MARIN, Roberto. **De sol e lua: Por onde anda... fatos e personagens da história de Medianeira e região**. Santa Maria: Gráfica Palotti, 2003.

MARTINI, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

-----. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, Wilsom. **Um Brasil diferente: ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná**. São Paulo: Anhembi, 1955.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. 2 ed., São Paulo: Loyola, 2003.

MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando (coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes e intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

-----. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009.

-----. Adriano van de Ven: vanguarda da renovação eclesial no Oeste do Paraná. In: MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009.

-----. Gernote Kirinus: a cruz e a política: leituras do pastor e político. In: MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009.

-----. Werner Fuchs: um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu. In: MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009.

MONTERO, Paula. A comunicação nos documentos da Igreja. In: DELLA CAVA, Ralph, MONTERO, Paula. **...E o verbo se fez imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

-----. O problema da cultura na Igreja Católica contemporânea. **REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, 9 (25), 1995.

MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB**. São Paulo: Cortez, 1982.

MULLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

NOVAES, Regina. Uma greve sacramental: A catolicidade no fio da navalha. In: SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: cotidiano e movimentos**. São Paulo: Loyola, 1992.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMAR, Aluízio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** 2ª ed., Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

PERIS, Alfredo Fonseca; LUGNANI, Antonio Carlos. Um estudo sobre o eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, na região Oeste do Paraná. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, n. 104, jan/jun. 2003.

PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira (et al.). Igreja Católica: 1945 – 1970. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3 ed., 4 vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

POULAT, Emile. Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesiástica da história. **REVISTA CONCILIUM**, Petrópolis, 1971/7.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2006.

RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da igreja**. 2 ed., São Paulo: Paulinas, 1982.

RODEGHERO, Carla. Campo x cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. **REVISTA ANOS 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra o Estado – crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu: Cidade Rede Sul-Americana**. Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2006.

RUIZ, Castor Mari. **A força transformadora social e simbólica das CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANCHEZ, Wagner Lopes. Os encontros intereclesiais de CEBS e a emergência da questão ecumênica e o diálogo inter-religioso (1975-1989). **REVISTA MEMÓRIA E CAMINHADA - REVISTA DE ESTUDOS SOBRE AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE**. Brasília, n. 1, dez. 2001.

SANCHIS, Pierre. Igreja e questão agrária: um posfácio. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? In: HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja na América Latina e no Caribe 1945-1995. O debate metodológico**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. **REVISTA ETNOGRÁFICA**, Lisboa, vol. VII (1), 2003.

----- Hidrelétricas e suas conseqüências sociais. VII REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, Porto Alegre, jul. 2007.

SCHALLENBERGER, Ernelo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: EDT, 1994.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2002.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – URGs. Porto Alegre, 2003.

SEIDL, Ernesto. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à “política” e ao “social”. **REVISTA HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, jan/jun. 2007.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Presidente Prudente, 1991.

SALGADO, Mabel Pereira. Festas do catolicismo juizforano: expressões de liberdade social e controle eclesiástico. In: SALGADO, Mabel Pereira e CAMURÇA, Marcelo (orgs.). **Festa e religião**. Juiz de Fora: Templo Editora, 2003.

SILVA, José Graziano. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, Maria da Conceição. **Política e hegemonia na Igreja Católica: um estudo sobre a Renovação Católica**. Goiânia: Kelps, 2001.

SILVA, Raquel Marta da. **Mineiridade, representações e lutas de poder na construção da ‘Minas Espírita’: Da União Espírita Mineira a Francisco Cândido Xavier (1930 – 1960)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985**. 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOTUYO, Patrícia Cláudia. **Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1998.

SOUZA, Edson Belo Clemente. **Estado: produção da região do lago de Itaipu – Turismo e crise energética**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Presidente Prudente – UNESP. Presidente Prudente, 2002.

SPRANDEL, Márcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, 20 (57), 2006.

TEIXEIRA, Faustino (et. al). **CEBs, cidadania e modernidade: uma análise crítica**. São Paulo: Paulinas, 1993.

TERRIN, Aldo Natale. **O sagrado off limits**. São Paulo: Loyola, 1998.

TOTH, Tihamer. **O jovem de carácter**. 4 ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1962.

----- **O brilho da mocidade**. São Paulo: Vozes, 1965.

URQUHART, Gordon **A armada do papa: segredos e o poder das novas seitas da Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WANIEZ, Philippe e BRUSTLEIN, Violette. Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social. **REVISTA ALCEU**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, jan/jul. 2001.

WARREN, Dean. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ZAMBERLAM, Jurandir (org.). **Tendências da mobilidade humana nas três fronteiras: Realidade migratória na diocese de Foz do Iguaçu**. Porto Alegre: Renascença, 2006.

ANEXOS

ANEXO 2 – Panfleto contendo nome e reivindicação do MJT.
Fonte: CPT/Curitiba.



ANEXO 3 – Encontro da marcha dos desapropriados no dia
17 de março de 1981 com milícia do Estado e da Itaipu.
Fonte: Jornal Nosso Tempo, 25 de mar. a 1º de abr., p. 1.



ANEXO 4 – “Trevo da Vergonha” em 17 de março de 1981.

Fonte: Jornal Nosso Tempo, 25 de mar. a 1º de abr., p. 5.



A resistência dos desapropriados

Nosso Tempo acompanha permanentemente a concentração dos agricultores expropriados por Itaipu, participa e ajuda abertamente o Movimento Justiça e Terra. Com informações as mais completas possíveis, Nosso Tempo apresenta aqui uma espécie de diário do acampamento. O relatório não ficará como simples reportagem, mas como documento histórico dos tristes momentos de que participamos.